JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Canarana 4
Camara Municipal de Colíder 4
Camara Municipal de Cotriguaçu 4
Camara Municipal de Ribeirãozinho 4
Camara Municipal de Tangará da Serra 5
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 5
Prefeitura Municipal de Água Boa 7
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 7
Prefeitura Municipal de Alto Garças 39
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 40
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 42
Prefeitura Municipal de Apiacás 42
Prefeitura Municipal de Araguaiana 43
Prefeitura Municipal de Araputanga 44
Prefeitura Municipal de Arenápolis 46
Prefeitura Municipal de Aripuanã 46
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 46
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 48
Prefeitura Municipal de Cáceres 48
Prefeitura Municipal de Campinápolis 55
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 60
Prefeitura Municipal de Campo Verde 63
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 65
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 66
Prefeitura Municipal de Canarana 67
Prefeitura Municipal de Carlinda 68
Prefeitura Municipal de Castanheira 72
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 72
Prefeitura Municipal de Cláudia 74
Prefeitura Municipal de Cocalinho 75
Prefeitura Municipal de Colíder 79
Prefeitura Municipal de Colniza 80
Prefeitura Municipal de Comodoro 109
Prefeitura Municipal de Confresa 111
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 112
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 113
Prefeitura Municipal de Diamantino 114
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 117
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 118
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 154
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 157
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 158
Prefeitura Municipal de Itanhangá 160
Prefeitura Municipal de Itiquira 160
Prefeitura Municipal de Jaciara 161
Prefeitura Municipal de Jangada 162
Prefeitura Municipal de Juruena 164
Prefeitura Municipal de Juscimeira 164
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 164
Prefeitura Municipal de Marcelândia 167
Prefeitura Municipal de Matupá 167
Prefeitura Municipal de Nobres 172

Prefeitura Municipal de Nortelândia 173
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 176
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 200
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 209
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 210
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 211
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 211
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 212
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 212
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 217
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 217
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 217
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 218
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 219
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 219
Prefeitura Municipal de Paranatinga 219
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 223
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 232
Prefeitura Municipal de Poconé 232
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 232
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 234
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 234
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 235
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 235
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 235
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 236
Prefeitura Municipal de Rio Branco 239
Prefeitura Municipal de Rondolândia 240
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 240
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 241
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 241
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 242
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 243
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 246
Prefeitura Municipal de São José do Povo 274
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 274
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 275
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 277
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 279
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 285
Prefeitura Municipal de Tesouro 285
Prefeitura Municipal de União do Sul 285
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 286
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 288
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 296

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

CÂMARA
PORTARIA N° 31/2017

PORTARIA N° 31/2017

DE 03 DE JULHO DE 2017

"Dispõem sobre nomeação de servidora em substituição a servidora de licença. "

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a nomeação da servidora **ADAILCE GUIMARÃES SILVA**, para o cargo em comissão de **Assessora para Assuntos Administrativos**, durante o impedimento da titular, Andreia de Souza Almeida, em licença gestante e posteriormente licença maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 03 de julho de 2017.

Ederson Porsch

Presidente

CÂMARA
PORTARIA N° 32/2017

PORTARIA N° 32/2017

DE 10 DE JULHO DE 2017

"Dispõe sobre a concessão de férias regulamentar a servidor e dá outras providências".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Ederson Porsch, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares ao Servidor **Rivaldo Lopes Peres Gonçalves**, matricula nº 000076, referente ao período aquisitivo compreendido de 01/02/2016 à 31/01/2017, que serão gozadas de 11/07/2017 à 30/07/2017.

§ 1º – Fica autorizado a efetuar o pagamento das férias descritas acima, acrescidas de 1/3 (um terço) do salário normal do Servidor, em conformidade com o estabelecido no artigo 73 § 1º, da Lei Complementar nº 028/2002.

§ 2º – Fica ainda autorizado a conversão de 1/3 (um terço) das férias em pecúnia (período de 31/07/2017 a 09/08/2017), nos termos do art. 73 da Lei Complementar nº 028/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, 10 de julho de 2017.

EDERSON PORSCH

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO 003/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE COLIDER ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATO DO CONTRATO 003/2017

OBJETO: Fornecimento de soluções integradas de tecnologia da informação para as seguintes áreas: contabilidade pública, recursos humanos e folha de pagamento, compras e licitação, patrimônio público, controle de estoque e geração de APLIC para o TCE-MT, a Ser Realizada pela Câmara Municipal de Colíder/MT.

CONTRATADA: STAF SISTEMAS LTDA

VIGENCIA: 21/06/2017 a 31/12/2017

VALOR: R$ 17.711,74 (dezessete mil setecentos e onze reais e setenta e quatro centavos)

Colider-MT., 21 de junho de 2017.

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 004/2017

Data: 12/07/2017 – EMPRESA: **SANTOS E SILVEIRA ASSESSORIA SERVIÇOS CONTABIL LTDA - ME**; OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS INFORMES DE CARGAS DE APLIC – AUDITORIA PUBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS AO TRIBUNAL DE CONTAS DE MATO GROSSO, REFERENTE AS SEGUINTES CARGAS: FEVEREIRO, MARÇO, ABRIL, MAIO, JUNHO, JULHO, AGOSTO, SETEMBRO, OUTUBRO, NOVEMBRO, DEZEMBRO DE 2017 E TODAS AS CARGAS TEMPESTIVAS, SE RESPONSABILIZANDO POR QUALQUER EVENTUAL MULTA QUE A CONTRATANTE VENHA SOFRER REFERENTE AOS ENVIOS CONTRATADOS, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO; VALOR ADITIVADO: **R$ 500,00; Sem licitação**.

CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

CAMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO
PORTARIA 08/2017

Portaria nº. 08/2017 Em, 10 de Julho de 2017.

"Dispõe sobre Ascensão de Classe e Nível de Servidor da Câmara Municipal de Ribeirãozinho-MT, e dá outras providências"

O Presidente da Câmara Municipal de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Senhor **Agostinho Carneiro Filho**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE

Art. 1° - Concede ascensão de Classe e Nível ao Servidor JOÃO DELFINO DE SOUSA, Rg: 1392853 SSP-Go, Assessor Contábil, Lotado na Secretaria da Câmara Municipal de Ribeirãozinho-MT.

§ 1° A ascensão de Classe e Nível de que trata o *caput* deste artigo é da Classe A-02, Nível Médio, para Classe B-02, concedida em virtude de o cumprimento dos requisitos em avaliação de desempenho e a respectiva aprovação de estágio probatório juntamente com a comprovação dos requisitos necessários a progressão conforme Lei 580/2016 art.18, inciso I, alínea A e art.21 §3°.

Artigo 3° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Ribeirãozinho-MT,

Aos Dez dias do mês de Julho de dois mil e dezessete.

AGOSTINHO CARNEIRO FILHO

PRESIDENTE 2017/2018.

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 4 DE 12 DE JULHO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR ROGÉRIO SILVA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR PELO PRAZO DE 120 DIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 37 do Regimento Interno; e,

Considerando o disposto no Art. 85, Inciso II do Regimento Interno, combinado com o art. 28, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1ºConceder ao Vereador Rogério Silva licença de 120 dias para tratar de interesse particular, a contar a partir do dia 12 de julho de 2017.

Art. 2ºEsta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, 41º aniversário de Emancipação Política Administrativa.

HELIO DA NAZARÉ

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

MAURIZAN GODOI

2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 852 DE 12 DE JULHO DE 2017.

HOMOLOGA O PREGÃO 12/2017, PROCESSO LICITATÓRIO 12/2017, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES.

O Senhor **HELIO JOSE SCHWAAB**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica Homologado o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017, PROCESSO Nº 12/2017**, tendo adjudicatária a Empresa **I. AGUIAR COSTA CONFECÇÕES – ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 14.489.463/0001-73**,** conforme consta no Termo de Adjudicação do dia 12 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete, 41º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

HELIO JOSÉ SCHWAAB

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

NILTON DALLA PRIA

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 15/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL e o Sr. DENIS VARGAS BORGES, COM BASE NO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL (Art. 37, inciso IX) E A TEOR DO DISPOSTO NAS RESOLUÇÕES NORMATIVAS/ CIDESAT Nº 02/2011 e Nº 032/2016/CIDESAT, E AINDA A RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 033/2016/CIDESAT.

Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, representado pelo seu Presidente, **Sr. WEMERSON ADÃO PRATA**, residente e domiciliado na Rua Carlos Laet SN, Bairro Cachoeira na cidade de Salto do Céu-MT, portador da cédula de identidade n. 1070619 SJ-MT e CPF: 809.673.611-68 a seguir denominado CONTRATANTE, e o **Sr. IBRAIM DOS SANTOS,** brasileiro, solteiro, portador carteira de identidade RG. Nº 415036 SSP/RO, do CPF: 408.202.622-34, residente e domiciliado na Rua São José número 49, Bairro Jardim Santa Maria, CEP: 78.285-000, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT, doravante denominado CONTRATADO, tem certo, justo e acordado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE na função de **MOTORISTA** com as seguintes atribuições e atividades:

a) Descrição Sintética: Conduzir e zelar pela conservação de veículos automotores em geral. Executar tarefas rotineiras pré-estabelecidas pela chefia, atendendo à demanda dos serviços dos diversos setores do Consórcio.

b) **Atribuições genéricas:** Compreende, genericamente, executar as atividades do cargo conforme as normas, padrões, determinações ou orientações recebidas de seu superior hierárquico; realizar as atividades do cargo conforme as regras, aplicações e técnicas recomendáveis, utilizando devidamente os instrumentos e materiais necessários a execução do trabalho; observar, rigorosamente, as normas de segurança para evitar acidentes e incêndios; usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual de segurança, em face dos riscos inerentes às atividades; solicitar e/ou requisitar a seus superiores hierárquicos os instrumentos, equipamentos, utensílios ou materiais que sejam necessários ao cumprimento dos objetivos do cargo; zelar pela guarda, conservação e limpeza das ferramentas de trabalho.

c) **Descrição Analítica**: Compreende, especificamente, vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, molas, o nível de combustível, água e óleo do carter; testar freios e parte elétrica para certificar-se de suas condições de funcionamento, e informar as anormalidades ao responsável pelo gerenciamento da frota de veículos; examinar as ordens de serviços, para dar cumprimento à programação estabelecida; dirigir veículos do Consórcio, inclusive dirigir caminhão-basculante no transporte de lixo, entulho e outros materiais para locais pré-determinados; transportar lixo domiciliar e descarregar no aterro sanitário; dirigir veículo, manipulando os comandos de compactação de lixo e observando o fluxo de trânsito e a sinalização para conduzi-lo aos locais determinados na ordem de serviço; dirigir veículo coletivo, quando necessário, transportando servidores e empregados públicos municipais aos locais de trabalho pré-determinados e/ou demais pessoas a outros locais pré-estabelecidos e devidamente autorizado pelos superiores hierárquicos, observado a categoria do condutor; recolher o veículo após jornada de trabalho, conduzindo-o à garagem ou local determinado pela chefia. Informar as anormalidades porventura existentes, realizando diariamente relatório de bordo e outros necessários. Manter os veí-

culos em perfeitas condições de funcionamento. Fazer reparos de emergência. Auxiliar na manutenção mecânica do veículo. Zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue. Encarregar-se do transporte e entrega de correspondência, de carga ou de pessoas que lhe for confiada. Tomar todos os cuidados básicos de manutenção de veículos automotores para seu bom funcionamento e asseio. Executar tarefas afins ou determinadas por seus superiores.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo serviço acima mencionado e prestado, o CONTRATADO perceberá a quantia de **R$ 1.600,00**(UM MIL E SEISCENTOS Reais) por mês, pagos em moeda corrente nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA: A jornada de trabalho do CONTRATADO será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, atendendo a programação e necessidade da Contratante.

CLÁUSULA QUARTA: O presente vigorará pelo prazo determinado de um (1) ano a partir da assinatura deste, e prorrogável por igual período para execução de Plano de Trabalho do Convênio SINFRA-MT Nº 1207/2016 ou outro, com prazo de contratação limitado a vigência do Convênio, projeto ou programa, em conformidade com a Resolução Normativa/CIDESAT nº 033/2016 de 16/12/2016, e será efetivada por ato exclusivo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal/CIDESAT, conforme item 16. 10 do Edital do PSS nº 01/2017/CIDESAT.

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente contrato será rescindido antes do prazo previsto em caso de provimento da vaga por pessoas aprovada em concurso público realizado no período.

CLÁUSULA QUINTA: Em conformidade com o item 16.11 do Edital do PSS nº 01/2017/CIDESAT, este contrato extinguir-se-á sem direito a indenizações:

a) - Pelo término do prazo contratual.

b) - Por iniciativa do contratado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contratado passará por avaliação permanente e específica no primeiro mês de trabalho, podendo vir a ser dispensado a qualquer tempo em caso de não adaptação ao trabalho ou não satisfatório no exercício da função. Conforme item 16.8.1 do Edital do PSS nº 01/ 2017/CIDESAT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A avaliação de que trata o Parágrafo anterior ficará a cargo do fiscal deste Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, conforme previsto na cláusula anterior, deverá avisar a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, caso não haja o aviso, a parte que rescindir, pagara a outra uma indenização equivalente a um mês de salário.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao CONTRATADO caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o CONTRATADO incidir em faltas graves e que de motivo a demissão por justa causa.

CLÁUSULA SÉTIMA: As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

01. CIDES NASCENTES DO PANTANAL

01. Secretaria Executiva

Manutenção de Rodovias Estaduais Não Pavimentadas

26.782.0001.2011.0000

3.1.90.04.00 – Contratação Por Tempo Determinado

CLÁUSULA OITAVA: O presente contrato está submetido ao Regime Jurídico Celetista – Consolidação das Leis do Trabalho CLT, não adquirindo, em qualquer hipótese, a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal e não gera direito efetivação no cargo em conformidade com a Resolução Normativa/CIDESAT nº 032/2016, e com contribuição previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social – I.N.S.S.

CLÁUSULA NONA: Demais disposições contida no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017/CIDESAT:

9.1 - Para os candidatos que residem fora da sede do Município de São José dos Quatro Marcos/MT, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal/CIDESAT, ficará isento da responsabilidade no que tange a locomoção, residência, mudança e outros etc. Item 16.6 do Edital;

9.2. O contratado exercerá, prioritariamente, sua função junto à Patrulha Rodoviária na manutenção e conservação das estradas nos municípios consorciados de Araputanga, Curvelândia, Figueirópolis D'Oeste, Glória D'Oeste, Indiavaí, Jauru, Lambari D'Oeste, Mirassol D'Oeste, Porto Esperidião, Reserva do Cabaçal, Rio Branco, Salto do Céu e São José dos Quatro Marcos. Item 16.7 do Edital;

9.2.1. A execução dos serviços, no exercício da função, será de forma itinerária entre os municípios consorciados conforme programação da Administração.

9.2.2. O exercício da função no âmbito dos municípios consorciados não gera direito a diária para cobrir despesas de hospedagem, transporte e alimentação.

9.2.3. A administração oferecerá, no município onde estiver atuando, acampamento com instalações para hospedagem, higiene e alimentação, servindo no mínimo três refeições (café da manhã, almoço e jantar).

9.2.4. A função para o qual foi contratado, exige horário especial de trabalho e permanência em acampamento na frente de trabalho, e como tal, será acordado coletivamente, debanda do serviço a cada duas semanas, compensando-se as folgas semanais, zelando-se para o cumprimento das 44 horas semanais, para o qual foi contratado.

9.2.5 A administração ficará responsável pelo transporte dos servidores entre a sede do Consórcio e a frente de trabalho e entre a frente de trabalho e a sede do Consórcio, nos dias e horários definidos pela coordenação da Patrulha.

9.2.6 - Deverá ser promovido acordo para criação de banco de horas extras compensadas, na forma permitido pela legislação trabalhista.

CLÁUSULA DÉCIMA: O coordenador de Transporte e Manutenção de Rodovias, Sr. EDINEI BASEGGIO fica designado responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do contrato nos termos do artigo 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica eleito o Forum da Comarca de São José dos Quatro Marcos - MT, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente contrato.

Em estando assim justos e contratados, lavrou-se o presente contrato em 03 (tres) vias, de igual teor e forma, que, após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

São José dos Quatro Marcos – MT, 04 de Julho de 2017.

EDINEI BASEGGIO: Responsável Pela Fiscalização

WEMERSON ADÃO PRATA: Presidente CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal-Contratante

IBRAIM DOS SANTOS: Contratado

TESTEMUNHAS:

NOME: DANILO RICARDO PIVETTA RG: 2.137.789-8 SSP-MT CPF: 032. 867.841-41

NOME: DARIU ANTONIO CARNIEL RG: 386.421 SSP/MT CPF: 383.380. 331-20

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2017.

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL. **Contratada:** JOEL SANTOS DA SILVA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 26.309.743/0001-31. **Objeto:** Contratação de empresa para execução de serviço especializado em operação de motoniveladora em complemnto aos serviços da Patrulha Rodoviária Equipe do Consórcio na execução do objeto do Convênio SINFRA 1.207/2017. **Valor total R$ 25.960,80** (vinte e cinco mil, novecentos e sessenta reais e oitenta centavos). Prazo vigência – 31/12/2017. São José dos Quatro Marcos-MT, 03 de JULHO de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Objeto	Contratação de empresa para construção de calçada no entorno do Cemitério Municipal, conforme planilhas de engenharia.
Favorecido	Construtora Construvale Ltda-ME. CNPJ nº 07.762.401/0001-28.
Prazo de Execução	30 dias.
Valor Global	R$ 14.878,60 (quatorze mil, oitocentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).
Fundamento Legal	Artigos 24, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93.
Justificativa	Anexa nos autos do processo de Dispensa nº. 011/2017.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pelo responsável por processos de licitações e Parecer Jurídico constante do Processo de Dispensa nº. 011/2017, nos termos do Art. 26 da Lei n°. 8.666/93 e suas atualizações.

Água Boa, em 11 de julho de 2017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-C/2017

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMACIA BASICA, INSUMOS DE ENFERMAGENS E MATERIAL ODONTOLOGICO, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICRO EMPRESARIO INDIVIDUAL (MEI) NOS ITENS ORÇADOS ABAIXO DE R$ 80.000,00 COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

O Município de ALTO BOA VISTA - MT, neste ato representado pelo Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **PREMIER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME,** estabelecida na RUA CARLOS GOMES – S/N – QUADRA 21 LOTE 13 – PARQUE ANHANGUERA – GOIANIA/GO – CEP 74.340-050, CNPJ n° 12.828.039/0001-80, neste ato representada pelo Sr(a) FABIANO DIAS DE PAULA, portador da carteira de identidade RG Nº M-7241587 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n° 986.919.616-00, doravante denominada **FORNECEDORA**, nos termos do art. 15 da Lei Federal n° 8.666/93, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal n° 8.883/94, Lei Federal n° 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 019/2009, 001/2010 e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2017**, para ATA DE **REGISTRO DE PREÇOS 011/2017**, conforme consta do processo administrativo 026/2017, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas às disposições das leis já mencionada acima:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futuras aquisições de medicamentos pela Prefeitura Municipal de ALTO BOA VISTA -MT:

Nr. Item	Código	Descrição	Unid	Marca	Qtde	Vlr. Unitário	Vlr. Total
7/702	11574	GENTAMICINA, 160 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	NOVAFARMA	10000	R$ 6,13	R$ 61.300,00
162/702	11767	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, 500 MG	UN	IMEC	5000	R$ 0,06	R$ 300,00
195/702	11800	ATENOLOL, 50 MG	UN	PRATI DONADUZZI	10000	R$ 0,06	R$ 600,00
268/702	11874	FUROSEMIDA, 40 MG	UN	HIPOLABOR	20000	R$ 0,06	R$ 1.200,00
309/702	11915	NITROFURANTOÍNA,100 MG,CÁPSULA,	UN	TEUTO	2000	R$ 0,30	R$ 600,00
460/702	12067	COLAR CERVICAL, PVC, ADULTO, FECHO EM VELCRO, GRANDE, ANTI ALÉRGICO, REVESTIDO COM ESPUMA, COM COSTURA INTERNA, C/ PERFURAÇÕES PARA VENTILAÇÃO	UN	ROMAMED	20	R$ 75,60	R$ 1.512,00
461/702	12068	COLAR CERVICAL, PVC, ADULTO, FECHO EM VELCRO, MÉDIO, ANTI ALÉRGICO, REVESTIDO COM ESPUMA, COM COSTURA INTERNA, C/ PERFURAÇÕES PARA VENTILAÇÃO	UN	ROMAMED	20	R$ 75,60	R$ 1.512,00
462/702	12069	COLAR CERVICAL, PVC, ADULTO, FECHO EM VELCRO, PEQUENO, ANTI ALÉRGICO, REVESTIDO COM ESPUMA, COM COSTURA INTERNA, C/ PERFURAÇÕES PARA VENTILAÇÃO	UN	ROMAMED	20	R$ 75,60	R$ 1.512,00
463/702	12070	COLAR CERVICAL, PVC, INFANTIL, FECHO EM VELCRO, GRANDE, ANTI ALÉRGICO, REVESTIDO COM ESPUMA, COM COSTURA INTERNA, C/ PERFURAÇÕES PARA VENTILAÇÃO	UN	ROMAMED	20	R$ 75,60	R$ 1.512,00
464/702	12071	COLAR CERVICAL, PVC, INFANTIL, FECHO EM VELCRO, MÉDIO, ANTI ALÉRGICO, REVESTIDO COM ESPUMA, COM COSTURA INTERNA, C/ PERFURAÇÕES PARA VENTILAÇÃO	UN	ROMAMED	20	R$ 75,60	R$ 1.512,00
465/702	12072	COLAR CERVICAL, PVC, INFANTIL, FECHO EM VELCRO, PEQUENO, ANTI ALÉRGICO, REVESTIDO COM ESPUMA, COM COSTURA INTERNA, C/ PERFURAÇÕES PARA VENTILAÇÃO	UN	ROMAMED	20	R$ 75,60	R$ 1.512,00

668/702	11528	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 0, INCOLOR, 70 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 2,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
669/702	11529	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 0, PRETA, 75 CM, COM AGULHA, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 2,5 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
670/702	11530	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 0, PRETA, 75 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
671/702	11531	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 2,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
672/702	11532	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 10-0, PRETA, 13 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 0,47 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
673/702	11533	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 10-0, PRETA, 13 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 0,51 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
674/702	11534	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 10-0, PRETA, 13 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 5 MM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
675/702	11535	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 10-0, PRETA, 20 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO ESPATULADA, 0,65 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
676/702	11536	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 2-0, INCOLOR, 70 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 2,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
677/702	11537	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 2-0, PRETA, MÍNIMO 70 CM, COM AGULHA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
678/702	11538	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 2-0, PRETA, 45 CM, COM AGULHA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE, 2,5 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
679/702	11539	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 2-0, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 3,0 CM,	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
		ESTÉRIL					R$ -
680/702	11540	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 2-0, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 2,11	R$ 633,00
681/702	11541	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 3-0, INCOLOR, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 3,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
682/702	11542	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 3-0, PRETA, 45 CM, COM AGULHA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE, CORTE REVERSO, 1,70 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
683/702	11543	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 3-0, PRETA, 45 CM, COM AGULHA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE, 3,5 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
684/702	11544	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 3-0, PRETA, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTE REVERSO, 1,90 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
685/702	11545	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 4-0, INCOLOR, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍCULO CORTANTE ESTRIADA, 2,4 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
686/702	11546	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 5-0, INCOLOR, 45 CM, COM AGULHA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE, 1,50 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
687/702	11547	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 5-0, INCOLOR, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 1,10 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
688/702	11548	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 6-0, INCOLOR, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 1,10 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
689/702	11549	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 6-0, PRETA, 45 CM, COM AGULHA, 1/2 CÍRCULO CORTANTE, 2 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
690/702	11550	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 6-0, PRETA, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 1,50 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	500	R$ 2,11	R$ 1.055,00
10/702	11582	GLICOSE,0,05,SOLUÇÃO INJETÁVEL,1000 ML SISTEMA FECHADO	UN	JP	500	R$ 6,50	R$ 3.250,00
16/702	11594	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 500 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	UN	BLAU	2000	R$ 8,40	R$ 16.800,00
18/702	11596	IODO, 5%, SOLUÇÃO AQUOSA	UN	OFICIALFARMA	100	R$ 75,00	R$ 7.500,00
25/702	11603	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 10, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UN	SOLIDOR	2000	R$ 0,30	R$ 600,00
26/702	11604	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 11, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UN	SOLIDOR	2000	R$ 0,30	R$ 600,00
27/702	11605	LÂMINA BISTURI, AÇO CARBONO, Nº 12, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UN	SOLIDOR	1000	R$ 0,30	R$ 300,00
31/702	11609	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA	UN	HIPOLABOR	200	R$ 3,35	R$ 670,00
36/702	11614	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, EXTRA GRANDE, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À TRAÇÃO	UN	DESCARPACK	2000	R$ 0,23	R$ 460,00
38/702	11616	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, GRANDE, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO	UN	LAGROTTA	20000	R$ 0,23	R$ 4.600,00
41/702	11619	MANITOL, 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO	UN	JP	500	R$ 6,40	R$ 3.200,00
47/702	11625	MELOXICAM, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	EUROFARMA	1000	R$ 5,50	R$ 5.500,00
66/702	11645	PETROLATO, LÍQUIDO, LAXATIVO, ORAL	UN	MONTECOR	1000	R$ 74,99	R$ 74.990,00
69/702	11648	PIROXICAM, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	PFIZER	1000	R$ 20,90	R$ 20.900,00
71/702	11650	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO	UN	SANVAL	3000	R$ 2,35	R$ 7.050,00
		INJETÁVEL					R$ -
73/702	11652	RINGER LACTATO SÓDICO,SOLUÇÃO INJETÁVEL,250 ML SISTEMA FECHADO	UN	JP	5000	R$ 2,98	R$ 14.900,00
74/702	11653	RINGER LACTATO SÓDICO,SOLUÇÃO INJETÁVEL,500 ML SISTEMA FECHADO	UN	JP	5000	R$ 4,14	R$ 20.700,00
93/702	11680	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 5 ML, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,8 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	UN	DESCARPACK	10000	R$ 0,95	R$ 9.500,00

94/702	11681	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 5 ML, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 40 X 0,8 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	UN	DESCARPACK	10000	R$ 0,95	R$ 9.500,00
149/702	11736	SORBITOL, SORBITOL 70% + LAURIL SULFATO DE SÓDIO, 714 MG + 7,70 MG/G, ENEMA	UN	CRISTALIA	500	R$ 8,50	R$ 4.250,00
150/702	11737	SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME	UN	PRATIDONADUZZI	500	R$ 6,20	R$ 3.100,00
153/702	11740	TIRA DE TESTE PARA DETERMINAÇÃO DE GLICEMIA (CADA 300 TIRAS DEVE ACOMPANHAR 1 MONITOR DE GLICOSE COM RESULTADOS PRECISOS EM 5 SEGUNDOS, VOLUME DE AMOSTRA DE 2MML COM SANGUE VENOSO, CAPILAR ARTERIAL E NEONATAL E LANCETADOR COMPATIVEL) ON CALL PLUS	UN	ACON	20000	R$ 0,97	R$ 19.400,00
160/702	11765	ACETAZOLAMIDA, 250 MG	UN	UNIAOQUIMICA	1000	R$ 0,85	R$ 850,00
169/702	11774	ALBENDAZOL, 200 MG	UN	PRATI DONADUZZI	20000	R$ 2,80	R$ 56.000,00
173/702	11778	ALOPURINOL, 100 MG	UN	PRATI DONADUZZI	1000	R$ 0,06	R$ 60,00
174/702	11779	ALOPURINOL, 300 MG	UN	PRATI DONADUZZI	1000	R$ 0,20	R$ 200,00
177/702	11782	AMINOFILINA, 100 MG	UN	HIPOLABOR	1000	R$ 0,09	R$ 90,00
178/702	11783	AMINOFILINA, 200 MG	UN	HIPOLABOR	1000	R$ 0,20	R$ 200,00
183/702	11788	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO,50 + 12,5 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,100 ML	UN	EUROFARMA	3000	R$ 26,00	R$ 78.000,00
186/702	11791	AMOXICILINA,50 MG/ML,PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL,60 ML	UN	PRATI DONADUZZI	3000	R$ 6,00	R$ 18.000,00
193/702	11798	ATENOLOL, 100 MG	UN	PRATI DONADUZZI	10000	R$ 0,10	R$ 1.000,00
197/702	11802	AZITROMICINA, 500 MG	UN	PRATI DONADUZZI	20000	R$ 0,57	R$ 11.400,00
200/702	11805	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO,50 MCG/DOSE,AEROSSOL ORAL,200 DOSES	UN	NOVARTIS	300	R$ 42,50	R$ 12.750,00
204/702	11809	BROMOPRIDA, 1 MG/ML, SOLUçãO ORAL	UN	WASSER FARMA	1000	R$ 1,28	R$ 1.280,00
205/702	11810	BROMOPRIDA, 10 MG	UN	PRATI DONADUZZI	5000	R$ 0,24	R$ 1.200,00
206/702	11811	BUDESONIDA, 200 MCG, CÁPSULA PÓ INALANTE, COM INALADOR	UN	EUROFARMA	500	R$ 74,84	R$ 37.420,00
207/702	11812	BUDESONIDA, 400 MCG, CÁPSULA PÓ INALANTE, COM INALADOR	UN	EUROFARMA	500	R$ 100,00	R$ 50.000,00
217/702	11822	CEFALEXINA,50 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,100 ML	UN	ABL	2000	R$ 14,50	R$ 29.000,00
221/702	11827	CETOCONAZOL, 2%, SHAMPOO	UN	PRATI DONADUZZI	100	R$ 8,61	R$ 861,00
229/702	11835	CLARITROMICINA,500 MG,COMPRIMIDO	UN	ASPEN	1000	R$ 9,50	R$ 9.500,00
230/702	11836	CLINDAMICINA, 300 MG	UN	HIPOLABOR	1000	R$ 3,30	R$ 3.300,00
236/702	11842	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML LOÇÃO	UN	NULTILAB	100	R$ 24,00	R$ 2.400,00
237/702	11843	DELTAMETRINA, 0,2MG/ML SHAMPOO	UN	MULTILAB	100	R$ 29,00	R$ 2.900,00
238/702	11844	DELTAMETRINA, 0,3 MG/G, SABONETE	UN	MULTILAB	100	R$ 25,00	R$ 2.500,00
242/702	11848	DEXAMETASONA,0,1 MG/ML,ELIXIR,120 ML	UN	SOBRAL	500	R$ 2,30	R$ 1.150,00
252/702	11858	DOMPERIDONA, 1 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	UN	MEDLEY	500	R$ 23,00	R$ 11.500,00
255/702	11861	DUTASTERIDA, ASSOCIADO À TANSULOSINA, 0,5 MG + 0,4 MG	UN	EUROFARMA	1000	R$ 5,80	R$ 5.800,00
258/702	11864	ERITROMICINA, ESTOLATO, 500 MG	UN	PRATI DONADUZZI	3000	R$ 3,15	R$ 9.450,00
266/702	11872	FORMOTEROL FUMARATO, ASSOCIADO COM BUDESONIDA, 12 MCG + 200 MCG/DOSE, CÁPSULA PÓ INALANTE, COM FRASCO INALADOR	UN	BIOSINTETICA	500	R$ 209,00	R$ 104.500,00
267/702	11873	FORMOTEROL FUMARATO, ASSOCIADO COM BUDESONIDA, 12 MCG + 400MCG/DOSE, PÓ INALANTE, COM FRASCO INALADOR	UN	BIOSINTETICA	500	R$ 209,00	R$ 104.500,00
271/702	11877	GLICLAZIDA, 80 MG	UN	EMS	5000	R$ 0,70	R$ 3.500,00
275/702	11881	HIDRALAZINA, 50 MG	UN	CRISTALIA	5000	R$ 0,69	R$ 3.450,00
284/702	11890	ITRACONAZOL, DOSAGEM 100	UN	PRATI DONADUZZI	10000	R$ 1,24	R$ 12.400,00
288/702	11894	LOSARTANA POTÁSSICA, 50 MG	UN	PRATI DONADUZZI	20000	R$ 0,07	R$ 1.400,00
292/702	11898	METFORMINA CLORIDRATO, 850 MG	UN	PRATI DONADUZZI	10000	R$ 0,11	R$ 1.100,00
299/702	11905	METRONIDAZOL, 100 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR	UN	PRATI DONADUZZI	3000	R$ 7,35	R$ 22.050,00
300/702	11906	METRONIDAZOL, 250 MG	UN	PRATI DONADUZZI	5000	R$ 0,17	R$ 850,00
303/702	11909	NEBIVOLOL, SAL CLORIDRATO, 5 MG	UN	TORRENT	100	R$ 2,00	R$ 200,00
306/702	11912	NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL	UN	PRATI DONADUZZI	2000	R$ 7,19	R$ 14.380,00

308/702	11914	NITROFURANTOÍNA, 5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	UN	MONTECORP	1000	R$ 32,00	R$ 32.000,00
317/702	11923	PASTA D'ÁGUA,PASTA,30 G	UN	BELFAR	100	R$ 7,15	R$ 715,00
320/702	11926	PERMETRINA,50 MG/ML,LOÇÃO,60 ML	UN	PRATI DONADUZZI	100	R$ 4,95	R$ 495,00
322/702	11928	PREDNISOLONA,1 MG/ML,SOLUÇÃO ORAL,60 ML	UN	HIPOLABOR	500	R$ 6,15	R$ 3.075,00
324/702	11930	PREDNISOLONA,3 MG/ML,SOLUÇÃO ORAL,60 ML	UN	HIPOLABOR	1000	R$ 6,00	R$ 6.000,00
328/702	11934	PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40 MG	UN	PRATI DONADUZZI	15000	R$ 0,04	R$ 600,00
331/702	11937	RANITIDINA, CLORIDRATO,15 MG/ML,XAROPE,120 ML	UN	SANVAL	100	R$ 10,74	R$ 1.074,00
338/702	11944	SIMETICONA, 75 MG/ML, EMULSÃO ORAL - GOTAS	UN	PRATI DONADUZZI	1000	R$ 1,78	R$ 1.780,00
341/702	11947	SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 400MG + 80MG	UN	PRATI DONADUZZI	20000	R$ 0,17	R$ 3.400,00
342/702	11948	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA,40 + 8 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,120 ML	UN	SANVAL	5000	R$ 2,79	R$ 13.950,00
344/702	11950	SULFATO FERROSO, CERCA DE 13,5 MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	UN	NATULAB	2000	R$ 1,39	R$ 2.780,00
348/702	11954	TIABENDAZOL, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	UN	UCI-FARMA	1000	R$ 34,00	R$ 34.000,00
350/702	11956	TIBOLONA, 2,5 MG	UN	LEGRAND	5000	R$ 1,84	R$ 9.200,00
354/702	11960	VARFARINA SÓDICA, 5 MG	UN	UNIAOQUIMICA	1000	R$ 0,38	R$ 380,00
451/702	12058	AUTOCLAVE, AÇO INOX, HORIZONTAL, GRAVITACIONAL, AUTOMÁTICA, DIGITAL, SISTEMA SEGURANÇA PARA PRESSÃO E TEMPERATURA, MÍNIMO DE 40 L, 2 BANDEJAS, 1 PORTA	UN	STERMAX	5	#########	R$ 38.500,00
454/702	12061	BIOMBO HOSPITALAR, AÇO INOXIDÁVEL, ESMALTADO, DUPLO DOBRÁVEL, 1,80 CM, COMPRIMENTO 1,80 APROXIMADAMENTE, ABERTO CM, 2 PONTEIRAS FIXAS E 1 GIRATÓRIA, TERMOPLÁSTICA, TECIDO REFORÇADO	UN	MEDAXO	10	R$ 549,00	R$ 5.490,00
474/702	12081	GARROTE, BORRACHA SINTÉTICA, ISENTO DE LÁTEX	UN	PREMIUM	100	R$ 21,00	R$ 2.100,00
475/702	12082	GARROTE, TECIDO ELÁSTICO BRANCO, 30 CM, AUTO-TRAVA,REGULAGEM DE TENSÃO	UN	LABOR IMPORT	100	R$ 15,00	R$ 1.500,00
		AUTOMÁTICA					R$ -
476/702	12083	JOGO DE TALAS P/ IMOBILIZAÇÃO. CONFECCIONADA EM TELA ARAMADA, MALEAVEL, GALVANIZADA, COBERTA COM E.V.A. (4MM) - COLORIDO PARA IDENTIFICAR O SEU TAMANHO. CORES: PP (LILÁS) / P (AZUL ROYAL) / M (LARANJA) / G (VERDE). APLICAÇÃO: IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS.,KIT	UN	RENOVO	50	R$ 24,00	R$ 1.200,00
479/702	12086	NEBULIZADOR, PORTÁTIL, 1 MÁSCARA ADULTO E 1 INFANTIL, ADULTO, CHAVE SELETORA 110/220 V, AR COMPRIMIDO	UN	G-TECH	10	R$ 220,00	R$ 2.200,00
483/702	12090	OXÍMETRO PORTÁTIL, BATERIA INTERNA AAA, PRECISÃO + OU - 2%, SATURAÇÃO 30 A 100%, DISPLAY LED, BARRAS DE GRÁFICO, TEMPO RESPOSTA 12S, AUTODESLIGAMENTO, COM SENSOR	UN	STI MEDICAL	2	R$ 437,50	R$ 875,00
493/702	12100	PRANCHA DE RESGATE - POLICARBONATO, RIGIDA, IMPERMEAVEL, PESO MAXIMO DE 4,6 KG, DEVE SUPORTAR NO MÍNIMO 400 KG, FLUTUANTE COM UMA VITIMA DE ATÉ 80KG., PRANCHA LONGA	UN	STANPLAST	50	R$ 810,00	R$ 40.500,00
503/702	11346	ÁCIDO TRANEXÂMICO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	1000	R$ 3,40	R$ 3.400,00
504/702	11347	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	1000	R$ 12,90	R$ 12.900,00
507/702	11350	ÁGUA DESTILADA,SOLUÇÃO INJETÁVEL,5 ML	UN	SAMTEC	1000	R$ 0,49	R$ 490,00
508/702	11351	ÁGUA DESTILADA,SOLUÇÃO INJETÁVEL,500 ML	UN	JP	1000	R$ 3,90	R$ 3.900,00
529/702	11376	ALGODÃO, ORTOPÉDICO, EM MANTAS, EM FIBRA DE ALGODÃO CRÚ, 10CM X 150CM, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	ORTOFEN	100	R$ 4,30	R$ 430,00
534/702	11381	AMICACINA SULFATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	NOVAFARMA	2000	R$ 1,88	R$ 3.760,00
535/702	11384	AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	1000	R$ 1,25	R$ 1.250,00
536/702	11393	AMIODARONA, 50MG/ML, INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	1000	R$ 3,00	R$ 3.000,00
566/702	11423	CAPSAICINA, 0,25 MG/G, CREME	UN	APSEN	300	R$ 68,00	R$ 20.400,00
568/702	11425	CARVÃO VEGETAL ATIVADO,PÓ,25 G	UN	UNIAOQUIMICA	100	R$ 16,00	R$ 1.600,00
570/702	11427	CARVÃO VEGETAL ATIVADO,PÓ,50 G	UN	UNIAOQUIMICA	100	R$ 24,00	R$ 2.400,00
578/702	11435	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, INTRAMUSCULAR	UN	BLAU	3000	R$ 2,63	R$ 7.890,00
583/702	11440	CEFTRIAXONA SÓDICA, 500 MG, INJETÁVEL USO INTRAMUSCULAR	UN	BLAU	1000	R$ 3,25	R$ 3.250,00
585/702	11442	CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, INTRAMUSCULAR	UN	CRISTALIA	2000	R$ 2,40	R$ 4.800,00
592/702	11449	CLORETO DE SÓDIO, 0,9 %, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 1000 ML DE SOLUÇÃO	UN	JP	1000	R$ 6,39	R$ 6.390,00
594/702	11451	CLORETO DE SÓDIO, 0,9 %, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 250 ML DE SOLUÇÃO	UN	JP	15000	R$ 3,40	R$ 51.000,00
602/702	11459	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 20 L, ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, DESCARTÁVEL	UN	DESCARBOX	1000	R$ 7,50	R$ 7.500,00

616/702	11473	DICLOFENACO, SAL POTÁSSICO, 75MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	15000	R$ 0,80	R$ 12.000,00
617/702	11474	DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG + 5MG + 100MG + 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL	UN	NYCOMED	5000	R$ 4,50	R$ 22.500,00
623/702	11480	EQUIPO, DE INFUSÃO, PVC CRISTAL, PONTA PERFURANTE C/ CÂMARA GOTEJADORA, GOTA PADRÃO, REGULADOR DE FLUXO, CONECTOR LUER LOCK, ESTERIL,DESCARTÁVEL	UN	ADLIN	30000	R$ 1,45	R$ 43.500,00
624/702	11481	ERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG	UN	NOVARTIS	1000	R$ 0,93	R$ 930,00
625/702	11482	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS, CONECTOR LUER, 19 G, CÂNULA AÇO INOX,SILICONIZADA,ATRAUMÁTICA,PAREDES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL	UN	LABOR IMPORT	2000	R$ 0,60	R$ 1.200,00
		TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32					R$ -
628/702	11486	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS, CONECTOR LUER, 25 G, CÂNULA AÇO INOX, SILICONIZADA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32	UN	LABOR IMPORT	5000	R$ 0,60	R$ 3.000,00
630/702	11488	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	5000	R$ 1,55	R$ 7.750,00
633/702	11491	ESCOVA ENDOCERVICAL, PLÁSTICO, MICROCERDAS EM NYLON, PONTA DA ESCOVA CÔNICA, CABO C/ 17 A 18CM E CERDAS C/ APROXIMADAMENTE 2 CM, DESCARTÁVEL,ATÓXICA,ESTÉRIL,EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	ADLIN	1000	R$ 0,33	R$ 330,00
637/702	11495	ESPARADRAPO, TECIDO IMPERMEÁVEL, 25 MM, 90 CM, BRANCO	UN	CIEX	500	R$ 1,80	R$ 900,00
638/702	11497	ESPARADRAPO, TECIDO IMPERMEÁVEL, 50 MM, 10 M, IMPERMEÁVEL,MASSA ADESIVA DE ZINCO, BRANCA, TECIDO DE ALGODÃO	UN	CIEX	300	R$ 7,80	R$ 2.340,00
639/702	11498	ESPARADRAPO, TECIDO IMPERMEÁVEL, 50 MM, 4,50 M, IMPERMEÁVEL,MASSA ADESIVA DE ZINCO, BRANCA, TECIDO DE ALGODÃO	UN	CIEX	300	R$ 4,89	R$ 1.467,00
646/702	11505	FENILEFRINA CLORIDRATO, 10MG/ML, INJETÁVEL	UN	CRISTALIA	500	R$ 3,00	R$ 1.500,00
582/702	11439	CEFTRIAXONA SÓDICA, 500 MG, INJETÁVEL USO ENDOVENOSO	UN	BLAU	1000	R$ 3,25	R$ 3.250,00
613/702	11470	DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	10000	R$ 1,10	R$ 11.000,00
						VALOR TOTAL	R$ 1.382.603,00

1.2 – As quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não ser adquiridas pelo Município. Quando adquiridas, serão fornecidas pela empresa acima identificada, mediante emissão da Autorização de Fornecimento e recebimento pela **PROMITENTE FORNECEDORA** da NOTA DE EMPENHO, de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município, respeitadas as quantidades mínimas de carga para transporte terrestre ou pluvial, do objeto acima descrito.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura podendo ser prorrogada na forma da lei.

2.2 – Nos termos do art. 15, §4° da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ALTO BOA VISTA - MT não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 – Em cada aquisição decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 013/2017 para Registro de Preços n° 011/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dial, após a entrega e conferência das quantidades solicitadas pelo Município, ou conforme os repasses Federais e Estaduais;

3.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Contabilidade e ou/ Secretaria Municipal de ALTO BOA VISTA - MT, localizada na Av. serra nova, 975, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de ALTO BOA VISTA - MT e conter o número do empenho correspondente

3.3 – Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ao) apresentar e manter atualizados (**durante a validade do registro**) os seguintes documentos:

3.3.1 – prova de regularidade com a Previdência Social (CND – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;

3.3.2 – prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

3.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

3.4 – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.5 – O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 – Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 - Nos pagamentos realizados após a data convencionada, incidirão juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice INPC, pro rata dia.

CLÁUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 - O prazo de entrega será de no máximo 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho e confirmação de pedido.

4.2 – A empresa fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

4.2.1 – A entrega será feita na prefeitura Municipal de Alto Boa vista, no endereço a seguir: Av. serra nova, nº 975, Centro –Alto Boa Vista - MT, indicados, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.2.1.1- A entrega de medicamento quando solicitada deverá ser entregue com data de validade de no mínimo 18 (dezoito) meses antes da data de vencimento.

4.2.2 - Além da entrega no local designado pela prefeitura Municipal de Alto Boa vista, conforme subitem 4.2.1, deverá a licitante vencedora também descarregar e armazenar os materiais em local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

4.3 - Toda e qualquer entrega de materiais fora do estabelecido neste edital será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste edital.

4.4 – Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a prefeitura Municipal de Alto Boa vista não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de cinco (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de cinco (cinco) dias.

4.6 – A Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município

5.1.1 – Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;

5.1.2 – Aplica a PROMINENTE FORNECEDORA penalidades, quando for o caso;

5.1.3 – Prestar a toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no Departamento de Contabilidade;

5.1.5 – Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

5.2 – Da Promitente Fornecedora

5.2.1 – Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

5.2.3 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

5.2.4 - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

5.2.5 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

5.2.6 - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.7 – Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

5.2.8 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.

6.2 – A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 - Toda e qualquer entrega de material fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à(s) licitante(s) vencedora(s) que ficará(ão) obrigada(s) a substituir os materiais, o que fará(ão) prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também às sanções cabíveis.

6.5 - O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Unidades Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

7.1.1- Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

7.1.2 - Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

7.1.3 - Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

7.1.4 - Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

7.1.5 - Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

7.1.6 - Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

7.1.7 - Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

7.1.8 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1° do art. 28 da Lei Federal n° 9.069/95, ao art. 3° §1°, da Medida Provisória n° 1.488-16/96 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial 013/2017 sistema de Ata de Registro de Preços n° 011/2017, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constante do Decreto Municipal.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

8.3 - A Administração Municipal poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do Detentora da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será valido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.

8.4 – O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:

9.1.1 – A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;

9.1.2 – A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94.

9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado pelo seguinte órgão desta Administração: ***Secretaria Municipal de Saúde.***

CLAUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 – Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação modalidade Pregão Presencial nº 013/2017 para Registro de Preços N° 011/2017.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial 013/2017 para Registro de Preços n° 011/2017.

14.2 – Os caso omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, pelo Decreto Municipal n° 019/2009 e 001/2010, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1 – As parte elegem o foro da Comarca de São Félix do Araguaia - MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

ALTO BOA VISTA, 12 de Julho de 2017.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA	PREMIER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME
Prefeito Municipal	Cnpj 12.313.826/0001-90
Contratante	Contratado

TESTEMUNHAS: **1ª.** NOME: CPF nº:	**2ª.** NOME: CPF nº:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-A/2017

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMACIA BASICA, INSUMOS DE ENFERMAGENS E MATERIAL ODONTOLOGICO, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICRO EMPRESARIO INDIVIDUAL (MEI) NOS ITENS ORÇADOS ABAIXO DE R$ 80.000,00 COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

O Município de ALTO BOA VISTA - MT, neste ato representado pelo Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME,** estabelecida na AV ANTONIO FIDELIS – 1158 – QUADRA 156 – LOTE 08 – PARQUE AMAZONIA – GOIANIA/GO – CEP 74.840-090, CNPJ n° 12.313.826/0001-90, neste ato representada pelo Sr(a) THIAGO DO EGITO ARAUJO, portador da carteira de identidade RG Nº 12494021999-8 SSP/MA, inscrito no CPF sob o n° 006.642.381-30, doravante denominada **FORNECEDORA**, nos termos do art. 15 da Lei Federal n° 8.666/93, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal n° 8.883/94, Lei Federal n° 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 019/2009, 001/2010 e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2017**, para ATA DE **REGISTRO DE PREÇOS 011/2017**, conforme consta do processo administrativo 026/2017, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas às disposições das leis já mencionada acima:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futuras aquisições de medicamentos pela Prefeitura Municipal de ALTO BOA VISTA -MT:

Nr. Item	Código	Descrição	Unid	Marca	Qtde	Vlr. Unitário	Vlr. Total
161/702	11766	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, 100 MG	UN	IMEC	50000	R$ 0,03	R$ 1.500,00
4/702	11569	GEL CONDUTOR, P/ ULTRASSONOGRAFIA 5kg/LT	UN	ADLIN	100	R$ 29,20	R$ 2.920,00
5/702	11570	GENTAMICINA, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	NOVA FARMA	500	R$ 1,36	R$ 680,00

6/702	11572	GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	NOVA FARMA	500	R$ 1,60	R$ 800,00
8/702	11576	GENTAMICINA, 80 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	NEO QUIMICA	10000	R$ 1,85	R$ 18.500,00
11/702	11584	GLICOSE,0,05,SOLUÇÃO INJETÁVEL,500 ML SISTEMA FECHADO	UN	EQUIPLEX	5000	R$ 4,30	R$ 21.500,00
19/702	11597	IODOPOVIDONA (PVPI), A 10% (TEOR DE IODO 1%), SOLUÇÃO ALCOÓLICA	UN	VICK FARMA	300	R$ 20,50	R$ 6.150,00
23/702	11601	IPRATRÓPIO, BROMETO,0,25 MG/ML,SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO,20 ML	UN	GERMED	1000	R$ 1,93	R$ 1.930,00
24/702	11602	LAMINA PONTA FOSCA C/50UNID	PARES	LABOR IMPORT	100	R$ 7,48	R$ 748,00
39/702	11617	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, MÉDIO, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO	UN	LAGROTA	20000	R$ 0,21	R$ 4.200,00
44/702	11622	MÁSCARA DE INALAÇÃO / NEBULIZAÇÃO, PVC TRANSPARENTE, HUDSON, GRANDE, NEBULIZAÇÃO, ATÓXICA E COM PRESILHA ELÁSTICA	UN	PROTEC	40	R$ 92,00	R$ 3.680,00
51/702	11629	MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	CRISTALIA	500	R$ 3,50	R$ 1.750,00
56/702	11635	OCITOCINA, 5 UI/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	UNIAO QUIMICA	500	R$ 2,90	R$ 1.450,00
67/702	11646	POVEDINE TOPICO 1L	UN	VICKFARMA	500	R$ 16,80	R$ 8.400,00
82/702	11669	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 20 ML, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 1 EM 1 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	UN	DESCARPCK	20000	R$ 0,81	R$ 16.200,00
92/702	11679	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 5 ML, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	UN	DESCARPCK	20000	R$ 0,55	R$ 11.000,00
152/702	11739	TENOXICAM, 40 MG, INJETÁVEL	UN	CRISTALIA	1000	R$ 9,98	R$ 9.980,00
156/702	11743	VASELINA LIQUIDA - 1 LITRO	UN	RIO QUIMICA	100	R$ 43,99	R$ 4.399,00
159/702	11764	GLICLAZIDA, 60 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA	UN	EMS	5000	R$ 3,30	R$ 16.500,00
163/702	11768	ÁCIDO FÓLICO, 5 MG	UN	NEO QUIMICA	10000	R$ 0,09	R$ 900,00
171/702	11776	ALBENDAZOL,40 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,10 ML	UN	GERMED	20000	R$ 2,23	R$ 44.600,00
176/702	11781	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 6 MG/ML, XAROPE ADULTO	UN	SOBRAL	1000	R$ 3,00	R$ 3.000,00
179/702	11784	AMIODARONA, 100MG	UN	GEOLAB	1000	R$ 1,05	R$ 1.050,00
180/702	11785	AMIODARONA, 200 MG	UN	GEOLAB	10000	R$ 0,97	R$ 9.700,00
182/702	11787	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 75 MG	UN	TEUTO	25000	R$ 0,41	R$ 10.250,00
184/702	11789	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO,50 + 12,5 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,75 ML	UN	EUROFARMA	3000	R$ 24,99	R$ 74.970,00
188/702	11793	AMOXICILINA,500 MG,COMPRIMIDO	UN	GERMED	15000	R$ 0,37	R$ 5.550,00
189/702	11794	AMPICILINA, SUSPENSÃO, 50 MG/ML	UN	GERMED	1000	R$ 4,98	R$ 4.980,00
194/702	11799	ATENOLOL, 25 MG	UN	GERMED	10000	R$ 0,05	R$ 500,00
196/702	11801	AZITROMICINA, 1 G	UN	GERMED	1000	R$ 7,30	R$ 7.300,00
201/702	11806	BENZOILMETRONIDAZOL, ASSOCIADO À NISTATINA E CLORETO DE BENZALCÔNIO, 62,5 MG + 25.000 UI + 1,25 MG/G, CREME VAGINAL, COM APLICADOR (S)	UN	GERMED	1000	R$ 6,85	R$ 6.850,00
208/702	11813	CAPTOPRIL,25 MG,COMPRIMIDO	UN	GERMED	50000	R$ 0,04	R$ 2.000,00
210/702	11815	CARBAMAZEPINA, 400 MG	UN	UNIAO QUIMICA	10000	R$ 0,84	R$ 8.400,00
212/702	11817	CARBONATO DE LÍTIO, 300 MG	UN	NEO QUIMICA	2000	R$ 0,27	R$ 540,00
218/702	11824	CEFALEXINA,50 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,60 ML	UN	ABL	2000	R$ 7,65	R$ 15.300,00
222/702	11828	CETOCONAZOL, 20 MG/G, CREME TÓPICO	UN	GERMED	100	R$ 3,05	R$ 305,00
225/702	11831	CINARIZINA, 75 MG	UN	SANVAL	5000	R$ 0,34	R$ 1.700,00
227/702	11833	CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500 MG	UN	GERMED	20000	R$ 0,40	R$ 8.000,00
232/702	11838	CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL- GOTAS	UN	NEO QUIMICA	5000	R$ 3,75	R$ 18.750,00
235/702	11841	CLOTRIMAZOL, 20 MG/G, CREME VAGINAL	UN	GERMED	500	R$ 42,00	R$ 21.000,00
239/702	11845	DEXAMETASONA, 0,1%, CREME	UN	GERMED	2000	R$ 1,58	R$ 3.160,00
241/702	11847	DEXAMETASONA,0,1 MG/ML,ELIXIR,100 ML	UN	SOBRAL	500	R$ 2,00	R$ 1.000,00
243/702	11849	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO,0,4 MG/ML,SOLUÇÃO ORAL,100 ML	UN	NEO QUIMICA	500	R$ 1,82	R$ 910,00
249/702	11855	DIPIRONA SÓDICA,500 MG/ML,SOLUÇÃO ORAL,10 ML GOTAS	UN	SOBRAL	15000	R$ 1,18	R$ 17.700,00

250/702	11856	DIVALPROATO DE SÓDIO, 250 MG	UN	SANOFI	1000	R$ 1,35	R$ 1.350,00
251/702	11857	DIVALPROATO DE SÓDIO, 500 MG	UN	SANOFI	1000	R$ 2,35	R$ 2.350,00
253/702	11859	DOMPERIDONA, 10 MG	UN	MEDLEY	1000	R$ 0,42	R$ 420,00
259/702	11865	ERITROMICINA, ESTOLATO,25 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,60 ML	UN	GERMED	1000	R$ 1,15	R$ 1.150,00
260/702	11866	ESPIRONOLACTONA, 25 MG	UN	NEO QUIMICA	10000	R$ 0,40	R$ 4.000,00
264/702	11870	FLUCONAZOL, 150 MG	UN	GEOLAB	10000	R$ 0,50	R$ 5.000,00
270/702	11876	GLICLAZIDA, 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA	UN	EMS	10000	R$ 1,19	R$ 11.900,00
274/702	11880	HIDRALAZINA, 25 MG	UN	CRISTALIA	5000	R$ 0,54	R$ 2.700,00
277/702	11883	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, 60 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	UN	SOBRAL	500	R$ 3,30	R$ 1.650,00
279/702	11885	IBUPROFENO, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	UN	GERMED	5000	R$ 9,40	R$ 47.000,00
281/702	11887	IBUPROFENO, 600 MG	UN	GERMED	30000	R$ 0,17	R$ 5.100,00
283/702	11889	ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5 MG, SUBLINGUAL	UN	BIOSINTETICA	1000	R$ 0,23	R$ 230,00
287/702	11893	LORATADINA,1 MG/ML,XAROPE,100 ML	UN	GERMED	1000	R$ 3,10	R$ 3.100,00
289/702	11895	MEBENDAZOL, 100 MG	UN	NEO QUIMICA	10000	R$ 0,07	R$ 700,00
290/702	11896	MEBENDAZOL, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	UN	MARIOL	3000	R$ 1,80	R$ 5.400,00
293/702	11899	METILDOPA, 250 MG	UN	SANVAL	10000	R$ 0,40	R$ 4.000,00
297/702	11903	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL),40 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,120 ML	UN	GERMED	1000	R$ 10,00	R$ 10.000,00
298/702	11904	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL),40 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,80 ML	UN	GERMED	1000	R$ 4,40	R$ 4.400,00
302/702	11908	MICONAZOL, NITRATO,0,02,CREME VAGINAL,80 G	UN	GERMED	1000	R$ 8,60	R$ 8.600,00
304/702	11910	NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA	UN	GERMED	2000	R$ 2,00	R$ 4.000,00
307/702	11913	NISTATINA,100.000 UI/ML,SUSPENSÃO ORAL,50 ML	UN	GERMED	200	R$ 4,10	R$ 820,00
313/702	11919	PARACETAMOL, 500 MG	UN	NEO QUIMICA	15000	R$ 0,07	R$ 1.050,00
314/702	11920	PARACETAMOL,200 MG/ML,SOLUÇÃO ORAL,10 ML	UN	NEO QUIMICA	3000	R$ 0,90	R$ 2.700,00
321/702	11927	PREDNISOLONA,1 MG/ML,SOLUÇÃO ORAL,100 ML	UN	GERMED	500	R$ 11,50	R$ 5.750,00
326/702	11932	PREDNISONA, 5 MG	UN	SANVAL	10000	R$ 0,30	R$ 3.000,00
327/702	11933	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG	UN	CRISTALIA	20000	R$ 0,19	R$ 3.800,00
330/702	11936	RANITIDINA CLORIDRATO, 300 MG	UN	MED QUIMICA	5000	R$ 0,84	R$ 4.200,00
334/702	11940	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 1,75G + GLICOSE 10G, + CITRATO DE SÓDIO 1,45 G+ CLORETO POTÁSSIO 0,75G, PARA 500ML DE SOLUÇÃO PRONTA, EM PÓ, EM ENVELOPE DE 13,95G	UN	GERMED	20000	R$ 0,98	R$ 19.600,00
336/702	11942	SERTRALINA CLORIDRATO, 25MG	UN	GERMED	5000	R$ 0,90	R$ 4.500,00
340/702	11946	SINVASTATINA, 40 MG	UN	SANVAL	1000	R$ 0,19	R$ 190,00
343/702	11949	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA,40 + 8 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,60 ML	UN	SANVAL	8000	R$ 2,00	R$ 16.000,00
345/702	11951	SULFATO FERROSO, 300 MG	UN	NATULAB	10000	R$ 0,18	R$ 1.800,00
347/702	11953	TIABENDAZOL, 50 MG/G, POMADA	UN	USIFARMA	200	R$ 17,20	R$ 3.440,00
351/702	11957	TIMOLOL, 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA	UN	ABOT	100	R$ 4,50	R$ 450,00
362/702	11969	OTOSPORIN FRASCO COM 10ML	UN	FARMOQUIMICA	6	R$ 21,00	R$ 126,00
370/702	11977	FIO DENTAL - ENCERADO, EM EMBALAGEM RESISTENTE E VEDADA ROLO COM 500M, CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL	UN	SANIFIO	10	R$ 13,40	R$ 134,00
372/702	11979	VERNIZ FLUORETADO - PARA USO ODONTOLOGICO, COMPOSTO BASICAMENTE POR 50 MG DE FLUOR DE SODIO EM SOL. ALC. DE RES. NAT., ACONDICIONADO EM BISNAGA CONTENDO 10 ML	UN	COLGAT	10	R$ 315,00	R$ 3.150,00
375/702	11982	IONOMERO DE VIDRO - PARA RESTAURACOES DE DENTES PERNAMENTES E DECIDUOS,POLIMERIZACAO DUAL,KIT DE NO MINIMO 3 CORES, COMPLETO	UN	DFL	6	R$ 200,00	R$ 1.200,00
385/702	11992	ANESTESICO LOCAL INJETAVEL - A BASE DE MEPIVACAINA COM EPINEFRINA 2% - ISENTO DE METILPARABENO, TUBETES COM 1,8ML, EMBALADOS EM CAIXA COM 50 TUBETES	UN	DFL	30	R$ 105,00	R$ 3.150,00
388/702	11995	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL - CALIBRE 30 G - EXTRA CURTA, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM LACRE EM PLASTICO RESISTENTE, EM CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	PROCARE	10	R$ 42,00	R$ 420,00
391/702	11998	ESCOVA DE ROBSON - EM FORMA DE TUFO, HASTE METALICA E CERDAS DE NYLON/SIMILAR, PARA CONTRA ANGULO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UN	MICRODONT	500	R$ 2,00	R$ 1.000,00
392/702	11999	ESCOVA DE ROBSON - EM FORMA DE TACA, HASTE METALICA E CERDAS DE NYLON/SIMILAR, PARA CONTRA-ANGULO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UN	MICRODONT	50	R$ 2,00	R$ 100,00

395/702	12002	CREME DENTAL - CREME,USO ADULTO (ENTRE: 1.000 E 1.500 PPM DE F),PESANDO 90GR,HORTELA,COMPOSTO DE: MONOFLUORFOSFATO DE SODIO, SILICATO DE SODIO, COPOLIMERO, FLUORETO DE SODIO,AGUA, AGENTE ANTI-SEPTICO, AROMA, SACARINA,BISNAGA	UN	HIPERMARCAS	1000	R$ 3,50	R$ 3.500,00
404/702	12011	BROCA - DE ALTA ROTACAO ARKANSAS, FORMA PONTA DE CHAMA, PARA ACABAMENTO DE RESINA	UN	FAVA	20	R$ 36,00	R$ 720,00
405/702	12012	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - PARA ACABAMENTO DE RESINA,TUNGSTENIO CARBIDE,ESFERICA,SHOFU,HASTE LONGA,CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS,EM MEIOS FISICO	UN	FAVA	20	R$ 25,00	R$ 500,00
406/702	12013	ROCA - DE ALTA ROTA ROTACAO ARKANSAS, FORMA ESFERICA, PARA ACABAMENTO DE RESINA.	UN	ARCANSAS	20	R$ 80,00	R$ 1.600,00
420/702	12027	BROCA L A	UN	INJECTA	10	R$ 120,00	R$ 1.200,00
422/702	12029	REVELADOR DE FILMES RADIOGRAFICOS - LIQUIDO CONCENTRADO, DOSE PARA 13,5 LITROS, PARA PROCESSAMENTO MANUAL, COMPATIVEL COM KODAK, EMBALADO EM GALAO	UN	KODAK	10	R$ 185,00	R$ 1.850,00
423/702	12030	FILME RADIOGRAFICO ODONTOLOGICO - FILME RADIOGRAFICO PERIAPICAL CX C/ 100, 31 X 41 MM TAM. 1/4	UN	KODAK	4	R$ 249,00	R$ 996,00
427/702	12034	FORCEPS - EM ACO INOX, DE WALSHAM, ESQUERDO, SERRILHADO.	UN	GOLGRAN	2	R$ 156,00	R$ 312,00
435/702	12042	BANDEJA PARA INSTRUMENTAL - ACO INOX,22 X 09 X1,5 CM	UN	MILENIUN	20	R$ 110,00	R$ 2.200,00
439/702	12046	PLACA - EM VIDRO, MICROTITULACAO FUNDO EM U	UN	GOLGRAN	4	R$ 32,00	R$ 128,00
445/702	12052	ESPATULA - DE ACO INOXIDAVEL, TIPO LECRON, PARA MANIPULACAO DE RESINA	UN	QUINELATO	6	R$ 90,00	R$ 540,00
446/702	12053	ESPÁTULA PARA RESINA COMPOSTA	UN	QUINELATO	8	R$ 100,00	R$ 800,00
448/702	12055	AUSCULTADOR, EM METAL CROMADO, DIÂMETRO DE 2,5CM, CONECTOR DE 4MM, EM METAL, MEMBRANA EM PVC FLEXÍVEL, ESTETOSCÓPIO NEONATAL	UN	PREMIUM	50	R$ 36,50	R$ 1.825,00
449/702	12056	AUSCULTADOR, EM METAL CROMADO, DIÂMETRO DE 3,5CM, CONECTOR DE 4MM, EM METAL, MEMBRANA EM PVC FLEXÍVEL, ESTETOSCÓPIO PEDIÁTRICO	UN	PREMIUM	50	R$ 47,90	R$ 2.395,00
450/702	12057	AUSCULTADOR, EM METAL CROMADO, DIÂMETRO DE 4,5CM, CONECTOR DE 4MM, EM METAL, MEMBRANA EM PVC FLEXÍVEL, ESTETOSCÓPIO ADULTO	UN	PREMUIM	50	R$ 47,90	R$ 2.395,00
453/702	12060	AUTOCLAVE, ALUMÍNIO, HORIZONTAL, GRAVITACIONAL, AUTOMÁTICA, DIGITAL, SISTEMA SEGURANÇA PARA PRESSÃO E TEMPERATURA, CERCA DE 20 L, MANÔMETRO ANALÓGICO, CONTROLE TEMPERATURA PRESSÃO, 1 PORTA	UN	STERMAX	5	#########	R$ 26.500,00
467/702	12074	DETECTOR FETAL, DE MESA, AJUSTE DIGITAL, PAINEL DE CONTROLE, GABINETE METÁLICO, AUSCULTA BCF, FLUXO SANGUÍNEO PLACENTA E CORDÃO, BCF ATÉ CERCA 200 BPM, ATÉ CERCA 2,2 MHZ, C/ ALTO FALANTE, TRANSDUTOR, ENTRADA AUXILIAR, FONE OUVIDO	UN	MEDPEJ	2	#########	R$ 2.800,00
469/702	12076	ESFIGMOMANÔMETRO, ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRAÇO, ATÉ 300 MMHG, BRAÇADEIRA EM NYLON, FECHO EM VELCRO, ADOLESCENTE	UN	INSTRAMED	10	R$ 119,00	R$ 1.190,00
471/702	12078	ESFIGMOMANÔMETRO, ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRAÇO, ATÉ 300 MMHG, BRAÇADEIRA EM NYLON, FECHO EM VELCRO, INFANTIL	UN	INSTRAMED	10	R$ 119,00	R$ 1.190,00
478/702	12085	NEBULIZADOR, PORTÁTIL, TAXA DE NEBULIZAÇÃO, CERCA DE 0,15 A 0,25 ML/MIN, ADULTO, AR COMPRIMIDO	UN	GETEC	10	R$ 211,00	R$ 2.110,00
485/702	12092	OXÍMETRO PORTÁTIL, PILHA ALCALINA, PULSO, 1,5V, 100 H, MOSTRADOR NUMÉRICO P/SATURAÇÃO/PULSO,LEDS 3 CORES, 210 G, TIPO RELÓGIO	UN	PREMIU	2	R$ 537,00	R$ 1.074,00
489/702	12096	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA, MADEIRA, 1 M, ESCALA EM MM, CURSOR EM AÇO INOXIDÁVEL	UN	CARCI	2	R$ 62,00	R$ 124,00
495/702	862	COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO	UN	LABOR IMPORT	200	R$ 4,30	R$ 860,00
501/702	11344	ÁCIDO SALICÍLICO, ASSOCIADO AO ÁCIDO LÁTICO, 170 MG + 150 MG/ML, SOLUÇÃO TÓPICA 15 ml	UN	STIFEL	500	R$ 31,00	R$ 15.500,00
505/702	11348	ÁGUA DESTILADA,SOLUÇÃO INJETÁVEL,10 ML	UN	SANTEC	1000	R$ 0,27	R$ 270,00
509/702	11352	AGULHA, HIPODÉRMICA, 13 X 4, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	LABOR IMPORT	3000	R$ 0,08	R$ 240,00
511/702	11354	AGULHA, HIPODÉRMICA, 20 X 5,5, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO,	UN	LABOR IMOPORT	3000	R$ 0,08	R$ 240,00
		CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL					R$ -
513/702	11356	AGULHA, HIPODÉRMICA, 25 X8, AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	LABOR IMOPORT	3000	R$ 0,08	R$ 240,00
518/702	11364	AGULHA, HIPODÉRMICA, 30 X 7, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	LABOR IMPORT	3000	R$ 0,08	R$ 240,00
520/702	11366	AGULHA, HIPODÉRMICA, 40 X 12, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	LABOR IMPORT	3000	R$ 0,11	R$ 330,00
521/702	11367	AGULHA, HIPODÉRMICA, 40 X 16, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	LABOR IMPORT	3000	R$ 0,17	R$ 510,00
522/702	11368	AGULHA, HIPODÉRMICA, 40 X 8, CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO, BISEL CURTO TRIFACETADO, CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, PROTETOR PLÁSTICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	LABOR IMPORT	3000	R$ 0,17	R$ 510,00
523/702	11369	AGULHA, TIPO AGULHA HIPODÉRMICA, TAMANHO 25 X 7, MATERIAL CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, TIPO PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR EM PLÁSTICO LUER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTETOR PLÁSTICO, USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, TIPO EMBALAGEM EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	LABOR IMPORT	3000	R$ 0,08	R$ 240,00
525/702	11372	ALGODÃO, HIDRÓFILO, EM BOLAS, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, NÃO ESTÉRIL PCT 100G	UN	FAROL	500	R$ 4,50	R$ 2.250,00

526/702	11373	ALGODÃO, HIDRÓFILO, EM DISCOS, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, CERCA DE 35 G	UN	IORT	500	R$ 6,00	R$ 3.000,00
528/702	11375	ALGODÃO, ORTOPÉDICO, EM MANTAS, EM FIBRA DE ALGODÃO CRÚ, 10CM X 100CM, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MB	100	R$ 2,60	R$ 260,00
530/702	11377	ALGODÃO, ORTOPÉDICO, EM MANTAS, EM FIBRA DE ALGODÃO CRÚ, 20CM X 150CM, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MB	100	R$ 5,50	R$ 550,00
531/702	11378	ALGODÃO, ORTOPÉDICO, EM MANTAS, EM FIBRA DE ALGODÃO CRÚ, 20CM X 180CM, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MB	100	R$ 6,00	R$ 600,00
533/702	11380	AMICACINA SULFATO, 125 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	GEOLAB	5000	R$ 2,90	R$ 14.500,00
537/702	11394	AMPICILINA, 1 G, INJETÁVEL	UN	BLAU	1000	R$ 8,05	R$ 8.050,00
542/702	11399	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 10 CM, 125 CM, EM REPOUSO, 13 FIOS UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MB	1000	R$ 0,54	R$ 540,00
544/702	11401	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 15 CM, 125 CM, EM REPOUSO, 13 FIOS UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MB	2000	R$ 0,82	R$ 1.640,00
546/702	11403	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 25 CM, 125 CM, EM REPOUSO, 13 FIOS UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MB	2000	R$ 3,50	R$ 7.000,00
551/702	11408	ATADURA, RAYON, 7,5 CM, 40 CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MB	300	R$ 15,00	R$ 4.500,00
553/702	11410	ATADURA TUBULAR, REDE ELÁSTICA, TECIDO MISTO, FIXAÇÃO DE CURATIVO, LARGURA (ESTICADA) CERCA DE 12 MM, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL	UN	MB	500	R$ 13,00	R$ 6.500,00
557/702	11414	ATADURA TUBULAR, REDE ELÁSTICA, TECIDO MISTO, FIXAÇÃO DE CURATIVO, LARGURA (ESTICADA) CERCA DE 20 MM, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL	UN	MB	1000	R$ 23,00	R$ 23.000,00
559/702	11416	ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	ISOFARMA	500	R$ 1,15	R$ 575,00
562/702	11419	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL	UN	TEUTO	1000	R$ 11,50	R$ 11.500,00
564/702	11421	BOLSA DE COLOSTOMIA DESCARTAVEL 30CM PCTE COM 10	UN	MEDSONDA	200	R$ 7,19	R$ 1.438,00
567/702	11424	CAPSAICINA, 0,75 MG/ML, LOÇÃO TÓPICA	UN	APSEN	300	R$ 105,00	R$ 31.500,00
569/702	11426	CARVÃO VEGETAL ATIVADO,PÓ,250 G	UN	UNIAO QUIMICA	100	R$ 30,00	R$ 3.000,00
573/702	11430	CATETER INTRAVENOSO, TEFLON OU POLIURETANO, 20 G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO,CÂMARA REFLUXO,TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AG. AÇO INOX,BISEL CURTO,TRIFACETADO, PADRÃO DE CORES UNIVERSAL(NBR/ISO 10555-5), CONECTOR LUER,PROTETOR ENCAI	UN	LABOR IMPORT	1000	R$ 1,05	R$ 1.050,00
574/702	11431	CATETER INTRAVENOSO, TEFLON OU POLIURETANO, 22 G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO,CÂMARA REFLUXO,TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AG. AÇO INOX,BISEL CURTO,TRIFACETADO, PADRÃO DE CORES UNIVERSAL(NBR/ISO 10555-5), CONECTOR LUER,PROTETOR ENCAI	UN	LABOR IMPORT	1000	R$ 1,05	R$ 1.050,00
584/702	11441	CETOPROFENO, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, ENDOVENOSO	UN	CRISTALIA	2000	R$ 5,17	R$ 10.340,00
590/702	11447	CLOPIDOGREL, 75 MG	UN	EMS	1000	R$ 1,50	R$ 1.500,00
596/702	11453	CLORETO DE SÓDIO, 0,9 %, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 500 ML DE SOLUÇÃO	UN	EQUIPLEX	15000	R$ 4,00	R$ 60.000,00
600/702	11457	COLAGENASE, APRESENTAÇÃO ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 15G. VALIDADE MÍNIMA 02 ANOS, REGISTRADO JUNTO A ANVISA.,BISNAGA	UN	CRISTALIA	20	R$ 19,20	R$ 384,00
601/702	11458	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, PAPELÃO, 13 L, ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, DESCARTÁVEL COM 10UN	UN	DESCABOX	2000	R$ 5,30	R$ 10.600,00
605/702	11462	COMPRESSA GAZE, MATERIAL TECIDO 100 ALGODÃO, TIPO 13 FIOS/CM2, MODELO COR BRANCA,ISENTA DE IMPUREZAS, CAMADAS 8 CAMADAS, LARGURA 7,50, COMPRIMENTO 7,50, DOBRAS 5 DOBRAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESTÉRIL,DESCARTÁVEL	UN	MB	5000	R$ 0,07	R$ 350,00
606/702	11463	COMPRESSA GAZE, RAYON, 7,50 CM, 15 CM, EMBEBIDA EM ÓLEO DERMOPROTETOR	UN	MB	1000	R$ 7,99	R$ 7.990,00
610/702	11467	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, 13 FIOS/CM2, COR BRANCA,ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 CM, 7,50 CM, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL PACOTE COM 500	UN	MB	1000	R$ 18,00	R$ 18.000,00
612/702	11469	DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	NEO QUIMICA	10000	R$ 0,95	R$ 9.500,00
618/702	11475	DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	TEUTO	30000	R$ 0,61	R$ 18.300,00
626/702	11484	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS, CONECTOR LUER, 21 G, CÂNULA AÇO INOX, SILICONIZADA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32	UN	LABOR IMPORT	2000	R$ 0,60	R$ 1.200,00
641/702	11500	ESPARADRAPO, 100 MM, 4,50 M, IMPERMEÁVEL 1 FACE, MASSA ADESIVA ZNO, RESISTENTE, BRANCA, TECIDO DE ALGODÃO	UN	CIEX	1000	R$ 8,25	R$ 8.250,00
650/702	11509	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 3,5 CM, ESTÉRIL	UN	SHALON	300	R$ 4,60	R$ 1.380,00
651/702	11510	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 4,0 CM, ESTÉRIL	UN	SHALON	300	R$ 4,60	R$ 1.380,00
652/702	11511	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 5 CM, ESTÉRIL	UN	SHALON	300	R$ 4,60	R$ 1.380,00
656/702	11516	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 1-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 4,0 CM, ESTÉRIL	UN	SHALON	300	R$ 4,60	R$ 1.380,00
657/702	11517	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 1-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 5 CM, ESTÉRIL	UN	SHALON	300	R$ 4,60	R$ 1.380,00
658/702	11518	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 2-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 5 CM, ESTÉRIL	UN	SHALON	300	R$ 4,60	R$ 1.380,00

662/702	11522	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 4-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 1,50 CM, ESTÉRIL	UN	SHALON	300	R$ 4,60	R$ 1.380,00
663/702	11523	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 4-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 2,0 CM, ESTÉRIL	UN	SHALON	300	R$ 4,60	R$ 1.380,00
664/702	11524	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 5-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 2,0 CM, ESTÉRIL	UN	SHALON	300	R$ 4,60	R$ 1.380,00
692/702	11552	FITA ADESIVA INDICADORA DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE, 19MMX30M. VALIDADE MÍNIMA 02 ANOS, REGISTRADO JUNTO A ANVISA.,ROLO	UN	CIEX	500	R$ 3,95	R$ 1.975,00
694/702	11554	FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	CRISTALIA	1000	R$ 1,70	R$ 1.700,00
30/702	11608	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 10%, SPRAY	UN	CRISTALIA	200	R$ 97,65	R$ 19.530,00
358/702	11965	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL, EMBALAGEM COM 40 UNID.	UN	DESCARPACK	100	R$ 7,40	R$ 740,30
432/702	12039	FORCEPS - EM ACO INOX NBR 7153-1,N.17	UN	GOLGRAN	2	R$ 81,90	R$ 163,80
480/702	12087	OTOSCÓPIO, CLÍNICO, COM VISOR SOBRESSALENTE, 2 PILHAS, ERGONÔMICO, LÂMPADA HALÓGENA, 2 SOBRESSALENTES, JOGO 4 ESPÉCULOS REUSÁVEIS ENTIREFLEXO NEONATAL, ESTOJO PRÓPRIO	UN	MICATOS	5	R$ 739,00	R$ 3.695,00
481/702	12088	OTOSCÓPIO, CLÍNICO, PORTÁTIL, PILHA, COM LÂMPADA DE FIBRA ÓTICA E LENTE DE AUMENTO	UN	MICATOS	5	R$ 748,00	R$ 3.740,00
580/702	11437	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, ENDOVENOSO	UN	BLAU	3000	R$ 2,27	R$ 6.810,00
621/702	11478	EQUIPO, DE INFUSÃO, PVC CRISTAL, MÍN. 120 CM, CÂMARA GOTEJADORA FLEXÍVEL C/ FILTRO AR, MICROGOTAS, PINÇA REGULADORA DE FLUXO, INJETOR LATERAL VALVULADO, LUER ROTATIVO C/ TAMPA E FILTRO, ESTÉRIL,DESCARTÁVEL	UN	ADLIN	1000	R$ 1,58	R$ 1.580,00
426/702	12033	FORCEPS - EM ACO INOX, DE WALSHAM DIREITO SERRILHADO.	UN	GOLGRAN	5	R$ 156,00	R$ 780,00
						VALOR TOTAL	R$ 997.512,10

1.2 – As quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não ser adquiridas pelo Município. Quando adquiridas, serão fornecidas pela empresa acima identificada, mediante emissão da Autorização de Fornecimento e recebimento pela **PROMITENTE FORNECEDORA** da NOTA DE EMPENHO, de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município, respeitadas as quantidades mínimas de carga para transporte terrestre ou pluvial, do objeto acima descrito.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura podendo ser prorrogada na forma da lei.

2.2 – Nos termos do art. 15, §4° da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ALTO BOA VISTA - MT não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 – Em cada aquisição decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 013/2017 para Registro de Preços n° 011/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dial, após a entrega e conferência das quantidades solicitadas pelo Município, ou conforme os repasses Federais e Estaduais;

3.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Contabilidade e ou/ Secretaria Municipal de ALTO BOA VISTA - MT, localizada na Av. serra nova, 975, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de ALTO BOA VISTA - MT e conter o número do empenho correspondente

3.3 – Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ao) apresentar e manter atualizados (**durante a validade do registro**) os seguintes documentos:

3.3.1 – prova de regularidade com a Previdência Social (CND – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;

3.3.2 – prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

3.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

3.4 – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.5 – O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 – Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 - Nos pagamentos realizados após a data convencionada, incidirão juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice INPC, pro rata dia.

CLÁUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 - O prazo de entrega será de no máximo 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho e confirmação de pedido.

4.2 – A empresa fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

4.2.1 – A entrega será feita na prefeitura Municipal de Alto Boa vista, no endereço a seguir: Av. serra nova, nº 975, Centro –Alto Boa Vista - MT, indicados, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.2.1.1- A entrega de medicamento quando solicitada deverá ser entregue com data de validade de no mínimo 18 (dezoito) meses antes da data de vencimento.

4.2.2 - Além da entrega no local designado pela prefeitura Municipal de Alto Boa vista, conforme subitem 4.2.1, deverá a licitante vencedora também descarregar e armazenar os materiais em local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

4.3 - Toda e qualquer entrega de materiais fora do estabelecido neste edital será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste edital.

4.4 – Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a prefeitura Municipal de Alto Boa vista não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de cinco (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de cinco (cinco) dias.

4.6 – A Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município

5.1.1 – Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;

5.1.2 – Aplica a PROMINENTE FORNECEDORA penalidades, quando for o caso;

5.1.3 – Prestar a toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no Departamento de Contabilidade;

5.1.5 – Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

5.2 – Da Promitente Fornecedora

5.2.1 – Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

5.2.3 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

5.2.4 - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

5.2.5 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

5.2.6 - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.7 – Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

5.2.8 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.

6.2 – A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 - Toda e qualquer entrega de material fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à(s) licitante(s) vencedora(s) que ficará(ão) obrigada(s) a substituir os materiais, o que fará(ão) prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também às sanções cabíveis.

6.5 - O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Unidades Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

7.1.1- Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

7.1.2 - Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

7.1.3 - Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

7.1.4 - Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

7.1.5 - Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

7.1.6 - Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

7.1.7 - Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

7.1.8 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1° do art. 28 da Lei Federal n° 9.069/95, ao art. 3° §1°, da Medida Provisória n° 1.488-16/96 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial 013/2017 sistema de Ata de Registro de Preços n° 011/2017, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constante do Decreto Municipal.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

8.3 - A Administração Municipal poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do Detentora da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será valido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.

8.4 – O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:

9.1.1 – A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;

9.1.2 – A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94.

9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado pelo seguinte órgão desta Administração: ***Secretaria Municipal de Saúde.***

CLAUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 – Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação modalidade Pregão Presencial nº 013/2017 para Registro de Preços N° 011/2017.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial 013/2017 para Registro de Preços n° 011/2017.

14.2 – Os caso omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, pelo Decreto Municipal n° 019/2009 e 001/2010, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1 – As parte elegem o foro da Comarca de São Félix do Araguaia - MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

ALTO BOA VISTA, 12 de Julho de 2017.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA	RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME
Prefeito Municipal	Cnpj 12.313.826/0001-90
Contratante	Contratado

TESTEMUNHAS: **1ª.** NOME: CPF nº:	**2ª.** NOME: CPF nº:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-D/2017

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMACIA BASICA, INSUMOS DE ENFERMAGENS E MATERIAL ODONTOLOGICO, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICRO EMPRESARIO INDIVIDUAL (MEI) NOS ITENS ORÇADOS ABAIXO DE R$ 80.000,00 COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

O Município de ALTO BOA VISTA - MT, neste ato representado pelo Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **GIGA COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES ALIMENTICIOS E SUPLEMENTOS LTDA ME,** estabelecida na RUA PARANA – S/N – QUADRA 77 LOTE 06 SALA 01 E 02 – VILA BRASILIA – APARECIDA DE GOIANIA/GO – CEP 74.905-610, CNPJ n° 14.800.997/0001-79, neste ato representada pelo Sr(a) WILLIAM DE LIMA, portador da carteira de identidade RG Nº 60120 MTE/GO, inscrito no CPF sob o n° 287.926.101-53, doravante denominada **FORNECEDORA**, nos termos do art. 15 da Lei Federal n° 8.666/93, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal n° 8.883/94, Lei Federal n° 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 019/2009, 001/2010 e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2017**, para ATA DE **REGISTRO DE PREÇOS 011/2017**, conforme consta do processo administrativo 026/2017, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas às disposições das leis já mencionada acima:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futuras aquisições de medicamentos pela Prefeitura Municipal de ALTO BOA VISTA -MT:

Nr. Item	Código	Descrição	Unid	Marca	Qtde	Vlr. Unitário	Vlr. Total
1/702	11563	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, EM POLIETILENO (PLÁSTICO), BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TAMPA EM ROSCA, TRANSPARENTE, 500 ML	UN	J PROLAB	50	R$ 3,69	R$ 184,50
2/702	11564	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, EM POLIETILENO (PLÁSTICO), BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TAMPA EM ROSCA, TRANSPARENTE, 60 ML	UN	J PROLAB	500	R$ 3,69	R$ 1.845,00
29/702	11607	LENÇOL DESCARTÁVEL, PAPEL, 0,50 M, 70 M, ROLO, MACA HOSPITALAR ROLO	UN	NATURAL PLENO	10	R$ 9,69	R$ 96,90
37/702	11615	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, EXTRAPEQUENO, LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À TRAÇÃO	UN	DESCARPACK	10000	R$ 0,23	R$ 2.300,00
40/702	11618	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, PEQUENO, ATÓXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, RESISTENTE À TRAÇÃO	UN	DESCARPACK	20000	R$ 0,23	R$ 4.600,00
42/702	11620	MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO,3 CAMADAS,PREGAS HORIZONTAIS,ATÓXICA, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO,HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL	UN	TALGE	1000	R$ 0,13	R$ 130,00

43/702	11621	MÁSCARA DE INALAÇÃO / NEBULIZAÇÃO, EM PVC FLEXÍVEL, VERDE, ADULTO, ATÓXICA, ROSQUEAVEL	UN	DARU	100	R$ 16,00	R$ 1.600,00
45/702	11623	MÁSCARA DE INALAÇÃO / NEBULIZAÇÃO, PVC TRANSPARENTE, HUDSON, MÉDIA, ATÓXICA E COM PRESILHA ELÁSTICA	UN	PROTEC	40	R$ 92,00	R$ 3.680,00
46/702	11624	MÁSCARA DE INALAÇÃO / NEBULIZAÇÃO, PVC TRANSPARENTE, HUDSON, PEQUENA, NEBULIZAÇÃO, ATÓXICA E COM PRESILHA ELÁSTICA	UN	PROTEC	40	R$ 92,00	R$ 3.680,00
59/702	11638	PAPEL CREPADO P/ ESTERILIZAÇÃO, MISTURA DE	UN	HOSPFLEX	20	R$ 286,00	R$ 5.720,00
		CELULOSE E FIBRAS SINTÉTICAS, REFORÇADA COM FIBRAS SINTÉTICAS EXTERNAS, 3ª GERAÇÃO, 90 X 90 CM, C/ COR, EM FOLHA					R$ -
60/702	11639	PAPEL CREPADO P/ ESTERILIZAÇÃO, 100% CELULOSE REFORÇADA C/ FIBRAS SINTÉTICAS, 2ª GERAÇÃO, 90 X 90 CM, C/ COR, EM FOLHA	UN	HOSPFLEX	20	R$ 204,00	R$ 4.080,00
61/702	11640	PAPEL CREPADO P/ ESTERILIZAÇÃO, 100% CELULOSE, 1ª GERAÇÃO, 90 X 90 CM, C/ COR, EM ROLO 60CM	UN	HOSPFLEX	20	R$ 204,00	R$ 4.080,00
62/702	11641	PAPEL CREPADO P/ ESTERILIZAÇÃO, 100% CELULOSE, 1ª GERAÇÃO, 90 X 90 CM, C/ COR, EM ROLO 40 CM	UN	HOSPFLEX	30	R$ 204,00	R$ 6.120,00
80/702	11667	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 10 ML, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,8 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	UN	DESCARPACK	20000	R$ 1,51	R$ 30.200,00
81/702	11668	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 10 ML, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 40 X 0,8 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	UN	DESCARPACK	20000	R$ 1,72	R$ 34.400,00
83/702	11670	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 20 ML, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 1 EM 1 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,8 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	UN	DESCARPACK	20000	R$ 1,72	R$ 34.400,00
84/702	11671	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 3 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 13 X 0,45 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL	UN	DESCARPACK	10000	R$ 1,50	R$ 15.000,00
85/702	11672	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 3 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 20 X 0,55 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL	UN	DESCARPACK	10000	R$ 0,97	R$ 9.700,00
87/702	11674	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 3 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,8 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,	UN	DESCARPACK	10000	R$ 0,96	R$ 9.600,00
88/702	11675	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 3 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 30 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL	UN	DESCARPACK	10000	R$ 0,96	R$ 9.600,00
96/702	11683	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 60 ML, BICO LUER LOCK, ÊMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, GRADUAÇÃO FIRME E PERFEITAMENTE LEGÍVEL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL	UN	DESCARPACK	5000	R$ 2,10	R$ 10.500,00
97/702	11684	SONDA, LÁTEX, FOLEY, Nº 22, C/BALÃO DE 5 A 15ML	UN	SOLIDOR	100	R$ 3,53	R$ 353,00
98/702	11685	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 10, 3 VIAS, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA V	UN	SOLIDOR	100	R$ 4,20	R$ 420,00
99/702	11686	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 12, 2 UN, C/BALÃO DE 5 A 15ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VA	UN	SOLIDOR	100	R$ 3,53	R$ 353,00
100/702	11687	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 14, 3 VIAS, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA V	UN	SOLIDOR	100	R$ 4,20	R$ 420,00
101/702	11688	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 16, 2 UN, C/BALÃO DE 5 A 15ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VA	UN	SOLIDOR	100	R$ 3,53	R$ 353,00
102/702	11689	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 18, 3 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VAL	UN	SOLIDOR	100	R$ 4,20	R$ 420,00
103/702	11690	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 20, 3 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VAL	UN	SOLIDOR	100	R$ 4,20	R$ 420,00
104/702	11691	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 22, 3 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VAL	UN	SOLIDOR	100	R$ 4,20	R$ 420,00
105/702	11692	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 24, 3 UN, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VAL	UN	SOLIDOR	100	R$ 4,20	R$ 420,00
106/702	11693	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 26, 3 VIAS, COM BALÃO DE 30 ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA V	UN	SOLIDOR	100	R$ 4,20	R$ 420,00
107/702	11694	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 6, 2 VIAS, BALÃO DE 3 A 5ML, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TAMANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VALV	UN	SOLIDOR	100	R$ 4,20	R$ 420,00
108/702	11695	SONDA, LÁTEX SILICONIZADO, FOLEY, Nº 8, COM BALÃO, SUPERFÍCIE LISA,ORIFÍCIOS LATERAIS LARGOS/ARRED., VÁLVULA BORRACHA P/TODAS OS TA-	UN	SOLIDOR	100	R$ 4,20	R$ 420,00

		MANHOS SERINGA, FUNIL DRENAGEM C/CONEXÃO PADRÃO A COLETORES, CAPACIDADE BALÃO E CALIBRE MARCADOS NA VÁLVULA, EMBALAGEM					
109/702	11696	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 08, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 40 CM	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,91	R$ 91,00
110/702	11697	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 10, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 40 CM	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,97	R$ 97,00
111/702	11698	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 12, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,30	R$ 130,00
112/702	11699	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 16, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,73	R$ 173,00
113/702	11700	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 18, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,80	R$ 180,00
114/702	11701	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 4, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 40 CM	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,82	R$ 82,00
115/702	11702	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº 6, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 40 CM	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,89	R$ 89,00
116/702	11703	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº14, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,54	R$ 154,00
117/702	11704	SONDA NASOGÁSTRICA, POLIVINIL FLEXÍVEL, TRANSPARENTE, Nº20, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, 105 CM	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,92	R$ 192,00
118/702	11705	SONDA NASOGÁSTRICA, PVC FLEXÍVEL, CURTA, C/ORIFÍCIO NA EXTREMIDADE DISTAL, Nº 08, ATÓXICA,ATRAUMÁTICA,ESTÉRIL E DESCARTÁVEL	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,08	R$ 108,00
119/702	11706	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 18, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,03	R$ 103,00
120/702	11707	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 20, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,16	R$ 116,00
121/702	11708	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 22, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,42	R$ 142,00
122/702	11709	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 26, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,70	R$ 170,00
123/702	11710	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 28, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,80	R$ 180,00
124/702	11711	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 30, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,84	R$ 184,00
125/702	11712	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 4, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,79	R$ 79,00
126/702	11713	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 6, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,84	R$ 84,00
127/702	11714	SONDA, PVC FLEXÍVEL, RETAL, Nº 8, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,84	R$ 84,00
128/702	11715	SONDA, PVC-ATÓXICO, RETAL, Nº 10, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,90	R$ 90,00
129/702	11716	SONDA, PVC-ATÓXICO, RETAL, Nº 12, SILICONIZADA COM ORIFÍCIO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,94	R$ 94,00
130/702	11717	SONDA, PVC-ATÓXICO, RETAL, Nº 14, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,94	R$ 94,00
131/702	11718	SONDA, PVC-ATÓXICO, RETAL, Nº 16, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,05	R$ 105,00
132/702	11719	SONDA, PVC-ATÓXICO, RETAL, Nº 24, SILICONIZADA COM ORIFÍO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,40	R$ 140,00
133/702	11720	SONDA, PVC-ATÓXICO, RETAL, Nº 32, SILICONIZADA COM ORIFÍCIO ÚNICO DISTAL, CONEXÃO LÁTEX ADAPTÁVEL À FRASCOS SORO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA,EMB.INDIVIDUAL(MS)	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,90	R$ 190,00
134/702	11721	SONDA, SILICONE, CATETER NASAL, 10 FR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, 6 CM, EM "Y"	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,69	R$ 169,00
135/702	11722	SONDA, SILICONE, CATETER NASAL, 12 FR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, 6 CM, EM "Y"	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,79	R$ 179,00
136/702	11723	SONDA, SILICONE, CATETER NASAL, 14 FR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, 6 CM, EM "Y"	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,99	R$ 199,00
137/702	11724	SONDA, SILICONE, CATETER NASAL, 6FR, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, 6 CM, EM "Y"	UN	MEDSONDA	100	R$ 2,10	R$ 210,00
138/702	11725	SONDA, SILICONE, CATETER NASAL, 8FR, NEONATAL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, 6 CM, EM "Y"	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,99	R$ 199,00
139/702	11726	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 10, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,97	R$ 97,00
140/702	11727	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 12, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,98	R$ 98,00
141/702	11728	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 14, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,99	R$ 99,00
142/702	11729	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 16, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,99	R$ 99,00

143/702	11730	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 18, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,27	R$ 127,00
144/702	11731	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 20, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,40	R$ 140,00
145/702	11732	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 22, DESCARTÁVEL, NELATON, ESTÉRIL	UN	MEDSONDA	100	R$ 1,47	R$ 147,00
146/702	11733	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 4, EMBALAGEM INDIVIDUAL, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL,APIROGÊNICA	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,85	R$ 85,00
147/702	11734	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 6, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,90	R$ 90,00
148/702	11735	SONDA URETRAL, PVC ATÓXICO SILICONIZADO, Nº 8, MALEÁVEL,TRANSPARENTE,ATRAUMÁTICA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	MEDSONDA	100	R$ 0,92	R$ 92,00
356/702	11963	TOUCA CIRURGICA DESCARTAVEL - CONFECCIONADA EM TNT ,100 POR CENTO POLIPROPILENO##ATOXICO## DESCARTAVEL,FORMATO SANFONADA BRANCO,COM TOTAL CAPACIDADE DE VENTILACAO,RESISTENTE,GRAMATURA 20 G/M2## PACOTE C/100UND	UN	SKY	10	R$ 8,73	R$ 87,30
357/702	11964	MASCARA DE PROTECAO DESCARTAVEL - COM MATERIAL NAO TECIDO, PARTE INTERNA E EXTERNA COMPOSTA POR UM NAO TECIDO, POR PAINEIS DE NAO TECIDO E MEIO FILTRANTE EM MICRO FIBRAS SINTETICAS. EPR DO TIPO MASCARA HOSPITALAR, RESPIRADOR SEMI-FACIAL ESPECIFICA PARA ISOLAMENTO RESPIRATORIO,FECHADA COM TRIPLA CAMADA, DOBRAVEL, RESISTENTE A FLUIDOS, POEIRAS E NEVOAS,RETANGULAR COM DISPOSITIVO PARA AJUSTE NASAL,TIRAS LATERAIS DE COMPRIMENTO ADEQUADO PARA FIXACAO E PERFEITO AJUSTE FACIAL.,RESISTENTE A VAPORES ORGANICOS E AGENTES BIOLOGICOS,EMBALAGEM PROPRIA E INDIVIDUALIZADA E COR DE TOM CLARO QUE PERMITA VISUALIZACAO DE SUJIDADE,DEVERA OBEDECER AOS REQUISITOS ESTABECIDOS PELAS NORMAS DA ABNT/NBR 13698:1996, REQUITOS MS (ANVISA): N° 80284930200, CA	UN	DESCARPACK	30	R$ 12,95	R$ 388,50
363/702	11970	ANTI-SEPTICO - PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO - PMCC SSWHITE,VIDRO,ELIMINACAO 99,9% DOS GERMES CAUSADORES DE INFECCOES,PARA ESTERELIZAR AS MAOS,ACONDICIONADO E EMBALADO EM BOLSA PLASTICA DE 1.000ML,COM VALVULA A AR DOSADORA	UN	SS WHITE	4	R$ 20,49	R$ 81,96
364/702	11971	CIMENTO DE OXIDO DE ZINCO E EUGENOL - REFORCADO, TIPO (IRM),PÓ,PO EM FRASCO COM 40 GRAMAS	UN	SS WHITE	30	R$ 96,00	R$ 2.880,00
366/702	11973	PASTA PROFILATICA - CONTENDO ABRASIVOS SUAVES E AROMA ARTIFICIAL, COM FLUOR,EM BISNAGAS DE 90G EMBALADAS INDIVIDUALMENTE,ACONDICIONADAS EM CAIXAS OU PACOTES CONFORME O FABRICANTE,CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA DE FABRICACAO,RECOMENDACOES PARA ARMAZENAMENTO,VALIDADE MINIMA DE 02 ANOS DA DATA DE ENTREGA	UN	MAQUIRA	10	R$ 9,40	R$ 94,00
367/702	11974	APLICADOR DESCARTAVEL - COMO PINCEL PLASTICO,MICROBRUSH,CAIXA COM 100 UNIDADES,CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL ,FABRICANTE E QUANTIDADE	UN	KG SORENSEN	100	R$ 14,14	R$ 1.414,00
368/702	11975	ADESIVO DE FRASCO UNICO FOTOPOLIMERIZAVEL - ADESIVO DE FRASCO ÚNICO FOTOPOLIMERIZÁVEL, COM SOLVENTE A BASE DE ÁGUA E ÁLCOOL, COM NANOTECNOLOGIA	UN	FGM	25	R$ 26,20	R$ 655,00
369/702	11976	ACIDO FOSFORICO - EM GEL A 37%,EMBALADO EM SERINGA,ROTULO N. LOTE, DATA DE FABRICACAO/VALIDADE, COMPOSICAO E PROCEDENCIA.	UN	FGM	60	R$ 8,80	R$ 528,00
371/702	11978	ANESTESICO TOPICO - GEL, BENZOCAINA 200MG/G, COM SABORES DIVERSOS, EM POTE_C/12G	UN	DFL	20	R$ 7,73	R$ 154,60
374/702	11981	SELANTE - FOTOPOLIMERIZAVEL COM LIBERACAO DE FLUOR, CAIXA CONTENDO KIT C/02 TBS. DE SELANTE C/ 5G,NAS CORES BRANCO OPACO OU MATIZADO,01 SERINGA,01 BLOCO E 05 AGULHAS, CONDICIONADOR EM GEL EM SERING COM 2,5 ML, COMPOSTO BASICAMENTE POR ACIDO FOSFORICO A 37 %, SELANTE EM FRASCO COM APROXIMADAMENTE 5G, EMBALADO INDIVIDUAL	UN	FGM	4	R$ 225,00	R$ 900,00
376/702	11983	IONOMERO DE VIDRO - PARA CIMENTACAO, DUAL (AUTO E FOTOPOLIMERIZAVEL), KIT DE PO, LIQUIDO, MEDIDOR E BLOCO DE ESPATULACAO, PO EM FRASCO COM APROXIMADAMENTE 10G, LIQUIDO EM FRASCO COM APROXIMADAMENTE 10ML	UN	FUJI ORTHO	6	R$ 80,00	R$ 480,00
381/702	11988	TIRA DE LIXA - DE OXIDO DE ALUMINIO, PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE MATERIAIS RESTAURADORES, EM CAIXA COM 150 UNIDADES, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UN	KG SORENSEN	50	R$ 11,24	R$ 562,00
389/702	11996	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL - CALIBRE G-30 CURTA, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL, SILICONIZADA E TRIBISELADA, ESTERILIZADA COM RAIO GAMA-COBALTO	UN	PROCARE	30	R$ 46,90	R$ 1.407,00
390/702	11997	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL - CALIBRE G-27, LONGA, CONFECCIONADA EM ACO INOXIDAVEL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE COM LACRE EM PLASTICO RESISTENTE, EM CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	PROCARE	4	R$ 49,70	R$ 198,80
394/702	12001	CREME DENTAL - CREME,USO INFANTIL (ENTRE: 1.000 E 1.100 PPM DE F),PESANDO 90GR,TUTTI-FRUTTI,COMPOSTO DE: MONOFLUORFOSFATO DE SODIO, SILICATO DE SODIO, FLUORETO DE SODIO,AGUA, AGENTE ANTI-SEPTICO, AROMA, SACARINA,BISNAGA	UN	HYPERMARCAS	1000	R$ 4,70	R$ 4.700,00
397/702	12004	OCULOS DE PROTECAO - EM PLASTICO POLICARBONATO TRANSPARENTE,PARA PROTECAO DE VAPORES QUIMICOS, COM TIRANTE EM ELASTICO, TAMANHO PADRAO	UN	DANNY	4	R$ 6,70	R$ 26,80
398/702	12005	PONTAS PARA USO ODONTOLOGICO - UTILIZACAO PARA CANETA DE ALTA ROTACAO,TAMANHO BROCA ENDO Z 25 MM,MATERIA PRIMA ACO CARBIDE COM EXTREMIDADE INATIVA	UN	FG	10	R$ 34,10	R$ 341,00
399/702	12006	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - PARA ALTA-ROTACAO, ACO CARBIDE, FISSURA CONICA, NUMERO 702, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZACAO EM MEIOS FISICO-QUIMICOS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	UN	FG	10	R$ 12,10	R$ 121,00
400/702	12007	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - PARA ALTA-ROTACAO, ACO CARBIDE, FISSURA CONICA, NUMERO 701, CONFORME AS NORMAS ISO EXISTENTES PARA OS INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS	UN	FG	10	R$ 12,10	R$ 121,00
401/702	12008	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - PARA ALTA ROTACAO,DIAMANTADA,ESFERICA,NUMERO 1014,ESTERELIZAVEL EM MEIO FISICO	UN	FG	30	R$ 2,25	R$ 67,50
402/702	12009	BROCA - DE ALTA ROTACAO DIAMANTADA DE FORMA ESFERICA Nº 1016	UN	FG	30	R$ 2,25	R$ 67,50
403/702	12010	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO - PARA ALTA ROTACAO,DIAMANTADA,ESFERICA,NUMERO 1012,ESTERELIZAVEL EM MEIO FISICO	UN	FAVA	30	R$ 2,25	R$ 67,50

407/702	12014	SISTEMA DE ACABAMENTO E POLIMENTO PARA RESINA	UN	DENTSPLY	20	R$ 89,00	R$ 1.780,00
408/702	12015	RESINA COMPOSTA Z250 A 1 COM 4G	UN	3M	25	R$ 80,50	R$ 2.012,50
409/702	12016	RESINA COMPOSTA Z250 A2 COM 4G	UN	3M	25	R$ 80,50	R$ 2.012,50
410/702	12017	RESINA COMPOSTA Z250 A3 COM 4G	UN	3M	25	R$ 80,50	R$ 2.012,50
411/702	12018	RESINA COMPOSTA Z250 A3.5 COM 4G	UN	3M	25	R$ 80,50	R$ 2.012,50
412/702	12019	RESINA COMPOSTA Z350 A1 COM 4G	UN	3M	25	R$ 80,50	R$ 2.012,50
413/702	12020	RESINA COMPOSTA Z350 A2 COM 4G	UN	3M	25	R$ 80,50	R$ 2.012,50
414/702	12021	RESINA COMPOSTA Z350 A3	UN	3M	25	R$ 80,50	R$ 2.012,50
415/702	12022	RESINA COMPOSTA Z350 A3.5	UN	3M	25	R$ 80,50	R$ 2.012,50
416/702	12023	RESINA COMPOSTA Z250 B2	UN	3M	25	R$ 80,50	R$ 2.012,50
417/702	12024	RESINA COMPOSTA Z250 B1	UN	3M	25	R$ 80,50	R$ 2.012,50
418/702	12025	RESINA COMPOSTA Z100 A1	UN	3M	10	R$ 80,50	R$ 805,00
419/702	12026	RESINA COMPOSTA Z100 A2	UN	3M	10	R$ 80,50	R$ 805,00
424/702	12031	AMALGAMA EM CAPSULA SEM FAZE GAMA - AMALGAMA EM CAPSULA SEM FASE GAMA 2, COM PARTICULAS ESFEROIDAIS IRREGULARES, CONTROLE DO TEMPO DE TRABALHO E QUANTIDADE DAS PORCOES, CAIXA COM 50 CAPSULAS DE 1 PORCAO E TEMPO DE PRESA REGULAR.	UN	SDI	10	R$ 182,00	R$ 1.820,00
428/702	12035	FORCEPS - FORCEPS INFANTIL INCISIVOS INFERIORES, CABO ANATOMICO	UN	GOLGRAN	2	R$ 83,00	R$ 166,00
429/702	12036	FORCEPS - ADULTO NUMERO 69,CABO ANATOMICO,EM ACO	UN	GOLGRAN	2	R$ 83,00	R$ 166,00
430/702	12037	FORCEPS - EM ACO INOX NBR 7153-1,N.16	UN	GOLGRAN	3	R$ 83,00	R$ 249,00
431/702	12038	PINCA PARA LABORATORIO - EM ACO INOXIDAVEL AISI-420,CLINICA PARA ALGODAO,TAMANHO 16 CM	UN	GOLGRAN	15	R$ 60,00	R$ 900,00
434/702	12041	ESPELHO BUCAL - NUM. 05 COM CABO	UN	GOLGRAN	20	R$ 12,70	R$ 254,00
436/702	12043	ESPATULA - EM ACO INOX, DE 25MM.	UN	QUINELATO	10	R$ 30,00	R$ 300,00
438/702	12045	TESOURA - TESOURA CIRURGICA,ACO INOX,TIPO RETA,16 CM	UN	PROFESSIONAL	3	R$ 26,00	R$ 78,00
440/702	12047	APARELHO DE FOTOPOLIMERIZADOR	UN	KONDENTECH	1	R$ 987,00	R$ 987,00
444/702	12051	SONDA EXPLORATÓRIA	UN	GOLGRAN	15	R$ 8,30	R$ 124,50
447/702	12054	ULTRA-SOM E JATO DE BICARBONATO - PARA PROFILAXIA, COM INSTRUMENTO DE JATO DE BICARBONATO, COM FREQUENCIA MINIMA DE 30.000 HZ, AMPLITUDE DE VIBRACAO DA PONTA DE APROX. 0,25MM	UN	SCHUSTER	1	R$ 4.480,00	R$ 4.480,00
452/702	12059	AUTOCLAVE, AÇO INOX, VERTICAL, GRAVITACIONAL, MANUAL, CERCA DE 30 L, MANÔMETRO, CHAVE TEMPERATURA, 1 CESTO	UN	STERMAX	2	R$ 5.600,00	R$ 11.200,00
455/702	12062	BIOMBO HOSPITALAR, AÇO INOXIDÁVEL, PINTURA EM EPÓXI, TRIPLO DOBRÁVEL, 2,00 CM, COMPRIMENTO 2,00 APROXIMADAMENTE, ABERTO CM, PONTEIRAS GIRATÓRIAS, TERMOPLÁSTICA, TECIDO BRIM	UN	MEDAXO	10	R$ 580,00	R$ 5.800,00
456/702	12063	CENTRÍFUGA, P/ MICROHEMATÓCRITO, AJUSTE MECÂNICO, BOTÃO CONTROLE VELOCIDADE, ATÉ 24 CAPILARES, ATÉ 15.000 RPM, TEMPORIZADOR ATÉ 60 MIN, C/ TRAVA SEGURANÇA NA TAMPA	UN	BRASMED	1	R$ 9.300,00	R$ 9.300,00
466/702	12073	CURETA, AÇO INOXIDÁVEL, ANGULADA 45¿, 12 CM, 0,3 MM, RETIRADA CORPO ESTRANHO	UN	FAVA	2	R$ 57,00	R$ 114,00
468/702	12075	DETECTOR FETAL, PORTÁTIL, AJUSTE MECÂNICO, BOTÃO DE CONTROLE, GABINETE METÁLICO, AUSCULTA BCF, FLUXO SANGUÍNEO PLACENTA E CORDÃO, BCF ATÉ CERCA 200 BPM, ATÉ CERCA 2,2 MHZ, A BATERIA, C/ ALTO FALANTE, TRANSDUTOR, ENTRADA AUXILIAR, FONE DE OUVIDO	UN	MEDPEJ	2	R$ 1.200,00	R$ 2.400,00
472/702	12079	ESFIGMOMANÔMETRO, ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRAÇO, ATÉ 300 MMHG, BRAÇADEIRA EM TECIDO, FECHO EM METAL, ADULTO OBESO	UN	PREMIUM	20	R$ 168,00	R$ 3.360,00
482/702	12089	OTOSCÓPIO, LED, LENTE GIRATÓRIA MÍNIMO DE 2 X, JOGO DE ESPÉCULOS REUTILIZÁVEIS	UN	MD	5	R$ 1.300,00	R$ 6.500,00
484/702	12091	OXÍMETRO PORTÁTIL, BATERIA, PULSO, 0 A 100 PER, 20-250 BPM, SENSORES ADULTO,PEDIÁTRICO E NEONATAL,ALARME, TELA LCD,CARTÃO MEMÓRIA,SAÍDA INFRA-VERMELHO	UN	STI MEDICAL	2	R$ 535,00	R$ 1.070,00
492/702	12099	TERMÔMETRO CLÍNICO, PLÁSTICO, DIGITAL, 1 S, AURICULAR E TESTA, BATERIA, SENSOR INFRAVERMELHO, DESLIGA AUTOMÁTICO	UN	INCOTERM	50	R$ 224,00	R$ 11.200,00
524/702	11370	ÁLCOOL ETÍLICO,SOLUÇÃO,1L 70%	UN	ITAJA	500	R$ 6,49	R$ 3.245,00
548/702	11405	ATADURA GESSADA, SINTÉTICA, 8 CM, 200 CM, TECIDO FIBRA VIDRO IMPREGNADA C/RESINA POLIURETANO	UN	ORTOFEN	500	R$ 1,99	R$ 995,00
552/702	11409	ATADURA TUBULAR, REDE ELÁSTICA, TECIDO MISTO, FIXAÇÃO DE CURATIVO, LARGURA (ESTICADA) CERCA DE 100 MM, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL	UN	POLARFIX	500	R$ 17,00	R$ 8.500,00
554/702	11411	ATADURA TUBULAR, REDE ELÁSTICA, TECIDO MISTO, FIXAÇÃO DE CURATIVO, LARGURA (ESTICADA) CERCA DE 14 MM, HIPOALERGÊNICA, DESCARTÁVEL	UN	POLARFIX	500	R$ 15,50	R$ 7.750,00
571/702	11428	CATETER INTRAVENOSO, TEFLON OU POLIURETANO, 14G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO,CÂMARA REFLUXO,TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AG. AÇO INOX,BISEL CURTO,TRIFACETADO, PADRÃO DE CORES UNIVERSAL(NBR/ISO 10555-5), CONECTOR LUER,PROTETOR ENCAIX	UN	SOLIDOR	1000	R$ 1,17	R$ 1.170,00
575/702	11432	CATETER INTRAVENOSO, TEFLON OU POLIURETANO, 24 G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO,CÂMARA REFLUXO,TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPA-	UN	SOLIDOR	1000	R$ 1,16	R$ 1.160,00

		CO, AG. AÇO INOX,BISEL CURTO,TRIFACETADO, PADRÃO DE CORES UNIVERSAL(NBR/ISO 10555-5), CONECTOR LUER,PROTETOR ENCAI					
576/702	11433	CATETER INTRAVENOSO, TEFLON OU POLIURETANO, 18 G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO,CÂMARA REFLUXO,TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AG. AÇO INOX,BISEL CURTO,TRIFACETADO, PADRÃO DE CORES UNIVERSAL(NBR/ISO 10555-5), CONECTOR LUER,PROTETOR ENCAI	UN	SOLIDOR	1000	R$ 1,05	R$ 1.050,00
607/702	11464	COMPRESSA GAZE, RAYON, 7,50 CM, 7,50 CM, EMBEBIDA EM ÓLEO DERMOPROTETOR	UN	POLARFIX	1000	R$ 10,95	R$ 10.950,00
608/702	11465	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO QUEIJO, COR BRANCA,ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 13 FIOS/CM2, 91 CM, 91 M, 4 DOBRAS, EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL	UN	ORTOFEN	100	R$ 45,00	R$ 4.500,00
622/702	11479	EQUIPO, DE INFUSÃO, PVC CRISTAL, PONTA PERFURANTE C/ CÂMARA GOTEJADORA, GOTA PADRÃO, PINÇA REGULADORA DE FLUXO, INJETOR LATERAL VALVULADO, CONECTOR LUER LOCK, ESTÉRIL,DESCARTÁVEL	UN	ADLIN	30000	R$ 1,55	R$ 46.500,00
627/702	11485	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS, CONECTOR LUER, 23 G, CÂNULA AÇO INOX, SILICONIZADA, ATRAUMÁTICA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32	UN	LABOR IMPORT	40000	R$ 0,60	R$ 24.000,00
642/702	11501	ESPÉCULO, POLIETILENO, VAGINAL, GRANDE, C/LUBRIFICAÇÃO, ESTÉRIL,DESCARTÁVEL,EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	KALPLAST	1000	R$ 1,55	R$ 1.550,00
644/702	11503	ESPÉCULO, POLIETILENO, VAGINAL, PEQUENO, C/LUBRIFICAÇÃO, ESTÉRIL,DESCARTÁVEL,EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	KALPLAST	1000	R$ 1,40	R$ 1.400,00
653/702	11512	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 3,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 4,59	R$ 1.377,00
654/702	11513	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 0, MÍNIMO 70 CM, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 4,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 4,59	R$ 1.377,00
655/702	11515	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 1-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 3,5 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 4,59	R$ 1.377,00
659/702	11519	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 2-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, 2,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 4,59	R$ 1.377,00
660/702	11520	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 3-0, COMPR. MÍNIMO 70 CM, 1/2 CÍRCULO CILÍNDRICA, 4,0 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 4,59	R$ 1.377,00
661/702	11521	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 3-0, MÍNIMO 70 CM, 3/8 CÍRCULO TRIANGULAR(CORTANTE), 2,5 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 4,59	R$ 1.377,00
665/702	11525	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 5-0, MÍNIMO 70 CM, 3/8 CÍRCULO CORTANTE, 1,50 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 4,59	R$ 1.377,00
666/702	11526	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 6-0, MÍNIMO 70 CM, C/1 AGULHA EM CADA PONTA DO FIO, 3/8 CÍRCULO ESPATULADA, 0,65 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 4,59	R$ 1.377,00
667/702	11527	FIO DE SUTURA, CATGUT SIMPLES C/ AGULHA, 6-0, 45 CM, C/1 AGULHA EM CADA PONTA DO FIO, 3/8 CÍRCULO ESPATULADA, 0,65 CM, ESTÉRIL	UN	TECHNOFIO	300	R$ 4,59	R$ 1.377,00
693/702	11553	FITA ADESIVA, MATERIAL CREPE, TIPO MONOFACE, LARGURA 19, COMPRIMENTO 50, COR BEGE, APLICAÇÃO MULTIUSO	UN	CIEX	500	R$ 3,70	R$ 1.850,00
695/702	11555	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY 100 ML	UN	ADLIN	50	R$ 9,70	R$ 485,00
79/702	11666	ERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 10 ML, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,ESTÉRIL	UN	DESCARPACK	20000	R$ 0,86	R$ 17.200,00
532/702	11379	ALGODÃO, TIPO HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO EM MANTAS, MATERIAL ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO, ESTERILIDADE NÃO ESTÉRIL, TIPO EMBALAGEM EMBALAGEM INDIVIDUAL 500G	UN	FAROL	500	R$ 12,60	R$ 6.300,00
						VALOR TOTAL	R$ 451.861,36

1.2 – As quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não ser adquiridas pelo Município. Quando adquiridas, serão fornecidas pela empresa acima identificada, mediante emissão da Autorização de Fornecimento e recebimento pela **PROMITENTE FORNECEDORA** da NOTA DE EMPENHO, de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município, respeitadas as quantidades mínimas de carga para transporte terrestre ou pluvial, do objeto acima descrito.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura podendo ser prorrogada na forma da lei.

2.2 – Nos termos do art. 15, §4° da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ALTO BOA VISTA - MT não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 – Em cada aquisição decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 013/2017 para Registro de Preços n° 011/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dial, após a entrega e conferência das quantidades solicitadas pelo Município, ou conforme os repasses Federais e Estaduais;

3.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Contabilidade e ou/ Secretaria Municipal de ALTO BOA VISTA - MT, localizada na Av. serra nova, 975, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de ALTO BOA VISTA - MT e conter o número do empenho correspondente

3.3 – Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ao) apresentar e manter atualizados (**durante a validade do registro**) os seguintes documentos:

3.3.1 – prova de regularidade com a Previdência Social (CND – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;

3.3.2 – prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

3.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

3.4 – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.5 – O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 – Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 - Nos pagamentos realizados após a data convencionada, incidirão juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice INPC, pro rata dia.

CLÁUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 - O prazo de entrega será de no máximo 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho e confirmação de pedido.

4.2 – A empresa fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

4.2.1 – A entrega será feita na prefeitura Municipal de Alto Boa vista, no endereço a seguir: Av. serra nova, nº 975, Centro –Alto Boa Vista - MT, indicados, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.2.1.1- A entrega de medicamento quando solicitada deverá ser entregue com data de validade de no mínimo 18 (dezoito) meses antes da data de vencimento.

4.2.2 - Além da entrega no local designado pela prefeitura Municipal de Alto Boa vista, conforme subitem 4.2.1, deverá a licitante vencedora também descarregar e armazenar os materiais em local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

4.3 - Toda e qualquer entrega de materiais fora do estabelecido neste edital será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste edital.

4.4 – Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a prefeitura Municipal de Alto Boa vista não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de cinco (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de cinco (cinco) dias.

4.6 – A Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município

5.1.1 – Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;

5.1.2 – Aplica a PROMINENTE FORNECEDORA penalidades, quando for o caso;

5.1.3 – Prestar a toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no Departamento de Contabilidade;

5.1.5 – Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

5.2 – Da Promitente Fornecedora

5.2.1 – Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

5.2.3 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

5.2.4 - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

5.2.5 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

5.2.6 - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.7 – Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

5.2.8 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.

6.2 – A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 - Toda e qualquer entrega de material fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à(s) licitante(s) vencedora(s) que ficará(ão) obrigada(s) a substituir os materiais, o que fará(ão) prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também às sanções cabíveis.

6.5 - O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Unidades Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

7.1.1- Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

7.1.2 - Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

7.1.3 - Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

7.1.4 - Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

7.1.5 - Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

7.1.6 - Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

7.1.7 - Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

7.1.8 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1° do art. 28 da Lei Federal n° 9.069/95, ao art. 3° §1°, da Medida Provisória n° 1.488-16/96 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial 013/2017 sistema de Ata de Registro de Preços n° 011/2017, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constante do Decreto Municipal.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

8.3 - A Administração Municipal poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do Detentora da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será valido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.

8.4 – O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:

9.1.1 – A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;

9.1.2 – A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94.

9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado pelo seguinte órgão desta Administração: ***Secretaria Municipal de Saúde.***

CLAUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 – Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação modalidade Pregão Presencial nº 013/2017 para Registro de Preços N° 011/2017.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial 013/2017 para Registro de Preços n° 011/2017.

14.2 – Os caso omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, pelo Decreto Municipal n° 019/2009 e 001/2010, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1 – As parte elegem o foro da Comarca de São Félix do Araguaia - MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

ALTO BOA VISTA, 12 de Julho de 2017.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA	GIGA COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES ALIMENTICIOS E SUPLEMENTOS LTDA ME
Prefeito Municipal	Cnpj 12.313.826/0001-90
Contratante	Contratado

TESTEMUNHAS: **1ª.** NOME: CPF nº:	**2ª.** NOME: CPF nº:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011-B/2017

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMACIA BASICA, INSUMOS DE ENFERMAGENS E MATERIAL ODONTOLOGICO, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA ATENDER TODAS AS UNIDADES BASICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALTO BOA VISTA – MT COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICRO EMPRESARIO INDIVIDUAL (MEI) NOS ITENS ORÇADOS ABAIXO DE R$ 80.000,00 COM BASE NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 E LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014.

O Município de ALTO BOA VISTA - MT, neste ato representado pelo Prefeito, Sr.VALTUIR CANDIDO DA SILVA, brasileiro, empresário, portador do RG nº. 0346050-9 SSP/MT e do CPF nº. 429.449.881-15, situado no mesmo endereço acima citado, de ora em diante chamado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI ME,** estabelecida na RUA PROFESSOR JOAO FELIX – 635 – SALA 07 – BAIRRO LIXEIRA – CUIABA/MT – CEP 78.008-435, CNPJ n° 03.250.803/0001-92, neste ato representada pelo Sr(a) FRANCISCO SPADA, portador da carteira de identidade RG Nº 01276450044 DETRAN/MT, inscrito no CPF sob o n° 252.549.289-72, doravante denominada **FORNECEDORA**, nos termos do art. 15 da Lei Federal n° 8.666/93, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal n° 8.883/94, Lei Federal n° 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 019/2009, 001/2010 e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL N° 013/**

2017, para ATA DE **REGISTRO DE PREÇOS 011/2017**, conforme consta do processo administrativo 026/2017, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas às disposições das leis já mencionada acima:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

1.1 – Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futuras aquisições de medicamentos pela Prefeitura Municipal de ALTO BOA VISTA -MT:

Nr. Item	Código	Descrição	Unid	Marca	Qtde	Vlr. Unitário	Vlr. Total
192/702	11797	ANLODIPINO BESILATO, 5 MG	UN	VITAMEDIC	20000	R$ 0,07	R$ 1.400,00
245/702	11851	DIAZEPAM, 10 MG	UN	SANTISA	20000	R$ 0,08	R$ 1.600,00
246/702	11852	DIAZEPAM, 5 MG	UN	SANTISA	5000	R$ 0,08	R$ 400,00
254/702	11860	DOXICICLINA, 100 MG	UN	PHARLAB	1000	R$ 0,23	R$ 230,00
265/702	11871	FLUOXETINA, CLORIDRATO,20 MG,CÁPSULA	UN	TEUTO	10000	R$ 0,09	R$ 900,00
269/702	11875	GLIBENCLAMIDA, 5 MG	UN	MEDQUIMICA	10000	R$ 0,06	R$ 600,00
276/702	11882	HIDROCLOROTIAZIDA, 25 MG	UN	PHARLAB	10000	R$ 0,04	R$ 400,00
286/702	11892	LORATADINA, 10MG	UN	GEOLAB	3000	R$ 0,12	R$ 360,00
305/702	11911	NIFEDIPINO, 20 MG	UN	GEOLAB	20000	R$ 0,08	R$ 1.600,00
311/702	11917	OMEPRAZOL, 20 MG	UN	PRATI	20000	R$ 0,09	R$ 1.800,00
318/702	11924	PERMANGANATO DE POTÁSSIO,100 MG,PÓ	UN	MARIOL	100	R$ 0,16	R$ 16,00
346/702	11952	SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO II	UN	PRATI	10000	R$ 0,08	R$ 800,00
457/702	12064	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 MM, FECHO EM VELCRO, P-PEQUENO, NA PARTE POSTERIOR 02 ABERTURAS, NA PARTE ANTERIOR 1 ABERTURA, REVESTIDO DE ESPUMA ETIL VINIL ACETATO	UN	MARIMAR	20	R$ 22,00	R$ 440,00
458/702	12065	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 MM, FECHO EM VELCRO, TAMANHO GRANDE, NA PARTE POSTERIOR 02 ABERTURAS, NA PARTE ANTERIOR 1 ABERTURA, REVESTIDO DE ESPUMA ETIL VINIL ACETATO	UN	MARIMAR	20	R$ 22,00	R$ 440,00
459/702	12066	COLAR CERVICAL, POLIETILENO, ALTA DENSIDADE, ESPESSURA MÍNIMA DE 1,5 MM, FECHO EM VELCRO, TAMANHO MÉDIO, NA PARTE POSTERIOR 02 ABERTURAS, NA PARTE ANTERIOR 1 ABERTURA, REVESTIDO DE ESPUMA ETIL VINIL ACETATO	UN	MARIMAR	20	R$ 22,00	R$ 440,00
498/702	11341	ABAIXADOR DE LINGUA MADEIRA DESCARTAVEL 14 CM TIPO ESPATULA 1,5 CM LARGURA 2 MM DIAMETRO EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	THEOTO	5000	R$ 0,06	R$ 300,00
611/702	11468	DESLANÓSIDO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	UQUIMICA	500	R$ 2,35	R$ 1.175,00
697/702	11557	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, EM POLIETILENO (PLÁSTICO),,BICO CURVO,ÂNGULO DE 90¿ PARTE MEDIAL, C/PROTETOR, TAMPA EM ROSCA, ÂMBAR, 250 ML	UN	JPROLAB	50	R$ 4,22	R$ 211,00
698/702	11558	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, EM POLIETILENO (PLÁSTICO),,BICO CURVO,ÂNGULO DE 90¿ PARTE MEDIAL, C/PROTETOR, TAMPA EM ROSCA, ÂMBAR, 500 ML	UN	JPROLAB	50	R$ 5,05	R$ 252,50
699/702	11559	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, EM POLIETILENO (PLÁSTICO), BICO CURVO,ÂNGULO DE 90¿ PARTE MEDIAL, C/PROTETOR, TAMPA EM ROSCA, TRANSPARENTE, 500 ML	UN	JPROLAB	50	R$ 5,05	R$ 252,50
700/702	11560	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, EM POLIETILENO (PLÁSTICO), BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TAMPA EM ROSCA, ÂMBAR, 250 ML	UN	JPROLAB	50	R$ 3,26	R$ 163,00
701/702	11561	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, EM POLIETILENO (PLÁSTICO), BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TAMPA EM ROSCA, ÂMBAR, 500 ML	UN	JPROLAB	50	R$ 4,04	R$ 202,00
702/702	11562	FRASCO - TIPO ALMOTOLIA, EM POLIETILENO (PLÁSTICO), BICO RETO, LONGO, ESTREITO, COM PROTETOR, TAMPA EM ROSCA, TRANSPARENTE, 250 ML	UN	JPROLAB	50	R$ 3,26	R$ 163,00
3/702	11567	FUROSEMIDA, COMPOSIÇÃO 10 MG/ML, APRESENTAÇÃO SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	3000	R$ 0,77	R$ 2.310,00
9/702	11579	GLICOSE 25% 10 ML	UN	SAMTEC	1000	R$ 0,55	R$ 550,00
12/702	11585	GLICOSE,0,05,SOLUÇÃO INJETÁVEL,250 ML SISTEMA FECHADO	UN	EQUIPLEX	3000	R$ 3,47	R$ 10.410,00
13/702	11588	HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	UQUIMICA	1000	R$ 1,98	R$ 1.980,00
14/702	11592	HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	CRISTALIA	1000	R$ 6,99	R$ 6.990,00
15/702	11593	HIDROCORTISONA, SAL ACETATO, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL	UN	UQUIMICA	1000	R$ 4,50	R$ 4.500,00
17/702	11595	IODO, 1%, EM SOLUÇÃO DE ÁLCOOL ETÍLICO A 70%	UN	RIOQUIMICA	100	R$ 18,50	R$ 1.850,00
20/702	11598	IODOPOVIDONA (PVPI), A 10% (TEOR DE IODO 1%), SOLUÇÃO DEGERMANTE	UN	RIOQUIMICA	300	R$ 19,90	R$ 5.970,00
21/702	11599	IODOPOVIDONA (PVPI), CONCENTRAÇÃO A 10 (TEOR DE IODO 1), FORMA FARMACEUTICA SOLUÇÃO TÓPICA AQUOSA	UN	RIOQUIMICA	300	R$ 20,95	R$ 6.285,00
28/702	11606	LANCETA, AÇO INOXIDÁVEL,PONTA AFIADA,TRIFACETADA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM SISTEMA RETRÁTIL	UN	CRAL	10000	R$ 0,30	R$ 3.000,00
32/702	11610	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO,20 MG/ML,SOLUÇÃO INJETÁVEL,20 ML	UN	HIPOLABOR	1000	R$ 3,70	R$ 3.700,00
33/702	11611	LUVA ESTERIL 6.5 PAR	UN	MAXITEX	500	R$ 1,82	R$ 910,00

34/702	11612	LUVA ESTERIL 8.0 PAR	UN	MAXITEX	500	R$ 1,82	R$ 910,00
35/702	11613	LUVA ESTERIL 7.0 PAR	UN	MAXITEX	500	R$ 1,82	R$ 910,00
48/702	11626	METILERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	UQUIMICA	500	R$ 2,50	R$ 1.250,00
49/702	11627	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO,5 MG/ML,SOLUÇÃO INJETÁVEL,1 ML	UN	ISOFARMA	1000	R$ 0,65	R$ 650,00
57/702	11636	ÓLEO MINERAL (VASELINA LÍQUIDA / PETROLATO),,FRASCO,500 ML	UN	MARIOL	100	R$ 2,84	R$ 284,00
58/702	11637	OMEPRAZOL, 40 MG, INJETÁVEL	UN	CRISTALIA	500	R$ 8,50	R$ 4.250,00
65/702	11644	PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	UQUIMICA	1000	R$ 2,95	R$ 2.950,00
68/702	11647	POVIDINE DEGERMANTE 1L	UN	RIOQUIMICA	500	R$ 19,95	R$ 9.975,00
72/702	11651	RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	FARMACE	2000	R$ 0,72	R$ 1.440,00
86/702	11673	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 3 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 25 X 0,7 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVEL,	UN	SR	10000	R$ 0,27	R$ 2.700,00
151/702	11738	TENOXICAM, 20 MG, INJETÁVEL	UN	UQUIMICA	1000	R$ 7,30	R$ 7.300,00
154/702	11741	TRAMADOL CLORIDRATO, 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	UQUIMICA	10000	R$ 1,90	R$ 19.000,00
155/702	11742	TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HIPOLABR	15000	R$ 1,90	R$ 28.500,00
157/702	11744	VASELINA SÓLIDA - 500 G	UN	RIOQUIMICA	10	R$ 30,00	R$ 300,00
158/702	11745	VITAMINAS DO COMPLEXO B, VITAMINAS: B1,B2,B6,B12 E PP, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HYPOFARMA	20000	R$ 1,35	R$ 27.000,00
164/702	11769	ÁCIDO VALPRÓICO, 250 MG	UN	BIOLAB	10000	R$ 0,65	R$ 6.500,00
165/702	11770	ÁCIDO VALPRÓICO, 50 MG/ML, XAROPE	UN	PRATI	200	R$ 4,90	R$ 980,00
166/702	11771	ÁCIDO VALPRÓICO, 500 MG	UN	BIOLAB	10000	R$ 1,45	R$ 14.500,00
167/702	11772	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO),250 MG,CÁPSULA,	UN	BIOLAB	5000	R$ 0,65	R$ 3.250,00
168/702	11773	ÁCIDO VALPRÓICO (VALPROATO DE SÓDIO),250 MG,COMPRIMIDO,	UN	BIOLAB	5000	R$ 0,65	R$ 3.250,00
170/702	11775	ALBENDAZOL, 400 MG	UN	PRATI	20000	R$ 0,75	R$ 15.000,00
172/702	11777	ALENDRONATO DE SÓDIO, 70 MG	UN	ELOFAR	1000	R$ 0,85	R$ 850,00
175/702	11780	AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 3 MG/ML, XAROPE INFANTIL	UN	FARMACE	2000	R$ 2,85	R$ 5.700,00
181/702	11786	AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25 mg	UN	TEUTO	20000	R$ 0,18	R$ 3.600,00
185/702	11790	AMOXICILINA,50 MG/ML,PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL,150 ML	UN	PRATI	5000	R$ 9,95	R$ 49.750,00
187/702	11792	AMOXICILINA,500 MG,CÁPSULA	UN	PRATI	15000	R$ 0,35	R$ 5.250,00
190/702	11795	AMPICILINA, 500 MG	UN	PRATI	5000	R$ 0,30	R$ 1.500,00
191/702	11796	ANLODIPINO BESILATO, 10 MG	UN	GEOLAB	20000	R$ 0,10	R$ 2.000,00
198/702	11803	AZITROMICINA,40 MG/ML,PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL,600 MG	UN	PRATI	1000	R$ 7,20	R$ 7.200,00
199/702	11804	AZITROMICINA,40 MG/ML,PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL,900 MG	UN	PRATI	2000	R$ 9,80	R$ 19.600,00
202/702	11807	BENZOILMETRONIDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL - 120ml	UN	PRATI	5000	R$ 4,40	R$ 22.000,00
203/702	11808	BIPERIDENO, 2 MG	UN	CRISTALIA	10000	R$ 0,34	R$ 3.400,00
209/702	11814	CARBAMAZEPINA, 200 MG	UN	TEUTO	20000	R$ 0,16	R$ 3.200,00
211/702	11816	CARBAMAZEPINA,20 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,120 ML	UN	UQUIMICA	100	R$ 10,90	R$ 1.090,00
213/702	11818	CARVEDILOL, 12,5 MG	UN	BIOLAB	5000	R$ 0,32	R$ 1.600,00
214/702	11819	CARVEDILOL, 25 MG	UN	BIOLAB	1000	R$ 0,32	R$ 320,00
215/702	11820	CARVEDILOL, 3,125 MG	UN	BIOLAB	5000	R$ 0,32	R$ 1.600,00
216/702	11821	CARVEDILOL, 6,25 MG	UN	BIOLAB	10000	R$ 0,32	R$ 3.200,00
219/702	11825	CEFALEXINA,500 MG,CÁPSULA	UN	TEUTO	10000	R$ 0,83	R$ 8.300,00
220/702	11826	CEFALEXINA,500 MG,COMPRIMIDO	UN	TEUTO	10000	R$ 0,83	R$ 8.300,00
223/702	11829	CETOCONAZOL, 200 MG	UN	PRATI	1000	R$ 0,20	R$ 200,00
224/702	11830	CINARIZINA, 25 MG	UN	NEOQUIMICA	5000	R$ 0,22	R$ 1.100,00
226/702	11832	CIPROFIBRATO, 100 MG	UN	BIOLAB	1000	R$ 0,73	R$ 730,00

228/702	11834	CITALOPRAM, 20 MG	UN	CRISTALIA	1000	R$ 0,85	R$ 850,00
231/702	11837	CLONAZEPAM, 2 MG	UN	GEOLAB	20000	R$ 0,12	R$ 2.400,00
233/702	11839	CLORPROMAZINA, 100 MG	UN	UQUIMICA	10000	R$ 0,32	R$ 3.200,00
234/702	11840	CLORPROMAZINA, 25 MG CP	UN	CRISTALIA	5000	R$ 0,37	R$ 1.850,00
240/702	11846	DEXAMETASONA, 4 MG	UN	TEUTO	5000	R$ 0,36	R$ 1.800,00
244/702	11850	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO,0,4 MG/ML,SOLUÇÃO ORAL,120 ML	UN	PRATI	500	R$ 2,20	R$ 1.100,00
247/702	11853	DIGOXINA, 0,25 MG	UN	PHARLAB	5000	R$ 0,07	R$ 350,00
248/702	11854	DIMETICONA, 75 MG/ML, EMULSÃO ORAL - GOTAS	UN	PRATI	1000	R$ 1,75	R$ 1.750,00
256/702	11862	ENALAPRIL MALEATO, 20 MG	UN	MEDQUIMICA	20000	R$ 0,09	R$ 1.800,00
261/702	11867	ESPIRONOLACTONA, 50 MG	UN	HIPOLABOR	10000	R$ 0,42	R$ 4.200,00
262/702	11868	FENITOÍNA SÓDICA, 100 MG	UN	TEUTO	15000	R$ 0,37	R$ 5.550,00
263/702	11869	FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG	UN	TEUTO	20000	R$ 0,14	R$ 2.800,00
272/702	11878	HALOPERIDOL, APRESENTAÇÃO SAL DECANOATO, CONCENTRAÇÃO 50, TIPO USO SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	UQUIMICA	500	R$ 12,25	R$ 6.125,00
273/702	11879	HALOPERIDOL, 5 MG	UN	UQUIMICA	20000	R$ 0,19	R$ 3.800,00
278/702	11884	IBUPROFENO, 100 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	UN	MEDQUIMICA	20000	R$ 4,50	R$ 90.000,00
280/702	11886	IBUPROFENO, 300 MG	UN	GEOLAB	10000	R$ 0,17	R$ 1.700,00
282/702	11888	IBUPROFENO,50 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,30 ML	UN	TEUTO	5000	R$ 2,40	R$ 12.000,00
285/702	11891	IVERMECTINA,6 MG,COMPRIMIDO	UN	VITAMED	1000	R$ 0,34	R$ 340,00
291/702	11897	METFORMINA CLORIDRATO, 500 MG	UN	PRATI	10000	R$ 0,12	R$ 1.200,00
294/702	11900	METILDOPA, 500 MG	UN	SANVAL	10000	R$ 0,90	R$ 9.000,00
295/702	11901	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 1MG/ML, SOLUÇÃO ORAL	UN	MARIOL	1000	R$ 0,99	R$ 990,00
296/702	11902	METRONIDAZOL (BENZOILMETRONIDAZOL),40 MG/ML,SUSPENSÃO ORAL,100 ML	UN	PRATI	1000	R$ 4,35	R$ 4.350,00
301/702	11907	METRONIDAZOL, 400 MG	UN	TEUTO	5000	R$ 0,50	R$ 2.500,00
310/702	11916	OLEO MINERAL 100ML	UN	MARIOL	500	R$ 3,20	R$ 1.600,00
312/702	11918	OXCARBAZEPINA, 60 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL	UN	UQUIMICA	100	R$ 45,00	R$ 4.500,00
315/702	11921	PARACETAMOL,200 MG/ML,SOLUÇÃO ORAL,15 ML	UN	SOBRAL	3000	R$ 1,10	R$ 3.300,00
316/702	11922	PASTA D'ÁGUA,PASTA,100 G	UN	RIOQUIMICA	100	R$ 7,00	R$ 700,00
323/702	11929	PREDNISOLONA,3 MG/ML,SOLUÇÃO ORAL,100 ML	UN	PRATI	1000	R$ 11,90	R$ 11.900,00
325/702	11931	PREDNISONA, 20 MG	UN	CRISTALIA	20000	R$ 0,53	R$ 10.600,00
329/702	11935	RANITIDINA CLORIDRATO, 150 MG	UN	MEDQUIMICA	30000	R$ 0,14	R$ 4.200,00
332/702	11938	RISPERIDONA, 1 MG	UN	UQUIMICA	10000	R$ 0,44	R$ 4.400,00
333/702	11939	RISPERIDONA, 2 MG	UN	UQUIMICA	10000	R$ 0,48	R$ 4.800,00
335/702	11941	SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL	UN	TEUTO	100	R$ 12,50	R$ 1.250,00
337/702	11943	SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG	UN	GEOLAB	10000	R$ 0,34	R$ 3.400,00
339/702	11945	SINVASTATINA, 20 MG	UN	GEOLAB	1000	R$ 0,19	R$ 190,00
349/702	11955	TIAMINA, CLORIDRATO 300MG	UN	PRATI	5000	R$ 0,35	R$ 1.750,00
352/702	11958	VALPROATO DE SÓDIO, 250 MG	UN	BIOLAB	5000	R$ 0,45	R$ 2.250,00
353/702	11959	VALPROATO DE SÓDIO, 500 MG	UN	BIOLAB	10000	R$ 1,22	R$ 12.200,00
355/702	11962	ALGODAO EM ROLOS - ROLOS PARA USO ODONTOLOGICO, EMBALADO EM PACOTES COM 100 ROLETES, ROTULO COM MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO	UN	CREMER	200	R$ 2,90	R$ 580,00
359/702	11966	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, CIMENTO, BASE + CATALISADOR, CONJUNTO COMPLETO	UN	TECHNEW	16	R$ 19,50	R$ 312,00
361/702	11968	TRICRESOLFORMALINA FRASCO COM 10ML	UN	BIODINAMICA	2	R$ 7,00	R$ 14,00
365/702	11972	ABRASIVO - PEDRA POMES PARA LIMPEZA E POLIMENTO DOS DENTES E TRABALHOS PROTETICOS,APRESENTACAO EM SACO,CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL E PROCEDENCIA DE FABRICACAO,VALIDADE MINIMA DE 2 ANOS A PARTIR DA ENTREGA	UN	GESSORIO	4	R$ 6,70	R$ 26,80

373/702	11980	FLUORETO DE SODIO - FLUOR EM GEL,COM 2% DE FLUOR NEUTRO,PODENDO SER DE DIVERSOS SABORES	UN	DFL	100	R$ 8,50	R$ 850,00
377/702	11984	HEMOSTOP FRASCO COM 10ML	UN	TECNEW	8	R$ 22,00	R$ 176,00
378/702	11985	FIO DE SUTURA DE SEDA - DE SEDA TRANCADA , 4.0,COM AGULHA DE 1,7CM,COM 45CM	UN	TECNOFIO	30	R$ 59,90	R$ 1.797,00
379/702	11986	CARBONO PARA ODONTOLOGIA - REGISTRO DE ARTICULACAO, 12 FOLHAS DUPLAS AZUL E VERMELHA, PAPEL COM 300 MICRAS DE ESPESSURA	UN	BIODINAMICA	50	R$ 4,30	R$ 215,00
380/702	11987	TIRA DE POLIESTER - PARA ACABAMENTO DE RESTAURACOES, EMBALADA EM ENVELOPES COM 50 UNIDADES	UN	PREVEN	30	R$ 1,99	R$ 59,70
382/702	11989	MATRIZ DE ACO - PARA RESTAURACOES DE AMALGAMA, EM ROLO DE 7MM X 50CM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE	UN	FAVA	50	R$ 2,40	R$ 120,00
383/702	11990	MATRIZ DE ACO - PARA RESTAURACOES DE AMALGAMA, EM ROLO DE 5MM X 50CM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE	UN	FAVA	50	R$ 2,20	R$ 110,00
384/702	11991	ANESTESICO LOCAL INJETAVEL - A BASE DE ARTICAINA 4% COM VASOCONSTRITOR,APRESENTACAO TUBETES DE CRISTAL 1,8 ML,EMBALAGEM PACOTE COM 50 TUBETES	UN	DFL	30	R$ 125,00	R$ 3.750,00
386/702	11993	ANESTESICO LOCAL INJETAVEL - A BASE DE LIDOCAINA A 2% E NOREPINEFRINA, TUBETES COM 1,8ML, EMBALADOS EM CAIXA COM 50 TUBETES	UN	DLA	30	R$ 66,00	R$ 1.980,00
387/702	11994	ANESTESICO LOCAL INJETAVEL - A BASE DE LIDOCAINA A 2% SEM VASOCONSTRICTOR, TUBETES COM 1,8ML, EMBALADOS EM CAIXA COM 50 TUBETES	UN	CRISTALIA	20	R$ 89,90	R$ 1.798,00
393/702	12000	ESCOVA DE DENTE INFANTIL `-´	UN	MEDFIO	1000	R$ 0,75	R$ 750,00
396/702	12003	ESCOVA DE DENTE ADULTO `-´	UN	MEDFIO	1000	R$ 0,85	R$ 850,00
421/702	12028	FIXADOR PARA FILMES RADIOGRAFICOS - SOLUCAO FORMULADA PARA FIXAR A REVELACAO DE IMAGEM RADIOGRAFICA EM PELICULAS PREVIAMENTE EXPOSTAS AOS RAIOS X,FRASCO COM 475 ML,CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL	UN	CARESTREAN	10	R$ 17,00	R$ 170,00
425/702	12032	SERINGA CARPULE - EM ACO INOX, COM DISPOSITIVO PARA REFLUXO.	UN	FAVA	5	R$ 43,00	R$ 215,00
433/702	12040	CURETA PERIODONTAL - MCCALL 17/18	UN	PRATA	2	R$ 13,40	R$ 26,80
437/702	12044	SONDA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, EXPLORADORA, Nº 05, CABO MACIÇO	UN	FAVA	10	R$ 8,40	R$ 84,00
441/702	12048	CANETA DE ALTA ROTAÇÃO MARCA KAVO	UN	DENTEFLEX	1	R$ 650,00	R$ 650,00
442/702	12049	PLACA DE VIDRO	UN	MAC	4	R$ 13,40	R$ 53,60
443/702	12050	CANETA DE BAIXA ROTAÇÃO	UN	DENTEFLEX	1	#########	R$ 1.200,00
470/702	12077	ESFIGMOMANÔMETRO, ANALÓGICO, ANERÓIDE, DE BRAÇO, ATÉ 300 MMHG, BRAÇADEIRA EM NYLON,	UN	PAMED	100	R$ 116,00	R$ 11.600,00
		FECHO EM VELCRO, ADULTO					R$ -
473/702	12080	ESTABILIZADOR, CABEÇA EM E.V.A. PARA PRANCHA DE RESGATE, 4 TIRAS POLIPROPILENO, 76CM, PARA QUEIXO E TESTA, FECHO EM VELCRO, 40CM X 25CM	UN	MARIMAR	4	R$ 280,00	R$ 1.120,00
477/702	12084	NEBULIZADOR, CENTRAL COM 4 SAÍDAS,ULTRASSÔNICO, ELETRÔNICO, COMPLETO, COM 4 MÁSCARAS, 100/240 V, INTENSIDADE NÉVOA MICROCONTROLADA,SUPORTE RODÍZIOS	UN	MEDICATE	10	#########	R$ 28.000,00
491/702	12098	TERMÔMETRO CLÍNICO, EMBALAGEM PLÁSTICA, DIGITAL, 32 A 42 ¿C, DISPLAY COM NÚMEROS GRANDES, USO RETAL, AXILAR E ORAL, FUNÇÃO AUTODESLIGA	UN	INCOTERM	200	R$ 18,00	R$ 3.600,00
494/702	12101	CINTO PARA PRANCHA - CINTO PARA PRANCHA EM POLIESTER PARA SER UTILIZADO EM PRANCHAS LONGAS, COMPOSTO DE 3 CINTOS DE SEGURANCA COM 1,60 M DE COMPRIMENTO E50 MM DE LARGURA, NA COR PRETA, FECHO DE ENGATE RAPIDO TIPO AUTOMOTIVO COM LINGUETA DE 2 PONTOS E REGULAGEM UNIVERSAL, COSTURAS SOBREPOSTAS EM X PARA MAIOR RESISTENCIA A TRACAO	UN	MARIMAR	15	R$ 38,00	R$ 570,00
496/702	1664	GLICOSE 50% 10ML	AMP	SAMTEC	1000	R$ 0,39	R$ 390,00
497/702	5951	ESPELHO CLINICO	UN	GOLBRAN	50	R$ 5,30	R$ 265,00
499/702	11342	ABAIXADOR LÍNGUA, MADEIRA, DESCARTÁVEL, 14 CM, TIPO ESPÁTULA, 1,50 CM, 2 MM COM 100 UNID	UN	THEOTO	500	R$ 5,40	R$ 2.700,00
500/702	11343	ÁCIDO ASCÓRBICO, 100 MG/ML, INJETÁVEL	UN	FARMACE	20000	R$ 0,98	R$ 19.600,00
506/702	11349	ÁGUA DESTILADA,SOLUÇÃO INJETÁVEL,100 ML	UN	EQUIPLEX	1000	R$ 4,40	R$ 4.400,00
527/702	11374	ALGODÃO, HIDRÓFILO, EM QUADRADOS, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, 95 G	UN	MELHORMED	500	R$ 6,98	R$ 3.490,00
543/702	11400	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 12 CM, 125 CM, EM REPOUSO, 13 FIOS UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	BIOTEXTIL	2000	R$ 0,65	R$ 1.300,00
545/702	11402	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 20 CM, 125 CM, EM REPOUSO, 13 FIOS UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	BIOTEXTIL	2000	R$ 0,96	R$ 1.920,00
561/702	11418	BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETÁVEL	UN	TEUTO	1000	R$ 14,25	R$ 14.250,00
563/702	11420	BETAMETASONA, ACETATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, 3MG + 3MG/ML, INJETÁVEL	UN	UQUIMICA	1000	R$ 8,50	R$ 8.500,00
565/702	11422	BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	20000	R$ 1,85	R$ 37.000,00
572/702	11429	CATETER INTRAVENOSO, TEFLON OU POLIURETANO, 16 G, PERIFÉRICO, SILICONIZADO,CÂMARA REFLUXO,TAMPA PROTETORA, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, RADIOPACO, AG. AÇO INOX,BISEL CURTO,TRIFACETADO, PADRÃO DE CORES UNIVERSAL(NBR/ISO 10555-5), CONECTOR LUER,PROTETOR ENCAI	UN	POLYMED	1000	R$ 1,05	R$ 1.050,00
577/702	11434	CEFALOTINA SÓDICA, 1 G, INJETÁVEL	UN	AGILA	1000	R$ 2,35	R$ 2.350,00
586/702	11443	CIMETIDINA, 150 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	TEUTO	30000	R$ 0,92	R$ 27.600,00

589/702	11446	CLAMP, PVC RÍGIDO, UMBILICAL, ATÓXICO, HIPOALERGÊNICO, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	WILTEX	100	R$ 0,40	R$ 40,00
591/702	11448	CLORETO DE POTÁSSIO, 19,1%, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	SAMTEC	500	R$ 0,38	R$ 190,00
595/702	11452	CLORETO DE SÓDIO, 0,9 %, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 100mL DE SOLUÇÃO	UN	EQUIPLEX	20000	R$ 2,80	R$ 56.000,00
597/702	11454	CLORPROMAZINA , CLORIDRATO 5MG/ML INJETAVEL	UN	UQUIMICA	1000	R$ 1,74	R$ 1.740,00
598/702	11455	CLOREXIDINA DIGLUCONATO, 4%, DEGERMANTE	UN	RIOQUIMICA	200	R$ 27,40	R$ 5.480,00
599/702	11456	CLOREXIDINA, DIGLICONATO 2% SOLUÇÃO DEGERMANTE 1 L	UN	RIOQUIMICA	200	R$ 17,40	R$ 3.480,00
603/702	11460	COMPRESSA CURATIVO CIRÚRGICO, ALGODÃO, ESTÉRIL, 15 CM, 10 CM, 2 UN, CAMADAS ALGODÃO RECOBERTAS POR UM TECIDO DE GAZE	UN	MELHORMED	2000	R$ 1,99	R$ 3.980,00
604/702	11461	COMPRESSA CURATIVO CIRÚRGICO, ALGODÃO, ESTÉRIL, 15 CM, 30 CM, 2 UN, CAMADAS ALGODÃO RECOBERTAS POR UM TECIDO DE GAZE	UN	MRELHORMED	2000	R$ 3,49	R$ 6.980,00
609/702	11466	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, 13 FIOS/CM2, COR BRANCA,ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 10 CM, 10 CM, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEI PACOTE	UN	MELHORMED	1000	R$ 75,00	R$ 75.000,00
614/702	11471	DIAZEPAM, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	SANTISA	3000	R$ 0,95	R$ 2.850,00
615/702	11472	DIAZEPAM, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	SANTISA	1000	R$ 0,83	R$ 830,00
619/702	11476	DROPERIDOL, 2,50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	CRISTALIA	50	R$ 15,50	R$ 775,00
620/702	11477	EPINEFRINA, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	1000	R$ 4,00	R$ 4.000,00
629/702	11487	ESCALPE, TB PVC CRISTAL FLEXÍVEL, ASAS LEVES, FLEXÍVEIS, CONECTOR LUER, 27 G, CÂNULA AÇO INOX,SILICONIZADA,ATRAUMÁTICA,PAREDES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, BISEL TRIFACETADO,TAMPA PROTETORA,BAINHA PROTEÇÃO, COM SISTEMA SEGURANÇA SEGUNDO NR/32	UN	LAMEDID	5000	R$ 0,60	R$ 3.000,00
632/702	11490	ESCOVA ENDOCERVICAL, PLÁSTICO, MICROCERDAS EM NYLON, PONTA DA ESCOVA CÔNICA, CABO C/ 17 A 18CM E CERDAS C/ APROXIMADAMENTE 2 CM, DESCARTÁVEL,ATÓXICA COM 100 UNID	UN	VAGISPEC	200	R$ 27,00	R$ 5.400,00
634/702	11492	ESCOVA ENDOCERVICAL, PLÁSTICO, MICROCERDAS EM NYLON, PONTA DA ESCOVA CÔNICA, DESCARTÁVEL,ATÓXICA,ESTÉRIL,EMBALAGEM INDIVIDUAL, COM ESPÁTULA DE AYRES	UN	CRAL	1000	R$ 0,65	R$ 650,00
635/702	11493	ESPARADRAPO, TECIDO IMPERMEÁVEL, 12 MM, 4,50 M, IMPERMEÁVEL,MASSA ADESIVA DE ZINCO, BRANCA, TECIDO DE ALGODÃO	UN	MISSNER	500	R$ 2,25	R$ 1.125,00
636/702	11494	ESPARADRAPO, TECIDO IMPERMEÁVEL, 25 MM, 4,50 M, IMPERMEÁVEL,MASSA ADESIVA DE ZINCO, BRANCA, TECIDO DE ALGODÃO	UN	MISSNER	500	R$ 2,88	R$ 1.440,00
643/702	11502	ESPÉCULO, POLIETILENO, VAGINAL, MÉDIO, C/LUBRIFICAÇÃO, ESTÉRIL,DESCARTÁVEL,EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	CRAL	1000	R$ 1,45	R$ 1.450,00
645/702	11504	ETILEFRINA CLORIDRATO, 10MG/ML, INJETÁVEL	UN	UQUIMICA	500	R$ 1,78	R$ 890,00
647/702	11506	FENITOÍNA SÓDICA, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	CRISTALIA	200	R$ 3,40	R$ 680,00
648/702	11507	FENOBARBITAL SÓDICO, 200 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	CRISTALIA	500	R$ 3,18	R$ 1.590,00
649/702	11508	FENOTEROL BROMIDRATO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO 20ML	UN	PRATI	500	R$ 3,98	R$ 1.990,00
691/702	11551	FITA ADESIVA HOSPITALAR, CIRÚRGICA, POLIÉSTER, BRANCA, 50 MM, 10 M, C/ ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGÊNICO	UN	MISSNER	500	R$ 4,98	R$ 2.490,00
696/702	11556	FOSFATO DE SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBáSICO 16% + FOSFATO DIBáSICO 6%	UN	CRISTALIA	300	R$ 9,98	R$ 2.994,00
50/702	11628	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO,5 MG/ML,SOLUÇÃO INJETÁVEL,2 ML	UN	ISOFARMA	1000	R$ 0,90	R$ 900,00
75/702	11662	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 1 ML, BICO CENTRAL SIMPLES OU LUER LOCK, ÊMBOLO C/ROLHA BORRACHA, IMPRESSÃO LEGÍVEL E PERMANENTE, GRADUAÇÃO MÁXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 13 X 0,45 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLÁSTICO, DESCARTÁVE	UN	SR	10000	R$ 0,21	R$ 2.100,00
547/702	11404	ATADURA, CREPOM, 100% ALGODÃO, 30 CM, 125 CM, EM REPOUSO, 13 FIOS UN/CM², EMBALAGEM INDIVIDUAL	UN	BIOTEXTIL	2000	R$ 1,45	R$ 2.900,00
631/702	11489	ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 4MG + 500MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	UN	HIPOLABOR	40000	R$ 2,30	R$ 92.000,00
						VALOR TOTAL	R$ 1.059.120,90

1.2 – As quantidades constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não ser adquiridas pelo Município. Quando adquiridas, serão fornecidas pela empresa acima identificada, mediante emissão da Autorização de Fornecimento e recebimento pela **PROMITENTE FORNECEDORA** da NOTA DE EMPENHO, de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município, respeitadas as quantidades mínimas de carga para transporte terrestre ou pluvial, do objeto acima descrito.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data da assinatura podendo ser prorrogada na forma da lei.

2.2 – Nos termos do art. 15, §4° da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de ALTO BOA VISTA - MT não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 – Em cada aquisição decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial nº 013/2017 para Registro de Preços n° 011/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dial, após a entrega e conferência das quantidades solicitadas pelo Município, ou conforme os repasses Federais e Estaduais;

3.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Contabilidade e ou/ Secretaria Municipal de ALTO BOA VISTA - MT, localizada na Av. serra nova, 975, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de ALTO BOA VISTA - MT e conter o número do empenho correspondente

3.3 – Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá (ao) apresentar e manter atualizados (**durante a validade do registro**) os seguintes documentos:

3.3.1 – prova de regularidade com a Previdência Social (CND – Certidão Negativa de Débito, expedida pelo INSS – Instituto Nacional de Seguro Social) dentro de seu período de validade;

3.3.2 – prova de regularidade com o FGTS (CRF – Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

3.3.3 – Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.

3.4 – Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.5 – O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6 – Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 - Nos pagamentos realizados após a data convencionada, incidirão juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice INPC, pro rata dia.

CLÁUSULA IV – DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 - O prazo de entrega será de no máximo 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da Nota de Empenho e confirmação de pedido.

4.2 – A empresa fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data e hora em que a entrega dos produtos foi feita, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

4.2.1 – A entrega será feita na prefeitura Municipal de Alto Boa vista, no endereço a seguir: Av. serra nova, nº 975, Centro –Alto Boa Vista - MT, indicados, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.2.1.1- A entrega de medicamento quando solicitada deverá ser entregue com data de validade de no mínimo 18 (dezoito) meses antes da data de vencimento.

4.2.2 - Além da entrega no local designado pela prefeitura Municipal de Alto Boa vista, conforme subitem 4.2.1, deverá a licitante vencedora também descarregar e armazenar os materiais em local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

4.3 - Toda e qualquer entrega de materiais fora do estabelecido neste edital será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste edital.

4.4 – Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a prefeitura Municipal de Alto Boa vista não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5 – Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de cinco (cinco) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de cinco (cinco) dias.

4.6 – A Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município

5.1.1 – Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;

5.1.2 – Aplica a PROMINENTE FORNECEDORA penalidades, quando for o caso;

5.1.3 – Prestar a toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no Departamento de Contabilidade;

5.1.5 – Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

5.2 – Da Promitente Fornecedora

5.2.1 – Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;

5.2.2 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias, no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes dos serviços e de qualquer tipo de demanda.

5.2.3 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade.

5.2.4 - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguram.

5.2.5 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.

5.2.6 - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.7 – Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

5.2.8 – Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que fizerem necessários no quantitativo estimado do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.

6.2 – A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 - Toda e qualquer entrega de material fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à(s) licitante(s) vencedora(s) que ficará(ão) obrigada(s) a substituir os materiais, o que fará(ão) prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também às sanções cabíveis.

6.5 - O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Unidades Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 - Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

7.1.1- Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

7.1.2 - Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

7.1.3 - Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

7.1.4 - Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 (dez) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

7.1.5 - Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

7.1.6 - Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

7.1.7 - Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

7.1.8 - As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2.1 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1° do art. 28 da Lei Federal n° 9.069/95, ao art. 3° §1°, da Medida Provisória n° 1.488-16/96 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do Edital do Pregão Presencial 013/2017 sistema de Ata de Registro de Preços n° 011/2017, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, observadas as disposições constante do Decreto Municipal.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

8.3 - A Administração Municipal poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do Detentora da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será valido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.

8.4 – O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:

9.1.1 – A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;

9.1.2 – A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração; observada a legislação em vigor;

9.1.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 – Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94.

9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado pelo seguinte órgão desta Administração: ***Secretaria Municipal de Saúde.***

CLAUSULA XI – DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 – Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação modalidade Pregão Presencial nº 013/2017 para Registro de Preços N° 011/2017.

CLÁUSULA XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial 013/2017 para Registro de Preços n° 011/2017.

14.2 – Os caso omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n° 8.666/93, alterada pela Lei Federal n° 8.883/94, pelo Decreto Municipal n° 019/2009 e 001/2010, no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV – DO FORO

15.1 – As parte elegem o foro da Comarca de São Félix do Araguaia - MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

ALTO BOA VISTA, 12 de Julho de 2017.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA	FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI ME
Prefeito Municipal	Cnpj 12.313.826/0001-90
Contratante	Contratado

TESTEMUNHAS: **1ª.** NOME: CPF nº:	**2ª.** NOME: CPF nº:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR 001 AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 025/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

EDITAL COMPLEMENTAR 001 AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 025/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS,** ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 03. 133.097/0001-07, com sede administrativa no Rua Dom Aquino, nº 346, Centro, Alto Garças - MT, por meio de sua pregoeira Srª Alessandra da Silva Dias, designada pela Portaria nº 133/2017, torna público, para todos os interessados, que altera no edital original no **LOTE 03, ITEM 06** a descrição do material assim expede o Edital Complementar 001/2017 ao Edital do Pregão Presencial 025/2017, que tem por OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS**. Permanecendo inalterado o horário e data marcada, que permanecerá no dia **14/07/2017 às 09:00h (MT),** conforme determina o Parágrafo 4º artigo 21 da Lei 8666/93, visto que essa alteração não afetará a formulação das propostas. Editais original e complementar poderão ser solicitados no endereço acima ou pelo e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com . Alto Garças – MT, 12 de Julho de 2017.

Alessandra da Silva Dias

Pregoeira

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 274 DE 10 DE JULHO DE 2017

Nomeia LAIANE DOS SANTOS FEITOSA, para o exercício da função gratificada de Supervisão de Suporte Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

CONSIDERANDO, Ofício nº 228/2017/SMS enviado pela Secretaria Municipal de Saúde;

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar, **LAIANE DOS SANTOS FEITOSA**, portadora do Registro Geral n°2168890-7 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n°040.166. 551-88, para o exercício da função gratificada de **Supervisão de Suporte Administrativo,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 10 de Julho de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 273 DE 10 DE JULHO DE 2017

Exonera DAGMA GLÓRIA DOS SANTOS, da função gratificada de Supervisão de Suporte Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

CONSIDERANDO, Ofício nº 227/2017/SMS enviado pela Secretaria Municipal de Saúde;

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar, **DAGMA GLÓRIA DOS SANTOS**, portadora do Registro Geral n° 728.198 SSP/RO e inscrita no CPF/MF sob n° 286.074. 812-15, da função gratificada de **Supervisão de Suporte Administrativo,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 10 de Julho de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 39, DE 26 DE JUNHO DE 2017

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIALE, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1100 de 16 de maio de 2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 28.965,68** (vinte e oito mil, novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.068	3.3.90.32.00.00.00.00.03.0000	28.965,68
TOTAL		28.965,68

Art. 2º. Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, apurado conforme balanço, na Fonte 14 – (Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS -União) de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 26 de junho de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 40, DE 30 DE JUNHO DE 2017

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 53.380,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E OITENTA REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 53.380,00** (cinquenta e três mil, trezentos e oitenta reais), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.038	3.3.90.30.00.00.00.00	7.450,00
2.118	3.3.90.30.00.00.00.00	8.568,00
2.118	3.3.90.30.00.00.00.00	4.422,00
2.118	3.3.90.39.00.00.00.00	25.400,00
2.058	3.3.90.39.00.00.00.00	7.540,00
TOTAL		**53.380,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	7.450,00
2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	8.568,00
2.040	4.4.90.52.00.00.00.00	4.422,00
2.038	3.3.90.32.00.00.00.00	3.000,00
2.038	3.3.90.33.00.00.00.00	5.000,00
2.038	3.3.90.36.00.00.00.00	7.000,00
2.038	4.4.90.52.00.00.00.00	8.000,00
2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	2.400,00
2.048	3.3.90.39.00.00.00.00	7.540,00
TOTAL		**53.380,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 30 de junho de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 275 DE 10 DE JULHO DE 2017

"Remove a servidora pública que menciona, do e para o órgão que especifica, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município e demais normas correlatas, e;

R E S O L V E:

Art. 1º - Remover e lotar a servidora pública municipal**DAGMA GLÓRIA DOS SANTOS**, portadora do Registro Geral n° 728.198 SSP/RO e inscrita no CPF/MF sob n° 286.074.812-15, lotada na Secretaria Municipal de Saúde para a **Secretaria Municipal de Assistência Social,** para atuar como **Secretária Executiva dos Conselhos da Assistência Social**, sem prejuízo dos direitos funcionais formal e legalmente adquiridos.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 10 de Julho de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 38, DE 26 DE JUNHO DE 2017

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 158.412,32 (CENTO E CINQUENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E DOZE REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 158.412,32** (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e doze reais e trinta e dois centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.118	3.1.90.11.00.00.00.00.0002	103.932,21
2.118	3.1.90.13.00.00.00.00.0002	30.318,48
2.092	3.1.90.04.00.00.00.00.0002	12.834,60
2.074	3.1.90.13.00.00.00.00.0000	3.000,00
2.018	3.1.90.13.00.00.00.00.0001	8.327,03
TOTAL		**158.412,32**

Art. 2º. Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.038	3.1.90.11.00.00.00.00.0002	107.085,29
2.038	3.1.90.13.00.00.00.00.0002	30.000,00
2.039	3.1.90.13.00.00.00.00.0002	10.000,00
2.061	3.3.90.14.00.00.00.00.0000	3.000,00
2.018	3.3.90.39.00.00.00.00.0001	8.327,03
TOTAL		**158.412,32**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 26 de junho de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 023/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 023/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através da CPL, torna público o RESULTADO do Pregão Presencial 024/2017, cujo objeto é:**REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE**

CONSUMO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO PARAGUAI-MT, conforme especificações constantes no anexo Ionde A empresa **DATA MANEGER – PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME CNPJ: 19.707.627/0001-05,** Valor Total de **R$ 330. 030,00** (Trezentos e Trinta Mil e Trinta Reais) e **GUIOMAR VALÉRIA GOMES – ME CNPJ: 11.607.429/0001-68** Valor Total de **R$ 20.395,00** (Vinte Mil Trezentos e Noventa e Cinco Reais)

Alto Paraguai - MT, 12 de Julho de 2017

_____

***Silvio Leite da S. Junior* Pregoeiro**

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
RETIFICAÇÃO

NO RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 005/2017 PUBLICADO NO DIA 26 DE ABRIL DE 2017, ONDE SE LÊ:

FL COMERCIO DE EQUIP. DE INF. E REPRES. LTDA ME, CNPJ: 22. 328.537-0001/84

Valor total: R$: 76.305,00

LF COMERCIO DE EQUIP. DE INF. E REPRES. LTDA ME, CNPJ: 22. 328.537-0001/84

Valor total: R$: 76.305,00

JURIDICO
I TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N. 050/2016

I TERMO ADITIVO DE PRAZO DO

CONTRATO N. 050/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 012/2016

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI,** pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Cidade de Alto Paraguai, Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 03.648.532/000128, neste representada pela Prefeita Municipal **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**.

CONTRATADA: Empresa **JANAINA MARIA BOCCHI LABORATORIO – ME,** localizado na RUA: Tiradentes, S/N, Bairro: Centro, Alto Paraguai – MT, inscrito no CNPJ: 13.225.664/0001-09, celebram o presente Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n. 050/2016, com base no **Pregão Presencial** n**. 012/2016**, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLAUSULA 1ª. DO OBJETO

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar o PRAZO DE VIGENCIA CONTRATUAL, pelo **período de 01/ 07/2017 a 01/10/2017** do **contrato n. 050/2016,** em conformidade com ofício apresentado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;].

Parágrafo único. O presente termo aditivo poderá ser encerrado antes do término sem ônus as partes CONTRATANTES, se for encerrado o processo licitatório que será realizado nos próximos dias que se encontra em fase interna.

CLAUSULA 2ª. DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – O presente termo aditivo decorre da autorização da Senhora Prefeita Municipal, e ofício da Sra. Janimar Araujo Gomes Carvalho, Sec. Municipal de Saúde, não podendo os Munícipes ficarem sem atendimento no que tange a realização de exames, sendo questão de suma importância e garantido constitucionalmente.

2.2 – Encontra-se amparo legal na Lei 8666/93 .

CLAUSULA 3ª. DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

3.1 - Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto Paraguai, em 21 de junho de 2017.

_____ PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI DIANE VIEIRA DE V. ALVES CONTRATANTE	**_____ JANAINA MARIA BOCCHI LABORATORIO – ME CNPJ:** 13.225.664/0001-09 **CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ CPF:._____	**Nome _____ CPF: _____**

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 067/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 067/2017

REF. PREGÃO PRESENCIAL N. 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 002/2017

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, nº 470, Jardim Planalto, na cidade de Alto Paraguai-MT, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Diane Vieira de Vasconcellos Alves,** neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** em conformidade com o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 006/2017** publicada **no JORNAL DIÁRIO OFICIAL DA AMM do dia 24/04/2017**, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, **RESOLVE** contratar os preços da empresa **DOURACAP LTDA, CNPJ: 03.501.301/0002-78**, estabelecida na Rodovia MT 121 – KM 01, Bairro Novo Diamantino em Diamantino - MT, de acordo com a classificação por ela alcançada por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes deste CONTRATO de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Decreto Municipal Nº004/2009

DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO de empresa para aquisição de pneus novos (1ª vida), não podendo serem recapados, recauchutados ou remoldados** em conformidade com as especificações e quantidades discriminadas no Anexo I do edital do **pregão presencial n. 006/2017 e Ata de Registro de Preços n. 002/2017.**

DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá validade de **12 (doze) meses (07/07/2017 a 07/ 07/2018),** contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Os preços registrados, a especificações dos produtos, os quantitativos, marcas encontram-se elencados no Quadro Comparativo de Preços, em ordem de classificação no processo licitatório de **Pregão Presencial nº. 006/2017 – SRP, em favor da CONTRATADA, ex vige:**

LOTE 1 - CAMARA

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	20	CAMARA DE AR ARO 13	30,00	600,00
02	20	CAMARA DE AR ARO 14	30,00	600,00

09	35	CAMARA DE AR 7.50-16 (B. L)	44,50	1557,50
10	30	CAMARA DEA AR 7.50-16 TR (B.C)	42,00	1260,00

LOTE 2 – VALVULAS

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	100	VALVULA 414	12,00	1200,00
02	30	VALVULA PN S/C	12,00	360,00

LOTE 3 - RELAÇÃO DE PNEUS QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SEC. MUNICIPAL DE SAUDE

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
06	10	PNEU 90/90-19	165,50	1655,00

LOTE 5 - RELAÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITA-RIO	VALOR TO-TAL
12	12	PNEUS trás.90/90 -18 57P	140,00	1680,00
13	12	PNEUS diant.80/100-18 47P	135,00	1620,00

LOTE 6 - RELAÇÃO DE KITS PARA BORRACHARIA

ITEM	QUANT.	DESCRIÇAÕ	VALOR UNI-TARIO	VALOR TOTAL
01	10 UNI.	COLA PARA CONSERTO DE PNEUS1 KG	45,00	450,00
02	10 CX.	REFIL PARA CONSERTO DE PNEU	53,33	533,30
03	6 UN.	ESPATULAS P/ DESMONTAR PNEUS	67,66	405,96
04	5 UNI.	CHAVE DE RODA 24X27 50CM	79,66	398,30
05	5 UNI.	CHAVE DE RODA 27X32 50 CM	81,00	405,00
06	5 UNI.	CHAVE DE RODA 27 X 30 50 CM	41,13	205,65
07	5 UNI.	CHAVE DE RODA 19MM TIPO BIELA	42,00	210,00
08	2 UNI.	MACACO HIDRAULICO 2 T	159,43	318,86
09	2 UNI	MACACO HIDRAULICO 32 T	392,20	784,40
10	2 UNI.	MACACO HIDRAULICO 16 T	366,00	732,00
11	2 UNI.	CABO FORÇA REDONDO 1,20	177,33	354,66
12	10 UNI.	SACA VALVULA	6,33	63,30
13	10UNI.	CALIBRADOR 160L	47,76	477,60
14	10 UNI.	KIT PNEUS S CAMARA PARS-SEIO	52,00	520,00
15	10 UNI.	INFLADOR DUPLO PNEU 825	21,53	215,30
16	5 UNI.	PISTOLA PARA PULVERIZAR	20,60	103,00
17	50 M	MANGUEIRA DE AR P/ COM-PRESSOR	44,96	2248,00
18	5 UNI	MANCHÃO VD 05	11,41	57,05
19	5 UNI.	MANCHÃO VD 07	24,95	124,75
20	5 UNI.	MANCHÃO VD 08	34,28	171,40
21	5 UNI.	MANCHÃO VD 09	41,33	206,65
22	5 UNI.	MANCHÃO VD 10	58,18	290,90

LOTE 8 - SERVIÇOS

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	50	ALINHAMENTO ONIBUS	R$ 80,00	4000,00
02	50	BALANCEAMENTO ONIBUS	R$ 75,00	3750,00
03	07	ALINHAMENTO CAMIONETE	R$ 79,00	553,00
04	07	BALANCEAMENTO CAMIONETE	R$ 35,00	245,00
05	15	ALINHAMENTO CAMINHÃO/ CARRO PASSEIO	R$ 50,00	1425,00
06	15	BALANCEAMENTO CAMINHÃO/ CARRO PASSEIO	R$ 15,00	750,00
07	05	ALINHAMENTO MAQUINAS PE-SADAS	R$ 95,00	475,00
08	05	BALANCEAMENTO MAQUINAS PESADAS	R$ 80,00	400,00

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos previstos em Orçamento Municipal Exercício 2017.

Unid. Orçam.	Projeto/Atividade	Elemento Despesa	Unid. Orçam.
05.002.15.451.0025	2234	339039000000	05.002.15.451.0025
06.002.12.361.0029	2214	339030000000	06.002.12.361.0029
06.002.12.361.0029	2047	339030000000	06.002.12.361.0029
07.002.10.301.0014	2109	339030000000	07.002.10.301.0014
08.002.08.244.0011	2083	339030000000	08.002.08.244.0011

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO FORO

A fiscalização do fornecimento será exercida pelo servidor MARIO CESAR GUIZZI**, portador do RG n° 14723754-SSP/SP e do CPF n° 065. 894.418.55**, servidor efetivo, lotado junto a SECRETARIA MUNICIPALD E INFRA ESTRUTURA

Alto Paraguai- MT, 07 de julho de 2017.

DIANE V. DE VASCONCELLOS ALVES PREFEITA MUNICIPAL CONTRATANTE	**DOURACAP LTDA CNPJ: 03.501.301/0002-78 CONTRATADA**
MARIO CESAR GUIZZI FISCAL DO CONTRATO	

TESTEMUNHAS

_____ **CPF:**

_____ **CPF:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 265/2017

DECRETO Nº 265/2017

"Dispõe sobre a exoneração de **Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, ***Ivan Marion de Borba***, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado **a pedido**, do Cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Viação e Obras Públicas**, código: CC- 9.000, o Senhor **Volmir Pedro Ebling**, CPF/MF – 616.905.970-20, nomeado através do Decreto nº 207/2017, de 10 (dez) de maio de 2017.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 12 de julho de 2017.

Ivan Marion de Borba

Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0101/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 0101/2017.

NOMEIA O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFANCIA /PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICIPIO DE APIACÁS E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE APIACÁS, do Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em consonância com a Lei Federal nº 13.257, de

8 de março de 2016, combinado com o Decreto Presidencial Nº 8.869, de 05 de outubro de 2016.

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros **do COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFANCIA / PROGRAMA CRIANÇA FELIZ,** vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de caráter Intersetorial, com a finalidade de planejar e articular as ações necessárias para alcançar os objetivos do Programa Criança Feliz, instituído pelo Decreto federal nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, contribuindo na promoção do desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TITULAR: José de Ribamar do Nascimento

SUPLENTE: Roseli Ferreira Morali da Silva

II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Izadete Lussani

SUPLENTE: Ana Tiele do Nascimento Costa Brito

III - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

TITULAR: Fábio Germano

SUPLENTE: Aléx Moura de Oliveira

IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

TITULAR: Clevair Machado

SUPLENTE: Ednelma Gonçalves

Art. 2º. Programa Criança Feliz tem como objetivos:

I - promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;

II - apoiar à gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;

III - colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;

IV - mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem;

V - integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância.

Art. 3° Os membros do **COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE POLITICAS PÚBLICAS PARA A PRIMEIRA INFANCIA / PROGRAMA CRIANÇA FELIZ**, titulares e suplentes, desempenham serviço publico relevante, não serão remunerados.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, na forma da legislação especifica, ficando revogadas todas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Apiacás, em, 12 de Julho de 2017.

Adalto José Zago

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 140/2017 DE 10 DE JULHO DE 2017

PORTARIA Nº 140/2017

De 10 de julho de 2017

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, conferidas pela Portaria nº 128 de 23 de Junho de 2017, que instituiu o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família e dá outras providências,

Art. 1º. Instituir a composição do **Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família;**

Art. 2º. Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, pelo prazo de 12 (doze) meses, com competências já disciplinadas na Portaria supramencionada, os seguintes integrantes:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

a) Luzalene Dutra Ramalho, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e Keila Regina Abreu Moraes Marques, como respectivo suplente; b) Domingos Sávio Rodrigues Carvalho, representando a Secretaria Municipal de Saúde e Joyce Morgana Santos Andrade, como respectivo suplente; II – Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social: a) Maria Belinha Ribeiro de Meireles; Janaina Ferreira de Souza; Zelita Simon Barbosa Silva; Domingos Savio Rodrigues Carvalho; Thaiz Augusta Nery; Maria Cícera Albuquerque Damião; Maria Rosa Lopes; Regina Ferreira de Sousa; Anita Correa Braga; Lidia Arraes de Oliveira; Narciso Correa Lima; Edvan Alves Luz.

III – Representantes de Instituições Não Governamentais:

a) Raimunda Pereira Lopes Guerra, representando a Instituição Assembleia de Deus Madureira; b) Maria Aparecida Carvalho, representando a Instituição Associação Espirita Allan Kardec; c) Maria Antônia da Silva Freitas, representando a Instituição Paroquia Nossa Senhora da Piedade

IV – Representantes da sociedade, que formalizaram a adesão ao Programa Estadual:

Art. 3º. As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resoluções assinadas pelo Presidente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Araguaiana, em 10 de Julho de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 141/2017 DE 10 DE JULHO DE 2017

PORTARIA Nº 141/2017

De 10 de julho de 2017

NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA COMPRAS, LOCAÇÃO E INVESTIMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear a Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis para Compras, Locação e Investimentos para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT, para o exercício de 2017/2018.

Parágrafo Único. Fica nomeado os membros abaixo, para comporem a referida comissão:

Alaor Neto Gomes Reis – Presidente

Irisvan Dutra Vieira – Membro

Fagner Ricardo Pereira Gouveia – Membro

Claudecir Aparecido Zancheta (corretor) – Membro

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3°. Revogando as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana – MT, 10 de julho de 2017.

GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
ERRATA

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Araguaiana decide publicar a seguinte errata relativa a Portaria 134/2017 de 03 de julho de 2017, conforme abaixo descrita:

1) Onde se lê:

No final da portaria de nomeação, "José Marra Nery, Prefeito Municipal"

2) Leia-se**:**

"Getúlio Dutra Vieira Neto, Prefeito Municipal"

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 134/2017 DE 03 DE JULHO DE 2017

PORTARIA Nº 134/2017

De 03 de julho de 2017

"Dispõe sobre a nomeação do servidor Wiston Pereira Laranjeira, para exercer a função de Chefe da Agencia Municipal de Transito no município de Araguaiana – MT

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, e, visando atender as exigências estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica a ser firmado com o Departamento estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN/MT com o intuito de implantar o programa da Agencia Municipal de Trânsito,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor efetivo Sr. Wiston Pereira Laranjeira – Auxiliar Admistrativo, portador da Cédula de Identidade RG. nº 6441168 -SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 012.410.411-80 para exercer a função de Chefe da Agência Municipal de Trânsito no município de Araguaiana – MT, sem ônus para o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, registra-se e, publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 de julho de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito

DEPERTAMENTO PESSOAL
ERRATA

ERRATA

A Prefeitura Municipal de Araguaiana decide publicar a seguinte errata relativa a Portaria 135/2017 de 03 de julho de 2017, conforme abaixo descrita:

1) Onde se lê:

No final da portaria de nomeação, "José Marra Nery, Prefeito Municipal"

2) Leia-se**:**

"Getúlio Dutra Vieira Neto, Prefeito Municipal"

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 135/2017 DE 03 DE JULHO DE 2017

PORTARIA Nº 135/2017

De 03 de julho de 2017

"Dispõe sobre a nomeação do servidor Fagner Ricardo Pereira Goveia, para exercer a função de Vistoriador da Agencia Municipal de Transito no município de Araguaiana – MT

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, e, visando atender as exigências estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica a ser firmado com o Departamento estadual de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN/MT com o intuito de implantar o programa da Agencia Municipal de Trânsito,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor efetivo Sr. Fagner Ricardo Pereira Goveia – Administrador de Compras, portador da Cédula de Identidade RG. nº 21751170 -SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 027.482.101-07 para exercer a função de Vistoriador da Agência Municipal de Trânsito no município de Araguaiana – MT, sem ônus para o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cumpra-se, registra-se e, publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 03 de julho de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO Nº 37/2017

DECRETO Nº 37/2017

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARAPUTANGA/MT.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga**:**

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada **no dia 14 de julho de 2017, a partir das 13 horas**, no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Art. 2º - A VII Conferência Municipal de Assistência Social - Etapa Municipal terá como tema a "Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS".

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 4º - As normas de inscrição, credenciamento dos delegados, metodologia e programação, e a organização e funcionamento da VII Conferência Municipal de Assistência Social – Etapa Municipal serão expedidas através do Regimento Interno elaborado pela Comissão Geral.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, estado do Mato Grosso, aos vinte e cinco (25) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezessete (2017).

Joel Marins de Carvalho

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT torna público que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 015/2017, cujo Objeto é o Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Suplementos Alimentares, para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde Dia: 26/07/2017. Entrega dos Envelopes contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e os Documentos do Credenciamento deverão ser entregues à Pregoeira até o dia 26/07/2017 às 08h00min (horário de Mato Grosso). Edital Completo: Afixado no endereço Rua Antenor Mamedes n. º 911, Centro, Araputanga/MT, CEP 78.260-000 e no site www.araputanga.mt.gov.br, (quando o edital for baixado pelo site às empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail seplan2@araputanga.mt.gov.br). Regida pelas Leis Federais: Lei nº 10.520 de 17/07/002, Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e demais legislações vigentes.

Araputanga–MT, 12 de julho de 2017.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 167/2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO E DESEMPENHO, EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 06/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º - Nomear e designar a Comissão Permanente de Avaliação e Desempenho (CAD), em conformidade com o Decreto Municipal nº 06/2011, cujos membros serão:

Presidente: Gleide Aparecida de Souza

Membro: Fábia Utsch Matos

Membro: Gleiciane Haugo dos Reis

Suplentes: Luciene Vieira Ramos

Monica Ferreira dos Santos

Fabiana da Silva Ramos

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 90/2015.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
CERTIFICAÇÃO

CERTIFICAÇÃO

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARAPUTANGA, Joel Marins de Carvalho**, certifica para os devidos fins e a quem possa interessar que, tendo em vista o decurso do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 099/2014, não havendo aditivos de prazos, declaro que o referido contrato fora devidamente extinto, não havendo, durante sua vigência, a execução das obras contratadas, ainda que haja Ordem de Serviço pelo município à época dos fatos.

Sem mais para o momento, externo nossos cordiais cumprimentos de estima e apreço.

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 167/2017 LOTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º- Designar/Lotar os servidores em suas respectivas Secretarias conforme segue em anexo.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos doze (12) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezessete (2017).

ANEXO I

SERVIDOR	CARGO	SECRETARIA
Dulcineia Xavier de Lima	Fiscal de Obras e Posturas	Sec. De Finanças e Planejamento
Fabio Cesar de Oliveira Soares	Fiscal de Obras e Posturas	Sec. De Finanças e Planejamento
Jurandina Dias Figueiredo	Aux. Serviços Gerais	Sec. Municipal de Saúde
Paulo de Sales	Zelador	Sec. Obras e Infraestrutura

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO Nº 38/2017

DECRETO Nº 38/2017

ALTERA O ANEXO II DO DECRETO MUNICIPAL Nº 06/2011, QUE DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga**:**

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Anexo II – Avaliação Anual de Desempenho Individual de Servidor Público, do Decreto Municipal nº 06/2011, que dispõe sobre os critérios e procedimentos para avaliação de desempenho individual do servidor público municipal, conforme Anexo do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga/MT, aos vinte e cinco (25) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

ANEXO II

AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO INDIVIDUAL DE SERVIDOR PÚBLICO

Período de Avaliação: _____/_____/_____ a _____/_____/_____.

Servidor	
Cargo	
Nível atual	
Registro Funcional	
Chefe imediato	

Critérios de Avaliação	**Pontos Obtidos**
Assiduidade	
Pontualidade	
Produtividade	
Ocorrências Disciplinares negativas	
Qualificação	

Total de Pontos	
Apto à elevação	**( ) Sim ( ) Não**
Nível a ser elevado	

Araputanga/MT, ____ de _____ de _____.

_____

XXXXXXXXXXXXXXX

Presidente da Comissão de Avaliação e Desempenho

CAD

_____ _____

XXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXX

Membro da CAD Membro da CAD

_____

XXXXXXXXXXXXX

Servidor Avaliado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE PREGAO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 040/2017

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 26 de julho de 2017, às 09h00min (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Avenida Prefeito Caio nº. 642, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT, O PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 040/2017, Menor Preço por Item, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS UNIDADES DE DESCENTRALIZAÇÃO DE REABILITAÇÃO (UDR), LABORATORIO MUNICIPAL E PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT, CONFORME A PROPOSTA Nº 11344.687000/1150-02/FUNDO NACIONAL DE SAUDE. O edital completo esta disponível no site www.arenapolis.mt.gov.br. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min, ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis-MT, 12 de julho de 2017**.**

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 172/2017

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADO: **VANDERLEI DA SILVA OLIVEIRA 88104435272**; REFERENTE À A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VIVEIRO EXISTENTE NA LINHA CARP SUL, NA CONSELVAN EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL; PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017; VALOR GLOBAL R$ 17.500,00; VIGENCIA: 12/07/2017 À 11/07/2018.

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 032/2017, levado a efeito às **08h00min** do dia **28/06/2017**, sagrou-se vencedora a empresa**: VANDERLEI DA SILVA OLIVEIRA88104435272** – CNPJ – 26. 864.336/0001-96 no valor total R$ 17.500,00. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 12 de Julho de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

DECRETO Nº 041/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- CMDR.

O Prefeito Municipal de Barão de Melgaço – MT, Elvio de Souza Queiroz, no uso de suas atribuições com a legislação em vigor. Em conformidade com a Lei nº 172/1997.

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR:

Representantes de Entidades Governamentais

Secretaria Municipal de Agricultura:

Titular: Althair Miguel da Silva

Suplente: Claudemiro da Silva Albuquerque

Camara Municipal:

Titular: Milton Paulo da Silva

Suplente: Enio de Arruda Junior

Representantes de Entidades não Governamentais

Sindicato Rural:

Titular: Conceição Felix de Arruda

Suplente: Wilson Damasceno

Indea:

Titular:Eduardo Bouret

Suplente: Osvaldo Gonçalves de Queiroz

Empaer:

Titular:Gildo Feitosa

Suplente: Hudson da Silva Paes

Colonia Z-5:

Titular: Domingos Antonio de Oliveira

Suplente: Moacir Batista da Silva

Feira da Roça:

Titular: Marenice Campos Damasceno Sales (1ª Secretaria|)

Suplente: Vilson Sales

Associação do Capão:

Titular: Rogerio Alencar de Arruda (Vice Presidente)

Suplente: Francisco de Assis Gomes

Associação da Comunidade de Piuva:

Titular: Wagner Marcoski

Suplente: Meinaldo Leite da Rosa

Associação da Comunidade de Barreiro Vermelho:

Titular: Nardinho Padilha Gonçalves

Suplente:Aide Marques Oliveira

Representante da Comunidade de Acorizal:

Titular: Roque Souza Nascimento (Presidente)

Suplente: Elias Gonçalves de Queiroz

Representante da Comunidadede Recreio:

Titular: Jose João Martins da Conceição

Suplente: Manoel Leopoldo Nascimento

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Barão de Melgaço/MT, 12 de Junho de 2017.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA N.0108 DE 11 DE JULHO DE 2017

Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

Elvio de Souza Queiroz, *PREFEITO MUNICIPAL de Barão de Melgaço-MT*no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 49 inciso IVda Lei Orgânica Municipal e pela presente Portaria.

Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017 que cria o Programa Pró-Família e dá outras providências;

Considerando a Instrução Normativa daSecretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SETAS Nº. 001 DE 05/05/2017:

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal Pró-Família com a as seguintes competências:

I – Coordenar a execução e avaliação das políticas sociais locais, pactuadas com o Conselho Municipal de Assistência Social;

II - Coordenar, articular e integrar os diversos órgãos e demais atores estratégicos para o planejamento das ações de base territorial;

III - Promover a participação e a mobilização da sociedade civil, visandoo levantamento das prioridades e encaminhamentos das demandas do território visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

IV- Aprovar e dar publicidade as listas de famílias beneficiárias, bem como remetê-las ao Comitê Gestor Estadual para homologação;

V - Serão elegíveis para receber o benefício às famílias que residirem no município, com renda mensal *per capita* de até 1/3 (um terço) do salário mínimo nacional vigente, competindo ao Comitê excepcionalizar o cumprimento do critério de renda máxima, nos casos de calamidade pública ou em situação de emergência;

VI – A seleção das famílias beneficiárias será feita por equipe de profissionais, composta por Agentes de Saúde e Assistentes Sociais dos municípios, competindo ao Comitê Municipal à aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas pelo Programa, que serão posteriormente homologadas pelo Comitê Estadual.

Art. 2º - Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor.

Art. 3º - O Comitê Gestor Municipal, será constituído pela Gestora /Secretária Municipal de Assistência Social, que o presidirá, e pelos titulares e suplentes dos seguintes órgãos/instituições/associações:

a) Representante do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Titular: Alex Heinny da Silva e Silva Suplente: Marlene Ribeiro dos Santos b) Representante da SecretariaMunicipal de Saúde

Titular: Wagner Radica de Medeiros

Suplente:Meiryane Martins da Silva

c) Representante da Secretaria Municipal de Assistente Social

Titular: Edivan da Silva

Suplente: Maria Rita Duarte Correia

d) Representante de Instituição – Igreja Batista Nacional de Barão de Melgaço-MT

Titular: Maria Adriane Albuquerque da Silva Oliveira

Suplente: Domingasdo Nascimento Oliveira

e) Representante deInstituição –Igreja Adventista do Sétimo Dia de Barão de Melgaço-MT Titular: Maria Carolina Taques Albuquerque Suplente: Ermes Rosa da Silva

§ 1º – Caberá a Presidente do Comitê Municipal, Gestora/Secretária Municipal de Assistência Social, o convite para que as instituições e órgãos que comporão o Comitê façam a indicação de suas representações, titulares e suplentes.

§ 2º - A Presidente do Comitê Municipal, Gestora/Secretária Municipal de Assistência Social, deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Barão de Melgaço, 11 de Julho de 2017.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017.

A Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço – MT, torna público que às **09h00min** horas do dia **31 de julho de 2017**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, sito a Avenida Augusto Leverger, nº 1.410, Centro, na cidade de Barão de Melgaço - MT, realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** para Contratação de empresa especializada da área de engenharia visando a execução e conservação de pavimento, com aplicação de lama asfáltica nas diversas ruas de Barão de Melgaço – MT,conforme Projeto, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico Financeiro. Os termos da presente Tomada de Preços obedecerão aos procedimentos e condições, em conformidade com o parágrafo 2º, do Artigo 22 e demais dispositivos concernentes a esta modalidade de Licitação, contidos na Lei nº 8.666/93 e legislação subseqüente. A integra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, de **Segunda a Sexta Feira, das 07:00 ás 13:00 horas** e no sitio da prefeitura: www.baraodemelgaco.mt.gov.br, partir do dia **13 julho de 2017,** no

endereço acima mencionado. Maiores informações pelo telefone **(65) 3331-1431**

Barão de Melgaço – MT, 13 de julho de 2017.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO PP N° 034/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 034/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizado Pregão Presencial Nº 034/2017. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA DE PISCINAS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS.**Data da sessão pública: **26/07/2017** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 12/07/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº.370 DE 06 DE JULHO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 27365, de 05 de junho de 2017,

R E S O L V E M:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o Contrato Administrativo nº 064/2017-SME, do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, do senhor, **GUILHERME LEITE RIBEIRO-** lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03 de julho de 2017.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de julho de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 06.07.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 321 DE 06 JULHO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 27467 de 06 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a senhora **MARIANA FERNANDA DA SILVA**,lotada na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle do contrato realizado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
117/17	ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIAR FLOR DO IPE	Aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, para compor o cardápio da alimentação escolar pelo período de 03 (três) meses, para todos os alunos matriculados na rede de ensino municipal e visando atender a lei nº 11.947/2009.	28.06.17	12 meses

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de julho de 2017

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 06.07.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
LEI N° 2.589 DE 11 DE JULHO DE 2017

O Município de Cáceres passa a reintegrar o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, social, ambiental e turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, ratifica as alterações no contrato consórcio e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO*: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.*

Artigo. 1º. O Município de Cáceres/MT passa a reintegrar o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, e como tal, RATIFICA as alterações no Contrato Consórcio provocadas pela Resolução Normativa Nº 029/2016 que Re-ratifica o Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio, consolida alterações anteriores, reorganiza, altera e dá nova formatação ao Contrato de Consórcio, relativo aos entes consorciados e outros dispositivos e Resolução Normativa Nº 038/2017 que altera o Protocolo de Intenções, convertido em Contrato de Consórcio relativo aos entes consorciados, em conformidade com o Artigo 12 da Lei Federal nº 11.107/2005 e Artigo 29 do Decreto Federal Nº 6.017/2007.

Artigo. 2°. A Resolução Normativa Nº 029/2016 de 08 de fevereiro de 2016 e Resolução Normativa Nº 038/2017, de 03 de março de 2017, editadas e aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal é parte integrante desta Lei.

Artigo. 3°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 11 de julho de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 322 DE 06 JULHO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 27477 de 06 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a senhora **APARECIDA SANDRA DE ARRUDA E SILVA** lotada na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle do contrato realizado abaixo.

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
115/17	PAULO SERGIO DIAS POSTO-EPP	Contratação de empresa especializada em fornecimento de Combustiyél (Etanol, Gasolina Comum, Oleo Diesel Comum, Oleo Diesel S10) para os veículos, Máquinas e Equipamentos que compõe a Frota do Poder Executivo Municipal, visando atender a Secretaria Municipal de Educação.	21.06.17	12 meses

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de julho de 2017

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 06.07.17.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N°47-2017 MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretária Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de pavimento asfáltico (tapa buraco) de 1.300 m³ de massa asfáltica aplicada em uma área total de 26.000 m² e espessura de 5cm em vias urbanas do município de Cáceres –MT, conforme Termo de Referência anexo I.

Empresa Vencedora: S.A LIMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP CNPJ 13. 908.247/0001-52 vencedora do item 01, , totalizando um valor de R$855. 400,00 (OITOCENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL E QUATROCENTOS REAIS)

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 12 de julho 2017

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559 2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 323 DE 06 JULHO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 27481, de 06 de julho de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar a senhora **MARINEIDE WEBER**,lotada na Secretaria de Educação, como responsável para fiscalização e controle do contrato realizado abaixo.

Nº	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
103/17	3M COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICO, CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS	Aquisição de matérias elétricos e hidráulicos para pequenos reparos e manutenção dos prédios da prefeitura Municipal de Cáceres-MT.	19.06.17	12 meses

§ 1º A servidora acima designada deverá acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência da senhora responsável pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 06 de julho de 2017

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 06.07.17.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CÁCERES
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES (SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CÁCERES)

CONTRATO N.º 144/2017 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres/MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 03.214.145/ 0001-83, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde, **EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **ROSANGELA FERREIRA SOUZA LEAL**, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua das Gramadas, n.º 108, Vila Mariana, nesta cidade de Cáceres/MT, CEP 78.200-000,

inscrita no CPF sob o n.º 017.921.691.08, portadora da cédula de identidade n.º 1843762.1 SSP/MT, daqui por diante denominada Contratada, pelo presente contrato por prazo determinado, com fulcro no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei n.º 1.931 de 15 de abril de 2.005, inciso VIII do artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal n.º 25 de 27 de novembro de 1.997, resolvem de comum acordo firmar o presente contrato, conforme as cláusulas e condições a seguir:

DO OBJETO:

Cláusula 1ª – O objeto do presente contrato por prazo determinado consiste na contratação da senhora **ROSANGELA FERREIRA SOUZA LEAL**, para ocupar o cargo de **auxiliar de serviços gerais** a que se refere o Decreto n.º 266 de 12 de maio de 2.017, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, em caráter de excepcional interesse público conforme Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2.017, para exercer suas funções no **Ambulatório da Criança**, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres/MT.

DO PRAZO:

Cláusula 2ª – A referida contratação tem início em 03 de julho de 2.017 e término em 02 de julho de 2.018, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período de acordo com a necessidade temporária e interesse público da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres/MT.

DO SALÁRIO:

Cláusula 3ª – O Município de Cáceres pagará a título de salário o valor mensal de R$ 657,91 (seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e um centavos), acrescidos da complementação de R$ 279,09 (duzentos e setenta e nove reais e nove centavos),totalizando o valor de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES:

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão público ou empresa privada, no período já descrito neste contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento da contratada as eventuais faltas não justificadas ao serviço.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Saúde fica responsável pelo controle e acompanhamento da execução dos serviços prestados previstos na cláusula 1ª do presente contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento pela Contratada das obrigações assumidas no presente contrato por prazo determinado autorizará o Município de Cáceres a rescindir o contrato com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, bem como em outras legislações pertinentes ao caso.

Cláusula 8ª – Este contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este contrato por prazo determinado extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres/MT:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de despesa	Fonte de recursos
06.0602	10.302.1011.2035	3.1.90.04	102

Fica eleito o Foro da Comarca de Cáceres/MT para dirimir possíveis casos omissos, dúvidas e questões oriundas deste contrato. E, para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente contrato por prazo determinado em 03 (três) vias de igual teor e forma que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, 03 de julho de 2.017.

ROSANGELA FERREIRA SOUZA LEAL

Contratada

EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO FÉLIX

Contratante

TESTEMUNHAS:

1) _____

CPF n.º

2) _____

CPF n.º

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 318 DE 09 DE JUNHO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.931, de 15 de abril de 2005;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 24011 de 09 de junho de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Contratar, por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, Processo Seletivo Simplificado nº 005/2015 e 002/2016, os senhores relacionados abaixo, para exercerem suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

Nº	NOME	HABILITAÇÃO	PERÍODO	C. H
302	Maria Rosilane da Silva Duarte	Professora licenciada em Pedagogia	26.06.17 a 22.12.17	20
340	Eliana Martins de Castro	Professora licenciada em Pedagogia	28.06.17 a 22.12.17	30
341	Reginaldo Luiz de Souza	Professor licenciado em Letras	30.06.17 a 22.12.17	04
339	Elisangela Costa da Silva	Professora licenciada em História	28.06.17 a 27.07.17	20
333	Rozana de Oliveira da Silva	Aux. Serv. Gerais	09.06.17 a 31.10.17	40
335	Jucilene Cebalho de Faria	Aux.Serv.Gerais	12.06.17 a 22.12.17	40
337	Andreia dos Santos Nascimento	Aux.Serv.Gerais	19.06.17 a 22.12.17	40
338	Anny Karoline de Oliveira Souza	Aux.Serv.Gerais	19.06.17 a 04.09.17	40
334	Dirceu Gonçalo Nogueira	Motorista	12.06.17 a 22.12.17	40
336	João Luiz Carvalho de Paula	Motorista	19.06.17 a 22.12.17	40

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de junho de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 09.06.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 361 DE 03 DE JULHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES e o **PRESIDENTE DO CONCELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)** do Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições legais atribuições que lhes conferem a Lei Municipal nº 2.555 de 19 de dezembro de 2016 e a Lei Municipal nº 1.308/1995, alterada pela Lei 2.206/2009, respectivamente e,

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – NOBSUAS, aprovada pela Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que no inciso VIII do art. 12 aponta como responsabilidade dos entes, União, estados, Distrito Federal e municípios, realizar, em conjunto com os conselhos de assistência social, as conferências de assistência social;

CONSIDERANDO a Resolução nº 11, de 23 de setembro de 2015, do CNAS, que caracteriza os usuários, seus direitos e sua participação na Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social;

CONSIDERANDO que as conferências de assistência social são instâncias deliberativas, com a atribuição de avaliar a política de assistência social e definir diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União;

CONSIDERANDO o que consta do Processo sob Protocolo Geral nº. 26605, de 29 de junho de 2017.

DECRETAM:

Art. 1º Fica convocada a XI Conferência Municipal de Assistência Social, Cáceres/MT, a ser realizada nos dias 27 e 28 de julho de 2017, tendo como tema central: "**Garantias de direitos no fortalecimento do SUAS**".

Art. 2º A Conferência será presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social e Secretária Municipal de Assistência Social e na sua ausência, pela Vice-Presidente do Conselho Municipal ou representante legal.

Art. 3º O CMAS expedirá mediante Resolução a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno e regulamento que norteará a conferência.

Art. 4º - As despesas com a realização da XI Conferência Municipal de Assistência Social de Cáceres/MT ocorrerão a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Ação Social e de outros recursos municipal, estadual e nacional destinados para este fim.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de julho de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

ENÉZIO MARIANO DA COSTA

Presidente do CMAS

Afixado em: 03.07.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 368 DE 05 DE JULHO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 26989 de 03 de julho de 2017.

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar o contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, da senhora abaixo relacionada, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

N°	NOME	CARGO	LOCAL	PERÍODO	JUSTIFICATIVA
187/17	Leida dos Santos Ramos	Auxiliar de Serviços Gerais	Escola Municipal Santos Dumont	10.07.17 a 22.12.17	Em substituição a Josieli dos Santos Ramos que está em desvio de função

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de julho de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 05.07.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 371 DE 07 DE JULHO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SCRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS,** no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal admite a prestação de serviços de transporte rodoviário mediante autorização (Artigo 21);

CONSIDERANDO que ao município compete promover a tudo quanto diga respeito ao bem estar da pobulação, podendo determinar os pontos de pa-

rada dos onibus coletivos e autorizar serviços de transportes coletivos municipais, fixando as respectivas tarifas (Lei Orgânica, Artigo 6º, XVIII e XX);

CONSIDERANDO no que for aplicável à Lei nº 2.123 de 25 de janeiro de 2008, que dispõe sobre serviços de transporte rodoviário de passageiro do Município de Cáceres;

CONSIDERANDO a Indicação Legislativa nº 175/2017 para urgente Regularização do Terminal Rodoviário do Distrito do Santo Antonio do Caramujo em benefício da comodidade da população na logistica de embarque e desembarque de passageiros, aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária realizada no dia 06 de março de 2017;

CONSIDERANDO que a delegação de serviço público através de **AUTORIZAÇÃO** é ato de natureza precário e discricionário da administração pública e que dentre suas funções autoriza viabilizar a prática de serviço público por particular;

CONSIDERANDO que o serviço **AUTORIZADO** por ser discricionário não gera direito subjetivo e por ser precário, pode ser revogado a qualquer tempo sem direito a indenização;

CONSIDERANDO tudo mais que consta do Procedimento de Protocolo nº 11.281 de 09 de março de 2017, instaurado através da Indição Legislativa nº 175/2017 já mencionada acima, em cujo Processo Administrativo ficou demonstrado existir atividade consolidada de embarque e desembarque de passageiro, com características de prestação de serviços de rodoviária prestado por empreendimento particular, instalado nas dependências da Empresa Cabral e Muniz – ME;

CONSIDERANDO histórica autorização do DVOP de novembro de 1.999 autorizando ponto de parda de ônibus no local;

CONSIDERANDO que no imóvel ao longo dos anos foram sendo edificados equipados adequados para prestação de serviços de rodoviária aberto ao público, tipo garagens e estacionamentos cobertos; guichês para venda de passagens; acomodação condizente ao público, banheiros abertos à população, etc.;

CONSIDERANDO a efetiva prestação de serviço público aberto à população de forma gratuita a justificar a tarifação por serviços públicos autorizado na forma prevista no capitulo IV, Seção I – Artigo 196-A, § 2º do Código Tributário Municipal;

CONSIDERANDO finalmente que a **AUTORIZAÇÃO** do presente Decreto não conflita com a Concessão de Serviço de Administração e Exploração do Terminal Rodoviário do Município, objeto do Contrato Administrativo nº 047/2004, firmado com a empresa HORIZONTE ENGENHARIA LTDA, que tem por objeto a concessão somente do "Novo Terminal Rodoviário da Cidade,

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 11281, de 09 de março de 2017,

R E S O L V E M:

Art. 1º Autorizar de forma intransferível e precária a prestação de serviços público de Terminal Rodoviário a ser prestado pela **EMPRESA CABRAL E MUNIZ – ME,** inscrita no CNPJ nº 02.426.856/0001-59 e Inscrição Estadual nº 13307520-6, observadas as seguintes condições:

a) Instituir no endereço da Empresa, sito na BR 174 Km 30 no **DISTRITO DO SANTO ANTONIO DO CARAMUJO** os serviços de Ponto de Embarque e Desembarque de Passageiros do transporte coletivo regular em operação de transporte intermunicipal e municipal, podendo emitir bilhete de passagem e cobrança da tarifa de embarque; b) Deverá a autorizada manter no local serviço público de qualidade através de contratação de pessoal e utilização de tecnologia adequada na prestação do serviço; c) Deverá a autorizada manter o ambiente interno e externo devidamente higienizado para servir à população, executando rotineiro reparo no imóvel e nos equipamentos disponibilizados aos usuários, de modo a assegurar regularidade, continuidade, eficiência e segurança no serviço prestado; d) Deverá a autorizada manter regular fornecimento de água para consumo humano e manter banheiros masculino, feminino e especial em regular funcionamento, higiene e limpeza aberto à população, sem nenhuma cobrança extraordinária; e) Deverá à autorizada dar tratamento igualitário a todos os usuários, sem exclusão de usuários de baixa renda e/ou qualquer outra forma de descriminação; f) Deverá a autorizada cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares que trata do transporte coletivo de passageiro, respondendo perante a Administração e perante aos usuários e terceiros, por eventuais danos decorrentes dos serviços prestados; g) Deverá a autorizada arcar com todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e os ônus regulamentares do Transporte Coletivo de Passageiros;

Art. 2º A tarifa de embarque pelos serviços instituídos no presente Decreto será a mesma do artigo 3º do Decreto nº 399 de 10 de setembro de 2013, que institui os Pontos "A" e "B" da Rua do Espírito Santo - Bairro DNER e Rua Deputado Dormevil Faria nº 848 – Bairro São Luiz, respectivamente, no valor de R$ 1.50 (um real e cinquenta centavos), considerando a identidade das autorizações.

Art.3º O Contrato Administrativo que regulará a **AUTORIZAÇÃO** objeto do presente Decreto, por seu caráter discricionário e precário, poderá ser extinto e rescindido a qualquer momento a critério do Município de Cáceres, sempre que a melhoria do atendimento ao usuário assim o exigir, sem direito de indenização.

Art. 4º Leis e Regulamentos Federal, Estadual e Municipal que disciplina o transporte coletivo de passageiro terão aplicação imediata na relação com a Autorizada e com os Usuários, para todos os fins, obrigações e efeitos de direito e eventuais omissões na interpretação e regulamentação do presente Decreto fica a cargo da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de julho de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

VALDECI RODRIGUES DA COSTA

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Afixado em: 07.07.17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
ATO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA Nº 09/201

Protocolo Nº 24644/2017

Interessado: : Todas as Secretaria do Município.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO, visando a implantação do Programa Mato-grossense de Qualidade – QUALI-MT na Prefeitura de Cáceres-MT.

Despesas: As despesas correrão por conta da Dotação de cada secretaria interessada.

Fundamento: Artigo 24, inciso IV da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores e também amparados nos princípios da finalidade pública e princípio da continuidade do serviço público.

CNPJ:	EMPRESA:	Valor Total
03.819.150/0001-10	SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	R$ 24.348,00

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com o Parecer Jurídico nos termos do Art. 24, inciso X da Lei Federal n° 8.666 /1993.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de julho de 2017.

Maikon Carlos de Oliveira

Secretário de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 372 DE 07 DE JULHO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 27419 de 05 de julho de 2017.

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar os contratos por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, dos senhores abaixo relacionados, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

N°	NOME	CARGO	LOCAL	PERÍODO	JUSTIFICATIVA
411/16	Jessica Loiza Ribeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	Escola Municipal Buriti	14.07.17 a 22.12.17	Em substituição a Miguelina de Souza Benevides que está em desvio de função
194/17	Jucimeire Cardoso Gonçalves	Professora Licenciada em Educação Física	Escola Municipal Raquel Ramão da Silva	15.07.17 a 22.12.17	Em substituição a Rosemeyre Tieko Une que está em readaptação de função
078/17	Alander Jose do Carmo Marciano	Professor Licenciado em Educação Física	Escola Municipal Dom Máximo Biennés	16.07.17 a 22.12.17	Em substituição a Valéria Fernandes Negrão que está em readaptação de função
192/17	Neuzeli das Dores Lira	Professora Licenciada em Pedagogia	Escola Municipal Vital Monteiro Leite	17.07.17 a 22.12.17	Em substituição a Maria Jose Menacho da Silva Gonçalves que está prestando serviços na SME/COC
206/17	Adriana Guia Borges	Auxiliar de Serviços Gerais	Escola Municipal Fazendo Arte	17.07.17 a 22.12.17	Em substituição a Maria Albina de Araújo que está em desvio de função
141/17	Karla Santana da Silva	Professora Licenciada em Pedagogia	Escola Municipal Jardim Paraíso	24.07.17 a 22.12.17	Em substituição a Hemenegilda Parabá Veloso que está em readaptação de função.
201/17	Debora Aparecida Alves Ramos	Auxiliar de Serviços Gerais	Escola Municipal Novo Oriente	25.07.17 a 04.10.17	Em substituição a Catarina da Silva Campos que está em desvio de função
152/17	Joelma Tereza de Souza Brito	Professora Licenciada em Pedagogia	Escola Municipal Vitória Régia	28.07.17 a 22.12.17	Em substituição a Renato Matias Ramos que está em readaptação de função.
357/16	Evanize de Souza Amaral Coelho	Professora Licenciada em Pedagogia	Escola Municipal União	27.07.17 a 22.12.17	Em substituição a SIrley Ribeiro Fancio Martinez que está na Coordenação Pedagógica.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 07 de julho de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 07.07.17

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009

DISPÕE SOBRE EDITAL COMPLEMENTAR ACERCA DO RESULTADO DA APURAÇÃO DOS VOTOS DA QUINTA ETAPA – ESCOLHA POR ELEIÇÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CÁCERES/MT

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CÁCERES – CMDCA/MT, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 2.473/2015,

Considerando o item 13 do Edital nº 001/2017 de Convocação para o Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Cáceres/MT, onde consta sobre a Quinta Etapa - Processo de Escolha por Eleição;

TORNA PÚBLICO o presente edital para divulgar o que segue:

1. A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL, constituída na forma da Resolução nº 05, de 20 de Abril de 2017, publica o resultado da apuração dos votos da Quinta Etapa - Escolha por Eleição do Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Cáceres/MT, realizado no dia 09 de julho de 2017, das 08h às 17h nas dependências do Campus Jani Vanini - Universidade do Estado de Mato Grosso, conforme anexo 1 e 2, partes integrantes deste Edital.

2. Realizada a Quinta Etapa - Escolha por Eleição, os recursos deverão ser dirigidos por escrito à Presidência da Comissão Especial Eleitoral Suplementar do Processo de Escolha e protocolados na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos no anexo I do Edital nº 001/2017 de Convocação para o Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Cáceres/MT.

3. Não será aceito recurso via fax ou via correio eletrônico.

4. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo (a) Presidente da Comissão Especial Eleitoral Suplementar do Processo de Escolha.

5. O Candidato poderá ter acesso às decisões da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha Suplementar para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

6. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha Suplementar caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

7. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral do Processo de Escolha Suplementar fará publicar suas decisões com cópia ao Ministério Público Estadual.

8. O formulário do recurso deverá ser preenchido de acordo com o anexo III do Edital nº 001/2017 de Convocação para o Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Cáceres/MT.

Cáceres, 10 de Julho de 2017.

Raul Camilo Guimarães Garcia

Presidente do CMDCA e da Comissão Especial Eleitoral do Processo de

Escolha Suplementar de Conselheiros Tutelares

ANEXO 1

Resultado da apuração dos votos do Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Cáceres/MT

URNA 01

Nome do Candidato	Nº. de inscrição	Total de Votos
ANDRELINA MAGALY DA SILVA	001	83
ANIELLY CAROLINE MOREIRA JACOBINA	005	13
ANTONIO CARLOS CARVALHO FARIA	017	27
ANY MARCIA MALHEIROS SILVA	008	22
CLAUDIONOR CAETANO	007	31
DIEGO SILVA REDEZ	025	17
EDILENE MARTINS DE SOUZA	015	24
EDILEUSA DOS REIS CADIDE	010	10
ERAÍDES BRASEILEIRA DIAS ARAÚJO	006	10
GIULIANA BARBASA MAIA	016	45
JAIRA ELAINE JUNQUEIRA DE SOUZA	002	09
JULIANY ARTIAGO OLIVEIRA	023	19
LEIDAIANE MUNIZ NOBREGA	019	26
LUCIANA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA	018	14
MARIA SEBASTIANA OLIVEIRA PEREIRA	004	23
MARILENE CEBALHO DE SOUZA	003	14
MARTA RODRIGUES DOS SANTOS	013	09
NAGILA PESSOA DA COSTA	014	07
PAULO MATEUS DE MORAES	024	01
SUELLEN CRISTIANNE SEONACA NEVES	022	36
Votos válidos:		440
Votos nulos:		04
Votos em branco:		-0-
Total Geral de Votos:		444

URNA 02

Nome do Candidato	Nº. de inscrição	Total de Votos
ANDRELINA MAGALY DA SILVA	001	104
ANIELLY CAROLINE MOREIRA JACOBINA	005	04
ANTONIO CARLOS CARVALHO FARIA	017	23
ANY MARCIA MALHEIROS SILVA	008	32
CLAUDIONOR CAETANO	007	33
DIEGO SILVA REDEZ	025	11
EDILENE MARTINS DE SOUZA	015	17
EDILEUSA DOS REIS CADIDE	010	16
ERAÍDES BRASEILEIRA DIAS ARAÚJO	006	05
GIULIANA BARBASA MAIA	016	54
JAIRA ELAINE JUNQUEIRA DE SOUZA	002	14
JULIANY ARTIAGO OLIVEIRA	023	25
LEIDAIANE MUNIZ NOBREGA	019	26
LUCIANA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA	018	18
MARIA SEBASTIANA OLIVEIRA PEREIRA	004	35
MARILENE CEBALHO DE SOUZA	003	05
MARTA RODRIGUES DOS SANTOS	013	17
NAGILA PESSOA DA COSTA	014	05
PAULO MATEUS DE MORAES	024	04
SUELLEN CRISTIANNE SEONACA NEVES	022	26
Votos válidos:		474
Votos nulos:		02
Votos em branco:		-0-
Total Geral de Votos:		476

URNA 03

Nome do Candidato	Nº. de inscrição	Total de Votos
ANDRELINA MAGALY DA SILVA	001	111
ANIELLY CAROLINE MOREIRA JACOBINA	005	10
ANTONIO CARLOS CARVALHO FARIA	017	13
ANY MARCIA MALHEIROS SILVA	008	26
CLAUDIONOR CAETANO	007	32
DIEGO SILVA REDEZ	025	11
EDILENE MARTINS DE SOUZA	015	25
EDILEUSA DOS REIS CADIDE	010	13
ERAÍDES BRASEILEIRA DIAS ARAÚJO	006	10
GIULIANA BARBASA MAIA	016	37
JAIRA ELAINE JUNQUEIRA DE SOUZA	002	07
JULIANY ARTIAGO OLIVEIRA	023	23
LEIDAIANE MUNIZ NOBREGA	019	18
LUCIANA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA	018	18
MARIA SEBASTIANA OLIVEIRA PEREIRA	004	27
MARILENE CEBALHO DE SOUZA	003	11
MARTA RODRIGUES DOS SANTOS	013	11
NAGILA PESSOA DA COSTA	014	04
PAULO MATEUS DE MORAES	024	04
SUELLEN CRISTIANNE SEONACA NEVES	022	23
Votos válidos:		434
Votos nulos:		08
Votos em branco:		01
Total Geral de Votos:		443

URNA 04

Nome do Candidato	Nº. de inscrição	Total de Votos
ANDRELINA MAGALY DA SILVA	001	68
ANIELLY CAROLINE MOREIRA JACOBINA	005	04
ANTONIO CARLOS CARVALHO FARIA	017	19
ANY MARCIA MALHEIROS SILVA	008	21
CLAUDIONOR CAETANO	007	30
DIEGO SILVA REDEZ	025	11
EDILENE MARTINS DE SOUZA	015	22
EDILEUSA DOS REIS CADIDE	010	27
ERAÍDES BRASEILEIRA DIAS ARAÚJO	006	05
GIULIANA BARBASA MAIA	016	38
JAIRA ELAINE JUNQUEIRA DE SOUZA	002	14
JULIANY ARTIAGO OLIVEIRA	023	17
LEIDAIANE MUNIZ NOBREGA	019	24
LUCIANA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA	018	11
MARIA SEBASTIANA OLIVEIRA PEREIRA	004	26
MARILENE CEBALHO DE SOUZA	003	09
MARTA RODRIGUES DOS SANTOS	013	08
NAGILA PESSOA DA COSTA	014	04
PAULO MATEUS DE MORAES	024	01
SUELLEN CRISTIANNE SEONACA NEVES	022	24
Votos válidos:		383
Votos nulos:		-0-
Votos em branco:		01
Total Geral de Votos:		384

URNA 05

Nome do Candidato	Nº. de inscrição	Total de Votos
ANDRELINA MAGALY DA SILVA	001	84
ANIELLY CAROLINE MOREIRA JACOBINA	005	17
ANTONIO CARLOS CARVALHO FARIA	017	15
ANY MARCIA MALHEIROS SILVA	008	20
CLAUDIONOR CAETANO	007	45
DIEGO SILVA REDEZ	025	13
EDILENE MARTINS DE SOUZA	015	20
EDILEUSA DOS REIS CADIDE	010	14
ERAÍDES BRASEILEIRA DIAS ARAÚJO	006	10
GIULIANA BARBASA MAIA	016	35
JAIRA ELAINE JUNQUEIRA DE SOUZA	002	11
JULIANY ARTIAGO OLIVEIRA	023	10
LEIDAIANE MUNIZ NOBREGA	019	24
LUCIANA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA	018	16
MARIA SEBASTIANA OLIVEIRA PEREIRA	004	18
MARILENE CEBALHO DE SOUZA	003	11
MARTA RODRIGUES DOS SANTOS	013	17
NAGILA PESSOA DA COSTA	014	02

PAULO MATEUS DE MORAES	024	02
SUELLEN CRISTIANNE SEONACA NEVES	022	39
Votos válidos:		423
Votos nulos:		01
Votos em branco:		-0-
Total Geral de Votos:		424

URNA 06

Nome do Candidato	Nº. de inscrição	Total de Votos
ANDRELINA MAGALY DA SILVA	001	80
ANIELLY CAROLINE MOREIRA JACOBINA	005	14
ANTONIO CARLOS CARVALHO FARIA	017	31
ANY MARCIA MALHEIROS SILVA	008	29
CLAUDIONOR CAETANO	007	41
DIEGO SILVA REDEZ	025	16
EDILENE MARTINS DE SOUZA	015	25
EDILEUSA DOS REIS CADIDE	010	15
ERAÍDES BRASEILEIRA DIAS ARAÚJO	006	07
GIULIANA BARBASA MAIA	016	41
JAIRA ELAINE JUNQUEIRA DE SOUZA	002	05
JULIANY ARTIAGO OLIVEIRA	023	20
LEIDAIANE MUNIZ NOBREGA	019	41
LUCIANA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA	018	12
MARIA SEBASTIANA OLIVEIRA PEREIRA	004	23
MARILENE CEBALHO DE SOUZA	003	15
MARTA RODRIGUES DOS SANTOS	013	12
NAGILA PESSOA DA COSTA	014	06
PAULO MATEUS DE MORAES	024	04
SUELLEN CRISTIANNE SEONACA NEVES	022	35
Votos válidos:		472
Votos nulos:		06
Votos em branco:		01
Total Geral de Votos:		479

APURAÇÃO GERAL

Total geral de votos: 2.650

Votos válidos: 2.626

Votos nulos: 21

Votos em branco: 03

Total de urnas apuradas: 06

ANEXO 2

Resultado da apuração dos votos dos candidatos do Processo de Escolha Suplementar para membros do Conselho Tutelar de Cáceres/MT

Nome do Candidato	Nº. de inscrição	Total de Votos
ANDRELINA MAGALY DA SILVA	001	530
ANIELLY CAROLINE MOREIRA JACOBINA	005	62
ANTONIO CARLOS CARVALHO FARIA	017	128
ANY MARCIA MALHEIROS SILVA	008	150
CLAUDIONOR CAETANO	007	212
DIEGO SILVA REDEZ	025	79
EDILENE MARTINS DE SOUZA	015	133
EDILEUSA DOS REIS CADIDE	010	95
ERAÍDES BRASEILEIRA DIAS ARAÚJO	006	47
GIULIANA BARBASA MAIA	016	250
JAIRA ELAINE JUNQUEIRA DE SOUZA	002	60
JULIANY ARTIAGO OLIVEIRA	023	114
LEIDAIANE MUNIZ NOBREGA	019	159
LUCIANA ARTIAGA RODRIGUES DE OLIVEIRA	018	89
MARIA SEBASTIANA OLIVEIRA PEREIRA	004	152
MARILENE CEBALHO DE SOUZA	003	65
MARTA RODRIGUES DOS SANTOS	013	74
NAGILA PESSOA DA COSTA	014	28
PAULO MATEUS DE MORAES	024	16
SUELLEN CRISTIANNE SEONACA NEVES	022	183
Total de Votos:		**2.626**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campinápolis - MT torna público aos interessados que o Pregão Presencial nº 029/2017, para a aquisição de veículos (Caminhão) e tanques, para atender as necessidades de estruturação da cadeia produtiva de leite do Município de Campinápolis, conforme convênio nº 812303/2014-SUDECO, proposta SICONV nº 052313/2014, que se deu às 13hs00min do dia 28/06/2017, sagrou vencedora a proponente: M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, CNPJ nº 07.811.058/0001-64, ao valor global de R$ 465.900,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e novecentos reais). Campinápolis, 30/06/2017. Gilberto Francisco Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 7341 DE 10 DE JULHO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DO SR **MARCOS AURELIO PIO DE REZENDE,** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as faltas injustificadas do servidor

RESOLVE: I – Demtir o Sr MARCOS AURELIO PIO DE REZENDE, que exercia o cargo de Odontólogo, junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, desta Prefeitura Municipal. II – Revogar a Portaria Nº 7107 de 13 de Fevereiro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 10 de julho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 10 de Julho de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 2.750 DE 04 DE JULHO DE 2017

DECRETO N.º 2.750 DE 04 DE JULHO DE 2017

Regulamenta a Lei Municipal nº1.171/2017 e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, *Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,*

Considerando o disposto na Lei Orgânica Municipal

Considerando as anotações contidas no §3º, Art.29 da Lei Municipal nº 1. 171/2017;

DECRETA

Art. 1º*. As atribuições dos Cargos constantes da Estrutura Administrativa do Município de Campinápolis-MT (Lei nº1.171/2017) – Comissionados e/ou Funções Gratificadas, são aquelas definidas no Anexo I, parte indissociável a este Decreto, observado em todo caso, o disposto no parágrafo único, Art. 77 da Lei Orgânica Municipal.*

Art. 2º. *Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.*

Art. 3º. *Revogam-se as disposições em contrário.*

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

DECRETO Nº 2.750/2017

GABINETE DO PREFEITO - GPM	
CARGO	***ATRIBUIÇÕES***
SUBPREFEITO	***I. Dirigir, coordenar e fiscalizar os serviços relativos a:*** *a) prestação de serviços públicos em São José do Couto/Distrito de Campinápolis;* *b) as demandas de serviços públicos em São José do Couto/ Distrito de Campinápolis;* *c) obras e/ou serviços públicos prestados a população de São José do Couto/Distrito de Campinápolis;* *d) outras delegadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.*
PRODCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) representação judicial e extrajudicialmente do Município na defesa de seus interesses;* *b) assessorar juridicamente a administração municipal;* *c) planejar, coordenar, controlar e executar as atividades jurídicas de interesse do Município;* *d) cobrar judicialmente a dívida ativa do Município;* *e) a elaboração e análise de projetos de leis, razões de veto e demais atos normativos;* *f) apuração de pedidos indenizatórios ao Município;* *g) os processos administrativos que visam apurar o cometimento de faltas disciplinares pelos servidores públicos municipais do Poder Executivo;* *h) aplicação das leis, decretos, portarias e regulamentos existentes no município, principalmente no que se refere ao controle da legalidade dos atos praticados pelos agentes públicos;* *i) assessorar juridicamente os processos de licitação e formalização de contratos;* *j) emissão de pareceres aos órgãos da administração pública municipal quando solicitado;* *k) outras atividades afins no âmbito de sua competência;* *l) outras delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.*
CONTROLADOR INTERNO	***I. Serviços relativos a:*** *a) acompanhamento, avaliação e o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;* *b) avaliação e execução dos programas e dos orçamentos quanto ao cumprimento das metas físicas e financeiras;* *c) comprovar a legalidade dos atos de gestão do governo e avaliar os resultados quanto à eficácia, eficiência e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, assim como a boa e regular aplicação dos recursos públicos por pessoas e entidades de direito público e privado, quando exigir-se prestações de contas;* *d) avaliação dos custos das obras e serviços realizados pela administração e apurados em controles previstos pela Lei de Diretrizes Orçamentária e Plano Plurianual;* *e) controlar as operações de crédito, garantias, direitos, haveres e inscrição de despesas em restos a pagar;* *f) verificação a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;* *g) fiscalização o cumprimento das medidas adotadas para retorno das despesas de pessoal quando ultrapassado o limite legal e o montante da dívida aos limites estabelecidos no regramento jurídico;* *h) cumprimento da destinação vinculada de recursos da alienação de ativos;* *i) cumprimento dos gastos mínimos em ensino e saúde;* *j) acompanhamento do equilíbrio financeiro em cada uma das fontes de recursos;* *l) outras delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.*
OUVIDOR GERAL	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) recebimento e apuração de denúncias, reclamações, críticas, comentários e pedidos de informação sobre atos considerados ilegais comissivos e/ou omissivos, arbitrários, desonestos, indecorosos, ou que contrariem o interesse público, praticados por servidores públicos do município de Campinápolis ou agentes públicos;* *b) diligencias junto às Unidades da Administração competentes, para a prestação por estes, de informações e esclarecimentos sobre atos praticados ou de sua responsabilidade;* *c) ações integradas com os diversos órgãos da municipalidade, a fim de encaminhar, de forma intersetorial, as reclamações dos munícipes que envolvam mais de um órgão da administração direta e indireta;* *d) informação ao cidadão interessado as providências adotadas em razão de seu pedido, excepcionados os casos em que a lei assegurar o dever de sigilo;* *e) comunicação ao órgão da administração direta competente, para a apuração de todo e qualquer ato lesivo ao patrimônio público de que venha a ter ciência, em razão do exercício de suas funções;* *f) outras delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.*
COORDENADOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS EM BRASÍLIA	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) acompanhamento do Prefeito Municipal em suas visitas aos Órgãos do Governo Federal;* *b) recepção e protocolo de documentos junto aos Órgãos Federais;* *c) outras atividades delegadas pelo Prefeito Municipal.*
COORDENADOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS EM CUIABÁ	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) acompanhamento do Prefeito Municipal em suas visitas aos Órgãos do Governo Estadual e/ou Federal sediado em Cuiabá;* *b) recepção e protocolo de documentos junto aos Órgãos Estaduais e/ou Federais e outros sediados em Cuiabá;* *c) outras atividades delegadas pelo Prefeito Municipal.*
GERENTE ADMINISTRATIVO DO GABINETE	***I. Gerenciar os serviços relativos a:*** *a) publicação dos Atos Oficias do Gabinete;* *b) recepção da correspondência do Gabinete;* *c) comunicação interna e externa dos assuntos do Gabinete – Redação Oficial;* *c) arquivamento da legislação do município;* *d) eventos que envolvam a participação direta do Prefeito Municipal;* *e) realização de audiências públicas;* *f) realização de eventos de inauguração de obras;* *g) compras e/ou serviços do Gabinete;* *h) outras atividades delegadas pelo Prefeito Municipal.*
ASSESSOR DE IMPRENSA	***I. Assessorar os serviços relativos a:*** *a) realização de levantamento das atividades, projetos, ações e serviços, para que isso se torne notícia;* *b) agendamento e acompanhamento de entrevistas coletivas, facilitando o trabalho do entrevistado e do entrevistador;* *c) contato permanente com a mídia, sugerindo pautas e fazendo esclarecimentos necessários para a eficiência da matéria jornalística ser publicada;* *d) elaboração textos (**releases**), que são enviados para os veículos de comunicação;* *f) divulgação de eventos;* *g) edição de jornais, que podem ser distribuídos interna ou externamente;* *h) organização entrevistas coletivas;* *i) orientações de como lidar com a imprensa;* *j) montagem de Clippings (cópia de notícias da empresa que forma divulgadas no meio de comunicação, uma espécie de backup);* *l) assuntos para a mídia, indicação de pauta;* *m) outros delegodas pelo Chefe do Poder Executivo.*
ASSESSOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	***I. Assessorar os serviços relativos a:*** *a) manutenção do Sítio da Prefeitura Municipal;* *b) manutenção de software e hardware da Prefeitura Municipal;* *c) o processo de desenvolvimento de sistemas para a Prefeitura Municipal;* *d) outros relacionadas a informática;* *e) outros delegados pelo Chefe do Poder Executivo.*
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - SMAP	
PREGOEIRO OFICIAL	***I. Conduzir os serviços relativos a:*** *a) trabalhos da Equipe de Apoio e procedimentos licitatórios na modalidade de Pregão;* *b) Credenciamento dos interessados mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para a formulação de propostas e dos demais atos inerentes ao certame;* *c) recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes de propostas de preços e dos envelopes de documentos de habilitação;* *d) Promoção da abertura dos envelopes de propostas de preços, analisar e desclassificar as propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazo e condições fixados no edital;* *e) Seleção e ordenação das propostas de preços não desclassificados, observando o disposto nos inícios VIII e IX do Art. 4° da Lei Federal n° 10.520/02;* *f) Classificação das ofertas depois de conjugados, as propostas e os lances, e decidir motivadamente a respeito da aceitabilidade do menor preço;* *g) a negociação do preço com vistas à sua redução;* *h) Analise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;* *i) Adjudicação do objetivo ao licitante vencedor se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante**;*** *j) Elaboração da ata da sessão pública, que contará sem prejuízo de outros elementos, o registro:* *l) credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;* *m) propostas apresentadas, dos desclassificados e dos selecionados para a etapa de lances;* *n) dos lances da classificação das ofertas;* *o) a decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;* *p) a negociação de preço;* *q) a análise dos documentos de habilitação;* *r) a manifestação da intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;* *s) Encaminhamento do processo devidamente instruído após a sua adjudicação à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;* *t) Proposição da revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente, quando necessário;* *u) outros delegados pelo Chefe do Poder Executivo.*
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS	***I. Dirigir os serviços relativos a:*** *a) Afastamento de Licença Saúde no sistema; Afastamento do servidor em Licença Prêmio por assiduidade no sistema e*

	fazer portaria e publicar no Jornal AMM e no Site da Prefeitura; *b) Alterações da Folha da Secretaria de Educação, Alterações da Folha das Secretarias Administração, Transportes e Saúde e demais secretarias;* *c) Arquivo Passivo ao logo do ano nas pastas dos servidores; Arquivo Passivo em Dezembro e Janeiro dos exonerados; Arquivos de documentos nas pastas dos servidores ATS Judicial (Tabela com valor de cada servidor); Atualização das tabela patronal da Previcamp no sistema no mês de janeiro;* *d) Atualização das tabelas dentro do programa Sefip em Janeiro; Atualizações das tabelas INSS, Salário mínimo, salário família e IRRF no sistema no mês de janeiro; Atualizações das tabelas reajustadas conforme RGA e Piso dos Professores (mês de maio.)* *Converter os contratos em pdf para encaminhar para organização do APLIC;* *e) convocar os servidores cujo o prazo da Licença Particular se expirou e o mesmo não se apresentou ao departamento;* *f) Correções na Folha ao longo do ano;* *g) digitalizar os documentos dos contratados e nomeados e abrir pastas e guardar nos arquivos; DIRF (mês de fevereiro);* *h) Elaboração da Escala de Férias e encaminhar a cada setor para cada servidor registrar o agendamento de suas férias conforme seu período aquisitivo;* *Elaboração da Folha dos efetivos em pdf para encaminhar para(Previcamp);* *i) Elaboração de Portarias de Exoneração e Publicação; Elaboração do edital constando todas as portarias para expor no Mural da Prefeitura;* *j) Elevação de classe (Educação);Elevação de classe Adm., Saúde e Transportes; Elevação de nível;* *l) Encaminhamentos de atestados e Licença Maternidade a Previcamp; Encaminhar a guia ao setor de Finanças para pagamento; encaminhar os consignados, pensões e guia do ATS ao setor de Finanças para pagamento.* *m) Envio da sefip até dia 02 de cada mês; Envio de arquivos BBPAG para Secretaria de Finanças para pagamento da folha mensal juntos com os arquivos de pensões, consignados; Envio mensal de arquivos e pdf de portarias, contratos, documentos digitalizados, sefip para Junior para organizar o aplic.* *n) Exonerações da Secretaria de Educação; Exonerações das demais Secretarias no ano todo.* *o) edição de portarias de férias coletivas e afastar no sistema os servidores da Educação em dezembro e janeiro. Edição das portarias de contratos e publicar;* *p) impressão dos contratos para cada servidor; coleta de assinaturas dos contratos;* *q) publicações de cada portaria registrada no sistema no Jornal da AMM e no site da prefeitura.* *r) Impressão da folha por Secretaria e departamento junto com relatório em duas vias da folha normal, folha 13ª e rescisão para entregar ao Maciel da contabilidade.* *s) Impressão das guias do INSS e relatório da folha para entregar ao Maciel que após sua conferencia entregará ao Secretário de Finanças para pagamento.* *t) Lançamento das consignações nos holerites de cada servidor e conferir os valores com o arquivo recebido da Secretaria de Finanças; lançamento das Licenças prêmio por assiduidade em conversão, no sistema. Lançamento no sistema, dos contratados das Secretarias Saúde, Transportes e Administração no cadastro de pessoas e no cadastro de funcionário. Lançamento no sistema dos contratados da Secretaria de Educação no cadastro de pessoas e no cadastro de funcionários.* *u) Levantamento de tempo de Contribuições de servidores contratados para apresentar junto INSS;* *Levantamento de Tempo de Contribuições dos servidores para aposentar para Previcamp;* *v) Oficialização do Fórum de Campinápolis com os valores pago do ATS;* *x) preenchimento da aba de contratação no sistema de cada servidor para redigir o contrato.* *w) preenchimento do formulário Pasep e encaminhar para o Banco do Brasil;* *z) outros delegados pelo Prefeito Municipal.*
DIRETOR DE DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO, ALISTAMENTO MILITAR E CARTEIRA DE TRABALHO	***I. Dirigir os Serviços relativos a:*** *a) Preenchimento de prontuário CI- Carteira de Identidade;* *b) Coleta de digital arrolada;* *c) Coleta de digital batida;* *d) Emissão de relatório de expediente;* *e) Emissão de boleto de taxa 2ª via CI-Carteira de Identidade;* *f) Postagem quinzenal de prontuários via correios para Politec/Cuiabá; g) Recebimento de Guia de Identificação Criminal da Delegacia de Policia Civil; h) Preenchimento do BIC(boletim de identificação criminal); i) Papiloscopia - coleta de digital do indiciado (preso); j) Emissão de relatório do BIC; l) Coleta de digital cadavérica; m) outras delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.* ***II. Dirigir os serviços relativos a:*** *a) Emissão do RA (Registro de Alistamento) automático, assinatura e digital do cidadão; b) Preenchimento do controle de certificados em branco: CAM-FAM-INFOR, FAIXA DE RA AUTOMÁTICO, CAM-FAM-EMERGENCIAL, CDI INFORMATIZADO 1ª E 2ª VIA, FAM 3ª VIA (MAIORES DE 30 ANOS) EMISSÃO E IMPRESSÃO DE TAXAS E MULTAS, IMPRESSÃO DE CDI (Certificado de Dispensa de Incorporação),* *emissão de relatórios de CDIs emitidos e estornados, inclusive maiores de 30 anos; c) Envio de Backup mensal; d) Envio do disco Sermil (Sistema de Recrutamento Militar), mensal; e) Envio do disco Averbações, mensal.* ***III. Dirigir os serviços relativos a:*** *a) Emissão de grade de controle de numeração de carteiras; b) Emissão de grade de detalhamento diário; c) Emissão de relatório estatístico; d) Envio de ofício de encaminhamento do movimento do mês; e) Envio mensal de ofício de pedido de material para o setor; f) Emissão da carteira de trabalho e coleta de digital; g) outras delegadas pelo Chefe do Poder Executivo.*
CHEFE DO DEPARTAMENTOS DE COMPRAS	***I. Chefiar os serviços relativos a:*** *a) chefiar o setor de compras operacionalizando as atividades, analisando as solicitações de compras;* *b) chefiar os processos de pedidos e requerimentos;* *c) chefiar o estudo para os detalhamentos técnicos necessários para a compra correta;* *d) chefiar as pesquisas de preços e fornecedores;* *e) atuação da equipe;* *f) manutenção do contato com outros setores da entidade;* *g) a gestão de relatórios gerenciais;* *h) o cumprimento dos prazos, planejar, dirigir e controlar as compras de materiais, equipamentos e serviços.* *i) outros delegados pelo Chefe do Poder Executivo.*
COORDENADOR DE COMPRAS E ALMOXARIFADO	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) pré - empenho de produtos licitados, cadastro de item, entregar NAD (Nota de autorização de Despesa) no comercio local;* *b) entrega das mercadorias nas secretarias;* *c) conferência das especificações dos produtos;* *d) recebimento das mercadorias de empresas de outros municípios ou estados;* *e) regulação, estocagem e entrega bens conforme solicitação de cada secretaria;* *f) cobrança de mercadoria em atraso;* *g) cotação de preços;* *h) envio de arquivos para as secretarias se houver corte nas solicitações;* *i) impressão de relatórios do sistema, solicitações para a licitação, transporte de cargas diversas;* *j) outros delegados pelo Chefe do Poder Executivo.*
GERENTE DE COMPRAS	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) acompanhamento dos prazos de entregas de medicamentos;* *b) informações para os fornecedores em relação a eventuais divergências;* *c) cancelamento e alterações nos pedidos;* *d) compras diretas gerais, desde peças, material de fabricação e materiais de consumo de itens e serviços não licitados;* *e) classificar e cadastrar itens no sistema;* *f) atividades de processamento de solicitações de compras emitidas por outros setores;* *g) pesquisas junto a fornecedores e coleta preços, efetuando análise de qualidade e preço optando pela mais vantajosa;* *h) concessão de diária civil, auxílio financeiro e benefícios eventuais;* *i) adiantamentos de viagem/despesa;* *j) conferencia de notas fiscais de medicamentos de acordo com autorizações emitidas, notificações extrajudiciais;* *l) outros delegados pelo Chefe do Poder Executivo.*
COORDENADOR ADMINISTRATIVO E DE FISCALIZAÇÃO DO PROCON-M	***I. Coordenar os Serviços relativos a:*** a) assessoramento ao Prefeito Municipal na implantação e implementação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor; b) planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção e defesa do Consumidor; c)receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado; d) orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre os seus direitos, deveres e prerrogativas; e) encaminhar aos órgãos competentes a notícia de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e as de violação a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos; f)incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e as já existentes, bem como outros programas especiais; g)promoção de ações contínuas de educação para o consumo, utilizando diferentes meios de comunicação, bem como realizando parcerias com outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil; h) atuação no sistema municipal do ensino, com o objetivo de sensibilizar e, posteriormente, conscientizar os alunos e a comunidade escolar quanto aos direitos e deveres do consumidor; i) disponibilização de consumidores, sempre que possível, mecanismos que possibilitem informá-los sobre os menores preços dos produtos básicos encontrados no mercado de consumo; j) manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, nos termos do art. 44 da Lei 8078/90 e dos arts. 57 a 62 do Decreto 2. 181/97;

	l) expedição notificação aos fornecedores para que prestem esclarecimentos das reclamações apresentadas pelos consumidores no Procon; m) fiscalização e aplicação de sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90 e Decreto 2.181/97); n) funcionamento, no que se refere ao processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência; m) solicitação de concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos; o)instauração, instrução e conclusão de processos administrativos para apurar infrações à Lei nº 8078/90, podendo mediar conflitos de consumo; p) Realização outras atividades correlatas. q) outros delegados pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento e/ou Chefe do Poder Executivo.
COORDENADOR DOS SERVIÇOS DA AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO	***I. Coordenar junto a Agência Municipal de Transito os serviços relativos a:*** *a) Registro de Veículos; b) Transferências de Veículos; c) Recolhimento de impostos; d) Licenciamento; e) Renovação de CNH; f) Promoção e fiscalização do funcionamento de auto-escolas; g) Suporte e fiscalização do funcionamento de despachantes; h) Recolhimento de veículos aprendidos e mantê-los no pátio da Agência conforme legislação pertinente; i) Liberação de veículo aprendido após regularização; j) Vistorias realizadas na Agência; k) Manutenção da Agência com material para pronto atendimento; l) Segurança da Agência bem como guardar documentos sempre em cofre; m) Implementação Políticas para ampliação de emplacamento de veículos no município; n) Atendimento ao poder judiciário nas decisões concernentes a mandados judiciais relacionados a veículos; o) Outras estabelecidas em regulamento editado pelo Chefe do Executivo e/ou Secretário Municipal.*
COORDENADOR ADMINISTRATIVO DO PREVI-CAMP	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) relacionamento com o AMM-PREV e/ou outro que vier a lhe substituir;* *b) relacionamento com a Agenda Assessoria;* *c)processos de aposentadoria, auxílio doença, salário maternidade e salário família;* *d) perícias médicas eventuais;* *e) comitê de investimentos;* *f) conselho fiscal e curador;* *g) transferências bancárias para aposentados e pensionistas;* *h) aquisição de materiais permanentes e de consumo;* *i) perícia anual dos aposentados por invalidez;* *j) recadastramento anual;* *l) simulação de aposentadoria;* *m) averbação de tempo de contribuição;* *n) outros estabelecidos em regulamento editado pelo Chefe do Executivo e/ou Secretário Municipal.*
GERENTE DE PATRIMÔNIO	***I. Gerenciar os serviços relativos a:*** *a) inventário patrimonial do Poder Executivo Municipal;* *b) documentação da frota de veículos pertencentes ao Poder Público Municipal/Poder Executivo (emissão de documento, emplacamento);* *c) acompanhamento e impressão de multas dos veículos pertencentes ao Poder Público Municipal/Poder Executivo;* *d) outras delegadas pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento e/ou pelo Chefe do Poder Executivo.*
GERENTE OPERACIONAL DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	***I. Gerenciar os serviços relativos a:*** *a) capitação, tratamento e distribuição de água;* *b) manutenção da rede água;* *c) trabalhos administrativos, prestação de esclarecimentos aos usuários;* *d) acompanhamento da execução de contrato de prestação de serviços com o DAE/Prefeitura Municipal;* *e) suprimento de produtos químicos;* *f) monitoramento dos reservatórios e poços artesianos;* *g) manutenção e monitoramento de bombas e quadros de energia;* *h) solicitação para aquisição de bens e/ou serviços junto a Prefeitura Municipal;* *i) outros delegados pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento e/ou do Chefe do Poder Executivo.*
GERENTE DE VISTORIAS DO DETRAN	***I. Gerenciar os serviços relativos a:*** *a) vistorias de veículos junto a Agência Municipal de Trânsito;* *b) outros delegados pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento e/ou do Chefe do Poder Executivo.*
GERENTE DOS SERVIÇOS DO POSTO ELEITORAL	***I. Gerenciar os serviços relativos a:*** a) Alistamentos eleitorais; b) Transferência de domicílios eleitorais; c) Entrega de Diligências emanadas do Cartório Regional Eleitoral; d) Mediação entre o Posto Eleitoral de Campinápolis e o Cartório Regional Eleitoral; e) Outras determinadas pelo Chefe do Cartório Regional Eleitoral
ASSESSOR DE PROTOCOLO E RECEPÇÃO	***I. Assessorar os serviços relativos a:*** *a) rotina dos serviços de protocolo;* *b) rotina dos processos administrativos da Prefeitura Municipal;* *c) outros delegados pelo Secretário Municipal de Administração e Planejamento e/ou do Chefe do Poder Executivo.*
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO -SMFO	
CHEFE DO SETOR DE CONTABILIDADE E APLIC	***I. Chefiar os serviços relativos a:*** *a) informações sobre receitas, despesas, dívidas e balanços;* *b) suporte ao Assessoria Contábil;* *c) remessa de cargas mensais do Sistema APLIC;* *d) pedidos de créditos suplementares, especiais e extraordinários;* *e) realização das despesas, contas dos empenhos globais, ordinários e por estimativas;* *f) guarda os documentos concernentes à escrituração dos atos das receitas e das despesas, ficando à disposição da auditoria do Tribunal de Contas do Estado;* *g) contabilidade, em consonância com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64 e alterações posteriores, de forma a permitir, através dos registros contábeis, o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento dos balanços gerais, analisar e interpretar os resultados econômicos e financeiros;* *h) providencias, no prazo legal, dos balancetes mensais da Prefeitura e encaminhá-los ao Tribunal de Contas do Estado, atendidas as formalidades quanto a sua elaboração e anexos, constantes da Lei Federal n.º 4.320/64, resoluções do Tribunal de Contas e Lei Orgânica do Município;* *i) outras delegadas pelo Secretário Municipal de Finanças e Orçamento e/ou emanadas do Chefe do Poder Executivo.*
CHEFE DA TESOURARIA	***I. Chefiar os serviços relativos a:*** *a) Realização da liquidação dos pagamentos firmando os documentos conjuntamente com o Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Finanças;* *b) arquivos da Folha de Pagamento de Pessoal e seus procedimentos acessórios;* *c) os arquivos relacionados às Consignações em Folha e seus procedimentos acessórios;* *d) providenciar o fechamento contábil;* *e) realizar as conciliações bancárias firmando os documentos conjuntamente com o Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Finanças;* *f) outras delegadas pelo Secretário Municipal de Finanças e Orçamento e/ou emanadas do Chefe do Poder Executivo.*
COORDENADOR DOS SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) atividades do Setor de Tributação nas tomadas de decisão; b) observância aos prazos legais; c) lançamento, cálculo, emissão, conferência e recebimento dos tributos municipais; d) Inscrição de débitos em dívida ativa; e) Atualização do cadastro imobiliário através das aprovações de projetos, desmembramentos, habite-se e fiscalização in loco; f) Cadastramento e baixa de inscrições de pessoas físicas e jurídicas; g) Emissão de alvarás e autorizações de notas fiscais; h) Calculo, conferência, protocolo e atualização do cadastro referente aos ITBI; i) Despache de documentos para o Chefe de Gabinete e o Prefeito Municipal; j) Emissão certidões e notificações para cobranças judiciais; k) Preenchimento de requerimentos e envio para o departamento de obras para aprovação; l) Cadastro de novos loteamentos; m) Atendimento ao público em geral; n) Outras estabelecidas em regulamento editado pelo Chefe do Executivo e/ou Secretário Municipal.*
COORDENDOR DE SERVIÇOS DA UNIDADE CONVENIADA/SEFAZ	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) **SITEMA DE ARRECADAÇÃO:** Consulta pendência contribuinte (ação fiscal Nada Consta);Consulta DAR; Emissão DAR; Consulta/Emissão de DAR; Emissão DAR/Pessoa Física; Emissão DAR/ Pessoa Jurídica por CNPJ; Emissão DAR/ Pessoa Jurídica inscrição Estadual; Consulta DAR/ emitidos pela Agência Fazendária; Consulta arrecadação por contribuintes; b) **SISTEMA AIDF**: Consultar AIDF manual, Consultar AIDF, Consultar solicitação AIDF, Consultar restrições de AIDF; c) **SISTEMA DE CADASTRO:** Consulta de CNAE Fiscal; Consulta Genérica de contribuintes; Consulta histórico de atualização; Consulta laudo de vistoria; Consulta motivo de atualização; Consulta de município; Consulta de natureza jurídica; Consulta histórico por número de protocolo; Consulta laudo de vistoria; Consulta de sócios por CPF/CNPJ/Sócio Estrangeiro; Consulta solicitação por inscrição estadual, Consulta contabilista por CRC; Consulta contabilista por nome; Emissão de cartão de identificação do contribuinte; Reimpressão de solicitação cadastral; Consulta de pessoa por CPF/CNPJ; Consulta de pessoa por nome; Solicitação de baixa (Microprodutor); d) **SISTEMA DE CCFICMS:** Consulta parcelamento do contribuinte; Consulta conta corrente fiscal – ICMS; e) **SISTEMA CND**: Emissão de certidão negativa de débitos; Reimpressão de certidão negativa de débito; Relatório CND negativa por contribuinte; Relatório CND positiva por contribuinte, Relatório CND positiva por tipo de irregularidade; Verificação de autenticidade de certidão negativa de débitos; Emissão de certidão positiva com efeito negativo; f) **SISTEMA GIA:** Consultar histórico de alteração da situação da GIA – ICMS; Consultar a entrega de GIA; Consultar períodos de entrega e omissão de GIA-ICMS; Consultar informações da GIA-ICMS; Consultar situação da GIA; Emitir segunda via de demonstrativo; g) **SISTEMA NFPA**: Cancelar NFPA, Consultar NFPA; Download do manual do usuário NFPA; h) **SISTEMA CTA:** Vincular DAR; Consultar CTA por número do CTA; Consultar CTA por transportador; Cancelar CTA; Consultar CTA por município de origem do transporte; Consultar CTA por Agência Fazendária; Imprimir CTA; Consultar CTA por servidor; Consultar CTA por remetente; Cadastrar CTA; i) **SISTEMA IPVA:** Atualização cadastral de veículos; Consulta de veículos; Consultar saldo devedor de parcelamento; Consultar formas de parcelamento; Emitir DAR para pagamento da parcela atual; Emitir DAR para pagamento da parcela em atraso; Emitir guia de parcela residual; Emitir DAR para quitação do parcelamento; Solicitação de parcelamento de débitos; Solicitação de parcelamento de débitos vencidos; j) **SISTEMA***

	CONVENIO – CND: *Emissão de certidão positiva de débito; k)* ***SISTEMA CONVENIO – GIA:*** *Enviar GIA-ICMS via internet; Enviar múltiplas GIA-ICMS; l)* ***SISTEMA CONVENIO – NFPA:*** *Emissão de NFPA; m)* ***SISTEMA CONVENIO – CTA:*** *Grupo de servidor municipal; n)* ***SISTEMA CONVENIO – IPVA:*** *Emitir DAR para quitação do parcelamento; Consultar saldo devedor de parcelamento; Solicitação de parcelamento de débitos vencidos; Emitir DAR para pagamento de parcela atual; Cancelamento dos débitos vencidos; Funcionalidades gerais do sistema; Emitir DAR pagamento da parcela em atraso. o) Outras estabelecidas em regulamento editado pelo Chefe do Executivo e/ou Secretário Municipal.*
SUPERVISOR DE FISCALIZAÇÃO	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) Fiscalização dos estabelecimentos comerciais; b) Fiscalização dos estabelecimentos industriais; c) Fiscalização doa prestação de serviços; d) Fiscalização do comércio eventual ambulante; e) Emissão de laudos de vistorias realizadas junto ao comércio local; f) apreensão de mercadorias; g) diligências endereçadas aos contribuintes; h) recadastramento de imóveis e prestadores de serviços ou outros delegados pelo Chefe da Divisão de Tributos ou Titular da Secretaria Municipal de Finanças; i) Autuação de estabelecimentos que estejam em desacordo com o Código Tributário Municipal; j) realização de levantamentos, vistorias e avaliações; k) medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle; l) observância das normas e padrões ambientais vigentes; m) analisar, avaliar e emitir pareceres sobre o desempenho das atividades, empreendimentos, processos e equipamentos sujeitos ao seu controle; n) lavratura de notificação, auto de inspeção, auto de infração, termo de apreensão, embargo, interdição e depósito; o) elaboração de laudos e relatórios técnicos; m) Outras estabelecidas em regulamento editado pelo Chefe do Executivo e/ou Secretário Municipal.*
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
GESTOR MUNICIPAL DE CONVÊNIOS	***I. Promover a Gestão dos Serviços relativos a:*** *a) Viabilizar a captação de recursos através de Cadastramento de propostas e projetos do governo municipal junto ao Governo Federal através da operacionalização do Sistema de Convênios (SICONV);* *b) realização de levantamento e gerenciamento de documentos de natureza contábil, jurídica e de engenharia com o objetivo de atender as exigências de operacionalização das áreas responsáveis pelo repasse dos recursos;* *c) Gerenciar os convênios e contratos de repasse de recursos da União e do Estado para o município;* *d) Viabilizar a captação de recursos através de cadastramento de propostas e projetos junto ao Governo do Estado através da operacionalização do Sistema de Convênios Estadual (SIGCON);* *e)Acompanhamento das ações de celebração, execução orçamentária e financeira e prestação de contas dos contratos de repasses junto aos Governos Federal e Estadual;* *f) Gerenciar os convênios e contratos de repasses de recursos da União e do Estado para o município;* *g) Gerenciar os prazos de vigência e execução dos contratos de obras do município;* *h) Alimentação do Sistema Geo - Obras do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em todas as fases do processo, Licitação, Contratos e Execução das obras;* *i) Alimentação do sistema de controle de obras e convênios da Prefeitura Municipal de Campinápolis;* *j) Alimentação do sistema SisobraPref com a finalidade de emissão de Alvará de Construção e Habite-se quando requerido pela população;*
COORDENADOR DOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	***Coordenar os Serviços relativos a:*** *a) obras executadas diretamente pela Município;* *b) iluminação pública – sede do Município e Distrital;* *c) reparos nas edificações dos próprios públicos municipal.* *d) outros delegadas pelo Secretário Municipal de Assistência Social e/ou Chefe do Executivo Municipal.*
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS	
GERENTE ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	***I. Gerenciar os serviços relativos a:*** *a) toda manutenção da engrenagem que garante o andamento correto das funções de apoio administrativo;* *b) atividades em diversos departamentos como: administração geral, apoiar nas rotinas do departamento e demais, elaboração de relatórios gerenciais e estatísticos, redação de documentos, acompanhamento do planejamento das áreas, controle de estoques;* *c) tarefas administrativas auxiliares, nas áreas de protocolo, arquivo, pessoal, material e patrimônio, organização e métodos, coleta, classificação e registro de dados. Realizar serviços específicos de digitação e outras tarefas afins, necessárias ao desempenho eficiente do sistema administrativo, além de outras atividades inerentes ao cargo;* *d) outras delegadas pelo Chefe do Poder Executivo e/ou Secretaria Municipal de Saúde.*
GERENTE ADMINISTRATIVO DO HOSPITAL MUNICIPAL	***I. Gerenciar os serviços relativos a:*** *a) suprimento de bens necessários a efetividade dos serviços prestados junto ao Hospital Municipal de Campinápolis-HMC;* *b) escala de trabalho/plantões;* *c) registro da assiduidade do quadro de profissionais vinculados ao Hospital Municipal;* *d) serviços oferecidos pelo Hospital Municipal com ações proativas evitando desperdício;* *e) processos que primem pela celeridade, eficiência, eficácia e economicidade;* *f) manutenção preventiva de equipamentos médicos/hospitalares;* *g) controle o estoque de materiais;* *h) organização da limpeza e direcionamento o destino de resíduos hospitalares.* *i) atividades de organização e funcionamento dos vários setores do Hospital;* *j) cálculo das despesas para garantir a perfeita circulação de informações e orientações;* *l) apresentar semestralmente dados estatísticos sobre as atividades desenvolvidas no HMC;* *m) outras formalmente delegadas pelo Chefe do Poder Executivo e/ou Secretaria Municipal de Saúde.*
GERENTE DE LOGÍSTICA	***I. Gerenciar os serviços relativos a:*** *a) frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde;* *b) cronograma de viagens e itinerários dos Veículos da Secretaria Municipal de Saúde;* *c) outros delegados pelo Secretário Municipal de Saúde e/ou do Chefe do Poder Executivo.*
ASSESSOR DE LOGÍSTICA	***I. Assessorar a realização de serviços relativos a:*** *a) frota de veículos da Secretaria Municipal de Saúde;* *b) cronograma de viagens e itinerários dos Veículos da Secretaria Municipal de Saúde;* *c) outros delegados pelo Secretário Municipal de Saúde e/ou do Chefe do Poder Executivo.*
FUNÇÕES GRATIFICADAS/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	***I. Dirigir, chefiar, coordenar e Assessorar os serviços relativos a:*** *a) ações voltadas para a saúde coletiva, com intervenções individuais ou em grupo, prestadas por serviços de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e do trabalhador e Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS;* *b) conjunto de medidas capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde;* *c) Investigação de eventos de interesse de saúde pública;* *d) ações capazes de proporcionar o conhecimento, a detecção ou a prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos;* *e) Distribuição, acompanhamento e digitação das Declarações de Óbito e de Nascidos Vivos ocorridos no Município;* *f) investigação de óbitos de mulheres em idade fértil, maternos, fetais, infantis e relacionados a agravos de notificação compulsória;* *g) notificar, digitar e encerrar oportunamente no sistema de informação de agravos de notificação as doenças, agravos e eventos em saúde pública de notificação compulsória;* *h) Conhecimento do perfil de morbidade da população conforme doenças, agravos e eventos em saúde pública, além de identificar surtos e epidemias;* *i) Coleta e encaminhamento de material biológico ao laboratório de referência do estado e realizar a análise e encaminhamento dos resultados dos exames realizados;* *j) outros delegados pelo Secretário Municipal de Saúde e/ou do Chefe do Poder Executivo.*
CENTRAL DE REGULAÇÃO	***I. Dirigir, chefiar, coordenar e Assessorar os serviços relativos a:*** *a) acesso dos usuários do SUS; aos serviços pactuados com os Municípios, Estado e a União, com equidade e integralidade.* *b) adequação e orientação quanto aos fluxos regulatórios da assistência.* *c) organização das Contra referencias dos pacientes encaminhados para fora do município* *d) informações ao Gestor Local sobre as dificuldades e filas de espera no atendimento;* *e) agendamento dos atendimentos dos usuários do SUS, bem como orienta-los sobe TFD (tratamento fora do Domicilio) com a parte Assistencial com fornecimento de passagens e ajuda de custo quando necessário.* *f) atualização das pactuações (PPI), visando sempre o melhor para os usuários do município.* *g) promoção do contato de todos os setores da Saúde, com foco na referência e contra referência* *i) outros delegados pelo Secretário Municipal de Saúde e/ou do Chefe do Poder Executivo.*
MEDICAMENTOS DE ALTO CUSTO	***I. Dirigir, chefiar, coordenar e Assessorar os serviços relativos a:*** *a) avaliação do processo de medicamentos de alto custo;* *b) montagem de processo de medicamentos de alto custo;* *c) renovação trimestral dos processos de medicamentos de alto custo;* *d) conferencia de documentação e exames necessários;* *e) recebimento de medicamentos de alto custo junto a Farmácia de alto custo em Cuiabá;* *f) distribuição de medicamentos de alto custo;* *g) outros delegados pelo Secretário Municipal de Saúde e/ou do Chefe do Poder Executivo.*
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	
CHEFE DE LOGÍSITCA	***I. Chefiar os serviços relativos a:*** *a) trabalhos de manutenção e recuperação das estradas do município;*
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	

ASSESSOR DE ESPORTES	***I. Assessorar os Serviços relativos a:*** *a) atividades pertinentes ao Programa Segundo Tempo;* *b) atividades pertinentes as escolas de iniciação desportiva.* *c) realização de eventos desportivos diversos;* *d) outras delegadas pelo Secretário Municipal de Esportes e/ou Chefe do Poder Executivo.*
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
COORDENADOR DO CRAS	***I. Coordenar os serviços relativos a:*** *a) programas e serviços prestados junto ao Centro de Referência de Assistência Social;* *b) outros delegados pelo Secretário Municipal de Assistência Social e/ou Chefe do Executivo Municipal.*
GERENTE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	***I. Gerenciar os serviços relativos a:*** *a) a ação intersetorial local de forma a estabelecer um canal de diálogo frequente com todos os profissionais envolvidos na dimensão municipal do Programa;* *b) as diretrizes nacionais e estaduais do Programa, contribuindo para que o fluxo de ações e informações chegue aos demais atores municipais de forma articulada e coesa;* *c) reuniões com todos os responsáveis pela gestão do Programa no município, para planejar as ações e estabelecer metas a serem alcançadas, o acompanhamento da sua execução e a avaliação dos resultados;* *d) diálogo entre a Prefeitura, o Estado e o MDS na gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único;* *e) relações entre as secretarias de assistência social, educação e saúde para o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família;* *f)incentivo outras secretarias e órgãos municipais para que trabalhem com as famílias do Bolsa Família em atividades de geração de trabalho e renda, de capacitação profissional, de aumento de escolaridade e outras ações complementares;* *g)dialogo, em nome do município, com os membros das Instâncias de Controle Social do PBF;* *h) articulação e integração de ações complementares;* *i)gestão do sistema SIBEC (bloqueios de benefícios, desligamentos voluntários, cancelamento de benefícios, desbloqueio de benefícios, reversão de cancelamentos, folha de pagamento, relatórios de cartões não entregues).* *j) outros delegadas pelo Secretário Municipal de Assistência Social e/ou Chefe do Executivo Municipal.*
INTÉRPRETE DA LÍNGUA XAVANTE	***I. Assessorar os serviços relativos a:*** *a) processo de interlocução com os usuários (indígenas) dos serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Centro de Referência Social;* *b) outros delegados pelo Secretário Municipal de Assistência Social e/ou Chefe do Executivo Municipal.*

SETOR DE LICITACAO
AVISO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2017.

O Município de Campinápolis - MT, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados que às **13h 00min do dia 31 de julho de 2017** realizará licitação, tipo Menor Preço Por Item, para Aquisição de Equipamentos de Informática como, Computadores completos e Tablets, Para Atender o Programa Prontuário Eletrônico Da Atenção Básica**.** Na forma da Lei Federal nº 10.520/02. Edital completo no site **www.campinapolis.mt.gov.br**. Fone: (66) 3437-1992. Prefeitura de Campinápolis - MT, 12/07/2017.

Gilberto Francisco Ribeiro de Paula

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº: 2781/2017**.**

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017.

OBJETIVO: Adjudicar e homologar o resultado do processo licitatório para o fornecimento de Passagens, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, com os itinerários e detalhes de acordo com o Anexo I – Termo de Referência.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

ADJUDICAR os resultados da licitação, modalidade Pregão Presencial nº 029/2017, de 28 de junho de 2017, cujo objeto é a contratação de empresas do ramo de comercialização de veículos (Caminhão) e tanques, para atender as necessidades de estruturação da cadeia produtiva de leite do Município de Campinápolis, conforme convênio nº 812303/2014-SUDECO, proposta SICONV nº 052313/2014, e de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência do Ato Convocatório e **HOMOLOGAR** a proposta da empresa:

EMPRESA	CNPJ	VALOR GLOBAL
M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA	07.811.058/0001-64	R$ 465.900,00

Devendoser pago mediante o fornecimento do objeto, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, aos 12 dias do mês de julho de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 629, DE 10 DE JULHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Termo de Referência,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR** o servidor público,**GILMAR ROCHA, Diretor de Departamento de Frotas e Almoxarifado**, portador do RG nº 13872729 SSP/MT e CPF nº 928.487.291-04, matricula funcional nº 1529, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviço, constante abaixo:

CONTRATO	***OBJETO***	***CONTRATADA***
Nº 048/2017	O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de seguros para veículos caminhão, ônibus escolar, ambulância e veículo Palio, pertencentes à frota do Município.	GENTE SEGURADORA SA, inscrita no CNPJ sob o nº 90.180.605/0001-02

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 10 dias de julho de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT E A LIGA MATOGROSSENSE DE FUTSAL (LMTFS).

Cooperante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66NE, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no

CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Rafael Machado, portador do RG n° 5060425773 SSP/RS e do CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, quadra 24, lote 12, bairro Alvorada,nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso.

Cooperada: ***LIGA MATOGROSSENSE DE FUTSAL (LMTFS),*** inscrita no CNPJ sob o nº 20.264.416/0001-24, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como associação, com sede na Rua Capitão Ipora, nº 117, bairro Pico do Amor, na cidade de Cuiabá-MT, representada pelo Sr. Jeferson Cristiano Grolli, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 0887.183-3 SSP/MT e do CPF nº 651.923.541-53, residente e domiciliado em Cuiabá/MT.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a INCLUSÃO de Agente Fiscalizador ao presente Acordo de Cooperação, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do mesmo para o servidor **LEANDRO FERNANDES JUSTINO**, cargo **Diretor de Departamento de Administração**, matrícula funcional nº 3600.

Campo Novo do Parecis-MT, 12 de julho de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
TERMO DE APOSTILAMENTO

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 001/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, E A EMPRESA L. DOS SANTOS PRESTADORA DE SERVIÇO ME.

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66-NE, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: L. dos Santos Prestadora de Serviço ME,inscrita no CNPJ sob n° 09.438.242/0001-36, estabelecida na rua Guajuvira n° 516, Bairro Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor LUIZ DOS SANTOS, portador do RG n.º 1216035-0 SJ/MT.

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto registrar a inclusão do Agente Fiscalizador do presente Contrato, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, atribuindo o acompanhamento e a fiscalização do presente Contrato para a servidora **NEIDE PANTALEÃO DOS SANTOS, Coordenadora de Trabalho e Ação Social**, matricula funcional nº 3590, Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 22 de junho de 2017 a 21 de julho de 2017, em virtude do gozo de férias da servidora **SUSANA HENRIQUE,** conforme Memorando nº 402/2017.

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de julho de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 531, DE 29 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal n° 1.170/2007 e alterações posteriores, que versa sobre a Reestruturação do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis,

Considerando as eleições realizadas em 24 de novembro de 2014 para a Gestão 2015/2017, conforme Ata nº 003/2014, de lavra da Comissão Eleitoral da Eleição do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis,

Considerando o disposto na Portaria MPS nº. 155, de 15 de maio de 2008, publicada no DOU de 16 de maio de 2008,

Considerandoo Ofício Nº 049/2017 de 25 de maio de 2017, proveniente da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis,

Considerandoo Ofício Nº 69/2017 de 26 de maio de 2017, proveniente do Funsem,

Considerandoo Memorando Nº 367/2017 de 25 de maio de 2017, proveniente da Secretaria de Administração

R E S O L V E

1. ALTERAR, o Item 2 inciso I e II que designa os representantes do Poder Executivo e Legislativo e o Item 3 do Conselho Fiscal, da Portaria nº 001, de 05 de Janeiro de 2015, que nomeou o Diretor Executivo/Gestor Financeiro, Conselho Curador e Conselho Fiscal do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis - FUNSEM, para a Gestão 2015/2017, passado esta a ficar com a seguinte composição:

1 - NOMEAR, em conformidade com o *inciso III do art. 61, da Lei Municipal nº. 1.170, de 09 de maio de 2007, alterado pelo art. 2º da Lei Municipal nº 1.536, de 6 de dezembro de 2012, o* ***Diretor Executivo/Gestor Financeiro e Vice-Diretor****, com função executiva de administração superior, do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis - FUNSEM, para a Gestão 2015/2017, da seguinte forma:*

I - Diretor Executivo/Gestor Financeiro*:Wilson Leal Miranda, CPF nº 000.730.991-04.*

II - Vice-Diretor: *Nedilson Maciel dos Santos, CPF nº 825.035.401-04.*

2. DESIGNAR, em conformidade com o art. 62, da Lei Municipal nº. 1. 170, de 09 de maio de 2007, alterado pelo art. 3º da Lei Municipal nº 1.536, de 6 de dezembro de 2012, *o* ***Conselho Curador****, com funções de deliberação superior, do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis - FUNSEM, para a Gestão 2015/ 2017, compondo-se dos seguintes membros:*

I – 2 (dois) Representantes do Poder Executivo:

Membro: Leandro Nery Varaschin

Membro: Girlei Augusto Pez Bolzan.

II – 2 (dois) Representantes do Poder Legislativo:

Membro: Rosana Miola Klasen

Membro: Otávio Turra de Oliveira Leme

III – 6 (seis) Representantes dos Segurados, Ativos ou Inativos:

Membro: Marcos da Cunha Rufino.

Membro: Marga Cesca.

Membro: Juliane Terezinha Wandscheer.

Membro: Jean Douglas Assunção Ardaija.

Membro: Geraldo Bastos Ribeiro.

Membro: Delmira Maria Neta.

3. DESIGNAR, *em conformidade com o art. 66, da Lei Municipal nº. 1.170, de 09 de maio de 2007, alterado pelo art. 4º da Lei Municipal nº 1.536, de 6 de dezembro de 2012, o* ***Conselho Fiscal****, com função de fiscalização orçamentária de verificação de contas e de julgamento de recursos, do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis - FUNSEM, para a Gestão 2015/2017, compondo-se por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) titulares e 3 (três) suplentes, dispostos na seguinte forma:*

Membro Titular: Julio Cesar Maciel Silva.

Membro Titular: Aldenora Evanete de Lima Trucolo.

Membro Tiitular: Sandra Aparecida dos Reis Azevedo Santana.

Membro Suplente: Edna Paz de Oliveira.

4. O Diretor Executivo/Gestor Financeiro perceberá remuneração a cargo do FUNSEM, nos termos do art. 5º da Lei Municipal n° 1.536, de 6 de dezembro de 2012, sendo vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

5. **O Vice-Diretor e o***s membros do Conselho Curador e do Conselho Fiscal não perceberão remuneração, como previsto nos art. 65 e 66, da Lei Municipal n°* 1.170/2007.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 29 dias do mês de maio de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 628, DE 10 DE JULHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Termo de Referência,

R E S O L V E

1. **DESIGNAR** a servidora pública,**ELAINE APARECIDA DA SILVA, Enfermeira**, portadora do RG nº 1274427-1 SSP/MT e CPF nº 693.489. 361-15, matricula funcional nº 2596, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviço, constante abaixo:

CONTRATO	*OBJETO*	*CONTRATADA*
Nº 047/ 2017	Dispensa de licitação para de contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de digitalização para atender a Secretaria Municipal de Saúde.	MAFIJ GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 27. 193.229/0001-46

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 10 dias de julho de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 631, DE 12 DE JULHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto da Lei Municipal nº 1.458, de 30 de novembro de 2011, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal;

Considerando o interesse público e moralidade administrativa,

RESOLVE

1. REVOGAR, a portaria 500/2017, de 12 de maio de 2017, que institui **COMISSÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, Processo nº 019/ 2017**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 12 dias do mês de julho de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 630, DE 11 DE JULHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto da Lei Municipal nº 1.458, de 30 de novembro de 2011, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal;

Considerando a Portaria nº 497, de 12 de maio de 2017;

Considerando a solicitação da comissão do – P.A.D. Nº 018/2017, via oficio nº 006/2017;

Considerando a necessidade de dar prosseguimento nos processos em andamento;

Considerando o interesse público e a necessidade administrativa;

R E S O L V E

1. **PRORROGAR**, por mais 60 (sessenta) dias o prazo de vigência da portaria nº 497 de 12 de maio de 2017, que institui o Processo Administrativo nº 018/2017, nos termos da Lei Municipal nº 1.458/2011.

2. O período da nova vigência tem seu início em 11 de julho de 2017 e término em 08 de setembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 11 dias do mês de julho de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PP 75 2017

AVISO DE RESULTADO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS,** através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que

na licitação modalidade **PREGÃO 075/2017**, destinada à **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços em manutenção elétrica nos quadro de comando nos poços artesianos, para atender o departamento de água da Secretaria Municipal de Infra Estrutura do Município**,nenhuma empresa compareceu para participar do certame, ficando então **DESERTA**.

Campo Novo do Parecis-MT, 12 de julho de 2017.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2015

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, homologado em 26 de Janeiro de 2016, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão prazo determinado até **31 de Dezembro de 2017**, podendo serem prorrogados por mais um ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.142 de 03 de Novembro de 2015, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde-MT, 13 de Julho de 2017.

Cargo: **003 - Agente Comunitário de Saúde - Unidade de Saúde Recanto do Bosque**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
2	0000001441	**CRIS APARECIDA OLIVEIRA RIBEIRO**	11/02/1986	81

Cargo: **004 - Agente Comunitário de Saúde - Unidade de Saúde Jardim das Américas**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
7	0000000340	**JAINE DA SILVA SANTOS**	22/10/1994	66
8	0000001399	**LINDAURA ALEXANDRE DOS SANTOS**	26/07/1987	64

Cargo: **018 - Motorista - Secretaria Municipal de Educação e Cultura**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
10	0000000304	JOSIMAR RODRIGUES DA SILVA	11/11/1986	78,5

Cargo: **023 - Professor - Educação Física - Secretaria Municipal de Saúde**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
2	0000001901	**ALEXANDRE GARCIA ALVES**	25/08/1994	58

Cargo: **035 - Técnico Em Enfermagem**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
7	0000000795	ROSELINA SANTOS DE MELO	09/01/1977	63

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DAS PORTARIAS Nº 529 A 532 DE 2017

EXTRATO DA PORTARIA Nº 529/2017

PORTARIA Nº 529, DE 07 DE JULHO DE 2017.

EXONERA O SENHOR EDUARDO GABRIEL PARISE DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 530/2017

PORTARIA Nº 530, DE 07 DE JULHO DE 2017.

EXONERA O SENHOR EDUARDO RICARDO ALEXANDRINO DO CARGO DE COORDENADOR DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS E INOVAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 531/2017

PORTARIA Nº 531, DE 07 DE JULHO DE 2017.

EXONERA A SENHORA CELY APARECIDA DA COSTA BLANK DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 532/2017

PORTARIA Nº 532, DE 07 DE JULHO DE 2017.

EXONERA A SENHORA MARCILENE SIQUEIRA SAMPAIO DO CARGO DE ASSESSORA DE GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO PREGÃO 074/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público a o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS** na modalidade pregão (presencial) **n° 074/2017**, a se realizar no dia **31/07/2017, as 08hr00min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 12 de julho de 2017.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DAS PORTARIAS Nº 520 A 527 DE 2017

EXTRATO DA PORTARIA Nº 520/2017

PORTARIA Nº 520, DE 05 DE JULHO DE 2017.

EXONERA A SENHORA SUELLEN CRISTINA FERREIRA MENDONCA DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ESPORTIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 521/2017

PORTARIA Nº 521, DE 05 DE JULHO DE 2017.

EXONERA A SENHORA LAIS CRISTINE SANTI LEITE DO CARGO DE CHEFE DO SETOR DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 522/2017

PORTARIA Nº 522, DE 05 DE JULHO DE 2017.

EXONERA A SENHORA IVANIA DA COSTA CONCEICAO MEINKE DO CARGO DE DIRETORA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 523/2017

PORTARIA Nº 523, DE 05 DE JULHO DE 2017.

EXONERA A SENHORA DANIELE ROSSI FERMO DO CARGO DE CHEFE DE ENFERMAGEM DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 524/2017

PORTARIA Nº 524, DE 05 DE JULHO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA IVANIA DA COSTA CONCEIÇÃO MEINKE PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 525/2017

PORTARIA Nº 525, DE 05 DE JULHO DE 2017.

NOMEIA A SENHORA DANIELE ROSSI FERMO PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 526/2017

PORTARIA Nº 526, DE 05 DE JULHO DE 2017.

REINTEGRA A SENHORA DELMA ANGELA DO NASCIMENTO AO CARGO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 527/2017

PORTARIA Nº 527, DE 05 DE JULHO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA/AFASTAMENTO, SEM REMUNERAÇÃO, AO SERVIDOR MUNICIPAL MARCELO REZENDE DA GAMA PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2.285, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

ALTERA AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DEVIDAS PELO MUNICÍPIO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RPPS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam alterados os incisos III e IV, do artigo 44 da Lei Municipal nº 1.616, de 02 de setembro de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 44 - (...)

III – A contribuição previdenciária de responsabilidade do ente relativa ao custo normal dos benefícios previdenciários e ao custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e funcionamento da unidade gestora do RPPS será de 16,37% (dezesseis vírgula trinta e sete por cento), incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos.

IV - Fica instituído plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela contida no Anexo Único desta Lei".

Art. 2º - As contribuições correspondentes às alíquotas do custo normal e suplementar, relativas ao exercício de 2017, serão exigidas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da publicação desta lei, conforme tabela constante do Anexo Único.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 20 de Junho de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO ÚNICO

TABELA DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

Tabela de Financiamento do Déficit Atuarial							
Nº	ANO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	C.S. *	FOLHA SALARIAL
0		45.530.017,45					
1	2017	47.585.421,98	(2.055.404,53)	2.693.514,45	638.109,92	2,80%	22.789.639,97
2	2018	49.732.988,23	(2.147.566,25)	2.815.074,81	667.508,55	2,90%	23.017.536,37
3	2019	51.977.690,29	(2.244.702,06)	2.942.133,41	697.431,35	3,00%	23.247.711,74
4	2020	54.250.125,70	(2.272.435,41)	3.070.761,83	798.326,42	3,40%	23.480.188,85
5	2021	56.549.893,42	(2.299.767,72)	3.200.937,36	901.169,65	3,80%	23.714.990,74
6	2022	58.724.202,11	(2.174.308,69)	3.324.011,44	1.149.702,75	4,80%	23.952.140,65
7	2023	60.760.350,85	(2.036.148,74)	3.439.265,14	1.403.116,40	5,80%	24.191.662,06
8	2024	62.644.799,55	(1.884.448,70)	3.545.932,05	1.661.483,35	6,80%	24.433.578,68
9	2025	64.363.117,55	(1.718.318,01)	3.643.195,33	1.924.877,33	7,80%	24.677.914,46
10	2026	65.635.727,44	(1.272.609,88)	3.715.229,85	2.442.619,97	9,80%	24.924.693,61
11	2027	66.425.114,60	(789.387,16)	3.759.912,15	2.970.524,98	11,80%	25.173.940,54
12	2028	66.691.353,01	(266.238,41)	3.774.982,25	3.508.743,83	13,80%	25.425.679,95
13	2029	66.391.958,39	299.394,63	3.758.035,38	4.057.430,01	15,80%	25.679.936,75
14	2030	65.481.732,52	910.225,87	3.706.513,16	4.616.739,03	17,80%	25.936.736,12
15	2031	63.912.598,27	1.569.134,25	3.617.694,24	5.186.828,49	19,80%	26.196.103,48
16	2032	61.913.880,10	1.998.718,17	3.504.559,25	5.503.277,42	20,80%	26.458.064,51
17	2033	59.623.600,09	2.290.280,01	3.374.920,76	5.665.200,77	21,20%	26.722.645,16
18	2034	57.135.852,15	2.487.747,94	3.234.104,84	5.721.852,78	21,20%	26.989.871,61
19	2035	54.438.187,69	2.697.664,46	3.081.406,85	5.779.071,31	21,20%	27.259.770,33
20	2036	51.517.405,21	2.920.782,48	2.916.079,54	5.836.862,02	21,20%	27.532.368,03
21	2037	48.359.505,04	3.157.900,17	2.737.330,47	5.895.230,64	21,20%	27.807.691,71
22	2038	44.949.641,42	3.409.863,62	2.544.319,33	5.954.182,95	21,20%	28.085.768,63
23	2039	41.272.071,64	3.677.569,78	2.336.155,00	6.013.724,78	21,20%	28.366.626,31
24	2040	37.310.102,19	3.961.969,45	2.111.892,58	6.073.862,03	21,20%	28.650.292,58
25	2041	33.046.031,63	4.264.070,55	1.870.530,09	6.134.600,65	21,20%	28.936.795,50
26	2042	28.461.090,08	4.584.941,55	1.611.005,10	6.195.946,65	21,20%	29.226.163,46
27	2043	23.535.375,00	4.925.715,08	1.332.191,04	6.257.906,12	21,20%	29.518.425,09
28	2044	18.247.783,21	5.287.591,79	1.032.893,39	6.320.485,18	21,20%	29.813.609,34
29	2045	12.575.938,76	5.671.844,44	711.845,59	6.383.690,03	21,20%	30.111.745,43
30	2046	6.496.116,54	6.079.822,22	367.704,71	6.447.526,93	21,20%	30.412.862,89
31	2047	(16.838,80)	6.512.955,34	(953,14)	6.512.002,20	21,20%	30.716.991,52
32	2048	-	-	-	-	0,00%	-
33	2049	-	-	-	-	0,00%	-
34	2050	-	-	-	-	0,00%	-
35	2051	-	-	-	-	0,00%	-
* Custo Suplementar							

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 046

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2015, homologado em 09 de Abril de 2015, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público 001/2015, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 17.7 do Edital de Abertura.

II - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde-MT, 13 de Julho de 2017.

Cargo: **001 - Auxiliar Administrativo**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
19	0000005448	LUCIO ANTONIO DIAS	22/07/1971	81

Cargo: **018 - Auxiliar de Saúde Bucal**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
6	0000003053	VANESSA DOS SANTOS GONCALVES FRERES	17/02/1987	60

Cargo: **020 - Técnico em Enfermagem**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
17	0000004849	DELMA SILVA MESQUITA	02/07/1973	60
18	0000003207	SERGIO ALVES DO PRADO	01/04/1978	59

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

TERMO DE POSSE Nº. 051/2017

TERMO DE POSSE Nº. 051/2017

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **LAURA MELO MACHADO JESUS** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público 001/2016 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 15953920 SSP/MT e CPF sob nº. 000.338.541-81, residente e domiciliado(a) neste município, nomeado(a) pela Portaria nº. 296/2017 de 14/06/2017 no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001

de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital de nº. 001/2016 de 01/12/2016 do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº. 022/2017 de 13/03/2017 e convocado pelo Edital de nº 032/2017 de 14/06/2017, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

Apresentar cópia do título de eleitor;

Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

Apresentar declaração contendo endereço residencial;

Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

Apresentar declaração de bens;

Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezessete.

JOSE ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

LAURA MELO MACHADO JESUS

EMPOSSADO (A)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na edição nº. 2.769, do Diário Oficial dos Municípios no dia 12 de Julho de 2017,

ONDE SE LÊ: DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO E MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO DAS LICITAÇÕES RALIZADAS NO EXERCICIO DE 2017, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS. **LEIA-SE DISPÕE DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, PARA EXAMINAR E JULGAR PROPOSTA DE LICITAÇÃO RELATIVA AO EXERCICIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**, passando a vigorar com a seguinte redação:

PORTARIA N. 255/2017, de 11 de Julho de 2017.

"DISPÕE DA CRIAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, PARA EXAMINAR E JULGAR PROPOSTA DE LICITAÇÃO RELATIVA AO EXERCICIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 283/2010;

CONSIDERANDO que o servidor Idevaldo de Paula Faria foi nomeado Secretario Municipal de Administração, através da portaria n. 247/2017, de 05 de julho de 2017.

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica criada a "Comissão Permanente de Licitação – CPL" da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, para examinar e julgar, proposta de licitação relativa ao exercício de 2017, bem como adotar as demais providencias previstas na legislação vigentes.

Artigo 2º. Os membros da Comissão ora criada responderá solidariamente por todos os atos conforme, Art. 51, Parágrafo 3º da Lei nº 8.666/93, cuja mesma terá a seguinte composição:

Presidente: DOMINGOS DIAS PINTO

CPF: 388.910.771-00

RG: 228010-7 SSP/GO

Secretário: ALCIONE CARVALHO DA COSTA

CPF: 993.520.790-00

RG: 1386583-8 SSP/MT

Membro: ADBALDO NUNES MILHOMEM

CPF: 792.458.701-20

RG: 455740-1 SSP/MT

Artigo 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 11 de Julho e 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 257/2017

PORTARIA N. 257/2017, de 11 de Julho de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. **ADONIAS CARDOSO DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2433330-1, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 555.219.831-04, para exercer o cargo de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO**, deste município.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 11 de julho de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo será o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual aquisição de refeições para atender a demanda das secretarias do poder executivo municipal.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 01 de agosto de 2017, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 11 de Julho de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo será o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual aquisição de filtros e lubrificantes para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 01 de agosto de 2017, às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 11 de Julho de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº 445/2017

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017 da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de promover adequações na Portaria 445/2017 de 29 de Maio 2017, publicado no Diário Oficial de Contas – TCE n° 1128 e no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM n°2.744 no dia 07 de junho de 2017, COMUNICA a todos que:

RESOLVE:

Retificar o item, conforme a seguir:

Onde se lê:

Art. 2° A nomeação para compor a Comissão, será presidida pelo primeiro integrante, que fica assim constituída:

- Presidente: Odailton Resende Santeiro – Assistente Social;

- Secretária: Josiane de Oliveira Porsch – Psicóloga

- Membro: Liziana Wisch:

- Membro: Edilaine Lopes da Costa – Auxiliara Administrativo.

Leia-se:

Art. 2° A nomeação para compor a Comissão, será presidida pelo primeiro integrante, que fica assim constituída:

- Presidente: Odailton Resende Santeiro – Assistente Social - matrícula n° 3844

- Secretária: Josiane de Oliveira Machado Porsch – Psicóloga - matrícula n° 405

- Membro: Liziana Wisch - Secretária Municipal de Assistência Social; Interina – matrícula n° 6381

- Membro: Edilaine Lopes da Costa – Auxiliar Administrativo II – matrícula n° 5746

Odailton Resende Santeiro

Presidente da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017

DATA: 07/07/2017

PROCESSO: 063/2017

PREGÃO: 036/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipais de Canarana-MT.

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: *Registro de Preços para futura e eventual* ***aquisição d*****ediversos equipamentos e suprimentos de informatica** para entrega fracionada e de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MT, e de acordo com as especificações do edital.

VALOR TOTAL: R$ 343.244,50 (Trezentos e quarenta e três mil duzentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

FORNECEDORES:

CADAS CELULAR E INFORMATICA LTDA-ME

ITEM: 01, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35.

HEINEN E ZATTI LTDA-EPP

ITEM: 02, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 25, 31.

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

REGISTRO DE PREÇOS

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que os vencedores nas sessões realizadas em **05/07/2017** e **07/07/2017**, na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por **ITEM** foram: **CADAS CELULAR E INFORMATICA LTDA-ME e HEINEN E ZATTI LTDA-EPP, conforme ata das sessões.**

Canarana-MT, 07 de Julho de 2017.

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 007/2017/CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 007/2017/CMAS

SUMULA: "Dispõe sobre a renovação de inscrição da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Carlinda-MT no Conselho Municipal de Assistência Social de Carlinda – CMAS".

O Conselho Municipal de Assistência Social de Carlinda-MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº. 8.742/93, e pela Lei Municipal nº. 875/2015 e suas atribuições pelo Decreto Municipal nº. 303/2015, que aprova o Regimento Interno e de acordo com a deliberação da Reunião Extraordinária realizada no dia 30 de Junho de 2017, que resultou na Ata de nº. 004/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a renovação de inscrição da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Carlinda-MT no Conselho Municipal de Assistência Social de Carlinda – CMAS

Parágrafo único: Esta resolução tem validade por 02 (dois) anos, a contar da data da sua expedição.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação e afixação no mural.

Carlinda/MT, 30 de Junho de 2017.

_____

BENEDITO COSTA ARAÚJO

Presidente CMAS

Decreto 303/2015

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N° 322/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

O Senhor CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1003/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2017, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 18.875,46 (Dezoito Mil e Oitocentos e Setenta e Cinco Reais e Quarenta e Seis Centavos) a serem consignados nas seguintes Dotacoes Orcamentarias:

04.001-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

04.001.04.123.0008.2020.3.3.9.0.93.00.00.00|326000000 Indenizacoes e Restituicoes	R$ 18.875,46	
	Sub-Total:R$	**18.875,46**
	Total Parcial Suplementado: R$	**18.875,46**

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carlinda, 22 de Junho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 006/2017/CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 006/2017/CMAS

SUMULA: "Dispõe sobre Aprovação do Plano de Ação 2017 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Carlinda-MT"

O Conselho Municipal de Assistência Social de Carlinda-MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº. 8.742/93, e pela Lei Municipal nº. 875/2015 e suas atribuições pelo Decreto Municipal nº. 303/2015, que aprova o Regimento Interno e de acordo com a deliberação da Reunião Extraordinária realizada no dia 30 de Junho de 2017, que resultou na Ata de nº. 004/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação 2017 da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação e afixação no mural.

Carlinda/MT, 30 de Junho de 2017.

_____

BENEDITO COSTA ARAÚJO

Presidente CMAS

Decreto 303/2015

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 195/2017.

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Nível ao servidor abaixo relacionado no Cargo de MOTORISTA CNH- A/B lotado na Secretaria de Saúde.

Servidor	Classe Atual	Elevação **Nível**
JOSÉ SERGIO DOS REIS	C	VI

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de julho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 194/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO PARA EXERCER MANDATO ELETISTA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o artigo nº 145 da Lei nº 892/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - A PEDIDO fica concedido ao servidor **LUIZ ANTONIO FERREIRA DA SILVA**, no Cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL DEFINITIVO, lotado na Secretaria Municipal de Educação, **AFASTAMENTO PARA EXERCER MANDATO ELETISTA**, a ser gozada sem ônus para o Município.

Art. 2º - O período de gozo terá início em 03 de julho de 2017 e término em 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 11 de julho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, Estado de Mato Grosso, de acordo com as disposições da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações; torna público que realizará a **LICITAÇÃO** a seguir caracterizada:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2017

OBJETO DA LICITAÇÃO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA, PARA CONSERTO DE PNEUS NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 25/07/2016

HORÁRIO: 08:00 HORAS.

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA.

ENDEREÇO:AV. TANCREDO NEVES S/Nº - CENTRO – CARLINDA /MT.

As informações complementares para a retirada da pasta contendo o Edital completo e seus anexos poderão ser obtidos na Prefeitura, situada na Av. Tancredo de Almeida Neves S/Nº. Cx postal 45, Centro, CEP:78. 587-000 CARLINDA MT, das 07:00 horas às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, maiores informações pelo telefone (66) 3525-2000.

Carlinda/MT, em 12 **de** Julho de 201**7**.

DANIELE PAULA MALTEZO

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N° 304/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

O Senhor CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1003/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2017, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 47.085,91 (Quarenta e Sete Mil e Oitenta e Cinco Reais e Noventa e Um Centavos) a serem consignados nas seguintes Dotacoes Orcamentarias:

09.001-SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS

09.001.17.512.0013.1051.4.4.9.0.51.00.00.00|324000000 Obras e Instalacoes	R$ 25. 000,00

	Sub-Total:R$ 25.000,00
10.001-SECRETARIA DE AGRIC., PECUARIA, IND. E COME	
10.001.20.122.0001.1003.4.4.9.0.52.00.00.00|324000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 22. 085,91

Sub-Total:R$ 22.085,91

Total Parcial Suplementado: R$ 47.085,91

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carlinda, 01 de Junho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N° 306/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 980/2016, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2017, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 314.557,46 (Trezentos e Quatorze Mil e Quinhentos e Cinquenta e Sete Reais e Quarenta e Seis Centavos) a serem consignados nas seguintes Dotacoes Orcamentarias:

04.001-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

04.001.04.123.0008.2020.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 2.500,00
04.001.04.123.0008.2020.3.3.9.0.34.00.00.00|100000000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATO	R$ 7.500,00

	Sub-Total:R$ 10.000,00
05.001-SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA	
05.001.13.392.0004.2016.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 3.364,00
05.001.13.392.0004.2016.3.3.9.0.14.00.00.00|100000000 Diarias - Civil	R$ 440,00

	Sub-Total:R$ 3.804,00
06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.001.08.244.0006.2018.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 6.600,00
06.001.08.244.0006.2018.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 1.500,00
06.001.08.244.0006.2018.3.3.9.0.33.00.00.00|100000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 1.900,00
06.001.08.241.0006.1068.4.4.9.0.51.00.00.00|121000000 Obras e Instalacoes	R$ 18.405,00
	Sub-Total:R$ 28.405,00
07.001-SECRETARIA DE EDUCACAO	
07.001.12.361.0002.2004.3.1.9.0.04.00.00.00|101000000 Contratacao por Tempo Determinado	R$ 1.500,00
07.001.12.361.0002.2012.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 13.000,00
07.001.12.365.0002.2005.3.3.9.0.39.00.00.00|101000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 600,00
07.001.12.361.0002.2004.3.3.9.0.30.00.00.00|101000000 Material de Consumo	R$ 42.000,00

Sub-Total:R$ 57.100,00

07.003-FUNDEB 40%

07.003.12.361.0002.2008.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS R$ 2.500,00

07.003.12.365.0002.2010.3.1.9.0.13.00.00.00|119000000 OBRIGACOES PATRONAIS	R$ 1.200,00
07.003.12.365.0002.2010.3.1.9.0.05.00.00.00|119000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 250,00
07.003.12.361.0002.2008.3.1.9.0.05.00.00.00|119000000 Outros Beneficios Previdenciarios	R$ 350,00

	Sub-Total:R$ 4.300,00
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.304.0011.2046.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 1.750,00
08.001.10.303.0011.2029.3.3.9.0.32.00.00.00|102000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 4.800,00
08.001.10.301.0011.2031.3.3.9.0.30.00.00.00|126000000 Material de Consumo	R$ 115,96
08.001.10.301.0011.2031.3.3.9.0.39.00.00.00|126000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 292,50
08.001.10.302.0011.2052.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 9.600,00
08.001.10.301.0011.2026.3.3.9.0.32.00.00.00|114000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 1.000,00
08.001.10.304.0011.2046.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 1.600,00
08.001.10.305.0011.2047.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 300,00
08.001.10.302.0011.2052.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 Material de Consumo	R$ 13.400,00
08.001.10.301.0011.2031.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 44.000,00
08.001.10.301.0011.2031.3.3.9.0.33.00.00.00|102000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 25.000,00
08.001.10.302.0011.2027.3.3.9.0.33.00.00.00|114000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 30.000,00
	Sub-Total:R$ 131.858,46
09.001-SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	
09.001.26.782.0013.2042.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 27.000,00
09.001.26.782.0013.2042.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 35.000,00
09.001.15.451.0013.2041.3.3.9.0.39.00.00.00|117000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 12.770,00
09.001.26.782.0013.1048.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 600,00
	Sub-Total:R$ 75.370,00
10.001-SECRETARIA DE AGRIC., PECUARIA, IND. E COME	
10.001.20.122.0001.2001.3.3.9.0.36.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$ 2.720,00

Sub-Total:R$ 2.720,00

11.001-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

11.001.23.695.0012.2032.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

Total Parcial Suplementado: R$ 314.557,46

Artigo 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos anulados parcial ou total das seguintes Dotacoes Orcamentarias do Orcamento Financeiro de 2017, em conformidade com o õ1§ inciso III do artigo 43, da Lei 4.320/64.

04.001-SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

04.001.28.843.0008.2021.4.6.9.0.71.00.00.00|100000000 Principal da Divida Contratual Resgatado	R$ 10.000,00

	Sub-Total:R$ 10.000,00
05.001-SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA	
05.001.27.812.0003.1014.4.4.9.0.52.00.00.00|100000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 3.804,00
	Sub-Total:R$ 3.804,00
06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
06.001.08.244.0005.2017.3.3.9.0.30.00.00.00|100000000 Material de Consumo	R$ 15.869,70
06.001.08.244.0005.2017.3.3.9.0.30.00.00.00|129000000 Material de Consumo	R$ 12.535,30
	Sub-Total:R$ 28.405,00
07.001-SECRETARIA DE EDUCACAO	
07.001.12.364.0002.1012.3.3.9.0.39.00.00.00|100000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 4.167,00
07.001.12.361.0002.1007.4.4.9.0.52.00.00.00|101000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 5.000,00
	Sub-Total:R$ 9.167,00
07.003-FUNDEB 40%	
07.003.12.365.0002.2010.3.3.9.0.39.00.00.00|119000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 5.000,00
07.003.12.361.0002.2008.4.4.9.0.52.00.00.00|119000000 Equipamentos e Material Permanente	R$ 10.000,00

07.003.12.365.0002.2010.3.3.9.0.30.00.00.00|119000000 Material de Consumo	R$ 17.800,00
07.003.12.361.0002.2008.3.3.9.0.30.00.00.00|119000000 Material de Consumo	R$ 19.433,00
	Sub-Total:R$ 52.233,00
08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.001.10.301.0011.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|102000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 48.693,50

08.001.10.301.0011.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|114000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$ 19.306,50

08.001.10.301.0011.2026.3.3.9.0.39.00.00.00|193000000 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$ 32.000,00
08.001.10.301.0011.2026.3.3.9.0.30.00.00.00|102000000 Material de Consumo	R$ 21.026,80
08.001.10.301.0011.2026.3.3.9.0.30.00.00.00|142000000 Material de Consumo	R$ 5.000,00
08.001.10.301.0011.2026.3.3.9.0.30.00.00.00|114000000 Material de Consumo	R$ 5.831,66
	Sub-Total:R$ 131.858,46
09.001-SECRETARIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	
09.001.26.782.0013.2051.3.3.9.0.30.00.00.00|130000000 Material de Consumo	R$ 75.370,00
	Sub-Total:R$ 75.370,00
10.001-SECRETARIA DE AGRIC., PECUARIA, IND. E COME	
10.001.20.122.0001.2003.3.3.5.0.41.00.00.00|100000000 Contribuicoes	R$ 2.720,00
	Sub-Total:R$ 2.720,00
11.001-SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001.18.543.0012.1035.3.3.9.0.30.00.00.00|124000000 Material de Consumo	R$ 1.000,00

Sub-Total:R$ 1.000,00

Total Parcial Reduzido: R$ 314.557,46

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 01 de Junho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ESPECIAL N° 308/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

A Senhora CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1019/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2017, Credito Adicional Especial no valor de R$ 148.900,00 (Cento e

Quarenta e Oito Mil e Novecentos Reais) a serem consignados nas seguintes Dotacoes Orcamentarias:

07.001-SECRETARIA DE EDUCACAO

07.001.12.361.0002.1009.4.4.9.0.92.00.00.00|115000000 DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	R$ 148.900,00

Sub-Total:R$ 148.900,00

Total Parcial Suplementado: R$ 148.900,00

Art. 2 - Para dar cobertura ao Credito Aberto, conforme descrito no artigo anterior, serao utilizados os recursos aqueles mencionados no Inciso III do õ 1§ do artigo 43 da Lei 4.320/64, oriundos de anulacao parcial da seguinte dotacao Orcamentaria.

07.001-SECRETARIA DE EDUCACAO

07.001.12.361.0002.1008.4.4.9.0.51.00.00.00|122000000 Obras e Instalacoes		R$ 148.900,00
	Sub-Total:R$	**148.900,00**
	Total Parcial Reduzido: R$	**148.900,00**

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Carlinda, 01 de Junho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N° 314/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

O Senhor CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1003/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2017, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 11.180,00 (Onze

Mil e Cento e Oitenta Reais) a serem consignados nas seguintes Dotacoes Orcamentarias:

06.001-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

06.001.08.244.0005.2017.3.3.9.0.33.00.00.00|329000000 Passagens e Despesas com Locomocao	R$ 410,00
06.001.08.244.0005.2017.3.3.9.0.30.00.00.00|329000000 Material de Consumo	R$ 10.000,00
06.001.08.244.0005.2017.3.3.9.0.14.00.00.00|329000000 Diarias - Civil	R$ 770,00

Sub-Total:R$ 11.180,00

Total Parcial Suplementado: R$ 11.180,00

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carlinda, 12 de Junho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N° 315/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

O Senhor CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

tendo em vista o contido da Lei Municipal 1003/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2017, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 3.500,00 (Tres

Mil e Quinhentos Reais) a serem consignados nas seguintes Dotacoes Orcamentarias:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.303.0011.2029.3.3.9.0.30.00.00.00|342000000 Material de Consumo	R$ 3.500,00	
	Sub-Total:R$	**3.500,00**
	Total Parcial Suplementado: R$	**3.500,00**

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carlinda, 13 de Junho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO SUPLEMENTAR N° 316/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO

VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS

PROVIDÊNCIAS:

O Senhor CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeito Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 1003/2017, e em consonância com o lei Federal 4320/64

DECRETA

Artigo 1- Fica aberto no Orcamento Programa de 2017, Credito Adicional Suplementar no valor de R$ 12.823,41 (Doze Mil e Oitocentos e Vinte e Tres Reais e Quarenta e Um Centavos) a serem consignados nas seguintes Dotacoes Orcamentarias:

08.001-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

08.001.10.303.0011.2029.3.3.9.0.32.00.00.00|314000000 Material de Distribuicao Gratuita	R$ 12.823,41	
	Sub-Total:R$	**12.823,41**
	Total Parcial Suplementado: R$	**12.823,41**

Art. 2 - Para cobertura do Credito Adicional Suplementar aberto no Artigo 1, serao utilizados recursos proveniente de Superavit Financeiro de Exercicios Anteriores em conformidade com o õ1§ inciso I do artigo 43, da Lei 4.320/64.

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Carlinda, 13 de Junho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PORTARIA N.º 050/2017 CASTPREV

PORTARIA N.º 050/2017

"Dispõe sobre a exoneração do responsável pela gestão de recursos do CASTPREV- Fundo Municipal de Previdência Social.

A Prefeita Municipal do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º. Exonerar o senhor **ROGERIO DELISE FONSECA,** portador da cédula de identidade nº 23922389 SEJUSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 043.591.971-79 do cargo de responsável pela gestão de recursos do CASTPREV- Fundo Municipal de Castanheira**.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a data de 12 de junho de 2017,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Castanheira/MT, 12 de Julho de 2017.

SONIA APARECIDA PEREIRA

Secretária Municipal de Administração

Homologo:

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal**PORTARIA N.º 050/2017**

"Dispõe sobre a exoneração do responsável pela gestão de recursos do CASTPREV- Fundo Municipal de Previdência Social.

A Prefeita Municipal do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º. Exonerar o senhor **ROGERIO DELISE FONSECA,** portador da cédula de identidade nº 23922389 SEJUSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 043.591.971-79 do cargo de responsável pela gestão de recursos do CASTPREV- Fundo Municipal de Castanheira**.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os seus efeitos legais a data de 12 de junho de 2017,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Castanheira/MT, 12 de Julho de 2017.

SONIA APARECIDA PEREIRA

Secretária Municipal de Administração

Homologo:

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

SAAE - SISTEMA AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA 09/2017

PORTARIA Nº 09/2017

A DIRETORA GERAL DO SISTEMA AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAE, SR **SARA SUELY ATTILIO CAPOROSSI,** *NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDOS POR LEI,*

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER à servidora LIZUINA OLIVEIRA SILVA

90 (NOVENTA) dias de Licença Premio a que tem direito, referente ao período de trabalho de 01/09/2003 A 01/09/2008 que terá seu inicio em 01/07/2017 e término em 01/10/2017, devendo a referida funcionária apresentar-se em seu local de trabalho no dia 02/10/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães, 12 de Julho de 2017.

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

C U M P R A – S E

SARA SUELY ATTILIO CAPOROSSI

Diretora Geral do SAAE

GABINETE
ATO Nº.: 132/2017.

ATO Nº.: 132/2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR a** Sra. **NAILLA WUENDY COUTO LOPES,** do cargo em comissão de Coordenadora de Gestão de Pessoas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 12 de julho de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SAAE - SISTEMA AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA 10/2017

PORTARIA Nº 10/2017

A DIRETORA GERAL DO SISTEMA AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAE, SR **SARA SUELY ATTILIO CAPOROSSI,** *NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDOS POR LEI,*

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER à servidor ANTONINO CÂNDIDO DA PAIXÃO

30 (Trinta) dias de ferias a que tem direito, referente ao período de trabalho de 18/12/2014 A 17/12/2015 que terá seu inicio em 01/07/2017 e término em 30/07/2017, devendo a referido funcionário\ apresentar-se em seu local de trabalho no dia 31/07/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães, 12 de Julho de 2017.

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

C U M P R A – S E

SARA SUELY ATTILIO CAPOROSSI

Diretora Geral do SAAE

SAAE - SISTEMA AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA 12/2017

PORTARIA Nº 12/2017

A DIRETORA GERAL DO SISTEMA AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAE, SR **SARA SUELY ATTILIO CAPOROSSI,** *NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDOS POR LEI,*

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER à servidora PRISCILA RODRIGUES FERREIRA o AUXILIO MATERNIDADE a que tem direito, que terá seu inicio em 09/05/2017 e término em 09/11/2017. De acordo com a lei 581/1991 Art.204, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores públicos municipal das Autarquias e das funções publicas municipais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães, 12 de Julho de 2017.

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

C U M P R A – S E

SARA SUELY ATTILIO CAPOROSSI

Diretora Geral do SAAE

GABINETE
ATO Nº.: 131/2017.

ATO Nº.: 131/2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA COORDENADORA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR a** Sra. **MONIQUE GOMES PEREIRA,** do cargo em comissão de Coordenadora de Gestão de Pessoas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 12 de julho de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

SAAE - SISTEMA AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA 11/2017

PORTARIA Nº 11/2017

A DIRETORA GERAL DO SISTEMA AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – SAAE, SR **SARA SUELY ATTILIO CAPOROSSI,** *NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDOS POR LEI,*

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER à servidora PRISCILA RODRIGUES FERREIRA 180 (Cento e Oitenta) dias de Licença Maternidade a que tem direito, que terá seu inicio em 09/05/2017 e término em 09/11/2017, devendo a referida funcionária apresentar-se em seu local de trabalho no dia 13/11/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães, 12 de Julho de 2017.

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

C U M P R A – S E

SARA SUELY ATTILIO CAPOROSSI

Diretora Geral do SAAE

LICITAÇÃO
RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - TOMADA DE PREÇO 01/2017

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2017

REFERÊNCIA: TOMADA DE PREÇO Nº 01/2017

OBJETO: ***Contratação de empresa para prestação de serviços de Construção de Ponte de Concreto Armado – PCA sobre o Rio Lagoinha com comprimento de 25,0 metros e largura de 5,0m, localizadas na Estrada Vicinal Municipal no trecho do Entrº. Rodovia Estadual MT-404 ao Entrº Rodovia Estadual MT-403, zona Rural do Município de Chapada dos Guimarães/MT***, ***em conformidade com as especificações contidas no edital e seus anexos.***

I. DAS PRELIMINARES:

1) A Impugnação foi interposta intempestivamente pela empresa MATO GROSSO COMÉRCIO DE ASFALTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº. 05.351.840/0001-12, com fundamento na Lei 8.666/93.

II. DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO:

A empresa impugnante contesta especificamente o item 8 – Do Cadastramento Prévio do Edital, onde prevê que o Cadastramento Prévio das empresas interessadas na Licitação, deve ser feito até 05(cinco) dias antes do certame. Alega que o edital está em desacordo com o §2º do art. 22 Lei de Licitações, que estipula que tal prazo será até o terceiro dia anterior a data do recebimento das propostas.

III. DO PEDIDO DA IMPUGNANTE:

Requer a Impugnante:

a) Seja corrigido o texto do item 8.1 do edital, concedendo as licitantes, a possibilidade de se cadastrarem junto ao município, até o terceiro dia anterior ao certame licitatório, com a devida publicação da errata corrigindo o equivoco.

b) Que caso a correção da divergência apontada não ocorra em tempo hábil, para que a comissão aceite como válidas as propostas das empresas que se cadastrarem até o terceiro dia anterior ao certame licitatório.

IV. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES:

Inicialmente, cabe analisar o requisito de admissibilidade da referida impugnação, ou seja, apreciar se a mesma foi interposta dentro do prazo estabelecido para tal. Dessa forma, o §1º, do art. 41, da Lei nº. 8.666/93, dispõe:

"*Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei,* ***devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação****, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1o do art. 113".*

Desta feita, cumpre esclarecer que a data para realização do certame é o dia 14/07/2017. O impugnante protocolizou sua impugnação no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, intempestivamente, no dia 11/07/2017, portanto, não merece ter seu mérito analisado, já que não se atentou para os prazos estabelecidos nas normas regulamentares. Inobstante isso, quanto ao pedido de cadastramento das empresas interessadas no certame, após deliberação da Comissão Permanente de Licitação, esta Comissão decidiu em aceitar o cadastramento das empresas interessadas até o terceiro dia anterior a data do certame, inclusive, recebeu o pedido de cadastramento da empresa impugnante, ao qual foi feito no dia 12/07/2017. "V. DA DECISÃO:

8. Isto posto, não conheço da Impugnação apresentada pela empresa MATO GROSSO COMÉRCIO DE ASFALTOS LTDA - ME, por ter sido apresentada intempestivamente.

Chapada dos Guimarães/ MT, 12 de julho de 2017.

Karla da Silva Miranda

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

PREVI-CLAUDIA
PORTARIA PREVI-CLAUDIA Nº 049-2017

PORTARIA Nº 049/2017.

"Retifica a Portaria nº 09/2013, retificada pela Portaria nº 050/2013 que dispõe sobre a concessão do benefício PENSAO POR MORTE a menor RAQUEL CRISTINA DE MORAES, sendo o representante legal Sr. NILTON DE MORAES."

A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de CLÁUDIA, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 40, § 7º da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, e ainda combinado com art. 32, § 3º e ***artigo 7º, inciso I*** da Lei Municipal nº. 436/2012 de 31 de julho de 2.012, que rege a Previdência Municipal, art.187 da Lei Municipal nº004/2005, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de pensão temporária, em decorrência do falecimento da servidora Sra. LURDES PADILHA DE MORAES, no cargo de ZELADORA, grau V, padrão A, lotada na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, **na proporção de 100% em favor da menor RAQUEL CRISTINA DE MORAES**, portadora do RG nº 22092404 SSP/MT e inscrita no CPF nº 050.569.791-20 até a data de 15/04/2014, representada legalmente pelo **Sr. NILTON DE MORAES**, portador do RG nº. 1850897-9 SSP/MT, inscrito no CPF nº. 018.018.751-11, conforme processo administrativo do PREVICLAUDIA, Nº 2013.05.0000001P, a partir da data de seu falecimento, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogado as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

CLÁUDIA – MT, 10 de Julho de 2.017.

SHEILA YOTZCHETZ

Diretora Executiva

Homologado em: ____/_____/_____

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 449/2017.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 449/2017.

Da publicação da Portaria Nº 449/2017, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, AMM, na data de 22 de maio de 2017, Ano XII, Edição nº 2.733, Página nº 48:

Onde se lê:

SÚMULA: Designa o (a) servidor (a) **TÂNIA BORGES ARAÚJO,** como Fiscal de Ata de registro de Preços e dá outras providencias.

Art. 1º - Designa o (a) servidor (a) **TÂNIA BORGES DE ARAÚJO**, RE: 1193, portador (a) do RG n°: 1.623.894-0 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n°: 020.862.761.84, como Fiscal do Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

Ata de Registro de Preços:

Se Leia:

SÚMULA: Designa o (a) servidor (a) **TÂNIA BORGES ARAÚJO,** como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

Art. 1º - Designa o (a) servidor (a) **TÂNIA BORGES DE ARAÚJO**, RE: 1193, portador (a) do RG n°: 1.623.894-0 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n°: 020.862.761.84, como Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO:

PREVI-CLAUDIA
PORTARIA PREVI-CLAUDIA 048-2017

PORTARIA Nº 048/2017.

"Retifica a Portaria nº 031 de 06 de junho de 2.013, que dispõe sobre a concessão do benefício de pensão por morte, do Servidor inativo JUVENAL AFONSO DA ROCHA em favor da Srª. HELENA DA ROCHA".

A Diretora Executiva do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de CLÁUDIA, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 40, §7º, inciso I, e §8º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os artigos 31, inciso I, e artigo 7º, inciso I, da Lei Municipal nº 473/2013, artigo 187, da Lei Municipal nº 004/2005, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público.

Resolve,

Art. 1° Conceder o benefício de Pensão por Morte em decorrência do falecimento do servidor inativo **JUVENAL AFONSO DA ROCHA** devidamente matriculado sob n.º 139 neste Fundo Municipal de Previdência Social – PREVI-CLÁUDIA e Processo Administrativo **PREVI-CLÁUDIA n.º 2003. 07.00000001**; Protocolo junto ao TCE n.º **17.441-6/2003** e Acórdão n.º **878/2004**, em favor da Sr.ª **HELENA DA ROCHA**, esposa com valores integrais conforme Processo PREVI-CLÁUDIA n.° 2.013.05.00000002, a partir de 15.05.2.013, até posterior deliberação.

Art. 2. ° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Registre, publique e cumpra-se.

CLÁUDIA – MT, 10 de Julho de 2.017.

SHEILA YOTZCHETZ

Diretora Executiva

Homologado em: ____/_____/_____

ALTAMIR KURTEN

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANO
ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 528/2017.

ERRATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 528/2017.

Da publicação da Portaria Nº 528/2017, Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, AMM, na data de 03 de julho de 2017, Ano XII, Edição nº 2.762, Página nº 74 e 75:

Onde se lê:

SÚMULA: Designa o (a) servidor (a) **TÂNIA BORGES DE ARAÚJO,** como Fiscal de Contrato e dá outras providencias.

Art. 1º - Designa o (a) servidor (a) **TÂNIA BORGES DE ARAÚJO**, RE: 1193, portador (a) do RG n°: 1.623.894-0 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n°: 020.862.761.84, como Fiscal de Contrato abaixo relacionado:

FISCAL DE CONTRATO:

Leia:

SÚMULA: Designa o (a) servidor (a) **TÂNIA BORGES DE ARAÚJO,** como *Fiscal de Ata de Registro de Preços* e dá outras providencias.

Art. 1º - Designa o (a) servidor (a) **TÂNIA BORGES DE ARAÚJO**, RE: 1193, portador (a) do RG n°: 1.623.894-0 SSP/MT e inscrito (a) no CPF n°: 020.862.761.84, como *Fiscal de Ata de Registro de Preços* abaixo relacionado:

FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **SANORTE SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA**

OBJETO O presente termo aditivo tem por objetivo acrescentar em 25% (vinte e cinco por cento) a quantidade e valor do disposto na Cláusula primeira da Ata de Registro de Preços. O valor total do presente aditivo é de R$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais). Data: 05/06/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL N° 1483,1484,1485,1486,1487, DE 12DE JULHO DE 2017.

DECRETO MUNICIPAL N° 1483, DE 12DE JULHO DE 2017.

ESTABELECE MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE DESPESAS E DE AJUSTE FISCAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, legislação em vigor; e Considerando a brutal queda da receita dos Municípios que vem se acentuando mês a mês, especialmente no repasse do FPM – Fundo de Participação dos Municípios; Considerando a necessidade de racionalizar gastos, compatibilizando as despesas em relação à receita;

DECRETA:

Art. 1º - O Gabinete do Executivo Municipal, juntamente com as demais secretarias municipais, cuidará para a redução de despesas nos seguintes aspectos: Compras em todas as Secretarias. Mesmo a despesa de caráter emergencial estará vinculada à autorização da Prefeita Municipal e do setor de compras Qualquer despesa realizada, a partir desta data, por parte dos Secretários ou qualquer servidor, sem autorização, importará na sua responsabilização.

Art. 2° - Ficam ainda estabelecidas as seguintes medidas administrativas e de restrições orçamentárias para o efetivo controle da despesa pública, sem prejuízos de outras análogas:

I - Ficam suspensos de forma temporária:

a) novos investimentos no Município, com exceção dos necessários para o cumprimento dos percentuais mínimos estabelecidos pela Constituição Federal nas áreas de Educação e Saúde e de obras previamente autorizadas pela Prefeita Municipal;

b) concessão de diárias, exceto a Prefeita Municipal e aos motoristas lotados na Secretaria Municipal da Saúde;

b.1) nos caso de necessidade deslocamentos a serviço da municipalidade mediante expressa autorização da Prefeita Municipal, somente serão pagas as despesas decorrentes de alimentação e estadia sob a forma de ressarcimento;

c) concessão de licenças para tratar de interesses particulares, quando implicarem em nomeações para substituição;

II - contenção dos gastos com consumo de energia elétrica, água telefone em todas as unidades administrativas na ordem de 40%;

III - controle e racionalização da aquisição e utilização de materiais de expediente e de informática, devendo a contenção de despesas a este título atingir a ordem de pelo menos 40%;

IV - controle e racionalização da utilização de cópias reprográficas, devendo a contenção de despesas a este título atingir a ordem de 40%;

Art. 3º Ficam expressamente proibidos serviços extraordinários e pagamento de horas extras, exceto nos serviços de vigilância do patrimônio público, em casos de necessidade.

Art. 4º - Fica expressamente proibida, a utilização de veículos e máquinas da Prefeitura

fora do horário de expediente. A utilização de veículos e máquinas fora do horário de expediente,

somente poderá ocorrer em caráter emergencial, mediante autorização expressa da Prefeita Municipal.

Art. 5º. - Fica expressamente determinado aos Secretários Municipais à estrita observação e cumprimento das disposições contidas no presente Decreto,

Art. 6º. As medidas de que trata o presente decreto terão vigência até 31 de dezembro de 2017 ou até que se regularize a situação orçamentária e financeira da Prefeitura Municipal de Cocalinho dentro dos limites fiscais estabelecidos por lei, das despesas e das atividades em todas as Secretarias Municipais, mantendo-se exclusivamente as de caráter continuado e obrigatório, tais como as necessárias para cumprimento de convênios e as que estejam sujeitas ao cumprimento de percentuais mínimos constitucionais. As demais Secretarias poderão apenas realizar despesas de caráter prioritário e emergencial.

Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando se as disposições encontradas.

Art. 7°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8°. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretário de Administração

DECRETO MUNICIPAL Nº 1484, DE 12 JULHO DE 2017.

"Interdita trechos de vias urbanas na data e horários que menciona e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas, especialmente pelo Artigo 64, IX da Lei Orgânica do Município c/c Lei Municipal 133, de 18 de março de 1994,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica interditada trecho da Avenida Araguaia no Setor Terra Firme desta Cidade, em frente ao Supermercado "O baratão" e Açougue União, a interdição será das 18:30 as 21:00 horas do dia 12 de julho 2017.

Art. 2º. A interdição mencionada no artigo 1º. Será destinada a deixar a referida Rua à disposição da Igreja Assembleia de Deus, para realização de um culto.

Art. 3º. Findo horário estabelecido nos artigos anteriores, os representantes da igreja supracitada, se responsabilização em desobstruir os espaços interditados, deixando-os completamente livres para o trânsito de veículos e pedestres.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado do Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretário de Administração

DECRETO MUNICIPAL N° 1485, DE 12DE JULHO DE 2017.

"REGULAMENTA A PROGRAMAÇÃO FESTIVA DA TEMPORADA DE PRAIA 2017 DO RIO ARAGUAIA, BEM COMO O USO DE SOM AUTOMOTIVO NO DECORRER DAS FESTIVIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A **PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO**, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições letais que lhe são conferidas, especialmente pelo **artigo. 3°, I, 23 c/c inciso IV do artigo 64 de Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n° 133, de 18 de março de 1994**, e,

CONSIDERANDO que de acordo com o Código de Postura e Lei Orgânica Municipal é de competência exclusiva do Executivo Municipal, instituir política administrativa a respeito do bem estar público e do lazer;

CONSIDERANDO que esta Administração empreenderá doravante ações administrativas visando atrair turistas para nosso município e conseqüentemente gerar rendas, principalmente para o comércio em geral;

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica liberado nos termos deste ato e da legislação pertinente, a veiculação de som automotivo nas **proximidades do Rio Araguaia (Praça de eventos)**, durante a **Temporada de Praia 2017**, que será realizará entre os dia 09 e 30 de julho de 2017, obedecendo as seguintes condições:

I – nas segundas e terças-feiras das 20h00min as 0h00min;

II – nas quartas e quintas-feiras, bem como aos domingos, das 20h00min as 03h00min;

III – nas sextas-feiras e sábados das 20h00min as 05h00min;

§ 1°. Todos os veículos deverão estar com os sons sincronizados uns com os outros, soando a mesma música e ao mesmo tempo, ligados a mesma matriz, em único local estabelecido pela organização do evento, evitando assim qualquer tipo de desordem.

§ 2°. Nos dias de realização de shows artísticos musicais, o som automotivo deverá ser interrompido imediatamente durante a realização dos mesmos, sendo reestabelecidos logo após, obedecendo aos horários supracitados.

§ 3º. Deverá dar conhecimento às Polícias Civil e Militar para que atuem com supedâneo no mesmo.

Art. 2°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretário de Turismo

DECRETO MUNICIPAL Nº 1486, DE 12 DE JULHO DE 2017.

Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, define diretrizes gerais e dá outras providencias.

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,Considerando o disposto na Lei Estadual 10.523, de 17 de março de 2017 que cria o Programa Pró-Família e dá outras providências**;**

Considerando a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SETAS Nº. 001 DE 05/05/2017:

D E C R E T A:

Art. 1º. - Fica instituído o Comitê Gestor Municipal Pró-Família com a as seguintes competências:

I – Coordenar a execução e avaliação das políticas sociais locais, pactuadas com o Conselho Municipal de Assistência Social;

II - Coordenar, articular e integrar os diversos órgãos e demais atores estratégicos para o planejamento das ações de base territorial;

III - Promover a participação e a mobilização da sociedade civil, visando o levantamento das prioridades e encaminhamentos das demandas do território visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

IV- Aprovar e dar publicidade as listas de famílias beneficiárias, bem como remetê-las ao Comitê Gestor Estadual para homologação;

V - Serão elegíveis para receber o benefício às famílias que residirem no município, com renda mensal *per capita* de até 1/3 (um terço) do salário mínimo nacional vigente, competindo ao Comitê excepcionalizar o cumprimento do critério de renda máxima, nos casos de calamidade pública ou em situação de emergência;

VI – A seleção das famílias beneficiárias será feita por equipe de profissionais, composta por Agentes de Saúde e Assistentes Sociais dos municípios, competindo ao Comitê Municipal à aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas pelo Programa, que serão posteriormente homologadas pelo Comitê Estadual;

Art. 2º Elaboração do Regimento Interno de funcionamento do Comitê Gestor;

Art. 3º - O Comitê Gestor Municipal, será constituído pelo Gestor(a) (Secretário(a)) Municipal de Assistência Social, que o presidirá, e pelos titulares e suplente dos seguintes órgãos/instituições/associações:

a) membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS; b) representantes de Secretarias Municipais estratégicas para o desenvolvimento do Programa; c) representantes de instituições não governamentais;

§ 1º – Caberá a(o) Presidente do Comitê Municipal, Gestor(a) (Secretário(a)) Municipal de Assistência Social, o convite para que as instituições e órgãos que comporão o Comitê façam a indicação de suas representações, titulares e suplentes.

§ 2º - A(O) Presidente do Comitê Municipal, Gestor(a) (Secretário(a)) Municipal de Assistência Social, deverá fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocará a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Cocalinho – MT, 12 de Julho de 2017.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Cocalinho MT

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretario de Administração

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.487/2017, DE 12 DE JULHO DE 2017.

“DECLARA RECESSO ADMINISTRATIVO NA PREFEITURA MUNICIPAL, NO PERÍODO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, especialmente pelo artigo 3º, 5º e artigo 64, II, IX, XII da Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica determinado **RECESSO ADMINISTRATIVO** nos órgãos da Administração Pública Municipal de Cocalinho – MT, no período de **13 a 30 de julho do corrente ano**, no período vespertino, objetivando dar cumprimento, mormente ao princípio da economicidade.

§ 1º. Com o Recesso, o horário de funcionamento relativo ao atendimento ao público, será das **07:00 as 12:00 horas**, de segunda a sexta feira.

§ 2º. O disposto neste artigo, não se aplica aos servidores de órgãos da Administração Pública Municipal, que por sua natureza exige regime de plantão permanente, tais como saúde, limpeza pública e etc.

Art. 2º. Ficam os Servidores Públicos Municipais cientes de que, quando necessário, deverão se apresentar para resolver sobre atribuições concernentes à sua função, e ainda quando convocado pelo Chefe do Poder Executivo ou sua Chefia Hierárquica.

Art. 3º. Este Ato poderá ser revogado a qualquer momento, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretário de Administração

CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº. 052/2017

CONTRATO DE LOCAÇÃO

Nº. 052/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO – Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Araguaia, nº 676, Centro – CEP.: 78.680-000, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 00.965.145/0001-27, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal Sr.ª. DALVA MARIA DE LIMA PERES, Brasileira, Casada, Professora, portadora da CI nº. 1.982.506 e inscrita no CPF sob o nº. 556.892.561-53, residente e domiciliada à Avenida Araguaia, s/nº. Bairro Centro, nesta cidade, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa F.L DA LUZ EVENTOS – ME , devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 13.217.431/0001-56, estabelecida à rua Pç. Gonzaga Jaime q 2 lote 19, S/nº, bairro

João Francisco, Cidade de Goiás - GO – CEP.: 76.600-000, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Consiste objeto do presente contrato na Locação de estrutura para a temporada de praia de 2017 na cidade de Cocalinho – MT, sendo Palco, Som e Luz e gerador.

Quantidade descriçao 01palco com cobertura modelo geo space, 19x14 mts composto de arcos modulados treliçados de alumínio e solda formato semicircular, pé direito central com 12,45 metros. A parte posterior da copbertura forma uma semi cúpula de forma geodésica igualmente formada por seguimentos de arcos circulados arranjados segundo ângulo de 36 graus. Escada fr acesso com degraus no máximo 20cm de diferença um do outro, revestido em chapa de compensado naval de 20mm de espessura na cor preta ou cinza. Todo o palco e cobertura devem ser instalados com cabo de aço de segurança. House mix 4x4 metros e 02 camarins 5x5 metros.

Sonorização: 01 console digital yamaha, pm5d ou superior 01 sistema de comunicação house palco. Pa mínimo 48 systema linear ray, eaw ou similar amplificadores compatíveis com o sistema monitor: 01 console digital, 01 side fill duplo stereo 02 monitores, 01 sub para bateria 10 microfones de fio; 02 kit microfone para bateria, sistema de fones para músicos, cubo para guitarra, cubo para contra baixo, 16 direct box, 20 pedestais em perfeito estado (13 médios, 5 grandes, 2 pequenos); 02 garras lp; 02 microfone sem fio shure 6 praticáveis (2mx1m) sujeito a alterações conforme rider técnico do artista.

Iluminação: 01 mesa computadorizada 2048 canais; 48 canais de dimmer montados em rack de 4.000 watts por canal, 02 amplificador de sinal dmx de 8 vias; 24 par led rgbw de 3w; 12refletores elipsoidais, 08 refletores minibrutts com 6 lâmpadas dwe; 02 canhões seguidores 1200 whatss; 24 acl 600w; 12 canhão par 64 foco 5; 6 strobo atonic; 04 corner q30; 06 talhas de 1 tonelada, elevação e 8 metros com manilhas e cintas; 02 máquinas de fumaça dmx, sistema de intercon com 6 pontos 16 mooving beem 200, sistemas de ac completo individual para luz. Painel de led pa 5x3 mts ambos sujeito a alterações conforme rider dos artistas.

Gerador de energia 250 kvás em funcionamento operador, transporte e combustível.

Iluminação: 01 mesa computadorizada 2048 canais; 48 canais de dimmer montados em rack de 4.000 watts por canal, 02 amplificadores de sinal dmx de 8 vias; 12 par led rgbw de 3w; 6 strobo atonic 3000; 04 corner q30; 06 talhas de 1 tonelada, elevação de 8 metros com manilhas e cintas, 01 máquina de fumaça dmx; sistema de intercon com 6 pontos, painel de led p4 5x3 mts ambos sujeito a alterações conforme rider dos artistas. Dj ,Apresentador ,locutor,Técnicos de som e Auxiliares de som.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato se fundamenta na licitação, modalidade Carta Convite nº 008/2017 e na Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações posteriores

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor global para a execução do contrato é de R$ 147.500,00 (cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais), que serão pagos em cinco parcelas iguais sendo a primeira na assinatura do contrato valor de R$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais) e mals quatro parcela após a realização do evento no valor de R$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais) nos meses de outubro, novembro, dezembro de 2017 e janeiro de 2018

CLÁUSULA QUINTA – DA VIVÊNCIA

5.1. Os serviços serão executados nos dias 07 a 31 de julho do ano em curso.

CLAÚSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes com o presente contrato correrão por conta do orçamento em vigor, Lei Municipal nº 780, de 30 de dezembro de 2016, na seguinte dotação orçamentária:

10.001.23.695.0073.2062-3.3.90.39.00.00.00

CLAÚSULA SÉTIMA – Das Disposições Finais

7.1 A contratada compromete que todos os equipamentos descritos na clausula primeira e serviços a serem contratados deverão estar instalados e presentes no local do evento com no mínimo um dia de antecedência.

7.2. Fica estipulada uma multa de 2% (dois por cento), no valor total do presente contrato, para qualquer infração das cláusulas, bem como no caso de uma das partes rescindirem o presente antes do prazo de vencimento, sem o devido cumprimento do que determina a cláusula anterior.

7.3. Ficam reconhecidos os direitos da Administração Pública em rescindir o presente, nos casos previstos no artigo 77 da Lei Federal nº. 8666/93.

7.4. A CONTRATANTE deverá oferecer um terreno plano e nivelado no local das instalações da estrutura, que deverão estar prontos antes da chegada do material.

7.5. A CONTRATADA requisita da CONTRATANTE, credenciais de livre acesso 48 horas antes do início do evento, em local seguro para caminhões e pessoal responsável pela manutenção da estrutura.

7.6. A CONTRATADA requisita da CONTRATANTE direito de acesso livre para os técnicos e braçais de montagem e desmontagem, durante os trabalhos.

7.7. A CONTRATADA também requisita da CONTRATANTE livre acesso para os técnicos e administradores portadores da credencial funcional em qualquer local do evento.

7.8. A CONTRATADA não se responsabiliza pela confecção, colocação, manutenção e retirada de todo ou qualquer material de propaganda que for colocado em sua estrutura.

7.9. A CONTRATADA não se responsabiliza por atrasos decorrentes de catástrofes naturais (enchentes, terremotos, tremores, etc.) ou causadas por motivos alheios a sua vontade (guerras, greves, estradas interditadas, pontes quebradas, etc.).

7.10. A CONTRATADA se isenta da responsabilidade por atos irresponsáveis ou de vandalismo de terceiros que possam ocorrer no decorrer do evento.

7.11. A CONTRATADA não se responsabiliza por encargos, licenças ou coisas do gênero como: ECAD, Proteção do Meio Ambiente, Defesa Civil, Poluição Sonora e tudo que for necessário para a realização do evento, sendo tudo isso inteiramente de responsabilidade dos organizadores.

7.12. A CONTRATADA não responderá, nem mesmo subsidiariamente, pelos atos da CONTRATANTE em outros contratos que possam infringir suas cláusulas e condições.

7.13. A não realização do evento por qualquer motivo, mesmo alheio à vontade da CONTRATANTE, a mesma obriga-se a liquidar o presente contrato em sua plenitude, independente de notificação ou interpela-

ção judicial, conforme determina o item 2 do presente instrumento.7. 14. Neste ato, as partes dão ciência que esse contrato é titulo líquido, certo e exigível, revestido de todas as formalidades legais exigidas pelo artigo 585, II, do CPC, e, portanto é título executivo extrajudicial.

7.15. Este Contrato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

7.16. Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Água Boa – MT, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem ambas as partes de comum acordo, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Cocalinho – MT, 07 de julho de 2017.

_____

CONTRATANTE: Município de Cocalinho - MT

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

CONTRATADA: _____

F.L DA LUZ EVENTOS – ME

Empresa Contratada

Testemunhas:1._____

CPF:

2. _____

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DE COLIDER
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense - CISRNM, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, a **PRORROGAÇÃO** da data de abertura do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2017** para o dia para dia **18 de Julho de 2017 às 14:00hs (horário de Brasília - DF)**. Tal prorrogação se faz necessária em virtude de erro de digitação na data do aviso de licitação.

Colider/MT, em 12 de Julho de 2017

VINÍCIUS BLOCK CAMERINI

Pregoeiro Oficial

Publique-se

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 024/2017, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de peças mecânicas e acessórios originais ou genuínos, para a frota de veículos e maquinas de diversas secretarias municipais e gabinete do prefeito de Colider/MT. Sagraram-se vencedoras as empresas:

EMPRESA	LOTE	VLR. TOTAL ADJUDICADO
TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA	2, 4, 5, 7, 8 e 9	139.250,00
GASODIESEL PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA - EPP	12, 16 e	26.350,00
CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI – ME	20 e 21	109.750,00
NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA - ME	3, 6 e 10	87.500,00
TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI	15 e 24	49.620,00
TURINI & TURINI LTDA - ME	1, 11 e 13	79.567,50
VITÓRIA COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA – EPP	14 e 22	23.640,00
M. F. R. DOS ANJOS – ME	17, 18, 19 e 25	136.275,00

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens das empresas acima citadas, se encontram à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider – sito na Travessa dos Parecis, 85 – Setor Leste – CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência)

Colider/MT, em 12 de Julho de 2017.

VINÍCIUS BLOCK CAMERINI

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Municipal de Colíder- MT através do Senhor Prefeito Municipal **NOBORU TOMIYOSHI** tem a honra de convidar toda População de COLÍDER a participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** de discussão das propostas do Plano Plurianual 2018-2021que se realizará no dia **18 DE JULHO DE 2017**, às 19:30 horas, e acontecera na **Câmara Municipal,** sito Travessa dos Parecis, nº 17 Setor Leste, Centro**,** em cumprimento às disposições da Constituição Federal

A Audiência terá como objetivo o seguinte assunto:

? Discussão das propostas do Plano Plurianual 2018-2021

? Construção e definição dos Programas e Ações para os próximos 4 anos.

Antecipadamente agradeço a presença de todos.

COLIDER/MT, 12 de Julho de 2017

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2017

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 021/2017, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados nas Unidades de Saúde da Família Bom Jesus, Torre, Nova Galileia I, Perim, Sagrada Família I, Santa Clara e Centro Municipal de Saúde de Colider/MT**. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:**

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
ANA MARIA PIRES BELEM – ME	17 e 46	**10. 859,94**
ART MEDICAL PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES – ME	52	2. 445,00
BETANIAMED COMERCIAL LTDA - EPP	19	8. 600,00
BS EQUIPAMENTOS INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA – EPP	7	2. 300,00
CONKAST VENDAS LTDA – ME	41, 44, 49, 50 e 60	**4.420,00**
FLAVIO HASSELMANN PINTO ME	37	4. 000,00
GDC DA SILVA COSTA ARAPONGAS – EPP	01 e 35	750,00
HDX COMERCIAL EIRELI – ME	18 e 24	**2.836,00**
HOSPITRONICA COM. EQUIP. MED. HOSPITALARES LTDA EPP	54	**2.580,00**
K. C. R. INDÚSTRIA e Comércio de Equipamentos Eireli – EPP	08 e 10	**5.563,00**

K. O. A. DREHMER ME	05, 11 e 25	**14. 208,00**
MEDPEJ EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA	23	10. 000,00
MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA – ME	15, 40, 42, 48 e 61	**16. 155,92**
OLMIR IORIS E CIA LTDA – ME	02, 04, 06, 12, 26, 32, 45, 47 e 56	**42. 785,77**
PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – EPP	14, 16, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 31, 43, 53, 55, 57, 58 e 59	**24. 004,74**
SINOMÉDICA COM. PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA – ME	20, 33, 34, 38 e 39	**2.497,84**
SPACE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA – ME	03, 09, 13, 36, 51, 62, 63 e 64	**45. 448,04**

Colider/MT, em 12 de Julho de 2017.

VINÍCIUS BLOCK CAMERINI

Pregoeiro Oficial

Publique-se

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2017

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 020/2017, cujo objeto é a Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais permanente para serem utilizados na Unidade de Saúde da Família Celidio Marques e na Unidade de Saúde da Família Nova Galiléia I, localizados no município de Colider/MT. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	ITENS	VLR. TOTAL (R$)
ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA	16	**4.165,00**
ANA MARIA PIRES BELEM – ME	10 e 20	1.562,99
FLAVIO HASSELMANN PINTO ME	19 e 30	3.445,00
HDX COMERCIAL EIRELI – ME	01 e 05	1.695,00
HOSPITRONICA COM. EQUIP. MED. HOSPITALARES LTDA EPP	29	1.290,00
K. O. A. DREHMER ME	04, 07, 14, 35 e 38	14. 276,00
MV ATACADISTA DE MOVEIS LTDA – ME	09, 21, 22 e 24	1.392,58
OLMIR IORIS E CIA LTDA – ME	02, 08, 15, 17, 23 e 34	5.166,99
PPS PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA – EPP	11, 12, 13, 27, 28, 31, 32 e 33	4.658,97
RODA BRASIL REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – EPP	37	116. 000,00
SINOMÉDICA COM. PROD. MÉDICO HOSPITALARES LTDA – ME	25	495,00
SPACE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA – ME	03, 06, 18, 26 e 36	11. 504,00

Colider/MT, em 12 de Julho de 2017.

VINÍCIUS BLOCK CAMERINI

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 045/2017

Procedimento nº 19.094/2017

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 045/2017 VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial. OBJETO: *A presente licitação tem por objeto o**Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de informática permanentes e consumo e aquisição de tonner***, para atender as necessidades das Secretaria desta Prefeitura**.**Os fornecedores vencedores encontram-se indicados conforme segue: A empresa **RJ COMERCIO DE PRODUTOS PARA INFORMATICA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO – ME** consagrou vencedora de **R$ 151.900,00 (cento e cinqüenta e um mil e novecentos reais)**, a Empresa empresa **OLMI INFORMATICA LTDA** consagrou vencedora de **R$ 131.586,00 (cento e trinta e um mil e quinhetos e oitenta e seis reais)**, a empresa **FERRARI CELL LTDA-EPP** apresentou proposta no valor total de **R$ 152.524,06 (cento e cinqüenta e dois mil e quinhentos e vinte e quatro reais e seis centavos)**, a empresa **MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - ME** consagrou vencedora de **R$ 153.695,00 (cento e cinqüenta e três mil e seiscentos e noventa e cinco reais),** aempresa **F.L AGUIAR COMERCIO E SERVIÇO EIRELI** consagrou vencedora de **R$ 159.524,95 (cento e cinqüenta e nove mil e quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e cinco centavos)**, a empresa **TECNHOINF COMERCIO ELETRONICOS LTDA** consagrou vencedora de **R$ 176.890,75 (cento e setenta e seis mil reais e oitocentos e noventa reais e setenta e cinco centavo)**, valor total de **R$ 926.120,76 (Novecentos e vinte e seis mil e cento e vinte reais e setenta e seis centavos).**

Colniza - MT, 12 de julho de 2017.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Prefeito Municipal de Colniza - MT, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal e mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados que estarão abertas as inscrições para o CONCURSO PÚBLICO para Admissão de Pessoal, pelo Regime Estatutário, conforme abaixo discriminado:

1. DAS DISPOSIÇOES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público a que se refere o presente Edital será organizado e executado pela KLC – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA.

1.1.1 O presente Concurso Público destina-se ao provimento de vagas e formação de CR – Cadastro de Reservas.

1.1.2. O programa das provas objetivas encontra-se no Anexo I deste Edital.

1.1.3. O Requerimento para solicitar Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição encontra-se no Anexo II deste Edital.

1.1.4. As atribuições dos cargos encontram-se dispostas no Anexo III deste Edital.

1.1.5 O cronograma das atividades encontra-se disposto no Anexo IV deste Edital.

1.1.6. Não serão fornecidas informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e demais eventos, por telefone ou e-mail. O candidato deverá observar rigorosamente as formas de divulgação estabelecidas neste Edital e demais publicações no endereço eletrônico **www.klc-concursos.com.br** e no site da Prefeitura Municipal **www.colniza.mt.gov.br**.

1. NOMENCLATURA, CARGA HORÁRIA, VAGAS, VENCIMENTOS, TAXA DE INSCRIÇÃO, REQUISITOS E DEMAIS VANTAGENS.

Nomenclatura	C/H	Vagas de Ampla Concorrência	PNE	Venc. (R$)	Requisitos Mínimos				
SEDE/MUNICÍPIO									
Administrador	40	01	-0-	4.500,00	Curso superior em Administração e registro no conselho.				
Advogado	20	02	-0-	5.000,00	Curso superior em Direito e registro na OAB.				
Agente Administrativo	40	29	02	1.500,00	Ensino médio concluído.				
Agente de Inspeção	40	01	-0-	1.700,00	Ensino médio concluído.	40	03	1.100,00	Ensino médio concluído.
Agente de Vigilância Sanitária	40	02	-0-	1.300,00	Ensino médio concluído.				
Apoio Administrativo Educacional – Manutenção da Infra estrutura / limpeza/zeladora	40	04	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.				
Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar/Merendeira	40	04	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.				
Arquiteto	40	01	-0-	4.200,00	Curso superior em Arquitetura e registro no conselho.				
Assistente Social	30	04	-0-	3.500,00	Curso superior em Serviço Social e registro no conselho.				
Auditor de Tributos Municipais	20	01	-0-	5.000,00	Curso superior concluído e registro no respectivo conselho.				
Auxiliar de Farmácia	40	02	-0-	1.100,00	Ensino médio concluído.				
Contador	40	02	-0-	4.500,00	Curso superior em Ciências Contábeis e registro no conselho.				
Cozinheira	40	05	-0-	1.000,00	Ensino Fundamental concluído.				
Economista	40	01	-0-	3.500,00	Curso superior em Ciências Econômicas e registro no conselho.				
Eletricista de Energia Elétrica	40	02	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.				
Encanador	40	01	-0-	1.000,00	Ensino Fundamental concluído.				
Enfermeiro	40	04	-0-	3.500,00	Curso superior em Enfermagem e registro no conselho.				
Engenheiro Agrônomo	40	01	-0-	4.200,00	Curso superior em Agronomia e registro no conselho.				
Engenheiro Ambiental	40	01	-0-	4.200,00	Curso superior em Engenharia Ambiental e registro no conselho.				
Engenheiro Civil	40	01	-0-	4.200,00	Curso superior em Engenharia Civil e registro no conselho.				
Farmacêutico	40	01	-0-	4.200,00	Curso superior em Farmácia e registro no conselho.				
Fiscal de Meio Ambiente	40	02	-0-	1.700,00	Ensino médio concluído.				
Fisioterapeuta	40	01	-0-	4.200,00	Curso superior em Fisioterapia e registro no conselho.				
Instrutor Desportivo	40	02	-0-	1.100,00	Ensino médio concluído, provisionado na modalidade esportiva e registro no CREF.				
Leiturista	40	01	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.				
Mecânico	40	01	-0-	1.800,00	Ensino Fundamental concluído.				
Médico Cirurgião	20	04	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina, título de especialista na área e registro no conselho.				
Médico Clínico Geral	20	01	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina e registro no conselho.				
Médico Dermatologista	20	01	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina, título de especialista na área e registro no conselho.				
Médico Gastroenterologista	20	01	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina, título de especialista na área e registro no conselho.				
Médico Ginecologista	20	01	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina, título de especialista na área e registro no conselho.				
Médico Neurologista	20	01	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina, título de especialista na área e registro no conselho.				
Médico Oftalmologista	20	01	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina, título de especialista na área e registro no conselho.				
Médico Ortopedista	20	01	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina, título de especialista na área e registro no conselho.				
Médico Pediatra	20	01	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina, título de especialista na área e registro no conselho.				
Médico Pneumologista	20	01	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina, título de especialista na área e registro no conselho.				
Médico Veterinário	40	01	-0-	4.200,00	Curso superior em Medicina Veterinária e registro no conselho.				
Motorista de Veículo Leve	40	03	-0-	1.500,00	Ensino Fundamental concluído e CNH, no mínimo “B”.				
Motorista de Veículo Pesado	40	13	-0-	2.300,00	Ensino Fundamental concluído e CNH, no mínimo “D”.				
Nutricionista	40	01	-0-	3.500,00	Curso superior em Nutrição e registro no conselho.				
Odontólogo	40	01	-0-	4.200,00	Curso superior em Odontologia e registro no conselho.				
Operador de Escavadeira Hidráulica	40	01	-0-	2.300,00	Ensino Fundamental concluído e CNH, no mínimo “C”.				

Operador de ETA	40	02	-0-	1.200,00	Ensino Fundamental concluído.	
Operador de Motoniveladora	40	06	-0-	2.300,00	Ensino Fundamental concluído e CNH, no mínimo “C”.	
Operador de Pá Carregadeira	40	01	-0-	2.300,00	Ensino Fundamental concluído e CNH, no mínimo “C”.	
Operador de Trator de Pneu	40	02	-0-	1.500,00	Ensino Fundamental concluído e CNH, no mínimo “C”.	
Pedreiro	40	02	-0-	1.200,00	Ensino Fundamental concluído.	
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	42	02	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
Professor Licenciatura em Educação Física	30	01	-0-	2.700,00	Licenciatura em Educação Física e registro no CREF.	
Psicólogo	30	04	-0-	3.500,00	Curso superior em Psicologia e registro no conselho.	
Recepcionista	40	09	01	1.100,00	Ensino médio concluído.	
Serviços Gerais	40	07	01	1.000,00	Ensino Fundamental concluído.	
Técnico Agropecuário	40	01	-0-	1.500,00	Ensino médio concluído, curso específico e registro no conselho.	
Técnico de Controle Interno	40	01	-0-	3.900,00	Curso superior concluído e registro no respectivo conselho.	
Técnico em Contabilidade	40	02	-0-	1.500,00	Curso de Técnico em Contabilidade e registro no conselho.	
Técnico em Desenvolvimento Infantil – Auxiliar Pedagógico	40	39	02	1.100,00	Ensino médio concluído.	
Técnico em Enfermagem	40	25	02	1.800,00	Ensino médio concluído, curso específico e registro no conselho.	
Técnico em Informática	40	03	-0-	1.500,00	Ensino médio concluído.	
Técnico em Raio - X	20	02	-0-	2.000,00	Ensino médio concluído, curso específico e registro no conselho.	
Técnico em Segurança do Trabalho	40	01	-0-	1.500,00	Curso de Técnico em Segurança no Trabalho e registro no conselho.	
Tecnólogo em Gestão Pública	40	01	-0-	2.600,00	Curso superior concluído em Gestão Pública e registro no respectivo conselho.	
Topógrafo	40	01	-0-	1.500,00	Curso de Topografia ou Agrimensura e registro no conselho.	
Vigia	40	15	01	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
Viveirista	40	02	-0-	1.000,00	Ensino Fundamental concluído.	
Zootecnista	40	01	-0-	4.200,00	Curso superior em Zootecnia e registro no conselho.	
DISTRITO DO GUARIBA						
Enfermeiro	40	01	-0-	3.500,00	Curso superior em Enfermagem e registro no conselho.	
Médico Clínico Geral	20	01	-0-	12.500,00	Curso superior em Medicina e registro no conselho.	
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	04	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
Serviços Gerais	40	01	-0-	1.000,00	Ensino Fundamental concluído.	
Técnico em Desenvolvimento Infantil – Auxiliar Pedagógico	40	03	-0-	1.100,00	Ensino médio concluído.	
Técnico em Enfermagem	40	03	-0-	1.800,00	Ensino médio concluído, curso específico e registro no conselho.	
Motorista de Veículo Pesado	40	01	-0-	2.300,00	Ensino Fundamental concluído e CNH, no mínimo “D”.	
Vigia	40	04	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
DISTRITO DE TRÊS FRONTEIRAS						
Apoio Administrativo Educacional – Merendeira/zeladora – E. R. João Alves dos Santos	40	02	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
Enfermeiro	40	01	-0-	3.500,00	Curso superior em Enfermagem e registro no conselho.	
Motorista de Veículo Pesado	40	01	-0-	2.300,00	Ensino Fundamental concluído e CNH, no mínimo “D”.	
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	03	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
Serviços Gerais	40	01	-0-	1.000,00	Ensino Fundamental concluído.	
Técnico em Desenvolvimento Infantil – Auxiliar Pedagógico	40	01	-0-	1.100,00	Ensino médio concluído.	
Técnico em Enfermagem	40	01	-0-	1.800,00	Ensino médio concluído, curso específico e registro no conselho.	
Vigia	40	02	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
ESCOLA MUNICIPIAL CECILIA MEIRELES - AGROVILA						
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Escola Rural Cecília Meireles	30	02	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
Vigia - Escola Rural Cecília Meireles	40	02	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
ESCOLA RURAL CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE						
Apoio Administrativo Educacional – Merendeira/zeladora	40	01	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	02	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
ESCOLA RURAL ANA MARIA MACHADO						

Apoio Administrativo Educacional – Merendeira/zeladora	40	01	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	06	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
Vigia	40	03	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
ESCOLA RURAL LEONILDA PIOVESAN						
Apoio Administrativo Educacional – Merendeira/zeladora	40	02	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	02	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
ESCOLA RURAL GRACILIANO RAMOS – COMUNIDADE MAGUILA						
Apoio Administrativo Educacional – Merendeira/zeladora	40	01	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	01	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
ESCOLA RURAL BARTOLOMEU BUENO						
Apoio Administrativo Educacional – Merendeira/zeladora	40	01	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	07	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
Vigia	40	03	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
ESCOLA RURAL VISCONDE DE MAUÁ – OLAVO BILAC						
Apoio Administrativo Educacional – Merendeira/zeladora	40	01	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	04	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
ESCOLA RURAL VITAL BRASIL						
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	03	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
ESCOLA RURAL MANOEL BANDEIRA						
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	04	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia.	
Vigia	40	03	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
ESCOLA RURAL TANCREDO NEVES						
Apoio Administrativo Educacional – Merendeira/zeladora	40	01	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	
Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental	30	04	-0-	2.700,00	Licenciatura em Pedagogia	
Vigia	40	03	-0-	1.100,00	Ensino Fundamental concluído.	

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições ficarão abertas:

Entre às **09 horas do dia 17 de julho até às 23 horas e 59 minutos do dia 09 de Agosto de 2017, através do endereço eletrônico www.klcconcursos.com.br**. **(horário de Brasília).**

2.2. Para inscrever-se via Internet, o candidato deverá acessar o endereço eletrônico **www.klcconcursos.com.br**, durante o período das inscrições, através dos links correlatos ao Concurso Público e efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos abaixo, sendo a mesma de exclusiva responsabilidade do candidato:

2.2.1. Ler e aceitar o requerimento de inscrição, preencher o formulário de inscrição, transmitir os dados via Internet e imprimir o boleto bancário;

2.2.2. O vencimento do pagamento das inscrições, para ter sua validade, será até o dia **10/08/2017.**

2.2.2.1. O valor da Taxa de Inscrição constante deste edital são as seguintes:

ESCOLARIDADE	VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO EM R$
Ensino Fundamental	50,00
Ensino Médio	100,00
Ensino Superior	150,00

2.2.3. O boleto bancário, com vencimento para o dia **10 de Agosto de 2017**, disponível no endereço eletrônico **www.klcconcursos.com.br,** somente poderá ser impresso, após a conclusão do preenchimento da ficha de solicitação de inscrição on-line;

2.2.4. As inscrições efetuadas via Internet somente serão confirmadas após a comprovação do pagamento do valor da inscrição;

2.2.5. As solicitações de inscrição via Internet, cujos pagamentos forem efetuados após o dia **10 de Agosto de 2017**, não serão aceitas;

2.2.6. A empresa KLC – Consultoria em Gestão Pública não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados;

2.2.7. Ao se inscrever o candidato deverá preencher o nome e sobrenome corretamente e indicar o cargo para o qual pretende concorrer. O candidato que deixar de preencher nome e sobrenome terá sua inscrição indeferida.

2.2.8. O descumprimento das instruções de inscrição via Internet implicará a não efetivação da inscrição.

2.2.9. O candidato é responsável pelas informações prestadas no formulário de inscrição, arcando com as eventuais consequências de erros de preenchimento daquele documento.

2.2.10. Ao inscrever-se no Concurso Público, é recomendável ao candidato observar atentamente as informações sobre a aplicação das provas.

2.2.11. A informação prestada no formulário de inscrição via Internet serão de inteira responsabilidade do candidato.

2.2.12. Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração do cargo.

2.2.12.1. O candidato que realizar mais de uma inscrição, em cargos diferentes, deverá no dia da prova, comparecer ao local e sala de prova da opção que privilegiar e realizar a prova a ela correspondente, caso haja coincidência do dia e do horário de realização das provas, sendo assim, considerado faltoso nas demais opções.

2.2.13. Haverá devolução da importância paga a título de taxa de inscrição nos seguintes casos: pagamento realizado em duplicidade, a maior, fora do prazo, não realização, suspensão ou anulação do concurso público.

2.2.14. Não serão aceitas inscrições por via postal, fac-símile, transferência de conta corrente, DOC, ordem de pagamento, condicionais ou extemporâneas ou por qualquer outra via que não as especificadas neste Edital.

2.3 - O candidato aprovado/classificado no concurso público de que trata este Edital só poderá ser admitido no cargo se atendidas às seguintes exigências:

2.3.1. Ter nacionalidade brasileira e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1.º do artigo 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;

2.3.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos na data da posse;

2.3.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais;

2.3.4. Estar em dia com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

2.3.5. Estar em gozo dos direitos políticos;

2.3.6. Comprovar, por ocasião da posse, o nível de escolaridade e os demais requisitos básicos para o cargo;

2.3.7. Possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo, comprovada por meio de atestado expedido por médico da rede oficial pública;

2.3.8. Apresentar declaração de inacumulabilidade de cargos públicos, salvo as exceções previstas na Constituição Federal;

2.3.9. Apresentar certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe, quando requisito para o cargo; não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão; e estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador do exercício profissional;

2.3.10. Apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

2.3.11. Apresentar certidão negativa de crimes eleitorais;

2.3.12. Apresentar certidão negativa da Justiça Federal – Subseção de Mato Grosso;

2.3.13. Apresentar certidão negativa da Justiça Estadual de Mato Grosso, Primeira e Segunda Instâncias;

2.3.14. Apresentar certidão negativa da Justiça Militar;

2.3.15. Comprovar não existência de antecedentes criminais por sentença judicial transitada em julgado por meio de Certidão no âmbito Estadual e Federal.

2.3.16. Apresentar dados bancários (agencia e conta bancaria nominal ao servidor empossado)

2.4. Estará impedido de tomar posse o candidato que:

2.4.1. Deixar de comprovar os requisitos especificados neste Edital;

2.4.2. Tiver sido demitido, a bem do serviço público, por infração à legislação pertinente;

2.4.3. Tenha praticado qualquer ato desabonador da sua conduta, detectado por meio dos documentos apresentados na posse.

3. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

3.1. Ficarão isentos da taxa de inscrição os candidatos hipossuficientes e doadores regulares de sangue, na forma das Leis Estadual n°s 7.713/2002 e 8.795/2008.

3.1.2. Os candidatos com direito à isenção deverão observar os seguintes procedimentos no ato da inscrição:

3.1.3. O candidato com vencimento de até um salário mínimo deverá entregar fotocópia simples do RG; fotocópia simples do CPF; comprovante de renda se exerce atividade remunerada (holerite, contracheque ou declaração de autônomo, página de identificação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS contendo número e série, bem como cópia de todas as folhas de contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e o valor de remuneração, assim como a folha subseqüente em branco); declaração de próprio punho (ou seja, escrita pelo próprio candidato) de que recebe até um salário mínimo.

3.1.4. O candidato desempregado deverá entregar fotocópia simples do RG; fotocópia simples do CPF; fotocópia da página de identificação da carteira de trabalho e Previdência Social – CTPS contendo número e série, fotocópia de todas as folhas de contrato de trabalho que identifiquem a data de admissão e demissão, assim como a folha subseqüente em branco; **todos os candidatos solicitantes de isenção da taxa de inscrição deverão**

obrigatoriamente apresentar o número do seu Cadastro Único (NIS) e declaração de próprio punho (ou seja, escrita pelo próprio candidato) de que está desempregado.

3.1.5. A comprovação de doadores de sangue deverá ser feita por meio de documento comprobatório padronizado (Declaração de Regularidade) de sua condição de doador regular, expedido por Banco de Sangue, público ou privado (autorizado pelo Poder Público), em que faz a doação, constando no mínimo três doações no período de doze meses, anteriores à publicação deste edital.

3.1.6. O requerimento de isenção da taxa de inscrição (anexo III) deverá ser protocolado presencialmente nos dias **17 a 19/07/2017**, em envelope endereçado à Comissão Examinadora do Concurso Público, sede da Prefeitura Municipal de Colniza– MT, contendo cópia da documentação exigida deste edital.

3.1.7. A relação dos pedidos de isenção de pagamento de taxa de inscrição, contendo o número da inscrição, nome do candidato, cargo para o qual se inscreveu será publicada no dia **28 de julho de 2017**, na página da empresa organizadora do certame **www.klcconcursos.com.br**.

3.1.8. Os candidatos que não tiverem seu pedido de isenção de pagamento de taxa de inscrição deferido poderão participar do presente certame, desde que efetuem, até o último dia das inscrições, o pagamento da taxa e sigam todas as demais determinações deste edital.

3.1.9. A isenção de pagamento de taxa de inscrição não homologa a inscrição do candidato, devendo o mesmo se inscrever ao cargo pretendido, dentro do prazo estipulado neste edital.

4. DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – PNE

4.1. As pessoas PNE que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal é assegurada o direito de inscrição para o cargo em Concurso Público, desde que o exercício do cargo seja compatível com a deficiência de que são portadoras.

4.1.1. Em obediência ao disposto art. 37, § 1º e 2º do Decreto 3.298 de 20/12/99 que regulamenta a Lei 7.853/89, fica reservado aos Portadores de Necessidades Especiais 5%(cinco por cento) das vagas ofertadas para cada cargo.

a) se a fração do número for inferior a 0,5 (cinco décimos), este poderá ser desprezado, não se reservando vagas para pessoas portadoras de necessidades especiais;

b) se a fração do número for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), este será arredondado, de modo que o numero de vagas destinadas às pessoas portadoras de necessidades especiais seja igual ao número inteiro subseqüente.

4.1.2. Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas a PNE, estas serão preenchidas pelos demais concursados, com estrita observância da ordem classificatória.

4.1.3. Consideram-se pessoas PNE aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

4.1.4. As pessoas PNE, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal Nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, participarão do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos. Os benefícios previstos no artigo 40, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos por escrito, durante o período das inscrições, através de ficha de inscrição especial.

4.1.5. As pessoas portadoras de necessidades especiais, após a realização da sua inscrição, deverão encaminhar via email – klcconsultoria@hotmail.com, até o dia **10 de agosto de 2017,** os seguintes documentos:

a) Laudo médico original e expedido no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da prova, informando também o seu nome, documento de identidade (R.G) e opção de cargo;

4.1.6. Os candidatos que necessitarem de condição especial para realização da prova, deverão encaminhar a solicitação de “condição especial”, via email – klcconsultoria@hotmail.com , até o dia **10 de agosto de 2017**, devendo anexar ao pedido um atestado médico recente informando a espécie e o grau ou nível de deficiência da qual é portador.

4.1.7. Serão indeferidas as inscrições na condição especial de PNE, dos candidatos que não encaminharem dentro do prazo e forma prevista no presente Edital o respectivo laudo médico.

4.1.8. Aos deficientes visuais (**amblíopes**) serão oferecidas provas ampliadas, com tamanho e letra correspondente a corpo 24.

4.1.9. Os candidatos que não atenderem aos dispositivos mencionados no presente Edital serão considerados como não PNE e não terão prova especialmente preparada, sejam quais forem os motivos alegados.

4.1.10. O candidato PNE que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

4.1.11. A publicação do resultado final do Concurso Público será feita em duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos PNE, e a segunda somente a pontuação destes últimos.

5. DAS PROVAS E DOS PRINCÍPIOS

5.1 - O Concurso Público será de provas escritas objetivas, provas práticas, prova de títulos e prova dissertativa.

5.1.1 - A duração da prova será de até 4h (quatro horas), já incluída o tempo para preenchimento da folha de respostas.

5.1.2 - O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, munido de UM DOS SEGUINTES DOCUMENTOS NO ORIGINAL:

- Cédula de Identidade - RG;

- Carteira de Órgão ou Conselho de Classe;

- Carteira de Trabalho e Previdência Social;

- Certificado Militar;

- Carteira Nacional de Habilitação, emitida de acordo com a Lei 9.503/97 (com foto);

- Passaporte.

5.1.3 - As provas objetivas (escritas) desenvolver-se-ão em forma de testes, através de questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas cada uma (A, B, C e D). Cada questão terá apenas 01 (uma) alternativa correta. Na prova escrita será atribuída pontuação 0,0 (zero) a questões com mais de uma opção assinalada, questões sem opção, com rasuras ou preenchidas a lápis.

5.1.4 - Em caso de anulação de questões, por duplicidade de respostas, falta de alternativa correta ou qualquer outro motivo, estas serão consideradas corretas para todos os candidatos e, os pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que não os obtiveram, independente de recurso.

5.1.5 - Durante as provas não serão permitidas: consultas bibliográficas de qualquer espécie, utilização de máquina calculadora, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, BIP, "WALKMAN" ou qualquer material que não seja o estritamente necessário para a realização das provas. Os aparelhos "celulares" deverão ser desligados e deixados sobre a mesa do fiscal de sala até o término da prova.

5.1.6 - O candidato que, durante a realização da prova, for encontrado utilizando qualquer um dos objetos especificados acima será automaticamente eliminado do concurso.

5.1.7 - É vedado o ingresso de candidato portando arma nos locais de realização da prova, **exceto policiais em serviço.**

5.1.8 - Será, também, eliminado do concurso o candidato que incorrer nas seguintes situações: deixar o local de realização da prova sem a devida autorização; tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes; proceder de forma a tumultuar a realização das provas; estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio; usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros; deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações expedidas pela organização do concurso.

5.1.9 - As respostas deverão ser assinaladas, pelo candidato, com caneta de tinta azul ou preta, na Folha de Respostas. Não serão computadas questões não respondidas, que contenham rasuras, que tenham sido respondidas a lápis, ou que contenham mais de uma alternativa assinalada, mesmo que uma delas esteja correta.

5.1.10 - **A Folha de Respostas, cujo preenchimento é de responsabilidade do candidato, é o único documento válido para a correção e deverá ser entregue no final da prova ao fiscal de sala.**

5.1.11 - Não será computada questão com emenda ou rasura, ainda que legível, nem questão não respondida ou que contenha mais de uma resposta, ainda que uma delas esteja correta.

Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha de respostas, por erro do candidato.

5.1.12 - Após adentrar a sala de provas e assinar a lista de presença, o candidato não poderá, sob qualquer pretexto, ausentar-se sem autorização do Fiscal de Sala;

5.1.13 - O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação das provas, após 1 (uma) hora do horário previsto para o início das mesmas e constante do presente Edital, devendo entregar ao Fiscal da Sala a respectiva folha de respostas.

5.1.14 – O candidato somente poderá retirar-se do local da prova levando o Caderno de Questões, após, transcorrido, no mínimo, 2 (duas) horas de aplicação da mesma.

6. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. Será divulgado no dia **18 de agosto de 2017 a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas, assim como o local de realização das provas. A relação será afixada em Edital na Prefeitura Municipal de Colniza – MT e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do Concurso Público www.klcconcursos.com.br**. É de responsabilidade do candidato o acesso e verificação dos locais de prova.

7. DA COMPOSIÇÃO DAS PROVAS E NÚMERO DE QUESTÕES

7.1**.** Para os **cargos** cujo requisito mínimo é **CURSO SUPERIOR,** avaliação constará de **Prova Escrita Objetiva** (eliminatória), **Prova de Títulos** e **Prova Dissertativa**. A prova escrita objetiva será composta por **50 (cinquenta)** questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo.

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Conhecimentos Específicos	30	2,0	60,0 pontos
Conhecimentos Gerais	10	2,0	20,0 pontos
Língua Portuguesa	10	2,0	20,0 pontos

A classificação final será efetuada pela somatória de pontos de cada candidato nas três provas (prova escrita objetiva, prova de títulos e prova dissertativa).

7.2. Para os cargos cujo requisito mínimo é **ENSINO MÉDIO,** a avaliação constará de prova escrita objetiva (eliminatória). A prova escrita objetiva será composta por **40 (quarenta**) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Conhecimentos Específicos	20	3,0	60,0 pontos
Conhecimentos Gerais	10	2,0	20,0 pontos
Língua Portuguesa	10	2,0	20,0 pontos

A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

7.3. Para os cargos de**Eletricista de Energia Elétrica, Mecânico, Motorista de Veículo Leve, Motorista de Veículo Pesado, Operador de Escavadeira Hidráulica, Operador de Motoniveladora e Operador de Pá Carregadeira**a avaliação constará de prova escrita objetiva e prova prática, ambas de caráter eliminatório. A prova escrita objetiva será composta por **40 (quarenta)** questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Conhecimentos Específicos	20	2,5	50,0 pontos
Conhecimentos Gerais	10	2,5	25,0 pontos
Língua Portuguesa	10	2,5	25,0 pontos

A classificação final será efetuada pela somatória de pontos de cada candidato nas duas provas (prova escrita objetiva e prova prática).

7.4. Para os demais cargos cujo requisito mínimo é **ENSINO FUNDAMENTAL,** a avaliação constará de prova escrita objetiva (eliminatória). A prova escrita objetiva será composta por **40 (quarenta**) questões, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme quadro abaixo:

Tipo de prova	Nº de questões	Valor de cada questão	Valor total das questões
Conhecimentos Específicos	20	2,5	50,0 pontos
Conhecimentos Gerais	10	2,5	25,0 pontos
Língua Portuguesa	10	2,5	25,0 pontos

A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

8. DA PROVA DISSERTATIVA

8.1 – A Prova Escrita Dissertativa será aplicada para todos os candidatos cujo requisito mínimo é **CURSO SUPERIOR**, avaliada na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, **sendo somente selecionados para correção os candidatos aprovados em até 10 (dez) vezes o número de vagas ofertada para cada cargo.**

8.1.1 - A prova escrita dissertativa, constará de uma redação, referente a um tema proposto e será avaliada na escala de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) pontos. A avaliação é realizada por bancas de professores das áreas de Língua Portuguesa, de Lingüística, Literatura e Direito, prévia e especificamente preparada para o processo. Para garantir a objetividade no processo de avaliação, utilizam-se critérios elaborados com pontuação (total ou parcial), sendo observados os seguintes aspectos:

• O atendimento às diretrizes do comando que determina a produção escrita da redação;

• A capacidade de produzir o texto, obedecendo à modalidade culta da língua escrita;

• A apresentação de ideias, em função da estrutura organizacional do texto solicitado;

• A compreensão e a interpretação de dados e de fatos que compõem o(s) texto(s) de apoio;

• O estabelecimento de relações entre as ideias na organização textual.

8.2 - O texto produzido pelo candidato será avaliado a partir de critérios que englobam:

TEMÁTICA: avalia-se o desenvolvimento da temática pertinente ao texto solicitado, observando os níveis de exauribilidade do tema, a partir de texto(s) oferecido(s) como estímulo e apoio à produção escrita, assim como seu desenvolvimento temático a partir dele(s).

TÍTULO: avalia-se a adequação do título construído e apresentado à redação, a partir da temática exposta no texto do candidato, à luz do(s) texto(s) oferecido(s) como estímulo e apoio à produção escrita, sem copiar sua temática própria. **ORGANIZAÇÃO TEXTUAL**: avalia-se a estrutura organizacional típica do texto solicitado, considerando os mecanismos de coesão e de coerência necessários para a sua materialização ou textualização.

DESEMPENHO LINGUÍSTICO: avalia-se o desempenho linguístico a partir da modalidade culta da língua escrita, observando os níveis de construção de parágrafos, frases, períodos, orações, palavras e seus elementos constituintes (ortografia, pontuação, regência, concordância etc.).

8.2.1 - Terá nota ZERO na redação o candidato que:

a) não produzir o texto solicitado no comando;

b) fugir à temática proposta a partir do(s) texto(s) oferecido(s) como estímulo e apoio à produção escrita;

c) apresentar desestruturação, caracterizada por mistura de gêneros textuais, demonstrando imprecisão ou desconhecimento de sua organização;

d) apresentar alguma marca ou identificação: número de inscrição, nome (completo ou parcial) do candidato, letra(s) inicial(is) de nome e/ou de sobrenome real ou fictício, qualquer forma de assinatura, códigos ou quaisquer palavras ou marcas (inclusive as de corretivo líquido) que permitam a sua identificação;

e) desenvolver o texto com letra ilegível, em forma de desenho, com códigos alheios à língua portuguesa escrita, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, linhas, parágrafos e margens ou apresentar falhas no desempenho linguístico em diversos níveis;

f) escrever a Versão Definitiva a lápis ou a tinta em cor diferente de azul-escuro ou preta;

g) não apresentar seu texto na folha Versão Definitiva ou entregá-la em branco.

h) apresentar a versão Definitiva em número de linhas maior que o solicitado.

9. DA PROVA PRÁTICA

9.1. **Serão convocados para a Prova Prática** os 10 (dez) primeiros classificados na Prova Escrita para os cargos de **Eletricista de Energia Elétrica, Mecânico, Motorista de Veículo Leve, Operador de Escavadeira Hidráulica, Operador de Motoniveladora e Operador de Pá Carregadeira**, bem como, os 40 (quarenta) primeiros classificados na Prova Escrita para o cargo de **Motorista de Veículo Pesado (sede/município)** e ainda, os 05 (cinco) primeiros classificados na Prova Escrita para o cargo de **Motorista de Veículo Pesado (Distritos de Guariba e Três Fronteira),** em ordem decrescente

de classificação, começando pela maior nota da lista geral de classificados na Prova Escrita, sendo que, em caso de empate será aplicado o seguinte critério:

a) que tiver mais idade considerando-se, caso necessário, o horário de nascimento;

9.1.1. A prova prática para o cargo de **Motorista de Veículo Pesado**constará em dirigir o veículo de forma adequada, partindo do local em que se encontra, sem cometer erros ou demonstrar insegurança que ofereça risco para si, para os avaliadores e para o equipamento, atendendo as orientações de execução definidas pelo avaliador, de forma adequada, atendendo aos critérios indicados. Ao final do teste o veículo deverá ser conduzido, se for o caso, ao seu local de origem.

9.1.1.2. O exame de direção veicular será realizado em percurso comum a todos os candidatos, a ser determinado no dia da prova, com duração máxima de até 10 (dez minutos), onde será avaliado o comportamento do candidato com relação aos procedimentos a serem observados durante o trajeto, as regras gerais de trânsito e o desempenho na condução do veículo, tais como: rotação do motor, uso do câmbio, freios, localização do veículo na pista, velocidade desenvolvida, obediência à sinalização de trânsito (vertical e horizontal) e semafórica, como também outras situações durante a realização do exame.

9.1.1.3. No decorrer do trajeto serão apontadas as faltas cometidas, sendo descontados pontos conforme quadro a seguir:

CATEGORIA DA FALTA	PONTOS A SEREM DESCONTADOS
Falta Grave	7,0
Falta Média	5,0
Falta Leve	3,0

Obs: A tipificação das faltas acima mencionadas encontra-se discriminada nos incisos II, III e IV, Artigo 19 da Resolução 168/2004-CONTRAN.

9.1.1.4. O candidato que durante a realização da Prova Prática cometer qualquer tipo de falta prevista no inciso I, artigo 19, da Resolução 168/2004-CONTRAN, será automaticamente eliminado do Concurso.

9.1.2. Para os candidatos aos cargos de **Operador de Escavadeira Hidráulica, Operador de Motoniveladora e Operador de Pá Carregadeira,** a prova prática constará em ligar o equipamento, efetuar as verificações necessárias e dirigir até local determinado e executar tarefas próprias do equipamento, de acordo com o caso apresentado pelo examinador técnico da área, com duração máxima de 10 (dez) minutos. (valor 100,0 pontos).

9.1.2.1 O candidato que não conseguir ligar e movimentar o equipamento em, no máximo, 01 (um) minuto, será automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.1.2.2 O candidato que não realizar a tarefa solicitada no prazo acima estipulado estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.1.2.3 O melhor tempo servirá como parâmetro para calcular a nota dos demais participantes da referida Prova Prática.

9.1.2.4 Cada falta cometida será descontado 5,0 (cinco) pontos.

9.1.3 A prova prática para o cargo de **Mecânico** consistirá em montar e desmontar um motor ou partes móveis de um motor (valor 70,0), bem como, demonstrar conhecimentos sobre ferramentas relacionadas a seu cargo (valor 30,0), com duração máxima de 30 (trinta) minutos.

9.1.3.1 O candidato que não realizar a tarefa solicitada no prazo acima estipulado estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.1.3.2 O melhor tempo servirá como parâmetro para calcular a nota dos demais participantes da referida Prova Prática.

9.1.4 A prova prática para o cargo de **Eletricista de Energia Elétrica** consistirá na demonstração de conhecimentos na instalação e/ou reparação de circuitos elétricos, de componentes elétricos e/ou de montar instalações de baixa e/ou alta tensão (valor 70,0), bem como, demonstrar conhecimentos sobre ferramentas relacionadas a seu cargo (valor 30,0), com duração máxima de 20 (vinte) minutos.

9.1.4.1 O candidato que não realizar a tarefa solicitada no prazo acima estipulado estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

9.1.4.2 O melhor tempo servirá como parâmetro para calcular a nota dos demais participantes da referida Prova Prática.

9.2. Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar, no mínimo, a carteira de habilitação conforme abaixo especificado, a qual deverá ter sido obtida ou renovada até a data da realização da Prova Prática, sem a qual não poderá realizar a prova:

- **Motorista de Veículo Pesado – CNH categoria "D".**

- **Motorista de Veículo Leve – CNH categoria "B".**

- Operador de Máquinas e Operador de Retro escavadeira – CNH categoria "C".

9.2.1 O candidato que deixar de apresentar carteira de habilitação será automaticamente eliminado.

9.2.2 Não serão aceitos certificados de auto-escola, comprovantes de encaminhamento ou outro documento que não seja a carteira de habilitação.

9.3. A Prova Prática terá caráter eliminatório, e serão avaliadas na escala de 0,00 (zero) a 100,0 (cem) pontos, devendo o candidato obter 50,0 (cinquenta) pontos ou mais para ser considerado aprovado.

9.4. Em hipótese alguma será realizada qualquer prova fora dos locais, horários e datas determinados, e sob nenhum pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização da prova, sendo atribuída a nota 0,00 (zero) ao candidato ausente ou retardatário, seja qual for o motivo alegado.

9.5. Não haverá tratamento diferenciado a nenhum candidato, sejam quais forem as circunstâncias alegadas, tais como alterações orgânicas ou fisiológicas permanentes ou temporárias, deficiências, estados menstruais, indisposições, cãibras, contusões, gravidez ou outras situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e/ou orgânica do candidato, sendo que o candidato deverá realizar os referidos testes de acordo com o escalonamento previamente efetuado pela KLC o qual será realizado de forma aleatória.

10. DA PROVA DE TÍTULOS

10.1. Os documentos relativos aos Títulos, para **todos os cargos** cujo requisito mínimo é **CURSO SUPERIOR**, deverão ser entregues, EXCLUSIVAMENTE, no dia da aplicação das provas, ao fiscal da sala de prova.

9.2. A entrega dos documentos relativos à Prova de Títulos não é obrigatória. O candidato que não entregar o Título não será eliminado do Concurso Público.

10.3. Os documentos comprobatórios dos Títulos deverão ser acondicionados em ENVELOPE LACRADO, contendo na sua parte externa, o nome do candidato, cargo para o qual está concorrendo, bem como, o número do documento de identidade, devendo os referidos documentos serem apresentados em CÓPIA REPROGRÁFICA AUTENTICADA EM CARTÓRIO.

10.3.1. O candidato deverá numerar sequencialmente e rubricar cada documento apresentado.

10.3.2. Não serão analisados, sendo automaticamente desconsiderados, os envelopes que estiverem em desacordo com os itens 10.3. e 10.3.1. deste Edital.

10.3.3. Não deverão ser enviados documentos ORIGINAIS.

10.4. Serão aceitos como documentos os Títulos que forem representados por Diplomas e Certificados definitivos de conclusão de curso expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

10.4.1. Os documentos de Títulos que forem representados por declarações, certidões, atestados, e outros documentos que não tenham o cunho definitivo de conclusão de curso, deverão estar acompanhados do respectivo histórico escolar, mencionando a data da colação de grau, bem como deverão ser expedidos por Instituição reconhecida pelo MEC – Ministério da Educação, em papel timbrado, e deverão conter carimbo e identificação da instituição e do responsável pela expedição do documento.

10.5. Os cursos deverão estar autorizados pelos órgãos competentes.

10.6. É de exclusiva responsabilidade do candidato a apresentação e comprovação dos documentos de Títulos.

10.7. Não será aceito entrega ou substituições posteriores ao período determinado, bem como, Títulos que não constem nas tabelas apresentadas neste Capítulo.

10.8. A pontuação da documentação de Títulos se limitará ao valor máximo de 10,0 (dez) pontos.

10.9. No somatório da pontuação de cada candidato, os pontos excedentes serão desprezados.

10.10. Os Títulos não poderão ser contados cumulativamente, sendo pontuado o de maior grau.

10.11. A prova de títulos terá caráter classificatório.

10.12. As cópias autenticadas dos documentos entregues não serão devolvidas e farão parte integrante da documentação do Concurso Público.

10.13. Serão considerados Títulos somente os constantes na tabela a seguir:

TÍTULOS	VALOR UNITÁRIO	COMPROVANTE
a) Doutorado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada à área do cargo pretendido.	10,0	Cópia autenticada do diploma, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação (MEC) ou declaração de conclusão de curso, acompanhado da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar.
b) Mestrado, concluído até a data de apresentação dos títulos, desde que relacionada à área do cargo pretendido.	5,0	
c) Pós Graduação Latu Sensu (especialização) relacionada à áreado cargo pretendido, com carga horária mínima de 360 horas, concluída até a data de apresentação dos títulos.	2,5	Cópia autenticada do diploma, expedido por instituição oficial de ensino, devidamente validado pelo Ministério da Educação (MEC) ou declaração de conclusão de curso, acompanhado da cópia autenticada do respectivo Histórico Escolar.

11. DA DATA DE REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA, PROVA DISSERTATIVA E PROVA DE TÍTULOS

11.1. A Prova Escrita Objetiva para os cargos cujo requisito mínimo é **CURSO SUPERIOR,** bem como**, a Prova Dissertativa e a Prova de Títulos** está prevista para ser aplicada no dia **1º de outubro de 2017, com início às 08h00min**.

11.2. A Prova Escrita Objetiva para os cargos cujo requisito mínimo **é ENSINO FUNDAMENTAL ou ENSINO MÉDIO** está prevista para ser aplicada no dia **1º de outubro de 2017, com início às 14h30min**.

11.3. O local de realização das referidas provas será divulgado no dia **14 de agosto de 2017.**

11.4**. A prova prática será realizada no dia 03 de outubro de 2017, conforme horário e local divulgados no dia 02 de outubro de 2017.**

12. DAS NORMAS

12.1. As provas escritas objetivas serão individuais, não sendo tolerada a comunicação com outro candidato, nem utilização de livros, notas, impressos, celulares, calculadoras e similares. Reserva-se à Comissão Especial do Concurso Público e aos Fiscais, o direito de excluir da prova e eliminar do restante das provas o candidato cujo comportamento for considerado inadequado, bem como, tomar medidas saneadoras, e restabelecer critérios outros para resguardar a execução individual e correta das provas.

12.2. Em caso de necessidade de amamentação durante a realização das provas, a candidata deverá levar um acompanhante, que terá local reservado para esse fim e que será responsável pela guarda da criança.

12.3. Não haverá sob qualquer pretexto ou motivo, segunda chamada para a realização das provas e após o fechamento dos portões não será permitida a entrada de candidatos retardatários.

12.4. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Concurso Público, os quais serão afixados também nos quadros de aviso do Município, devendo ainda manter atualizado seu endereço.

13. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

13.1. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência o seguinte:

a) Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, nos temos da Lei Federal nº 10741/2003, entre si e frente aos demais, sendo que será dada a preferência ao de idade mais elevada;

b) que obtiver maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

c) que tiver mais idade considerando-se, caso necessário, o horário de nascimento;

14. DIVULGAÇÃO DO GABARITO

14.1. O gabarito oficial da prova escrita objetiva será divulgado no **primeiro dia útil após a realização da referida prova**, a partir das 17h00min, mediante edital afixado naPrefeitura Municipal de Colniza – MT, publicado no órgão de imprensa oficial do município e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do Concurso Público **www.klcconcursos.com.br.**

15. DOS RECURSOS

15.1. Caberá interposição de recursos devidamente fundamentados, perante a empresa KLC – CONSULTORIA EM GESTÃO PÚBLICA LTDA, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia subseqüente à data de publicação do objeto de recurso contra:

a) Inscrições não homologadas;

b) Questões das Provas e Gabarito Preliminar;

c) Resultados das Provas, desde que se refira a erros de cálculo das notas.

15.2. O pedido de recurso deverá ser encaminhado via internet, junto ao endereço eletrônico **www.klcconcursos.com.br,** no campo específico **"RECURSO"** com as seguintes especificações:

− nome do candidato;

− número de inscrição;

− número do documento de identidade;

− cargo para o qual se inscreveu;

− a questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;

− a fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso.

15.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada também sob pena de sua desconsideração.

15.4. Não serão aceitos recursos encaminhados via postal, via fax e/ou por e-mail, devendo ser digitado ou datilografado e estar embasado em argumentação lógica e consistente. Em caso de contestação de questões da prova, o candidato deverá se pautar em literatura conceituada e argumentação plausível.

15.5. Recursos não fundamentados ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito. A Banca Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos, não cabendo recurso a outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

15.6. O resultado dos recursos interpostos será afixado no site **www.klcconcursos.com.br**.

16. DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROVA OBJETIVA

16.1. A prova escrita objetiva será avaliada na escala de 0,0 (zero) a 100,0 (cem) pontos e terá caráter eliminatório.

16.1.1. Será considerado aprovado na prova escrita objetiva o candidato que obtiver nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos.

16.1.2. O candidato que não auferir a nota mínima de 50,0 (cinquenta) pontos na prova objetiva será desclassificado do Concurso Público.

16.1.3. A classificação final será efetuada pela ordem decrescente da nota final obtida por cada candidato.

16.1.4. As matérias constantes das provas a que se submeterão os candidatos fazem parte do Anexo I, parte integrante deste Edital.

17. DO RESULTADO FINAL

17.1**.** O resultado final está previsto para ser divulgado no dia **20 de outubro de 2017, a partir das 17h00min, mediante edital afixado na** Prefeitura Municipal de Colniza – MT, publicado no órgão de imprensa oficial do município e disponibilizada no site da empresa responsável pela organização do Concurso Público **www.klcconcursos.com.br.**

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. A inscrição implica na aceitação por parte do candidato de todos os princípios, normas e condições do Concurso Público, estabelecidas no presente Edital e na legislação municipal e federal pertinente.

18.2. A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

18.3. O órgão realizador do presente certame não se responsabiliza por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes ao concurso.

18.4 - Após 120 (cento e vinte) dias da divulgação oficial do resultado final do Concurso Público, as folhas de respostas serão incineradas e mantidas em arquivo eletrônico, com cópia de segurança, pelo prazo de cinco anos.

18.5. O candidato obriga-se a manter atualizado seu endereço para correspondência, junto ao órgão realizador, após o resultado final.

18.6. A validade do presente Concurso Público será de "2" (dois) anos, contados da homologação final dos resultados, podendo haver prorrogação por igual período, a critério da Prefeitura Municipal de Colniza - MT.

18.7. A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à nomeação. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Prefeitura Municipal.

18.8. Ficam impedidos de participar do certame os sócios da KLC Consultoria em Gestão Pública Ltda, ou aqueles que possuam a relação de parentesco disciplinada nos artigos 1591 a 1595 do Novo Código Civil. Constatado o parentesco a tempo o candidato terá sua inscrição indeferida, e se verificado posteriormente à homologação o candidato será eliminado do certame, sem prejuízo das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

18.9. Para efeito de admissão, fica o candidato convocado sujeito à aprovação em exame de saúde, elaborado por médicos especialmente designados pela Prefeitura Municipal de Colniza – MT e apresentação de documentos legais que lhe forem exigidos.

18.10. Todos os casos, problemas ou questões que surgirem e que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e Lei Orgânica Municipal serão resolvidos em comum pela Prefeitura Municipal de Colniza - MT, através da Comissão Especial de Concurso Público.

18.11. Os vencimentos constantes do presente Edital são referentes ao da data do presente Edital.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Colniza - MT, 12 de julho de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

Prefeito Municipal

WANDERLEI DOS SANTOS BORIN

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA – NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL MÉDIO

Leitura e interpretação de texto. Noções gerais de gramática. Fonologia - ortografia - acentuação gráfica - estrutura e formação de palavras - verbos: tempo, modo, cargo - substantivos: classificação e cargo – flexão de gênero, número e grau, formação e análise - artigo - adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões - advérbios: classificação, flexão, grau e cargo – numeral: tipos e cargo - pronomes: conceito, classificação - preposição - conjunções - interjeições - Sintaxe: frase, oração, período - pontuação - tipos de frases - complementos verbais e nominais - vozes verbais – orações subordinadas - orações coordenadas - concordância verbal e nominal - regência verbal e nominal - Problemas gerais da língua culta: grafia de palavras e expressões - crase - Derivação prefixal e sufixal – Recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos – figuras de linguagem - figuras de palavra - figuras de pensamento – significação das palavras – vícios de linguagem.

LÍNGUA PORTUGUESA – FUNDAMENTAL

Alfabeto da Língua Portuguesa; Ordem Alfabética; Ordenação de Frases; Ortografia; Divisão Silábica e Classificação quanto ao número de sílabas; Frases:- Interrogativa - Exclamativa - Afirmativa - Negativa; Classes de Palavras; Comparação de palavras entre si: Sinônimos e Antônimos; Acentuação Gráfica; Sinais de Pontuação; Concordância dos Nomes (substantivos) e dos Verbos; Análise e Interpretação de Textos.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questões relacionadas à Política, Economia, Sociedade, Saúde e Nutrição, Ciências e Tecnologia, Meio Ambiente, Educação, Cultura, Esporte, Religião, História (Brasil e Mundo), Geografia (Brasil e Mundo) e ainda, eventos contemporâneos divulgados na mídia local, nacional e internacional. Aspectos Históricos e Geográficos do Estado do Mato Grosso e do município de Colniza - MT.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NÍVEL SUPERIOR

ADMINISTRADOR

Administração geral: princípios fundamentais e funções do administrador. Processo administrativo. Processo decisório e resolução de problemas. Conceitos básicos de planejamento. Planejamento e técnicas para o planejamento e tomada de decisão. Conceitos básicos de organização. Funções organizacionais. Modelos de organização. Projeto organizacional. Motivação. Comunicação. Liderança. Processo de controle. Processo de avaliação de desempenho. Controles financeiros e orçamentários. Conceitos básicos de administração de projetos. Princípios fundamentais de administração de projetos. Gestão de Pessoas. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Lei 4320/64. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00). Lei 8666/93 (Lei de Licitações) e suas alterações. Lei 10520/02. Orçamento Público. **DIREITO ADMINISTRATIVO**: Direito Administrativo. Fontes do Direito Administrativo. Interpretação do Direito Administrativo. Sistemas Administrativos. Administração Pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos e Atos da Administração. Princípios da Administração Pública. Contratos Administrativos. Licitação. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Improbidade Administrativa. Bens públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle da Administração. Legislação. Lei Orgânica Municipal. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

ADVOGADO

DIREITO CONSTITUCIONAL: Poder Constituinte. Aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais. Vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade das leis e atos normativos: a) Sistemas difuso e concentrado. b) Ação direta de inconstitucionalidade. c) Ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Princípios Fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos poderes. Defesa do Estado e instituições democráticas. Tributação e orçamento. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Disposições constitucionais gerais e transitórias. Emendas constitucionais. Lei de Responsabilidade Fiscal. Legislação. **DIREITO**

ADMINISTRATIVO: Direito Administrativo. Fontes do Direito Administrativo. Interpretação do Direito Administrativo. Sistemas Administrativos. Administração Pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos e Atos da Administração. Princípios da Administração Pública. Contratos Administrativos. Licitação. Serviços Públicos. Servidores Públicos. Improbidade Administrativa. Bens públicos. Responsabilidade Civil da Administração. Controle da Administração. Legislação. **DIREITO CIVIL**: Direito Civil. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Pessoas naturais e jurídicas. Domicílio. Bens. Fatos jurídicos. Atos jurídicos. Negócio jurídico. Prescrição e decadência. Prova. Direito das Obrigações. Contratos em geral. Contratos em espécie. Responsabilidade civil. Legislação. **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**: Processo de Conhecimento. Atos Processuais. Formação, Suspensão e Extinção do Processo. Processo e Procedimento. Processo nos Tribunais. Recursos. Processo de Execução. Tutelas Provisórias. Procedimentos Especiais. Ação Rescisória. Mandado de Segurança. Execução Fiscal. Legislação. **DIREITO DO TRABALHO**: Direitos Constitucionais dos trabalhadores. Normas gerais e específicas de tutela do trabalho: Segurança e medicina do trabalho. Contrato de trabalho. Consolidação das Leis Trabalhistas. Legislação. **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**: Justiça do Trabalho. Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho. Ministério Público do Trabalho. Processo judiciário do trabalho. Processo em Geral. Dissídios Individuais. Dissídios Coletivos. Execução. Recursos. Legislação. **DIREITO PENAL**: Imputabilidade Penal. Concurso de Pessoas. Penas. Ação Penal. Extinção da Punibilidade. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a Administração Pública. Crimes contra a Fé Pública. Legislação. **DIREITO PROCESSUAL PENAL**: Inquérito Policial. Ação Penal e Ação Civil. Competência. Questões e processos incidentes. Prova. Juiz, Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da Justiça. Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Citações e intimações. Sentença. Processos em espécie. Nulidades e recursos em geral. Execução. Legislação. **DIREITO TRIBUTÁRIO:** Sistema Tributário Nacional. Normas Gerais do Direito Tributário. Sistema Tributário Municipal. Legislação. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT). Lei Orgânica Municipal.

AUDITOR DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: a) Poderes administrativos. b) Atos administrativos. c) Contratos administrativos. d) Serviços públicos. e) Controle da administração. f) Licitação. g) Processo administrativo. h) Improbidade administrativa. **CONTABILIDADE PÚBLICA**: Conceitos, objeto, campo de aplicação, objetivos e função social. Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do setor público. **DIREITO CONSTITUCIONAL**: a) Da Organização do Estado. b) Da tributação e do orçamento. c) Da ordem econômica e financeira. **DIREITO PENAL**: a) Crimes contra a Administração Pública: capítulo I e capítulo II. Lei Federal nº 8.137/90 que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. **DIREITO TRIBUTÁRIO**: a) Código Tributário Nacional. b) Código Tributário do Município Lei Municipal 609/2014. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT). **AUDITORIA E PERÍCIA.** Lei Orgânica Municipal.

ASSISTENTE SOCIAL

Constituição da República Federativa do Brasil (Artigos 1º a 17 e 193 a 232); Lei Federal nº. 8.742/1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004); Norma Operacional Básica (NOB/SUAS 2012); Norma Operacional de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS 2006); Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS; Orientações Técnicas sobre o PAIF volume 1: "O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais", e volume 2: "Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF"; Seguridade Social no Brasil; A questão social no Brasil; Pobreza, desigualdade, exclusão e vulnerabilidade social; História, Fundamentos Teóricos e Éticos do Serviço Social; Metodologia do Serviço Social; Estratégias de ação em serviço social e os instrumentos de intervenção do profissional; Serviço Social e Interdisciplinaridade; Serviço Social na Contemporaneidade; Serviço Social e Família; Projeto ético político do Serviço Social; Lei Federal nº. 10.741/2003 - Estatuto do Idoso; Lei Federal nº. 8.842/1994 e Decreto Federal nº. 1.948/1996 - Política Nacional do Idoso; Lei Federal nº. 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Lei de Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente; Lei Maria da Penha - Lei nº. 11.340/2006; Ética em Serviço Social; Lei que regulamenta a profissão de Assistente Social - Lei nº. 8.662/93; Código de Ética Profissional; Supervisão em Serviço Social; Lei Federal nº. 8.080/1990 - Lei Orgânica da Saúde; Sistema Único de Saúde (SUS) - Lei nº. 8.142/90; Conhecimentos acerca da história da saúde pública no Brasil; Lei Federal nº. 10.216/2001 - Política Nacional de Saúde Mental; Reforma Psiquiátrica e Saúde Mental no Brasil; Humanização em Saúde; Lei Federal nº. 7.853/1989 e Decreto Federal nº. 3.298/1999 - Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Lei 499/2011. (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT). Lei Orgânica Municipal

ARQUITETO

TECNOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES: Materiais e Técnicas de Construção; Sistemas Construtivos; Planejamento e Orçamento de Obra; Topografia; Instalações (Elétricas, Telefonia, Cabeamento Lógico, Hidráulicas, Gás, Águas Pluviais); Conforto Térmico: Desempenho de Materiais e Ventilação Natural; Acústica Arquitetônica; Iluminação Natural e Artificial; Eficiência Energética e Automação Predial. **PROJETO DE ARQUITETURA**: Linguagem e metodologia do projeto de arquitetura; Domínios Público e Privado; Aspectos Psicossociais do Meio Ambiente; (Uso Ambiental); Sustentabilidade e suas aplicações projetuais na arquitetura; Desenvolvimento Sustentável pelo Projeto de Arquitetura; Estruturas e a Ordenação do Espaço Edificado na Paisagem Urbana; Programa de necessidades físicas das atividades e dimensionamento básico; Layout; Ergonomia; Fundamentos para Inclusão Social de Pessoas com Deficiência e de Outros com Mobilidade Reduzida; Elementos de Acessibilidade a Edificações, Espaço e Equipamentos Urbanos; Conhecimentos em computação gráfica aplicados à arquitetura, ao urbanismo, ao paisagismo e comunicação visual. **URBANISMO E MEIO AMBIENTE**: Sítio Natural; Paisagismo; Estrutura Urbana; Zoneamento e Diversidade; Densidade Urbana; Áreas de interesse especial; Tráfego e Hierarquia Viária; Imagem Urbana; Uso e Ocupação do Solo; Legislação Urbanística; Legislação ambiental e urbanística, estadual e federal; Lei Federal n° 6.766/79; Mercado Imobiliário e Política de Distribuição dos Usos Urbanos; Sustentabilidade e suas aplicações projetuais no urbanismo e paisagismo (Agenda 21 e Agenda Habitat). Contratos e Responsabilidades decorrentes da construção; Direito de construir: limites, restrições de vizinhança, limitações administrativas; Instrumentos de intervenção urbanística: limitações e restrições a propriedade, servidão urbanística, desapropriações; Planejamento Urbano; Desenho Urbano/Restauração Urbana; Índices Urbanísticos; Impactos Ambientais Urbanos; Mobiliário Urbano/Comunicação Visual Urbana; Legislação da Vigilância Sanitária de Minas Gerais; AUTOCAD. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT). Lei Orgânica Municipal

CONTADOR

CONTABILIDADE GERAL: Princípios de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade. Contas: conceito, função, funcionamento, estrutura, classificação das contas, contas patrimoniais e de resultado, Plano de Contas. Patrimônio. Composição, conceitos, registro, estrutura e mensuração dos itens patrimoniais (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido). Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Balancete de Verificação. Apuração de Resultados. Correção Monetária. Principais livros e documentos contábeis, fiscais e comerciais. Escrituração. Escrituração de operações típicas. Livros de escrituração: diário e razão. Erros de escrituração e suas correções. Lançamento. Critérios para debitar e creditar. Fórmulas de lançamento. Retificação de lançamentos. Demonstrações Contábeis. Elaboração, análise e interpretação de demonstrativos contábeis. Balanço Patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Notas Explicativas às demonstrações contábeis. Análise vertical e horizontal (Mensuração de ativos e passivos). **CONTABILIDADE PÚBLICA**: Conceito, objeto, campo de aplicação, objetivos e função social. Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do setor público. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Regimes Contábeis. Patrimônio Público. Conceito e composição. Variações patrimoniais. Ativo imobilizado e intangível. Avaliação de itens patrimoniais. Receita. Conceito. Classificação e Estágios. Aspectos Patrimoniais. Aspectos Legais. Contabilização. Deduções. Renúncia e Destinação da Receita. Despesa. Conceito. Classificação e Estágios. Aspectos Patrimoniais. Aspectos Legais. Contabilização. Dívida Ativa. Restos a Pagar. Despesas de Exercícios Anteriores. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Conceito. Objetivo. Estrutura. Contas do Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Escrituração contábil de operações típicas do setor público. Escrituração e Consolidação das Contas. Prestação de Contas. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Procedimentos Contábeis Orçamentários. Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Procedimentos Contábeis Específicos. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Conceitos. Aspectos Legais. Estrutura. Elaboração e Análise. Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Lançamentos Contábeis Típicos do Setor Público. Demonstrativos fiscais: Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. Orçamento Público. Conceitos e princípios orçamentários. Ciclo orçamentário. Elaboração da proposta. Estudo e aprovação. Execução. Avaliação. Processo de Planejamento-Orçamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA. Previsão, Fixação, Classificação e Execução da Receita e Despesa Pública. Receita Orçamentária. Etapas da Receita Pública. Receita extraorçamentária. Créditos orçamentários iniciais e adicionais. Escrituração Contábil da Receita Orçamentária e extraorçamentária. Despesa Orçamentária. Etapas da Despesa Pública. Despesa extraorçamentária. Escrituração da Despesa Orçamentária e extraorçamentária. Dívida e Endividamento. Transferências voluntárias. Transparência, controle e fiscalização. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Lei 4320/64 – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00) - Lei 8666/93 (Lei de Licitações) e suas alterações. Lei 10520/02 (pregão presencial) e suas alterações. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT). Lei Orgânica Municipal.

ECONOMISTA

Introdução aos problemas econômicos. Escassez e escolha. Livre mercado. Papel do governo em economias em desenvolvimento. Macroeconomia: Contas nacionais; Balanço de pagamentos; Taxas de câmbio; Sistemas de taxas de câmbio fixas e flexíveis. Agregados macroeconômicos. Renda e produto de equilíbrio; Consumo; Poupança. Investimento; Multiplicador; Economia do Setor Público: O papel do Setor Público em uma economia capitalista; Natureza e estrutura das despesas públicas; Orçamento público; Finanças públicas do Brasil. Microeconomia: Lei da oferta e da demanda; Curvas de demanda e de oferta; Elasticidade preço; Fatores que afetam a elasticidade preço; Elasticidade renda. Noções de teoria da produção: Função de produção. Conceitos básicos de custos de produção. Preço e produto em concorrência perfeita, em oligopólio e em monopólio; Falhas no sistema de mercado. Noções sobre métodos quantitativos; Números índices, análise de regressão linear. Análise de investimento. Análise de Projetos: Ponto de Equilíbrio; Taxa Interna de Retorno; Valor Presente Líquido; Estudos de Viabilidade. Noções de Administração Financeira e Orçamentária: Orçamento público; O ciclo orçamentário; Orçamento programa; Planejamento no orçamento - - programa; Receita pública e gastos públicos; Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar no 101/2000. Capitalização simples e composta e descontos. Taxas de juros. Nominal, efetiva, equivalentes, real e aparente; Rendas uniformes e variáveis; Planos de amortização de empréstimos e financiamentos; Taxa interna de retorno. Probabilidade e estatística: Cálculo de probabilidade; Variáveis aleatórias e suas distribuições; Medidas características de uma distribuição de probabilidade; Modelos probabilísticos; Análises estática e dinâmica de observações; Noções de testes de hipóteses. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT). Lei Orgânica Municipal.

ENFERMEIRO

Enfermagem Geral: Técnicas Básicas - SSVV, higienização, administração de medicamentos, preparação para exames, coleta de material para exames, cálculo de medicação. Ética Profissional/Legislação: Comportamento Social e de Trabalho. Enfermagem em Saúde Pública: Programas de Saúde (mulher, criança, idoso), Doenças Sexualmente Transmissíveis, Noções de epidemiologia, vacinação, doenças de notificação compulsória, patologias atendidas em saúde pública. Enfermagem Hospitalar: Terminologias, centro cirúrgico, recuperação pós-anestésica e central de material, esterilização e desinfecção, infecção hospitalar e CCIH. Socorros e Urgência: PCR, choque, hemorragias, ferimentos, afogamento, sufocamento, acidentes com animais peçonhentos, fraturas e luxações, queimaduras, desmaio, crise convulsiva e histérica, corpos estranhos, acidentes decorrentes da ação do calor e do frio, politraumatismo. Pediatria: Crescimento e desenvolvimento, amamentação, berçário e alojamento conjunto, alimentação, patologias mais comuns, assistência de enfermagem à criança hospitalizada. Atualidades em Enfermagem; Funcionamento e Manuseio de Equipamentos e Materiais das Ambulâncias, Linguagem de Radiocomunicação, Conhecimento da Portaria MS 2048, Atendimento ao Politraumatizado, Reconhecimento de Sinais de Traumas (Trauma Raquimedular, Trauma de Tórax, Trauma Abdominal, Trauma de Extremidades, Trauma de Face), Queimaduras, Choque Elétrico, Crise Convulsiva, Intoxicações Exógenas, Acidentes com Produtos Perigosos, Acidentes com Múltiplas Vitimas, Reconhecimento de Sinais de Doenças Respiratórias/Circulatórias e Metabólicas, Noções de Anatomia, Fisiologia, Exame Físico, Urgências Psiquiátricas, Urgências Obstétricas, Técnicas Básicas, desinfecção, Limpeza de Materiais e Aparelhos das Ambulâncias. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

ENGENHEIRO AMBIENTAL

Ecologia e ecossistemas brasileiros. Ciclos biogeoquímicos. Noções de Meteorologia e Climatologia. Noções de Hidrologia. Noções de Geologia e Solos. Aspectos, Impactos e Riscos Ambientais. Qualidade do ar, poluição atmosférica, controle de emissões. Aquecimento Global e Mecanismos de desenvolvimento Limpo - MDL. Qualidade da água, poluição hídrica e tecnologias de tratamento de águas e efluentes para descarte e/ou reuso. Qualidade do solo e da água subterrânea. Gerenciamento e tratamento de resíduos sólidos e de água subterrânea. Caracterização e recuperação de áreas de-

gradadas, em especial do solo e da água subterrânea. Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Regulamentação para os Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Processo de licenciamento ambiental. Noções de economia ambiental: Benefícios da política ambiental. Avaliação do uso de recursos naturais. Política ambiental e desenvolvimento sustentável. Sistemas de gestão ambiental. Avaliação de desempenho Ambiental. Noções de Gestão integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança Industrial. Planejamento ambiental, planejamento territorial, urbanismo, vocação e uso do solo. Meio ambiente e sociedade: Noções de Sociologia e de Antropologia. Noções de valoração do dano ambiental. Conhecimento das normas ISO 14000:2004. Conceitos ambientais; O estado do mundo; Economia ecológica; A variável ambiental nas organizações; Prevenção de poluição; Valorização, eliminação/tratamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos; Gestão ambiental (ISO 14001); A variável ambiental na concepção de materiais e produtos (eficiência energética, escolha de materiais, produção, embalagem, transporte, resíduos, utilização, reciclagem). LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Noções de hidrologia, geologia, Cartografia e Geoprocessamento e Botânica. Florestamento e Reflorestamento. Noções de aqüicultura. Educação Ambiental. Manejo e recuperação de ecossistemas e uso sustentável de recursos hídricos. Padrões de qualidade de água e de efluentes e classificação de cursos d'água. Noções básicas de sistemas de Controle Ambiental. Aplicabilidade dos parâmetros de classificação de cursos d'água e de lançamento de efluentes de atividades industriais, minerárias e de infra-estrutura e estudos de autodepuração. Morfologia, classificação, propriedades físicas e químicas, fertilidade, matéria orgânica, avaliação da aptidão e capacidade de uso, práticas de conservação e manejo do solo. Recuperação de Áreas Degradadas. Levantamento e avaliação de Propriedades Rurais. Uso da água: irrigação e drenagem, águas pluviais, superficiais e subterrâneas, métodos de irrigação Principais formas de poluição e contaminação do ar, da água e do solo e seus efeitos sobre a saúde e o ambiente. Avaliação de Riscos e Impactos Ambientais e respectivos medidas de controle Ambiental. Licenciamento ambiental de atividades industriais, minerária e agrosilvopastoris e de infraestrutura urbana e de transporte. Grandes culturas anuais (milho, feijão, soja, mandioca, algodão e outras). Olericultura. Fruticultura. Fitossanidade (Identificação, manejo e controle das principais doenças e pragas agrícolas). Pastagens. Mecanização agrícola. Máquinas e implementos agrícolas. LEI ORGÂNICA MUNICIPAL. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

ENGENHEIRO CIVIL

Projeto e Execução de Obras Civis: locação de obra; sondagens; instalações provisórias; canteiro de obras; depósito e armazenamento de materiais; fundações profundas; fundações superficiais; escavações; escoramento; movimento de terras; elementos estruturais; estruturas em concreto armado; estruturas especiais; alvenaria estrutural; formas; armação; concreto; argamassas; alvenarias; esquadrias; ferragens; revestimentos; coberturas; pisos e pavimentações; rodapés, soleiras e peitoris; impermeabilização; pintura; equipamentos e ferramentas. Materiais de Construção Civil: aglomerantes: gesso, cal, cimento Portland; agregados; argamassa; concreto; dosagem; tecnologia do concreto; aço; madeira; materiais cerâmicos; vidros; tintas e vernizes; ensaios e controles tecnológicos. Mecânica dos Solos: origem e formação dos solos; índices físicos; caracterização de solos; propriedades dos solos arenosos e argilosos; pressões nos solos; prospecção geotécnica; permeabilidade dos solos; compactação dos solos; terra; estrutura de arrimo; estabilidade de taludes; estabilidade das fundações superficiais e estabilidade das fundações profundas. Resistência dos Materiais: tensões normais e tangenciais: deformações; teoria da elasticidade; análise de tensões; tensões principais; equilíbrio de tensões; compatibilidade de deformações; relações tensão x deformação - Lei de Hooke; Círculo de Mohr; tração e compressão; flexão simples; flexão composta; torção; cisalhamento e flambagem. Análise Estrutural: esforços seccionais - esforço normal, esforço cortante e momento fletor; relação entre esforços; apoios e vínculos; diagramas de esforços; estudo das estruturas isostáticas (vigas simples, vigas gerber, quadros). Dimensionamento do Concreto Armado: características mecânicas e reológicas do concreto; tipos de aços para concreto armado; fabricação do aço; características mecânicas do aço; concreto armado - fundamentos; estados limites; aderência; ancoragem e emendas em barras de armação; detalhamento de armação em concreto armado. Instalações Prediais: instalações elétricas; instalações hidráulicas; instalações de esgoto; instalações de telefone e instalações especiais. Estruturas de Aço. Estruturas de Madeira. Lei 8.666/93 e suas alterações. Topografia: conceitos fundamentais; levantamentos planimétricos e altimétricos; medições de ângulos e distâncias; escalas; instrumentos topográficos; cálculo de áreas e volumes; representações (desenho topográfico); nivelamento; curvas de nível. Engenharia de custos: planejamento de obras; cronogramas; orçamentos (levantamento de quantidades, custos unitários, diretos e indiretos, planilhas); análise de custos; acompanhamento e controle de custos e serviços; medições de serviços. Segurança e higiene no trabalho: segurança na construção civil; proteção coletiva e individual; ergonomia; riscos ambientais (químicos, físicos, biológicos, mecânicos); riscos em eletricidade, em transporte e em movimentação de materiais. Representação e interpretação de projetos: arquitetura; instalações; fundações; estruturas. AUTOCAD. Ética e legislação profissional. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT). LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

FARMACÊUTICO

Sistema de gestão para Farmácia Hospitalar. Farmacoeconomia. Farmacovigilância. Farmacologia aplicada. Legislação ética e bioética em Farmácia Hospitalar. Assistência Farmacêutica. Seleção e padronização de medicamentos. Programação e aquisição de produtos farmacêuticos. Logística, recebimento, armazenamento e distribuição de medicamentos. Métodos de controle de estoque. Sistema de distribuição de medicamentos. Prescrição e dispensação de medicamentos. Atenção Farmacêutica. Registros de produtos sujeitos a controle especial. Formas farmacêuticas. Vias de administração de medicamentos. Absorção, metabolização e eliminação de medicamentos. Farmacotécnica: fórmulas magistrais, oficinais e especialidades farmacêuticas sólidas, semi-sólidas e líquidas. Formas farmacêuticas estéreis. Cálculos em Farmácia Hospitalar. Portarias, normas e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Medicamentos genéricos. Boas práticas de dispensação de medicamentos. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

FISIOTERAPEUTA

Fisioterapia em: pneumologia, geriatria, cardiologia, traumato-ortopedia, pediatria e neurologia. Conhecimentos de anatomia e fisiologia dos sistemas: cardiovascular, respiratório, neurológico, renal e endócrino. Conhecimentos de clínica relacionados às patologias cardiorrespiratórias, neurológicas, pediátricas, geriátricas e traumato-ortopédicas. Ética e Legislação profissional. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

PSICÓLOGO

Psicopatologia da criança, adolescente e adulto. Psicologia do desenvolvimento. Psicodinâmica do indivíduo e do grupo. Principais teorias e autores da psicologia clínica. Teorias da personalidade. Abordagens psicoterápicas. Processo psicodiagnóstico. Testagem e Avaliação Psicológica. Psicologia da Família. Psicologia Escolar e da Aprendizagem e suas relações com a infância e a adolescência. Epistemologia e Psicologia genéticas. Psicologia Social. Psicologia da Saúde. Psicologia do Envelhecimento. Transtornos Psicológicos, seu diagnóstico e tratamento. Psicologia do Trabalho e Organizacional. Políticas Públicas de Saúde Mental. Psicodiagnóstico. Psicoterapias. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº 8.069/90. Ética e Legislação profissional. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

MÉDICO (TODAS AS ESPECIALIDADES)

Epidemiologia e Fisiopatologia. Manifestações clínicas e diagnósticas. Tratamento e prevenção de doenças: reumática, hematológica, pâncreas, sistema hepatoliar, gastrintestinal, renais e do trato urinário, cardiovasculares, respiratórias, infectocontagiosas, nutricionais e metabólicas do sistema endócrino, imunológicas, neurológicas, dermatológicas, psiquiátricas, ginecológicas, ortopédicas, pediátricas. Anatomia, Atendimento e Intervenções em Acidentes com Múltiplas Vítimas e Catástrofes, Urgência Clinica Adulto e Infantil, Urgências Obstétricas, Urgências Psiquiátricas, Intervenção nas Doenças Respiratórias, Metabólicas e Circulatórias, Linguagem de Radio, Radiocomunicação; Manuseio de Aparelhos de Informática, Manuseio de Respirador Artificial, Desfibrilador, Monitor Cardíaco, Intervenções em todos os tipos de traumas. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

MÉDICO VETERINÁRIO

Produção Animal: técnicas de criação, manejo reprodutivo, alimentação, nutrição e melhoramento genético de animais domésticos (equinos, bovinos, caprinos, ovinos e suínos). Defesa animal: diagnóstico, prevenção e controle. Clínica médica e cirúrgica: diagnósticos, prognósticos e tratamentos de animais domésticos (equinos, bovinos, caprinos, ovinos e suínos). Anestesia e analgesia de animais domésticos (equinos, bovinos, caprinos, ovinos e suínos). Doenças infectocontagiosas e parasitárias dos animais domésticos (equinos, bovinos, caprinos, ovinos e suínos). Patologia: técnicas de eutanásia, necropsia e colheita de amostras biológicas para exames laboratoriais em animais domésticos (equinos, bovinos, caprinos, ovinos e suínos). Controle micro-biológico, físicoquímico e sanitário dos produtos alimentares de origem animal. Controle dos manipuladores de alimentos. Inspeção sanitária em animais e estabelecimentos que comercializam produtos de origem animal. Ações básicas de vigilância ambiental em saúde. Zoonoses de interesse à saúde pública. Epidemiologia dos surtos alimentares. Legislação sanitária do Estado do Mato Grosso. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

NUTRICIONISTA

Segurança alimentar e nutricional de indivíduos e coletividades. Ciência dos alimentos: composição e bioquímica dos alimentos, técnica dietética. Nutrição Humana: digestão e metabolismo protéico, energético e de micronutrientes. Avaliação e diagnóstico do estado nutricional. Educação alimentar e nutricional. Prescrição dietética e terapia nutricional nas doenças crônicas não-transmissíveis. Atenção alimentar e nutricional para indivíduos sadios e enfermos nos diferentes ciclos da vida. Higiene e inspeção de alimentos. Planejamento e gerenciamento em serviços de alimentação e nutrição. Ética e Legislação profissional. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

ODONTÓLOGO

Biossegurança em Odontologia. Controle de infecção. Odontologia Social e Preventiva. Odontologia em Saúde Coletiva. Anatomia bucal e dentária. Patologias e semiologia da cavidade oral. Doenças sistêmicas com repercussão na cavidade oral. Cariologia. Dentística Restauradora. Endodontia. Periodontia. Odontopediatria. Odontogeriatria. Exodontia. Disfunção Têmporo-Mandibular e Dor-Orofacial. Prótese Dentária. Farmacologia e Anestesiologia em Odontologia. Radiologia Odontológica e Imaginologia. Materiais dentários, instrumentais e acessórios odontológicos. Clínica Integral. Exame do paciente. Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais. Odontologia Legal e Bioética. Lei 8080/90 e Lei 8142/90. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Fundamentos da educação. Bases legais da educação nacional: Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, PCNs, Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição da República, LDB (Lei nº 9.394/96), Diretrizes Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 anos. Desenvolvimento histórico das concepções pedagógicas. Função sociocultural da escola. Escola: comunidade escolar e contextos institucional e sociocultural. Processo de planejamento: concepção, importância, dimensões e níveis. Projeto político-pedagógico da escola: concepção, princípios e eixos norteadores. Gestão educacional decorrente da concepção do projeto políticopedagógico. Planejamento participativo: concepção, construção, acompanhamento e avaliação. Currículo e construção do conhecimento. Processo de ensino-aprendizagem. Relação professor/aluno. Bases psicológicas da aprendizagem. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA

Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, PCNs, Estatuto da Criança e do Adolescente, Constituição da República, LDB (Lei nº 9.394/96), Diretrizes Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de 9 anos. Métodos e técnicas da Educação Física. Didática específica da Educação Física. Educação Física e Aprendizagem social. Educação Física e contexto social. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal. Educação Física Escolar: diferentes abordagens. Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Recreação e lazer: conceito e finalidades. Fisiologia do exercício. Educação Física no contexto da Educação; Educação Física, esporte e sociedade; História da Educação Física no Brasil; Função social da Educação Física; Papel do professor de Educação Física; Regras e Metodologia do ensino da Educação Física: Atletismo; Basquetebol; Futebol de Salão; Futebol de Campo; Ginástica Olímpica; Handebol; Voleibol e outros; Educação Física e lazer; Corporeidade; Aprendizagem motora; Fisiologia do exercício; Teoria do treinamento esportivo; Psicologia da aprendizagem; Psicologia do esporte; Avaliação em Educação Física; Metabolismo no exercício; Respostas Cardiorrespiratórias ao exercício; Crescimento, desenvolvimento e atividade física. Planejamento do ensino de Educação Física: Concepções; Objetivos; Conteúdos. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Contabilidade Pública: Conceito, objetivos e finalidades. Registros contábeis. Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Balancetes e demonstrativos contábeis: espécies, finalidades. Elaboração e relacionamento entre balancetes e demonstrativos contábeis. **Direito Administrativo**: Poderes administrativos. Atos administrativos. Contratos administrativos. Serviços públicos. Servidores públicos. Regime jurídico administrativo. Poder de polícia. Licitações. Administração Pública. Órgãos públicos. Processo administrativo. Bens públicos. Patrimônio público. Interesse público. Improbidade administrativa. Controle da administração pública: conceito, tipos e formas de controle. Responsabilidade civil da administração. **Administração Financeira, Orçamentária e Responsabilidade Fiscal**: Orçamento público, princípios orçamentários, diretrizes orçamentárias, processo orçamentário, métodos, técnicas e instrumentos de planejamento do orçamento público, fontes, classificação, estágios e execução da receita e da despesa orçamentária. Responsabilidade fiscal da administração. Instrumentos de transparência. **Gestão Pública**: Conceitos de eficiência, eficácia e efetividade aplicados à Administração Pública. Governabilidade, Governança e Accountability. Modelos teóricos de Administração Pública. Gestão de Processos, Gestão de Projetos, Gestão de Contratos, Gestão por Resultados e Gestão Pública Empreendedora. Novas Tecnologias Gerenciais. Avaliação e mensuração do desempenho governamental. Desenvolvimento institucional. Gestão tributária, orçamentária e financeira. Prestação de contas. Responsabilidades dos gestores. Compreensão e Funcionamento da Administração Pública no Brasil. Planejamento e Controle governamentais. Gerenciamento e avaliação de políticas públicas. **Controle Interno**: Regras Constitucionais sobre o Controle Interno. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Sistema de Controle Interno. Técnicas de Controle Interno. Unidade de Controle Interno. Planejamento e Controle Governamentais. Auditoria: Conceituação e objetivos. Procedimentos de auditoria. Testes. Normas de execução e planejamento dos trabalhos de auditoria. Documentação de auditoria. Pareceres do auditor. Auditoria governamental. **Legislação**: Lei 4320/64 – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00). - Lei 8666/93 (Lei de Licitações) e suas alterações. Lei 10520/02. Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992; Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Constituição da República Federativa do Brasil com as Emendas Constitucionais: (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 13; Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Tributação e Orçamento, Da Ordem Econômica e Financeira - Art. 145 a 181. Da Ordem Social - Art. 193 a 204). Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT). LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

TÉCNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA

FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Administração pública: conceito, atividades, princípios, organização, estrutura, fins, funções e atribuições e meios. A relação entre estado, governo e sociedade. A relação entre governo e gestão pública. Diferenças entre setor público e setor privado. História da Administração Pública no Brasil. O processo Administrativo na gestão pública: planejamento, organização, direção e controle. Princípios da Administração Pública. Campo de atuação da Administração Pública. Tipos de Organizações Públicas. Órgãos, funções e agentes públicos. Programas, Planos e Projetos. DIREITO ADMINISTRATIVO: Regime Jurídico-Administrativo. Organização administrativa. Sistema Administrativo Brasileiro. Atividade administrativa. Atos administrativos. Administração Pública. Controle da Administração Pública. Contratos Administrativos. Licitações. Administração Pública Brasileira. Responsabilidade da administração. Servidores. Agentes Públicos. Serviços Públicos. Fundações Públicas. Responsabilidade do Estado. CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA: a) Função da Contabilidade. Campo de aplicação e Usuários da contabilidade. Estática e dinâmica patrimonial. Equação patrimonial. Conceito, origens e aplicações de recursos. Procedimentos contábeis. Contas, livros de escrituração, Relatórios. Demonstração do resultado do exercício. Conta de receitas e despesas. Apuração do resultado do exercício. b) Conceito e divisão da Contabilidade Pública: campo de atuação, comparativo com a contabilidade empresarial. Orçamento público: conceito, princípios e técnica orçamentária. Prática de elaboração de orçamento público. Plano de contas. Prática de escrituração em contabilidade pública. Balanço. GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Políticas Públicas. Metodologias para aplicação das políticas Públicas. Empoderamento social. Governança e Governabilidade. As políticas sociais no Brasil. FINANÇAS E ORÇAMENTO PÚBLICO: a) Receita Pública: conceito, classificação, receita orçamentária, receita extraorçamentária, estágios de receita, restituição e anulação de receitas e dívida ativa. b) Despesa pública: conceito, classificação econômica, despesa extraorçamentária, classificação econômica, classificação funcional programática, codificação, licitação, estágios, liquidação e pagamento. c) Orçamento Público: conceito e evolução do orçamento público, princípios e técnicas orçamentária, plano de contas aplicado ao setor público, Prática de elaboração de orçamento público, ciclo orçamentário: Elaboração, Estudo e aprovação, Execução e Controle e avaliação, Orçamento por programa e Orçamento por base zero. PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual). Noções de Orçamento. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: a) O Planejamento Estratégico: evolução do planejamento e o planejamento estratégico. b)Características e estrutura: Identificando oportunidades. Ferramentas do Planejamento Estratégico. Planejamento Estratégico de Cidades. Planejamento estratégico na gestão pública e a participação da sociedade. Metodologias para elaboração do planejamento estratégico na gestão pública. Gestão inovadora. Controle Estratégico: BalancedScorecard. **Legislação**: Lei 4320/64 – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00). - Lei 8666/93 (Lei de Licitações) e suas alterações. Lei 10520/02. Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992; Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT). LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

ZOOTECNISTA

Forragicultura: Formação e manejo de pastagens e capineiras; Principais espécies forrageiras, Métodos de formação, Sistemas de pastejo, Conservação de pastagens, Controle de Invasoras; Bovinocultura de corte: Ezoognósia; Nomenclatura do exterior, Determinação da idade, Pelagem, Aprumos. Raças Taurinas e Zebuínas; Diferenças morfofisiológicas, Características das principais raças com aptidão para produção de carne, Registro genealógico de zebuínos. Manejo produtivo e reprodutivo; Manejo de bezerros – Matrizes e reprodutores, Manejo sanitário e alimentar das diferentes categorias animais, Métodos de reprodução (Monta natural, Monta controlada, Inseminação artificial, Estação de Monta), Eficiência reprodutiva (Puberdade, Idade à primeira cobertura, Número de serviços, Idade ao primeiro parto, Taxa de natalidade, Intervalo de partos, Período de serviços, Período de gestação, Período de lactação, Período seco, Taxa de Substituição ou de reforma e vida útil ou produtiva. Instalações e equipamentos: Currais, Brete, Tronco de contenção, Silos, Piquetes, Balanças, Máquinas Forrageiras, Tatuador, Ferro de Marcação, “Burdizzo” e outros. Bovicultura do leite: Tipo leiteiro; Conformação de uma vaca leiteira, principais raças com aptidão para produção de leite. Manejo produtivo e reprodutivo; Manejo de bezerro – novilhas – vacas gestantes – vacas secas e reprodutoras, Manejo de ordenhas, Manejo sanitário e alimentar do gado leiteiro, Inseminação artificial, Eficiência reprodutiva. Instalações e equipamentos; Estábulos – Salas de Ordenha – Ordenhadeiras mecânica – Resfriadores de leite – Galpões – Silos e outros. Suinocultura: Raças; Características da principais raças. Manejo produtivo e reprodutivo; Manejo de leitões recém-nascidos, Manejo de fêmeas nas fases de gestação e lactação, Arroçamento nas diversas fases da criação, Idade e peso recomendadas para monta, Detecção do movimento ideal para monta e/ou Inseminação artificial. Instalações e equipamentos; higiene e desinfecção, Dimensionamento para as diversas fases da criação. Avicultura: Manejo de pintos – frangos – poedeiras – matrizes e reprodutores, Medidas profiláticas, Programas de luz, Alimentação. Instalação e equipamentos; Higiene e desinfecção,

Dimensionamento de acordo com a faixa etária e aptidão produtiva, Campâmelas – Círculos de proteção – Comedouros – Bebedouros – Dedicador . Equideocultura: Tipos de raças; Animais de sela- Tração e corridas, Características das principais raças equinas de acordo com as aptidões. Manejo produtivo e reprodutivo; Manejo de potros – éguas solteiras – éguas em gestão – Criadeiras e Garanhões, Manejo sanitário e alimentar das diferentes categorias animais, eficiência reprodutora. Instalações e equipamentos, Nutrição de Ruminantes e Não Ruminantes: Aspectos anatomofisiológicos dos aparelhos digestivos de ruminantes e monogástricos. Principais fisiológicos ligados à Digestão – Absorção – Metabolismo e Excreção de Ruminantes e monogástricos. Metabolismo e funções em ruminantes e monogástricos; Água, Proteínas, Carboidratos, Lipídeos, Vitaminas e minerais. Cálculo de rações para ruminantes e monogástricos. Lei 499/2011 (Estatuto do Servidor Público de Colniza-MT).

NÍVEL MÉDIO

AGENTE ADMINISTRATIVO

Serviço de arquivo (tipos de Arquivos, acessórios do arquivo, fases, técnicas, sistemas e métodos de arquivamento). Protocolo (recepção, classificação, registro e distribuição de documentos). Noções sobre construção e interpretação de organogramas, fluxogramas, tabelas e gráficos estatísticos. Elaboração de documentos e correspondências oficiais. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondências e documentos. Formas de tratamento em correspondências oficiais. Manual de Redação da Presidência da República (Aprovado pela Portaria nº 91, de 04 de dezembro de 2002 – Casa Civil). Noções de Hardware e Software. MS-Windows XP: conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos, área de trabalho, área de transferência, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus, programas e aplicativos, interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2003. MS-Word 2003: estrutura básica dos documentos, edição e formatação de textos, cabeçalhos, parágrafos, fontes, colunas, marcadores simbólicos e numéricos, tabelas, impressão, controle de quebras e numeração de páginas, legendas, índices, inserção de objetos, campos predefinidos, caixas de texto. MS-Excel 2003: estrutura básica das planilhas, conceitos de células, linhas, colunas, pastas e gráficos, elaboração de tabelas e gráficos, uso de fórmulas, funções e macros, impressão, inserção de objetos, campos predefinidos, controle de quebras e numeração de páginas, obtenção de dados externos, classificação de dados. MS-PowerPoint 2003: estrutura básica das apresentações conceitos de slides, anotações, régua, guias, cabeçalhos e rodapés, noções de edição e formatação de apresentações, inserção de objetos, numeração de páginas, botões de ação, animação e transição entre slides. Correio Eletrônico: uso de correio eletrônico, preparo e envio de mensagens, anexação de arquivos. Internet: Navegação Internet, conceitos de URL, links, sites, busca e impressão de páginas.

AGENTE DE INSPEÇÃO – AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Lei Federal nº 6437 de 20/08/1977, que configura infrações à Legislação Sanitária Federal e estabelece as sanções respectivas. Lei Federal nº 5991/73. Biossegurança: Lei Federal nº 11.105, 24 de março de 2005. Conhecimento sobre Esterilização e desinfecção por agentes físicos e químicos; Vigilância sanitária, Vigilância epidemiologia; Vigilância ambiental. Doenças relacionadas ao consumo de alimentos e Zoonoses. Doenças relacionadas ao consumo de alimentos: leite e derivados, carnes em geral; Legislação sobre segurança alimentar: Portarias do Ministério da Agricultura nº 46/1996 e nº 368/1993; Portaria do Ministério da Saúde nº 326/1993; Resoluções ANVISA nº 275/2002, nº 267/2003 e nº 216/2004. MS-Word 2003. MS-Excel 2003. MS-PowerPoint 2003. Correio Eletrônico. Internet.

AUXILIAR DE FARMÁCIA

Lei 8.090/90 e Lei 8.142/90. Preparo de drogas de acordo com fórmulas pré-estabelecidas ou necessidades urgentes. Acondicionamento e dispensação de medicamentos. Manutenção de estoques. Controle de compras. Princípio ativo das drogas: atuação das drogas no organismo, indicações e contra indicações. Posologia. Efeitos colaterais. Aspectos gerais da farmacologia. Farmácia ambulatorial e hospitalar: dispensação de medicamentos, previsão, estocagem e conservação de medicamentos. Farmacologia: noções básicas de farmacologia geral de medicamentos que atuam em vários sistemas, em vários aparelhos e de psicofarmacologia. Noções básicas de farmacotécnica: pesos e medidas. Formas farmacêuticas. Cálculos em farmácia. Nomenclatura de fármacos. Preparo de soluções não estéreis e estéreis. Controle de qualidade. Testes biológicos. Testes físicos. Métodos físicos e métodos químicos. Legislação farmacêutica. Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2003. MS-Excel 2003. MS-PowerPoint 2003. Correio Eletrônico. Internet.

FISCAL DE MEIO AMBIENTE

Princípios, Fundamentos, Objetivos e Características da Educação Ambiental. Noções de Direito Administrativo: Da Administração Pública (art. 37 Constituição Federal de 1988). Dos Servidores Públicos (arts. 39, 40 e 41 Constituição Federal de 1988). EIA/RIMA: Resolução CONAMA nº 001/86. Lei Ambiental do Estado de Minas Gerais: Lei nº 5.887/95. Lei de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/99. Lei dos Crimes Ambientais: Lei nº 9.605/98. Licenciamento ambiental: Resolução CONAMA n.º 237/97. Noção de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21. Noção de Educação, Sociedade e Meio Ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente: Leis n° 6.938 /81 e 10.165/00 e Decreto nº 99.274/90. Noções de meio ambiente. Ciclo hidrológico. Ciclo do uso da água. A água na transmissão de doenças. Mananciais de água. Captação de água subterrânea e superficial. Análise e controle de qualidade da água. Materiais e equipamentos. Tratamento de água. Projeto, construção e dimensionamento (adução, reservação e distribuição). Importância do tratamento dos esgotos sanitários. Soluções individuais e coletivas de tratamento dos esgotos sanitários. Noções de saúde pública. Noções de Tratamento de Resíduos sólidos e reciclagem. Noções de educação sanitária. Ecologia e poluição ambiental. Operação e manutenção de Estações de Tratamento de Água e de Estação de Tratamento de Esgoto (ETA/ETE); Operação e manutenção de estações de bombeamento. Proteção ambiental. Transformação do ambiente. Controle de qualidade ambiental. Qualidade do ar. Poluição. Sistemas de gestão ambiental. Legislação e estruturas do meio ambiente. Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2003. MS-Excel 2003. MS-PowerPoint 2003. Correio Eletrônico. Internet.

INSTRUTOR DESPORTIVO

Desenvolvimento psicomotor. As relações entre a Educação Física e as outras disciplinas. Conhecimento das regras dos esportes em geral e treinamentos. Desportos: regras; organização de competições e aprendizagem dos principais desportos (futebol de campo, futsal, voleibol, basquetebol, handebol, natação e atletismo). Recreação: jogos tradicionais; jogos espontâneos e dirigidos; jogos pré-desportivos; educação para o lazer. Treinamento desportivo: crescimento na criança e no adolescente; diferenças psicofísicas entre idades; treinamento da criança e do adolescente; princípios científicos do treinamento. Estatuto da Criança e do Adolescente. A nova LDB – Lei 9394/96. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil. Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2003. MS-Excel 2003. MS-PowerPoint 2003. Correio Eletrônico. Internet.

RECEPCIONISTA

Elaboração de documentos e correspondências oficiais. Serviço de arquivo (tipos de Arquivos, acessórios do arquivo, fases, técnicas, sistemas e métodos de arquivamento). Protocolo (recepção, classificação, registro e distribuição de documentos). Características adequadas ao profissional de atendimento ao público: eficiência no uso do telefone: vocabulário, informações confidenciais, recados, controles; normas de atendimento ao público; processos de comunicação; Recebimento e encaminhamento de correspondência. Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2003. MS-Excel 2003. MS-PowerPoint 2003. Correio Eletrônico. Internet.

TÉCNICO AGROPECUÁRIO

Teoria e princípio sobre o plantio direto. Palha, material orgânico e biologia do solo. Morfologia, classificação e fertilidade do solo e nutrição de plantas. Principais plantas de cobertura do solo, características e manejo. Agroecologia: princípios, conceitos e manejo de culturas. O Estudo e classificação das áreas silvestres. Planejamento e administração das áreas silvestres. Proteção e interpretação da natureza. A fauna nas áreas silvestres. Olericultura: Principais olerícolas. Clima, solo, adubação, tratos culturais, época de plantio e colheita. Hidroponia. Cultivo em ambiente protegido: construção e manejo de estufas e túneis. Culturas: Milho, Soja, Arroz, Feijão, Batata, Trigo, Aveia, Sorgo: características botânicas, fisiologia da planta, cultivares, semeadura, adubação, tratos culturais, colheita e aspectos póscolheita. Plantas daninhas, doenças e insetos-pragas nas principais culturas. Pastagens. Fruticultura: Propagação das plantas frutíferas, principais árvores frutíferas e suas características como: solo, clima, adubação e colheita. Bovinocultura de Leite: Qualidade do leite, manejo, sanidade, nutrição, instalações. Bovinocultura de Corte, Ovinocultura, Avicultura, Piscicultura e Suinocultura: manejo, nutrição, sanidade e instalações. Aplicação de Agrotóxicos. Solos: caracterização, manejo e sustentabilidade; solo e fertilidade: classificação textural, coleta de amostras, preparo do solo, conservação, interpretação de análise, recomendação de adubação, preparo de solo, coveamento, adubação orgânica e verde. Mecanização agrícola. Máquinas e implementos agrícolas. Recursos hídricos. Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2003. MS-Excel 2003. MS-PowerPoint 2003. Correio Eletrônico. Internet.

TÉCNICO DE INFORMÁTICA

Sistemas Operacionais: características e funcionalidades dos sistemas operacionais corporativos da família Windows e LINUX. Redes de computadores: conceitos e nomenclaturas, protocolos TCP/IP, DNS, TELNET, FTP e HTTP, serviços (DHCP, WINS, DNS), cabeamento e tipos de cabo, tipos e meios de transmissão, topologias lógicas e físicas, arquiteturas de redes de computadores, técnicas básicas de transmissão de informação, administração de contas de usuários, elementos de interconexão de redes de computadores e fundamentos de rede locais. Projeto e desenvolvimento de Websites. Serviços e protocolos da Internet, funcionamento e características de: SMTP, FTP, Telnet, UDP, DNS, E-MAIL, POP3, IMAP, entre outros. Segurança da Informação: conceitos de segurança da informação, classificação da informação, segurança física e segurança lógica, ataques e proteções relativos a hardware, software, sistemas operacionais, aplicações, bancos de dados, redes, inclusive firewalls e proxies, pessoas e ambiente físico, sistemas de Backup (tipos de backups, planos de contingência e meios de armazenamento para backups), vírus de computador, spywares, malware, criptografia, IPSEC, assinatura digital e autenticação, segurança na Internet. Software e Hardware: conceitos básicos, instalação e configuração, características, funcionamento e conserto de componentes e periféricos. Instalação, configuração e utilização: Word 2007, Excel 2007, Outlook 2007 e PowerPoint 2007 e suas respectivas versões posteriores. Configuração e utilização de impressoras. Instalação, configuração e utilização: Internet Explorer 8, Google Chrome 21, Mozilla Firefox 14 e suas respectivas versões posteriores.

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Educação e Sociedade; infância e Cultura; Planejamento na prática educativa; Currículo escolar; Desenvolvimento infantil; Perspectivas educacionais através do lúdico; Organização do tempo e espaço físico na escola; Características sócio-efetivas, motoras e cognitivas; O esporte, a criança e o adolescente. Objetivos e funções da educação infantil. Aspectos do desenvolvimento da criança (físico, social, cognitivo e afetivo). Cuidados físicos com a criança. O ambiente físico/afetivo da creche/escola. A relação Auxiliar de desenvolvimento Infantil/criança. Jogos Infantis. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. LDB (Lei nº 9.394/96). Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2003. MS-Excel 2003. MS-PowerPoint 2003. Correio Eletrônico. Internet.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Contabilidade Geral: Princípios de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade. Contas: conceito, função, funcionamento, estrutura, classificação das contas, contas patrimoniais e de resultado, Plano de Contas. Patrimônio. Composição, conceitos, registro, estrutura e mensuração dos itens patrimoniais (Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido). Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. Balancete de Verificação. Apuração de Resultados. Correção Monetária. Principais livros e documentos contábeis, fiscais e comerciais. Escrituração. Escrituração de operações típicas. Livros de escrituração: diário e razão. Erros de escrituração e suas correções. Lançamento. Critérios para debitar e creditar. Fórmulas de lançamento. Retificação de lançamentos. Demonstrações Contábeis. Elaboração, análise e interpretação de demonstrativos contábeis. Balanço Patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Demonstração dos Fluxos de Caixa. Notas Explicativas às demonstrações contábeis. Análise vertical e horizontal (Mensuração de ativos e passivos). Contabilidade Pública: Conceito, objeto, campo de aplicação, objetivos e função social. Princípios de Contabilidade sob a perspectiva do setor público. Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. Regimes Contábeis. Patrimônio Público. Conceito e composição. Variações patrimoniais. Ativo imobilizado e intangível. Avaliação de itens patrimoniais. Receita. Conceito. Classificação e Estágios. Aspectos Patrimoniais. Aspectos Legais. Contabilização. Deduções. Renúncia e Destinação da Receita. Despesa. Conceito. Classificação e Estágios. Aspectos Patrimoniais. Aspectos Legais. Contabilização. Dívida Ativa. Restos a Pagar. Despesas de Exercícios Anteriores. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Conceito. Objetivo. Estrutura. Contas do Ativo, Passivo, Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Escrituração contábil de operações típicas do setor público. Escrituração e Consolidação das Contas. Prestação de Contas. Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Procedimentos Contábeis Orçamentários. Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Procedimentos Contábeis Específicos. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Conceitos. Aspectos Legais. Estrutura. Elaboração e Análise. Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Lançamentos Contábeis Típicos do Setor Público. Demonstrativos fiscais: Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal. Orçamento Público. Conceitos e princípios orçamentários. Ciclo orçamentário. Elaboração da proposta. Estudo e aprovação. Execução. Avaliação. Processo de Planejamento-Orçamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.

Previsão, Fixação, Classificação e Execução da Receita e Despesa Pública. Receita Orçamentária. Etapas da Receita Pública. Receita extraorçamentária. Créditos orçamentários iniciais e adicionais. Escrituração Contábil da Receita Orçamentária e extraorçamentária. Despesa Orçamentária. Etapas da Despesa Pública. Despesa extraorçamentária. Escrituração da Despesa Orçamentária e extraorçamentária. Dívida e Endividamento. Transferências voluntárias. Transparência, controle e fiscalização. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Responsabilidade Fiscal. Gestão Tributária. Legislação.. Lei 4320/64 – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/00) - Lei 8666/93 (Lei de Licitações) e suas alterações.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Técnicas básicas de enfermagem: Sinais vitais; Mensuração de altura e peso; Assepsia e controle de infecção; Biossegurança; Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração e cuidados na aplicação, venoclise); Prevenção de úlceras de pressão; Sondagens gástrica e vesical; Coleta de material para exames laboratoriais; Oxigenioterapia; Curativo; Administração de dieta oral, enteral, parenteral. Enfermagem médico-cirúrgica: Cuidados de enfermagem ao paciente com distúrbios endócrinos, cardiovasculares, pulmonares, autoimunes e reumatológicos, digestivos, neurológicos e do sistema hematopoiético; Preparo, acondicionamento e métodos de esterilização e desinfecção de materiais; Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, corpos estranhos, intoxicações exógenas, estados convulsivos e comatosos, hemorragias, queimaduras, urgências ortopédicas; Vias de transmissão, profilaxia e cuidados de enfermagem relacionados a doenças transmissíveis e parasitárias. Enfermagem materno-infantil: Assistência à gestante no período pré-natal, pré-parto, parto e puerpério; Complicações obstétricas; Recém-nascido normal e patológico; Crescimento e desenvolvimento da criança; Aleitamento materno; Doenças da Primeira Infância. Enfermagem em Saúde Pública: Processo saúde – doença; Imunizações; Vigilância em saúde; Atenção à saúde da criança e do adolescente, do adulto, da mulher e do idoso. Noções de administração aplicada à enfermagem. Atenção Psicossocial; saúde mental, álcool e outras drogas; Código de ética dos profissionais de enfermagem. Lei 8080/90. Lei 8142/90. Ética e legislação profissional.

TÉCNICO EM RAIO X

Princípio de física da radiação. Noções de proteção radiológica. Terminologia radiológica. Anatomia radiológica. Parâmetros de qualidade radiográfica: densidade, contraste, detalhe, distorção. Fatores de exposição. Noções de processamento de filmes radiográficos, composição e químicos. Noções de impressão digital. Técnicas radiológicas: crânio, face, coluna, abdome, tórax, extremidades e exames contrastados. Noções básicas de tomografia computadorizada, ressonância magnética, hemodinâmica, mamografia, radioterapia e densitometria óssea. Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8080/90 e nº 8142/90. Legislação profissional.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria nº 3.214, de 08/06/1978: NR 02 - NR 04 - NR 06 - NR 07 - NR 09 - NR 10 - NR 12 - NR 15 – NR 16 - NR 17 - NR 23 - NR 26. Legislação federal, Decreto nº 3.048/99 e portarias e instruções normativas da Previdência Social, com abordagem (conceito técnico e legal) em: Acidente de trabalho e doença ocupacional; Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT); Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). Noções de higiene ocupacional (uso dos instrumentos luxímetro, decibelímetro, dosímetro de ruído, psicrômetro e termoanemômetro). Informática básica: noções de Hardware e Software. MS-Word 2003. MS-Excel 2003. MS-PowerPoint 2003. Correio Eletrônico. Internet.

TOPÓGRAFO

Conceitos: plano topográfico, aplicações da topografia, distinção entre Topografia e Geodésia, Datum. Formas da Terra: superfície topográfica, elipsóide, geóide. Unidades de Medida: angular, linear e superficial. Escalas – conversões. Orientações. Coordenadas topográficas. Medição Angular: métodos e erros. Medição Linear: métodos e erros. Levantamento Planimétrico: Irradiação, poligonação e interseção. Levantamento Altimétrico: nivelamento, geométrico e trigonométrico. Representação do Relevo: curvas de nível, perfil topográfico. Cálculo de Área. Cálculo de Volume. Sistema de Posicionamento GPS: principais métodos e erros. Instrumentos Topográficos: teodolito, nível, estação-total, distanciômetro, planímetro, receptores GPS. Fotografia Aérea: características, deformações, escala, estereoscopia. MS-Word 2003. MS-Excel 2003. MS-PowerPoint 2003. Correio Eletrônico. Internet.

NÍVEL FUNDAMENTAL

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA) – LIMPEZA / ZELADORA

Fundamentos e técnicas na execução de serviços no prédio, pátios, salas, banheiros, vestiários, cozinhas e outros locais de trabalho. Noções de manuseio de produtos, equipamentos e ferramentas. Manutenção e conservação de prédios públicos, para garantir o bom funcionamento e assegurar as condições de higiene. Tratamento e destino do lixo: prevenção de doenças; higiene ambiental, de utensílios e equipamentos; prevenção e controle de insetos e roedores; noções de armazenamento de gêneros alimentícios da copa; noções de limpeza, arrumação e guarda de louças e utensílios da copa; noções de serviços inerentes a copa (fazer café, chá e sucos e servir nos locais destinados; questões de segurança e prevenção de acidente no trabalho; higiene pessoal; noções de cidadania; relacionamento com o público; demais conhecimentos compatíveis com as atribuições do cargo.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇÃO ESCOLAR) – MERENDEIRA - COZINHEIRA

Noções gerais sobre higienização: Pessoal, equipamentos, utensílios e área física de cozinhas e refeitórios de maneira geral. Noções gerais sobre administração de cozinhas e refeitórios: Armazenamento, controle de estoque e distribuição de refeições e alimentos. Conhecimento de higienização e características próprias dos alimentos. Conhecimento sobre pré- preparo e preparo de alimentos. Conhecimentos básicos sobre composição nutricional dos alimentos. Segurança e prevenção de acidente no trabalho.

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇÃO ESCOLAR) – MERENDEIRA/ZELADORA

Fundamentos e técnicas na execução de serviços no prédio, pátios, salas, banheiros, vestiários, cozinhas e outros locais de trabalho. Noções de manuseio de produtos, equipamentos e ferramentas. Manutenção e conservação de prédios públicos, para garantir o bom funcionamento e assegurar as condições de higiene. Tratamento e destino do lixo: prevenção de doenças; higiene ambiental, de utensílios e equipamentos; prevenção e controle de insetos e roedores; noções de armazenamento de gêneros alimentícios da copa; noções de limpeza, arrumação e guarda de louças e utensílios da copa; noções de serviços inerentes a copa (fazer café, chá e sucos e servir nos locais destinados; questões de segurança e prevenção de acidente no trabalho; higiene pessoal; noções de cidadania; relacionamento com o público; demais conhecimentos compatíveis com as atribuições do cargo.

ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Corrente elétrica - Tensão elétrica - Leis de Ohm - Potência Elétrica - Efeito Joule - Circuitos em Corrente Contínua - Associação de Resistências - Introdução ao magnetismo - Introdução ao eletromagnetismo - Corrente Alternada - Potência em Corrente Alternada - Circuitos Trifásicos: Ligação Triângulo, Ligação Estrela. Noções de leitura e interpretação de projetos de redes de distribuição/iluminação pública - Noções Medições elétricas - Megôhmetro, voltímetro, amperímetro, fasímetro, amperímetro alicate, terrômetro. Noções de construção de redes e linha de distribuição - Instalação e manutenção de iluminação pública (compreende serviços de instalação e troca de lâmpadas; instalação e troca de luminárias; instalação e troca de reatores; instalação, lançamento e tensionamento de cabos, etc.) Noções de NR10 básica e complementar - Conhecimento da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, e dos Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC. NORMAS TÉCNICAS – ILUMINAÇÃO PÚBLICA - Normas da ABNT.

ENCANADOR

Interpretação de desenhos básicos de redes de água e esgoto. Reparos em redes de distribuição de água e coletoras de esgotos; Instalação de redes de água e de esgotos; Instalação de padrões de medição de água; Conhecimento de tubos e conexões e dos diversos tipos de materiais de que são fabricados; Conhecimento dos diversos tipos de hidrômetros; Noções de Segurança do Trabalho; Uso de EPI – Equipamento de Proteção Individual.

LEITURISTA

Sistemas de água e esgoto: princípios básicos; Identificação e uso de ferramentas para hidráulica, eletricidade e mecânica; Redes Hidráulicas, componentes, inspeção, manutenção e reparos; Bombas Hidráulicas; Inspeção, Fiscalização e Tarifação; Conhecimento da Capacidade de Hidrômetros; Identificações de Problemas Técnicos e Mecânicos com Hidrômetros; Aferição de hidrômetros; Tipos de tubulação; Tipos de conexão; Materiais utilizados; Equipamentos utilizados; Ligações de água; Ligações de esgoto; Válvulas; Registros; Tipos de Poços e Bombas d'água; Funções do Leiturista;; Teoria de erros em medição; Curvas de erros; Calibradores para reparos, aferição e regulagem de instrumentos; A aferição; A vazão; Conhecimentos Básicos em Word for Windows; Equipamentos de Segurança.

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES – MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

Legislação e Regras de Circulação: Legislação e Sinalização de Trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Sinalização de Trânsito; Direção Defensiva; Primeiros Socorros; Noções de Mecânica Básica de Autos; Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos, Decreto Nº 62.127 de 16/01/68 e Decreto Nº 2.327 de 23/09/97; Noções sobre acidentes com produtos perigosos, Legislação Específica da Portaria MS 2048, Linguagem de Radiocomunicação, Identificação dos Materiais Existentes no veiculo e suas utilidades Prática de Direção Veicular: Condução e operação veicular das diversas espécies compatíveis com a categoria exigida; Manobras internas e externas; Conhecimentos e uso dos instrumentos do painel de comando e outros disponíveis nos veículos da espécie; Manutenção do veículo.

MECÂNICO

Funcionamento de um automóvel; principais partes de um automóvel - Motor e carburadores, injeção eletrônica. Motor diesel - Ignição, resfriamento e lubrificação - Embreagem, caixa de mudanças e diferencial - Freios, rodas e pneus - Instalação elétrica básica, luzes e gerador - Suspensão e direção; Localização de avarias e manutenção (Os reparos e regulagens necessárias): - Motor - Carburador - Sistema de resfriamento - Ignição - Sistema de arrefecimento - Lubrificação - Transmissão - Freios - Rodas e pneus - Suspensão - Direção - Verificações periódicas; Ética profissional.

OPERADOR DE TRATOR DE PNEU

OPERADOR (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA-PÁ CARREGADEIRA – MOTONIVELADORA)

Legislação e Regras de Circulação: Legislação e Sinalização de Trânsito; Normas gerais de circulação e conduta; Sinalização de Trânsito; Direção Defensiva; Primeiros Socorros; Noções de Mecânica Básica de Autos; Código de Trânsito Brasileiro e seus anexos, Decreto Nº 62.127 de 16/01/68 e Decreto Nº 2.327 de 23/09/97; Noções sobre acidentes com produtos perigosos, Legislação Específica da Portaria MS 2048, Linguagem de Radiocomunicação, Identificação dos Materiais Existentes no veiculo e suas utilidades Prática de Direção Veicular: Condução e operação veicular das diversas espécies compatíveis com a categoria exigida; Manobras internas e externas; Conhecimentos e uso dos instrumentos do painel de comando e outros disponíveis nos veículos da espécie; Manutenção do veículo.

OPERADOR DE ETA

Conhecimento sobre a montagem, recuperação, limpeza e lubrificação de máquinas e motores em geral; limpeza de decantadores e filtros; Conhecimento de: Dosadores de produtos químicos; identificar e operar os diversos dosadores de ETA e ETE. Noções de medidas como volume, peso, vazão. Conhecimento em analises de rotina de ETAS e ETE tais como pH, Turbidez, cloro, cor, "Jar Test", DBO, sólidos, temperatura. Coletas de amostras; conhecimento da importância de executar corretamente; identificação das unidades de uma ETA e ETE. Segurança do trabalho. Rotinas administrativas e operacionais da área de atuação. Legislação e normas técnicas da área de atuação. Utilização de materiais e equipamentos na área de atuação.

PEDREIRO

Leitura e interpretação de projetos. Limpeza e escavação de terreno. Locação de obras. Fundações rasas e profundasalicerces e baldrames. Impermeabilizações. Alvenaria de tijolos, pedras e outros materiais usados na construção civil. Chapisco, reboco, massa fina, preparação de massas. Concreto armado. Noções de armaduras para concreto. Lages pré-moldadas, mistas e maciças. Acabamentos. Colocação de pisos e revestimentos (cerâmico, pedras, plásticos). Confecção de caixas de inspeção, de passagem, fossas sépticas, sumidouros, tanques, contrapisos, muros, muros de arrimo. Fiscalização e verificação de qualidade dos materiais. Conhecimento sobre os traços de argamassa e concreto mais utilizados na construção civil. Utilização de máquinas e equipamentos usados na especialidade. Colocação de telhas e cumieiras de barro e de fibro-cimento. Noções básicas de segurança e higiene do trabalho inerente à atividade.

SERVIÇOS GERAIS

Noções de higiene e limpeza. Destinação do lixo. Equipamentos para a segurança e higiene. Normas de segurança. Noções básicas sobre auxílio nos trabalhos ligados à área de capina, construção civil, pintura e outras correlatas às atribuições do cargo. Ética profissional.

VIGIA

Patrimônio Público: Tipos, destinação e classificação de bens. Segurança no Trabalho: Impactos de acidentes e doenças; conceitos, causas, condições de trabalho. Medidas e equipamentos de proteção coletiva e individual. Prevenção e combate a incêndios: Cuidados básicos com instalações, equipamentos e áreas de circulação. Manutenção de sistema de segurança. Classificação e causas de incêndios, procedimentos e métodos de combate e extinção de incêndios, agentes extintores. Atendimento ao público. Conceitos básicos sobre qualidade, clientes, modalidades e princípios, atendimento e tratamento. Comunicação: elementos, ruídos e barreiras. Atendimento telefônico e presencial: procedimentos, regras, indicadores e requisitos

ANEXO II

REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Nos termos do Edital Concurso Público nº 001/2017, solicito a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE:

NOME:	
CARGO PRETENDIDO:	
ENDEREÇO:	
BAIRRO:	CEP:
CIDADE/UF:	TELEFONE:
CPF:	RG:
CTPS / SÉRIE	DATA EXPEDIÇÃO:
E-mail:	

OBSERVAÇÃO:
Não serão acatados pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição para candidatos que não comprovem renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo, seja qual for o motivo alegado. Somente o preenchimento da solicitação de isenção não implica na efetivação da inscrição.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA FINANCEIRA E/OU DOADOR REGULAR DE SANGUE
Declaro, para efeito de solicitação de concessão da isenção de pagamento de taxa de inscrição ao Concurso Público, que apresento condição de Hipossuficiência Financeira e doador regular de Sangue que atendo ao estabelecido no Edital nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Colniza - Estado de Mato Grosso, em especial quanto às disposições do item 3 deste Edital.
Declaro também estar ciente de que a veracidade das informações e documentações apresentadas é de inteira responsabilidade minha, podendo a Comissão Examinadora do Concurso Público, em caso de fraude, omissão, falsificação, declaração inidônea, ou qualquer outro tipo de irregularidade, proceder ao cancelamento da inscrição e automaticamente a eliminação do certame, podendo adotar as medidas cabíveis contra a minha pessoa.
Colniza/ MT, ____de_____de 2017.

_____
Assinatura Candidato

PROTOCOLO	Para uso exclusivo da Comissão Examinadora do Concurso Público. ( ) Deferido ( ) Indeferido

ANEXO III – DESCRIÇÃO DOS CARGOS

NÍVEL SUPERIOR

ADMINISTRADOR

Pesquisar, propor e executar projetos de diagnóstico e formulação de alternativas para organização e reorganização estrutural, operacional e administrativa; estudar e propor alternativas e normas para um desenvolvimento eficaz dos sistemas administrativos; realizar estudos de viabilidade; desenvolver e implantar sistemas de processamento eletrônico de dados; acompanhar e propor alternativas para o desenvolvimento da estrutura organizacional do Município; projetar e executar programas de simplificação e aperfeiçoamento de métodos e processos de trabalho operacional e gerencial; estudar e propor métodos de mensuração da qualidade de serviços prestados, propondo alternativas; estudar e propor métodos de estímulo e avaliação da produtividade; pesquisar, conceber e administrar sistema de classificação de cargos e funções, promoções e avaliações de eficiência e desempenho; proceder a análise de cargos e funções, salários e mercado de trabalho, projetar, administrar e avaliar sistemas de recrutamento, seleção, treinamento, aproveitamento, lotação, ascensão, promoção e demais áreas da administração de Recursos Humanos; realizar pesquisas de demanda de serviços públicos; propor normas e métodos de trabalho nas áreas de administração financeira, material e patrimonial; realizar estudos e pesquisas de natureza técnica, relacionados a métodos e processos orçamentários; estudar e propor técnicas de planejamento administrativo-financeiro; estudar e analisar, criticamente, os efeitos da despesa pública, propondo alternativas de racionalização; estudar e avaliar centros de custos, propondo medidas racionalizadoras, estudar e propor alternativas ao sistema de transporte público; planejar e realizar entrevistas para ingresso, triagem, pesquisas e investigações; prestar assessoramento técnico-administrativo, organizacional e gerencial às áreas de Saúde, educação, Obras e Viação, Meio Ambiente, Economia e outras; realizar perícias e consultoria; emitir parecer; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo, executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

ADVOGADO

Representar o Município na esfera judicial e extrajudicial; Prestar consultoria e assessoria jurídica à Administração Pública, com emissão de Parecer; Exercer controle interno da legalidade dos atos da Administração Pública; Zelar pelo patrimônio e interesse público, tais como meio ambiente, consumidor e outros; Integrar comissões processantes; Efetuar a cobrança da dívida ativa do Município, judicial ou extrajudicialmente; Assistir o Município na negociação de contratos, convênios e acordos com outras entidades públicas ou privadas; Analisar minutas de projetos de leis e propor novos projetos de leis de interesse do município; Analisar decretos e demais atos normativos, em conformidade com as normas legais; Elaborar minutas de editais de Licitação; Analisar demais documentos e acompanhar todas as fases de Licitação; Analisar e redigir documentos contratuais de toda espécie, em conformidade com as normas legais; Manter-se atualizado nos assuntos de legislação e resoluções de tribunais e órgãos de controle; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

AUDITOR DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Lançar ou homologar tributos, sejam mobiliários ou imobiliários. Fiscalizar o cumprimento da legislação municipal, com relação a tributos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças, diligenciando, notificando, constituindo créditos tributários, lavrando autos de infração. Assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria Municipal de Finanças ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes

assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento; coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária; apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos; preparar os atos necessários à conversão de depósitos em renda do Município, bem assim à autorização para o levantamento de depósitos administrativos após as decisões emanadas das autoridades competentes; avaliar e especificar sistemas e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições; avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Auditores- Fiscais Tributários Municipais e demais servidores, relacionados à Administração Tributária; acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município de Colniza/MT; executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcionais dos Auditores-Fiscais Tributários Municipais, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos; informar processos e demais expedientes administrativos; realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativas às atividades de competência tributária do Município; desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária; exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais. sem prejuízo de outras competências definidas por Lei. Possui livre acesso, mediante identificação funcional, a órgão público, estabelecimento privado, veículo de transporte terrestre, fluvial, marítimo, aéreo e a documentos e informações revestidos de interesse tributário ou fiscal. Pode requisitar e obter o auxílio da força pública, face ao risco de morte ou em situação na qual se faça necessária a presença de aparato policial, para assegurar o pleno exercício de suas atribuições. Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

ASSISTENTE SOCIAL

Realizar diagnósticos, estudos e pesquisas que forneçam subsídios à formulação de políticas, diretrizes e planos à implantação, manutenção e funcionamento de programas e projetos relacionados à Saúde, Assistência Social, Habitação, Cidadania e outros; Propor alternativas de ação na área social para reformulação de políticas sociais vigentes e definição de novas políticas, em conjunto com outros profissionais; Elaborar planos, programas, projetos e atividades de trabalho; Prestar serviços de âmbito social a indivíduos, famílias e grupos comunitários e promover a integração ou a reintegração social; Atuar na prevenção e tratamento de problemas de origem psicossocial e econômica que interferem na saúde, aprendizagem e trabalho; Atender a população usuária das unidades de saúde com triagem, encaminhamentos, orientação, acompanhamento, visitas domiciliares e atendimento em grupo, quando for o caso; Realizar atividades de caráter educativo, recreativo, assistência à saúde e outras para facilitar a integração dos servidores no trabalho; Realizar acompanhamento familiar com fins diagnósticos, preventivos e de atendimento à saúde; Apreciar solicitações de estágios de alunos de Serviço Social, supervisionando a sua realização; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades do Município e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

ARQUITETO

Elaborar, programar, executar, acompanhar e coordenar os projetos de arquitetura e urbanismo, fiscalizando e dando assistência aos projetos desenvolvidos; Conceber e executar projetos arquitetônico, urbanístico e paisagístico em espaços externos, como parques e praças, no campo do patrimônio histórico cultural e artístico e no planejamento urbano; Coordenar e interpretar levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, bem como realizar a fotointerpretação, leitura, interpretação e análise de dados; Planejar o tipo, a dimensão e o estilo de edificações, bem como planejar sobre custos, materiais, duração e outros detalhes das construções; Planejar as plantas e especificações do projeto; Elaborar o projeto final; Consultar engenheiros e outros especialistas; Preparar plantas e maquetes; Elaborar laudo e parecer técnico; Prestar assistência técnica aos projetos desenvolvidos; Aplicar e desenvolver técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização, reforma e construção dos espaços; Elaborar e desenvolver estudo e avaliação dos impactos ambientais, licenciamento ambiental, utilização racional dos recursos disponíveis e desenvolvimento sustentável; Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

CONTADOR

Auxiliar as Secretarias na prestação de contas dos convênios com o Município, Estado, União e outras instituições parceiras; Extrair, registrar, conferir e controlar empenhos, notas de caixa de recebimento, notas de caixa de pagamento, cheques e autorizações de pagamentos; Prestar orientações de caráter contábil-financeiro para proponentes de projetos conveniados com o Município; Analisar as prestações de contas de projetos aprovados com recursos do Município, do Programa Municipal de Incentivo à Cultura, emitindo parecer sobre regularidade ou não da execução físico-financeira; Executar o controle dos suprimentos de fundos concedidos, efetuando a baixa de responsabilidade quando da prestação de contas; Executar a conferência e a classificação dos movimentos da tesouraria; Controlar, sob supervisão, verbas recebidas e aplicadas; Elaborar demonstrativo de fundos pendentes e concedidos; Auxiliar na elaboração do controle de custeio; Auxiliar a elaboração de relatórios periódicos do desenvolvimento das atividades, sugerindo a correção de desvios observados entre o programado e o executado; Auxiliar o planejamento, o acompanhamento e a avaliação dos resultados da aplicação do Plano Plurianual – PPA; Elaborar as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; Desenvolver atividades de supervisão, coordenação ou execução relativas a gestão pública, financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise, registros e perícias contábeis; Proceder à análise e ao acompanhamento dos eventuais desequilíbrios orçamentários entre a programação e a execução das unidades; Participar das articulações necessárias à liberação dos limites orçamentários, com vistas ao cumprimento das atividades programadas; Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

ECONOMISTA

Planejar, coordenar e elaborar atividades de natureza econômica, financeira e administrativa da prefeitura, aplicando princípios e teorias econômicas, relativas aos assuntos financeiros, balanços demonstrativos da dívida interna e receita, a fim de formular soluções e diretrizes para os problemas econômicos. Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

ENFERMEIRO

Prestar assistência a pacientes hospitalizados; fazer curativos, retirar pontos, aplicar vacinas e injeções; ministrar remédios; responder pela observância de prescrições médicas relativas a pacientes; auxiliar os médicos nas intervenções cirúrgicas e supervisionar a esterilização dos materiais em salas de operações; prestar socorros de urgência; ministrar e zelar pelo bem-estar físico, psíquico e pela segurança dos pacientes; supervisionar e auxiliar os serviços de higienização de pacientes, bem como das instalações; supervisionar a preparação e esterilização do material e instrumental nas áreas de enfermagem; orientar o isolamento de pacientes; providenciar o abastecimento de material de enfermagem e médico; supervisionar a execução das tarefas relacionadas com a prescrição alimentar; apresentar relatórios referentes às atividades sob sua supervisão; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do carro; ajudar e acompanhar no transporte de pacientes; desenvolver atividades em grupos específicos; ajudar no levantamento de dados epidemiológico; prestar seus serviços em ambulatórios, unidades sanitárias, hospital, centros comunitários, escolas, creches e visitas domiciliares; executar outras tarefas correlatas; atuar em programas ou projetas de saúde e/ou outros programas e projetos efetuados em convênio com a União, Estados e Municípios.

ENGENHEIRO AMBIENTAL

Trabalhar nas áreas de bioprocessos e biotecnologia, energia, controle de poluição, recuperação de áreas, licenciamento, planejamento e gestão ambiental. Monitorar e preservar áreas verdes; Projetar e minimizar problemas relacionados a degradação do meio ambiente; Interferir em processo industriais que possam causar danos a natureza, fiscalizando as empresas; Apontar solução satisfatória para resíduos industriais; Sensibilizar a população; Atuar na área de geologia ambiental, gestão ambiental e licenciamento ambiental; Planejar projeto rural e urbano para desenvolvimento sustentável planejamento energético e energias renováveis; Combater a poluição; Elaborar projetos de saneamento; Remediar e tentar recuperar áreas degradadas; Regulamentar e normatizar questões ambientais; Gerir sistemas de informação ambiental; Trabalhar no tratamento de águas residuárias e de abastecimento; Controlar emissões de material particulado (poluição atmosférica); Avaliar efeitos de um processo ou produto sobre o meio ambiente; Criar mecanismos para diminuir os impactos ambientais na produção industrial; Avaliar diferentes fontes de energia; Reduzir o impacto de atividades industriais, urbanas e rurais sobre o meio ambiente; Monitorar a qualidade da água e do ar; Elaborar relatórios de impacto ambiental e planos para o uso de recursos naturais; Estudar meios de reutilização de resíduos; Desenvolver e executar projetos de recuperação de áreas poluídas ou degradadas; Zelar pela qualidade no atendimento ao público, a imagem da Instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Levar ao imediato conhecimento do seu superior qualquer irregularidade verificada; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Planejar, coordenar, executar e fiscalizar atividades agrossilvipecuárias e do uso de recursos naturais renováveis e ambientais; Promover a extensão rural; Orientar os produtores rurais nos vários aspectos das atividades agrossilvipecuárias; Elaborar documentação técnica e científica; Elaborar e supervisionar projetos referentes a cultivos agrícolas e pastos; Planejar e controlar tecnicamente a utilização de terras para possibilitar maior rendimento e qualidade dos produtos agrícolas; Atuar na fiscalização sanitária dentro de sua área de formação; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades do Município e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

ENGENHEIRO CIVIL

Supervisionar, coordenar e dar orientação técnica na área de sua formação; Elaborar estudos, planejamentos, projetos e especificações em geral de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transporte, exploração de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial; Realizar estudos de viabilidade técnica e econômica; Prestar assistência, assessoria e consultoria; Dar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico na área de sua formação; Desempenhar atividades de pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; Elaborar orçamento de projetos; Realizar atividades de padronização, mensuração e controle de qualidade; Executar e fiscalizar obras e serviços técnicos; Conduzir equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; Elaborar projetos de engenharia na sua área de formação, assessorando e supervisionando a sua realização; Orientar e controlar o processo de produção ou serviço de manutenção desenvolvidos nas áreas de mecânica, eletricidade, eletrônica, metalurgia, química e outras; Projetar instalações e sistemas; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional

FARMACÊUTICO

Executar a manipulação farmacêutica e o aviamento de receitas médicas; controlar a requisição e guarda de medicamentos; organizar e atualizar fichários e produtos farmacêuticos, químicos e biológicos, mantendo registro permanente do estoque de drogas; participar de estudos e pesquisas microbiológicas e imunológicas químicas, físico-químicas e físicas; colaborar na realização de estudos e pesquisas farmacodinâmicas e de estudos toxicológicos; manter coleções de culturas microbianas-padrão; analisar os efeitos de substâncias adicionadas aos alimentos; realizar estudos e pesquisas sobre efeitos dos medicamentos; detectar e identificar substâncias tóxicas; efetuar análises clínicas; orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

FISIOTERAPEUTA

Exercer atividades de tratamento fisioterápico, promovendo a assistência à saúde; Planejar, executar e avaliar ações preventivas e curativas, visando a reabilitação física e psíquica do cidadão; Executar métodos e técnicas fisioterápicas, com a finalidade de recuperar, desenvolver e conservar a capacidade física do paciente, após diagnóstico; Desenvolver atividades de habilitação e de reabilitação junto com a equipe multiprofissional de saúde nas diversas áreas assistenciais; Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades do Município e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

MÉDICO (TODAS AS ESPECIALIDADES)

Dirigir equipes e prestar socorros urgentes; efetuar exames médicos, fazer diagnósticos, prescrever e ministrar tratamento para diversas doenças, perturbações e lesses do organismo humano; aplicar os métodos da medicina preventiva; providenciar ou realizar tratamento especializado; praticar intervenções cirúrgicas; atender consultas médicas em ambulatórios, hospitais ou outros estabelecimentos públicos Municipais; examinar funcionários para fins de licença, readaptação, aposentadoria e reversão; examinar candidatos a auxílios; fazer inspeção medica para fins de ingresso; fazer visitas domiciliares para fins de concessão de licenças a funcionários; emitir laudos; fazer diagnósticos e recomendar a terapêutica: prescrever regimes dietéticos; prescrever exames laboratoriais; incentivar a vacinação e indicar medidas de higiene pessoal; participar de reuniões médicas; participar de cursos e palestras sobre medicina preventiva nas entidades assistenciais e comunitárias; preencher e visar mapas de produção ficha médica com diagnóstico e tratamento; transferir, pessoalmente, a responsabilidade do atendimento e acompanhamento aos titulares do plantão; atender os casos urgentes de internados do hospital, nos impedimentos dos titulares de plantão; preencher os boletins de socorro urgente, mesmo os provisórios, com diagnóstico provável ou incompleto dos doentes atendidos nas salas de primeiros socorros supervisionar e orientar os trabalhos dos estagiários e internos; preencher as fichas dos doentes atendidos a domicílio; preencher relatórios comprobatórios de atendimentos; proceder o registro dos pertences dos doentes ou acidentados em estado de inconsciência ou que venham a falecer; requisitar exames complementares;interpretar resultados de exames;emitir atestados de saúde; efetuar exames médicos em escolares; fornecer atestados para justificativa de faltas após ter examinado o servidor que declara-se doente; manter registro dos pacientes examinados; colaborar para a melhoria dos padrões de saúde e vida da coletividade; programar e executar planos de proteção da saúde dos servidores; realizar inspeção das condições sanitárias nos locais de trabalho; observar com especial atenção os grupos de servidores que trabalham expostos a condições insalubres; realizar estudos sobre a fadiga, doenças profissionais e lesões traumáticas, indicando medidas preventivas; realizar estudos sobre a importância do fator humano nos acidentes de trabalho, sugerir medidas visando o aproveitamento dos recursos médicos e sanitários;responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias a execução das atividades próprias do cargo; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão: Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

MÉDICO VETERINÁRIO

Realizar estudos, pesquisas e levantamentos de informações que forneçam subsídios à formulação de políticas, diretrizes e planos à implantação, manutenção e funcionamento de programas relacionados à prevenção, promoção, assistência e recuperação da saúde dos animais; Planejar, organizar, supervisionar, executar programas de proteção sanitária, aplicando conhecimentos e métodos para assegurar a saúde da comunidade; Executar ações de controle de zoonoses, de vigilância em saúde e de educação em saúde e aplicar as penalidades previstas em legislação específica, em função de situações de riscos à saúde individual ou coletiva; Orientar, coletar, analisar e emitir laudos de amostras de alimentos, água e outros produtos de avaliação de risco epidemiológico aplicada à saúde pública, compreendendo análises microbiológicas, físico-químicas, microscópicas e parasitológicas; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

NUTRICIONISTA

Planejar serviços ou programas de nutrição nos campos hospitalares, de saúde pública, educação e de outros similares; organizar cardápios e elaborar dietas; controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos a fim de contribuir para a melhoria proteica, racionalidade e economicidade dos regimes alimentares; planejar e ministrar cursos de educação alimentar; prestar orientação dietética por ocasião da alta hospitalar; responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

ODONTÓLOGO

Prevenir, diagnosticar e tratar as enfermidades e afecções dos dentes e da boca ministrar diversas formas de tratamento para doenças e afecções dos dentes e da boca; fornecer atestados para justificativas de faltas, após ter examinado o servidor; difundir os preceitos da saúde pública odontológica através de palestras, escritos, etc; elaborar e aplicar medidas de caráter público, visando a melhoria das condições de higiene bucal e dentária; executar trabalhos de cirurgia bucofacial e examinar a boca e os dentes de pacientes e alunos em estabelecimentos do Município fazer diagnósticos dos casos individuais determinando o respectivo tratamento; executar operações de prótese em geral e de profilaxia dentária; fazer extrações de dentes; compor dentaduras; preparar, ajustar e fixar dentaduras artificiais, coroas, trabalhos de pontes; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Participar da formulação de Políticas Educacionais nos diversos âmbitos do Sistema Público de Educação Municipal; Elaborar planos, programas e projetos educacionais no âmbito específico de sua atuação; Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico; Desenvolver a regência efetiva; Controlar e avaliar o rendimento escolar; Executar tarefa de recuperação de alunos; Participar de reunião de trabalho; Desenvolver pesquisa educacional; Participar de ações administrativas e das interações educativas com a comunidade; Buscar formação continuada no sentido de enfocar a perspectiva da ação reflexiva e investigativa; Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação vigente; Cumprir as horas-atividades no âmbito escolar. Manter a cota mínima de produção científica, que será estabelecida por meio de ato administrativo regulamentar. Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

PSICÓLOGO

Coordenar e/ou desenvolver estudos, pesquisas e levantamentos nas áreas de Psicologia Organizacional e do Trabalho, Clínica, Educacional, Social e outras; Realizar análise, diagnóstico e terapêutica de indivíduos com distúrbios psíquicos ou com problemas de comportamento familiar ou social; Analisar os processos intra e interpessoais e os mecanismos do comportamento humano, elaborando e aplicando técnicas psicológicas e psicoterápicas e outros métodos de verificação para possibilitar a orientação do diagnóstico e da terapêutica; Participar de equipes multiprofissionais, visando à interação de conhecimentos e práticas na perspectiva da interdisciplinaridade em que se deem as relações de trabalho e a construção dos projetos terapêuticos individuais e/ou coletivos; Executar ações de coordenação ou direção em serviços e programas; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

Executar trabalhos administrativos aplicando a legislação pertinente aos serviços municipais; redigir expedientes administrativos como memorandos, ofícios, informações, relatórios, pareceres, dentre outros, secretariar reuniões e lavrar atas, efetuar cálculos relativos às áreas contábeis, patrimonial, financeira, de pessoal e outras, auxiliar na analise na verificação de atos de gestão, obter informações e fornecê-las aos interessados, auxiliar no trabalho de aperfeiçoamento e implantação de rotinas, proceder no auxilio e conferencia dos serviços executadas na área de sua competência, executar tarefas auxiliares na Unidade de Controle Interno, executar atividades auxiliares relativas a auditorias externas e internas. Executar atividades relacionadas à função de apoio ao controlador interno e outras correlatas a função.

TÉCNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA

Traçar e executar estratégias de gestão; otimizar a aplicação dos recursos financeiros, humanos e materiais; realizar atividades visando o desenvolvimento socioeconômico das instituições públicas; planejar ações institucionais que possam reduzir custos administrativos e o desenvolvimento sustentável; ampliar a abrangência das ações e potencializar os benefícios das políticas públicas; sugerir e elaborar projetos para captação de recursos públicos; conhecer as regulamentações legais específicas do segmento público, como normas gerais de contabilidade, técnicas de gestão e mercado financeiro;identificar e propor soluções para os problemas da gestão pública nas mais diversas áreas como educação, saúde, transporte, assistência social, habitação, lazer, meio ambiente, dentre outras; trabalhar em equipe buscando o estabelecimento e a melhoria das relações interpessoais nos serviços públicos; liderar equipes de execução de mudanças; analisar e sugerir ações e projetos quanto às questões ambientais, sociais e econômicas que envolvem os serviços da gestão pública; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

ZOOTECNISTA

Promoção do melhoramento dos rebanhos, abrangendo conhecimentos bioclimatológicos e genéticos para produção de animais precoces, resistentes e de elevada produtividade; supervisão e assessoramento na inscrição de animais em sociedades de registro genealógico e em provas zootécnicas; formulação, preparação, balanceamento e controle da qualidade das rações para animais; desenvolvimento de trabalhos de nutrição que envolva conhecimentos bioquímicos e fisiológicos que visem melhorar a produção e produtividade dos animais; elaborar, orientar e administrar a execução de projetos agropecuários na área de produção animal; supervisão, assessoramento e execução de pesquisas,visando gerar tecnologias e orientações a criação de animais; supervisão, assessoramento e execução de exposições e feiras agropecuárias, julgamento de animais e implantação de parque de exposições; avaliar, classificar e tipificar carcaças; planejar e executar projetos de construções rurais específicos de produção animal; implantar e manejar pastagens envolvendo o preparo, adubação e conservação do solo; desenvolvimento de atividade que visem a preservação do meio ambiente.; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

NÍVEL MÉDIO

AGENTE ADMINISTRATIVO

Executar atividades de rotina nos vários departamentos/órgãos da Prefeitura como atender telefonemas, atender ao público e realizar tarefas administrativas. Datilografar ou digitar textos, cartas, ofícios, circulares e outros documentos. Atender chamadas telefônicas, anotando ou enviando recados para obter ou fornecer informações. Atender ao público em geral, averiguando suas necessidades para orientá-los e/ou encaminhá-los às pessoas ou setores competentes. Organizar o acesso de pessoas de acordo com normas específicas. Receber, controlar e enviar correspondências, mercadorias e outros, através de malotes e protocolos, providenciando os registros necessários. Organizar e/ou atualizar arquivos, fichários e outros, classificando documentos por matéria, ordem alfabética ou outro sistema, para possibilitar controle dos mesmos. Operar equipamentos diversos, como máquinas calculadoras, de datilografia, microcomputadores, processadores de texto e outros. Executar outras atividades correlatas.

AGENTE DE INSPEÇÃO

Realizar Inspeção Sanitária conforme legislação pertinente em relação às atividades de produção, comercialização, armazenagem, transporte, distribuição e exposição de alimentos; Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; Executar outras tarefas correlatas.

AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Fiscalizar o correto funcionamento e higiene de matadouros, abatedouros, granjas, pocilgas e outros criadouros de animais no município, exigindo o cumprimento da legislação vigente; Efetuar inspeções periódicas em mercados, padarias, mercearias, lanchonetes, restaurantes, açougues e outros estabelecimentos que comercializem ou produzam alimentos perecíveis; Fiscalizar e providenciar a remoção de animais mortos ou abandonados nas vias públicas; Coletar amostras para análise laboratorial; Fiscalizar indústrias que causam poluição ambiental; Fiscalizar a destinação dada a resíduos de medicamentos, seringas, agulhas, material de assepsia ou cirúrgico e outros dejetos, de origem farmacêutica, odontológica ou hospitalar; Realizar outras tarefas afins.

AUXILIAR DE FARMÁCIA

Executar o conjunto de atividades destinadas a separar medicamentos e produtos afins, de acordo com a prescrição ou receita médica, sob orientação do profissional farmacêutico, como receber, conferir, organizar e encaminhar medicamentos e produtos correlatos; Entregar medicamentos diariamente e produtos afins nas unidades de interação; Controlar estoques, separar requisições e receitas; Providenciar, através de microcomputadores ou de forma manual, a atualização de entradas e saída de medicamentos; fazer a transcrição em sistema informatizado ou em fichas da prescrição médica; Cumpre e faz cumprir o regulamento, o regimento, instruções, ordens e rotinas de Serviços. Realizar outras tarefas afins.

FISCAL DE MEIO AMBIENTE

Promover o desenvolvimento das ações de controle, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação e sua zona de amortecimento, de modo a prevenir e minimizar impactos ambientais; Fiscalizar as atividades, sistemas e processos produtivos, acompanhando e monitorando as atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, causadoras de degradação ou promotoras de distúrbios, além das que utilizam bens naturais dentro das unidades

de conservação; Assegurar a integridade das unidades de conservação e seus recursos naturais, bem como de suas zonas de amortecimento; Proteger e zelar pela infraestrutura das unidades de conservação; Observar e fazer respeitar a correta aplicação da legislação ambiental vigente; Revisar autos de infração e aplicar multas em decorrência da violação à legislação ambiental vigente; Organizar coletâneas de pareceres, decisões e documentos concernentes à interpretação da legislação com relação ao meio ambiente; Emitir pareceres em processos de concessão de licenças para localização e funcionamento de atividades real ou potencialmente poluidoras ou de exploração de recursos ambientais; Acompanhar a conservação dos rios, flora e fauna de parques e reservas florestais do Município, controlando as ações desenvolvidas e/ou verificando o andamento de práticas, para comprovar o cumprimento das instruções técnicas e de proteção ambiental; Instaurar processos por infração verificada pessoalmente; Participar de sindicâncias especiais para instauração de processos ou apuração de denúncias e reclamações; Contatar, quando necessário, outros órgãos públicos, comunicando a emergência e solicitando socorro; Formular críticas e propor sugestões que visem aprimorar e agilizar os trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes; Redigir memorandos, ofícios, relatórios e demais documentos relativos aos serviços de fiscalização executados; Realizar plantões fiscais e emitir relatórios sobre os resultados das fiscalizações efetuadas; Efetuar plantões noturnos, quando necessário; Conduzir veículo oficial para fiscalizar, inspecionar, diligenciar e executar atividades afins às do cargo; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

INSTRUTOR DESPORTIVO

Desenvolver atividades físicas e práticas corporais junto à comunidade e veicular informação que visam à prevenção, minimização dos riscos e proteção à vulnerabilidade, buscando a produção do autocuidado; Proporcionar educação permanente em atividade física, práticas corporais, nutrição e saúde, juntamente com outros profissionais da saúde; Promover ações ligadas à atividade física e práticas corporais junto aos demais equipamentos públicos presentes no Município; Articular parcerias com outros setores visando ao melhor uso dos espaços públicos existentes e a ampliação das áreas disponíveis para as práticas corporais e espaços públicos de convivência, como proposta de inclusão social; Cuidar da aplicação dos regulamentos durante as competições e provas desportivas; Acompanhar e supervisionar as práticas e os eventos desportivos; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

RECEPCIONISTA

Recepcionar, informar e encaminhar o público interno e externo, obedecendo às normas internas do local de trabalho; - atender telefones, anotar e transmitir recados; identificar e registrar visitantes; controlar entrada e saída de visitantes, de equipamentos e de utensílios; - receber, conferir, registrar e distribuir correspondências e documentos; informar à segurança do local de trabalho sobre pessoas ou movimentações estranhas ao setor; - repassar informações e relatórios, conforme a necessidade do serviço; operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando necessário ao exercício das atividades; executar as atividades em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de segurança, qualidade, higiene e preservação ambiental; - executar atividades correlatas, conforme necessidade do serviço e orientação superior.

TÉCNICO AGROPECUÁRIO

Executar tarefas de caráter técnico relativas à programação, assistência técnica e controle dos trabalhos agropecuários para auxiliar os especialistas de nível superior no desenvolvimento de reprodução agropecuária; Organizar o trabalho em propriedades agrícolas, promovendo a aplicação de técnicas novas ou aperfeiçoando o tratamento e o cultivo da terra; Orientar agricultores na execução do plantio, adubação, cultura, colheita e beneficiamento das espécies vegetais; Orientar a respeito de técnicas, máquinas, equipamentos agrícolas e fertilizantes adequados; Executar, quando necessário, esboços e desenhos técnicos de sua especialização, segundo especificações técnicas e outras indicações, para representar graficamente operações e técnicas de trabalho; Fazer a coleta e a análise de amostra de terra, realizando testes de laboratório e outros; Auxiliar na identificação de pragas ou doenças que afetam os plantios em viveiros, áreas verdes e cultivos externos de interesse da Prefeitura Municipal, para fornecer subsídios que facilitem a escolha de meios de combate ou prevenção das mesmas; Orientar produtores quanto à formação de campineiras, pastagens e outras forrageiras destinadas à alimentação animal; Executar experimentos agrícolas em viveiros ou em outras áreas do Município, registrando dados relativos ao desenvolvimento do experimento, coletando materiais, abióticos, bióticos e outros, para fins de estudo; Participar da realização de eventos agropecuários realizados no Município, bem como atuar como instrutor em atividade junto às escolas municipais e à população em geral; Elaborar e apresentar periodicamente relatórios sobre os serviços agrícolas realizados; Participar de equipes de inspeção e de orientação das unidades de produção, armazenagem e comercialização dos produtos de origem animal e vegetal; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

TÉCNICO DE INFORMÁTICA

Realizar ou participar de estudo de viabilidade, definição de objetivos e especificações de planos de desenvolvimento, operação, manutenção, eficiência e racionalidade de sistemas. Planejar e executar o levantamento de informações junto aos usuários, objetivando a implantação de sistemas. Analisar logicamente as informações coletadas, estabelecendo o fluxo e os procedimentos necessários à transformação dos dados de entrada nas informações requeridas pelo usuário, de maneira eficiente, segura e de acordo com os objetivos estabelecidos para o sistema de software e hardware. Desenvolver, executar, implantar e manter sistemas e sites, bem como elaborar e manter atualizada a respectiva documentação. Importar, exportar e atualizar bases de dados. Prestar assistência e suporte em questões de informática. Executar ou promover as atividades de manutenção preventiva e corretiva, necessárias à conservação dos equipamentos, instrumentos e outros materiais utilizados na área de atuação, acompanhando-os, quando a cargo de terceiros; Verificar e consertar problemas e erros de hardware e software. Atualizar peças e periféricos (upgrade); Instalar, atualizar, configurar e desinstalar software: utilitários, aplicativos e programas; formatar e instalar de sistema operacional (Windows, Linux, etc); Realizar backup e recuperação de arquivos e dados; Efetuar a limpeza e manutenção de componentes; Instalação e configuração de redes; verificação e solução de vulnerabilidades de segurança. Desempenhar outras atividades.

TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Auxiliar e apoiar nas atividades pedagógicas e recreativas da Educação Infantil; promover e zelar pela higiene, alimentação, segurança e saúde das crianças; Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Supervisionar os serviços fazendários do Município, realizar estudos e pesquisas para o estabelecimento de normas diretoras da contabilidade do Município; planejar modelos e formas para uso nos serviços de contabilidade; orientar e superintender a atividade relacionada com a escrituração e o controle de quantos arrecadem rendas, realizem despesas, administrem bens do Município; realizar estudos financeiros e contábeis, emitir parecer sobre operações de créditos; organizar planos de amortização da dívida pública municipal; elaborar projetos sobre abertura de créditos adicionais e alterações orçamentárias; realizar a análise contábil e estatística dos elementos integrantes dos balanços; organizar a proposta orçamentária; realizar a prestação de contas de fundos e auxílios recebidos pelo Município; assinar balanços, balancetes; executar a escrituração analítica dos atos ou fatos administrativos; escriturar contas correntes diversas; organizar boletins de receita e despesa; elaborar "slips" de caixa, escriturar mecanicamente fichas, reis e empenhos; levantar balancetes patrimoniais e financeiros; efetuar e conferir balancetes auxiliares e "slips" de arrecadação; executar processos de prestação de contas; conferir guias de juros de apólices da divida pública; examinar e orientar empenhos de despesa, verificando a classificação e a existência de saldos nas dotações; executar as transferências e aplicações dos fundos municipais; executar tarefas afins.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Executar, sob supervisão do enfermeiro, atividades técnicas de enfermagem em programas, projetos e serviços de saúde; Participar da equipe de saúde, observando o que determina a lei do exercício profissional da enfermagem; Executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

TÉCNICO EM RAIO X

Operar aparelhos de Raios X e outros acionando seus comandos e observando instruções de funcionamento, para provocar a descarga de radioatividade correta. Preparar equipamento, sala de exame e material, averiguando condições técnicas e acessórios necessários. Preparar clientes para exame e ou radioterapia. Prestar atendimento aos clientes, realizando as atividades segundo normas e procedimentos de biossegurança e código de conduta. Revelar chapas e filmes radiológicos, zelando pela qualidade das imagens. Realizar o processamento e a documentação das imagens adquiridas. Controlar radiografias realizadas, registrando números, discriminando tipo e requisitante. Manter equipamentos e a unidade de trabalho organizada, zelando pela sua conservação e comunicando ao superior eventuais problemas. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

Auxiliar na programação e execução de planos para preservação da integridade física e mental promovendo saúde, bem como melhoria das condições e do ambiente da Instituição; Elaborar e participar da implementação da política de saúde e segurança no trabalho; Realizar auditoria, acompanhamento e avaliação ambiental; Identificar variáveis de controle de doenças, acidentes, qualidade de vida e meio ambiente; Desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança no trabalho; Participar de perícias e fiscalizações; Participar da adoção de tecnologias e processos de trabalho; Gerenciar a documentação de saúde e segurança no trabalho; Investigar e analisar acidentes para elaboração de recomendações de medidas de prevenção e controle; Inspecionar as áreas, instalações e equipamentos do Município, observando as condições de segurança, inclusive as exigências legais próprias, para identificar riscos de acidentes, propondo medidas corretivas; Sugerir normas internas de segurança, observando as normas regulamentares do Ministério do Trabalho; Recomendar e auditar a utilização de equipamentos de proteção individual; Recomendar, fiscalizar e controlar a distribuição e a utilização dos equipamentos de proteção individual; Instruir os servidores sobre normas de segurança, combate a incêndio e demais medidas de prevenção de acidentes; Realizar levantamentos de áreas insalubres e de periculosidade, recomendando as providências necessárias; Manter controle estatístico dos acidentes de trabalho ocorridos com os servidores municipais; Conduzir veículo oficial para fiscalizar, inspecionar, diligenciar e executar atividades afins as do cargo; Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas à sua especialidade ou ambiente organizacional.

TOPÓGRAFO

Efetuar levantamentos de superfícies, determinando o perfil, localização, dimensões exatas e configuração de terrenos e estradas, para fornecer dados necessários aos trabalhos de construção, de exploração e de elaboração de mapas e laudos de vistoria e de avaliação topográfica; realizar levantamentos topográficos, altimétricos e planimétricos, posicionando e manejando teodolitos, níveis, trenas, bússolas, telêmetros e outros aparelhos de medição, para determinar altitudes, distâncias, ângulos, coordenadas de nível e outras características da superfície terrestre; analisar mapas, plantas, títulos de propriedade, registros e especificações, estudando-os e calculando as medições a serem efetuadas, para preparar esquemas de levantamento da área em questão; fazer os cálculos topográficos necessários; emitir certidões de localização e confrontações de imóveis, conferindo as medidas no local e consultando o cadastro da Prefeitura; registrar os dados em formulários específicos, anotando os valores lidos e cálculos numéricos efetuados, para posterior análise; calcular valores para cobrança de obras de melhoria urbana pelos contribuintes, verificando a obra in loco e dividindo seu valor pelo número de beneficiários, bem como informar estes valores à unidade financeira da Prefeitura; analisar as diferenças entre pontos, altitudes e distâncias, aplicando fórmulas, consultando tabelas e efetuando cálculos baseados nos elementos colhidos, para complementar as informações registradas; elaborar esboços, plantas, mapas e relatórios técnicos; fornecer dados topográficos quanto ao alinhamento ou nivelamento de ruas para os contribuintes, a fim de orientar a construção de casas, estabelecimentos comerciais, entre outros; zelar pela manutenção e guarda dos instrumentos de trabalho, montando-os e desmontando-os adequadamente, bem como retificando-os, quando necessário, para conservá-los nos padrões requeridos e executar outras atribuições afins.

NÍVEL FUNDAMENTAL

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA) – LIMPEZA / ZELADORA

Executar a limpeza e higienização das unidades escolares; executar pequenos reparos elétricos, hidráulicos, sanitários e de alvenaria, bem como, executar a limpeza das áreas externas incluindo serviços de jardinagem; Executar outras tarefas correlatas.

APOIO ADMINISTRATIVO (NUTRIÇÃO ESCOLAR) – MERENDEIRA – COZINHEIRA - (NUTRIÇÃO ESCOLAR) – MERENDEIRA/ZELADORA

Preparar os alimentos que compõem a merenda, manter a limpeza e a organização do local, dos materiais e dos equipamentos necessários ao refeitório e a cozinha, manter a higiene, a organização e o controle dos insumos utilizados na preparação da merenda e das demais refeições; Executar outras tarefas correlatas.

ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Executar serviços de instalação e de manutenção preventiva e corretiva de instalações elétricas de prédios públicos, incluindo os quadros de distribuição, caixa de fusíveis ou disjuntores, reparando ou substituindo peças, com a ajuda de ferramentas manuais comuns e especiais, aparelhos de medição elétrica e eletrônica e material isolante, assegurar condições de funcionamento regular e permanente; efetuar a instalação, reparo ou substituição de tomadas, fios, lâmpadas, painéis, reatores, interruptores, disjuntores, alarmes, campainhas, chuveiros, torneiras elétricas, etc.; realizar a instalação e manutenção de ornamentos de ruas relacionados a festas, desfiles e outras solenidades programadas pela administração; executar outras tarefas correlatas.

ENCANADOR

Executar serviços relacionados à instalação e manutenção da rede hidráulica/sanitária dosprédios públicos, verificando defeitos e executando consertos, reparando ou substituindo peças;testar as redes hidro-sanitárias instaladas ou os equipamentos reparados, utilizando ferramentas específicas, para garantir sua funcionalidade; executar outras tarefas correlatas.

LEITURISTA

Realizar leituras das unidades de consumo de água; Identificar e fazer uso de ferramentas de hidráulica; Fazer pequenos reparos, inspeção e manutenção; Identificar problemas técnicos e mecânicos com hidrômetros; Aferir de hidrômetros; Guardar sigilo das atividades inerentes as atribuições do cargo, levando ao conhecimento do superior hierárquico informações ou notícias de interesse do serviço público ou particular que possa interferir no regular andamento do serviço público; Executar outras tarefas correlatas.

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES – MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS

Conduzir veículos automotores, caminhões e ônibus destinados ao transporte de passageiros e cargas; recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente; manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e da entrega de correspondência ou de pacotes, pequenas cargas que lhe forem confiadas; promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como, a calibração dos pneus; operar rádio transceptor; proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo; executar outras tarefas afins.

MECÂNICO

Consertar peças de máquinas; manufaturar ou consertar acessórios para máquinas; fazer soldas elétricas ou a oxigênio; converter ou adaptar peças; fazer a conservação de instalações eletromecânicas; inspecionar e reparar automóveis, caminhões, tratores, compressores, bombas, etc.; inspecionar, ajustar, reparar, reconstruir e substituir, quando necessário, unidade e partes relacionadas com motores, válvulas, pistões, mancais, sistemas de lubrificação, de refrigeração, de transmissão, diferenciais, embreagens, eixos dianteiros e traseiros, freio, carburadores, aceleradores, magnetos, geradores e distribuidores; esmirilhar e assentar válvulas, substituir buchas de mancais; ajustar anéis de segmento; desmontar e montar caixas de mudança; recuperar e consertar hidrovácuos; reparar máquinas a óleo diesel, gasolina ou querosene; socorrer veículos acidentados ou imobilizados por desarranjo mecânico, podendo usar, em tais casos, o carro-guincho, tomar parte em experiências com carros consertados; executar serviços de chapeamento e pintura de veículos; executar outras tarefas correlatas.

OPERADOR DE TRATOR DE PNEU

OPERADOR (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA-PÁ CARREGADEIRA – MOTONIVELADORA)

Operar tratores, motoniveladoras, retroescavadeiras, pá carregadeira e outras máquinas, para execução de serviços de carregamento e descarregamento de material, escavação, terraplanagem, nivelamento de solo, pavimentação, desmatamento, retirada de cascalho, dragagem em rios e conservação de vias públicas; inspecionar as condições operacionais do equipamento, inclusive níveis de água e óleo, antes de sua utilização; providenciar o abastecimento e a manutenção preventiva e corretiva do equipamento; zelar pela conservação do equipamento; respeitar as normas técnicas e os regulamentos do serviço; executar outras tarefas correlatas.

OPERADOR DE ETA

Executar serviços destinados a promover a operação e manutenção das estações de tratamento e de recalque dos sistemas de água. Preparar soluções e dosadores de produtos químicos. Realizar as análises físico-químicas. Fazer limpeza na ETA. - Proceder à lavagem das unidades de filtração. Preencher os relatórios diários da ETA. Proceder à leitura, anotações periódicas e manter-se atento às indicações dos aparelhos instalados, tais como manômetros, amperímetros, voltímetros, medidores de vazão, de energia, etc. bem como encarregar-se da conservação e manutenção dos mesmos. Executar outras tarefas correlatas.

PEDREIRO

Efetuar a localização de pequenas obras; fazer alicerces; levantar paredes de alvenaria; fazer muros de arrimo; trabalhar com instrumentos de nivelamento e prumo; construir bueiros, fossas e pisos de cimento; fazer orifícios em pedras, acimentados e outros materiais; proceder e orientar a preparação de argamassa para junções de tijolos ou para reboco de paredes; preparar e aplicar caiações em paredes; fazer blocos de cimento; mexer e colocar concreto em formas e fazer artefatos de cimento; assentar marcos de portas e janelas; colocar azulejos e ladrilhos; armar andaimes; fazer reparos em obras de alvenaria; instalar aparelhos sanitários; assentar e recolar tijolos, tacos, lambris e outros; trabalhar com qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e outros materiais de construção; operar com instrumentos de controle de medidas; cortar pedras, orientar e fiscalizar os serviços executados pelos ajudantes e auxiliares sob sua direção; dobrar ferro para armações de concretagem; executar outras tarefas correlatas.

SERVIÇOS GERAIS

Carregar e descarregar veículos em geral; transportar, arrumar e elevar mercadorias, materiais de construção e outros; fazer mudanças; proceder à abertura de valas; efetuar serviços de capina em geral; varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos de vias públicas e próprios municipais; zelar pela conservação e limpeza de sanitários; auxiliar em tarefas de construção, calçamento e pavimentação em geral; auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais; auxiliar nos serviços de abastecimento de veículos; cavar sepulturas e auxiliar no sepultamento; manejar instrumentos agrícolas; executar serviços de lavoura (plantio, colheita, preparo do terreno, adubações, pulverizações, etc.), aplicar inseticidas e fungicidas; cuidar de currais, terrenos baldios e praças; alimentar animais sob supervisão; proceder a lavagem de máquinas e veículos de qualquer natureza, bem como a limpeza de peças e oficinas; executar tarefas afins.

VIVEIRISTA

Coletar sementes no chão ou em árvores, inclusive em altura, bem como executar a secagem e seu beneficiamento; realizar semeio, irrigação, adubação e manutenção de mudas e plantas; executar serviços de poda de plantas e árvores; executar serviços de roçado mecânico ou manual e capina química ou manual; aplicar produtos químicos para controle de pragas em canteiros; preparar, organizar e limpar o local de trabalho; zelar pela limpeza e conservação dos materiais e equipamentos utilizados para a execução dos serviços; executar as atividades em conformidade com as normas e procedimentos técnicos e de segurança, qualidade, higiene e preservação ambiental; Executar outras atividades correlatas, a critério do superior imediato.

VIGIA

Efetuar rondas noturnas nos próprios municipais, praças, jardins e áreas de responsabilidade da Prefeitura, observando pessoas suspeitas, trânsito de veículos, concentrações de pessoas, etc.; Acionar a Policia Militar em casos de suspeição, depredação ou risco ao patrimônio público; Executar serviços de vigilância noturna e/ou diurna, de acordo com orientações da chefia imediata; Conferir mobiliário e equipamentos na chegada e após o expediente, notificando quaisquer ocorrências; Verificar itens de segurança nas instalações: portas, janelas, grades, alarmes ou pontos vulneráveis que possam comprometer a segurança do local; Responsabilizar-se pela guarda de chaves das dependências onde esteja exercendo suas atividades; Dar proteção aos servidores e munícipes, nas dependências onde estiver exercendo suas atividades; Realizar serviços de portaria, quando necessário; Realizar serviços de segurança em eventos realizados pelo município, quando convocado; Realizar outras tarefas afins.

ANEXO IV – CRONOGRAMA DO CONCURSO

DATA	EVENTOS
13/07	Divulgação do Edital de Abertura do Concurso
17/07 a 09/08/2017	Período de Inscrições
17 a 19/07/2017	Período de solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição
28/07/2017	Divulgação do resultado do Pedido de Isenção
10/08/2017	Último dia para efetuar o Pagamento do Boleto Bancário
10/08/2017	Último dia para envio dos documentos para Pessoas com Deficiência, atendimento especial ou condição de Jurado
18/08/2017	Divulgação da homologação das inscrições
21 e 22/08/2017	Período para interposição de recursos das inscrições
30/08/2017	Resultado – Recurso Homologação
1º/10/2017	Aplicação da Prova Objetiva
02/10/2017	Divulgação do Gabarito Preliminar
03/10 a 04/10/2017	Período para interposição de recursos do Gabarito Preliminar
03/10/2017	Aplicação da Prova Prática
13/10/2017	Divulgação do Gabarito Definitivo
13/10/2017	Resultado Final preliminar
16 e 17/10/2017	Período para interposição de recursos – Resultado preliminar
20/10/2017	Resultado Final

- Este cronograma tem caráter orientador, podendo ter suas datas alteradas em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério do Município Colniza-MT em acordo com a KLC – Consultoria em Gestão Pública Ltda.

- Todos os Atos inerentes ao prosseguimento do Concurso Público serão objeto de publicação por Editais afixados junto ao Painel de Publicação da Prefeitura Municipal e publicados na internet, nos sites **www.klcconcursos.com.br e www.colniza.mt.gov.br**. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o cronograma, os comunicados e os editais referentes ao andamento deste Concurso Público, divulgados nos meios acima mencionados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 032/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 032/2017

PREGÃO: N° 051/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 3.169, Bairro Centro, cidade de Comodoro – MT, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n.º 01.367.853/0001-29, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor **Jeferson Ferreira Gomes**, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Acácias nº 112, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominado de **GERENCIADORA** e as empresas: **S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA - EPP**, CNPJ: 08.711.005/0001-34, instalada na Av Miguel Sutil nº 14.230, quadra 09 lote 05, Coophomil, na cidade de Cuiabá-MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais da Divida Ativa da União nº 952D. 6BA2.E42E.FD83 de 28/04/2017 à 25/10/2017, neste ato representado pelo seu procurador o Sr. **Jamim Benedito de Arruda**, RG: 1143.216 SSP/MT, CPF: 103.422.061-68, residente e domiciliado na cidade de Cuiabá-MT, **RM CONFECÇÕES LTDA – EPP**, CNPJ: 01.171.750/0001-99, instalada na Av. Tenente Coronel Duarte nº 2030, bloco 04, bairro Porto, no Município de Cuiabá/MT, Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a divida Ativa da União nº 3CE7.6345.2CBA.A5E0 de 15/05/2017 à 11/11/2017, neste ato representado pela sua procuradora a Sra. **Gabriela Leite Heinsch**, residente e domiciliada no Município de Comodoro/MT, **IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA – ME**, CNPJ: 08.952.092/0001-11, Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais da Divida Ativa da União nº E560.ECBC.89FA.57B4 de 28/03/2017 à 24/09/2017, instalada na Rua das Aroeiras nº 570, Setor Comercial no Município de Sinop /MT, neste ato representado por seu Sócio- Administrador o Sr. **Emerson de Oliveira Costa**, residente e domiciliado na Cidade de Sinop/MT doravante denominadas **FORNECEDORAS**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 051/2017 e Processo Administrativo n.º 068/2017, ao **RE-**

GISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir. A presente licitação tem por objeto **REGISTRO DE PREÇO** para futura e eventual aquisição de camisetas tipo promocional, uniformes esportivos e bonés atendendo diversas secretarias do município, sendo registrados os preços da empresas: **S M GIUSTTI DE ARRUDA & CIA LTDA – EPP,** no valor de R$ 46.957,50 (quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos); **RM CONFECÇÕES LTDA – EPP,** no valor de R$ 67.283,00 (sessenta e sete mil duzentos e oitenta e três reais); **IMPACTO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA – ME,** no valor de R$ 57.070,00 (cinquenta e sete mil e setenta reais)

O valor total da presente ATA é de R$ 171.310,50 (Cento e setenta e um mil trezentos e dez reais e cinqüenta centavos).

Fica declarado que o presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Comodoro-MT, 07 de julho de 2017.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 051/2017

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°031/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°031/2017

PREGÃO: N° 046/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Espírito Santo nº 199E, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 01.367.853/0001-29, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Senhor Jeferson Ferreira Gomes, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado à Rua das Acácias nº 112, Centro, nesta cidade de Comodoro – MT, portador da Cédula de Identidade RG n.º 1195680-1SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 839.891.371-15, doravante denominada de GERENCIADORA, e a empresa G. DE M. LOPES & CIA LTDA -ME, inscrita no CNPJ 16.422.680/0001-71, instalada na Avenida Gabriel Muller s/nº , terminal rodoviário, módulo 02, na cidade de Juína - MT, representada neste ato pelo seu procurador Deirde Rodrigues Gomes, casado, portador do CPF nº 309.054.861-53 e do RG nº 174.1858-5 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua das Aroeiras nº 420 E, Centro, Município de Comodoro – MT, doravante denominada FORNECEDORA, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 046/2017, Processo Administrativo nº. 060/2017 ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de passagens terrestres e fretes de encomendas, atendendo a diversas secretarias, sendo vencedora a empresa: G. D. M LOPES & CIA LTDA - ME, no valor de R$ 430.620,00 (quatrocentos e trinta seiscentos e vinte reais).

O valor total da presente ATA é de R$ 430.620,00 (quatrocentos e trinta mil seiscentos e vinte reais).

Fica declarado que o presente Ata terá validade pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

Comodoro-MT, 07 de julho de 2017.

Original com texto completo devidamente assinado, consta dos autos do processo do Pregão Presencial com Registro de Preço n.º 046/2017

EXTRATO TERMO DE PARCERIA Nº 004/2017

TERMO DE PARCERIA Nº 004/2017

DATA: 30/06/2017

PARCEIRA: Prefeitura Municipal de Comodoro

PARCEIRO: **Fabio de Souza Silva**

OBJETO: O presente Termo de Parceria previsto na Lei nº 1.560/2015 de 02.03.2015, tem por objetivo a união de esforços entre os parceiros visando criar condições para o transporte do aluno: Cauã Henrinque Grava da Silva**,** de sua residência localizada na Fazenda Paredão– Zona Rural até Escola M. Rosa Kasinsque, pelo período de 06 (seis) meses.

DOTAÇÃO: 06.02.2019.33.90.30 (232)

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 059/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL PREÇO Nº 059/2017

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL n° 059/2017, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO DE PASSEIO AUTOMOTIVO NOVO (ZERO QUILÔMETRO), PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE ESF SÃO FRANCISCO,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas do dia 26/07/2017, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 12 de julho de 2017.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO 058/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 058/2017

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO - EDITAL n° 058/2017, tendo como objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CHAVEIRO E REFRIGERAÇÃO ATENDENDO A DIVERSAS SECRETARIAS,** cuja abertura ocorrerá às 10:00 horas do dia 25/07/2017, na sede da Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Pregoeira/Equipe de Apoio das 8:00 às 11:00 horas.

Comodoro – MT, 12 de julho de 2017.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2017 DE 11 DE JULHO DE 2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2017 de 11 de Julho de 2017

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item II da Constituição Federal e o disposto no art. 24 Lei Complementar nº 020 de 28 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município e,

CONSIDERANDO: medida liminar deferida nos autos nº 5178-71.2017.811.0059 da Segunda Vara Cível da Comarca de Porto Alegre do Norte.

CONVOCA:

O candidato aprovado no Concurso Público Municipal Edital nº 001/2015 e relacionado à abaixo, que deverá comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, na Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos, no horário das 7:00h às 11:00h para assumir seu respectivo cargo, apresentando os documentos exigidos no anexo I deste edital para posse.

CARGO	SECRETARIA	CARGA HORARIA	CLASSIF	CANDIDATO APROVADO
PNSS-ENFERMEIRO-40 HORAS	SAUDE	40	5º	FABIANA MORENO

O não comparecimento do (a) candidato (a) no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, e a apresentação da documentação prevista no edital do Concurso 001/2015, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Confresa-MT, 11 de Julho de 2017.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

Anexo I

Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação fotocópia autenticado em cartório, que comprove o que segue abaixo:

1 - Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

3 - Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts 12 e 37, I da CF/88);

4 - Titulo de eleitor;

5 - Certidão de quitação eleitoral (Cartório Eleitoral) ou pela Internet;

6 - Certidão de nascimento ou casamento com as respectivas averbações se for o caso;

7 - Certificado de reservista, de dispensa de incorporação, ou outro documento de quitação com o serviço militar (para o sexo masculino);

8 - Comprovante de endereço atualizado;

9 - CTPS - Carteira de Trabalho;

10 - Carteira Nacional de Habilitação - CNH (exigido nos cargos de motorista);

11 - Declarações de Bens (se não houver, emitir certidão de que não possui bens);

12 - Certidão de nascimento dos filhos (se for menor de 07 anos, trazer copia do cartão de vacina e se for de 08 a 14 anos trazer comprovante de frequência escolar junto com a certidão de nascimento);

13 - Comprovante de escolaridade/pré-requisitos de acordo com o estabelecido no Edital;

14 - Certificado de conclusão e histórico do respectivo curso técnico ou superior, correspondente ao cargo (Diploma ou Certificado juntamente com o Histórico);

15 - Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada incluindo-se comprovante de quitação de anuidade referente ao calendário e certidão de regularidade;

16 - Certidão Negativa junto a Receita Fazendária Municipal (setor de Tributação da Prefeitura de Confresa - MT);

17 - Certidão Negativa Civil e Criminal Estadual da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

18 - Declaração negativa de acúmulo de cargo público em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal;

19 - Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

20 - Exames Laboratoriais (hemograma completo, Ácido Úrico, Glicose, Raio-X Tórax, Eletro Cardiograma, colesterol completo, VDRL, VHS, ultrassom pélvica (sexo feminino), parasitológico, glicemia, teste ergométrico), Avaliação Psicológica (Laudo com métodos utilizados na avaliação);

21 - Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) será expedido de acordo com exigências da Administração Municipal mediante todos os exames do item 21, a serem entregues no Departamento de Recursos Humanos, o qual encaminhará ao perito indicado pela prefeitura conforme o caso;

22 - 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

23 - Conta Corrente/Agência/Município – Banco do Brasil;

24 - Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF) do cônjuge e dos pais;

25 - Qualificação profissional do cônjuge e dos pais;

26 - Telefone de contato (residencial e/ou celular);

25 - E-mail;

26 – PIS/PASEP;

7.5 - Os exames médicos admissionais solicitados nos Itens 21 serão de inteira responsabilidade do candidato Em hipótese alguma a Prefeitura Municipal de Confresa se responsabilizará pela execução e pagamento dos mesmos.

7.6 - No caso do Agente Comunitário de Saúde este deverá entregar comprovação (comprovante de água, luz, telefone ou IPTU) de que já residia na área para a qual se inscreveu desde a publicação deste edital.

Observação:

Os documentos deverão ser copia de boa qualidade, bem legível.

Cada documento devera ser tirado copia independente um em cada folha formato retrato.

Solicitamos a apresentação previa junto ao Depto de Recursos Humanos para conferencia e/ou orientação antes de autenticá-las.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 308/2017 DE 03 DE JULHO DE 2017 - RYANE CARLA ALVES

Portaria 308/2017 de 03 de Julho de 2017.

DESIGNA SERVIDOR EM ESTAGIO PROBATORIO PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES JUNTO À OUTRA SECRETARIA DA AUTARQUIA ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO: a necessidade de um servidor no âmbito da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO: a necessidade de adequação do quadro de pessoal com vistas à otimização dos serviços;

CONSIDERANDO: a perfeita compatibilidade para execução das atividades inerentes às funções da servidora com as executadas no âmbito da Secretaria Municipal de Administração.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora RYANE CARLA ALVES, matricula 012749, ocupante do cargo efetivo de PNSS-ADMINISTRADOR DO SUS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para exercer suas funções junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de julho de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 307/2017 DE 03 DE JULHO DE 2017 - BEATRIZ MOREIRA DA SILVA

Portaria 307/2017 de 03 de Julho de 2017.

DESIGNA SERVIDOR EM ESTAGIO PROBATORIO PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES JUNTO À OUTRA SECRETARIA DA AUTARQUIA ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO: a necessidade de um servidor no âmbito do Gabinete do Prefeito;

CONSIDERANDO: a necessidade de adequação do quadro de pessoal com vistas à otimização dos serviços;

CONSIDERANDO: a perfeita compatibilidade para execução das atividades inerentes às funções da servidora com as executadas no âmbito do Gabinete do Prefeito.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora BEATRIZ MOREIRA DA SILVA, matricula 012750, ocupante do cargo efetivo de PNSG-ALIMENTADOR DO APLIC, lotada na Secretaria Municipal de Administração, para exercer suas funções junto ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

Confresa-MT, 03 de julho de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1485/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2017, que tem como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, produtos de copa e cozinha e hortifrutigranjeiros, teve como vencedoras as seguintes empresas: ABSOLUTO SUPERMERCADO LTDA, sob CNPJ nº 09. 296.387/0002-20, totalizando o valor de R$ 157.840,77 (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta reais e setenta e sete centavos) dos itens adjudicados; C L SUPERMERCADO LTDA - EPP, sob CNPJ nº 10. 695.537/0001-77, totalizando o valor de R$ 215.417,25 (duzentos e quinze

reais quatrocentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos) dos itens adjudicados; ERICA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA EIRELI - ME, sob CNPJ nº 26.982.733/0001-62, totalizando o valor de R$ 72.070,91(setenta e dois mil setenta reais e noventa e um centavos) dos itens adjudicados e a empresa SETE COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.578.067/0001-69, com o valor total de R$ 61. 535,87 (sessenta e um mil quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos).

Conquista D'Oeste, 12 de Julho de 2017.

Fernando Roberto de Moraes

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/2017

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Processo Seletivo Simplificado 02/2017, que deverão comparecer no prazo de 10 (Dez) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:30h às 11:00h e de 13:00 às 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, apresentando **fotocópia** da seguinte documentação:

• Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

• Fotocópia da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

• Fotocópia da Cédula de Identidade e CPF;

• Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

• Fotocópia do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

• Fotocópia do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

• Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

• Fotocópia do comprovante de Escolaridade;

• Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

• Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

• Conta bancária;

• Endereço atualizado;

• Fotocopia da CNH exigida para o exercício do cargo (quando necessário).

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (Dez) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA E RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi selecionado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 12 de Julho de 2017.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

Cargo: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR/ ASSISTENTE SOCIAL – CENTRO

ODÉLIO CARDOSO DA SILVA

Cargo: AGENTE PÚBLICO – CENTRO

CACILDA ROGERIA ALVES

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 266/2017

O Prefeito Municipal de Cotriguaçu/MT, Jair Klasner, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR para compor a Comissão Organizadora da 7º Conferência Municipal de Assistência Social de Cotriguaçu, os seguintes servidores:

- Cesar Augusto Santos

- Leda Pereira Souza Silva

- Keila Marlene Baumhardt dos Santos

- Gleiciane Orben da Silva

- Ivana Maria Boerer Souza

Art. 2º - Designar os responsáveis pela organização da Conferência, desde a divulgação até a plenária final e elaboração de relatório final.

Art. 3º - Nomear os seguintes conselheiros para compor a comissão organizadora da 7ª Conferência Municipal de Assistência Social:

I – Carlos André Krebs;

II – Vanilda Aparecida Pinto

III – Sandro Trettel da Silva

IV – Valeria Almeida

Art. 4º Nomear como Apoio Administrativo à comissão organizadora, as seguintes Funcionárias:

I – André Luís Silveira;

II – Lenir Cheches

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Cotriguaçu- MT, 07 de Julho de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

CESAR AUGUSTO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Registrada e Publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos por lei municipal. Data supra.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SEMENTES PARA ATENDER A DEMANDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA - EPP**

CNPJ nº:: 10.257.026/0001-73.

Valor total da ata: R$ 5.611,30 (Cinco mil e seiscentos e onze reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 12 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 063/2017

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **RITA CORREA** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **28 de Novembro de 2009 a 27 de Novembro de 2014**;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **RITA CORREA,** matrícula funcional 259-1**,** ocupante do Cargo/Função de Auxiliar de Serviços Técnicos/Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **04 de Julho de 2017 a 01 de Outubro de 2017.**

ART. 2º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 12 de Julho de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SEMENTES PARA ATENDER A DEMANDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **GEB COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME**

CNPJ nº:: 07.097.898/0001-07.

Valor total da ata: R$ 65.821,50 (sessenta e cinco mil e oitocentos e vinte e um reais e cinqüenta centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 12 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017/ SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SEMENTES PARA ATENDER A DEMANDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedores as empresas:

GEB COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº: 07.097.898/0001-07, que sagrou-se vencedora dos itens nº 271, 33358, 33359, 33366, 33372, 33374, 33376, 33378, 33379, 33381, 33382, 33390, 33391, 3400, 34001, 34004, 34005, 34006, 34008, 34009, 34012, 34013, 34014 com o valor total de R$ 65.821,50 (sessenta e cinco mil e oitocentos e vinte e um reais e cinqüenta centavos).

BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº: 10.257.026/0001-73, que sagrou-se vencedora dos itens nº 301, 303, 33375, 33384 e 33998 com o valor total de R$ 5.611,30 (Cinco mil e seiscentos e onze reais e trinta centavos).

Diamantino – MT, 12 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 81/2017

*"**Estabelece alteração da data de sorteio do Prêmio do IPTU 2017 e condiciona Assinatura Digital**"*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o primeiro sorteio da campanha "IPTU em dia Gera Prêmio", conforme regulamento do Decreto n.º 051/2017, que seria em 31.07.2017, para o dia 02.09.2017 (sábado), as demais datas permanecem inalteradas.

Art. 2º - Fica, em virtude do sistema via WEB, que as intimações fiscais, notificações, e auto de infração, serão assinadas pelo fiscal de tributos digitalmente, sempre com expressão "Documento assinado digitalmente", e tendo os mesmos efeitos jurídicos da assinatura convencional.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 11 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 09:00 horas do dia 08 de Agosto de 2017, serão recebidos os documentos de Habilitação e Proposta de preços para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO MUSEU LANGSDORF NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível

no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 13 de Julho de 2017.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 064/2017

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **IZABEL LOURENÇA DE OLIVEIRA** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **02 de Janeiro de 2012 a 01 de Janeiro de 2017**;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **IZABEL LOURENÇA DE OLIVEIRA,** matrícula funcional 135-1**,** ocupante do Cargo/Função de Técnico Nível Médio/Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **31 de Julho de 2017 a 28 de Outubro de 2017.**

ART. 2º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 12 de Julho de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

GABINETE
ERRATA DA PORTARIA Nº 0161/2017

Portaria n.º 0161/2017 publicado no Diário Oficial n.º 2.758 dia 27 de junho de 2017.

Correções:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Designar o Senhor **ROBERTO CAMILO DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do CPF n.º 384.628.771-72, e RG n.º 05030331 SSP/MT, como Fiscal do Contrato **nº 006/2017**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Máquina Motoniveladora para a Manutenção de Estradas Vicinais do Município de Diamantino – MT.

LEIA-SE:

Art. 1º - Designar o Senhor **ROBERTO CAMILO DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do CPF n.º 384.628.771-72, e RG n.º 05030331 SSP/MT, como Fiscal do Contrato **nº 071/2017**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Máquina Motoniveladora para a Manutenção de Estradas Vicinais do Município de Diamantino – MT.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino - MT, 28 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 09:00 horas do dia 15 de Agosto de 2017, serão recebidos os documentos de Habilitação e Proposta de preços para a **CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, VEICULAÇÃO, PLANEJAMENTO, PESQUISAS E PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA TELEVISAO, RADIO, JORNAL IMPRESSO E INTERNET, PARA A PREFEITURA DE DIAMANTINO/MT.** O Edital poderá ser obtido junto à Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 13 de Julho de 2017.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Presidente da CPL.

GABINETE
ERRATA DA PORTARIA Nº 0161/2017

Portaria n.º 0161/2017 publicado no Diário Oficial n.º 2.758 dia 27 de junho de 2017.

Correções:

ONDE SE LÊ:

Art. 1º - Designar o Senhor **ROBERTO CAMILO DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do CPF n.º 384.628.771-72, e RG n.º 05030331 SSP/MT, como Fiscal do Contrato **nº 006/2017**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Máquina Motoniveladora para a Manutenção de Estradas Vicinais do Município de Diamantino – MT.

LEIA-SE:

Art. 1º - Designar o Senhor **ROBERTO CAMILO DE SOUZA,** brasileiro, casado, portador do CPF n.º 384.628.771-72, e RG n.º 05030331 SSP/MT, como Fiscal do Contrato **nº 071/2017**, cujo OBJETO é: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Máquina Motoniveladora para a Manutenção de Estradas Vicinais do Município de Diamantino – MT.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino - MT, 28 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 233 /2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS VEICULARES DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR ADITADO: 37.046,20 (TRINTA E SETE MIL E QUARENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS).

PRAZO: PRORROGA-SE POR MAIS 12 MESES 30/06/2017 A 30/06/2018

CONTRATADO: BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS.

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 30 DE JUNHO DE 2017.

GABINETE
DECRETO Nº 82/2017

*"**Autoriza o Reajuste Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário de Diamantino e dá outras providências**"*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO**, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica,

Considerando que a Cláusula Vinte do Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário de Diamantino/MT nº 217/2014, prevê que as tarifas referentes a tais serviços serão reajustadas a cada 12 (doze) meses pelo índice IPCA,

ConsiderandoAta da Quinquagésima Primeira Sessão Regulatória da Diretoria Executiva Colegiada da AGER/MT, realizada em 03 de julho de 2017, acolheu o requerimento realizado pela concessionária, pelo reajuste tarifário de 4,76% sobre a Tarifa Referencial de Água (TRA), a ser válido após 30 (trinta) dias da publicação do aviso de reajuste em jornal de grande circulação na área da concessão,

Considerandoque a concessionária tornou público o reajuste, através do Aviso de Reajuste publicado no dia 08 de julho de 2017, no Jornal Gazeta Digital.

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Empresa Águas de Diamantino S.A. autorizada a reajustar as tarifas dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário de Diamantino em 4,76%, alterando o valor da TRA (Tarifa Referencial de Água) para R$ 2,57 (dois reais e cinquenta e sete centavos)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09 de agosto de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 11 de julho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2017

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 011/2017, e autorizo a contratação direta da empresa **PLUG-MAIS DISTRIBUIDORA INFORM. TELECOMUNICAÇÕES - LTDA**, inscrita no **CNPJ nº 07.388.781/0001-82**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MELHORAMENTO DA REDE DE INTERNA DE INTERNET DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT,** no valor de R$ 17.961,9396 (Dezessete mil, novecentos e sessenta e um reais e noventa e três centavos e noventa e seis milésimos). A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8. 666/93, combinado com a Lei Municipal nº 1.082/2015 e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 13 de Julho de 2017.

_____

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SETOR RH
DECRETO Nº 072/2017

DISPÕE SOBRE A REENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES EFETIVOS EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 881/2013 E 1.164/2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam reenquadrados os servidores efetivos relacionados, na tabela abaixo, anexa de acordo com a Lei Nº 1.164/2017.

Art. 2º- - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 01/06/2017, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 19 de Junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal

NOME	CARGO	FUNÇÃO	CARGO/NÍVEL ATUAL	ENQUAD.	SALÁRIO ATUAL	SALÁRIO ENQUAD.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO						
Eliane Cristine da Costa Magalhães	Agente Administrativo	Agente Administrativo	B - 05	B - 06	R$ 2.021,41	R$ 2.203,98
Honorina Fontes de Souza Neta	Agente Administrativo	Agente Administrativo	B - 08	B - 09	R$ 2.314,84	R$ 2.509,14
Maria Odetes da Silva Gonçalves	Agente Administrativo	Agente Administrativo	A - 05	A - 06	R$ 1.828,06	R$ 1.916,49
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS						
Jozenil Boabaid Regis	Agente Publico Municipal	Serviços Gerais	D - 07	D - 08	R$ 2.295,06	R$ 2.492,17
Elton Moraes da Costa	Agente Publico Municipal	Serviços Gerais	A - 03	A - 04	R$ 1.303,50	R$ 1.428,25
Nilton Cezar dos Santos	Agente Operacional e Manutenção	Motorista de Veículos Pesados	C - 07	B - 07	R$ 2.506,20	R$ 2.305,71
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Ana Cristina dos Santos	Técnico de Nível Superior	Assistente Social	A - 04	B - 04	R$ 5.457,31	R$ 6.275,91
Amanda Campos de Almeida	Agente Publico Municipal	Almoxarife	C - 01	C - 02	R$ 1.573,50	R$ 1.667,93
Cristina Carmelita da Silva	Agente Publico Municipal	Serviços Gerais	D - 07	D - 08	R$ 2.295,06	R$ 2.492,17

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Durval Domingos	Agente Administrativo	Agente Administrativo	B - 05	B - 06	R$ 2.021,41	R$ 2.203,98
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO						
Gerson Vidal de Souza	Agente Administrativo	Agente Administrativo	A - 08	B - 08	R$ 2.093,41	R$ 2.407,43
Adercy Nogueira Gama	Agente Publico Municipal	Vigia	D - 07	D - 08	R$ 2.295,06	R$ 2.492,17
Cosme Boabaid Alves	Agente Publico Municipal	Vigia	B - 07	B - 08	R$ 1.900,55	R$ 1976,57
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA						
Adonalia Domingues de Lacerda	Agente Publico Municipal	Agente de Higienização em Saúde	A - 07	A - 08	R$ 1.582,22	**R$ 1.718,76**
Urbano Rodrigues Fontes Neto	Agente Publico Municipal	Monitor Ambiental	C - 07	C - 08	R$ 2.057,67	R$ 2.234,40
Viviane Vanni Carvalho	Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	B - 02	C - 03	**R$** 1.620,12	R$ 1.904,69
Célia Silva Régis	Agente Publico Municipal	Agente de Higienização na Saúde	A - 01	B - 02	R$ 1.283,02	R$ 1.475,46
Mariluza Nunes Canavarros	Agente Saúde Ambiental	Agente Saúde Ambiental	A - 01	B - 02	R$ 1.368,01	R$ 1.573,22
Natalina de Almeida	Agente Publico Municipal	Agente de Higienização em Saúde	A - 01	A - 02	R$ 1.233,68	R$ 1.283,02
Emanoelle de Campos Dias	Agente de Fiscalização	Fiscal de Saúde Público	A - 01	B - 02	R$ 1.562,69	R$ 1.797,10
Maria Claudia Ramos Cabete Pereira	Técnico de Nível Superior	Fonoaudióloga	A - 01	B - 02	R$ 4.902,32	R$ 5.637,68
Silvanete Almeida da Silva	Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	B - 02	C - 03	R$ 1.684,92	R$ 1.904,69
Quinesvita Barroso dos Anjos	Técnico de Nível Superior	Administrador	B - 03	C - 03	R$ 5.956,78	R$ 6.733,75
Alvina Sebastiana de Almeida	Agente Publico Municipal	Agente de Higienização em Saúde	A - 07	A - 08	R$ 1.652,66	R$ 1.718,76
Suzana Dalmolin Capistrano	Técnico de Nível Superior	Dentista	A - 01	A - 02	R$ 4.446,97	R$ 4.902,32
Tania Maria Ferreira da Rocha	Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	A - 01	B - 02	R$ 1.308,17	R$ 1.594,67
Eliane Campos da Silva	Agente Comunitário de Saúde	Agente Comunitário de Saúde	B - 02	C - 03	R$ 1.594,677	R$ 1.904,69
Miguelina Lucinda de Almeida	Agente Publico Municipal	Agente de Higienização em Saúde	A - 07	A - 08	R$ 1.646,13	R$ 1.718,76

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 061/2017

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **JUCINEIA ALMEIDA DE AQUINO** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **19 de Março de 2012 a 19 de Março de 2016**;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **JUCINEIA ALMEIDA DE AQUINO,** matrícula funcional 3062-1**,** ocupante do Cargo/Função de Agente Público Municipal/Copeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **05 de Junho de 2017 a 02 de Setembro de 2017.**

ART. 2º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 12 de Julho de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 062/2017

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **SEILA BORGES DOS SANTOS** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **16 de Dezembro de 2008 a 15 de Dezembro de 2013**;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **SEILA BORGES DOS SANTOS,** matrícula funcional 1604-1**,** ocupante do Cargo/Função de Agente Público Municipal/Agente de Higienização da Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **17 de Julho de 2017 a 13 de Outubro de 2017.**

ART. 2º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 12 de Julho de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2015

CONTRATADO (A):S.O.S CONSTRUTORA, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA – ME

CNPJ sob nº 05.543.903/0001-32

DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação** do prazo de vigência e execuçãoconstante na Clausula VI do **Contrato nº 007/2015**, até 19/09/2017, conforme parecer técnico e jurídico.

DATA DO TERMO : 19/06/2017

DOM AQUINO - MT,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2015

CONTRATADO (A): **LOURIVAL CANDIDO PORTUGUES ME**

CNPJ sob nº 05.543.903/0001-32

DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de 02 mesesdo prazo global, constante da Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços nº 016/2015, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DO TERMO : 25/05/2017

DOM AQUINO - MT,

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

ERRATA DO 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 65/2012

Texto:

O município de gaúcha do Norte MT, neste ato representado pelo senhor Prefeito VONEY RODRIGUES GOULART, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, no uso de suas atribuições, publica ERRATA do 6º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 65/2012, para nele fazer constar que:

ONDE SE LÊ:

QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 65/2012;

LEIA-SE:

SEXTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 65/2012;

Gaúcha do Norte MT, 05 de julho de 2017.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

RREO 2017 1º



Ente: 5103858 - Gaúcha do Norte/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10655 - Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte - MT
Exercício: 2017
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 1º quadrimestre

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Quadro: Despesa com Pessoal
Rótulo: Padrão
Despesa com Pessoal
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)
Pessoal Ativo
Pessoal Inativo e Pensionistas
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Quadro: DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal
Rótulo: Padrão
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Quadro: Notas Explicativas
Rótulo: Padrão
Notas Explicativas
Notas Explicativas
Notas Explicativas

Grupo: Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Quadro: Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Rótulo: Padrão

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Grupo: Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Quadro: Notas Explicativas
Rótulo: Padrão

Notas Explicativas
Notas Explicativas
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno

Notas Explicativas

Grupo: Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado
Quadro: Notas Explicativas
Rótulo: Padrão

Notas Explicativas
Notas Explicativas

Notas Explicativas

Despesa Executada com Pessoal	
Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
DESPESAS LIQUIDADAS (a)	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
16.512.862,02	0,00
16.512.862,02	
0,00	0,00
16.512.862,02	0,00

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
Valor	**% sobre a RCL Ajustada**

29.909.440,59	
0,00	
29.909.440,59	
16.512.862,02	55,21
16.151.097,92	54,00
15.343.543,02	51,30
14.535.988,13	48,60

Valores
30/04/2017

	Exercício de Descumprimento do Limite
	No Quadrimestre/Semestre
Limite Máximo (a)	% DTP (b)

Valores
30/04/2017

Valores
30/04/2017

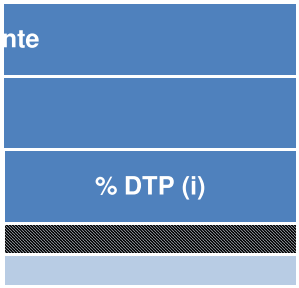
Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP

	Exercício do Primeiro Período Seguinte	
	Primeiro Período Seguinte	
% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)



	Exercício do Segundo Período Segui	
	Segundo Período Seguinte	
% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)





R

RGF 2017 1º



Ente: 5103858 - Gaúcha do Norte/MT
Poder: E - Executivo
Instituição: 10655 - Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte - MT
Exercício: 2017
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 1º quadrimestre

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Quadro: Despesa com Pessoal
Rótulo: Padrão
Despesa com Pessoal
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)
Pessoal Ativo
Pessoal Inativo e Pensionistas
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Quadro: DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal
Rótulo: Padrão
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)

Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Quadro: Notas Explicativas
Rótulo: Padrão
Notas Explicativas
Notas Explicativas
Notas Explicativas

Grupo: Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Quadro: Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Rótulo: Padrão

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Grupo: Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Quadro: Notas Explicativas

Rótulo: Padrão

Notas Explicativas
Notas Explicativas
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno

Notas Explicativas

Grupo: Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado
Quadro: Notas Explicativas
Rótulo: Padrão

Notas Explicativas
Notas Explicativas

Notas Explicativas

Despesa Executada com Pessoal	
Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
DESPESAS LIQUIDADAS (a)	**DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)**
16.512.862,02	0,00
16.512.862,02	
0,00	0,00
16.512.862,02	0,00

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
Valor	**% sobre a RCL Ajustada**

29.909.440,59	
0,00	
29.909.440,59	
16.512.862,02	55,21
16.151.097,92	54,00
15.343.543,02	51,30
14.535.988,13	48,60

Valores
30/04/2017

	Exercício de Descumprimento do Limite
	No Quadrimestre/Semestre
Limite Máximo (a)	% DTP (b)

Valores
30/04/2017

Valores
30/04/2017

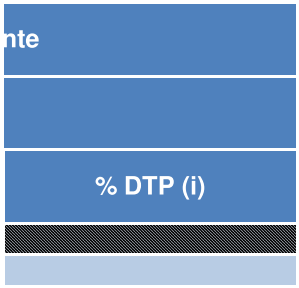
Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP

	Exercício do Primeiro Período Seguinte	
	Primeiro Período Seguinte	
% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)



	Exercício do Segundo Período Segui	
	Segundo Período Seguinte	
% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)





PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 07/2017 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 016/2017

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Glória D' Oeste, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste, de um lado o **MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ sob o n.º 37.464.955/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **PAULO REMÉDIO**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado á Avenida dos Imigrantes nº 2083, Centro, na cidade de Glória D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº. 428.609 SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 361.992.571-20, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa E. L. PAS & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.745.389/0001-58, estabelecida a Avenida Dr. Guilherme Pinto Cardoso nº 505, Bairro Centro, São José dos Quatro Marcos - MT, neste ato representada pelo Sr. EGBERTO LUCIO PAS, portador do RG n. º 15.025.208 SSP/SP e CPF n.º 058.296.778-30 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8. 666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 588/2014 e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de Glória D' Oeste e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de SERVIÇOS DE LOCAÇÃO (HORAS) DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA TIPO PC, LOCAÇÃO (DIÁRIAS) DE CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE E LOCAÇÃO (DIÁRIA) DE CAMINHÃO "PIPA" para atender as necessidades da Secretaria de Obras, conforme abaixo:

				E. L. PAS & CIA LTDA - ME	
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO (HORAS) DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA TIPO PC COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 210 HP E CONCHA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 1,6 M³	HORAS	400	R$ 285,00	R$ 114.000,00
02	LOCAÇÃO (DIÁRIA) DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO TRUCK A DIESEL, COM CAÇAMBA BASCULANTE, COM CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMA DE 10 M³, COM MOTORISTA, PARA QUALQUER DIA E HORÁRIO (DIAS UTEIS, FINS DE SEMANA E FERIADO), MANUTENÇÃO, COMBUSTÍVEL E INSUMOS A CARGO DA CONTRATADA	DIÁRIA	200	R$ 879,00	R$ 175.800,00
03	LOCAÇÃO (DIÁRIA) DE VEÍCULO, TIPO CAMINHÃO TRUCK "PIPA" A DIESEL, COM TANQUE PARA TRANSPORTE DE ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS EM BOAS CONDIÇÕES DE USO	DIÁRIA	150	R$ 780,00	R$ 117.000,00
TOTAL					**R$ 406.800,00**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência a partir da data de 12/07/2017, por um período de 12 (doze) meses.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Glória D' Oeste não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2017**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e entrega dos itens.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - **DA ENTREGA E DO PRAZO**

4.1. O(s) item(ns) registrados neste edital deverão ser fornecidos de forma parcelada conforme a necessidade da Escola Municipal e setor social.

4.2. Os itens deverão ser entregues no prazo máximo de 01 (um) dia após o repasse da requisição conforme solicitação da Secretaria competente.

4.3. A vigência da ata de registro de preços será a partir da data de assinatura da ata de registro de preços, por um período de 12 (doze) meses;

4.4. A Empresa vencedora terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata de Registro de Preços;

4.5. O(s) ite(ns) licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste;

CLÁUSULA QUINTA - **DAS OBRIGAÇÕES**

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA - **DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - **DAS PENALIDADES**

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a conseqüente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA - **DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

8.1- Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1- Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2- Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3- O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.3 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.4 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.5 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.6- Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.7- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8- A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9- A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10- Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11- Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12- Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA - **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA - **DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO**

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO – **ORÇAMENTO**

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Glória D' Oeste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - **VINCULAÇÃO AO EDITAL**

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2017**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - **DAS COMUNICAÇÕES**

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - **DA FISCALIZAÇÃO**

14.1 A fiscalização da execução da referida ata de registro de preços será exercida por servidor(es) nomeado(s) através de Decreto Municipal.

14.1.1. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

14.2 A contratada obriga-se a realizar os serviços conforme especificação estabelecida no edital

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1 - Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 07/2017** a proposta da empresa E. L. PAS & CIA LTDA classificada no certame supranumerado.

15.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, Decreto Municipal nº 707/2017 e alterações posteriores, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - **DO FORO**

16.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Porto Esperidião – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Glória D' Oeste – MT, 12 DE JULHO DE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D' OESTE

PAULO REMÉDIO

Prefeito Municipal

E. L. PAS & CIA LTDA

Egberto Lucio Pas

EMPRESA – PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

Nome: Leandro de Souza Remédio Nome: Sidinei da Silva

CPF 732.048.971-68 CPF 615.800.151-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017-SRP

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017-SRP, cujo objeto **é REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). A abertura do certame será realizada *26/07/2017 às 08h00min* (horário de Mato Grosso), na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 12 de julho de 2017. **Silvana de Lourdes Pereto/Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
LEI Nº 605 DE 11 DE JULHO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 577, de 14 de dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual), e artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 1.014.817,22 (Um milhão quatorze mil oitocentos e dezessete reais e vinte e dois centavos) nos termos dos artigos 41, inciso I, e 42, ambos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD.	ESPEC. NAT. DESPESA	CÓD.NAT.DESPESA	VALOR
Manutenção do Transporte Escolar	**2020**			**41.359,70**
		Material de Consumo	33.90.30.00.00.0. 03220550000 33.90.30.00.00.0. 03010000000	**13.336,05 1.998,66**
		Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	**33.90.39.00.00.0.03150520000 33.90.39.00.00.0.03150380000**	**23.383,45 2.641,54**
Aquisição de Merenda Escolar - Creche	**2023**			**2.832,38**
		Material de Consumo	33.90.30.00.00.0. 03150510000 33.90.30.00.00.0. 03150380000	**2.259,92 572,46**
Manutenção das Atividades da Escola Mun. Nossa Sra. Aparecida	**2029**			**92.861,30**
		Vencimentos e Vantagens Fixas	31.90.11.00.00.0. 03010000000	87.429,43
		Material de Consumo	33.90.30.00.00.0. 03150380000	5.431,87
Manutenção das Atividades Ens. Fund. FUNDEB 60 %	**2035**			**212.211,73**
		Vencimentos e Vantagens Fixas	31.90.11.00.00.0. 03118000000 31.90.11.00.00.0. 03118036000	203. 765,70 8.446,03
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO				**349.265,11**

ORGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD.	ESPEC. NAT. DESPESA	CÓD.NAT.DESPESA	VALOR
Manutenção e Enc. De Obras e Serviços Públicos	**2050**			**10.199,51**
		Material de Consumo	33.90.30.00.00.0.03160380000	10.199,51
Manutenção e recup. no sistema de iluminação pública	**2053**			**38.939,64**
		Material de Consumo	33.90.30.00.00.0.03170000000	23.939,64
		Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	33.90.39.00.00.0.03170000000	15.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO				**49.139,15**

ORGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD.	ESPEC. NAT. DESPESA	CÓD.NAT.DESPESA	VALOR
Manutenção e Encargos da Secretaria Mun. De Saúde	**2011**			**74.953,27**
		Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	33.90.39.00.00.0. 03020000000 33.90.39.00.00.0. 03020380000	63.362,37 11.590,90
Bloco Atenção Básica -Recursos do SUS	**2067**			**259.132,06**
		Vencimentos e Vantagens Fixas	31.90.11.00.00.0. 03140800000 31.90.11.00.00.0. 03140120000 31.90.11.00.00.0. 03420120000 31.90.11.00.00.0. 03420170000	6.982,88 113. 574,13 1.556,34 12.456,00
		Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	**33.90.39.00.00.0.03420100000**	31.329,45
		Material de Consumo	31.90.11.00.00.0. 03140000000 33.90.39.00.00.0. 03140110000 33.90.39.00.00.0. 03420380000	87.239,04 4.667,49 1.326,73
Bloco de media e Alta Complexidade	**2070**			**18.285,71**
		Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	**33.90.39.00.00.0.03140170000 33.90.39.00.00.0.03140380000**	13.549,61 3.282,55
		Material de Consumo	33.90.39.00.00.0. 03420380000	1.453,55

Bloco Assistência Farmacêutica	**2073**			**9.724,76**
		Material de Consumo	31.90.11.00.00.0. 03140130000 33.90.39.00.00.0. 03420130000	5.070,21 4.654,55
Aquisição de veículos Ambulâncias e equipamentos Diversos	**1071**			**145.368,90**
		Equipamentos e Material Permanente	44.90.52.00.00.0.0314000000	145. 368,90
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO				**507.464,70**

ORGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE	CÓD.	ESPEC. NAT. DESPESA	CÓD.NAT.DESPESA	VALOR
Manutenção e Encargos com atividades do FUPIS	**2085**			**22.228,63**
		Material de Consumo	33.90.30.00.00.0. 03290000000 33.90.30.00.00.0. 03430000000	8.034,98 4.193,65
		Material de Distribuição Gratuita	33.90.32.00.00.0. 03290000000	10. 000,00
Manutenção das Atividades do CRAS	**2078**			**49.854,63**
		Material de Consumo	33.90.30.00.00.0. 03290380000 33.90.30.00.00.0. 03430000000	1.223,60 7.715,50
		Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	**33.90.39.00.00.0.03290000000**	40. 915,53
Manutenção das Atividades de Gestão do Bolsa Família	**2083**			**25.542,08**
		Diárias - Civil	33.90.14.00.00. 0. 0329000000	3.000,00
		Material de Consumo	33.90.30.00.00. 0. 0329000000	7.972,59
		Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	33.90.39.00.00. 0. 0329000000	7.569,49
		Equipamentos e Material Permanente	44.90.52.00.00.0. 03290000000	7.000,00
Apoio as Ações do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	**2084**			**11.322,92**
		Material de Consumo	33.90.30.00.00. 0. 0300000000	6.322,92
		Outros Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	33.90.39.00.00. 0. 0300000000	5.000,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO DO ÓRGÃO				**108. 948,26**

Art. 2º - A compensação para o Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º será efetuada através do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior de acordo com as respectivas fontes de recursos, nos termos do art. 43 da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, a seguir especificadas:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO
Fonte de recursos:

301000000 – Receitas de Impostos e Transf.-Educação	89.428,09
322055000 – Transferência de Convênios do Estado– Educação	13.336,05
315038000 – Remuneração de Depos. Bancarios- Demais Aplicação	8.645,87
315051000 - Transferências do PNAE-FNDE	2.259,92

315052000 - Transferências do PNATE - FNDE 23.383,45

318000000 – Transferências do FUNDEB	203.765,70
318036000 – Remuneração e Depos. Bancários FUNDEB	8.446,03
Total	**349.265,11**

SECRETARIA MUNICIPAL DEOBRAS E SERVICOS PÚBLICOS
Fonte de recursos:

316038000 – Remuneração de Depos. Bancários – Demais aplicações	10.199,51
317000000 – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	38.939,64
Total	**49.139,15**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Fonte de recursos:

302000000 – Receitas de Impostos e Transf.- Saúde	63.362,37
302038000 – Remuneração de Depos. Bancarios- Demais Aplicação	11.590,90
314000000 – Transferências de Rec. do Sistema Único de Saude-SUS	232.607,94
314080000 – Piso de Atenção Básica - PAB	6.982,88

314011000 – Saúde Bucal – Programa saúde da Família 4.667,49

314012000 – Agentes Comunitários de Saúde	113.574,13
314013000 – Farmácia Básica	5.070,21
314017000 – Media e Alta Complexidade	13.549,61
314038000 – Remuneração de Depos. Bancarios- Demais Aplicação	3.282,55

342010000 – Programa Saúde da Família	31.329,45
342012000- Agentes Comunitários de Saúde	1.556,34
342013000 – Farmácia Básica	4.654,55
342017000 – Media e Alta Complexidade	12.456,00
342038000 – Remuneração de Depos. Bancarios- Demais Aplicação	2.780,28
Total	**507.464,70**

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Fonte de recursos:

300000000 - Recursos Ordinários	11.322,92
329000000 – Transferencias de Recursos do FNAS	84.492,59
329038000- Remuneração de Depos. Bancarios- Demais Aplicação	1.223,60
343000000 – Transferências de Recursos do Estado para Assist. Social	11.909,15
Total	**108.948,26**

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 11 de julho de 2017.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 039/2017

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, torna público que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 039/2017**, instaurada para a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LINK DEDICADO FULL DUPLEX DE ACESSO A INTERNET DE NO MÍNIMO 10MBPS, COM IP VÁLIDO E FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DEREFERÊNCIA",** teve como vencedora a empresa **LUCAS NETWORK INFORMÁTICA LTDA-ME,** com o valor global de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Itanhangá-MT, 12 de julho de 2017.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 150, DE 04 DE JULHO DE 2017.

"Designa o Servidor para ser o Ordenador de Despesa da Secretária Municipal de Saúde, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar, a partir desta data, como **Ordenador de Despesas** da Secretaria Municipal de Saúde, o Servidor abaixo relacionado:

1. ALEX ALVES DA SILVA

CPF-MF: 005.717.241 – 24

Secretário Municipal de Finanças

Art. 2° - O servidor acima mencionado não receberá subsídio para responder pela função que está sendo designado.

Art. 3° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 4° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogase as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 04 de julho de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA 091/2017. DISPOE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO MÉDICO E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA LEGISLATIVA 091/2017.

DISPOE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO MÉDICO E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIVON SILVA MINGOTI Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições legais que lhes confere a Lei e,

Considerando Atestado médico apresentado pelo Servidor,

RESOLVE:

Art. 1º - **PRORROGAR, LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE,** ao servidor **JOAO BATISTA DA SILVA**, brasileiro, casado, filho de: Joao Pereira da Silva e Pedrosa F. de Arruda, natural de Itiquira, Estado de Mato Grosso, nascido em: 24/06/1944, portador do CPF 202.761.411-72, RG 230.071 SSP/MT., Expedição: 17/02/1979, **AGENTE DE SEGURANÇA,** nomeado através Portaria Legislativa nº 005/2016, matrícula funcional 195, até **26/08/2017**.Conforme atestado médico.

Paragrafo Único: Durante este período a remuneração do servidor fica sob a responsabilidade do INSS, com base Requerimento nº 177664008.

Art. 5º - Esta portaria terá efeitos retroativos a data de **03/07/2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 05 de julho de 2017.

Ronivon Silva Mingotti

Presidente

(Gestão 2017/2018)

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA Nº 092/2017. DISPÕE RETIFICAÇÃO PORTARIA LEGISLATIVA Nº 86/2017 – COMISSÃO ESPECIAL DE INQUERITO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA LEGISLATIVA Nº 092/2017.
Dispõe Retificação Portaria Legislativa nº 86/2017 – Comissão Especial de Inquerito e, dá outras providências.

RONIVON DA SILVA MINGOTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira - MT., no uso de suas atribuições Legais que lhe confere a Lei,

RESOLVE,

Art. 1º. RETIFICAR a portaria nº 86/2017, publicada no dia 05/07/2017, que dispõe sobre nomeação da comissão especial de investigação para averiguar supostas irregularidades no sindicato dos servidores públicos municipais de Itiquira-MT, e dá outras providências, para fazer constar que **onde está escrito comissão especial de inquérito, se lê, comissão especial de investigação.**.

Art.2º - Os demais itens continuam inalterados.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 12 de julho de 2017.

RONIVON DA SILVA MINGOTI

Presidente

Biênio 2017/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE ADESÃO N.º 006/2017

Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 065/2017, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2017. Aderente: Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, por meio do ofício nº 032/2017, de 06 de julho de 2017, da anuência à solicitação de adesão ao Pregão Presencial nº 025/2017/Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, emitida através do OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO nº 481/2017/Gabinete do Prefeito da Prefeitura de Campo Verde/MT e da empresa detentora do Registro de Preços **A P DA SILVA MULTIEVENTOS - ME**, detentora do CNPJ/MF n° **10.883.236/0001-77,** cujo objeto é **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE GESTÃO, EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS E PROMOCIONAIS NO MUNICÍPIO"**, **ao valor global de R$ 18. 452,73 (Dezoito mil, quatrocentos e cinqüenta e dois reais e setenta e três centavos).** Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, localizada na Av. Antonio Ferreira Sobrinho, Nº 1075, Centro, Fone (66) 3461-7925 das 12h00m às 18h00m. Jaciara-MT, 12 de julho de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 020/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: CHOMEN & CIA LTDA ME; OBJETO: "Contratação de empresa especializada para continuidade á execução da Reforma do Hospital Municipal do Município de Jaciara-MT"**PRAZO: 08 (oito) meses; **VALOR GLOBAL: R$ 363.935,40 (Trezentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos); ASSINATURA: 21/06/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 019/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: NORGE PHARMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA; OBJETO: "Aquisição de medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Materiais Hospitalares para atendimento de todas as unidades de saúde do Município de Jaciara"**; PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL: R$ 1.379.186,67 (Um milhão, trezentos e setenta e nove mil reais, cento e oitenta e seis reais e sessenta e sete centavos); ASSINATURA: 12/06/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE ADESÃO N.º 007/2017

Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 067/2017, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2017. Aderente: Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, por meio do ofício nº 033/2017, de 06 de julho de 2017, da anuência à solicitação de adesão ao Pregão Presencial nº 025/2017/Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, emitida através do OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO nº 485/2017/Gabinete do Prefeito da Prefeitura de Campo Verde/MT e da empresa detentora do Registro de Preços **D. A. BORBA DE SALLES E CIA LTDA ME**, detentora do CNPJ/MF n° **10.212.613/0001-46,** cujo objeto é **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE GESTÃO, EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS E PROMOCIONAIS NO MUNICÍPIO"**, **ao valor global de R$ 7. 338,00 (Sete mil, trezentos e trinta e oito reais).** Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, localizada na Av. Antonio Ferreira Sobrinho, Nº 1075, Centro, Fone (66) 3461-7925 das 12h00m às 18h00m. Jaciara-MT, 12 de julho de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE ADESÃO N.º 008/2017

Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 068/2017, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2017. Aderente: Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, por meio do ofício nº 037/2017, de 06 de julho de 2017, da anuência à solicitação de adesão ao Pregão Presencial nº 025/2017/Prefeitura Municipal de Campo Verde/MT, emitida através do OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO nº 486/2017/Gabinete do Prefeito da Prefeitura de Campo Verde/MT e da empresa detentora do Registro de Preços **PETERSON ZUFFO E CIA LTDA**, detentora do CNPJ/MF n° **08.710.383/0001-01,** cujo objeto é **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTU-**

RA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE GESTÃO, EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS E PROMOCIONAIS NO MUNICÍPIO", **ao valor global de R$ 11.666,16 (Onze mil, seiscentos e sessenta e seis reais e dezesseis centavos).** Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, localizada na Av. Antonio Ferreira Sobrinho, Nº 1075, Centro, Fone (66) 3461-7925 das 12h00m às 18h00m. Jaciara-MT, 12 de julho de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Às 08:00 horas do dia 26/06/2017 estiveram reunidos na PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, Paco Municipal Julio Domingos de Campos S/Nº, Bairro: Centro, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr.(ª)EDERZIO DE JESUS MENDES, assistido pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017, do tipo Menor Preço Global, em decorrência do objeto: AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES ATRAVES DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO PARA ATENDER OS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE

JANGADA/MT, para suprir necessidades da Prefeitura Municipal, resolve registrar os preços da(s) Empresa(s) abaixo, nos termos da Lei Federal nº 8. 666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002 e demais legislação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço nas condições em que segue :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 – Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

1.2. Os preços registrados têm caráter orientativo. 1.3. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

4532 MARIA JOSE DOS REIS NETO - ME 10.226.940/0001-57

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434723	BLOCO DE ANOTACOES AUTOCOLAVEL; FORMATO RETANGULAR; ME	BLOCO	3,050	4.200,000	12.810,000
2	434720	CADERNO - TIPO ESPIRAL,ARAME REVESTIDO NYLON PRETO,MEDIND	UNIDADE	20,170	4.200,000	84.714,000
3	434721	CADERNO BROCHURA CAPA DURA 96 (NOVENTA E SEIS) FOLHAS; GR	UNIDADE	11,200	4.200,000	47.040,000
4	434725	CANETA COM CORPO HEXAGONAL QUE ASSEGURA O CONFORTO NA	CAIXA	48,700	120,000	5.844,000
5	434722	COLA EM BASTAO ATOXICA 22 GRAMAS. CONFECCIONADA EM FORM	CAIXA	83,000	420,000	34.860,000
6	434713	KIT LAPIS ESCOLAR CONTENDO 24 PECAS SENDO 1 CAIXA DE LAPIS DE	KIT	17,200	4.200,000	72.240,000
7	434714	MALETA ORGANIZADORA COM 10 PASTAS SUSPENSAS COLORIDAS	UNIDADE	35,080	20,000	701,600
8	434719	MARCA TEXTO AMRELO, COMPRIMENTO NAO SUPERIOR A 138MM E	CAIXA	39,050	350,000	13.667,500
9	434715	PAPEL CARTOLINA COM 100 UNIDADES CORES	PACOTE	52,000	200,000	10.400,000
10	434716	PAPEL DIPLOMA 180G COM 50 UNIDADES	PACOTE	31,950	200,000	6.390,000
11	434724	PAPEL KRAFT 66X96 PACOTE COM 100 FLS	PACOTE	91,940	60,000	5.516,400
12	434712	PASTA MALETA EM PVC NEW LINE PLUS, MEDINDO 265X44,9X360, C	UNIDADE	37,700	4.200,000	158.340,000
13	434718	PINCEL ATOMICO 1100 COM 12 UNIDADES COR AZUL	CAIXA	53,050	350,000	18.567,500
14	434717	PINCEL QUADRO BRANCO COM REFIL BOARD MASTER COM 12 UNID	CAIXA	89,740	350,000	31.409,000

TOTAL DO VENCEDOR 502.500,000 1.4 - O objeto desta Ata é o registro dos preços da PROMITENTE CONTRATADA, para a está PREFEITURA MUNICIPAL, devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços apresentada no Pregão Presencial Nº 016/2017. 1.5 - Os preços da PROMITENTE CONTRATADA, constantes desta Ata de Registro de Preços, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento. 1.6 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições. 1.7 - Fica a PROMITENTE CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura. 2.2. – Nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a Prefeitura Municipal não fica obrigada a utilizar, exclusivamente por intermédio da DETENTORA, os serviços constantes no "Quadro Resumo", podendo utilizar para tanto outros meios, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie, ficando assegurado à beneficiária do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 – O preço ofertado pela Detentora da presente Ata de Registro de Preços será o constante da proposta final apresentada, que integra a presente. 3.2 – Nos preços registrados estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, bem como os impostos incidentes, ficando certo de que à "PREFEITURA" nenhum outro ônus caberá além do pagamento do preço constante nesta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 – A entrega dos produtos deverá ser realizada, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do pedido. 4.2 – O valor do objeto licitado será pago à DETENTORA, no prazo de 10 D.D.E. (dez dias da data da entrega) dos produtos licitados, mediante a apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura, instruídos com as respectivas certidões: a) – Certidão Negativa de Débito quanto a Dívida Ativa da União; b) – Certidão de Inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social; c) – Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS. 4.3 – O pagamento será feito na Tesouraria da Prefeitura do Município de Jangada/MT. 4.4 – Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA, o prazo ficará suspenso até que estas sejam cumpridas. 4.5 – Quaisquer pagamentos não isentarão a DETENTORA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos produtos. 4.6 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta Ata. 4.7 - Nas hipóteses previstas no Artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Administração. 4.8 - No caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal. 4.9 - Não serão concedidas revisões de preços sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas, conforme Artigo 12, § 3º, inciso I do Decreto nº 3.931 de 19 de setembro de 2001. 4.10 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantida o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório. 4.11 - A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período, é vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços. 4.12 - O pagamento será efetuado de acordo com o previsto no item 1.6 do Edital deste Pregão.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO:

5.1 - Durante a validade do registro, a PROMITENTE CONTRATADA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a firmar contratações de fornecimento do objeto licitado. 5.2 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho/Ordem de Serviço emitida pelo órgão requisitante do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES:

6.1 – Cabe à Prefeitura: 6.1.2 - Orientar aos funcionários responsáveis pelo recebimento dos produtos licitados, de que não será permitida a entrega dos mesmos sem que a Administração emita previamente a respectiva autorização, ou seja, o Pedido e o Empenho. 6.1.3 - Informar e requerer de imediato ao fornecedor a substituição do produto entregue em desacordo com o Edital. 6.2 – Das Obrigações da Detentora 6.2.1 - O fornecimento deverá ser realizado, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços. 6.2.2 – Informar com antecedência de 48 horas, quando da impossibilidade na entrega do material. 6.2.3 - Proceder à substituição do produto que for entregue em desacordo com as especificações do Edital; 6.2.4 - Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura; 6.2.5 – Manter-se, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação; 6.2.6 - A inadimplência da licitante, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA:

7.1 - A presente Ata poderá, a critério da Administração, ser parcial ou totalmente cancelada quando o fornecedor descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização. 7.2 - Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela Administração, não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 – Pela inexecução parcial ou total do ajuste, a Administração poderá aplicar a Detentora, garantida a esta última prévia defesa, a aplicação das sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, na Lei Federal nº. 10.520/02 e na Ata de Registro de Preços e demais normas pertinentes, devendo ser observados os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº. 025/2006 e demais normas pertinentes, as seguintes penalidades: 8.1.1 – Advertência escrita; 8.1.2 – Multa; 8.1.2.1 – De 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução parcial do objeto; 8.1.2.2 – De 20% (vinte por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução total do objeto, além da aplicação da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, ou declaração da inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, a critério da PMJ; 8.1.2.3 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, quando sem justificativa aceita pela Administração, a Detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido; 8.1.2.4 - Multa de 0,5% (meio por cento), sobre o valor da Nota de Empenho/dia de atraso na entrega dos produtos. 8.1.2.5 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, por descumprimento de cláusula contratual. 8.2 – As penalidades referidas serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas ou penais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93. 8.3 – As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos, podendo, entretanto, conforme o caso, serem inscritas para constituir dívida ativa na forma da Lei, caso em que estarão sujeitas ao procedimento executivo. 8.4 – O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução. 8.5 – Para aplicação das penalidades fica garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa e impedimento de contratar com a Administração Pública e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, contados da intimação. 8.6 - O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres da Prefeitura do Município de Jangada/MT, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, que se tornará parte integrante deste processo, ficando autorizada a retenção de créditos que a Detentora tenha, junto à contratante, no montante da penalidade, sem embargo de eventual inscrição na divida ativa. 8.7 – Ocorrendo à recusa da vencedora do certame em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido neste Edital, será aplicada multa no valor de 10% do valor da proposta comercial sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura do Município de Jangada/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da Administração, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1. Integram esta Ata, o Edital do PREGAO PRESENCIAL Nº 016/2017 e a proposta comercial de preços do PROMITENTE CONTRATADO. 9.2. Integram o presente Registro de Preços a Prefeitura Municipal de Jangada/MT, como órgão gerenciador respeitadas as disposições legais vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outras Prefeituras e Câmaras Municipais.

CLÁUSULA DECIMA - DO FORO:

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Rosário Oeste/MT, como competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jangada-MT, 11 de Julho de 2017.

ADILSON PEREIRA NUNES EDERZIO DE JESUS MENDES

Pregoeiro Prefeito Municipal

MARIA JOSE DOS REIS NETO - ME

Participante

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 194/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 194/2017

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA E A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BRADESCO S.A. CNPJ: 60.746.948/0001-12.

VIGÊNCIA: A vigência do presente Contrato terá validade de 60 (sessenta) meses, contados a partir de sua assinatura.

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira para Prestação de Serviços de Processamento e Gerenciamento de Créditos Provenientes de 100% da Folha Salarial e outras Indenizações a Servidores Ativos e Estagiários ou qualquer Pessoa que mantenha vínculo de remuneração com a Prefeitura de Juruena/MT.

VALOR: O valor do presente contrato é fixado em R$ R$ 260.005,00 (duzentos e sessenta mil e cinco reais).

Nelson Coutinho de Menezes

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 029/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2017

A Prefeitura Municipal de Juscimeira-MT, através da Pregoeira designada, torna público que, referente ao Pregão n° 020/2017 foram vencedoras as empresas, RADIO XAVANTES DE JACIARA LTDA ao valor global de R$ 11.202,00 (Onze mil duzentos e dois reais), BARANJAK PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOM E ILUMINAÇÃO LTDA – ME ao valor global de R$ 13.120,00 (Treze mil e cento e vinte reais), ARCA 7 PRODUÇÕES E EVENTOS EIRELLI – ME ao valor global de R$ 202.570,00 (Duzentos e dois mil quinhentos e setenta reais), PETERSON ZUFFO & CIA LTDA – EPP ao valor global de R$ 117.600,00 (cento e dezessete mil e seiscentos reais) , OPÇÃO SERVIÇO E COMÉRCIO DE SOM PALCO E LUZ LTDA EPP ao valor global de R$ 37.800,00 (Trinta e sete mil e oitocentos reais), LOJA EUREKA LTDA- ME ao valor global de R$ 42.764,05 (Quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinco reais) conforme Relatório Geral de Sessões a Ata.

Juscimeira-MT, 12 de julho de 2017.

Diva Maria dos Santos Gardin

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 004/2017.

DE 04 DE JANEIRO DE 2017.

"Designa os Membros do Comitê de Investimento do Lambari - Previ – Fundo Municipal de Previdência Social do Município de Lambari D´Oeste /MT. E dá providências".

O Diretor do Lambari - Previ, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Membros para compor o Comitê Financeiro do Lambari – Previ, de acordo com o novo ordenamento jurídico estabelecido pela legislação vigente como segue:

I – Membro do Conselho Curador - Celso Pereira dos Santos

II – Membro do Conselho Fiscal- Néliton da Silva Mota

III – Gestor de Recursos - Marcos Vinícius de Morais Angola.

Art. 2º - As atribuições e competências dos membros deste Comitê de Investimentos, encontram-se descritas no Decreto Municipal nº 003/2013, de 15 de janeiro de 2013.

Art. 3º - Os Membros do Comitê de Investimento terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução de 50% (cinquenta por cento) da sua totalidade.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogando a Portaria 011, de primeiro de fevereiro de 2016. Salvo disposições em contrário.

Lambari D'Oeste, ao quarto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, E CUMPRA-SE.

_____

NÉLITON DA SILVA MOTA

DIRETOR EXECUTIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 036/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO N.º 036/2017

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE 004/2017

CONTRATADA: WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS – ME

CNPJ: 71.358.766/0001-90

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO PATRIMONIAL COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE BENS, INVENTÁRIO, ETIQUETAÇÃO, CADASTRAMENTO, DENTRE OUTROS SERVIÇOS CORRELATOS E NECESSÁRIOS A PLENA ORGANIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE BENS DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE/MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS POR MAIS 3 (TRÊS) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 16 DE JUNHO DE 2017 ATÉ 16 DE SETEMBRO DE 2017.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 14 DE JUNHO DE 2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 051/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 051/2017

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE N.º 005/2017

CONTRATADA: M. MARAIZA TOSTA – EPP

CNPJ: 26.917.241/0001-93

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DE ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE LAMBARI D'OESTE - MT: LUIZ CARLOS ALVES DA CRUZ, FERNÃO DIAS PAES E ESCOLA EXPEDITO BARBOSA.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS POR MAIS 5 (CINCO) MESES E 21 (VINTE E UM) DIAS, CONTADOS A PARTIR DE 10 DE JULHO DE 2017 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA TERCEIRA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57 DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 07 DE JULHO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 066/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 066/2017

CONTRATADA: RAFAEL PINHEIRO CAMPOS - ME

CNPJ: 27.303.523/0001-63

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE N.º 010/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DESTINADAS A RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS ÀS ESTRADAS VICINAIS E DEMAIS MANUTENÇÕES QUE SE FIZEREM NECESSÁRIAS, NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

VIGÊNCIA: DE 11/07/2017 ATÉ 31/12/2017.

VALOR GLOBAL: R$ 282.500,00 (DUZENTOS E OITENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS).

VALOR MENSAL: SERÁ DE ACORCO COM O CONTROLE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS, ATRAVÉS DE PLANILHA DE HORAS MÁQUINA E ATESTADO DO RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 11 DE JULHO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 065/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 065/2017

CONTRATADA: MACIEL DA SILVA & CIA LTDA – ME

CNPJ: 00.822.126/0001-41

LICITAÇÃO: CARTA CONVITE N.º 009/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E IMPRESSÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS

VIGÊNCIA: DE 11/07/2017 ATÉ 31/12/2017.

VALOR GLOBAL: R$ 75.553,70 (SETENTA E CINCO MIL, QUINHENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SETENTA CENTAVOS)

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 11 DE JULHO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 064/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 064/2017

CONTRATADA: ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTABIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTARIA LTDA - ME

CNPJ: 10.676.722/0001-14

LICITAÇÃO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 006/2017, PROVENIENTE DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2017, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU–MT; A QUAL, A PREFEITURA DE LAMBARI D'OESTE – MT, REALIZOU UM PROCESSO DE ADESÃO (CARONA 010/2017).

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DO MUNICÍPIO COM O OBJETIVO DE DETERMINAR O VTN (VALOR DA TERRA NUA) PARA ENCAMINHAMENTO À RECEITA FEDERAL DO BRASIL, PARA ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE PREÇOS DE TERRA (SIPT), EM CONFORMIDADE COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB 1562, DE 29 DE ABRIL DE 2015, FUNDAMENTADOS POR PROCEDIMENTOS CORRELATOS AOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA (NBR) N.º 14.653 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT).

VIGÊNCIA: DE 90 (NOVENTA) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, OU ATÉ A EXECUÇÃO DO OBJETO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

VALOR DO CONTRATO: R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS).

FORMA DE PAGAMENTO: SERÁ PAGO EMPARCELA ÚNICA,APÓS A ELABORAÇÃO E ENTREGA NA SEDE DO MUNICÍPIO, DO LAUDO DE AVALIAÇÃO DA TERRA NUA (VTN), DEVIDAMENTE ENCADERNADO E PRONTO PARA SER PROTOCOLIZADO NA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 30 DE JUNHO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 063/2017

EXTRATO DO CONTRATO N.º 063/2017

CONTRATADA: ALTERNATIVA ASSESSORIA CONTABIL, ADMINISTRATIVA E TRIBUTARIA LTDA - ME

CNPJ: 10.676.722/0001-14

LICITAÇÃO: DISPENSA N.º 08/2017

OBJETO: A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA A ELABORAÇÃO DE PEÇAS DE PLANEJAMENTO, SENDO **PPA**-PLANO PLURIANUAL, **LDO**-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS, E **LOA**-LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

VIGÊNCIA: DE 60 (SESSENTA) DIAS APÓS A ASSINATURA DO CONTRATO, OU ATÉ A EXECUÇÃO DO OBJETO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

VALOR DO CONTRATO: R$ 29.000,00 (VINTE E NOVE MIL REAIS).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 30 DE JUNHO DE 2017.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 031/2017

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGAO PRESENCIAL Nº 031/2017

A pregoeira oficial regida pela portaria 020/2017 em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação "PREGAO PRESENCIAL" nº 031/2017 cujo certame se deu as 09:00h do 06 de julho de 2017 tendo como objeto "**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA DO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE-MT.**", conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a empresas MARCELO V VITORAZZI –ME CNPJ: 13.497.936/0001-11, Localizada Na Rua Barão De Melgaço Nº 2517, Centro De Lambari D´Oeste -MT vencedora dos itens: (01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16) em um total de R$ 20. 761,00 (vinte mil setecentos e sessenta e um reais).

Lambari D'Oeste - MT, 13 de julho de 2017.

RIVONETE COELHO DA SILVA

PREGOEIRA

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2016

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 054/2017

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Considerando o aceite de adesão Da Prefeitura Municipal São Jose Dos Quatro Marcos -MT, órgão gerenciador da ata, a análise da Comissão Permanente de Licitação e do Parecer Jurídico favorável à adesão da referida pregão presencial, **Nº 023/2017 ,** cujo o objeto interessado **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO A CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, CUSTOMIZAÇÃO DE BANCOS DE DADOS E MANUTENÇÃO**)" sendo vencedora a empresa FASPEL CONTABILIDADE E INFORMATICA LTDAinscrita no CNPJ: 14.722.241/0001-59 preço final de R$ 4. 000,00 (quatro mil reais).Autorizo, a adesão a ata de registro de preços conforme descrito acima, nos termos referenciados no processo

Lambari D'Oeste – MT, 12 de julho de 2017.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

PREFEITO

HOMOLOGAÇÃO CARONA 011/2017

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 054/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2017

HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste – MT, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, resolve, HOMOLOGAR Adesão a Ata de Registro de Preços na condição "CARONA" que consiste o registro de preço para REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO A CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, CUSTOMIZAÇÃO DE BANCOS DE DADOS E MANUTENÇÃO. **Objeto do Pregão Presencial Nº** 023/2016 do Município de São Jose Dos Quatros Marcos -MT, tendo como vencedora a Empresa FASPEL CONTABILIDADE E INFORMATICA LTDAinscrita no CNPJ: 14.722.241/0001-59 preço final de R$ 4. 000,00 (quatro mil reais)..Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa.

Lambari D'Oeste - MT, 12 de julho de 2017.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 014/2017,

DE 12 DE JULHO DE 2017

Caixa de texto: "Estabelece horário de expediente da Câmara Municipal, durante o período de recesso, compreendido entre os dias 12/07/2017 à 31/07/2017".

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art.28, inciso XIV do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz saber que ele:

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer horário de expediente diferenciado no período de recesso, compreendido entre os dias 12/07/2017 à 31/07/2017, passando a funcionar com o seguinte horário: **07h00min às 11h00min**.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

WILLIAN DE OLIVEIRA IAHN JUNIOR

Presidente da Câmara

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 007/2017.

DE 30 DE JUNHO DE 2017

"Constitui a Comissão Permanente de Licitação / CPL do Lambari - Previ e dá providências".

O Diretor do Lambari - Previ, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão Permanente de Licitação /CPL do Lambari – Previ, de acordo com o novo ordenamento jurídico estabelecido pela legislação vigente como segue:

PRESIDENTE – José Santana Leite – Sec. Mun. de Adm.e Planejamento.

SECRETÁRIO – Duilho Rabelo Boascivis – Motorista

MEMBRO – Luiz Carlos Gonsalves da Cruz – Mensageiro Arquivista

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação/CPL, objeto desta Portaria, terá a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à licitação e ao cadastramento de licitantes, nos termos da legislação federal pertinente em vigor.

Art. 3º - A investidura dos Membros da Comissão não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade dos Membros para a mesma Comissão no período subsequente.

Art. 4º - Os Membros da Comissão Permanente de Licitação /CPL, responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada, e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver devidamente sido tomada a decisão.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 001 do dia três de Janeiro de 2017, salvo as disposições em contrário.

Lambari D'Oeste, aos trinta dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezessete.

PUBLIQUE - SE, REGISTRE-SE, E CUMPRA-SE.

_____

NÉLITON DA SILVA MOTA

DIRETOR EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2016.

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Clausula Terceira e prorrogar os prazos mencionados nas Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 001/2016, que tem como o objeto a contratação de empresa para a Prestação de serviços médicos plantonistas de urgência e emergência para atender no Hospital Municipal Maria Zélia de Marcelândia/MT.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADO: CASULA & CASULA LTDA

VALOR ADITIVADO: R$ 123.264,00

PRAZO EXECUÇÃO / VIGÊNCIA: 29/07/2017 / 31/08/2017

DATA ASSINATURA: 01/06/2017

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 038/2015.

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Clausula Terceira e prorrogar os prazos mencionados nas Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 038/2015, que tem como o objeto a contratação de empresa para a Prestação de serviços médicos de atendimento nas Unidades de Saúde do PSF (Programa Saúde da Família) e no Hospital Municipal Maria Zélia, localizados no município de Marcelândia/MT.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADO: MUNIZ & MUNIZ S/S - ME

VALOR ADITIVADO: R$ 89.516,20

PRAZO EXECUÇÃO / VIGÊNCIA: 29/07/2017 / 31/08/2017

DATA ASSINATURA: 01/06/2017

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 039/2015.

OBJETO: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o valor mencionado na Clausula Terceira e prorrogar os prazos mencionados nas Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 039/2015, que tem como o objeto o a contratação de empresa para a Prestação de serviços médicos de atendimento no Hospital Municipal Maria Zélia, localizado no município de Marcelândia/MT.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

CONTRATADO: CASULA & CASULA LTDA

VALOR ADITIVADO: R$ 91.206,80

PRAZO EXECUÇÃO / VIGÊNCIA: 29/07/2017 / 31/08/2017

DATA ASSINATURA: 01/06/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 050/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 07 de julho de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET BANDA LARGA COM TRANSMISSÃO VIA RÁDIO EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedora a Empresa JN CABRAL E CIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 15.212.478/0001-52 com valor total de R$ 9.037,70. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de Julho de 2017.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 057/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 28 de JULHO de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT". Maiores informações através do Edital nº. 075/2017, que esta disponível no site www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de julho de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 078/2017

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pela Prefeita Municipal em Exercício a Sra. MARINILDE BERNARDI DALL ACQUA, brasileira, casada, professora, portadora da RG nº. 4.387.929-4-SSP/PR, inscrito no CPF

sob o nº. 619.957.979-87, residente e domiciliado na Rua 05 nª 155 no Bairro ZR-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **SUPERMASSA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 10.210.085/0001-96 e Inscrição Estadual n° 13.359.247-2 com sede na Rua Colonizador Ênio Pepino nª 8395 no Setor Industrial, na Cidade de Sinop/MT, neste ato representada pelo Procurador ROSIVALDO RODRIGUES DE SOUZA portador do CPF nª 593.551.661-68 e R.G. nª 906133 SSP/MT nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ADUELAS (GALERIA DE CONCRETO ARMADO) A SEREM UTILIZADOS EM GALERIAS CELULARES EM ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com a planilha partes integrantes do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2017.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses**,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA - FABRICANTE
1	100,00	UN	GALERIA CELULAR DE CONCRETO 1,5 X1,5X1,0M, COM ESPESSURA DE 15 CM - TIPO I PRÉ-MOLDADO.	1.599,78	159.978,00	SUPERMASSA
2	40,00	UN	GALERIA CELULAR DE CONCRETO 2,0X2,0X1,0M, COM ESPESSURA DE 15CM - TIPO I PRÉ-MOLDADO.	2.255,56	90.222,40	SUPERMASSA
3	45,00	UN	GALERIA CELULAR DE CONCRETO 2,5X2,5X1,0M, COM ESPESSURA DE 0,20CM - TIPO I PRÉ-MOLDADO.	2.987,70	134.446,50	SUPERMASSA
				TOTAL	**384.639,90**	

5 – DOS PRODUTOS

5.1 - Local de Entrega

Os produtos desta Licitação deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Transportes da Prefeitura Municipal, ou em outros locais indicados pelo contratante.

5.1.1 - O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 – As galerias de concreto deverão ser entregues pela empresa vencedora, com caminhão guincho para descarregar no Município de Matupá.

5.3 - Fica estipulado o prazo para entrega dos produtos como 05 (Cinco) dias logo após a contratada receber as requisições/ordem de entrega, sob pena de decair do direito à aquisição, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº. 8666/93 e suas alterações.

5.4 – As galerias com defeitos de fabricação tais como trincas, fissuras e outros inconvenientes que comprometam o seu uso, não serão aceitos, sendo os mesmos devolvidos para que o fornecedor providencie sua substituição, num prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, ensejando aplicação de multa o não cumprimento deste item

5.5 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelas NBR de produção. Atentando-se ainda o proponente para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6 - O recebimento dos objetos será efetuado na Prefeitura Municipal de Matupá, pelo profissional devidamente designada para este fim, que fará o acompanhamento e fiscalização;

5.7 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.7.1. Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.7.2. Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.7.3 – Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

5.8 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas;

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá;

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS;

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata;

6.14 - A CONTRATADA deverá transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.15 - A CONTRATADA deverá fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.16 – A CONTRATADA deverá substituir produtos que apresentem defeito de fabricação;

6.17 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco Sicredi Ag. Nº 0812 Conta corrente nº 14.310-3

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8.7 - No caso de eventual atraso de pagamento, e mediante pedido da CONTRATADA, o valor devido será atualizado financeiramente pelo INPC, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o

limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. b;

12.2 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na entrega do produto, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002.

12.3 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.3.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Entrega dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.2, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios ou Fethab:

Código Geral: 10.100.0.2.26.782.0049.1138 – Construção de Estradas e Vias Públicas, Pontes, Galerias e Bueiros/Paviment. Meio Fio e Infraestrutura Urbana Fethab – 4490.30.000 – Material de Consumo

16 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 046/2017** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

17 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 06 de Julho de 2017.

_____

Município de Matupá

MARINILDE BERNARDI DALL ACQUA

Contratante

_____

SUPERMASSA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CNPJ sob o nº 10.210.085/0001-96 e Inscrição Estadual n° 13.359.247-2

Procurador ROSIVALDO RODRIGUES DE SOUZA

CPF nª 593.551.661-68 e R.G. nª 906133 SSP/MT

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO N. 068/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"DISPENSA DE LICITAÇÃO, VISANDO A AQUISIÇÃO DE ALIMENTO EM PÓ, NUTRICIONALMENTE COMPLETO, PARA NUTRIÇÃO ORAL E/OU ENTERAL NECESSÁRIO AO SR. MARIO RODRIGUES DA SILVA, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE".**

CONTRATADA: NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME

Onde se Lê:

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 08.080.0.2.10.301.0022.2042 – Man. E Enc. Da Secretária de Saúde –3390.30.000 – Material de Consumo - R$ 1.704,00

Leia–se:

Código Geral: 08.080.0.2.10.122.0051.2097 – Atendimento a Judialização de Serviços de Saúde –3390.30.000 – Material de Consumo - R$ 1.704,00

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 051/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 07 de julho de 2017 às 10h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA EM ROLO (PLACAS) EM ATENDIMENTO A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedora a Empresa GRAMEIRA MATO GROSSO LTDA - ME., inscrita no CNPJ sob o nº 20.461.574/0001-74 com valor total de R$ 90.000,00. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 12 de Julho de 2017. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

LICITAÇÃO
RESCISAO

EXTRATO DE RESCISÃO

Fica rescindido Unilateralmente a partir do dia 10/08/2017 o Contrato nº 81/2015 – Tomada de Preços nº 13/2015, referente à**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE ELÉTRICA PÚBLICA MUNICIPAL, INCLUINDO SUPER POSTE, NA ZONA URBANA, RURAL E INDÍGENA, NO MUNICÍPIO DE NOBRES – *MT*. Data**: 06 de Outubro de 2015. **Fundamento Legal**: Art. 79, Inciso I da Lei 8.666/1993. **Assinam**: Leocir Hanel – *Prefeito* Municipal – **ELETROFRIO MANUTENÇÃO, MONTAGENS ELETRICAS LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ nº 07.881.110/0001-59 – *Contratado*.

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL SRP 039/2017

A Prefeitura Municipal de Nobres – MT, através do Pregoeiro Claudenil Marcos de Almeida, resolve **REVOGAR** o Pregão Presencial SRP n° 039/2017, com previsão legal no artigo 49 da Lei nº 8.666/93, **QUE TEM POR OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO ZERO KM TIPO ¾, ANO MODELO 2017, EQUIPADO COM BAU ISOTERMICO E EQUIPAMENTO DE RESFRIAMENTO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE E MINERAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOBRES - MT**, **PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE 838062/2016/MAPA/CAIXA/ PROCESSO Nº 2628.1035722-89/2016*, Nobres, 12 de Julho de 2017.*** Claudenil Marcos de Almeida**-** Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 370/2017

PORTARIA Nº. 370/2017

"Dispõe sobre a indicação de membros representando o Poder Executivo e compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Nobres - PrevNobres".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Designa os servidores abaixo relacionados para representar o Poder Executivo e compor o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Público de Nobres - PrevNobres:

Mara Lurdes Ohweiler;

Amilton Barreto dos Reis;

Art. 2º. - Esta Portaria entrara em vigor, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 11 de Julho de 2017.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

SETOR DE LICITAÇÃO
ADIAMENTO LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 047/2017

O Pregoeiro Sr. Claudenil Marcos de Almeida, nomeado pela Portaria nº 346/2017, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 047/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cuja abertura **ocorreria as 08:00h** do dia **20 de JULHO de 2017**, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. **Fica adiado para o dia para dia 25 de JULHO de 2017 as 08:00h**, Motivados por problemas em baixar o edi-

tal no site de Transparência do Município. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE AGUA MINERAL E GELO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIAS MUNICIPAIS .** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/. Maiores informações (65) 3376-4200 – Ramal 4218 ou 4219.

Nobres, 12 de Julho de 2017

CLAUDENIL MARCOS DE ALMEIDA

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 005/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 005/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 005/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LDTA - ME C.N. P.J: **11.247.425/0001-16** AVENIDA BRASIL Nº 115, GALERIA TESOURO, SALA 04 BAIRRO, CPA II, NA CIDADE DE CUIABÁ/MT, CEP 78055-508.

Objeto: O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE DE PLATAFORMA WEB PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR, INCLUINDO: IMPLANTAÇÃO DO SOFTWARE PÚBLICO I-EDUCAR, IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS INTEGRADAS, PORTAIS DE PROFESSOR E SERVIÇOS À COMUNIDADE ESCOLAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. INCLUI AINDA SERVIÇOS DE MIGRAÇÃO DE DADOS, IMPLANTAÇÃO, PARAMETRIZAÇÕES E CONFIGURAÇÕES, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO CORRETIVA, LEGAL E EVOLUTIVA, BEM COMO HOSPEDAGEM DA SOLUÇÃO EM DATA CENTER.

Dotações orçamentárias: 517 3.3.90.39.00.00

499 3.3.90.39.00.00

Valor Global: R$ 29.490,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e noventa reais)

Vigência: 29/03/2017 à 29/03/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 006/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 006/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: CLEBER DAVID DA COSTA C.P.F: **015.513.011-05** RUA SÃO PEDRO, Nº. S/N, BAIRRO DA PONTE, NA CIDADE DE NORTELÂNDIA/MT, CEP 78430-000.

Objeto: O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA EM REDES DE BAIXA E ALTA TENSÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT.

Dotações orçamentárias: 03.008.04.122.0002.2069.4490360000

Valor Global: R$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais)

Vigência: 02/05/2017 à 02/05/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 007/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 007/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: ONG - ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NORTELÂNDENSE "AMOR A VIDA" C.N.P.J: 23.683.026/0001-87 Rua Domingos de Deus da Silva, nº 328, Centro, Município de Nortelândia, CIDADE DE NORTELÂNDIA/MT, CEP 78430-000.

Objeto: O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DO HOSPITAL E MATERNIDADE NOSSA SENHORA DE SANTANA PARA PRESTAR OS SEVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

Dotações orçamentárias: 231.33.90.39 OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO- PESSOA JURIDICA

Valor Global: R$ 2.256.000,00 (dois milhões duzentos e cinquenta e seis mil reais)

Vigência: 12/05/2017 à 11/05/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 008/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 008/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2017

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado MAIRA TAISE RINALDI ME, inscrito no CNPJ 11.435.584/001-44sediada na rua Prefeito João Macaúba, nº 1180, na cidade de Nortelândia/MT, CEP 78430-000.

Objeto: O presente contrato tem por objeto à Prestação de Serviços de Transporte Escolar pela CONTRATADA com os veículo marca M.BENZ/oh, Modelo 1318, ano de fabricação 1989, de placas IIB4702/RS e veiculo marca IMP/M.BENZ OF, modelo 1620, ano de fabricação199, placa IEO0837/RS no(s) seguinte(s) itinerário(s), com as respectivas rotas e horários a cumprir.

Dotações orçamentárias:

503 05.001.12.361.0014.2169.3390390000

Valor Global: R$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais)

Vigência: 11/04/2017 à 10/04/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 009/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 009/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2017

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: FERNANDA OLIVEIRA MAGALHAES-ME, inscrito no CNPJ 07.593.871/0001-05sediada na rua AV Gentulio Lino de Souza nº 247, na cidade de Nortelândia/MT, CEP 78430-000.

Objeto: O presente contrato tem por objeto à Prestação de Serviços de Transporte Escolar pela CONTRATADA com os veículo marca PAS/MASCA Modelo GRANMICRO O, ano de fabricação 2003, de placa 0003017/MT no(s) seguinte(s) itinerário(s), com as respectivas rotas e horários a cumprir.

Dotações orçamentárias:

503 05.001.12.361.0014.2169.3390390000

Valor Global: R$ 71.000,0 (setenta e um mil reais)

Vigência: 11/04/2017 à 10/04/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 016/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 016/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2017

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: ADÃO COUTO GARCIA C.N.P.J: 17.389.435/0001-72 sediada na rua Rodolfo rodrigues silva, nº S/N, Bairro, Joaquim da Silva, CEP 78430.000

Objeto: O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SEVIÇOS DE PEDREIRO E SERVENTE DE PEDREIRO, PARA ATUAREM JUNTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NORTELÂNDIA QUANDO HOUVER NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS

Dotações orçamentárias:

90 3.3.90.39.00.000

397 3.3.90.39.00.00

491 3.3.90.39.00.00

583 3.3.90.39.00.00

628 3.3.90.39.00.00

Valor Global: R$ 32.000,0 (trinta e dois mil reais)

Vigência: 12/06/2017 à 11/06/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: JAIME ANTONIO SGANZERLA C.P.F: sediada na zona rural, nº s/n, na cidade de Santo Afonso, CEP 78425-000

Objeto: O presente contrato tem por objeto aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS**Dotações orçamentárias:** 05.001.12. 361.0014.2042.3390300000

06.001.08.244.0011.2039.3390300000

Valor Global: R$ 16.276,00 (dezesseis mil, duzentos e setenta e seis reais)

Vigência: 02/05/2017 à 01/05/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
XTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 024/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 024/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2017

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: ARENAPOLIS DIGITAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 25.174.326/0001-66, sediada, com sede a Av Prefeito Caio, nº 639E, Bairro, Vila Nova na cidade Arenápolis-MT CEP:7842000.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MONITORAMENTO CFTV, INTERLIGAÇÃO DE DADOS ACESSO A INTERNETE E INTRANET PARA AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA/MT.

Dotações orçamentárias:

090 03.001.04.122.0004.2009.33903900000

0397 04.002.10.301.0023.2032.3390390000

0491 05.001.12.361.0014.2042.3390390000

0572 06.001.08.244.0021.2038.3390390000

0628 08.001.20.122.0002.2075.3390390000

Valor Global: R$ 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais)

Vigência: 10/07/2017 à 10/07/2018

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 021/GP/2017 DE 11 DE JULHO DE 2.017.

"DISPÕE SOBRE O RECESSO PARLAMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas, e ainda:

Considerando, o Art. 29, § 1º. da Lei Orgânica Municipal, alterado pela Emenda nº. 03/2009, de 26-08-2009,

Considerando a realização da ultima sessão legislativa ordinária do dia 10 de Julho do corrente ano,

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica instituído o recesso administrativo e parlamentar na Câmara Municipal de Nortelândia, no período compreendido de 12 de Julho/2017 à 31 de Julho/2017, desconsiderando-se sábados, domingos e feriados, dias de descanso já garantidos por lei.

Art. 2º – Não haverá expediente e atendimento ao público no período mencionado no artigo 1º.

Art. 3º - Ficam mantidos os trabalhos internos administrativos necessários para o encerramento do balanço financeiro e orçamentário do mês de Julho/2017.

Art. 4º - A partir do dia 01/08/2017, (Terça-Feira), as atividades administrativas e o atendimento ao público serão retomados normalmente.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 11 JULHO DE 2017.

MARIA APARECIDA OLIVEIRA DE SOUZA*Presidente da Câmara - Vereadora – D.E.M.*

Registrado na Secretaria Geral da Câmara a Portaria nº. 021/GP/2017 e publicado na forma da Lei, por afixação no lugar de costume. EM: 11/07/2017

_____SÉLIA MÓDOLO*Secretária Geral*

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: – SEBRAE/MT C.N.P.J: 03.534.450/0001-52 com sede ao foro em Cuiabá/MT, sito na Av. Rubens de Mendonça, 3.999.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Prestação de serviço especializado em **Consultoria Tecnológica Sebraetec em métodos e técnicas de produção para desenvolvimento da cadeia produtiva do leite – NOSSO LEITE, com ações de melhoria de processo de manejo e produção, atendendo no mínimo 20 produtores rurais"**

Dotações orçamentárias:

08.003.20.606.0029.2023. 3390390000	APOIO AS CADEIAS PRODUTIVAS.

Valor Global: R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais

Vigência: 24/05/2017 à 19/12/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 012/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2017

Contratante: Município de Nortelândia-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: JM MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA ME C.N.P.J: 10428032000146 sediada COM ENDEREÇO RUA QUATROCENTOS E UM, CUIABÁ- MT.

Objeto CONTRATACAO DE EMPRESA PARA RECUPERACAO DE PONTE EM MADEIRA SOBRE O CORREGO PACOVAL

149	03.006.26.782.0028.1084.4490510000

Dotações orçamentárias:

Valor Global: R$ 54.573,18 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e setenta e três reais e dezoito centavos)

Vigência: 31/05/2017 à 31/07/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 141/2017, DATADA DE 12 DE JULHO DE 2017.

Concede progressão por tempo de serviço (nível) a servidora municipal da Prefeitura de Nortelândia, e dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder progressão por tempo de serviço (Nível) a servidora abaixo relacionada, com base no Relatório Final da Comissão Municipal, constituída pela Portaria nº 703/2016, de 17 de outubro de 2016.

Nº	SERVIDOR	CARGO	DE		PARA	
			CLASSE	NIVEL	CLASSE	NIVEL
01	Maria do Bomdespacho Costa	Agente de Serviços Administrativos	C	6	C	7

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento os artigos 17 a 20 da Lei Complementar nº 024/2005, (Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Servidores Públicos Municipal) de 09.11.2005 (nove de novembro de dois mil e cinco), e art.121 da Lei n° 021/2005 de 11 de Outubro de 2005.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 12º dia do mês de Julho de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 12.07.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017

AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017

O Pregoeiro Oficial juntamente com a equipe de apoio do MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT, no exercício das atribuições que lhes conferem as Portarias Nº 20/2017, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 035/2017 – QUE TEM por OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MONITORAMENTO CFTV, INTERLIGAÇÃO DE DADOS ACESSO A INTERNETE E INTRANET PARA AS UNIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA/MT, sagraram-se vencedora a empresa: ARENÁPOLIS DIGITAL LTDA - ME inscrita no CNPJ 25.174.326/0001-66 com valor de 247.000,00 (duzentos e quarenta e sete mil reais).

Nortelândia-MT, 12 de julho de 2017.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial do Município de Nortelândia-MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3003/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3003/2017

PREGÃO PRESENCIAL 004/2017

Gerenciadora: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT

Fornecedores: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LDTA – ME **inscrito no CNPJ** 11.247.425/0001-16

Objeto: CONTRATAÇÃO DE

EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE DE PLATAFORMA WEB PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR para as escolas **MUNICIPAIS DE NORTELANDIA-MT**.

Registro: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LDTA – ME **inscrito no CNPJ –** 11.247.425/0001-16

no valor de R$ 28.800 (vinte e oito mil e oitocentos e oitenta reais).

518 05.001.12.365.0015.2050.3390390000

491 05.001.12.361.0014.2042.3390390000

Vigência: 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: 23 de março de 2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3004/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3004/2017

PREGÃO PRESENCIAL 003/2017

Gerenciadora: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT

Fornecedores: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LDTA – ME **inscrito no CNPJ** 11.247.425/0001-16

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LICENCA DE USO DE SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO EM SAÚDE.

Registro: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LDTA – ME **inscrito no CNPJ –** 11.247.425/0001-16 **no valor de R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais).**

00000363 04.001.10.301.0023.2178.3390390000

Vigência: 12 (doze) meses.

Data da Assinatura: 16 de março de 2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 004/2017

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVICOS Nº 004/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LDTA - ME C.N. P.J: **11.247.425/0001-16** AVENIDA BRASIL Nº 115, GALERIA TESOURO, SALA 04 BAIRRO, CPA II, NA CIDADE DE CUIABÁ/MT, CEP 78055-508.

Objeto: O presente contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LICENÇA DE USO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO EM SAÚDE EM ÚNICA PLATAFORMA DE DADOS INTEGRADA COM A PLATAFORMA DE APLICATIVOS MÓVEIS, COMPOSTA POR AMBIENTE E EXECUÇÃO DE APLICATIVOS MÓVEIS, AMBIENTE DE DESENVOLVIMENTO, AMBIENTE DE OPERAÇÃO E GESTÃO E INFRAESTRUTURA OPERACIONAL NA MODALIDADE DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM; MANUTENÇÃO LEGAL E CORRETIVA DURANTE O PERÍODO CONTRATUAL, SUPORTE TÉCNICO REMOTO E IN LOCO, CONFIGURAÇÃO, PARAMETRIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO PARA ADAPTAR O SISTEMA ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA/MT..

Dotações orçamentárias: 0363-04.002.10.301.0023.2032. 339039000000

Valor Global: R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais)

Vigência: 29/03/2017 à 29/03/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO ¾ FURGÃO COM CAPACIDADE 4.000 KG, QUE SERÁ POR QUILOMETRO RODADO, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA TRANSPORTE DA MERENDA ESCOLAR, TANTO NA ZONA URBANA QUANTO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 528/ 2017 VALIDADEPREGÃO ELETRÔNICO Nº020/2017 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma *eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº011/2017, publicada a homologação no dia 30 de Junho de 2017., processo administrativo n.º 540/ 2017 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000, neste ato representado pelo senhor Douglas Martins Silva, portador da cédula de identidade nº 21513708 SSP/MT, inscrito no CPF nº 038.776.641-30, residente e domiciliado na Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000

1. CLAUSULA PRIMERA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000 kg, que será por quilometro rodado**, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação, para transporte da merenda escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado Termo de Referência nº 26/2017 do edital de Pregão Eletrônico nº 020/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00				
Endereço:	Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000				
Contatos:	(65) 3351 1012				
Representante:	Douglas Martins Silva				
Item	Especificação	Estimativa Mensal KM rodado	Estimativa Anual Km Rodado	*Marca* Valor Unit	Valor Total
01	Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ furgão com capacidade 4.000 kg, que será por quilometro rodado**, com motorista devidamente habilitado, para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação, para transporte da merenda escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural do município	2.850	30.000,00	R$ 1,40	R$ 42.000,00
VALOR TOTAL: R$ 42.000,00 (Quarenta Dois Mil Reais)					

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

2. CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do dia 12 de Julho de 2017 não podendo ser prorrogada.

3. CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

3.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.7.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

3.7.6. Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

3.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preço.

4.13Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

4.14 Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste instrumento caberá as Secretaria Municipal de Educação d**o Servidor Paulo Leite de Araujo – Coordenador de Transporte Escolar**, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997. 5.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato. 5.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência. 5.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso. 5.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. 5.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação. 5.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, PRAZOS

6.1.O início da prestação de serviços será em até 02 (dois) dias após a assinatura da Ordem de Serviços; 6.2.A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser iniciada em, no máximo, 02 (dois) dias úteis, contados da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preços), devendo a CONTRATADA, nesse prazo, alocar o veículo e motorista nos respectivos local e horários a serem fixados pela Secretaria Municipal de Educação, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados no prazo estipulado.

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
05/2045	Próprio	2045 - Manutenção, encargos e salários	050019	33.90.39.00	0100
05/2011	FUNDEB	2011 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%	050084	33.90.39.00	0119

8. CLAUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1.O objeto licitado deverá estar à disposição da Secretaria, sempre que solicitado para distribuição dos gêneros alimentícios da merenda escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme cronograma estabelecido, horário e data emitidos juntamente com a Ordem de Fornecimento que deverá ser enviada à empresa contratada com o mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. 8.2.A empresa deverá possuir os equipamentos enumerados abaixo e atender às seguintes obrigações: 8.2.1. Acessórios obrigatórios: cintos de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco, triângulo e etc.; 8.2.2. Cordas, papelões, plásticos e todos os demais materiais utilizados para embalar as cargas, quando necessário; 8.2.3. Com motorista por conta da contratada. 8.2.4. O bem locado deverá estar com a documentação em dia referente ao IPVA, Seguro e Licenciamento; 8.2.5. Em caso de defeito, o mesmo deverá ser substituído no prazo máximo de 03 (três) horas, devendo este ser descontado do valor da locação ao término do mês; 8.2.6. O motorista que conduzirá o veículo deverá ter habilitação categoria “D” e “E”. 8.3.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, portanto o vencedor se compromete a entregar os objetos licitados com cobertura de seguro contra danos materiais a terceiros ou responsabilidade civil, correndo essas despesas, durante

o prazo contratual, por conta do LOCADOR. 8.4.Os serviços serão realizados em localidades rurais e ou escolas municipais onde o caminhão Furgão encontram-se realização os serviços de entrega de merendaescolar conforme as rotas designadas para o veículo e nas escolas municipais, conforme distância/quilômetros rodados, aferidos pelo fiscal do contrato. 8.5.Os serviços serão prestados nas escolas da Zona Rural e Sede,que será disponibilizado na Ordem de fornecimento da entrega de merenda em anexo a este Termo, devendo a empresa contratada entregá-las no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da entrega da Ordem de Fornecimento do Serviço. 8.6.A distancias das escolas e demais localidades encontram-se disponíveis no quadro anexo a este termo para ter como base a prestação dos serviços. **8.7. Para execução dos serviços, deverão ser utilizados os veículos com as seguintes características:** 8.7.1. **Veículo em bom estado de conservação marca, Carga/Caminhão/Furgão, capacidade até 4.000kg. Com combustível a Diesel, ano de fabricação á partir de 2000.** 8.7.2. **O motorista deverá executar as anotações nas Requisições, que serão conferidas e atestadas pelo Fiscal do Contrato no final do expediente.** 8.7.3. **O instrumento de medição (odômetro ou similar) do veículo utilizado será acionado a partir da saída autorizada da Secretaria Municipal de Educação e seu retorno.** 8.7.4. **A CONTRATADA fica obrigada a subtrair da quilometragem rodada do veículo, aquela utilizada para abastecimento, manutenção ou qualquer deslocamento do veículo efetuado no seu próprio interesse.** 8.7.5. **Será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativo das "Requisições de Transporte" a serviço desta Secretaria Municipal de Educação, a ser conferida e aprovada pelo Fiscal do contrato, de acordo com o trajeto verificado no transporte.** 8.7.6. **O veículo deverá encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecido, e com a documentação exigida.** 8.7.7. **O condutor do veículo deverá se atear em escolher percurso mais racional e econômico para atendimento da "Requisição de Transporte", limitado o deslocamento do veículo somente aos locais que estão identificados na requisição. E, ainda, seguir as orientações da CONTRATANTE quanto aos caminhos mais racionais e econômicos quando houver.** 8.7.8. **As requisições serão entregues ao motoristas, antes da execução do serviço, devidamente autorizadas pelo servidor credenciado, devendo constar a assinatura do usuário, após a execução do percurso.** 8.7.9. **Os motoristas não terão qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento;** 8.7.10. **As despesas pessoais dos motoristas são de responsabilidade da Contratada, devendo ser disponibilizado em número suficiente para o bom desempenho dos serviços;** 8.7.11. **Cadastro do(s) motorista(s);** 8.7.11.1. **Assim que for efetivada a assinatura do contrato, a Contratada deverá encaminhar à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, ficha cadastral devidamente preenchida com todas as informações do motoristas do quadro da empresa (nome, filiação, cópias do RG (identidade), CPF, e Carteira de Trabalho, comprovante de residência, CNH com (categoria), assim como 01 (uma) fotografia 3x4 atualizada.**

9. CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art. 65, da Lei nº. 8.666/93; 9.2.Uma vez comunicada de que a CONTRATANTE efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02 (dois) dias, para assinatura de contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a: 9.2.1. A entregar os veículos no padrão exigido pela CONTRATANTE, licenciados e emplacados no Estado de Mato Grosso; 9.2.2. A contratada deverá dispor de veículos de igual especificação reserva, com as mesmas características técnicas contidas no instrumento, licenciado no estado de Mato Grosso, em número suficiente para compor eventuais substituições por indisponibilidade, de modo a garantir a continuidade dos serviços, respeitando o prazo de 02(duas) horas, contados a partir da comunicação, feita pelo gestor do contrato; 9.2.3. As manutenções preventivas e corretivas dos veículos, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante, e corretiva aquelas relacionadas à mecânica, elétrica, eletrônica, suspensões, entre outras relativas aos veículos, incluindo socorro mecânico com guincho, serão realizadas por conta da Contratada, sem ônus para a Contratante devendo ser disponibilizada, sempre que solicitado, comprovação destas manutenções em estabelecimentos autorizados; 9.2.4. A contratada deve realizar reparos e substituição de pneus, a qualquer tempo, em todos os veículos locados, sendo somente permitido a parada deste durante o reparos e substituição, limitado ao tempo de 3(três) horas. 9.2.5. A substituição deverá ocorrer quando apresentarem risco ou quanto a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread Wear Indcators); 9.2.6. A Contratada deverá manter todos e quaisquer gastos com o veículo, compatível com o veículo locado, sendo também o combustível por conta da contratada; 9.2.7. Para efeito de medição, a locação será contada a partir da entrega dos veículos à contratante; 9.2.8. Em caso de aditamento de quantidade, nos termos da lei, a contratada deverá atender nos prazos máximos estipulados neste edital, a contar da data de solicitação da CONTRATANTE; 9.3.É vedada a subcontratação total dos serviços de locação; 9.4. É de inteira responsabilidades da contratada, eventuais danos materiais causados a terceiros, e aos veículos locados; 9.5. Todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada; 9.6. Contratada se obriga a cumprir os termos previstos no contrato e responder todas as consultas feitas pela Contratante no que se refere ao atendimento do objeto; 9.7. A aceitação dos veículos está condicionada à prévia vistoria e teste por parte do Setor de Transporte da CONTRATANTE, no ato de sua apresentação. No caso de rejeição dos veículos, os mesmos deverão ser substituídos num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da determinação; 9.8. O gerenciamento dos veículos locados deverá ocorrer para controle de todos os dados necessários ao monitoramento da frota, inclusive o seu uso, como também para efeito de fiscalização de utilização da frota, devendo ser tal gerenciamento executado em conjunto pela Contratada e Contratante, sendo que os dados dos veículos solicitados pela Contratante devem ser fornecidos de imediato, possibilitando o cruzamento de dados para controle e gestão do contrato; 9.9. As faturas só serão pagas depois de conferidas pelo responsável de acordo com o controle do serviço executado e validado pela CONTRATANTE. 9.10. A manutenção deverá obedecer a um cronograma programático de modo que todos os veículos estejam em dia com a troca de óleo, situação dos pneus, condições plenas de uso, entre outras; 9.11. Deverá manter o perfeito funcionamento dos odômetros dos veículos sendo vedada a utilização de veículos sem o equipamento em perfeito estado de funcionamento; 9.12. Deverá obedecer ao remanejamento, flexibilização e otimização do uso do veiculo determinado pela CONTRATANTE, visando a maximização da utilização da frota; 9.13. Deverá manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo; 9.14. Encaminhar a Nota Fiscal ao Setor de transporte para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido; 9.15. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Setor de Transporte, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; 9.16. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços prestados ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da CONTRATANTE; 9.17. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo; 9.18. A contratada deve obrigatoriamente conhecer todas as localidades e

estradas vicinais do Município; 9.19. O veículo a ser locado deve estar em perfeito estado mecânico, elétrico etc, com a manutenção e revisões em dia, e ficará disponível no pátio da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura em horário de expediente da Prefeitura; 9.20. Em casos excepcionais e urgentes a Contratada deverá atender as solicitações feitas fora do período de antecedência estipulado no item anterior, não podendo estas ser recusadas sob quaisquer pretextos; 9.21. Também em casos excepcionais poderá haver cancelamento da solicitação antes do início da prestação do serviço, não cabendo qualquer obrigação de a Contratante pagar a Contratada por eventuais disponibilidade dos caminhões não utilizados 9.22. O vencedor deverá estar com o veículo em perfeitas condições e devidamente abastecido no pátio da Secretaria de Obras de segunda à sexta-feira das 07:00hs às 13:00hs, para que desse local receba através do Secretário de Obras a Ordem de Serviço com a designação do local a ser feito os serviços e faça a distribuição dos mesmos. 9.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10. CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Fornecer todas as informações pertinentes para a perfeita execução dos serviços contratados, tais como: horário e local de busca e entrega dos materiais e equipamentos, bem como qualquer mudança no cronograma. 10.2 Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 64 da Lei nº. 8.666/93, para retirar a Ordem de Fornecimento; 10.3 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 10.4 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências; 10.5 Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo; 10.6 Disponibilizar os veículos para a manutenção, quando solicitada pela contratada, exigindo-lhe a reposição imediata por outro veículo de igual especificação e plenas em condições de uso; 10.7 Penalizar a contratada em caso de descumprimento de regras contratuais e previstas em edital, inclusive comunicar a CONTRATADA, gestora do contrato quanto aos acontecimentos e procedimentos tomados. 10.8 Receber os veículos, verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, cabendo relatório, conforme o caso, e o estado geral do veículo, inclusive rejeição do mesmo acaso esteja em desconformidade com o estipulado neste Termo. Utilizar os veículos em atividades exclusivamente de serviço. 10.9 Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento. 10.10 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta; 10.11 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; 10.12 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção; 10.13 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento** poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DE DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal, e após atestado de recebimento pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 12.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos serviços do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

12.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos serviços, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.7 A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

12.8 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir:nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 13.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.1.3. Fraudar na execução do contrato; 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.1.5. Cometer fraude fiscal; 13.1.6. Não mantiver a proposta. 13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: **13. 14. 15. 16. 17.** 17.1. 17.2. 13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 13.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. 13.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 13.5.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. CLAUSULA QUARTA DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15. CLAUSULA DÉCIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 020/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Julho de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

PORTARIA Nº 377/2017

DESIGNAÇÃO

Portaria nº 377/2017

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a Servidora da Empresa contratada P1 Engenharia e Assessoria, **INÊS ANTÔNIA DOS SANTOS**, brasileiro, RG: 1305175-0, CPF: 963.657.731-53, CREA- MT 030016 residente na Rua Marabá nº 67, Bairro Santo Antônio do Pedregal – Cuiabá -MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 092/2017 -** Contratação de empresa especializada em serviços de instalação de posto de transformação de 45 KVA/13,8KV 200/127V na Escola Municipal Luis Mandes da Silva situado na comunidade de Estrela do Oriente - **Empresa Engeletrica Assessoria Projetos e Construções LTDA**, a partir de 22/06/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de Junho de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 083/2017.

DECRETO Nº. 083/2017.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO/MT.

O Prefeito do município de Nossa Senhora do Livramento/MT no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando os dispostos da lei 8080/90 e o artigo 1º da lei 8142/90;

Considerando o artigo 15º da Lei Estadual nº. 22/92;

Considerando a resolução de nº. 05/2017 do Conselho Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento/MT;

Decreta:

Art1º - Fica convocada a I Conferência Municipal de Vigilância em Saúde de Nossa Senhora do Livramento/MT, a realizar-se neste Município, na **data de 18 de Agosto de 2017**, no Auditório da Secretaria de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento/MT.

Com a promoção e realização do referido Conselho Municipal de Saúde e da Secretaria municipal de Saúde de Nossa Senhora do Livramento/MT.

Art.2º - A Conferência desenvolverá seus trabalhos sob o tema central - "VIGILANCIA EM SAÚDE: DIREITO, CONQUISTAS E DEFESA DE UM SUS PÚBLICO DE QUALIDADE" e com os seguintes eixos temáticos:

1º O lugar da Vigilância em Saúde no SUS;

2º Responsabilidades do Estado e dos governos com a vigilância em saúde:

3º Saberes, práticas, processo de trabalhos e tecnologias na vigilância em saúde; e

4º Vigilância em Saúde participativa e democrática para enfrentamento das iniquidades sociais em saúde;

Art.3º - A Conferência será presidida pela Presidente do Conselho Municipal de Saúde e na sua ausência, pelo (a) Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Art.4º - A Secretária municipal de Saúde expedirá mediante portaria a estrutura e composição da comissão organizadora, bem como o regimento interno que norteará a conferência.

Art.5º - As despesas com a realização da I Conferência Municipal de Vigilância em Saúde de Nossa Senhora do Livramento/MT ocorrerá a cargo dos recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.6º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º - Revogando as disposições em contrário.

Nossa Senhora do Livramento, 12 de julho de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 379/2017

PORTARIA N° 379/2017

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **João Antonio Curvo, RG 004068 SSP/MT e CPF nº073.863.541-34,** para o Cargo em Comissão de Auditor Interno, **DAS – 5, a partir de 01/07/2017.**

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 03 de Julho de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 373/2017

Portaria nº 373/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **BENEDITO BRITO ASSUNÇÃO**, brasileiro, RG: 08644071 SSP/MT, CPF: 487.973.831-04,residente na Rua Carlos Antunes em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** das **Atas de Registro de preço abixo descritos** – Registro de Preços para a fututa e eventual aquisição de materiais esportivos, lazer e recreação visando atender calendário oficial de eventos esportivos do município:

Ata nº 011/2017 –Empresa Century Comercio Eirelli-ME – 19/06/2017;

Ata nº 012/2017 –Empresa Maria José dos Reis Neto ME – 19/06/2017;

Ata nº 013/2017 –Empresa BikeSul Comerc. Mat. Esportivos – 19/06/2017;

Ata nº 014/2017 –Empresa P. Moreira Lima Com.Serviços – 19/06/2017;

Ata nº 015/2017 –Empresa Anny Dowan Martins Silva – 19/06/2017;

Ata nº 016/2017 –Empresa Monica Regina de Mello Faria – 19/06/2017;

Ata nº 017/2017 –Empresa Vanessa Rodrigues de Carvalho – 19/06/2017;

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 20 de Junho de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) CAMINHÃO ¾ COM CAPACIDADE 4.000 KG, COM MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO, PARA TRANSPORTE DE ÓLEO DIESEL PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PARA ABASTECIMENTO DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPP PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 529/2017 VALIDADEPREGÃO ELETRÔNICO Nº019/2017 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma *eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº011/2017, publicada a homologação no dia 30 de Junho de 2017., processo administrativo n.º 540/2017 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000, neste ato representado pelo senhor Douglas Martins Silva, portador da cédula de identidade nº 21513708 SSP/MT, inscrito no CPF nº 038.776.641-30, residente e domiciliado na Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000

1. CLAUSULA PRIMERA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ com capacidade 4.000 kg**, com motorista devidamente habilitado, para transporte de óleo diesel para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação e para abastecimento de ônibus do transporte escolar da zona rural, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado Termo de Referência nº 025/2017 do edital de Pregão Eletrônico nº 019/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00				
Endereço:	Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000				
Contatos:	(65) 3351 1012				
Representante:	Douglas Martins Silva				
Item	Especificação	Estimativa Mensal KM rodado	Estimativa Anual Km Rodado	*Marca* Valor Unit	Valor Total
01	Contratação de empresa especializa em prestação de serviços **de Locação de 01 (um) caminhão ¾ com capacidade 4.000 kg**, com motorista devidamente habilitado, para transporte de óleo diesel para atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Educação e para abastecimento de ônibus do transporte escolar da zona rural	2.500	30.000,00	R$ 1,40	R$ 42.000,00
VALOR TOTAL: R$ 42.000,00 (Quarenta Dois Mil Reais)					

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

2. CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do dia 12 de Julho de 2017 não podendo ser prorrogada.

3. CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

3.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.7.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

3.7.6. Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

3.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preço.

4.13Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

4.14 Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste instrumento caberá as Secretaria Municipal de Educação d**o Servidor Paulo Leite de Araujo – Coordenador de Transporte Escolar**, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997. 5.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato. 5.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência. 5.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso. 5.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. 5.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação. 5.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, PRAZOS

6.1.O início da prestação de serviços será em até 02 (dois) dias após a assinatura da Ordem de Serviços; 6.2.A prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser iniciada em, no máximo, 02 (dois) dias úteis, contados da assinatura da ARP (Ata de Registro de Preços), devendo a CONTRATADA, nesse prazo, alocar o veículo e motorista nos respectivos local e horários a serem fixados pela Secretaria Municipal de Educação, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados no prazo estipulado.

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
05/2045	Próprio	2045 - Manutenção, encargos e salários	050019	33.90.39.00	0100
05/2011	FUNDEB	2011 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%	050084	33.90.39.00	0119

8. CLAUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1.O abastecimento dos ônibus escolar acontecerá da seguinte maneira: 8.1.1. As escolas do item 1 e 5 do anexo I deste termo serão abastecidas nas comunidades em que os ônibus ficam, ou seja no ponto final de cada linha do transporte escolar; 8.1.2. Os itens 2 á 4 e 6 á 10 serão abastecidos os veículos nas escolas descritas no anexo I, conforme as linhas do transporte escolar; 8.1.3. Os veículos serão abastecidos semanalmente, uma vez por semana; 8.1.4. A quilometragem estimada corresponde ao km/rodado, calculando a saída da Sede até a unidade e o seu retorno. 8.2.A empresa vencedora do objeto deste Termo, deverão possuir os equipamentos enumerados abaixo e atender às seguintes obrigações: 8.2.1. Acessórios obrigatórios: cintos de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco, triângulo e etc.; 8.2.2. Com motorista por conta da contratada. 8.2.3. O bem locado deverá estar com a documentação em dia referente ao IPVA, Seguro e Licenciamento; 8.2.4. Em caso de defeito, o mesmo deverá ser substituído no prazo máximo de 03 (três) horas, devendo este ser descontado do valor da locação ao término do mês; 8.2.5. O motorista que conduzirá os veículos deverá ter habilitação categoria “D” e/ou “E”. 8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, portanto o vencedor se compromete a entregar os objetos licitados com cobertura de seguro contra danos materiais a terceiros ou responsabilidade civil, correndo essas despesas, durante o prazo contratual, por conta do LOCADOR. 8.4. Os serviços serão realizados nas localidades em que estarão os ônibus conforme especificação no anexo desta Ata de Registro de Preço; 8.5. Os serviços do abastecimento dos ônibus escolar serão conforme as rotas designadas para cada veículos nas escolas municipais, conforme distância/quilômetros rodados, conferidos pelo fiscal do contrato. 8.6.Os serviços serão prestados nas escolas da Zona Rural, que será disponibilizado na Ordem de fornecimento dos abastecimentos dos ônibus conforme Rota em anexo a este Termo devendo a empresa contratada entrega - lãs no prazo máximo de 2 (dois) dias a contar da entrega da Ordem de Fornecimento de serviço, nas localidades onde os ônibus se encontram. 8.7. As distancias das escolas e demais localidades encontram-se disponíveis no quadro anexo a este termo para ter como base a prestação dos serviços. 8.8.Para execução dos serviços, deverão ser utilizados os veículos com as seguintes características: 8.8.1. **Veículo em bom estado de conservação marca, Carga/Caminhão/ Carroceria Aberta, capacidade até 4.000kg. Com combustível a Diesel, ano fabricação a partir de 2000.** 8.8.2. **O motorista deverá executar as anotações nas Requisições, que serão conferidas e atestadas pelo Fiscal do Contrato no final do expediente.** 8.8.3. **O instrumento de medição (odômetro ou similar) do veículo utilizado será acionado a PARTIR DA SAÍDA AUTORIZADA DA Secretaria Municipal de Educação e seu retorno.** 8.8.4. **A CONTRATADA fica obrigada a subtrair da quilometragem rodada do veículo, aquela utilizada para abastecimento, manutenção ou qualquer deslocamento do veículo efetuado no seu próprio interesse.** 8.8.5. **Será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativo das “Requisições de Transporte” a serviço desta Secretaria Municipal de Educação, a ser conferida e aprovada pelo Fiscal do contrato, de acordo com o trajeto verificado no transporte.** 8.8.6. **Os veículos deverão encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecido, e com a documentação exigida.** 8.8.7. **O condutor do veículo deverá se atear em escolher percurso mais racional e econômico para atendimento da “Requisição de Transporte”, limitado o deslocamento do veículo somente aos locais que estão identificados na requisição. E, ainda, seguir as orientações da CONTRATANTE quanto aos caminhos mais racionais e econômicos quando houver.** 8.8.8. **As requisições serão entregues ao motoristas, antes da execução do serviço, devidamente autorizadas pelo servidor credenciado, devendo constar a assinatura do usuário, após a execução do percurso.** 8.8.9. **Os motoristas não terão qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento;** 8.8.10. **As despesas pessoais dos motoristas são de responsabilidade da Contratada, devendo ser disponibilizado em número suficiente para o bom desempenho dos serviços;** 8.8.11. **Cadastro do(s) motorista(s):** 8.8.11.1. **Assim que for efetivada a assinatura do contrato, a Contratada deverá encaminhar à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, ficha cadastral devidamente preenchida com todas as informações do motorista do quadro da empresa (nome, filiação, cópias do RG (identidade), CPF, e Carteira de Trabalho, comprovante de residência, CNH com (categoria), assim como 01 (uma) fotografia 3x4 atualizada.**

9. CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art. 65, da Lei nº. 8.666/93; 9.2.Uma vez comunicada de que a CONTRATANTE efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02 (dois) dias, para assinatura de contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a: 9.2.1. A entregar os veículos no padrão exigido pela CONTRATANTE, licenciados e emplacados no Estado de Mato Grosso; 9.2.2. A contratada deverá dispor de veículos de igual especificação reserva, com as mesmas características técnicas contidas no instrumento, licenciado no estado de Mato Grosso, em número suficiente para compor eventuais substituições por indisponibilidade, de modo a garantir a continuidade dos serviços, respeitando o prazo de 02(duas) horas, contados a partir da comunicação, feita pelo gestor do contrato; 9.2.3. As manutenções preventivas e corretivas dos veículos, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante, e corretiva aquelas relacionadas à mecânica, elétrica, eletrônica, suspensões, entre outras relativas aos veículos, incluindo socorro mecânico com guincho, serão realizadas por conta da Contratada, sem ônus para a Contratante devendo ser disponibilizada, sempre que solicitado, comprovação destas manutenções em estabelecimentos autorizados; 9.2.4. A contratada deve realizar reparos e substituição de pneus, a qualquer tempo, em todos os veículos locados, sen-

do somente permitido a parada deste durante o reparos e substituição, limitado ao tempo de 3(três) horas. 9.2.5. A substituição deverá ocorrer quando apresentarem risco ou quanto a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread Wear Indcators); 9.2.6. A Contratada deverá manter todos e quaisquer gastos com o veículo, compatível com o veículo locado, sendo também o combustível por conta da contratada; 9.2.7. Para efeito de medição, a locação será contada a partir da entrega dos veículos à contratante; 9.2.8. Em caso de aditamento de quantidade, nos termos da lei, a contratada deverá atender nos prazos máximos estipulados neste edital, a contar da data de solicitação da CONTRATANTE; 9.3.É vedada a subcontratação total dos serviços de locação; 9.4. É de inteira responsabilidades da contratada, eventuais danos materiais causados a terceiros, e aos veículos locados; 9.5. Todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada; 9.6. Contratada se obriga a cumprir os termos previstos no contrato e responder todas as consultas feitas pela Contratante no que se refere ao atendimento do objeto; 9.7. A aceitação dos veículos está condicionada à prévia vistoria e teste por parte do Setor de Transporte da CONTRATANTE, no ato de sua apresentação. No caso de rejeição dos veículos, os mesmos deverão ser substituídos num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da determinação; 9.8. O gerenciamento dos veículos locados deverá ocorrer para controle de todos os dados necessários ao monitoramento da frota, inclusive o seu uso, como também para efeito de fiscalização de utilização da frota, devendo ser tal gerenciamento executado em conjunto pela Contratada e Contratante, sendo que os dados dos veículos solicitados pela Contratante devem ser fornecidos de imediato, possibilitando o cruzamento de dados para controle e gestão do contrato; 9.9. As faturas só serão pagas depois de conferidas pelo responsável de acordo com o controle do serviço executado e validado pela CONTRATANTE. 9.10. A manutenção deverá obedecer a um cronograma programático de modo que todos os veículos estejam em dia com a troca de óleo, situação dos pneus, condições plenas de uso, entre outras; 9.11. Deverá manter o perfeito funcionamento dos odômetros dos veículos sendo vedada a utilização de veículos sem o equipamento em perfeito estado de funcionamento; 9.12. Deverá obedecer ao remanejamento, flexibilização e otimização do uso do veiculo determinado pela CONTRATANTE, visando a maximização da utilização da frota; 9.13. Deverá manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo; 9.14. Encaminhar a Nota Fiscal ao Setor de transporte para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido; 9.15. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Setor de Transporte, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; 9.16. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços prestados ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da CONTRATANTE; 9.17. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo; 9.18. A contratada deve obrigatoriamente conhecer todas as localidades e estradas vicinais do Município; 9.19. O veículo a ser locado deve estar em perfeito estado mecânico, elétrico etc, com a manutenção e revisões em dia, e ficará disponível no pátio da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura em horário de expediente da Prefeitura; 9.20. Em casos excepcionais e urgentes a Contratada deverá atender as solicitações feitas fora do período de antecedência estipulado no item anterior, não podendo estas ser recusadas sob quaisquer pretextos; 9.21. Também em casos excepcionais poderá haver cancelamento da solicitação antes do início da prestação do serviço, não cabendo qualquer obrigação de a Contratante pagar a Contratada por eventuais disponibilidade dos caminhões não utilizados 9.22. O vencedor deverá estar com o veículo em perfeitas condições e devidamente abastecido no pátio da Secretaria de Obras de segunda à sexta-feira das 07:00hs às 13:00hs, para que desse local receba através do Secretário de Obras a Ordem de Serviço com a designação do local a ser feito os serviços e faça a distribuição dos mesmos. 9.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10. CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Fornecer todas as informações pertinentes para a perfeita execução dos serviços contratados, tais como: horário e local de busca e entrega dos materiais e equipamentos, bem como qualquer mudança no cronograma. 10.2 Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 64 da Lei nº. 8.666/93, para retirar a Ordem de Fornecimento; 10.3 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 10.4 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências; 10.5 Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo; 10.6 Disponibilizar os veículos para a manutenção, quando solicitada pela contratada, exigindo-lhe a reposição imediata por outro veículo de igual especificação e plenas em condições de uso; 10.7 Penalizar a contratada em caso de descumprimento de regras contratuais e previstas em edital, inclusive comunicar a CONTRATADA, gestora do contrato quanto aos acontecimentos e procedimentos tomados. 10.8 Receber os veículos, verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, cabendo relatório, conforme o caso, e o estado geral do veículo, inclusive rejeição do mesmo acaso esteja em desconformidade com o estipulado neste Termo. Utilizar os veículos em atividades exclusivamente de serviço. 10.9 Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento. 10.10 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta; 10.11 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; 10.12 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção; 10.13 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento** poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DE DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal, e após atestado de recebimento pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 12.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos serviços do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

12.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos serviços, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.7 A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

12.8 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir:nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 13.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.1.3. Fraudar na execução do contrato; 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.1.5. Cometer fraude fiscal; 13.1.6. Não mantiver a proposta. 13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: **13. 14. 15. 16. 17.** 17.1. 17.2. 13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 13.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. 13.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 13.5.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. CLAUSULA QUARTA DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15. CLAUSULA DÉCIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 019/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Julho de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

PORTARIA Nº 374/2017

Portaria nº 374/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **Marcos André Rufino Borges**, brasileiro, RG: 11175540 SSP/MT, CPF: 847.784. 901-34,residente na Rua Gregório Pires de Miranda, em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** da **Ata de Registro de Preço nº 018/ 2017** – Aquisição de gêneros alimentícios para composição da Merenda Escolar para atender demanda da Secretaria Municipal de Educação– Empresa G. Manoel da Silva - ME, a partir de 22/06/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de junho de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO Nº 057/2017

1º TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO Nº 057/2017 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO *DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA ESCOLA LUIS MANDES DA SILVA E ALOJAMENTO, SITUADO NA COMUNIDADE ESTRELA DO ORIENTE, ZONA RURAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO*QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA ODAIR SANTANA DA SILVA 90798066175 CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 743/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

De conformidade com as motivações administrativas no processo administrativo nº 2083/2017 constantes na justificativa pelo setor de Engenharia apresentada a Administração Pública Municipal no processo Administrativo nº 919/2017 referente ***Contratação de empresa especializada em execução de serviços de Reforma da Escola Luis Mandes da Silva e alojamento, situado na Comunidade Estrela do Oriente, Zona Rural de Nossa Senhora do Livramento, conforme*** **Processo Administrativo nº 743/2017 Dispensa de Licitação nº 062/2017.**as partes decidem celebrar este termo aditivo de Valor de R$ 2.348,76 (Dois Mil Trezentos e Quarenta e Oito Reais e Setenta e Seis Centavos) de serviços não incluso na planilha original do contrato nº 093/2017.

DO VALOR

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Origem do Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte/ Cod. Red.	Valor (R$)
1007	Próprio	1007 – Const. Reforma e Ampliação de Unidades Escolares	33.90.39.00	100 / 050001	2.348,76
VALOR TOTAL (R$)					2.348,76

FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 199/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 057/2017, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 02 de junho de 2017.

CONTRATANTE

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **ODAIR SANTANA DA SILVA 90798066175**

CNPJ sob o nº **18.043.506/0001-43**

Representada pelo Odair Santana da Silva

RG: nº 13261495 SSP/MT CPF nº 907.980.661-72

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, TIPO CAMINHÃO ¾ CARGA SECA COM CAPACIDADE 4.000 KG, INCLUINDO MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL TANTO NA ZONA URBANA QUANTO NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA PEDRO JOSE DA COSTA 98788736172PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 540/2017 VALIDADEPREGÃO ELETRÔNICO Nº011/2017 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma *eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº011/2017, publicada a homologação no dia 30 de Junho de 2017., processo administrativo n.º 540/2017 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa: **PEDRO JOSE DA COSTA 98788736172, inscrita no CNPJ: 17.371.175/0001-08**, situada na com sede na Rua Vicente Pereira Leite, Nº 542, Bairro: Centro CEP: 78.170.000 na cidade de Nossa Senhora do Livramento -MT, neste ato representada pelo Sr. *Pedro Jose da Costa*, Portador do RG: 1372762-1 e CPF: 987.887.361-72, residente e domiciliado na Rua Vicente Pereira Leite, Nº 542, Bairro: Centro em Nossa Senhora do Livramento-MT, CEP: 78.170.000.

1. CLAUSULA PRIMERA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, tipo CAMINHÃO ¾ CARGA SECA COM CAPACIDADE 4.000 KG, incluindo motorista devidamente habilitado para atendimento das demandas operacionais da Prefeitura Municipal tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, conforme condições, quantidades e exigências, especificado no Termo de Referência nº, do edital de *Pregão Eletrônico* nº011/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **PEDRO JOSE DA COSTA 98788736172**				
Endereço:	Rua Vicente Pereira Leite, Nº 542, Bairro: Centro CEP: 78.170.000				
Contatos:	(65) 99245 - 0558				
Representante:	*Pedro Jose da Costa*				
Item	Especificação	Qdade	Unde	Valor Unit	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos, tipo CAMINHÃO ¾ CARGA SECA COM CAPACIDADE 4.000 KG, incluindo motorista devidamente habilitado para atendimento das demandas operacionais da Prefeitura Municipal tanto na zona urbana quanto na zona rural do município	12	meses	R$ 5.710,00	R$ 68.520,00
VALOR TOTAL: R$ 68.520,00 (Sessenta e Oito Mil Quinhentos e Vinte Reais)					

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

3. CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do dia 12 de Julho de 2017 não podendo ser prorrogada.

4. CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.7.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

4.7.6. Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

4.13Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

4.14Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. O gerenciamento deste instrumento caberá as Secretaria Municipal de Obras e Infra-Estrutura através d**o Servidor Marco Antonio de Figueiredo Silva**, que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997. 5.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato. 5.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência. 5.4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso. 5.5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a ade-

quação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. 5.7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 5.9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação. 5.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, PRAZOS

6.1.O início da prestação de serviços será em até 02 (dois) dias após a assinatura da Ordem de Serviços; 6.2.O objeto licitado deverá estar à disposição no pátio da Secretaria de Obras em até 02 (dois) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento – OF, em que começará a contar os dias de serviços prestados; 6.3.Os Serviços serão executados nas localidades rurais onde as maquinas da Secretaria Municipal de Obras estiverem realizando serviços, mediante distancia/quilômetros conforme relação descriminado no anexo desta ata .

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria/ Programa	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte
008/2074	Manutenção, encargos e salários	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	080009	33.90.39.00	0100

8. CLAUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1.Os serviços serão executados em conformidade com as necessidades da Prefeitura Municipal, e conforme solicitação da secretaria de Obras e Infraestrutura, para a execução dos serviços que necessitarem do atendimento, independentemente da localidade solicitada. 8.2.O bem locado, deverá ficar à disposição na secretaria de obra no horário das 07:00 hs às 16:00 hs, para realizar os serviços, de acordo com a solicitação da secretaria de Obras e Infraestrutura, através de emissão da Ordem de Fornecimento de Serviço. 8.3.Todos os veículos objetos deste Termo deverão possuir os equipamentos enumerados abaixo e atender às seguintes obrigações: 8.3.1. Acessórios obrigatórios: cintos de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco, triângulo e etc.; 8.3.2. Cordas, papelões, plásticos e todos os demais materiais utilizados para embalar as cargas, quando necessário; 8.3.3. Com motorista por conta da contratada. 8.3.4. Os veículos deverão possuir seguro total contra acidentes, danos materiais e a terceiros. 8.3.5. O bem locado deverá estar com a documentação em dia referente ao IPVA, Seguro e Licenciamento; 8.3.6. Em caso de defeito, o mesmo deverá ser substituído no prazo máximo de 03 (três) horas, devendo este ser descontado do valor da locação ao término do mês; 8.3.7. O motorista que conduzirá os veículos deverá ter habilitação categoria “D”; 8.4. O vencedor se comprometera a entregar os objetos licitados com cobertura de seguro contra danos materiais a terceiros ou responsabilidade civil, correndo essas despesas, durante o prazo contratual, por conta do LOCADOR; 8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. 8.6. Os serviços serão realizados em localidades rurais onde as maquinas da Secretaria de Obras estiverem realizando serviços, mediante distância/quilômetros conforme relação discriminada na TR. 8.7. Os serviços serão prestados em todas as localidades da Zona Rural e na Sede de acordo com a necessidade e cronograma anexo, devendo a empresa contratada entregá-los nos prazos máximo de 02 (dois) dias a contar da entrega da Ordem de Fornecimento do Serviço, nas localidades onde as máquinas da Secretaria de Obras estiverem realizando serviços conforme discriminação das localidades e distância descritas no anexo I deste Termo de Referência.

9. CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art. 65, da Lei nº. 8.666/93; 9.2.Uma vez comunicada de que a CONTRATANTE efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02 (dois) dias, para assinatura de contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a: 9.2.1. A entregar os veículos no padrão exigido pela CONTRATANTE, licenciados e emplacados no Estado de Mato Grosso; 9.2.2. A contratada deverá dispor de veículos de igual especificação reserva, com as mesmas características técnicas contidas no instrumento, licenciado no estado de Mato Grosso, em número suficiente para compor eventuais substituições por indisponibilidade, de modo a garantir a continuidade dos serviços, respeitando o prazo de 02(duas) horas, contados a partir da comunicação, feita pelo gestor do contrato; 9.2.3. As manutenções preventivas e corretivas dos veículos, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante, e corretiva aquelas relacionadas à mecânica, elétrica, eletrônica, suspensões, entre outras relativas aos veículos, incluindo socorro mecânico com guincho, serão realizadas por conta da Contratada, sem ônus para a Contratante devendo ser disponibilizada, sempre que solicitado, comprovação destas manutenções em estabelecimentos autorizados; 9.2.4. A contratada deve realizar reparos e substituição de pneus, a qualquer tempo, em todos os veículos locados, sendo somente permitido a parada deste durante o reparos e substituição, limitado ao tempo de 3(três) horas. 9.2.5. A substituição deverá ocorrer quando apresentarem risco ou quanto a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread Wear Indcators); 9.2.6. A Contratada deverá manter todos e quaisquer gastos com o veículo, compatível com o veículo locado, sendo também o combustível por conta da contratada; 9.2.7. Para efeito de medição, a locação será contada a partir da entrega dos veículos à contratante; 9.2.8. Em caso de aditamento de quantidade, nos termos da lei, a contratada deverá atender nos prazos máximos estipulados neste edital, a contar da

data de solicitação da CONTRATANTE; 9.3.É vedada a subcontratação total dos serviços de locação; 9.4. É de inteira responsabilidades da contratada, eventuais danos materiais causados a terceiros, e aos veículos locados; 9.5. Todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada; 9.6. Contratada se obriga a cumprir os termos previstos no contrato e responder todas as consultas feitas pela Contratante no que se refere ao atendimento do objeto; 9.7. A aceitação dos veículos está condicionada à prévia vistoria e teste por parte do Setor de Transporte da CONTRATANTE, no ato de sua apresentação. No caso de rejeição dos veículos, os mesmos deverão ser substituídos num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da determinação; 9.8. O gerenciamento dos veículos locados deverá ocorrer para controle de todos os dados necessários ao monitoramento da frota, inclusive o seu uso, como também para efeito de fiscalização de utilização da frota, devendo ser tal gerenciamento executado em conjunto pela Contratada e Contratante, sendo que os dados dos veículos solicitados pela Contratante devem ser fornecidos de imediato, possibilitando o cruzamento de dados para controle e gestão do contrato; 9.9. As faturas só serão pagas depois de conferidas pelo responsável de acordo com o controle do serviço executado e validado pela CONTRATANTE. 9.10. A manutenção deverá obedecer a um cronograma programático de modo que todos os veículos estejam em dia com a troca de óleo, situação dos pneus, condições plenas de uso, entre outras; 9.11. Deverá manter o perfeito funcionamento dos odômetros dos veículos sendo vedada a utilização de veículos sem o equipamento em perfeito estado de funcionamento; 9.12. Deverá obedecer ao remanejamento, flexibilização e otimização do uso do veiculo determinado pela CONTRATANTE, visando a maximização da utilização da frota; 9.13. Deverá manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo; 9.14. Encaminhar a Nota Fiscal ao Setor de transporte para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido; 9.15. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Setor de Transporte, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; 9.16. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços prestados ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da CONTRATANTE; 9.17. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo; 9.18. A contratada deve obrigatoriamente conhecer todas as localidades e estradas vicinais do Município; 9.19. O veículo a ser locado deve estar em perfeito estado mecânico, elétrico etc, com a manutenção e revisões em dia, e ficará disponível no pátio da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura em horário de expediente da Prefeitura; 9.20. Em casos excepcionais e urgentes a Contratada deverá atender as solicitações feitas fora do período de antecedência estipulado no item anterior, não podendo estas ser recusadas sob quaisquer pretextos; 9.21. Também em casos excepcionais poderá haver cancelamento da solicitação antes do início da prestação do serviço, não cabendo qualquer obrigação de a Contratante pagar a Contratada por eventuais disponibilidade dos caminhões não utilizados 9.22. O vencedor deverá estar com o veículo em perfeitas condições e devidamente abastecido no pátio da Secretaria de Obras de segunda à sexta-feira das 07:00hs às 13:00hs, para que desse local receba através do Secretário de Obras a Ordem de Serviço com a designação do local a ser feito os serviços e faça a distribuição dos mesmos. 9.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10. CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Fornecer todas as informações pertinentes para a perfeita execução dos serviços contratados, tais como: horário e local de busca e entrega dos materiais e equipamentos, bem como qualquer mudança no cronograma. 10.2 Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 64 da Lei nº. 8.666/93, para retirar a Ordem de Fornecimento; 10.3 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 10.4 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências; 10.5 Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo; 10.6 Disponibilizar os veículos para a manutenção, quando solicitada pela contratada, exigindo-lhe a reposição imediata por outro veículo de igual especificação e plenas em condições de uso; 10.7 Penalizar a contratada em caso de descumprimento de regras contratuais e previstas em edital, inclusive comunicar a CONTRATADA, gestora do contrato quanto aos acontecimentos e procedimentos tomados. 10.8 Receber os veículos, verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, cabendo relatório, conforme o caso, e o estado geral do veículo, inclusive rejeição do mesmo acaso esteja em desconformidade com o estipulado neste Termo. Utilizar os veículos em atividades exclusivamente de serviço. 10.9 Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento. 10.10 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta; 10.11 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; 10.12 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção; 10.13 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento** poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DE DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal, e após atestado de recebimento pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 12.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos serviços do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

12.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos serviços, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.7 A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

12.8 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir:nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 13.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.1.3. Fraudar na execução do contrato; 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.1.5. Cometer fraude fiscal; 13.1.6. Não mantiver a proposta. 13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: **13. 14. 15. 16. 17.** 17.1. 17.2. 13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 13.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. 13.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 13.5.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. CLAUSULA QUARTA DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15. CLAUSULA DÉCIMA QUINTA O,AQUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 011/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Julho de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: PEDRO JOSE DA COSTA 98788736172

CNPJ: 17.371.175/0001-08

Representada pelo Sr. Pedro Jose da Costa

RG: 1372762-1 e CPF: 987.887.361-72

PORTARIA Nº 375/2017

Portaria nº 375/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor engenheiro civil **NICKLAWBER SANTOS ALMEIDA**, funcionário efetivo desta Prefeitura, brasileiro, portador do RG: 21289581 e CPF: 033.771.161-50,domiciliado na Rua: Benedito Vaz Figueiredo, Bairro: Cristo Rei, Várzea Grande-MT**,** como fiscal da obras objeto da **Carta Contrato nº 090/2017,** Empresa CONSTRUTORA NATIVA LTDA - EPP - Obra Serviço de Reforma de Ponte de madeira neste município, a partir de 20/06/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de junho de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 376/2017

Portaria nº 376/2017

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Goncalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o Coordenador Municipal, **MARCO ANTONIO F. SILVA**, brasileiro, RG: 04598652 , CPF: 345.831.141-68,residente na Av. Gov. Julio Campos, Bairro: Centro, em Nossa Senhora do Livramento-MT**,** como **fiscal** do objeto do **contrato nº 091/2017**– Contratação de locação de uma área com 04 hectares para uso da administração pública para atender as demandas da Secretaria de Obras do Município de Nossa Senhora do Livramento, empresa Fernando Carlos de Medeiros Miranda, a partir de 21/06/2017.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 23 de Junho de 2017.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 025/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL PARA AQUISIÇÃO DE MANILHAS DE CONCRETO TIPO CA-1, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA D.M SILVA – EPPPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 2050/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 22/2017 SRP - 12 (DOZE) MESES, AS CLAUSULAS A SEGUIR:

Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma *eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº011/2017, publicada a homologação no dia 30 de Junho de 2017., processo administrativo n.º 540/2017 **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

FORNECEDORA: Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00, com sede a Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000, neste ato representado pelo senhor Douglas Martins Silva, portador da cédula de identidade nº 21513708 SSP/MT, inscrito no CPF nº 038.776.641-30, residente e domiciliado na Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000

1. CLAUSULA PRIMERA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Manilhas de Concreto Tipo CA-1, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora Do Livramento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, especificado Termo de Referência nº 038/2017 do edital de Pregão Eletrônico nº 022/2017, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social:	Empresa: **D.M SILVA – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00					
Endereço:	Avenida Coronel Botelho Bairro Centro, Município de Nossa Senhora do Livramento CEP: 78170-000					
Contatos:	(65) 3351 1012					
Representante:	Douglas Martins Silva					
Item	Especificação	Qdade	UND	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	MANILHA DE 0,60 M DE DIÂMETRO, TIPO CA-1, COMPRIMENTO DE 1,00 M, P/ MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO	100	UND	ART CONCRETOS	102,00	10.200,00
02	MANILHA DE 0,80 M DE DIÂMETRO, TIPO CA-1, COMPRIMENTO DE 1,00 M,P/ MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO	200	UND	ART CONCRETOS	156,00	31.200,00
03	MANILHA DE 1,00 M DE DIÂMETRO, TIPO CA-1, COMPRIMENTO DE 1,00 M,P/ MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO	300	UND	ART CONCRETOS	229,00	68.700,00
04	MANILHA DE 1,20 M DE DIÂMETRO, TIPO CA-1, COMPRIMENTO DE 1,00 M,P/ MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS DO MUNICIPIO	350	UND	ART CONCRETOS		94.150,00
	VALOR TOTAL: 204.250,00 (Duzentos e Quatro Mil Duzentos e Cinquenta Reais)					

2.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

2.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

2.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.) .

2. CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DA ATA

2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do dia 12 de Julho de 2017 não podendo ser prorrogada.

3. CLAUSULA QUARTA REVISÃO E CANCELAMENTO

3.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

3.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

3.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

3.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

3.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

3.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

3.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

3.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

3.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.7.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

3.7.6. Por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas;

3.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.10. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

4.11. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

4.12. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preço.

4.13Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas ao fornecimento.

4.14 Caso a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poder suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O gerenciamento deste instrumento caberá as Secretaria Municipal conforme abaixo:

5.2 Secretaria de Administração: Servidora **LARA CRISTINA ELIAS PROENÇA,** que deverá atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta entrega para fins de pagamento.

5.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

5.4 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

5.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência. 5.6 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

5.7 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

5.9 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.10 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.11 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

5.12 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, PRAZOS

6.1.Os materiais a serem adquiridos decorrentes do Registro de Preço, deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, situado na Rua Ana Feliciana, s/n, Centro – Nossa Senhora do Livramento – MT, das 07:00hs às 16:00 hs. 6.2.O objeto deste Termo de Referência será dado como recebido de acordo com o Inciso II do artigo 73 da Lei 8.666/93, da seguinte forma: 6.2.1. **Provisoriamente,** na apresentação dos produtos, acompanhados da devida Nota Fiscal, devendo neste momento ser realizada conferência inicial pelo Fiscal da contratante, e se identificada a conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta. 6.2.2. **Definitivamente**: em até 3 (três) dias após o recebimento provisório e verificação da qualidade e quantidade do material e se confirmada a conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e na proposta a consequente aceitação se dará através de termo circunstanciado. **6.2.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 13.1. 13.2. 6.3.A contratante rejeitará os fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, mesmo após o recebimento definitivo, constatar-se que os fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da contratante notificarão a empresa fornecedora para que a mesma providencie a correção necessária dentro dos prazos de recebimento. 6.4.Independentemente da aceitação, a empresa fornecedora deverá garantir a qualidade dos produtos fornecidos pelo prazo da garantia, obrigando-se a substituir a suas expensas aquele que apresentar falha ou defeito no prazo estabelecido no Item 8. 6.5.Durante o prazo de garantia, a licitante vencedora obriga-se a substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer produto que apresente defeito que não seja decorrente do desgaste natural ou do incorreto manuseio do produto. 6.6.Incumbe ao licitante vencedor o ônus da prova da origem do defeito. 6.7.Este

instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Administração Municipal, promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições. 6.8.Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE através do seu Fiscal, registrará os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente para providências de penalização. 6.9.A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Almoxarifado, designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal

7. CLAUSULA SETIMA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1 A despesa decorrente das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria /Programa	PROJETO/ATIVIDADE	Reduzido	NATUREZA DA DESPESA	FONTE
008/2278	Recuperação, Manutenção e Construção de Estradas Vicinais	080032	33.90.30.00 – Material de Consumo	0130

8. CLAUSULA OITAVA DA EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1.O objeto licitado deverá estar à disposição da Secretaria, sempre que solicitado para distribuição dos gêneros alimentícios da merenda escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme cronograma estabelecido, horário e data emitidos juntamente com a Ordem de Fornecimento que deverá ser enviada à empresa contratada com o mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. 8.2.A empresa deverá possuir os equipamentos enumerados abaixo e atender às seguintes obrigações: 8.2.1. Acessórios obrigatórios: cintos de segurança, extintor, estepe, chave de roda, macaco, triângulo e etc.; 8.2.2. Cordas, papelões, plásticos e todos os demais materiais utilizados para embalar as cargas, quando necessário; 8.2.3. Com motorista por conta da contratada. 8.2.4. O bem locado deverá estar com a documentação em dia referente ao IPVA, Seguro e Licenciamento; 8.2.5. Em caso de defeito, o mesmo deverá ser substituído no prazo máximo de 03 (três) horas, devendo este ser descontado do valor da locação ao término do mês; 8.2.6. O motorista que conduzirá o veículo deverá ter habilitação categoria “D” e “E”. 8.3.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, portanto o vencedor se compromete a entregar os objetos licitados com cobertura de seguro contra danos materiais a terceiros ou responsabilidade civil, correndo essas despesas, durante o prazo contratual, por conta do LOCADOR. 8.4.Os serviços serão realizados em localidades rurais e ou escolas municipais onde o caminhão Furgão encontram-se realização os serviços de entrega de merendaescolar conforme as rotas designadas para o veículo e nas escolas municipais, conforme distância/quilômetros rodados, aferidos pelo fiscal do contrato. 8.5.Os serviços serão prestados nas escolas da Zona Rural e Sede,que será disponibilizado na Ordem de fornecimento da entrega de merenda em anexo a este Termo, devendo a empresa contratada entregá-las no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da entrega da Ordem de Fornecimento do Serviço. 8.6.A distancias das escolas e demais localidades encontram-se disponíveis no quadro anexo a este termo para ter como base a prestação dos serviços. **8.7. Para execução dos serviços, deverão ser utilizados os veículos com as seguintes características:** 8.7.1. **Veículo em bom estado de conservação marca, Carga/Caminhão/Furgão, capacidade até 4.000kg. Com combustível a Diesel, ano de fabricação á partir de 2000.** 8.7.2. **O motorista deverá executar as anotações nas Requisições, que serão conferidas e atestadas pelo Fiscal do Contrato no final do expediente.** 8.7.3. **O instrumento de medição (odômetro ou similar) do veículo utilizado será acionado a partir da saída autorizada da Secretaria Municipal de Educação e seu retorno.** 8.7.4. **A CONTRATADA fica obrigada a subtrair da quilometragem rodada do veículo, aquela utilizada para abastecimento, manutenção ou qualquer deslocamento do veículo efetuado no seu próprio interesse.** 8.7.5. **Será objeto de cobrança apenas a quilometragem constante dos demonstrativo das “Requisições de Transporte” a serviço desta Secretaria Municipal de Educação, a ser conferida e aprovada pelo Fiscal do contrato, de acordo com o trajeto verificado no transporte.** 8.7.6. **O veículo deverá encontrar-se em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecido, e com a documentação exigida.** 8.7.7. **O condutor do veículo deverá se atear em escolher percurso mais racional e econômico para atendimento da “Requisição de Transporte”, limitado o deslocamento do veículo somente aos locais que estão identificados na requisição. E, ainda, seguir as orientações da CONTRATANTE quanto aos caminhos mais racionais e econômicos quando houver.** 8.7.8. **As requisições serão entregues ao motoristas, antes da execução do serviço, devidamente autorizadas pelo servidor credenciado, devendo constar a assinatura do usuário, após a execução do percurso.** 8.7.9. **Os motoristas não terão qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento;** 8.7.10. **As despesas pessoais dos motoristas são de responsabilidade da Contratada, devendo ser disponibilizado em número suficiente para o bom desempenho dos serviços;** 8.7.11. **Cadastro do(s) motorista(s);** 8.7.11.1. **Assim que for efetivada a assinatura do contrato, a Contratada deverá encaminhar à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, ficha cadastral devidamente preenchida com todas as informações do motoristas do quadro da empresa (nome, filiação, cópias do RG (identidade), CPF, e Carteira de Trabalho, comprovante de residência, CNH com (categoria), assim como 01 (uma) fotografia 3x4 atualizada.**

9. CLAUSULA NONA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art. 65, da Lei nº. 8.666/93; 9.2.Uma vez comunicada de que a CONTRATANTE efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02 (dois) dias, para assinatura de contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a: 9.2.1. A entregar os veículos no padrão exigido pela CONTRATANTE, licenciados e emplacados no Estado de Mato Grosso; 9.2.2. A contratada deverá dispor de veículos de igual especificação reserva, com as mesmas características técnicas contidas no instrumento, licenciado no estado de Mato Grosso, em número suficiente para compor eventuais substituições por indisponibilidade, de modo a garantir a continuidade dos serviços, respeitando o prazo de 02(duas) horas, contados a partir da comunicação, feita pelo gestor do contrato; 9.2.3. As manutenções preventivas e corretivas dos veículos, entendendo-se preventiva aquela constante no plano de manutenção do fabricante, e corretiva aquelas relacionadas à mecânica, elétrica, eletrônica, suspensões, entre outras relativas aos veículos, incluindo socorro mecânico com guincho, serão realizadas por conta da Contratada, sem ônus para a Contratante devendo ser disponibilizada, sempre que solicitado, comprovação destas manutenções em estabelecimentos autorizados; 9.2.4. A contratada deve realizar reparos e substituição de pneus, a qualquer tempo, em todos os veículos locados, sendo somente permitido a parada deste durante o reparos e substituição, limitado ao tempo de 3(três) horas. 9.2.5. A substituição deverá ocorrer quando apresentarem risco ou quanto a profundidade dos sulcos da banda de rodagem estiver próximo de 3 mm, sendo que a identificação deste item é feita pela TWI (Thread Wear Indcators); 9.2.6. A Contratada deverá manter todos e quaisquer gastos com o veículo, compatível com o veículo locado, sendo

também o combustível por conta da contratada; 9.2.7. Para efeito de medição, a locação será contada a partir da entrega dos veículos à contratante; 9.2.8. Em caso de aditamento de quantidade, nos termos da lei, a contratada deverá atender nos prazos máximos estipulados neste edital, a contar da data de solicitação da CONTRATANTE; 9.3.É vedada a subcontratação total dos serviços de locação; 9.4. É de inteira responsabilidades da contratada, eventuais danos materiais causados a terceiros, e aos veículos locados; 9.5. Todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como: obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou quaisquer outras, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada; 9.6. Contratada se obriga a cumprir os termos previstos no contrato e responder todas as consultas feitas pela Contratante no que se refere ao atendimento do objeto; 9.7. A aceitação dos veículos está condicionada à prévia vistoria e teste por parte do Setor de Transporte da CONTRATANTE, no ato de sua apresentação. No caso de rejeição dos veículos, os mesmos deverão ser substituídos num prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da determinação; 9.8. O gerenciamento dos veículos locados deverá ocorrer para controle de todos os dados necessários ao monitoramento da frota, inclusive o seu uso, como também para efeito de fiscalização de utilização da frota, devendo ser tal gerenciamento executado em conjunto pela Contratada e Contratante, sendo que os dados dos veículos solicitados pela Contratante devem ser fornecidos de imediato, possibilitando o cruzamento de dados para controle e gestão do contrato; 9.9. As faturas só serão pagas depois de conferidas pelo responsável de acordo com o controle do serviço executado e validado pela CONTRATANTE. 9.10. A manutenção deverá obedecer a um cronograma programático de modo que todos os veículos estejam em dia com a troca de óleo, situação dos pneus, condições plenas de uso, entre outras; 9.11. Deverá manter o perfeito funcionamento dos odômetros dos veículos sendo vedada a utilização de veículos sem o equipamento em perfeito estado de funcionamento; 9.12. Deverá obedecer ao remanejamento, flexibilização e otimização do uso do veiculo determinado pela CONTRATANTE, visando a maximização da utilização da frota; 9.13. Deverá manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo; 9.14. Encaminhar a Nota Fiscal ao Setor de transporte para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido; 9.15. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Setor de Transporte, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente; 9.16. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços prestados ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da CONTRATANTE; 9.17. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo; 9.18. A contratada deve obrigatoriamente conhecer todas as localidades e estradas vicinais do Município; 9.19. O veículo a ser locado deve estar em perfeito estado mecânico, elétrico etc, com a manutenção e revisões em dia, e ficará disponível no pátio da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura em horário de expediente da Prefeitura; 9.20. Em casos excepcionais e urgentes a Contratada deverá atender as solicitações feitas fora do período de antecedência estipulado no item anterior, não podendo estas ser recusadas sob quaisquer pretextos; 9.21. Também em casos excepcionais poderá haver cancelamento da solicitação antes do início da prestação do serviço, não cabendo qualquer obrigação de a Contratante pagar a Contratada por eventuais disponibilidade dos caminhões não utilizados 9.22. O vencedor deverá estar com o veículo em perfeitas condições e devidamente abastecido no pátio da Secretaria de Obras de segunda à sexta-feira das 07:00hs às 13:00hs, para que desse local receba através do Secretário de Obras a Ordem de Serviço com a designação do local a ser feito os serviços e faça a distribuição dos mesmos. 9.23. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

10. CLAUSULA DECIMA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Fornecer todas as informações pertinentes para a perfeita execução dos serviços contratados, tais como: horário e local de busca e entrega dos materiais e equipamentos, bem como qualquer mudança no cronograma. 10.2 Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 64 da Lei nº. 8.666/93, para retirar a Ordem de Fornecimento; 10.3 Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto; 10.4 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências; 10.5 Efetuar o pagamento á CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo; 10.6 Disponibilizar os veículos para a manutenção, quando solicitada pela contratada, exigindo-lhe a reposição imediata por outro veículo de igual especificação e plenas em condições de uso; 10.7 Penalizar a contratada em caso de descumprimento de regras contratuais e previstas em edital, inclusive comunicar a CONTRATADA, gestora do contrato quanto aos acontecimentos e procedimentos tomados. 10.8 Receber os veículos, verificando o atendimento quanto às normatizações do Código de Trânsito Brasileiro, cabendo relatório, conforme o caso, e o estado geral do veículo, inclusive rejeição do mesmo acaso esteja em desconformidade com o estipulado neste Termo. Utilizar os veículos em atividades exclusivamente de serviço. 10.9 Verificar a regularidade dos recolhimentos dos encargos sociais antes de efetuar o pagamento. 10.10 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta; 10.11 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis; 10.12 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção; 10.13 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período da vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo repasse do percentual determinado.

11.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderá ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

11.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

11.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento** poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso ou negociação.

11.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento**.

12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA DE DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado mensalmente em até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal, e após atestado de recebimento pelo fiscal do contrato indicado pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento. 12.2 O pagamento será creditado em favor do fornecedor através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. 12.3 O pagamento será feito com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor dos serviços do presente pregão, pelo preço da proposta adjudicada e homologada, mediante a apresentação do comprovante de regularidade referente FGTS e CND Federal e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho, de acordo com o Art. 29 da Lei 8.666/93 alterada pelo Art. 3° da Lei 12.440 de 7/07/2011.

12.4 A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento pagará à contratada, pelos serviços, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que no preço global estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o fornecimento, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

12.5 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6 Não será efetuado o pagamento em nome de terceiros, ou em conta de Poupança, sendo que referido pagamento poderá ficar suspenso até que sejam devidamente cumpridas as exigências do Edital.

12.7 A critério da Administração poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros, ou outras de responsabilidade da Adjudicada.

12.8 Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

12.9 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.10 Os pagamentos serão efetuados pela tesouraria à vista de Nota Fiscal Eletrônica – NFe, apresentadas, que deverão ser enviadas para o serviço de email institucional Prefeitura a seguir:nfe@nossasenhoradolivramento.mt.gov.br, e a DANFE deverá ser emitida e acompanhar a mercadoria.

12.11 Havendo divergência ou erro na emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NFe, modelo 55, será interrompida a contagem do prazo para fins de pagamento, sendo iniciada nova contagem somente após a regularização da referida Nota fiscal Eletrônica - NFe;

Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subseqüente.

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que: 13.1.1. Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto; 13.1.3. Fraudar na execução do contrato; 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; 13.1.5. Cometer fraude fiscal; 13.1.6. Não mantiver a proposta. 13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: **13. 14. 15. 16. 17.** 17.1. 17.2. 13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante; 13.3. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que: 13.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; 13.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; 13.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados. 13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999. 13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente. 13.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente. 13.5.2. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. CLAUSULA QUARTA DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1. As infrações penais tipificadas na Lei nº 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15. CLAUSULA DÉCIMA QUINTA DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº 022/2017 e seus anexos e as propostas das classificadas.

16. CLAUSULA DÉCIMA SEXTA DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Várzea Grande-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora do Livramento/MT, 12 de Julho de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **D.M SILVA – EPP**

CNPJ sob o nº 21.659.772/0001-00

Representado pelo senhor Douglas Martins Silva,

RG nº 21513708 SSP/MT e CPF nº 038.776.641-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

JURIDICO
DECRETO Nº. 140/2017

SUMÚLA: "NOVA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, **Sr. Valdir Pereira dos Santos**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, e, pela Lei Orgânica Municipal, em especial artigo 72, inciso V, no que estabelece o art. 37 da Carta Política, e, Lei Municipal nº. 087/1997, e:

CONSIDERANDO-SE, a manifestação da Secretaria Municipal de Assistência Social no sentindo de que várias pessoas nomeadas membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, já não integram mais os quadros de servidores públicos municipais, e/ou já não residem mais na cidade de Nova Bandeirantes/MT;

CONSIDERANDO-SE, a comunicação da Secretaria Municipal de Assistência Social referente à escolha de novos membros,**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados membros integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, os seguintes membros indicados pelos órgãos e entidades/sociedade em sequencia:

I – DO GOVERNO MUNICIPAL

a)representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Titular: Stefania Maria Pires Suplente: Alice Sayonara Modesto

b)representante da Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Cultura;

Titular: José Leandro Vieira dos Santos Suplente: Rosinéia de Souza do Carmo

c) representante da Secretaria Municipal de Educação;

Titular: Adelair dos Santos Amaral Suplente: Sonia Marques da Silva

d) representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Tania Pauli Mendes Cordeiro Suplente: Willian Araujo Bossa

e) representante Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Regina de Souza Mendonça Suplente: Elisandra Claudio Fabris

II – REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS (DA SOCIEDADE)

a) Representantes do LIONS CLUBE;

Titular: Carlos Alencar da Silva Martins Suplente: Joneci da Silva

b) Representantes da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

Titular: Daiane Nataline dos Santos Suplente: Maiara Porfirio de Deus
C) Representantes Sociedade São Vicente de Paulo – Vicentinos; **Titular: José Mauro Conjiu Suplente: Zita Dal Piva Machado**

d)Representantes da Igreja Católica;

Titular: Elisa Machado Siqueira Suplente: Lucia de Souza

e)Representantes Leo Clube;

Titular: Claudiane Menin Suplente: Igor Pablo de Souza

Art. 2º - O mandato dos representantes do Governo Municipal do CMDCA será de 19 de junho de 2017 até 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º O mandato dos representantes dos Usuários (Sociedade) junto ao CMDCA será de 02 (dois) anos, iniciando-se 19 de junho de 2017 e encerrando-se em 19 de junho de 2019. Vedada, entretanto, a sua prorrogação ou a recondução automática sem nova eleição. (Art.9º da Lei Municipal nº. 907/2015)

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes / MT, 11 de julho de 2017. _____ **Valdir Pereira dos Santos Prefeito Municipal**

JURIDICO
DECRETO Nº. 139/2017

SUMÚLA: "NOVA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, **Sr. Valdir Pereira dos Santos**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal, e, pela Lei Orgânica Municipal, em especial artigo 72, inciso V, no que estabelece o art. 37 da Carta Política, e, Lei Municipal nº. 087/1997, e:

CONSIDERANDO-SE, a manifestação da Secretaria Municipal de Assistência Social no sentindo de que várias pessoas nomeadas membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, já não integram mais os quadros de servidores públicos municipais, e/ou já não residem mais na cidade de Nova Bandeirantes/MT;

CONSIDERANDO-SE, a comunicação da Secretaria Municipal de Assistência Social referente a escolha de novos membros,**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados membros integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, os seguintes membros indicados pelos órgãos e entidades/sociedade em sequencia:

I – DO GOVERNO MUNICIPAL

a)representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Titular: Stefania Maria Pires Suplente: Alice Sayonara Modesto

b)representante da Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Cultura;

Titular: Rosinéia de Souza do Carmo Suplente: José Leandro Vieira dos Santos

c) representante da Secretaria Municipal de Educação;

Titular: Sonia Marques da Silva Suplente: Adelair dos Santos Amaral

d) representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Willian Araujo Bossa Suplente: Tânia Pauli Mendes Cordeiro

e) representante Secretaria Municipal de Finanças:

Titular: Elisandra Claudio Fabris Suplente: Regina de Souza Mendonça

II – REPRESENTANTE DOS USUÁRIOS (DA SOCIEDADE)

a) Representantes do LIONS CLUBE;

Titular: Carlos Alencar da Silva Martins Suplente: Joneci da Silva

b) Representantes da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

Titular: Daiane Nataline dos Santos Suplente: Maiara Porfirio de Deus C) Representantes Sociedade São Vicente de Paulo – Vicentinos; **Titular: José Mauro Conjiu Suplente: Zita Dal Piva Machado**

d)Representantes da Igreja Católica;

Titular: Lucia de Souza Suplente: Elisa Machado Siqueira

e)Representantes Leo Clube;

Titular: Claudiane Menin Suplente: Igor Pablo de Souza

Art. 2º - O mandato dos representantes do Governo Municipal do CMAS será de 19 de junho de 2017 até 31 de dezembro de 2020.

Art. 3º O mandato dos representantes dos Usuários (Sociedade) do CMAS será de 19 de junho de 2017 até 19 de junho de 2019.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Bandeirantes / MT, 11 de julho de 2017. _____ **Valdir Pereira dos Santos Prefeito Municipal**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 036/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. º 036/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º. **036/2017, cujo OBJETO é** o registro de preços para futura e eventual "***contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria na área de saúde, na sistematização dos serviços em saúde em seus aplicativos financeiros, instrumentos de gestão, planejamento, auditoria, dentro dos princípios norteadores das políticas de saúde-SUS".***

SAGROU-SE vencedoraa empresa**:**

EXCELÊNCIA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA-ME - ME, CNPJ: 17.232.815/0001-07, **valor global de R$ 103.200,00 (Cento e três mil e duzentos reais).**

Nova Bandeirantes/MT 12 de julho de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 036/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. º 036/2017

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º. **036/2017, cujo OBJETO é** o registro de preços para futura e eventual "***contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria na área de saúde, na sistematização dos serviços em saúde em seus aplicativos financeiros, instrumentos de gestão, planejamento, auditoria, dentro dos princípios norteadores das políticas de saúde-SUS".***

SAGROU-SE vencedoraa empresa**:**

EXCELÊNCIA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA-ME - ME, CNPJ: 17.232.815/0001-07, **valor global de R$ 103.200,00 (Cento e três mil e duzentos reais).**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Regina de Souza Mendonça

Pregoeira Oficial

Decreto nº 012/2017

ADMINISTRAÇÃO/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 008/2017

CONVOCAÇÃO DO CONCURSO Nº. 001/2016

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, através do Sr. Prefeito Municipal Valdir Pereira dos Santos, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, tendo em vista o **CONCURSO PUBLICO Nº. 001/2016, convoca candidatos aprovado-classificados,** para preenchimento de vaga existente.

Art. 1º. O candidato convocado por este Edital terá o **prazo máximo** de **30 (TRINTA) dias uteis** para apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos munido dos seguintes documentos;

Documentos pessoais (CPF, RG, e, Titulo de Eleitor); 02 (duas) fotos 3x4 (recentes); Certidão de nascimento se não for casado; Certidão de casamento e RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento do(s) filho(s) menor de 14 anos; Atestado de vacinação dos filhos; Carteira de trabalho, onde tem a foto e o verso; PIS ou PASEP se houver cadastro, Carteira de Habilitação/Profissional, exigida para o cargo; Certificado de Escolaridade, para cargos de nível fundamental e médio; Diploma e Histórico Escolar; Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado na forma da lei, Atestado médico admissional, indicando se o (a) candidato (a) está **fisicamente** apto (a) para o exercício das atribuições do cargo. Atestado este que deverá ser fornecido por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Medicina – CRM, e estar acompanha-

do dos exames clínicos e laboratoriais, os quais, correrão as expensas do candidato; Atestado médico admissional, indicando se o (a) candidato (a) está apto **mentalmente** para o exercício das atribuições do cargo, (exame de sanidade mental e psicotécnica). Atestado este que deverá ser fornecidos por profissional habilitado pelo Conselho Regional de Medicina – CRM, e estar acompanhado de laudos **psicológicos e psiquiátricos**, que enunciarão as condições de habilitação do candidato em relação às doenças mentais, à inteligência, às atividades jurisdicionais e à segurança no comportamento, correndo, entretanto as expensas do candidato; Comprovante de que está em dia com as obrigações eleitorais; Certificado militar; Certidão Negativa de **Antecedentes Cíveis, e, Criminais** do (s) local (is) onde o Candidato residiu nos últimos 05 anos. (Justiça Estadual e, Federal, Declaração de residência; Preencher a ficha de cadastro; (RH) Preencher ficha de declarações; (RH) Preencher ficha de declaração de numero de conta; (RH) **OBS:** A AUTENTICAÇÃO SERÁ NO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS **Art. 2º.** Considera-se convocado pelo presente edital o candidato constante da lista objeto do **anexo I.** Anexo este que será parte integrante e indissociável deste Edital de Convocação;

Art. 3º. O Candidato que, no prazo legal, não atender o quanto estabelecido no artigo 1º. Será considerado eliminado do concurso publico nº. 001/2016;

Art. 4º. Este Edital entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DE APROVAÇÃO

Classificação	Candidato	Cargos
2º	VALDIR GOMES DOS SANTOS	AGENTE DE CONSERVAÇÃO
3º	ANTONIO FERNANDES DA SILVA	AGENTE DE CONSERVAÇÃO

Nova Bandeirantes MT, 12 de julho de 2017.

_____

Valdir Pereira Dos Santos

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RH
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 009

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

"RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO GERAL"

A Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização, nomeada pela Portaria nº 080 de 23 de maio de 2017, em cumprimento ao que determina o Anexo VIII do Edital de Abertura desse Processo Seletivo, Edital nº 001/2017, e ainda,

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 008 em data de 10 de julho de 2017, com o Resultado preliminar, e ainda, o decurso de prazo de apresentação de eventuais recursos administrativos quanto às notas e às classificações finais;

Considerando que essa Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização do Processo Seletivo Simplificado vê suas atividades finalizadas;

Resolve apresentar o Resultado Final e Classificação Geral para conhecimento dos candidatos,

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 1.1. Apresentação do Resultado Final e Classificação Geral dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 001/2017. **1.2.** Excluir do rol de resultados os candidatos ausentes às provas.

Nova Bandeirantes MT, 12 de julho de 2017.

Antonio Geraldo Conjiu

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 - RESULTADO FINAL OFICIAL - NÍVEL FUNDAMENTAL

CODIGO	NOME DO CANDIDATO	NOME DO CARGO	Ac. C. Ger.	Notas. C. Ger.	Ac. C. Esp.	Notas. C. Esp.	PRV. PRÁTICA	Ac. SOMA	SOMA DAS NOTAS	SITUAÇÃO FINAL NO CERTAME
6532	ROSENILDA ROBAERT	Cozinheira (Agente de Serviços Públicos - Sec. de Saúde)	8	32	9	54	NR	17	86	1º APROVADO
6568	VALDIVINA SILVA PORFIRIO	Cozinheira (Agente de Serviços Públicos - Sec. de Saúde)	7	28	5	30	NR	12	58	2º APROVADO
6594	ADRIANA MARTINS LOPES	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Ana Nery)	4	16	8	48	NR	12	64	1º APROVADO
6466	JULIANA FERREIRA MEDEIROS	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	9	36	10	60	NR	19	96	1º APROVADO
6619	ROSELI LEITE DA COSTA	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	8	32	10	60	NR	18	92	1º CAD. RESERVA
6478	TAINARA VILELA NUNES	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	8	32	10	60	NR	18	92	2º CAD. RESERVA
6609	CLEONICE DOS SANTOS RIBEIRO	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	9	36	9	54	NR	18	90	3º CAD. RESERVA
6338	DIENE APARECIDA DE OLIVEIRA	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	7	28	9	54	NR	16	82	4º CAD. RESERVA
6451	CLAUDETE DA SILVA DIAS GIRALDI	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	6	24	9	54	NR	15	78	5º CAD. RESERVA
6631	REILA DIAS CAITANO	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	6	24	9	54	NR	15	78	6º CAD. RESERVA
6430	SILVIA FABRIS	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	5	20	9	54	NR	14	74	7º CAD. RESERVA
6729	EDIANE PEREIRA GOMES	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	6	24	8	48	NR	14	72	8º CAD. RESERVA
6486	ANTONIA REVANIA ALVES DE ALMEIDA	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	3	12	8	48	NR	11	60	9º CAD. RESERVA
6419	CLAUDIANE DE RESENDE	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	3	12	8	48	NR	11	60	10º CAD. RESERVA

6597	MARLI LEITE DA COSTA	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. José Luiz Candido)	5	20	5	30	**NR**	10	**50**	**11º CAD. RESERVA**
6372	CILVANIA DE JESUS DO NASCIMENTO	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Marco Azul)	8	32	9	54	**NR**	17	**86**	**1º APROVADO**
6708	ANDREIA CURCINO PONTES	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Paraíso do Norte)	5	20	10	60	**NR**	15	**80**	**1º APROVADO**
6393	ELISABETE MARIA DE ANDRADE DA MOTA	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Paraíso do Norte)	6	24	9	54	**NR**	15	**78**	**1º CAD. RESERVA**
6645	JESSICA SILVEIRA	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Paraíso do Norte)	6	24	9	54	**NR**	15	**78**	**2º CAD. RESERVA**
6485	SILVIA HELENA GONÇALVES	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Paraíso do Norte)	6	24	8	48	**NR**	14	**72**	**3º CAD. RESERVA**
6586	ROSIMEIRE TAVARES ROSSETTO	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Paraíso do Norte)	5	20	7	42	**NR**	12	**62**	**4º CAD. RESERVA**
6556	RAIMUNDA DE SOUSA BUSS	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Paraíso do Norte)	7	28	4	24	**NR**	11	**52**	**5º CAD. RESERVA**
6674	FABIANA DE ALMEIDA DA SILVA BRAVO	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Princesa Isabel 35-Sede)	6	24	10	60	**NR**	16	**84**	**1º APROVADO**
6410	DANIELE CRISTINA MORGAN DOS SANTOS	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Princesa Isabel 35-Sede)	7	28	9	54	**NR**	16	**82**	**2º APROVADO**
6587	LIDIANA MESQUITA SOARES	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Princesa Isabel 35-Sede)	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**1º CAD. RESERVA**
6637	ELISABETH PURCIANO-TRENTINI	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Princesa Isabel 35-Sede)	5	20	9	54	**NR**	14	**74**	**2º CAD. RESERVA**
6367	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Princesa Isabel 35-Sede)	4	16	6	36	**NR**	10	**52**	**3º CAD. RESERVA**
6699	MARCIQUELI CHABOWSKI SIBALDELLI	Merendeira (Apoio Adm. Educacional - E. M. Princesa Isabel 700)	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**1º APROVADO**
6659	IVO DA COSTA	Motorista Escolar (Agente Operacional - Sec. Munic. de Educação)	7	28	7	42	**45,00**	14	**115,00**	**1º APROVADO**
6391	JACIR ANTONIO SOTTILI	Motorista Escolar (Agente Operacional - Sec. Munic. de Educação)	6	24	8	48	**DESC.**	14	**72,00**	**DESCLASSIFICADO**
6450	ODIRLEI PAULINO DIAS	Motorista Escolar (Agente Operacional - Sec. Munic. de Educação)	6	24	7	42	**DESC.**	13	**66,00**	**DESCLASSIFICADO**
6504	ATAIDES PIRES	Motorista Escolar (Agente Operacional - Sec. Munic. de Educação)	6	24	6	36	**DESC.**	12	**60,00**	**DESCLASSIFICADO**
6677	JOÃO PEDRO SANTANA FILHO	Motorista Escolar (Agente Operacional - Sec. Munic. de Educação)	7	28	5	30	**DESC.**	12	**58,00**	**DESCLASSIFICADO**
6363	CRISTIAN WILLIAN GOMES COSTA	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Ariosto da Riva)	8	32	10	60	**NR**	18	**92**	**1º APROVADO**
6390	WESLLEN MESSIAS GOMES COSTA	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Ariosto da Riva)	7	28	9	54	**NR**	16	**82**	**2º APROVADO**
6711	MARDOQUEL SOUZA ROCHA	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Ariosto da Riva)	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**1º CAD. RESERVA**
6394	CLAUDINEI OLIVEIRA CORREIA	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Ariosto da Riva)	4	16	7	42	**NR**	11	**58**	**2º CAD. RESERVA**
6431	LUCAS DE MORAIS DOMINGUES	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Paraíso do Norte)	9	36	9	54	**NR**	18	**90**	**1º APROVADO**
6565	RUBENS ALVES DE SOUZA	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Paraíso do Norte)	4	16	9	54	**NR**	13	**70**	**2º APROVADO**
6368	ADILSON PEREIRA DA SILVA	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Paraíso do Norte)	6	24	7	42	**NR**	13	**66**	**1º CAD. RESERVA**
6445	WILSON MENDES BARRANCO	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Urbanas)	9	36	10	60	**NR**	19	**96**	**1º APROVADO**
6753	PEDRO JUSTO DE FARIAS	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Urbanas)	7	28	10	60	**NR**	17	**88**	**2º APROVADO**
6533	HEBERTHON MARQUES DE MENDONÇA	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Urbanas)	8	32	8	48	**NR**	16	**80**	**1º CAD. RESERVA**
6781	SILVIO DE SOUZA LOPES	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Urbanas)	6	24	9	54	**NR**	15	**78**	**2º CAD. RESERVA**
6723	WANDERSON ALENCAR MENDES	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Urbanas)	4	16	9	54	**NR**	13	**70**	**3º CAD. RESERVA**
6736	PRISCILA GUIMARAES DE ALMEIDA ALVES	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Urbanas)	5	20	8	48	**NR**	13	**68**	**4º CAD. RESERVA**
6379	ANTONIO VALDECI SANTOS	Vigia (Apoio Adm. Educacional - E. M. Urbanas)	7	28	6	36	**NR**	13	**64**	**5º CAD. RESERVA**
6593	ROSANA SILVA DOS SANTOS	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - E. M. Marco Azul)	6	24	8	48	**NR**	14	**72**	**1º APROVADO**
6636	VANUSA APARECIDA MESSIAS TEIXEIRA	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - E. M. Princesa Isabel 35-Sede)	8	32	8	48	**NR**	16	**80**	**1º APROVADO**
6588	JULIANA BOWK FLORES SANTANA	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - E. M. Princesa Isabel 35-Sede)	5	20	7	42	**NR**	12	**62**	**1º CAD. RESERVA**
6544	TAIS DE OLIVEIRA BRAZ	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - E. M. Princesa Isabel 35-Sede)	2	8	8	48	**NR**	10	**56**	**2º CAD. RESERVA**
6468	MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - E. M. Princesa Isabel 35-Sede)	7	28	4	24	**NR**	11	**52**	**3º CAD. RESERVA**
6422	LEONICE BATISTA DA SILVA	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	9	36	10	60	**NR**	19	**96**	**1º APROVADO**
6767	FABIANA DE ALMEIDA CARDOSO	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	8	32	7	42	**NR**	15	**74**	**1º CAD. RESERVA**
6780	JAQUELINE DE ANDRADE SANTANA LOPES	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	5	20	9	54	**NR**	14	**74**	**2º CAD. RESERVA**
6720	ELISANGELA SILVA GRAIA LOPES	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	6	24	8	48	**NR**	14	**72**	**3º CAD. RESERVA**
6784	JOANA OLIVEIRA SANDES DE LIMA	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	7	28	7	42	**NR**	14	**70**	**4º CAD. RESERVA**

6480	LIRIANY CAROLINI SANTANA DA SILVA	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	7	28	7	42	**NR**	14	**70**	**5º CAD. RESERVA**
6354	SONIA LOPES LAURINDO	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	5	20	8	48	**NR**	13	**68**	**6º CAD. RESERVA**
6785	ZENILDA DA SILVA BENTO	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	7	28	6	36	**NR**	13	**64**	**7º CAD. RESERVA**
6400	SILMARA DE FATIMA MARTINS SALAPATA	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	5	20	7	42	**NR**	12	**62**	**8º CAD. RESERVA**
6698	VANESSA DA SILVA GASQUES	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	6	24	6	36	**NR**	12	**60**	**9º CAD. RESERVA**
6732	MARLUCE ALVES DA SILVA	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	4	16	6	36	**NR**	10	**52**	**10º CAD. RESERVA**
6352	LUCIANE CARDOSO DE MEIRA	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	4	16	5	30	**NR**	9	**46**	**11º CAD. RESERVA**
6531	FLORIPES APARECIDA MELEGA	Zeladora (Apoio Adm. Educacional - Secretaria Munic. Educação e E.M. Urbana)	6	24	3	18	**NR**	9	**42**	**12º CAD. RESERVA**
6527	ARLINDO DONIZETE DA SILVA	Ajudante Geral (Agente de Manutenção - Sec. de Agricultura e Pecuária)	7	28	9	54	**NR**	16	**82**	**1º APROVADO**
6530	JURANDIR DA SILVA	Ajudante Geral (Agente de Manutenção - Sec. de Agricultura e Pecuária)	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**2º APROVADO**
6461	MAURO VIEIRA JUNIOR	Ajudante Geral (Agente de Manutenção - Sec. de Agricultura e Pecuária)	5	20	9	54	**NR**	14	**74**	**3º APROVADO**
6481	MILTON PICON	Ajudante Geral (Agente de Manutenção - Sec. de Agricultura e Pecuária)	6	24	6	36	**NR**	12	**60**	**4º APROVADO**
6545	ANTONIO CARLOS DE ALMEIDA	Ajudante Geral (Agente de Manutenção - Sec. de Agricultura e Pecuária)	6	24	6	36	**NR**	12	**60**	**1º CAD. RESERVA**
6344	MARINALVA FERREIRA DA COSTA	Ajudante Geral (Agente de Manutenção - Sec. de Agricultura e Pecuária)	5	20	6	36	**NR**	11	**56**	**2º CAD. RESERVA**
6454	CARLOS ALBERTO ALVES DA COSTA	Ajudante Geral (Agente de Manutenção - Sec. de Agricultura e Pecuária)	8	32	3	18	**NR**	11	**50**	**3º CAD. RESERVA**
6514	VALMY DA SILVA COSTA JUNIOR	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - E. M. Princesa Isabel 35-Sede)	5	20	9	54	**NR**	14	**74**	**1º APROVADO**
6639	CARLA FERNANDA VIEIRA DA SILVA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	7	28	10	60	**NR**	17	**88**	**1º APROVADO**
6511	JOSE RAIMUNDO GOMES DE SOUZA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	9	36	7	42	**NR**	16	**78**	**2º APROVADO**
6688	ROGERIO ANTONIO FERNANDES	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**3º APROVADO**
6509	JOAO BENEDITO DE OLIVEIRA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	9	54	**NR**	14	**74**	**4º APROVADO**
6615	ALFEU ALVES DE OLIVEIRA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	4	16	9	54	**NR**	13	**70**	**5º APROVADO**
6654	VALQUIRIA MARQUES SILVA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	4	16	9	54	**NR**	13	**70**	**6º APROVADO**
6515	MAIARA DE LIMA RODRIGUES	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	8	48	**NR**	13	**68**	**7º APROVADO**
6715	DIRCEU DA COSTA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	6	24	7	42	**NR**	13	**66**	**8º APROVADO**
6661	MARCIO JOSE DA SILVA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	6	24	7	42	**NR**	13	**66**	**9º APROVADO**
6755	JOSE MARTINS DA SILVA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	7	42	**NR**	12	**62**	**10º APROVADO**
6756	DIEGO ALABARSE DOS SANTOS	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	3	12	8	48	**NR**	11	**60**	**11º APROVADO**
6449	MARCOS ADRIANO DA COSTA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	5	30	**NR**	10	**50**	**12º APROVADO**
6448	WALDECI MARCOLINO	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	6	24	4	24	**NR**	10	**48**	**13º APROVADO**
6769	GIVANILDE PIMENTA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	4	24	**NR**	9	**44**	**14º APROVADO**
6482	RAFAEL ANTONIO DA SILVA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	4	24	**NR**	9	**44**	**15º APROVADO**
6618	OZEIAS BELIRA TEIXEIRA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	3	12	5	30	**NR**	8	**42**	**16º APROVADO**
6474	APARECIDO ALVES COSTA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	3	18	**NR**	8	**38**	**17º APROVADO**
6491	CLEUZA DA ROSA SOARES	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	2	12	**NR**	7	**32**	**DESCLASSIFICADO**
6492	MARIA DO SOCORRO DE ARAUJO DA SILVA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	1	4	3	18	**NR**	4	**22**	**DESCLASSIFICADO**
6459	MARIELNE GEREMIAS	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	1	4	3	18	**NR**	4	**22**	**DESCLASSIFICADO**
6452	CLARICE DO PRADO	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	2	8	2	12	**NR**	4	**20**	**DESCLASSIFICADO**
6726	NELCI MARCOLINO LEITE	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	3	12	1	6	**NR**	4	**18**	**DESCLASSIFICADO**
6477	CLEONICE CAMBUI SOARES	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	1	4	2	12	**NR**	3	**16**	**DESCLASSIFICADO**
6495	ADENIR VIEIRA DE OLIVEIRA	Ajudante Geral (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	3	12	0	0	**NR**	3	**12**	**DESCLASSIFICADO**
6787	REINALDO GONCALVES	Mecânico (Agente de Manutenção - Sec. Munic. de Educação)	6	24	10	60	**75,00**	16	**159,00**	**1º APROVADO**
6408	WELLINGTON RIBAS	Mecânico (Agente de Manutenção - Sec. Munic. de Educação)	8	32	9	54	**67,50**	17	**153,50**	**1º CAD. RESERVA**
6748	GILMAR VIANA DE CARVALHO	Mecânico (Agente de Manutenção - Sec. Munic. de Educação)	7	28	9	54	**57,50**	16	**139,50**	**2º CAD. RESERVA**

6775	SIDINEI SANTOS	Mecânico (Agente de Manutenção - Sec. Munic. de Educação)	4	16	8	48	**72,50**	12	**136,50**	**3º CAD. RESERVA**
6746	ADEMAR CORREIA DIFANTE	Mecânico (Agente de Manutenção - Sec. Munic. de Educação)	6	24	8	48	**57,50**	14	**129,50**	**4º CAD. RESERVA**
6747	JOSE NUNES	Mecânico (Agente de Manutenção - Sec. Munic. de Educação)	4	16	1	6	**80,00**	5	**102,00**	**DESCLASSIFICADO**
6381	LEANDRO LEODORIO DA SILVA	Motorista Caminhão (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	8	32	9	54	**75,00**	17	**161,00**	**1º APROVADO**
6722	ALEX ARRUDA CASSEMIRO	Motorista Caminhão (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	6	24	9	54	**75,00**	15	**153,00**	**2º APROVADO**
6668	ANIZIO DA COSTA SILVA	Motorista Caminhão (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	8	32	9	54	**65,00**	17	**151,00**	**1º CAD. RESERVA**
6624	GILBERTO PEREIRA DOS SANTOS	Motorista Caminhão (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	9	54	**75,00**	14	**149,00**	**2º CAD. RESERVA**
6366	EDIVANILDO LIRA DINIZ	Motorista Caminhão (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	6	24	8	48	**75,00**	14	**147,00**	**3º CAD. RESERVA**
6776	RODRIGO STUMM	Motorista Caminhão (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	7	28	7	42	**75,00**	14	**145,00**	**4º CAD. RESERVA**
6536	JHONATHAN PASSARELLI DE SOUZA	Motorista Caminhão (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	6	24	9	54	**65,00**	15	**143,00**	**5º CAD. RESERVA**
6456	ANGEL JALLESON NEIVERTH	Motorista Caminhão (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	8	48	**70,00**	13	**138,00**	**6º CAD. RESERVA**
6675	RENATO JULIO HABOWSKI DA SILVA	Motorista Caminhão (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	7	28	7	42	**DESC.**	14	**70,00**	**DESCLASSIFICADO**
6656	ALEXANDRO SOARES OLIVEIRA	Motorista Caminhão (Agente de Serviços Público - Sec. de Infraestrutura)	5	20	7	42	**DESC.**	12	**62,00**	**DESCLASSIFICADO**
6669	JOSEVALDO VIERA DA SILVA	Operador de Motoniveladora (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	6	24	7	42	**65,00**	13	**131,00**	**1º APROVADO**
6534	DANIEL DO SOCORRO OLIVEIRA	Operador de Motosserras (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	6	24	9	54	**57,50**	15	**135,50**	**1º APROVADO**
6476	CLAUDEMIR DOS SANTOS	Operador de Motosserras (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	6	24	9	54	**55,00**	15	**133,00**	**2º APROVADO**
6605	ADEMILSON APARECIDO GOMES	Operador de Pá Carregadeira (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	6	24	7	42	**90,00**	13	**156,00**	**1º APROVADO**
6535	REGINALDO SOARES DOS SANTOS	Operador de Pá Carregadeira (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	6	24	7	42	**72,50**	13	**138,50**	**2º APROVADO**
6494	RODRIGO DA SILVA	Operador de Pá Carregadeira (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	6	24	7	42	**67,50**	13	**133,50**	**3º APROVADO**
6541	CLEVERSON LIMA DA SILVA	Operador de Pá Carregadeira (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	8	32	8	48	**52,50**	16	**132,50**	**1º CAD. RESERVA**
6576	JOVENIL PAIXAO DA SILVA	Operador de Pá Carregadeira (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	8	32	5	30	**67,50**	13	**129,50**	**2º CAD. RESERVA**
6433	ADEMIR APARECIDO BARBOSA	Operador de Pá Carregadeira (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	4	16	6	36	**60,00**	10	**112,00**	**3º CAD. RESERVA**
6692	ELIESIO PAULO DE MORAES	Operador de Pá Carregadeira (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	5	20	7	42	**DESC.**	12	**62,00**	**DESCLASSIFICADO**
6458	VILSON JOSE SCHNEIDER	Operador de Roçadeira (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	5	20	1	6	**60,00**	6	**86,00**	**DESCLASSIFICADO**
6752	ANDERSON LUIZ DE ANDRADE	Operador de Roçadeira (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	4	16	4	24	**65,00**	8	**105,00**	**1º APROVADO**
6724	PAULO ROGERIO SOARES	Operador de Roçadeira (Agente Operacional - Sec. de Infraestrutura)	7	28	8	48	**10,00**	15	**86,00**	**DESCLASSIFICADO**
6766	ROGERIO FERNANDO ALVES DE MENDONÇA	Tratorista (Agente Operacional - Sec. de Agricultura e Pecuária)	7	28	9	54	**70,00**	16	**152,00**	**1º APROVADO**
6441	RAFAEL MACHADO DOS SANTOS	Tratorista (Agente Operacional - Sec. de Agricultura e Pecuária)	7	28	8	48	**47,50**	15	**123,50**	**2º APROVADO**
6640	JULIO CESAR DA SILVA ROCHA	Tratorista (Agente Operacional - Sec. de Agricultura e Pecuária)	5	20	6	36	**47,50**	11	**103,50**	**3º APROVADO**
6469	BRUNO LARA DE ALMEIDA	Tratorista (Agente Operacional - Sec. de Agricultura e Pecuária)	6	24	5	30	**DESC.**	11	**54,00**	**DESCLASSIFICADO**
6365	VALDAIR FRANCISCO JOSE DE SA	Vigia (Agente de Serviços Público) Secretaria de Administração	7	28	10	60	**NR**	17	**88**	**1º APROVADO**
6429	ANDRE MAMINHAKI DE ALMEIDA DE ARAUJO	Vigia (Agente de Serviços Público) Secretaria de Administração	5	20	10	60	**NR**	15	**80**	**2º APROVADO**
6707	LUCIENE RODRIGUES DE OLIVEIRA	Vigia (Agente de Serviços Público) Secretaria de Administração	6	24	9	54	**NR**	15	**78**	**1º CAD. RESERVA**
6758	GEAN JOSE DA SILVA	Vigia (Agente de Serviços Público) Secretaria de Administração	5	20	9	54	**NR**	14	**74**	**2º CAD. RESERVA**
6579	DENISE PEREIRA DO AMARAL	Vigia (Agente de Serviços Público) Secretaria de Administração	5	20	8	48	**NR**	13	**68**	**3º CAD. RESERVA**
6432	VALMIR DE SOUZA	Vigia (Agente de Serviços Público) Secretaria de Administração	6	24	7	42	**NR**	13	**66**	**4º CAD. RESERVA**
6375	ADEMIR LEAL	Vigia (Agente de Serviços Público) Secretaria de Administração	6	24	6	36	**NR**	12	**60**	**5º CAD. RESERVA**
6604	DOUGLAS HENRIQUE FERNANDES	Vigia (Agente de Serviços Público) Secretaria de Administração	4	16	7	42	**NR**	11	**58**	**6º CAD. RESERVA**
6529	ELISIANE MULLER	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	8	32	9	54	**NR**	17	**86**	**1º APROVADO**
6407	POLLYANE SILVA DE LIMA BOAVENTURA	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	6	24	9	54	**NR**	15	**78**	**2º APROVADO**
6754	ROSIMEIRE DA SILVA DE MELLO	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	6	24	9	54	**NR**	15	**78**	**3º APROVADO**
6735	CLEONICE BATISTA DA SILVA GALINDO	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**4º APROVADO**
6377	VIVIANE CRISTINA DA SILVA REGO	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**5º APROVADO**

6398	ELENICE ROMIM GIMENES DE OLIVEIRA	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	8	32	7	42	**NR**	15	**74**	**6º APROVADO**
6444	ARLETE CORDEIRO DE FRANÇA POLATO	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	6	24	8	48	**NR**	14	**72**	**7º APROVADO**
6475	IVANDILIA MENDES DA CRUZ MARCOLINO	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	5	20	8	48	**NR**	13	**68**	**8º APROVADO**
6551	VALÉRIA DOS SANTOS	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	5	20	8	48	**NR**	13	**68**	**1º CAD. RESERVA**
6649	PAULA REGINA PATRICIO	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	6	24	7	42	**NR**	13	**66**	**2º CAD. RESERVA**
6483	ERICA TATIANE AMARAL DE SOUZA	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	5	20	7	42	**NR**	12	**62**	**3º CAD. RESERVA**
6693	SILVERIA VILAURA AQUINO	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	5	20	7	42	**NR**	12	**62**	**4º CAD. RESERVA**
6607	GLEIDE BARBOSA	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	5	20	7	42	**NR**	12	**62**	**5º CAD. RESERVA**
6487	MARIA DE FATIMA ALEXANDRINO	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	5	20	6	36	**NR**	11	**56**	**6º CAD. RESERVA**
6440	MARLI DE CAMPOS GONÇALVES POLATO	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	6	24	5	30	**NR**	11	**54**	**7º CAD. RESERVA**
6361	CLAUDINEIA FERNANDES	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	3	12	7	42	**NR**	10	**54**	**8º CAD. RESERVA**
6786	IARA OLIVEIRA COSTA	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	3	12	7	42	**NR**	10	**54**	**9º CAD. RESERVA**
6646	FRANCIELE ARAUJO DA SILVA	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	4	16	5	30	**NR**	9	**46**	**10º CAD. RESERVA**
6355	ARCULINA PEDROSO DE MORAES	Zeladora (Agente de Serviços Público - Secretaria de Saúde)	0	0	1	6	**NR**	1	**6,00**	**DESCLASSIFICADO**
6626	ILDEIRES DE JESUS DIODATO DOS SANTOS	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	8	32	9	54	**NR**	17	**86**	**1º APROVADO**
6464	NILMARA DE CASSIA ANIZELLI VIEIRA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	8	32	9	54	**NR**	17	**86**	**2º APROVADO**
6406	RAQUEL RODRIGUES TEIXEIRA DE JESUS	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	7	28	9	54	**NR**	16	**82**	**3º APROVADO**
6581	JOSIELE DA SILVA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	7	28	9	54	**NR**	16	**82**	**1º CAD. RESERVA**
6472	ALINE MARIA TROFINO	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	5	20	10	60	**NR**	15	**80**	**2º CAD. RESERVA**
6718	LAIANE MESSIAS DE LIMA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	6	24	9	54	**NR**	15	**78**	**3º CAD. RESERVA**
6702	KATIA CABREIRA DA SILVA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**4º CAD. RESERVA**
6603	WESLEI LAURINDO GONÇAVES	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	8	32	7	42	**NR**	15	**74**	**5º CAD. RESERVA**
6583	JHENNIFFER APARECIDA SALGUEIRO	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	8	32	7	42	**NR**	15	**74**	**6º CAD. RESERVA**
6657	SELOMITE MARIA DE SANTANA DOS SANTOS	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	6	24	8	48	**NR**	14	**72**	**7º CAD. RESERVA**
6572	ANGELICA PATRICIA DOS SANTOS	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	4	16	9	54	**NR**	13	**70**	**8º CAD. RESERVA**
6629	SIMONE PEREIRA GUEDES	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	7	28	7	42	**NR**	14	**70**	**9º CAD. RESERVA**
6437	HILOI LIMA DA SILVA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	8	32	6	36	**NR**	14	**68**	**10º CAD. RESERVA**
6676	CLEIDIANE DA COSTA SILVA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	5	20	8	48	**NR**	13	**68**	**11º CAD. RESERVA**
6742	JULIANA DA ROCHA DE OLIVEIRA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	5	20	8	48	**NR**	13	**68**	**12º CAD. RESERVA**
6580	ZULEIDE VIEIRA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	6	24	7	42	**NR**	13	**66**	**13º CAD. RESERVA**
6744	MARINES PARDINHO DA SILVA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	3	12	9	54	**NR**	12	**66**	**14º CAD. RESERVA**
6757	MARIA NOEMIA ARRUDA CASSEMIRO	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	6	24	6	36	**NR**	12	**60**	**15º CAD. RESERVA**
6546	QUITERIA ALVEZ DA CONCEIÇÃO DE MENDONÇA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	6	24	6	36	**NR**	12	**60**	**16º CAD. RESERVA**
6778	EDMA FLAVIA C. BREMM	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	4	16	7	42	**NR**	11	**58**	**17º CAD. RESERVA**
6768	ROSEMARI MOURA MILLNITZ	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	5	20	6	36	**NR**	11	**56**	**18º CAD. RESERVA**
6771	AMANDA DE OLIVEIRA SILVA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	6	24	4	24	**NR**	10	**48**	**19º CAD. RESERVA**
6345	VALDELENE VIEIRA DANTAS	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	2	8	6	36	**NR**	8	**44**	**20º CAD. RESERVA**
6691	ANA LUCIA PEREIRA DOS SANTOS	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	4	16	4	24	**NR**	8	**40**	**21º CAD. RESERVA**
6712	CONCEIÇÃO PEREIRA DA SILVA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	1	4	1	6	**NR**	2	**10**	**DESCLASSIFICADO**
6651	EDILEUZA PEREIRA DA SILVA	Zeladora (Agente de Serviços Público) Secretaria de Serviço Social	2	8	0	0	**NR**	2	**8**	**DESCLASSIFICADO**
6462	FABIANA FERREIRA MEDEIROS SOARES	Zeladora (Sec. de Desporto, Lazer e Juv. - Japuranã)	7	28	9	54	**NR**	16	**82**	**1º APROVADO**
6690	ANGELINA DIAS DA SILVA	Zeladora (Sec. de Desporto, Lazer e Juv. - Japuranã)	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**1º CAD. RESERVA**
6503	MARIA MARTINS DA SILVA	Zeladora (Sec. de Desporto, Lazer e Juv. - Japuranã)	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**2º CAD. RESERVA**

6627	MARILUCI MOREIRA AUGUSTO	Zeladora (Sec. de Desporto, Lazer e Juv. - Japuranã)	7	28	8	48	**NR**	15	**76**	**3º CAD. RESERVA**
6463	ERICA IDALINA MARTINS	Zeladora (Sec. de Desporto, Lazer e Juv. - Japuranã)	9	36	6	36	**NR**	15	**72**	**4º CAD. RESERVA**
6625	FRANCILENE MOREIRA AUGUSTO	Zeladora (Sec. de Desporto, Lazer e Juv. - Japuranã)	7	28	7	42	**NR**	14	**70**	**5º CAD. RESERVA**
6498	MARLENE LEITE DOS SANTOS	Zeladora (Sec. de Desporto, Lazer e Juv. - Japuranã)	5	20	8	48	**NR**	13	**68**	**6º CAD. RESERVA**
6613	ERICA FERNANDA RIBEIRO	Zeladora (Sec. de Desporto, Lazer e Juv. - Japuranã)	5	20	8	48	**NR**	13	**68**	**7º CAD. RESERVA**
6610	NEUDECIR DA CRUZ AUGUSTO BONIFACIO	Zeladora (Sec. de Desporto, Lazer e Juv. - Japuranã)	6	24	7	42	**NR**	13	**66**	**8º CAD. RESERVA**
6598	MARIA DE JESUS PEREIRA	Zeladora (Sec. de Desporto, Lazer e Juv. - Japuranã)	3	12	3	18	**NR**	6	**30**	**DESCLASSIFICADO**

OBS.	**NOMENCLATURAS**									
NR	NÃO REALIZA ESSA MODALIDADE DE PROVA									
AUS.	AUSENTE (NÃO COMPARECEU A PROVA)									
DESC.	DESCLASSIFICADO NESSA MODALIDADE DE PROVA									
OBS. O MOTIVO DA DESCLASSIFICAÇÃO ESTA EM VERMELHO										

Nova Bandeirantes MT, 12 de julho de 2017.

Antonio Geraldo Conjiu

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 - RESULTADO FINAL OFICIAL NÍVEL MÉDIO E TÉCNICO

CODIGO	NOME DO CANDIDATO	NOME DO CARGO	Notas L. Port.	Notas. C. Ger.	Notas C. Esp.	PROVA PRÁTICA	Ac. SOMA	SOMA DAS NOTAS	SITUAÇÃO FINAL NO CERTAME
6762	MAIARA IVANA DE SOUZA DA COSTA	Agente Administrativo (E. M. Ernesto Neiverth)	16	16	40	**NR**	20	**72**	**1º APROVADO**
6526	THAIS ALANA PONCE	Agente Administrativo (E. M. Ernesto Neiverth)	16	18	35	**NR**	20	**69**	**1º CAD. RESERVA**
6763	ANA PAULA LEVERENTZ ABREU	Agente Administrativo (E. M. Ernesto Neiverth)	12	14	25	**NR**	15	**51**	**2º CAD. RESERVA**
6418	LOURDES GONÇALVES PADOVANI	Agente Administrativo (E. M. Ernesto Neiverth)	12	18	20	**NR**	16	**50**	**3º CAD. RESERVA**
6341	TATILA DA SILVA DOS SANTOS	Agente Administrativo (E. M. Ernesto Neiverth)	4	12	25	**NR**	12	**41**	**4º CAD. RESERVA**
6630	JANAINY DIODATO FINATTO	Agente Administrativo (E. M. José Luiz Candido)	8	8	15	**NR**	9	**31**	**DESCLASSIFICADO**
6385	TATIANY DA SILVA GIRALDI	Agente Administrativo (E. M. José Luiz Candido)	4	6	15	**NR**	7	**25**	**DESCLASSIFICADO**
6650	VANDERLEIA DE AGUIAR VERLY	Agente Administrativo (Sec. de Desp. , Lazer e Juv. - Japuranã)	12	16	30	**NR**	17	**58**	**1º APROVADO**
6473	THARINY HAISSA RODRIGUES BENITES	Agente Administrativo (Sec. de Desp. , Lazer e Juv. - Japuranã)	8	26	20	**NR**	19	**54**	**1º CAD. RESERVA**
6442	FLAVIA BARBOSA DE ARAUJO SILVA	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	20	18	30	**NR**	20	**68**	**1º APROVADO**
6537	MARIA DANIELE DE MOURA OLIVEIRA	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	16	20	30	**NR**	20	**66**	**2º APROVADO**
6774	MARCIA MURBA	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	16	18	30	**NR**	19	**64**	**3º APROVADO**
6745	SIMONE TRINDADE CERVANTES	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	16	20	25	**NR**	19	**61**	**4º APROVADO**
6470	KENNIA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	16	24	20	**NR**	20	**60**	**1º CAD. RESERVA**
6447	SANDRA ARAUJO DA SILVA	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	16	14	30	**NR**	17	**60**	**2º CAD. RESERVA**
6512	BERENICE RODRIGUES DA SILVA	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	20	14	25	**NR**	17	**59**	**3º CAD. RESERVA**
6770	ALVARO FELIPE TRAMONTIN	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	16	22	20	**NR**	19	**58**	**4º CAD. RESERVA**
6553	JULIANA RÉQUIA	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	20	18	20	**NR**	18	**58**	**5º CAD. RESERVA**
6414	ADNA TEODORO CANDIDO	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	12	20	25	**NR**	18	**57**	**6º CAD. RESERVA**
6358	GEUMA PEREIRA MARTINS	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	12	18	25	**NR**	17	**55**	**7º CAD. RESERVA**
6525	JOÃO PAULO ELOIA NASCIMENTO PONCE	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	12	18	25	**NR**	17	**55**	**8º CAD. RESERVA**
6683	DANIELLE NATALINE DOS SANTOS	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	12	10	30	**NR**	14	**52**	**9º CAD. RESERVA**
6662	VANUSA VIANA VITORIANO	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	20	16	15	**NR**	16	**51**	**10º CAD. RESERVA**
6359	JULIANA FRASSETTO SCHMOLLER	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	4	20	25	**NR**	16	**49**	**11º CAD. RESERVA**
6524	MIRIÃ RALIS PONCE ELOIA NASCIMENTO	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	8	16	25	**NR**	15	**49**	**12º CAD. RESERVA**
6471	KAROLINE PEREIRA DOS SANTOS	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	8	12	25	**NR**	13	**45**	**13º CAD. RESERVA**

6402	JANIELE MORENO	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	8	12	20	**NR**	12	**40**	**14º CAD. RESERVA**
6369	CARLOS JOVENIL DZOVANI-ARKIEVICZ R. NETO	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	8	16	15	**NR**	13	**39**	**15º CAD. RESERVA**
6725	ADENILSON LUCIO OTENIO	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	12	16	5	**NR**	12	**33**	**16º CAD. RESERVA**
6727	ELIMARA SANTOS DA TRIN-DADE	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	12	8	20	**NR**	11	**40**	**DESCLASSIFICADO**
6374	ANA PAULA DOS SANTOS DE CARVALHO	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	4	4	30	**NR**	9	**38**	**DESCLASSIFICADO**
6596	BRUNA NEIVERTH	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	8	10	20	**NR**	11	**38**	**DESCLASSIFICADO**
6339	ANA CLAUDIA DA SILVA	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	8	10	15	**NR**	10	**33**	**DESCLASSIFICADO**
6765	RAYNARA CUTRIM GOMES	Agente Administrativo (Secretaria de Administração)	4	10	15	**NR**	9	**29**	**DESCLASSIFICADO**
6453	ELIANE GOMES DA SILVA DA COSTA	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	16	20	35	**NR**	21	**71**	**1º APROVADO**
6421	DAIANA PATRICIA RHODEN	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	20	18	30	**NR**	20	**68**	**1º APROVADO**
6552	MARTA DE FÁTIMA THEZO-LIN	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	16	20	30	**NR**	20	**66**	**1º CAD. RESERVA**
6574	JENAINA COSTA DE SALES CASSANI	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	12	22	25	**NR**	19	**59**	**2º CAD. RESERVA**
6435	FABIANA APARECIDA DOS PASSOS RODRIGUES	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	12	16	30	**NR**	17	**58**	**3º CAD. RESERVA**
6342	JHONATHA DIOVANY SALES PINHEIRO	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	12	14	30	**NR**	16	**56**	**4º CAD. RESERVA**
6612	OSMIREILA PEREIRA CANDI-DO	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	16	14	25	**NR**	16	**55**	**5º CAD. RESERVA**
6717	GREICE KELI SOUZA GODI-NHO	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	8	14	30	**NR**	15	**52**	**6º CAD. RESERVA**
6573	SUELEN FUMIE UIENO	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	4	20	20	**NR**	15	**44**	**7º CAD. RESERVA**
6555	CHRISLAINE APARECIDA CARDOSO	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	4	20	15	**NR**	14	**39**	**8º CAD. RESERVA**
6396	JADERSON SANCHES MES-CHIARI MARTINS	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	4	18	15	**NR**	13	**37**	**9º CAD. RESERVA**
6652	HEZRON ABNER PEREIRA CANDIDO	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	4	8	30	**NR**	11	**42**	**DESCLASSIFICADO**
6360	PAULA ANDRESSA MARTINS ESPINDOLA	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	4	14	15	**NR**	11	**33**	**DESCLASSIFICADO**
6500	CLISMAN CLAUDINO CEM-BRANEL	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	0	16	15	**NR**	11	**31**	**DESCLASSIFICADO**
6616	WILLYANS MARX DA CRUZ ESPINDOLA	Agente Administrativo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	0	16	10	**NR**	10	**26**	**DESCLASSIFICADO**
6582	MAELY RAMOS DE ANDRA-DE	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde - Japuranã)	20	14	20	**NR**	16	**54**	**1º APROVADO**
6564	JUSSIMARY PEDRO SANTA-NA	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde - Japuranã)	12	14	20	**NR**	14	**46**	**1º CAD. RESERVA**
6660	LOURIVAL MORETTI	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde - Japuranã)	12	14	20	**NR**	14	**46**	**2º CAD. RESERVA**
6608	MARIANA AUGUSTO BONI-FACIO	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde - Japuranã)	8	12	20	**NR**	12	**40**	**3º CAD. RESERVA**
6460	PATRICIA FERNANDA SILVA ARAUJO	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde - Japuranã)	8	16	15	**NR**	13	**39**	**4º CAD. RESERVA**
6569	DEISIELE DE OLIVEIRA CAM-POS	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde - Japuranã)	4	12	20	**NR**	11	**36**	**DESCLASSIFICADO**
6697	ANDRESSA GABRYELLE BE-ZERRA CHICA	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde)	16	14	30	**NR**	17	**60**	**1º APROVADO**
6388	MIRIANE BOAVENTURA LIS-BOA	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde)	12	18	25	**NR**	17	**55**	**1º CAD. RESERVA**
6590	MAYCON DOUGLAS DE LIMA	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde)	16	16	20	**NR**	16	**52**	**2º CAD. RESERVA**
6559	VERONICA ANTONELLI BOR-DIGNON	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde)	12	12	10	**NR**	11	**34**	**DESCLASSIFICADO**
6709	ANDRESSA DA SILVA TEIXEI-RA	Agente Administrativo (Secretaria de Saúde)	8	14	5	**NR**	10	**27**	**DESCLASSIFICADO**
6678	LAURA TEREZINHA VIEIRA	Agente Administrativo (Secretaria de Serviço Social)	8	16	20	**NR**	14	**44**	**1º APROVADO**
6779	RONIEL DE MATOS MARTINS	Agente Administrativo (Secretaria de Serviço Social)	16	12	15	**NR**	13	**43**	**1º CAD. RESERVA**
6399	CLEIDE BARBOSA	Agente Administrativo (Secretaria de Serviço Social)	4	8	25	**NR**	10	**37**	**DESCLASSIFICADO**
6658	ZILPA MARIA DE SANTANA SCHMOLLER	Agente Administrativo (Secretaria de Serviço Social)	12	10	15	**NR**	11	**37**	**DESCLASSIFICADO**
6667	SIDINEIA BARRETO DA COS-TA	Agente Administrativo (Secretaria de Serviço Social)	4	8	20	**NR**	9	**32**	**DESCLASSIFICADO**
6751	GISCELI BEATRIZ DOS SAN-TOS MACEDO	Agente Administrativo (Secretaria Munic. de Educação)	16	16	25	**NR**	17	**57**	**1º APROVADO**
6710	ELLEN DOANE TEODORO LUIZ	Agente Administrativo (Secretaria Munic. de Educação)	8	12	30	**NR**	14	**50**	**1º CAD. RESERVA**
6376	ROSILENE GONZAGA DE ARAUJO	Agente Administrativo (Secretaria Munic. de Educação)	8	20	20	**NR**	16	**48**	**2º CAD. RESERVA**
6543	JAILMA SANTOS DINIZ	Agente Administrativo (Secretaria Munic. de Educação)	16	12	20	**NR**	14	**48**	**3º CAD. RESERVA**

6401	WASHINGTON BOAVENTURA	Motorista de Ambulância (Ag. Operacional - Sec. de Saúde)	16	14	35	**80**	18	**65**	**1º APROVADO**
6622	ANTONIO CARLOS FERNANDES	Motorista de Ambulância (Ag. Operacional - Sec. de Saúde)	8	16	40	**80**	18	**64**	**2º APROVADO**
6673	WILSON VIANA DE MORAIS	Motorista de Ambulância (Ag. Operacional - Sec. de Saúde)	8	18	35	**45**	18	**61**	**3º APROVADO**
6623	WILSON PINHEIRO	Motorista de Ambulância (Ag. Operacional - Sec. de Saúde)	8	16	30	**DESC.**	16	**54**	**DESCLASSIFICADO**
6749	ADNILSON CLAUDINO DE MELO	Motorista de Ambulância (Ag. Operacional - Sec. de Saúde)	4	10	35	**DESC.**	13	**49**	**DESCLASSIFICADO**
6689	MOISEZ LUIZ	Motorista de Ambulância (Ag. Operacional - Sec. de Saúde)	0	12	30	**DESC.**	12	**42**	**DESCLASSIFICADO**
6567	IVANICE CHAPINA DE OLIVEIRA MACHADO	Técnico em Enfermagem (Sec. Saúde - Paraíso do Norte)	12	14	15	**NR**	13	**41**	**1º APROVADO**
6409	MEIRE APARECIDA NUNES MEDEIROS	Técnico em Enfermagem (Secretaria Municipal de Saúde)	12	14	40	**NR**	18	**66**	**1º APROVADO**
6733	LUCINEIA DE OLIVEIRA CORSETTI	Técnico em Enfermagem (Secretaria Municipal de Saúde)	12	12	35	**NR**	16	**59**	**1º CAD. RESERVA**
6518	ROZELI MARCILIA DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem (Secretaria Municipal de Saúde)	8	16	25	**NR**	15	**49**	**2º CAD. RESERVA**
6731	TATIELEN CORSETI DE OLIVEIRA	Técnico em Enfermagem (Secretaria Municipal de Saúde)	8	12	25	**NR**	13	**45**	**3º CAD. RESERVA**
6611	EDNA MARIA INACIO DE SOUZA	Técnico em Enfermagem (Secretaria Municipal de Saúde)	12	18	15	**NR**	15	**45**	**4º CAD. RESERVA**
6522	MIRIAN APARECIDA DE OLIVEIRA CAITANO	Técnico em Enfermagem (Secretaria Municipal de Saúde)	12	18	15	**NR**	15	**45**	**5º CAD. RESERVA**
6392	SEBASTIANA PEREIRA DA SILVA	Técnico em Radiologia (Secretaria de Saúde)	20	16	25	**NR**	18	**61**	**1º APROVADO**
6740	ANDERSON ADORNO DE MATOS	Técnico em Radiologia (Secretaria de Saúde)	16	16	25	**NR**	17	**57**	**2º APROVADO**
6542	ANGELA MARIA TRIBURTINI DE LIRI	Técnico em Radiologia (Secretaria de Saúde)	12	16	25	**NR**	16	**53**	**1º CAD. RESERVA**
6479	SUELLEN MOREIRA DA SILVA	Técnico em Radiologia (Secretaria de Saúde)	16	12	20	**NR**	14	**48**	**2º CAD. RESERVA**
6601	MARCIA MACEDO DA SILVA	Técnico em Radiologia (Secretaria de Saúde)	0	16	20	**NR**	12	**36**	**3º CAD. RESERVA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 - RESULTADO FINAL OFICIAL NÍVEL SUPERIOR

CODIGO	NOME DO CANDIDATO	NOME DO CARGO	Notas L. Port.	Notas. C. Ger.	Notas C. Esp.	PROVA PRÁTICA	Ac. SOMA	POS GRADUAÇÃO	SOMA DAS NOTAS	SITUAÇÃO FINAL NO CERTAME
6353	STEFANIA MARIA PIRES	Assistente Social (Secretaria de Serviço Social)	8	20	40	**NR**	20	**NA**	**68**	**1º APROVADO**
6644	DAYANNA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA	Assistente Social (Secretaria de Serviço Social)	16	10	25	**NR**	14	**NA**	**51**	**1º CAD. RESERVA**
6621	SILVANA LIMA DA SILVA	Assistente Social (Secretaria de Serviço Social)	8	16	25	**NR**	15	**NA**	**49**	**2º CAD. RESERVA**
6424	NELIZA NEIVERTH OTENIO	Educador Físico - Licenciado / Bel em Ed. Física + CREF-NASF)	12	22	25	**NR**	19	**02**	**61**	**1º APROVADO**
6508	JONATAN NERIS SILVA	Educador Físico - Licenciado / Bel em Ed. Física + CREF-NASF)	4	14	25	**NR**	13	**NA**	**43**	**1º CAD. RESERVA**
6343	HEITOR AUGUSTO SELLA	Engenheiro Agrônomo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	16	22	20	**NR**	19	**04**	**62**	**1º APROVADO**
6382	RODRIGO BARBOSA CRAIDY	Engenheiro Agrônomo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	4	24	25	**NR**	18	**NA**	**53**	**1º CAD. RESERVA**
6427	LUCAS BRIZOLA ARAUJO DE SOUZA	Engenheiro Agrônomo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	12	18	20	**NR**	16	**NA**	**50**	**2º CAD. RESERVA**
6703	ADENILSON CABRAL SILVA	Engenheiro Agrônomo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	16	22	10	**NR**	17	**NA**	**48**	**3º CAD. RESERVA**
6647	ANGÉLICA ENZWEILER BARTH	Engenheiro Agrônomo (Secretaria de Agricultura e Pecuária)	12	16	15	**NR**	14	**NA**	**43**	**4º CAD. RESERVA**
6632	JULIANA ZORQUETE LUPPI	Fonoaudiólogo (Secretaria de Saúde NASF)	12	12	15	**NR**	12	**NA**	**39**	**1º APROVADO**

OBS.	NOMENCLATURAS
NA	NÃO APRESENTOU A TITULAÇÃO
DESC.	DESCLASSIFICADO NESSA MODALIDADE DE PROVA
OBS. O MOTIVO DA DESCLASSIFICAÇÃO ESTA EM VERMELHO	

Nova Bandeirantes MT, 12 de julho de 2017.

Antonio Geraldo Conjiu

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA- MT, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA os candidatos constantes no quadro em anexo, que foram aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, conforme Homologação pelo Decreto Municipal nº 003/2015, Decreto Municipal nº 021/2017 e resultado final, destinado ao preenchimento de vagas, a comparecerem à Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia - MT, na Coordenadoria de Recursos Humanos, situada na Avenida Vereador Genival Nunes Araújo, nº 993 - Centro, do dia **06/07/2017 ao dia 04/08/2017, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, portando os documentos originais ou fotocópia autenticada em cartório abaixo relacionado**:

1. Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;

2. Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE;

3. Cópia autenticada em cartório do CPF;

4. Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);

5. Comprovante de endereço atualizado;

6. Cópia autenticada em cartório da Certidão de nascimento;

7. Comprovante do estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com assinatura dos dois);

8. Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);

9. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (se tiver);

10. Duas fotografia tamanho 3x4 recente, colorida;

11. Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional / especialidade reconhecida pelo Conselho, conforme discriminado neste Edital, e respectivo registro no Conselho de Classe do Estado de Mato Grosso se for o caso;

12. Cópia da Carteira de habilitação (no caso de exigência do cargo);

13. Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante deste Edital; de Diploma ou Certificado de Conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida (Cópia);

14. Cópia da Certidão de nascimento de filhos menores de 14 anos; ou maiores se forem dependente;

15. Cópia da Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração da matricula escolar;

16. Certidão da Justiça (civil e criminal);

17. Declaração que não responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

18. Declaração de bens e valores que compõe patrimônio;

19. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 05 (cinco) anos, na esfera federal, estadual e municipal;

20. Cópia de CPF do Pai e da Mãe ou declaração de falecimento;

21. Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível, acúmulo legal de cargo e de interesse da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT;

22. Declaração de não - acumulo de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88;

23.Declaração contendo endereço residencial;

24. Número de Conta Bancaria em Agências Banco do Brasil ou Bradesco (Corrente ou Salário);

25.Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

26. Os candidatos convocados farão exame medico admissional, que será realizado por uma junta médica designada pelo município;

27. Exames Laboratoriais Pré - Admissionais que deverão ser providenciados e apresentados para análise da junta médica, sob pena de não poder tomar posse. Os exames são de responsabilidade do candidato. Obs.: Para todos os Cargos. (Hemograma completo, Eletrocardiograma, Plaquetas, Velocidade de hemossedimentação (VHS), Creatinina, Glicemia de jejum, Acido úrico; Colesterol total e frações; Triglicerídios; Transminases (TGO, TGP); Sorologia para Chagas, Gama glutamiltransferase (GAMA GT), Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA), EAS, Raio-X do Tórax em PA e perfil).

Ficam cientes que o não comparecimento dos convocados até a data indicada, a falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará o cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do respectivo concurso público e anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, nos termos do Edital.

Nova Brasilândia/MT, 06 de julho de 2016.

Mauriza Augusta de Oliviera

Prefeita Municipal

ANEXO CONVOCADO

Cargo: ENFERMEIRA		
Candidato	Classificação	Inscrição
FERNANDA ONORIO DA SILVA	2º	000346

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°. 019/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 019/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT, torna – se público que realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial **n° 019/2017** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** de acordo com as leis 10.520/2002 e 8.666/1993 e as alterações posteriores, Lei Complementar Federal 123/2006 **alterada pela Lei 147, de 07/08/2014** edo Decreto Municipais nº 024/2016 de 06/05/2016. OBJETO:visando **AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, CONFORME CONVÊNIO Nº.841265/2016, ASSINADO COM O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL MI SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM/CAIXA, COMPOSTA POR TRATOR AGRÍCOLA, GRADE ARADORA, PLAINA AGRÍCOLA E ROÇADEIRA DE ARRASTO,** observado as especificações contidas noTermo de Referência deste edital e em seus anexos, com abertura dia 24 de Julho de 2017 ás 08:00 (oito horas) horário do Estado de Mato Grosso Local Sala de Licitação na sede da Prefeitura Municipal, situada localizada a Avenida Vereador Genival Nunes de Araújo, 993, Centro, Nova Brasilândia – MT.

O Edital estará disponível para ser adquirido no Setor de Compras, na sede da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, e-mail: licitacaonovabrasilandia@outlook.com ou pelo Site da Prefeitura www.novabrasilandia.mt.gov.br**,** para informações através de fone/fax 014 (66) 3385-1277.

Nova Brasilândia – MT, 12 de Julho de 2017.

_____

Cíntia Karine Carvalho dos Santos

Pregoeira

Portaria: 152/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRATIVO
RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2017

MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA - ESTADO DO MATO GROSSO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES

PROCESSO Nº. **548/2017/PMNG**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. **19/2017 PMNG**

OBJETO: **Seleção de melhor proposta objetivando o Registro de Preço para Futura e Eventual aquisição de Peças Mecânicas, Filtros, Acessórios e Peças Elétricas, Originais ou Genuínas, para a frota de Motocicletas, Veículos e Maquinas de diversas Secretarias e do Gabinete do Prefeito do Município de Nova Guarita – MT.**

RETIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO 01, ITEM 8 E DATA DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2017 P.M.N.G.

Fica retificado o Termo de Referencia, Anexo 01, item 8 referente ao PROCESSO **548/2017/PMNG** Pregão Presencial, tendo em vista que houve erro de digitação:

onde se Lê:

LOTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMATIVO	**PERCENTUAL DESCONTO MINIMO SOBRE A TABELA DE PREÇOS DO SISTEMA AUDATEX / PESQUISA DE MERCADO**

Leia-se:

LOTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMATIVO	**PERCENTUAL DESCONTO MINIMO SOBRE A TABELA DE PREÇOS DO SISTEMA AUDATEX**

O percentual de desconto ofertado pelas empresas, será aplicado única e exclusivamente a tabela de preços do sitema audatex. (conforme itens 3.3 do edital 19.2017)

Nos casosem que a peça solicitada não estiver com seu cadastro e valor referenciado na tabela AUDATEX, a prefeitura realizará no mínimo 03 (três) orçamentos, onde será confeccionada a média ponderada do valor a ser pago pelas peças a serem fornecidas (aplica-se somente quando não houve no cadastro e valor referenciado na tabela AUDATEX). (conforme itens 3.4 e 3.5 do edital 19.2017)

As demais características técnicas e quantitativos permanecerão na integra, conforme Edital 19.2017 e seus anexos.

Portanto em cumprimento com o disposto no Artigo n° 21 § 4° da Lei Federal n° 8.666/93 o prazo para a abertura da licitação, fica prorrogado para o dia 24 de Julho de 2017, às 08:30 horas (Horário de Mato Grosso). Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do fone/fax (66) 3574-1404.

Nova Guarita – MT, em 12 de Julho de 2017.

Simone Santos da Silva

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA - MT

TERMO DE DOAÇÃO

Por este instrumento a **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA**, Estado de Mato Grosso, órgão integrante do Poder Legislativo inscrito no **CNPJ: 01.617.459/0001-00,** Sito a Av. Dioguinho Nº 669, Bairro São José Nova Lacerda-MT, neste ato representada por seu presidente Sr. ***JOSÉ CELIO MARIANO***, brasileiro, casado, servidor público, portador da Cédula de Identidade **RG 727.686- SSP/MT e** inscrito no cadastro de pessoa física sob n**º 952.280.047-34**, residente e domiciliado na Av. São Bernardo Nº 780, centro de Nova Lacerda-MT, resolve **DOAR** à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Lacerda, o seguinte bem, integrante do patrimônio próprio da Câmara:

ARTIGO 1º: (01) um veiculo CROSSFOX GII ano 2013/2014 – cor branca - placa NPK4346 – Chassi **9BWAB45Z6E4071755** de uso do Legislativo municipal, para que o mesmo possa ser usado na secretaria em beneficio da população novalacerdense.

ARTIGO 2º:O referido veículo encontra-se em perfeito estado de conservação documentação em dia e seguro pago até abril de 2017.

ARTIGO 3º O **DOADOR** não se responsabiliza, em hipótese alguma, em dar manutenção no bem ora doado, que passará à responsabilidade exclusiva do DONATÁRIO com a assinatura do respectivo Termo.

ARTIGO 4º:O DOADORtambém não se responsabilizará pela depreciação, deterioração do veículo, nem responderá por danos que eventualmente ele venha causar a terceiros.

E, por estarem justos e acordados, assinam as partes o presente **TERMO DE DOAÇÃO** em 03 (três) vias, de igual teor.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Nova Lacerda, em 09 de Janeiro de 2017.

José Célio Mariano Uilson José da Silva

Presidente da Câmara Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 225/2017 DATA: 12/07/2017 EMENTA: CONCEDE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL SRª MARIA DAS MERCES VIEIRA. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICI

EMENTA: *CONCEDE LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL* SRª **MARIA DAS MERCES VIEIRA**.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº 725/2016, DE 14 DE MARÇO DE 2016 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º. – Conceder a servidora Pública Municipal **–** SRª **MARIA DAS MERCES VIEIRA**. ocupante do cargo de "ZELADORA ", lotada na Secretaria Municipal de SAÚDE , atendendo a requerimento, 90(noventa) dias de "***LICENÇA PREMIO POR ASSIDUIDADE"***, iniciando em 15/07/2017 e terminando em 12/10/2017.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato, a servidora retornará às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Saúde, do município de Nova Marilândia – MT.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 12/07/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT OBJETO – TORNAR SEM EFEITO PUBLICAÇÃO MOTIVO: ERRO MATERIAL O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, NO USO DE SUAS**

Extrato de publicação – Município de Nova Marilândia-MT

Objeto – Tornar sem efeito publicação

Motivo: Erro material

O Prefeito Municipal de Nova Marilândia, **JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA**, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que resolve tornar sem efeito a Publicação do Decreto Municipal n.º 020/2017. Motivo: Erro material na publicação, onde o mesmo será republicado com as devidas correções. Data da Circulação da publicação: 10/07/2017, Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso Edição de nº. 2.767, pag. 112, Município de Nova Marilândia/MT, aos 12 dias de julho de 2017. Assinam: Juvenal Alexandre da Silva - Prefeito de Nova Marilândia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

**PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 916/2017, DE 12 DE JULHO DE 2017**

Súmula: *"Autoriza o Município de Nova Maringá – MT a receber imóvel através de Dação em Pagamento, para recebimento de Tributos Inscritos em Dívida Ativa e dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47, IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Município de Nova Maringá – MT, nos termos e condições estipulados por esta lei, autorizado a receber imóvel da IMOBILIÁRIA BRIANORTE LTDA, Pessoa Jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n. 07.304.973/0001-63, estabelecida na Av. Domingos Briante, s/n. em Nova Maringá – MT, para a liquidação total desta para com a Fazenda Pública Municipal.

Art. 2º - As dívidas mencionadas no artigo anterior, referem-se a Tributos inscritos em Divida Ativa, dos lotes localizados no Distrito BRIANORTE e de Taxas de Alvará, todos relacionados no ANEXO I desta Lei, totalizando a importância de R$ 500.968,74 (quinhentos mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos).

Art. 3º - Para liquidação integral dos Débitos descritos pelo artigo anterior, o Município de Nova Maringá receberá através de Escritura Pública de Dação em Pagamento, o imóvel de matricula n. 7.027 com 12.632 hectares, legitimamente registrado no Cartório de Registros Imobiliários de São José do Rio Claro, constante do Livro nº 2, Folha 01F, avaliado em R$ 39. 690,00 (trinta e nove mil seiscentos e noventa reais) o hectare de terra e valor total de R$ 501.364,08 (quinhentos e um mil trezentos e sessenta e quatro reais e oito centavos) conforme Laudo de Avaliação elaborado pela Comissão de Avaliação de Imóvel – Portaria nº 069/2017.

§1º - O valor excedente de R$ 395,34 (trezentos e noventa e cinco reais e trinta e quatro centavos) será utilizado para suportar as custas e emolumentos cartoriais e demais despesas despendidas pelo Município para fins de concretização da presente dação em pagamento.

§2º - O imóvel deverá ser repassado ao Município de Nova Maringá – MT livre e desembaraçados de quaisquer ônus.

§3º - A retirada do Termo de Responsabilidade de Averbação de Reserva Legal, firmado junto ao IBAMA, fica a encargo solidário entre o Município de Nova Maringá – MT e a empresa Imobiliária Brianorte.

§4º - O prazo para concretização da retirada do Termo a que se refere o parágrafo anterior será de 06 (seis) meses, contados da data do Registro da Escritura Pública, e prorrogáveis, uma vez por igual período, por ato motivado do Chefe do Poder Executivo.

§5º - Em caso de inobservância do prazo previsto pelo parágrafo anterior, fica o Município de Nova Maringá – MT autorizado a proceder o lançamento do crédito tributário oriundo da depreciação do valor do bem imóvel, em razão do Termo referido pelo §3º deste artigo.

§6º - O valor de depreciação do imóvel deverá ser auferido por Comissão Avaliadora de Bens Imóveis, bem como por perito que possua qualificação técnica para sua elaboração.

Art. 4º - As despesas notariais e registrais necessárias para a convalidação da dação em pagamento, correrão por conta da dotação **03.001.04. 122.0030.2007.33.9039.000000**.

Art. 5º - Após efetivo recebimento do imóvel por meio do Registro de Escritura Pública, o município dará quitação total dos Débitos da Dívida Ativa, incidentes sobre os lotes relacionados no ANEXO I.

§1º - A quitação será dada mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, o qual deverá atestar o cumprimento de todos os requisitos previstos por esta Lei.

§2º - Quando da expedição do Decreto a que se refere o parágrafo anterior, a ordem de quitação deverá ser imediatamente repassada ao Departamento de Tributação Municipal, a qual procederá a concretização da quitação a que se refere este artigo.

Art. 6º - Fica a Fazenda Pública Municipal isenta de quaisquer valores que por ventura tenham sido lançados equivocadamente, ficando ambas as partes quites de qualquer obrigação.

Art. 7º - Para efetivação da Dação em Pagamento, deverá, sob qualquer aspecto, ser observado o disposto por nossa legislação municipal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá-MT, em 12 de julho de 2017.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

* O Anexo I da presente Lei encontra-se integralmente disponível no mural da Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

**LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2017**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto Nº 042/2017, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de **Pregão Presencial nº. 23/2017, de Menor Preço por Item,** no dia **25/07/2017 às 09:00 horas** (Horário Local) na sede da Prefeitura Municipal, sala de licitações, na Avenida Mato Grosso, Nº. 51, Centro, Nova Monte Verde-MT, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME SOLICITAÇÃO EM ANEXO PARA UM PERÍODO DE 12 MESES.**

Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 059/2009, Decreto Municipal Nº. 14/2010, Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação-2017**.

Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde-MT, 12 de Julho de 2017.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial do Município

Decreto 042/2017

Publique-se

LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11/2017 PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 11/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3748/2017

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT,** Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº 51, Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente representada pela Prefeita Municipal, Sra. **BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES**, brasileira, casada, portadora da C.I. RG n.º 3.365.940 SSP/PR e CPF/MF nº. 788.664.809-91, residente e domiciliada á Rua José Joaquim Vieira Nº. 88 nesta cidade de Nova Monte Verde-MT, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS SILVA 00600079155, CNPJ: 23.712.548/0001-60,** nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 09/2017 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº. 14/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE, DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA E DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE**, conforme especificações e condições constantes no edital de Pregão Presencial nº. 18/2017.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para tal objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência da execução, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período, na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Saúde, De Assistência Social, Trabalho e Cidadania E de Educação Cultura e Esporte, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS SILVA 00600079155,

CNPJ: 23.712.548/0001-60

ENDEREÇO: ROD. MT 208, S/N, NOVA MONTE VERDE - MT

Seq.	Codigo	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total
01	28893	BELISCAO 10gr	UNID	1800	R$ 0,80	R$ 1.440,00
02	45446	BOLO CONFEITADO DE POTE APROXIMADAMENTE 150 GRAMAS	UNID	600	R$ 5,00	R$ 3.000,00
03	28899	BOLO FESTA RECHEADO E CONFEITADO	KILO	350	R$ 33,00	R$ 11.550,00
05	28903	CUECA VIRADA 30gr	UNID	2750	R$ 0,73	R$ 2.007,50
06	28900	MINI LANCHE 100gr	UNID	400	R$ 2,17	R$ 868,00
08	31758	MINI PAO PARA CACHORRO QUENTE	UNID	2000	R$ 0,80	R$ 1.600,00
09	28894	NOZINHO 30gr	UNID	2750	R$ 0,90	R$ 2.475,00
10	28901	PAO DE FORMA 400g	UNID	1085	R$ 6,30	R$ 6.835,50
12	31759	PAO PARA CACHORRO QUENTE	UNID	935	R$ 1,10	R$ 1.028,50
13	28898	SALGADO ASSADO 50g	UNID	25300	R$ 0,80	R$ 20.240,00
14	28902	SALGADO FRITO 50gr	UNID	35300	R$ 0,80	R$ 28.240,00
15	28907	TORTA SALGADA SABORES VARIADOS APROX. 2.300 gr	UNID	472	R$ 53,00	R$ 25.016,00
					Total	R$ 104.300,50

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços licitados deverão ser executados da forma como forem solicitados pelo setor competente **no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados do recebimento da Ordem de Serviço.**

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.13. Executar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais e/ou trabalhistas previstas na legislação vigente, comprometendo-se a saldá-las em tempo oportuno, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT;

5.15. Assumir todos os encargos de possíveis demandas trabalhistas, cíveis ou penais, relacionadas à prestação dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;

5.16. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste Pregão.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviço;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a prestação dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento devido será efetuado conforme emissão da nota fiscal devidamente atestada pela secretaria responsável atestando o recebimento dos serviços.

7.2 A Nota Fiscal será paga somente após o atesto do setor competente, assegurando que os serviços prestados estão de acordo com as exigências contidas neste edital.

7.3 A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da empresa vencedora do certame licitatório.

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial dos serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

ASSISTENCIA SOCIAL

09 – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

001 – Gabinete do Sec. de Assistência Social

08 – Assistência Social

122 – Administração Geral

0049 – Proteção Social Básica

2 071 – Manutenção do Gabinete do Sec. de Assistência Social

488 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

TFVS BLOCO III

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

305 – Vigilância Epidemiológica

0036 – Bloco III – Vigilância em Saúde – Saúde com Qualidade

2 031 – Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde

431 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

PAB BLOCO I

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0032 – Bloco I – Atenção Básica – Saúde com Qualidade

2 029 – Manutenção do Bloco Atenção Básica

371 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

MAC BLOCO II

07 – Secretaria Municipal de Saúde

002 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0033 – Bloco II – Atenção MAC – Saúde com Qualidade

2 030 – Manutenção do Bloco MAC

418 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

EDUCAÇÃO 25%

05 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

001 – Gabinete do Secretario de Educação, Cultura e Esporte

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0029 – Educação com Qualidade

2 012 – Manutenção da Secretaria de Educação

93 – 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 18/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Nova Monte Verde-MT, 12 de Julho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

PREFEITA MUNICIPAL

ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS SILVA 00600079155

CNPJ: 23.712.548/0001-60

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2017/PMNO

A presidente da CPL torna publico a retificação do aviso de licitação que circulou no diário da AMM e no portal da prefeitura municipal de Nova Olímpia-MT, no dia 10/07/2017 com o objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇAO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS REFERENTES A: • IMPLEMENTAÇAO E RESTAURAÇAO DE ESTRADAS PAVIMENTADAS OU NÃO, PISTAS DE ROLAMENTOE DE POUSO (AERODROMO).• CONTROLE TECNOLOGICO E GEOTECNICO

• SISTEMAS DE TRANSPORTES DE ABASTECIMENTO DE AGUA E DE SANEAMENTO • RIOS, CANAIS, BARRAGENS E DIQUES.

• DRENAGEM E IRRIGAÇAO, SISTEMAS DE DRENAGENS PLUVIAIS E GALERIAS DE AGUA PLUVIAIS E FLUVIAIS (OBRAS DE ARTE CORRENTES- O.A.C., BUEIROS TUBULARES E CELULARES).

• PONTES E GRANDES ESTRUTURAS (OBRAS DE ARTE ESPECIAIS- O. A.E., PASSARELAS) • SERVIÇOS AFINS AOS SUPRACITADOS CORRELATOS.

ONDE SE LÊ-

A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 24 de julho de 2017.**

LEIA-SE

A abertura do certame será realizada no **dia 03 de agosto de 2017 as 08h00min.**

Nova Olímpia/MT, 12 de julho de 2017

Claudia Lucia Vasconcelos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 021/2017

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 014/2013 que versa sobre a concessão do Benefício de ***Pensão Por Morte*** *em favor da* ***Sra. Sandra Lucia Rodrigues Camargo Missasse,*** *em decorrência do falecimento do servidor****Sr. Fernando Renato Missasse."***

ADiretora Executiva do SANTA HELENA-PREVI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 014/2013, publicada em 09/09/2013 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº 1.802, onde foi concedido o benefício de **Pensão por Morte**, em decorrência do falecimento do servidor **Sr**. **Fernando Renato Missasse,** brasileiro, casado,portador do RG n.º110.055.4-8, SSP/MT e CPF n.º 835.970.001-00**,** servidor efetivo no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, com proventos Integrais, rateado à dependente da seguinte forma: em favor da **Sra. Sandra Lucia Rodrigues Camargo Missasse**, brasileira, viúva, portadora do RG n.º 204.654.6-7 e do CPF n.º 044.500.711-74, residente e domiciliada neste município, cônjuge do "de cujus", o equivalente a 100% (cem por cento), conforme processo administrativo do **SANTA HELENA-PREVI**, n.º **2012.07.0001P.**

ONDE SE LÊ: Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 40 §7º, inciso II da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, art. 28, inciso II, da Lei 143 de 31 de janeiro de 2005, e Lei nº 343/2009 e Lei sob nº 061/2002 que dispõem sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

LEIA-SE: Considerando o preenchimento dos requisitos previstos no art. 40 § 7º, inciso II da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 c/c art. 7, inciso I, art. 28, inciso II e art. 29, inciso I da Lei 143 de 31 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Nova Santa Helena/MT, e Lei nº 343/2009 e Lei sob nº 061/2002 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **25 de dezembro de 2011**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

NOVA SANTA HELENA – MT, 12 de julho de 2017.

Bruna Maria Procópio Martins Parron

Diretora Executiva do SANTA HELENA-PREVI

Homologo,

Terezinha Guedes Carrara

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 25/2.017

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa Akroid Instalações e Equipamentos - ME, inscrita no CNPJ nº 09.428.263/0001-70, situada na Rua Nestor Firmino Vieira nº 235, Bairro Itinga, em Araquari, SC, CEP. 89245-000, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o segundo termo aditivo ao contrato nº 25/2017, de prorrogação de prazo de execução, conforme TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2017, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica inserida de comum acordo a redação do subitem 5.1 da Cláusula Quinta, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS

5.1 - O prazo máximo para execução das obras, com todos os seus serviços, conforme constante dos Projetos e dos Memoriais será de 130 (cento e trinta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Serviço inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

3.1 Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente termo, que faz parte integrante e inseparável do contrato 025/2017.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2.017

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2.017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de pessoa jurídica (empresa) para prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino do Município de Nova Xavantina – MT, às 9h00min (horário de Brasília) do dia 27 de julho de 2. 017, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: compraspmnx@gmail.com**.** Quaisquer informações através do telefone (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 12 de julho de 2.017.

WALMIR ARRUDA COSTA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 198/2017

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. **Marcio da Silva,** para ocupar o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Artigo 1º- Nomear o Sr. **Marcio da Silva,** brasileiro, portador do RG nº 1302019-6 SSP/MT e CPF nº 945.230.701-30, para ocupar o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, neste Município.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 12 de julho de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE AVALIAÇÃO E EXPURGO DE BENS MÓVEIS NÃO UTILIZÁVEIS E EM PÉSSIMO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezessete, os membros da comissão de expurgo de materiais e documentos, convocados via Ofício Circular, se reuniram pela primeira vez no Depósito da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte para dar destino aos materiais inservíveis postos nesse local. Os membros que se fizeram presentes foram: Karine Paduam (Enfermeira) Josely Pereira de Souza (Agente Administrativo), Wanderley Vieira (Auxiliar de Contabilidade), José Aparecido Ferreira (Mecânico), Carlos Roberto B. dos Santos (Operador de Motoniveladora), Nelson Zeferino dos Santos (Operador de Pá Carregadeira), Elizandra Aparecida Brito (Agente Administrativa), Rosemeire Amorim (Agente Administrativa), Pedro Paulo Paulino (Agente Administrativo), Amilton da Silva Amaral (Professor no cargo de Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer), Claudeir Aparecido Rocha (Técnico Administrativo Educacional), Rosinaldo Camargo Lopes (Fiscal de Tributos) e Lourival de Oliveira (Professor). Esteve presente também a Controladora Interna Ana Rigel, Jered de Araújo (Eletricista de Manutenção), Iuri Valério Leite (Coordenador de frotas) e André Luiz Gomes Razine (Secretário de Administração). Na ocasião eles fizeram a separação dos tipos de materiais para posterior descarte, e aqueles que por sua natureza não puderam ser descartados de maneira inadequada permaneceram separados dentro do depósito para posteriormente serem destinados às empresas de reciclagem. Para tanto, encontraram-se entre os bens inservíveis os que seguem sob código de registro patrimonial desta Prefeitura.

PLANILHA DE MÓVEIS BAIXADO

DESCRIÇÃO DE MOVEIS	CODIGO NO SISTEMA	Nº PLAQUETA
BEBEDOURO	2054	2649
IMPRESSORA SCx4200 SANSUNG	28948	4840
CADEIRA PLASTICA	32147	5249
BALANÇA DIGITAL	29062	4916
NOBREAK ENERMAX 600VA	34167	5460
MONITOR DE 17 POLEGADAS	23532	4426
LONGARINA C/3 LUGARES	27638	4727
TENS 2 CANAIS CARCI	25210	4583
MESA TABLE TENNIS	35864	5689
ULTRASON 1MZ	25211	4584
IMPRESSORA DE CHEQUE DP-20	34128	5425
MESA P/COMPUTADOR	23430	4327
LONGARINA ALMOFADADA 3/LUG	32116	5218
MESA TABLE TENNIS	34168	5461
LAVADORA ELECTRO	28934	4826
COMPUTADOR AMO SEMPRON	23591	4473
CALCULADORA CASIO HRBTOY	23187	4100
IMPRESSORA HPD1360	23533	4427
AR CONDICIONADO CONSUL 7,500	22427	3603
IMPRESSORA LASERJAT 1102 HP	25177	4552
COMPUTADOR COMPLETO	27624	4713
AR CONDICIONADO 30 MIL BTUS	36009	5699
CALCULADORA ELETRONICA	133	553
DUPLICADOR ALCOOL	1291	1768
CALCULADORA OLIVETTI	1967	0862
CALCULADORA DE MESA	1159	1140

Obs: Os bens relacionados acima já não estavam mais em uso e não faziam parte do patrimônio público, encontravam-se amontoados e em péssimo estado de conservação acumulando pragas, insetos e tomando espaço que serve para armazenar os bens em bom estado de conservação e os que vierem a ser adquiridos. Para tanto, foi realizado o descarte sem qualquer acréscimo de valores aos mesmos. Lembrando que os bens que não podem ser descartados de qualquer forma ainda estão armazenados no mesmo local.

PLANILHA DE MÓVEIS PARA DAR BAIXA

DESCRIÇÃO DE MÓVEIS	CÓDIGO NO SISTEMA	N° PLAQUETA
CADEIRA PRESIDENTE	2095	3005
PIA DE INOX GHELPUS	39675	6281
AR COM/7,500 BTUS	23563	4449
CADEIRA PALHINHA	23173	4088
COMP/SANSUNG SYNC	25170	4547
ESCRIVANINHA 2/GAV	22794	3918
AR COM/7,500 BTUS	23429	4326
IMPRESSORA LASERJET	23596	4478
COM/DUALCORE	25178	4553
LOCAÇAO MANUTEN	22811	3961
LAVADORA JATOCLEAN	34073	5377
MESA P/COMPUTADOR	35385	1391
AR COM/SPRINGER	3	1644
CADEIRA FIXA PRETA	35554	463
GELADEIRA ELETROLUX	1975	1396
CADEIRA FIXA PRETA	3554	0463
MESA P/COMPUTADOR	2122	1718
MESA DE MADEIRA	35449	573
LONGARINA C/3 LUGAR	1036	1581
CADEIRA DE MADEIRA	17	17

Obs: Os bens relacionados acima ainda encontram-se descritos no patrimônio público sendo avaliados por essa comissão foi detectado que não

estavam mais em condições de uso devido às péssimas condições eles serão baixados e consequentemente deixarão de fazer parte do inventário público municipal. Outrora, serão descartados para não ocuparem espaço de bens utilizáveis e os que serão adquiridos.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, que a redigiu e lavrou, e pelos que estiveram presentes na qualidade de participantes da reunião.

Luciana Ferreira Bezerra

MEMBROS:

Karine Paduam

Elizandra Aparecida Brito

Rosemeire Amorim

Pedro Paulo Paulino

Amilton da Silva Amaral

Claudeir Aparecido Rocha

Lourival de Oliveira

Wanderley Vieira

Josely Pereira de Souza

José Aparecido Ferreira

Carlos Roberto B. dos Santos

Nelson Zeferino dos Santos

Rosinaldo Camargo Lopes

TESTEMUNHAS:

Ana Rigel

André Luiz Gomes Razine

Iuri Valério Leite

Jered de Araújo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 197/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, resolve:

Artigo 1º - Retornar para o cargo de Suplente do Conselho Tutelar a Srª. **Luzia de Jesus Oliveira,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1536082-2 SSP/MT e do CPF: nº 805.866.781-15, que vinha atuando como **Conselheira Tutelar** em substituição a Conselheira em gozo de licença maternidade.

Artigo 2º - Esta Portaria entrara á em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, em 12 de julho de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CONVENIOS E CONTRATOS
PUBLICAÇÃO LICENÇA CASCALHEIRA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT, CNPJ01.614.517/0001-33, torna público que requereu à **Sema/MT**, **LICENÇA DE OPERAÇÃO PROVISÓRIA** para extração de Cascalho na zona rural do município de NOVO MUNDO/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA Nº. 147/2017 DE 30 DE JUNHO DE 2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Sra. **CLEONICE COSTA DE CASTRO RÊGO**, Portadora da Cédula de Identidade nº 1.535.749-0/ SSP-MT, e inscrito no CPF sob o nº 796.644.151-20, lotada na Secretária Municipal de Educação, no cargo de Apoio Administrativo Educacional, no período de 01/07/2017 a 30/09/2017:

Paragrafo Único – Devendo o respectivo servidor retornar para sua atividade funcional em 01 de Outubro de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 30 de Junho de 2017.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 146/2017 DE 30 DE JUNHO DE 2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimento a servidora Sra. **VALDIVA MILHOMEM GUIMARÃES**, Portador da Cédula de Identidade nº 1.666. 215-6/SSP-MT, e inscrito no CPF sob o nº 014.489.981-74, lotada na Secretária Municipal de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS), no período de 01/07/2017 a 30/06/2019:

Paragrafo Único – Devendo o respectivo servidor retornar para sua atividade funcional em 01 de Julho de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, Novo Santo Antônio, 30 de Junho de 2017.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO 03/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL nomeado pela portaria 107 de 27 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: A a Contratação de Empresa Especializada para **Reforma e Reconstrução de Pontes de Madeira,** atendendo a necessidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital. Data de abertura **28/07/2017**, Sexta - feira **às 08:00 h (horário local).** O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site

da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Em 12 de Julho de 2017. Presidente da CPL Devenilson da Silva

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 70/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 108 de 27 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 70/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Permanentes**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital.Data de abertura **25/07/2017**, Terça - feira **às 09:00 h (Horário de Brasília).** O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com - telefone 66-3573-1329. Ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Em 12 de Julho de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Ao Exmo. Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**

Prefeito Municipal de Paranatinga – MT.

PARECER

O Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria n. 218/2017, de 07 de março de 2017, publicada no dia 07 de março de 2017, no Jornal Oficial dos Municípios AMM, constituída pelos servidores **JEAN CARLOS DE ÁVILA E SILVA, FATIMA EICKHOFF HAMMARSTROM, DEVENILSON DA SILVA**, Presidente e Membros, respectivamente, com incumbência de apurar falta funcional da servidora **CAMILA NUNES CABRAL DA SILVEIRA,** brasileira, solteira, fisioterapeuta, inscrita no RG n. 0987542-5 SSP/MT e CPF 550.596. 191-68, residente a Rua Sete de Setembro Nº 441, Novo Horizonte, Paranatinga/MT, telefone para contato - (66) 99714.2563, lotada na Secretaria de Saúde do Município, nesta cidade, referente ao procedimento instaurado, conforme ofício n. 1284/2016 - SMS.

RELATÓRIO

Nos termos seguintes:

DA INSTAURAÇÃO E DA ACUSAÇÃO

Houve informação de que a servidora acima qualificada deslocou a prótese de fêmur do Sr. Noé Pereira da Silva (88 anos) durante a realização de fisioterapia no dia 01.12.2016, conforme Termo de Declaração da Promotoria de justiça de Paranatinga.

Os trabalhos da Comissão iniciaram-se imediatamente, nos termos do artigo 228, § 2º, do Estatuto dos Servidores Municipais de Paranatinga. Assim, foram tomadas as seguintes providências:

a) juntada do Ofício n. 1284/2016/SMS, da Secretaria de Saúde, encaminhando documentação para abertura de procedimento administrativo;

b) juntada do Ofício n. 1245/2016PJP da Promotora de Justiça de Paranatinga;

c) juntada da declaração da testemunha Elaine Cristina da Silva (fls. 14/15);

d) juntada da declaração da testemunha Maria José Rodrigues (fls. 22/23);

e) juntada da documentação do paciente Noé Pereira da Silva (fls. 24 até a 35);

f) juntada da declaração da acusada Camila Nunes Cabral da Silveira (fls. 41/42);

g) juntada do Mandado de Citação de apresentação de defesa da servidora Camila Nunes Cabral da Silveira (fls. 43);

h) juntada do pedido de dilação de prazo para apresentação de defesa (fls. 44);

i) juntada da Decisão Administrativa deferindo a dilação de prazo (fls. 45);

j) juntada do pedido de dilação de prazo para encerramento do processo (fls. 47);

k) juntada da Portaria de Prorrogação de prazo N 289 de 22 de maio de 2017 (fls. 48);

l) juntada da documentação (prontuários médicos) do paciente Noé Pereira da Silva (fls. 51 até a 187);

m) juntada do Decisão Administrativa solicitando apresentação de defesa da servidora Camila Nunes Cabral da Silveira no prazo de 05 dias (fls. 188);

n) juntada da defesa da servidora Camila Nunes Cabral da Silveira (fls. 189 até 207).

APRECIAÇÃO

Nada mais restando para o esclarecimento dos fatos, inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passou-se a concluir.

DOS FATOS

A testemunha **ELAINE CRISTINA DA SILVA,** que jura dizer a verdade. Afirmou que: *No dia 01/12/2016 por volta das 10:30 a Camila foi fazer fisioterapia em seu avô e como ele havia passado por um procedimento cirúrgico e que não poderia cruzar as pernas, sendo que a fisioterapeuta sabia disso, segundo a declarante a sua tia Maria José sempre acompanhava a fisioterapia e quando ela se ausentou do local a fisioterapeuta levantou e cruzou as pernas dele, e nesse momento deslocou a prótese do fêmur, afirma que seu tio Zilberto viu a fisioterapeuta fazer esse movimento, após o movimento o seu avô gritou muito de dor, quando a fisioterapeuta terminou o procedimento pediu para dar dipirona pra ele. Quando a tia Maria José foi pegar o Sr. Noé para pôr na cadeira, no mesmo dia do acontecimento, já percebeu que uma perna estava mais curta que a outra, então foi levado o paciente para o Hospital no dia 02/12/16, apresentando muita dor e queda de pressão, onde o mesmo permaneceu até o outro dia quando foi transferido para Rondonópolis, lá foi operado e foi para a UTI onde permaneceu até o dia 12/12/2016 por volta das 03:00 quando veio à óbito. Fica aqui solicitada a juntada de todos os laudos médicos que a família tiver e também a prescrição da fisioterapia, no prazo de 03 dias úteis. Pg (14 e 15)*

A testemunha **MARIA JOSÉ RODRIGUES,** que jura dizer a verdade, afirma que: *No dia 01/12/2016 por volta das 10:30 a Camila foi fazer fisioterapia em seu pai que havia passado por um procedimento cirúrgico e não poderia cruzar as pernas, sendo que a fisioterapeuta sabia disso, segundo a declarante ela estava fazendo a sopa do seu pai Noé na cozinha quando ouviu ele gritar muito dizendo que a fisioterapeuta quebrou a perna dele, nesse momento a declarante foi até o local e perguntou se a Camila precisava de ajuda, onde ela respondeu que não, daí a fisioterapeuta perguntou à declarante se era uma prótese, onde a declarante respondeu que sim. A declarante afirma que não viu a fisioterapeuta levantar e cruzar as pernas dele, porém acredita que depois dessa fisioterapia a prótese dele foi deslocada, quando a fisioterapeuta terminou o procedimento pediu para dar dipirona para ele e ficou sentada pensativa. Quando a declarante foi pegar o Sr. Noé para pôr na cadeira, o mesmo disse que não queria, pois estava com muita dor, nessa hora o irmão da declarante chegou, ergueu o lençol*

e viu que estava inchado (foto em anexo). No dia após o acontecimento, foi levado o paciente até o Hospital Municipal onde o mesmo permaneceu até o outro dia quando foi transferido para Rondonópolis, lá foi operado no dia 05/12/2016 e recebeu alta no dia 06/12/2016, após redução de luxação de prótese de fêmur, conforme documentação em anexo.

No dia seguinte após a alta, quando o paciente já estava em casa começou a passar mal com queda de pressão então foi encaminhado novamente para o Hospital Regional de Rondonópolis, onde ficou no Box de emergência, no Oxigênio, depois foi para a UTI e veio a falecer no dia 12/12/2016 (Atestado de Óbito em anexo). (Pg 22 e 23)

A servidora **CAMILA NUNES CABRAL DA SILVEIRA,** que jura dizer a verdade. Afirmou que: *"No dia 01/12/2016 por volta das 21:00, um dos filhos do seu Noé, que ela não sabe precisamente o nome, foi até a sua casa dizendo que seu pai estava com muita dor e que parecia estar com uma perna menor que a outra e tinha um caroço, a declarante perguntou o que houve e o mesmo disse que não sabia direito pois havia notado essa diferença à tarde, após o banho. A declarante afirma que orientou que a família acionasse o SAMU para leva-lo até o hospital municipal para realizar um Raio-X para saber o que aconteceu pois só assim poderiam descobrir o que ocorreu, passou o número do seu celular para que a família entrasse em contato para dar informações, pois ela achava que poderia ter acontecido algum problema com a prótese, assim se o médico encaminhasse, já viajaria na madrugada para o Hospital Regional. Camila afirma que no dia seguinte ligou para o outro filho dele, Ademir, perguntando como estava o seu pai, no que o Ademir disse que seu pai estava em casa, então novamente a declarante afirmou que eles deveriam procurar o hospital para fazer um Raio-X, que se eles já tivessem ido, o paciente já poderia estar em Rondonópolis para tratamento. A declarante afirma que se lembra que, no dia do ocorrido, era um dia chuvoso, que o paciente já estava reclamando de dor quando a mesma chegou, e que a Maria José perguntou se poderia dar a dipirona que ele já era acostumado a tomar, então a declarante disse que poderia pois nestes dias chuvosos, quem tem prótese e/ou fratura geralmente apresenta dor quando o tempo está assim. Relata que fez a fisioterapia, trabalhando a amplitude de movimentos, flexão e extensão permitida pela patologia e a estimulação muscular no aparelho. Afirma que desde a primeira vez que foi na residência já sabia que o paciente tinha prótese e devido à idade avançada do paciente ela fazia poucos movimentos nele, e em nenhum momento foi feito o movimento de cruzar as pernas. Afirma também que o procedimento de fisioterapia foi realizado sem intercorrências e após a fisioterapia deixou o paciente deitado com os membros inferiores elevados e que não havia diferença de tamanho de membros, relata também que a Maria José lhe deu, para levar para casa, um vidro de pimenta e uma sacola de abobrinha. Relata que o Zilberto não estava presente no momento da fisioterapia. Camila afirma que em nenhum momento, durante a realização do procedimento, percebeu diferença ou deslocamento da prótese, relata também que foi a segunda vez que atendeu o paciente e que a família tinha costume de dar dipirona para a dor. A declarante afirma que já era um paciente antigo dela, que já havia sido atendido por ela anteriormente quando teve um AVC, que o mesmo era tabagista crônico, DPOC, que tinha insuficiência respiratória e um grau de osteoporose elevado e que a mesma já sabia dos cuidados necessários para a realização da fisioterapia dele, afirma também que o mesmo estava muito debilitado fisicamente, com perda de massa muscular e emagrecimento. " (Pg 41 e 42).*

A respeito da conduta da servidora **CAMILA NUNES CABRAL DA SILVEIRA** no atendimento ao paciente **NOÉ PEREIRA DA SILVA**, no dia 01 de dezembro de 2016, cabe ressaltar que:

Há divergências nos depoimentos prestados.

A testemunha Elaine afirma que:

"... a sua tia Maria José sempre acompanhava a fisioterapia e quando ela se ausentou do local a fisioterapeuta levantou e cruzou as pernas dele, e nesse momento deslocou a prótese do fêmur, afirma que seu tio Zilberto viu a fisioterapeuta fazer esse movimento, após o movimento o seu avô gritou muito de dor..."

Já a testemunha Maria José afirma que:

"*... estava fazendo a sopa do seu pai Noé na cozinha quando ouviu ele gritar muito dizendo que a fisioterapeuta quebrou a perna dele, nesse momento a declarante foi até o local e perguntou se a Camila precisava de ajuda, onde ela respondeu que não, daí a fisioterapeuta perguntou à declarante se era uma prótese, onde a declarante respondeu que sim. A declarante afirma que não viu a fisioterapeuta levantar e cruzar as pernas dele, porém acredita que depois dessa fisioterapia a prótese dele foi deslocada..."*

E a servidora Camila afirma que:

"... desde a primeira vez que foi na residência já sabia que o paciente tinha prótese e devido à idade avançada do paciente ela fazia poucos movimentos nele, e em nenhum momento foi feito o movimento de cruzar as pernas. Afirma também que o procedimento de fisioterapia foi realizado sem intercorrências e após a fisioterapia deixou o paciente deitado com os membros inferiores elevados e que não havia diferença de tamanho de membros, relata também que a Maria José lhe deu, para levar para casa, um vidro de pimenta e uma sacola de abobrinha. Relata que o Zilberto não estava presente no momento da fisioterapia..."

Quanto a internação do Sr Noé no setor de ortopedia em Rondonópolis no Hospital Regional também há divergências nos depoimentos prestados:

A testemunha Elaine afirma que:

"*... então foi levado o paciente para o Hospital no dia 02/12/16, apresentando muita dor e queda de pressão, onde o mesmo permaneceu até o outro dia quando foi transferido para Rondonópolis, lá foi operado e foi para a UTI onde permaneceu até o dia 12/12/2016 por volta das 03:00 quando veio à óbito..."*

Já a testemunha Maria José afirma que:

"*... No dia após o acontecimento, foi levado o paciente até o Hospital Municipal onde o mesmo permaneceu até o outro dia quando foi transferido para Rondonópolis, lá foi operado no dia 05/12/2016 e recebeu alta no dia 06/12/2016, após redução de luxação de prótese de fêmur, conforme documentação em anexo.*

No dia seguinte após a alta, quando o paciente já estava em casa começou a passar mal com queda de pressão então foi encaminhado novamente para o Hospital Regional de Rondonópolis, onde ficou no Box de emergência, no Oxigênio, depois foi para a UTI e veio a falecer no dia 12/12/2016 (Atestado de Óbito em anexo) ..."

E a servidora Camila afirma que:

"No dia 01/12/2016 por volta das 21:00, um dos filhos do seu Noé, que ela não sabe precisamente o nome, foi até a sua casa dizendo que seu pai estava com muita dor e que parecia estar com uma perna menor que a outra e tinha um caroço, a declarante perguntou o que houve e o mesmo disse que não sabia direito pois havia notado essa diferença à tarde, após o banho. A declarante afirma que orientou que a família acionasse o SAMU para leva-lo até o hospital municipal para realizar um Raio-X para saber o que aconteceu pois só assim poderiam descobrir o que ocorreu, passou o número do seu celular para que a família entrasse em contato para dar informações, pois ela achava que poderia ter acontecido algum problema com a prótese, assim se o médico encaminhasse, já viajaria na madrugada para o Hospital Regional. Camila afirma que no dia seguinte ligou para o outro filho dele, Ademir, perguntando como estava o seu pai, no que o Ademir disse que seu pai estava em casa, então novamente a declarante afirmou que eles deveriam procurar o hospital para fazer um Raio-X, que se eles já tivessem ido, o paciente já poderia estar em Rondonópolis para tratamento..."

Ressaltamos que, analisando a documentação apresentada e a defesa da servidora, nota-se que:

A data da fisioterapia realizada pela servidora ocorreu no dia 01 de dezembro de 2016, aproximadamente as 10 horas e 30mim da manhã (fl. 14), e que família o encaminhou para a unidade de pronto atendimento de Paranatinga no dia 02 de dezembro de 2016, as 15h e 35min da tarde (fl. 53), e que depois disso, ele foi encaminhado para Rondonópolis no dia 03 de dezembro as 08h e 35mim da manhã (fl.58), e que em Rondonópolis, deu entrada no hospital Regional, às 11h e 32min para ser atendido pelo médico ortopedista, e lá foi submetido a procedimento cirúrgico de redução incruenta de luxação de prótese de quadril direita, no dia 05 de dezembro de 2016 (fl. 67), após isso, recebeu alta no dia 07 de dezembro de 2016, às 10h e 40mim da manhã, retornando assim para o município de Paranatinga(fl. 69). No dia 08 de dezembro de 2016, o paciente deu entrada no PAM de Paranatinga as 10h e 38mim, conduzido pelo SAMU, e segundo relatório médico, estava com astenia e vômito (fl. 53 – verso) e às 15h e 15mim, o mesmo foi novamente conduzido para o Hospital Regional de Rondonópolis, chegando lá às 18h e 19mim, ainda do dia 08 de dezembro de 2016. No Hospital Regional, o paciente foi encaminhado para a UTI, no dia 10 de dezembro, às 14h e 27mim (fl. 139), ao qual, consta no relatório de controle de admissão dos pacientes, a seguinte descrição: *"Paciente encaminhando de Paranatinga no 3 PO, de fixação de fratura de fêmur com suspeita de TEP, o que foi afastado, porém paciente apresentava FA de alta resposta, revertida com medicação. Evolui no box com rebaixamento do nível de consciência e insuficiência respiratória, sendo IOT e encaminhando para UTI."* (fl. 177). Depois de dar entrada na UTI, o paciente permaneceu sob cuidados intensivos, até o dia 12 de dezembro de 2016, onde veio a óbito, as 3hrs da manhã (fl. 182).

Causa da Morte: Pneumonia, insuficiência respiratória aguda, insuficiência renal crônica, fratura de fêmur direito. (fl. 25 – Certidão de Óbito)

À respeito da defesa apresentada pela servidora, destacamos o seguinte trecho: "*Todos procedimentos Cirúrgicos tem seus riscos, foram respeitadas todas as recomendações médicas, ainda que o deslocamento venha a ter sido naquela sessão de fisioterapia, não foi em momento nenhum intencional, e que podem advir várias ocorrências como queda do paciente, banho, transferência de leito, até mesmo o próprio movimento do paciente no leito devido a idade e condições debilitadas que o mesmo apresentava, não somente pelo simples fato de cruzar as pernas como relatado no depoimento, uma vez que não houve presenciamento de tal fato por ninguém, conforme depoimento da filha e neta.*

Citamos também, que a mesma apresenta diversos estudos científicos, que descrevem as complicações que podem surgir em próteses de quadril (fl. 192 a 207).

Portanto, diante da análise no Processo Administrativo de caráter Disciplinar contra a Sra. **CAMILA NUNES CABRAL DA SILVEIRA,** fisioterapeuta, podemos observar que não há provas cabais de que a luxação da prótese ocorreu no momento da fisioterapia realizada pela servidora, e que conforme os prontuários apresentados, o atendimento médico só ocorreu no dia seguinte, e que não é possível concluir pela responsabilidade da servidora, de acordo com as documentação e oitivas colhidas no processo.

CONSTATAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

A Comissão Processante finaliza o relatório indicando que somente fez um trabalho para a apreciação das provas, dos fatos apurados, do direito debatido e proposta conclusiva para a decisão da autoridade julgadora competente, uma vez que quem decide é a **autoridade**, sendo que essa decisão normalmente baseia-se nas conclusões do relatório, mas pode desprezá-las ou contrariá-las, por interpretação diversa das normas legais aplicáveis ao caso, ou por chegar o julgador a conclusões fáticas diferentes das da Comissão Processante ou de quem individualmente realizou o processo.

Além do que é essencial que a decisão seja motivada com base na acusação, na defesa e na prova, não sendo lícito à autoridade julgadora argumentar com fatos estranhos ao processo ou silenciar sobre as razões do acusado. O que reconhece à autoridade julgadora é a liberdade na produção de prova e na escolha e gradação das sanções aplicáveis quando a norma legal consigna as penalidades sem indicar os ilícitos a que se destinam, ou lhe faculta instaurar ou não o processo punitivo. Porém, jamais se admitiu a qualquer autoridade punir o impunível, ou negar direito individual comprovado em processo administrativo regular, ou desconstituir sumariamente situação jurídica definitiva e subjetiva do administrado.

Desta forma, o mínimo que se exige do Município é a produção de uma robusta e sólida prova do ilícito, em tese, praticado pelo servidor público, devendo a mesma ser produzida à quem cabe a acusação.

Indicamos ainda que é dado ao julgador o direito de discordar do parecer da Comissão, tanto que o mesmo pode aplicar pena diferente da pedida pela Comissão.

CONCLUSÃO

Desta forma, a Comissão Processante abaixo assinada conclui que a servidora **CAMILA NUNES CABRAL DA SILVEIRA,** brasileira, solteira, fisioterapeuta, inscrita no RG n. 0987542-5 SSP/MT e CPF 550.596.191-68, residente a Rua Sete de Setembro Nº 441, Novo Horizonte, Paranatinga/MT, telefone para contato - (66) 99714.2563, lotada na Secretaria de Saúde do Município, Paranatinga/MT, **NÃO** cometeu qualquer infração disciplinar, conforme elencado no presente relatório.

Ante o exposto, a Comissão Processante opina pelo **ARQUIVAMENTO** do presente processo sem a aplicação de penalidade à servidora.

Com relação as sugestões da Comissão Processante: esta Comissão Processante se coloca à disposição do Jurídico para qualquer dúvida referente à reformulação do Estatuto, considerando que sempre há dificuldades no desenrolar dos processos colocados à disposição da mesma, e solicitamos também que os membros da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar recebam capacitação permanente para aperfeiçoar cada vez mais o desempenho dos trabalhos que lhe forem confiados. Assim, determinoo encaminhamento das sugestões para análise da Assessoria Jurídica do município sobre a viabilidade.

Em resumo, são estas as observações com relação ao relatório, pois em cada caso surgirão situações diferentes, e sendo seguidos os princípios acima descritos, certamente o relatório atingirá o fim desejado.

É o relatório que submetemos a apreciação de Vossa Excelência.

Paranatinga-MT, em **12 de julho de 2017.**

JEAN CARLOS DE ÁVILA E SILVA

Presidente

DEVENILSON DA SILVA

Membro

FATIMA EICKHOFF HAMMARSTROM

Membro/Secretária

OUVIDORIA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

Paranatinga-MT, 04 de julho de 2017.

A Srª. **ANGELICA SANTANA SILVA,** Agente Comunitária de Saúde, Matrícula Funcional nº 2256.

Prezada Senhora,

Considerando que Vossa Senhoria vem faltando continuamente ao serviço desde 01 de junho de 2017. Solicitamos o seu **COMPARECIMENTO** neste Departamento Pessoal, situado na Avenida Brasil, n° 1900, Centro, nesta

cidade, **no prazo de 15 (quinze) dias** contados a partir da data do recebimento dessa Notificação, para regularizar sua situação funcional junto a esta Administração Municipal.

O não comparecimento no prazo determinado implicará em sanções administrativas previstas na Lei n° 024/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Paranatinga).

Atenciosamente.

Luciana Francisca da Silva Costa

Diretora do Departamento Administrativo

Portaria nº 040/2017

Ciente:

----------/----------/2017.

OUVIDORIA MUNICIPAL
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

Paranatinga-MT, 04 de julho de 2017.

A Srª. **GEOVANNA LUCIANA DE PAULA,** Técnico em Enfermagem, Matrícula Funcional nº 3928.

Prezada Senhora,

Considerando que Vossa Senhoria vem faltando continuamente ao serviço desde 01 de maio de 2017. Solicitamos o seu **COMPARECIMENTO** neste Departamento Pessoal, situado na Avenida Brasil, n° 1900, Centro, nesta cidade, **no prazo de 15 (quinze) dias** contados a partir da data do recebimento dessa Notificação, para regularizar sua situação funcional junto a esta Administração Municipal.

O não comparecimento no prazo determinado implicará em sanções administrativas previstas na Lei n° 024/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Paranatinga).

Atenciosamente.

Luciana Francisca da Silva Costa

Diretora do Departamento Administrativo

Portaria nº 040/2017

Ciente:

----------/----------/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 386/2017. DE 12 DE JULHO DE 2017.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **03/02/2015 à 03/02/2016.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **10/07/2017 à 09/08/2017.**

JOSÉ FELIPE HORTA JUNIOR

Médico Ginecologista

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10/07/2017.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado da licitação a seguir caracterizada:

REF.: PROCESSO GERAL Nº 1398/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2017

CRITÉRIO: PREÇO

APURAÇÃO: POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, para atendimento da farmácia central e hospital municipal. Tendo como vencedoras as empresas:

ITEM	FORNECEDOR	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR NEGOCIADO	STATUS
42136-ACIDO FOLICO 0,	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1	530.00	530.00	VENCEDOR
42135-ACIDO FOLICO 5	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	6	20.00	120.00	VENCEDOR
42082-ACIDO TRANEXANI	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	2	245.50	491.00	VENCEDOR
42083-ADENOSINA 3 MG/	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4	418.00	1.672.00	VENCEDOR
42084-AGUA DESTILADA	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	35	25.80	903.00	VENCEDOR
32945-ALBENDAZOL 400	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	10	40	400.00	VENCEDOR
38395-AMBROXOL CLORID	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	10	85.00	850.0000	VENCEDOR

36403-AMBROXOL CLORID	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	10	85.00	850.00	VENCEDOR
42085-AMICACINA, SULF	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	8	149.50	1.196.00	VENCEDOR
33057-AMOXICILINA SUS	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	500	3.66	1.830.00	VENCEDOR
39426-AMOXILINA + CLA	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	500	10.48	5.240.00	VENCEDOR
33051-ATENOLOL 100 MG	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	5	31.00	155.00	VENCEDOR
12165-ATENOLOL 25 MG	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5	19.30	96.50	VENCEDOR
33056-AZITROMICINA 40	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	500	4.20	2.100.00	VENCEDOR
42088-BROMOPRIDA 5 MG	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	20	33.00	660.00	VENCEDOR
33068-CARVEDILOL 12,5	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	166	5.69	944.54	VENCEDOR
33069-CARVEDILOL 3,12	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	66	5.69	375.54	VENCEDOR
33070-CARVEDILOL 6.25	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	166	5.69	944.54	VENCEDOR
33072-CEFALEXINA 500	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	75	64.79	4.859.25	VENCEDOR
42089-CEFTRIAXONA SOD	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5	151.97	759.85	VENCEDOR
12029-CINARIZINA 25 M	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	333	2.67	889.11	VENCEDOR
6582-CINARIZINA 75MG	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	66	2.97	1.978.02	VENCEDOR
42090-CLLORETO DE SOD	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	7	145.50	1.018.50	VENCEDOR
42091-CLORETO DE SODI	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	12	55.29	663.48	VENCEDOR
42092-CLORETO DE SODI	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	20	68.00	1.360.00	VENCEDOR
39086-CLORETO DE SODI	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	57	100.00	5.700.00	VENCEDOR
42108-CLORETO DE SODI	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	16	42.00	672.00	VENCEDOR
42107-CLORETO DE SODI	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	50	75.00	3.750.00	VENCEDOR
6695-DIAZEPAN 5 MG COMP C/ 1000	-	10	-	-	FRACASSADO
42110-DICLOFENACO DIE	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	500	3.00	1.500.00	VENCEDOR
42111-DIMENIDRINATO 3	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	1	270.00	270.00	VENCEDOR
42112-DIPIRONA SODICA	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	45	34.98	1.574.10	VENCEDOR
33825-ENALAPRIL, MALE	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	166	2.20	365.20	VENCEDOR
42113-FENTANILA, CITR	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4	99.90	399.60	VENCEDOR
42114-FLUMAZENIL 0,1	-	40	-	-	FRACASSADO
42116-FUROSEMIDA 10 M	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	10	36.00	360.00	VENCEDOR
42118-GLICOSE 50% SOL	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4.00	44.0000	176.0000	VENCEDOR
33095-HALOPERIDOL 5 M	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	150	20.60	3.090.00	VENCEDOR
42119-HALOPERIDOL 5 M	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	4	42.20	168.80	VENCEDOR
42120-HIDROCORITSONA,	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2	126.00	252.00	VENCEDOR
42121-LEVOFLOXACINO 5	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	300	6.90	2.070.00	VENCEDOR
42122-LIDOCAINA, CLOR	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	60	48.00	2.880.00	VENCEDOR
36409-LORATADINA 1MG/	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	300	1.76	528.00	VENCEDOR
9646-METILDOPA 500MG	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	10	142.90	1.429.00	VENCEDOR
42123-METOCLOPRAMIDA,	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2	69.00	138.00	VENCEDOR
5713-METRONIDAZOL 25	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5	65.00	325.00	VENCEDOR
42124-METRONIDAZOL 5	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	500	2.16	1.080.00	VENCEDOR
42125-MIDAZOLAM, MALE	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2	238.00	476.00	VENCEDOR
42128-MIDAZOLAM, MALE	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2	122.50	245.00	VENCEDOR
36414-NISTATINA 100.0	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2000	2.55	5.100.00	VENCEDOR
5719-NISTATINA 25.00	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	600	4.70	2.820.00	VENCEDOR
33758-NITROFURANTOINA	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	107	9.45	1.011.15	VENCEDOR
42129-ONDANSETRONA 4	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	10	35.41	354.10	VENCEDOR
42130-OXACIINA SODICA	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	10	220.00	2200.00	VENCEDOR
36417-POLIVITAMINA LI	DELTAMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	300	2.12	636.00	VENCEDOR
14951-PREDNISONA 5 MG	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	100	2.85	285.00	VENCEDOR
42144-SAIS REIDRATACA	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	60	22.90	1.374.00	VENCEDOR
33129-SALBUTAMOL 0,4M	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	50	1.10	55.00	VENCEDOR
42131-SIMETICONA 75MG	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	200	0.90	180.00	VENCEDOR
42132-TENOXICAN 20 MG	ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME	10	195.00	1.950.00	VENCEDOR

Pedra Preta - MT, 12 de julho de 2017.

CRISTIANE VALÉRIA DA SILVA

PREGOEIRA

PORTARIA Nº 186/2015

DECRETO Nº 46/2017.DE 6 DE JUNHO DE 2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE(O)

PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS

ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

ARTIGO 1º - FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A PROCEDER, NO

ORÇAMENTO VIGENTE, ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ATÉ O MONTANTE DE R$

283.000,00 (DUZENTOS E OITENTA E TRES MIL REAIS), DE ACORDRO COM A LOA - LEI

ORÇAMENTÁRIA ANUAL Nº: 976/2017, E OS ARTS. 42 E 43 DA LEI Nº 4.320/64, DESTINADO AO

REFORÇO A SEGUINTE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO VIGENTE:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

001 - GABINETE DA PREFEITA

33 3390140000 - DIARIAS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220002.2004 - MANUTENCAO DO GABINETE DA PREFEITA

SOMA: 5.000,00

997 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220002.2004 - MANUTENCAO DO GABINETE DA PREFEITA

SOMA: 70.000,00

03 - SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

001 - SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

48 4490520000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220003.1006 - AQUISICAO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS

SOMA: 2.600,00

59 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220003.2097 - DESPESA COM PUBLICIDADES

SOMA: 13.900,00

1001 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220005.2012 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 71.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

AV FERNANDO CORREA DA COSTA, nº 940, CENTRO, PEDRA PRETA - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

113 3190110000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220011.2021 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 6.000,00

116 3390300000 - MATERIAIS DE CONSUMO

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220011.2021 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 3.500,00

1004 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220011.2021 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 25.000,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

212 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

123640017.2116 - MANUTENCAO DA UAB

SOMA: 10.000,00

689 3390140000 - DIARIAS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

121220015.2139 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 1.000,00

670 3390080000 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

123650014.2034 - MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL

SOMA: 1.000,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

894 3390300000 - MATERIAIS DE CONSUMO

24 - 0215000051-TRANSFERÊNCIAS REFERENTE AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-PNA

123060015.2179 - PROGRAMA NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/ENSINO INFANTIL

SOMA: 17.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

378 3390300000 - MATERIAIS DE CONSUMO

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

133920032.2078 - INCENTIVO A CULTURA

SOMA: 15.000,00

1011 3390140000 - DIARIAS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

271220036.2085 - MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 2.000,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

866 3390360000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

185410054.2024 - MANUTENCAO DE ATERRO SANITARIO

SOMA: 40.000,00

TOTAL: 283.000,00

ARTIGO 2º - PARA ABERTURA DE CRÉDITO REFERIDO NO ARTIGO ANTE

RIOR SERÃO UTILIZADOS RECURSOS PROVENIÊNTES DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DAS SEGUINTES

DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DE ACORDO COM O DISPOSTO NOS ARTS. 42 E 43 DA LEI Nº

4.320/64:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

001 - GABINETE DA PREFEITA

1025 3190940000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220002.2004 - MANUTENCAO DO GABINETE DA PREFEITA

SOMA: 6.000,00

03 - SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

001 - SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

1032 3190940000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

144220005.2146 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PROCON

SOMA: 5.000,00

1031 3190130000 - OBRIGACOES PATRONAIS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

144220003.2156 - MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE DEF CONS. - FMDC

SOMA: 500,00

61 3390300000 - MATERIAIS DE CONSUMO

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

144220003.2156 - MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE DEF CONS. - FMDC

SOMA: 8.000,00

655 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220003.2220 - REFORMA DO PRÉDIO DA GUARDA MIRIM

SOMA: 5.000,00

1029 4490610000 - AQUISICAO DE IMOVEIS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041270003.1007 - DESAPROPRIACAO E AQUISICAO DE IMOVEIS

SOMA: 5.000,00

657 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220003.1092 - REFORMA E AMPLIACAO DO PACO MUNICIPAL

SOMA: 63.900,00

84 9999990000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

999999999.9999 - RESERVA DE CONTIGENCIA

SOMA: 8.100,00

62 3390360000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

144220003.2156 - MANUTENCAO DO FUNDO MUN. DE DEF CONS. - FMDC

SOMA: 2.000,00

1027 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041270003.2222 - EXECUTAR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

SOMA: 10.000,00

81 3390360000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220005.2189 - IMPLANTAR E MANTER PROG. FIQUE LEGAL

SOMA: 2.000,00

1026 3190940000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220005.2012 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 15.000,00

1034 3190910000 - SENTENCAS JUDICIAIS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220003.2006 - PAGAMENTOS DE PRECATORIOS

SOMA: 22.000,00

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

1035 3390920000 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220007.2130 - DESPESAS DE EXERCICIO ANTERIOR

SOMA: 10.000,00

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1040 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

175110056.2202 - MANTER SANEAMENTO BASICO RURAL

SOMA: 1.000,00

1041 4490510000 - OBRAS E INSTALACOES

37 - 0224000055-TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DO ESTADO

267820011.1027 - CONST. E AMPL. DE PONTES, BUEIROS E SERVS. COMPL.

SOMA: 32.000,00

1044 3190940000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

041220011.2021 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 1.500,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

186 3190110000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

123650014.2034 - MANUTENCAO DA EDUCACAO INFANTIL

SOMA: 2.000,00

200 3390300000 - MATERIAIS DE CONSUMO

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

121220015.2139 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 5.000,00

1127 3190940000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

082440030.2073 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 2.000,00

202 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

121220015.2139 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 3.000,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

272 3390360000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

123610015.2203 - REALIZAR CURSO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVS. DA EDUCAÇÃO

SOMA: 1.000,00

901 3390300000 - MATERIAIS DE CONSUMO

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

123610015.2203 - REALIZAR CURSO DE CAPACITAÇÃO DOS SERVS. DA EDUCAÇÃO

SOMA: 1.000,00

899 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

23 - 0215000049-TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

123610015.2038 - PROGRAMA DO SALARIO EDUCACAO

SOMA: 11.500,00

912 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

27 - 0215999999-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃ

123660052.2223 - MANTER O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA

SOMA: 1.500,00

913 4490520000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

27 - 0215999999-TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃ

123660052.2223 - MANTER O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PEJA

SOMA: 2.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESP. E LAZER

1012 3390300000 - MATERIAIS DE CONSUMO

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

271220036.2085 - MANUTENCAO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 16.000,00

372 3390300000 - MATERIAIS DE CONSUMO

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

133920032.2076 - REALIZACOES ALUSIVAS AS DATAS COMEMOR. E EVENTOS

SOMA: 1.000,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

887 4490520000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

185410054.2212 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 9.400,00

886 3390920000 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

185410054.2212 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 5.000,00

885 3390390000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA

1 - 0100000000-RECURSOS DO TESOURO-EXERCÍCIO CORRENTE

185410054.2212 - MANTER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA

SOMA: 25.600,00

TOTAL: 283.000,00

ARTIGO 3º - ESTE DECRETO ENTRA EM VIGOR NA DATA DA SUA PUBLI

CAÇÃO, REVOGAM-SE ÀS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

AV FERNANDO CORREA DA COSTA, nº 940, CENTRO, PEDRA PRETA - MT

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AOS 6 DE JUNHO DE 2017

GABINETE DO(A) PREFEITO MUNICIPAL MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

PREFEITO MUNICIPAL

JUVENAL PEREIRA BRITO

REGISTRADA E PUBLICADA

NESTA SECRETARIA E DIÁRIO OFICIAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/ 2017	**DATA: 10/07/2017**
CONTRATADO: SERPREL ASSESSORIA E SISTEMAS LTDA	
OBJETO: FORNECIMENTO DAS FERRAMENTAS DE TI, NA FORMA DE UNIDADE DE ATENMENTO/UA-MÊS, ASSIM COMPREENDIDOS OS SISTEMAS/SOFTWARES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIAS, PARA FUNCIONAMENTO NO QUANTITATIVO CONTRATADO, DE 17(DEZESSETE) UNIDADES DE ATENDIMENTO – UA/MÊS, QUE CORRESPONDE AO QUANTITATIVO ANUAL DE 204 (DUZENTOS E QUATRO) UNIDADES DE ATENDIMENTO – UA/ANO PARA FUNCIONAR AS FERRAMENTAS DE TI (SISTEMAS)	
VALOR: R$ 314.160,00	**VIGÊNCIA: 10/07/ 2018**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 92-04.001.01.129.0007.2017.3390390000 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1001-03.001.04.122.0005.2012.3390390000** **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 202-07.001.12.122.0015.2139.3390390000**	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 021/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/ 2017	**DATA: 10/07/2017**
CONTRATADO: SERPREL ASSESSORIA E SISTEMAS LTDA	
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DO LOTE 02, ITEM 01, SUBITEM 1.4., DO TERMO DE REFERÊNCIAS, NA FORMA DE BANCO DE HORAS, NO QUANTITATIVO DE ATÉ 1.132 (UM MIL CENTO E TRINTA E DUAS) HORAS TÉCNICAS, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DO LOTE 02, ITEM 01, SUBITEM 1.4.	
VALOR: R$ 192.440,00	**VIGÊNCIA: 10/07/ 2018**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 92-04.001.01.129.0007.2017.3390390000	

EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA.	
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 010/ 2017	**DATA: 10/07/2017**
CONTRATADO: SERPREL ASSESSORIA E SISTEMAS LTDA	
OBJETO: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DO LOTE 02, ITEM 01, SUBITENS 1.1. E 1.2., DO TERMO DE REFERÊNCIAS, NA FORMA DE BANCO DE HORAS, NO QUANTITATIVO DE ATÉ 552 (QUINHENTOS E CINQUENTA E DUAS) HORAS TÉCNICAS, PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES DO LOTE 02, ITEM 01, SUBITENS 1.1. E 1.2.	
VALOR: R$ 93.840,00	**VIGÊNCIA: 10/12/ 2017**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 92-04.001.01.129.0007.2017.3390390000 **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1001-03.001.04.122.0005.2012.3390390000** **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 202-07.001.12.122.0015.2139.3390390000**	

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 011/2017

Aos 12 dias do mês de julho de 2017, às 13h00min, reuniram-se na Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, sala de Licitações, localizada na Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 940, Centro, CEP: 78.795-000, a Pregoeira Cristiane Valéria da Silva e a Equipe de Apoio Luzane Francisca Gomes e Vilma Lira Nogueira Massuia, constituídos pela Portaria nº 047, de 04 de janeiro de 2017, para, na forma da Lei nº 10.520/02 e alterações posteriores, proceder a Retificação da Ata de Realização do Pregão Presencial SRP nº 011/2017, objeto do processo geral nº 1398/2017, oriundo da aquisição de medicamentos, para atendimento da farmácia central e hospital municipal, realizada no dia 11/07/2017 às 09h00min. Durante a confecção da Ata da Sessão do Pregão Presencial SRP nº 011/2017, onde no lançamento das propostas de preços das empresas foi observado que as mesmas que ofertaram propostas estavam com o valor acima do estimado no Edital, onde a pregoeira e equipe de apoio não fizeram os lançamentos e devido não ter proposta por nenhuma empresa, o sistema deixou de gerar o item nº 6695 (diazepan 5 mg comprimido c/1.000). Portanto o item 29 - Cód. 6695 passou a ser FRACASSADO. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pela pregoeira, pelos membros da equipe de apoio.

_____

_____

CRISTIANE VALÉRIA DA SILVA LUZANE FRANCISCA GOMES

PREGOEIRA SECRETÁRIA

_____

VILMA LIRA NOGUEIRA MASSUIA

SUPLENTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2017

PELO PRESENTE INSTRUMENTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, MATO GROSSO, CONSIDERANDO O JULGAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017 PARA REGISTRO DE PREÇOS, TENDO EM VISTA A CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA, A ATA DE APURAÇÃO DO RESULTADO, A PUBLICAÇÃO, E A HOMOLOGAÇÃO DOS RESULTADOS, REGISTRA-SE OS PREÇOS OFERTADOS PELA EMPRESA SERPREL CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA, PARA O FORNECIMENTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS OBJETO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, DESCRITOS NO TERMO DE REFERÊNCIAS, na forma DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTES:

DAS PARTES:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERA PRETA/MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/MT**, inscrita no CNPJ sob o nº.CNPJ 03.773.942/0001-09, situada na Av. Fernando Corrêa da Costa nº 940, Bairro, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **JUVENAL PEREIRA BRITO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Porto Murtinho, nº 451, Centro – PEDRA PRETA – MT, CEP 78795-000, portador do RG nº 561. 514 SSP/MT e CPF nº 406.594.881-91, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 010/2017 para Registro de Preços nº 028/2017, bem como a classificação da proposta, ata de realização do pregão e a homologação dos resultados, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **SERPREL CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 05.403.765/0001-96, estabelecida na Rua f nº 90, piso, neste ato representada pelo Senhor **PEDRO A. OLIVEIRA**,portador da Carteira de Identidade nº 297.899/SSP-MT; inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 061.804.001-30, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis n° 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações, Decreto Federal nº 7.892/2013 de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de sistemas/softwares constantes do Lote 01, Item 01, subitens 1.1 a 1.23, e os serviços especializados constantes do Lote 02, Item 01, subitens 1.1 a 1.4, constantes do Termo de Referências – Anexo I do presente Edital, na forma detalhada nos Lotes 01 e 02.

01) – Lote 01 - Sistemas/softwares – Produtos de TI.

ITEM	DESCRIÇÃO POR SUBITEM	PREÇO UA/ MÊS
01	1.1. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Contabilidade Pública. 1.2. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Orçamentário - PPA, LDO e LOA. 1.3. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Tesouraria. 1.4. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Atendimento ao APLIC/TCE-MT. 1.5. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Tributação Municipal. 1.6. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Controle de Protocolo. 1.7. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Compras e Licitações. 1.8. Sistema de gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento. 1.9. Sistema integrado de gestão, com o módulo de gestão do Holerite web. 1.10. Sistema integrado de gestão, com o módulo de	R$ 1. 540,00

	Controle de Frota. 1.11. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Almoxarifado. 1.12. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Patrimônio. 1.13. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Portal Transparência. 1.14. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Controle de Obras. 1.15. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Controle Interno. 1.16. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Controle de Cemitério. 1.17. Sistema integrado de gestão, com o módulo de ISSQN – Nota Fiscal Eletrônica. 1.18. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Saúde Municipal. 1.19. Sistema integrado de gestão, com o módulo de Ação Social. 1.20. Sistema integrado de gestão, com o módulo de gestão das atividades da educação. 1.21. Sistema integrado de gestão, com o módulo de gestão do Alvará Online. 1.22. Sistema de gestão e controle da legislação municipal. 1.23. Sistema de gestão e controle de documentos e arquivos em meio digital – GED	

1.1.1. A quantidade estimada para o Lote 01, para efeito de registro de preços, é de 80 (oitenta) UNIDADES DE ATENDIMENTO – UA/MÊS.

1.1.2. Entende-se por UNIDADE DE ATENDIMENTO – UA/MÊS, para efeito de registro de preços, uma estação de trabalho composta por um computador com funcionamento em ambiente Windows, com um dos sistemas/software contratado instalado e em funcionamento, liberado para operar quaisquer das atividades executadas por um dos sistemas contratados, constante do Lote 01, Item 01, subitens de 1.1 a 1.23, com atendimento permanente com a manutenção corretiva para assegurar a continuidade do funcionamento do sistema em caso de falha de funcionamento, atendimento permanente com a manutenção evolutiva, com a finalidade de assegurar a atualização dos sistemas em função de alterações legais e das normas técnicas emanadas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, com vistas a assegurar o eficiente funcionamento dos softwares contratados, com a finalidade da execução dos serviços atendidos com a utilização das ferramentas de TI por parte dos servidores encarregados da execução dos serviços.

02) – Lote 02 - Serviços especializados.

ITEM	DESCRIÇÃO POR ITEM	PREÇO HORA TÉCNICA
01	1.1. -Serviços de conversão dos bancos de dados dos sistemas de gestão. 1.2. -Treinamento de servidores acerca das atividades contábeis e de gestão, ou qualquer outra atividade relacionada com os serviços atendidos pelas ferramentas de TI, através de técnicos especializados em informática aplicada à administração pública. 1.3. -Serviços especializados na orientação técnica acerca de quaisquer das atividades executadas pela contratante com a utilização das ferramentas de TI contratadas. 1.4. -Serviços de assessoria e consultoria às atividades contábeis, administrativas e de gestão, em relação a quaisquer das atividades desempenhadas com a utilização das ferramentas de TI no âmbito da administração do Município, através de profissionais contadores ou advogados com experiência em administração pública, finanças públicas ou direito público.	R$ 170,00

1.1.3. A quantidade estimada para o Lote 02, para efeito de registro de preços é de 4.000 (quatro mil) horas técnicas/ano.

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERA PRETA/MT a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer contratação parcial, observada a legislação vigente, sendo assegurada ao detentor do Registro de Preços a preferência pelo fornecimento, em igualdade de condições, nos termos da legislação vigente.

CLAUSULA SEGUNDA – DOS FUNDAMENTOS E SUPORTE LEGAL:

2.2. Firma-se o presente Registro de Preços no processo licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 010/2017 na forma da Lei 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e demais normas aplicáveis, inclusive pelo disposto no Decreto Federal nº 7.892/2013, na forma de despacho da autoridade administrativa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1. Para efeito de futura e eventual contratação, o fornecimento do objeto do presente processo licitatório observará os preços registrados, na forma constante da cláusula primeira da presente ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

4.1. Futuro e eventual contrato com base na presente Ata de Registro de Preços terá regime de execução indireta, nos termos estatuídos pelo art. 06, inciso VII, da Lei Federal 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUINTA – DA INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS

5.1. Em caso de contratação, os sistemas/softwares constantes na presente Ata de Registro de Preços serão instalados em equipamentos da Contratante, para funcionamento na sede da mesma, local onde serão instalados referidos sistemas. Fica estabelecido que a execução dos serviços relacionados com as atividades atendidas pelos sistemas serão executados pelos servidores da Contratante, com exceção dos serviços de manutenção e suporte ao funcionamento que serão executados na sede da contratada, mediante a utilização dos recursos da tecnologia da informação, e em casos excepcionais na sede da contratante, quando a situação assim o exigir.

CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

6.1. Para a instalação e funcionamento dos sistemas enumerados na presente Ata de Registro de Preços, a Contratante colocará à disposição da Contratada, equipamentos de informática e os servidores encarregados da execução dos serviços relacionados com as atividades desenvolvidas por cada um dos sistemas. Havendo necessidade da aquisição de bancos de dados para atendimento a quaisquer dos sistemas será a aquisição de responsabilidade da Contratante.

6.2. Serviços extraordinários, não especificados na presente Ata de Registro de Preços, serão, obviamente, objeto de contrato distinto.

6.3. Os serviços de suporte e assistência, devidos pela Contratada, à Contratante, serão prestados no domicílio da Contratada mediante a utilização dos recursos técnicos disponíveis, inclusive sistema de comunicação de dados visando o atendimento e a solução do problema no mais curto prazo possível, ou, eventualmente, na sede da Contratante quando a situação assim exigir.

6.4. Defeitos de equipamentos, defeito de funcionamento da rede de computadores, erro ou falha de operação, omissões na execução dos serviços relacionados com quaisquer das atividades executadas pelos sistemas, inexecução dos serviços por parte dos servidores encarregados de sua execução, correções de problemas relacionados comm bancos de dados, serão de responsabilidade da Contratante, que sendo atendido pela contratada terá os custos determinados, calculados e cobrados pelo preço da hora técnica de mercado no momento do atendimento.

6.5. No caso de contratação os sistemas/softwares deverão permanecer à disposição da Contratante, na sede da mesma, a partir da data de assinatura do contrato, em caso de contratação, para a instalação dos mesmos em equipamentos da Contratante, cabendo à esta disponibilizar os equipamentos destinados à instalação dos sistemas e os respectivos servidores responsáveis pela execução dos serviços.

6.6. A Contratada se responsabiliza pelo fornecimento dos sistemas especificados no contrato, sendo de responsabilidade da Contratante a execução dos serviços com a utilização dos sistemas/softwares.

6.7. Alteração de quaisquer dos sistemas com vistas à execução de tarefa diversa da executada pelos mesmos no momento da contratação, compreenderá serviço diverso do ora contratado, exceto as alterações destinadas ao atendimento da legislação e normas do TCE.

6.8. A responsabilidade pelo fornecimento ou locação dos sistemas limita-se ao período de vigência dos contratos, em caso de contratação.

6.9. No período de suspensão dos serviços, ou da suspensão da concessão de direitos de uso, por inadimplemento de qualquer das partes, será de responsabilidade de quem deu causa.

6.10. No caso de contratação, os bancos de dados deverão permanecer em poder da Contratante, e sua guarda e segurança sob sua responsabilidade, ou no caso em que os referidos bancos de dados devam permane-

cer em data Center, que seja fornecido à contratante no momento solicitado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DA ADESÃO À ATA:

7.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação.

7.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

7.3. O gerenciamento desta Ata de Registro de Preços caberá a própria pregoeira, a quem caberá responder às consultas para efeito de adesão à Ata de Registro de Preços, concedendo as solicitações de adesão.

7.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o art. 22 do Decreto nº 7.892/2013 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLÁUSULA OITAVA – DA LICENÇA:

8.1. Em caso de contratação fica a Contratante autorizada ao uso dos sistemas, entendido como licença para uso de programas de computador, limitando-se à utilização e operação dos mesmos em equipamentos da Contratante, para tanto concorda com as tarefas executadas pelos sistemas/programas de computador especificados, assim como as condições de funcionamento dos mesmos no momento da contratação.

CLÁUSULA NONA - DA INADIMPLÊNCIA

9.1. A inadimplência de uma das partes autoriza a outra a suspender o cumprimento de sua parte, inclusive a suspensão dos serviços pela Contratada, assumindo a parte quer der causa os prejuízos impostos à outra parte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos órgãos/unidades desta Prefeitura no momento de eventual contrato e de acordo com o respectivo empenho com a rubrica a seguir:

ÓRGÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	04
UNIDADE:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	001
PROJ/ATIV.:	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA	2017
ELEMENTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA	33.90.39.0000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE

11.1. No caso de contratação, a Contratante se obriga ao cumprimento de todas as cláusulas e obrigações estipuladas na presente Ata de Registro de Preços, assumindo os riscos e prejuízos pela inobservância a qualquer das obrigações nele estipuladas.

11.2. No caso de contratação, a CONTRATANTE se responsabiliza pelo pagamento das parcelas mensais, nas condições estabelecidas neste Instrumento.

11.3. No caso de contratação, a Contratante disponibilizará servidores, em quantidade, e, em condições técnicas para a operacionalização dos serviços a serem executados através dos sistemas, sob pena de responsabilização pelos prejuízos decorrentes da operação inadequada de quaisquer dos sistemas, ou da subutilização, da parada de funcionamento, ou pela inexecução dos serviços relacionados com as atividades desenvolvidas por qualquer dos sistemas objeto deste contrato, por parte dos servidores da Contratante.

11.4. Responsabiliza-se pela origem, procedência, e legalidade de todo e qualquer aplicativo instalado nos computadores ou na rede local da mesma, compreendendo assim os sistemas operacionais, banco de dados e todos os demais aplicativos utilizados, eximindo a Contratada de responsabilidades sobre referidos sistemas perante seus fabricantes e terceiros.

11.5. Fornecer à Contratada as orientações e todos os elementos necessários ao bom e fiel cumprimento do objeto deste Instrumento.

11.6. Publicar o Extrato do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR:

12.1. A empresa detentora dos preços registrados poderá ser convidada a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento e seus anexos, na forma da legislação pertinente.

12.2. No caso de contratação, a Contratada se responsabiliza pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas deste contrato.

12.3. Encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do presente Instrumento.

12.4. Cumprir com todos os compromissos necessários ao bom e fiel atendimento ao objeto deste contrato.

12.5. Manter a CONTRATANTE sempre informada de quaisquer irregularidades que porventura advirem da execução do objeto do contrato, em caso de contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

13.1. Pelo inadimplemento total ou parcial do Contrato, em caso de contratação, pela inobservância das obrigações estipuladas, ou ainda, pela omissão, negligência, imprudência, ou imperícia, que possa incorrer qualquer das partes integrantes deste instrumento, inclusive com relação à presente Ata de Registro de Preços, ficará a parte que der causa sujeita às seguintes sanções:

13.2. Notificação;

13.3. Suspensão dos serviços;

13.4. Antecipação do vencimento do contrato com exigibilidade das parcelas vencidas e vincendas;

13.5. Rescisão do contrato;

13.6. Aplicação do disposto no art. 87 da Lei 8.666/93, estando adimplente a Contratante, mediante apuração antecipada e comprovação da responsabilidade da Contratada pela suposta causa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO:

14.1. Poderá os contratos firmados com base na presente Ata de Registro de Preços, por acordo e interesse bilateral, ser aditado de conformidade com o que determina o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, atualizado pela Lei 8.883/94, para ajustes às situações eventuais e de interesse público, inclusive em caso de manutenção do equilíbrio econômico do contrato (atualização monetária do valor do contratado), para preservar o equilíbrio econômico do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RECISÃO:

15.1. Constitui motivo para rescisão do contrato, no caso de contratação, o inadimplemento, inobservância e descumprimento, por qualquer das partes, a quaisquer das estipulações constante do presente instrumento, observado o contraditório e a ampla defesa.

15.2. A rescisão do contrato, em caso de contratação, poderá ser:

a) - Amigável – por acordo entre as partes;

b) - Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei n.º 8.666/93, mediante prova de culpa, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ELEIÇÃO DO FORO:

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedra Preta/MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste Instrumento, quando não resolvidos por meios administrativos.

Por estarem às partes de pleno acordo, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Pedra Preta/MT, em 07 de julho de 2017.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT

CONTRATANTE

_____

SERPREL CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01) - _____

Nome:

RG.

CPF.

02) - _____

Nome:

RG.

CPF.

PORTARIA Nº 389/2017. DE 12 DE JULHO DE 2017

Dispõe sobre Designação dos Servidores Públicos Municipal e dá outras providências.

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **DESIGNAR** os Servidores Públicos Municipais, **ABEMILDES FRANCISCO DIAS E MARIA ELIETE LEÃO ARRUDA**, para desenvolver função de fiscal de contratos do Município de Pedra Preta – MT, nos seguintes termos:

Contratos envolvendo a Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Revogar de Inteiro Teor a Portaria de n.º 126/2017 de 06 de Fevereiro de 2017.

***ART. 2º* -** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03/07/2017.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DE JULHO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 388/2017.DE 12 DE JULHO DE 2017.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **22/02/2014 à 22/02/2015.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **10/07/2017 à 09/08/2017.**

MARIA MOREIRA DE OLIVEIRA

Contínua/Merendeira

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10/07/2017.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 387/2017. DE 12 DE JULHO DE 2017.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **02/04/2016 à 02/04/2017.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **01/08/2017 à 30/08/2017.**

LUZIA NUNES BARBOSA

Agente Comunitária de Saúde

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo efeito a partir de 01/08/2017.

ART.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 059/2017 DE 07 DE JULHO DE 2017.

"Dispõe sobre a convocação da X Conferência Municipal de Assistência Social e dá outras providencias."

Publicado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso – AMM, de 06 de Julho de 2017, nas páginas 280 e 281.

No **Art. 2º,**

Onde se lê:

Art. 2º A **X Conferência Municipal de Assistência Social** realizar-se-á em Pedra Preta no **dia 19 de Julho de 2017.**

Leia – se:

Art. 2º A **X Conferência Municipal de Assistência Social** realizar-se-á em Pedra Preta no **dia 27 de Julho de 2017.**

Este texto não substitui o original publicado Diário Oficial Eletrônico dos Municípios – Mato Grosso – AMM, de 06 de Julho de 2017, nas páginas 280 e 281.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2.017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

INFORMAÇÃO VTN - INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1562/2015

Senhor Delegado da Receita Federal,

Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB n º 1562, de 29 de abril de 2015, envio abaixo as informações sobre Valor da Terra Nua - VTN do Município de **Planalto da Serra/MT** para o ano de 2017.

ANO	LAVOURA APTIDÃO BOA	LAVOURA APTIDÃO REGULAR	LAVOURA APTIDÃO RESTRITA	PASTAGEM PLANTADA	SIVICULTURA OU PASTAGEM NATURAL	PRESERVAÇÃO DA FAUNA OU FLORA
2017	R$ 7.850,00	R$ 6.400,00	R$ 4.300,00	R$ 4.000,00	R$ 2.280,00	R$ 840,00

Descrição simplificada da metodologia:

Método comparativo de dados de mercado local, levando em consideração negócios realizados, ofertas de mercado e vistorias de avaliação, conforme levantamento de dados no período de 06/07/2015 à 24/07/2015. A comissão de avaliação em dialogo decidiu seguir com os mesmos valores levantados no ano anterior para a apuração do ITR/2017.

Angelina Benedita Pereira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 019/2017

Ata de Registro de preço n° 019/2017.

Pregão: 012/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

Contratado: MAPX SERVIÇOS MÉDICOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NOS ÓRGÃOS DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POCONÉ POR PROFISSIONAIS HABILITADOS E REGISTRADOS JUNTO AO RESPECTIVO CONSELHO.

Dotação: Sec. Municipal Saúde - 70053

Programa Saúde da Família - 070118

Pronto Atendimento Médico – PAM - 070181 - 070286

Centro de Especialidade Médica – CEM -070199 / 070286

Centro de Atenção Psicossocial – CAPS - 070266 - 070286

Valor Registrado: R$ 5.420.220,66 (cinco milhões quatrocentos e vinte mil duzentos e vinte reais e sessenta e seis centavos)

Período: 12 meses

Poconé/MT, 07 de julho de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2017

Processo Administrativo nº 01/2017

Convênio: 783286

Relatório Final

Trata-se de Processo Administrativo 01/2017, instaurado por meio da Portaria 073/GP/2017, de 06 de abril de 2017, com o fito de apurar supostas irregularidades na execução da obra de construção do parque turístico com urbanização, posto de ginástica, quadra de areia e quiosques, objeto do Convênio 783286, celebrado pela União Federal, por intermédio da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, no valor de R$ 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil reais), com contrapartida local de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Totalizando um valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

O referido foi assinado em 31/12/2013, com vigência inicial de 540(quinhentos e quarenta) dias, prorrogado por mais 419 (quatrocentos e dezenove) dias, além da prorrogação de mais 365 dias, por meio de TA que se estendeu até 16/08/2017.

Para a consecução do objeto desse contrato de repasse, instaurou-se a Tomada de Preços nº 01/2014.

Pois bem, a instauração do processo administrativo, como já destacado, tem por fim apurar supostas irregularidades apontadas nos relatórios de fiscalização da Secretaria Federal de Controle Interno, bem como Nota técnica nº 019/2017 – DBG/SUDECO/MI emitida pela área de engenharia da SUDECO e pedido de providências.

As irregularidades apontadas são inúmeras, tais como falta do diário de obras, jogo de planilha por inversão do cronograma de execução dos serviços de plantio de grama, pagamento por serviços não executados e pagamento de serviço em quantidade inferior às efetivamente executada, indicativo de execução da obra com baixa qualidade, alteração do projeto com relevantes mudanças dos serviços contratados sem a devida formalização de aditivo contratual, sobrepreços nas planilhas, utilização de documentos inidôneos no certame, apresentação de garantia de proposta inidônea para habilitação da empresa, constituição da empresa por sócios que não demonstram possuir capacidade econômico-financeira para serem proprietários de empresa que ostenta grande patrimônio.

Os membros da comissão visitaram o local da obra, onde foi possível constatar a veracidade das informações apontadas nos relatórios de fiscalização, principalmente no que diz respeito à má qualidade dos serviços prestados, senão vejamos:

INDICATIVO DE EXECUÇÃO DA OBRA COM BAIXA QUALIDADE

Conforme consta dos relatórios que fazem parte destes autos, e conforme a vistoria realizada por esta comissão, é fato inarredável, como se vê das imagens fotográficas constantes e sendo certo que nada foi modificado no sentido de corrigir ou melhorar a qualidade dos serviços, em que pese ter havido a notificação da empresa, inclusive com cópia do relatório de fiscalização da CGU, tendo a empresa permanecido inerte.

No que tange à má qualidade da obra não é preciso ser perito no assunto para se chegar à conclusão, por ser de fácil constatação vislumbrar que as calçadas estão trincadas, quebradas e realmente possuem falta de uniformidade na espessura; fissuras nos rebocos da alvenaria dos quiosques; chapiscos em quantidade inadequada; erosão nos taludes da lagoa, estrutura de telhado comprometido pelas ferrugens e telhados incompleto.

Em que pese haver fotos retratando as más condições dos serviços (f. 46/47 e 48), a comissão novamente traz aos autos fotos dos pontos específicos em que a má qualidade da obra chega a ser gritante.

É certo que a notoriedade da má qualidade da obra, sem que tenha havido qualquer menção de correção e devida adequação, ainda que tenha sido notificada para tanto, **por si só, é fato bastante para ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e ressarcimento do prejuízo causado em razão da má utilização dos recursos**, falta de compromisso e de zelo no trato da coisa pública.

FALTA DE MANUTENÇÃO NO SERVIÇO DE PLANTIO DE GRAMA

Como já destacado nos relatórios de fiscalização, "o plantio de grama é um serviço de paisagismo e jardinagem que tipicamente é realizado na etapa final da obra. A inversão de cronograma de execução para itens de serviço de alto valor relativo é uma estratagema irregular utilizado por empreiteiras com o objetivo de angariar maior vantagem para a contratada."

Além da ocorrência da inversão do cronograma, a empresa não deu qualquer tipo de manutenção na grama esmeralda, o que certamente ocasionou grande prejuízo à Administração, haja vista que por certo terá que ser feito o replantio da grama.

E como se não bastasse a falta de manutenção na área de plantio da grama, o relatório de fiscalização da CGU explicitamente afirma que em visita in loco foi verificada a execução de serviços de escavação e aterro em locais onde a grama já havia sido plantada, sinais da movimentação de máquinas e equipamentos sobre a grama, bem como o despejo sobre a grama de restos de materiais de construção, o que denota de forma inarredável a irresponsabilidade e falta de compromisso com os serviços prestados à Administração Pública.

Em razão disso e diante da constatação in loco pelos membros da comissão, resta caracterizada a real necessidade do replantio da grama, como se vê das fotos juntadas aos autos, conforme as imagens colhidas no dia 28/06/2017 no local da obra.

DOCUMENTOS ADULTERADOS e APRESENTADOS À COMISSÃO DE LICITAÇÃO COM O FITO DE SAGRAR-SE VENCEDORA DO CERTAME

Conforme relatórios de fiscalização presente nos autos, após minuciosa fiscalização, constatou-se que alguns documentos apresentados à Comissão de licitação, foram adulterados pela empresa com a finalidade de habilitar-se no certame.

Constatou-se que a certidão positiva de débitos trabalhistas fora adulterada para fins de habilitação no certame. Isso porque é fato que a certidão que consta nas bases do TST é diferente da juntada aos autos, pois a empresa se encontrava com quatro débitos, sendo um com exigibilidade suspensa. Dessa foram, a certidão ORIGINALMENTE gerada pelo TST foi "certidão positiva de débitos trabalhistas" e "não como certidão positiva de débitos trabalhistas com efeito negativa".

Nessa feita, há de se concluir que as informações da certidão juntada aos autos que apresenta apenas um debito com exigibilidade suspensa, indica que o documento foi adulterado para sagrar-se a vencedora da licitação. A adulteração fica nítida ao se comparar as certidões constantes de f. 12 dos autos, qual seja: a originalmente emitida pelo TST e a adulterada pela empresa e apresentada na licitação.

Ora, a faculdade conferida pelo artigo 43, § 3º, da Lei 8.666/93 à comissão de licitação para averiguar a veracidade de **documento** apresentado por participante do certame **não retira a responsabilidade do ilícito praticado pela empresa ou por seus representantes**.

E como se não bastasse, a empresa ainda fez juntar como garantia na forma de seguro garantia, documento que não possui elementos e características de documentos idôneos, a exemplo da falta do número para consulta sobre sua autenticidade no site da SUSEP (Superintendência de Seguros Privados).

A ocorrência do ilícito ganha contornos de sua ocorrência em razão do resultado de consulta realizada por pela Secretaria Federal de Controle Interno por meio de correio eletrônico, em 11 de outubro de 2016, junto à seguradora para confirmação da autenticidade das apólices, cujas respostas, informaram taxativamente que não consta nas bases de dados e não há apólices de Ramos elementares para o segurado Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia.

Constatou-se que os seguros garantias dados para a garantia da proposta e do contrato eram falsos, de forma que o licitante deixou de cumprir as condições para habilitação, pois a apresentação de garantia de proposta inidônea equivale a não apresentação da exigência, condição de habilitação.

Ademais, os ilícitos praticados são gravíssimos e ferem os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade norteadores da administração Pública e aplicáveis à todas as licitações públicas, sendo o bastante para ensejar a rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade criminal dos envolvidos, o que exige ação penal exercida pelo Ministério Público.

Há elementos de grande relevância arguidos nos relatórios de fiscalização constantes dos autos, a exemplo do fato de a empresa E.E Camargo e Cia ter sido constituída por sócios que supostamente demonstram não possuir capacidade econômico-financeira para serem proprietários de uma empresa que ostenta alto patrimônio; não disponibilização de anotação/registro de responsabilidade técnica de projeto(ART/RRT), de execução da obra, de orçamento e de fiscalização das obras; alterações relevantes dos serviços contratados; pagamento por serviços não executados e pagamento de serviços em quantidades inferiores às efetivamente executadas, proporcionando pagamento indevido e outros elementos e condutas supostamente praticadas pela empresa.

Entretanto, considerando o fato notório da comissão processante não possuir conhecimento técnico para a análise das diversas e relevantes questões apontadas nos relatórios de fiscalização;

Considerando que os fatos aqui analisados pela Comissão, especialmente quanto aos documentos inidôneos/adulterados utilizados pela empresa no intuito de sagrar-se habilitada no certame, bem como a constatação inegável da má qualidade da obra, são fatos inarredáveis que por si só, bastam para ensejar a rescisão do contrato, o que fica desde já recomendado por esta comissão.

Outrossim, é certo que a empresa causou prejuízo à Administração, quer seja em razão da qualidade geral dos serviços, apresentando calçadas trincadas, quebradas e falta de uniformidade na espessura, indicando utilização inadequada da composição de areia, brita e cimento; chapisco em quantidade inadequada em relação à prática usual e fissuras no reboco da alvenaria dos quiosques; grama esmeralda sem manutenção e conservação, o que demanda o replantio; erosão nos taludes da lagoa;

Sem olvidar as questões do suposto sobrepreço nas planilhas orçamentárias da construção ou suposta supressão da planilha orçamentária de serviços já pagos, proporcionando supostamente pagamento indevido, **o que certamente demanda perícia técnica, razão pela qual a comissão recomenda ao sr. Gestor seja contratado perícia técnica, para apurar a margem do prejuízo causado ao Município para a finalidade de ajuizamento da ação pertinente em face da empresa E.E Camargo e Cia Ltda**

Os membros da Comissão, portanto, recomendam a Rescisão do contrato com a empresa EE.Camargo e Cia Ltda, em razão das irregularidades apontadas, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal que certamente será apurada, aquela em liquidação dos prejuízos após perícia técnica a ser determinada pelo Gestor, e esta pelo Ministério Público.

Pontal do Araguaia - MT, 05 de julho de 2017.

Thiago Assis da Silva

Presidente da Comissão

Darcilene Guerra Liborio

Nilva Turatti

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

REGISTRO DE PREÇOS – PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, será **PRORROGADA** a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **POR ITEM** , visando o **REGISTRO DE PREÇOS – PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET,** conforme termo de referência em anexo. As propostas deverão ser entregues à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no dia **18/07/2017, às 10h00min**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 1311 ou via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com. ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/

Ponte Branca - MT, 12 de JULHO de 2017.

Stuart Nogueira e Silva

Pregoeiro

CANCELAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

DESPACHO DE CANCELAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES, Prefeito Municipal de Ponte Branca, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, pela Lei 8.666/1993 e Lei 10.520/2002, resolve por **CANCELAR** o Processo Licitatório na Modalidade **Pregão Presencial** -Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Executar o Serviço de Transporte de Alunos da Zona Rural do Município de Ponte Branca, durante o ano letivo de 2017.

Este cancelamento é motivado pela necessidade de adequações no Edital e Termo de Referência.

Ponte Branca - MT, 12 de Julho de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 136/2017 INSTAURA O SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO SINDICÂNCIA

PORTARIA Nº 136/2017

12/07/2017

INSTAURA O SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **DANIEL ROSA DO LAGO**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 148/92;

CONSIDERANDO ter chegado ao conhecimento deste Chefe do Poder Executivo Municipal a notícia de que a servidora Rita de Cássia Arruda Moreira encontra-se ausente de suas funções de serviços gerais sem qualquer justificativa desde a data de 01/03/2016.

R E S O L V E :

Art. 1º. – Instituir uma Comissão de Sindicância composta pelos servidores públicos municipais POLLIANA ALVES PIAGEM, matricula funcional nº 995, inscrito no CPF nº 011.220.861-48, ocupante do cargo efetivo de serviços gerais, DAGMA DA COSTA CORREIA SANTOS, matricula funcional nº 62, inscrita no CPF nº 495.735.941-53, ocupante do cargo técnico em enfermagem e DILMA PIRES PEREIRA, matricula funcional n° 1067, inscrita no CF nº 011.171.071-59, ocupante do cargo efetivo de serviços gerais, para, sob a presidência do primeiro, apurar possível irregularidade praticada pela servidora RITA DE CÁSSIA ARRUDA MOREIRA.

Parágrafo primeiro: A Comissão deverá, no prazo de 60 dias (sessenta) dias, apresentar relatório circunstanciado sob os fatos apurados, sugerindo de forma fundamentada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, as medidas a serem eventualmente tomadas.

Parágrafo segundo: O prazo constante no parágrafo primeiro poderá ser prorrogado nos termos da Lei Municipal nº 148/92 por mais 30 (trinta) dias, mediante autorização da autoridade competente.

Art. 2º - Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão de Sindicância terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como poderá intimar os servidores e agentes políticos do Município, para prestarem esclarecimentos e convidar pessoas não servidoras, através de ofício, para, querendo, prestar relevante serviço público, informar perante a comissão fatos de seu conhecimento, de modo a colaborar na apuração e conclusão do objeto investigado.

Art. 3º - No desempenho de suas atribuições a Comissão poderá solicitar informações, documentos e apoio às diversas Secretarias Municipais.

Art. 4º - Os serviços prestados pelos membros da Comissão de Sindicância ora instituída, serão considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 5º - A comissão do Processo Administrativo Disciplinar, terá suporte na forma de assessoria e consultoria da Assessoria Jurídica Municipal e Unidade de Controle Interno, se entender pertinente, a qualquer momento em escala de prioridades de atendimento nos dias úteis e horário de expediente de funcionamento das repartições da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte – MT, respeitada as competências atribuídas pela legislação pertinente.

Art. 6º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 12 de julho 2017.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2017

REFERÊNCIA: Licitação Dispensável Valor Permitido Por Lei.

CONTRATANTE: Prefeitura de Porto Estrela – MT.

CONTRATADA: BIO RESIDUOS SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 22096126/0001-44.

OBJETO: Contratação de empresa para coleta transporte, tratamento e disposição final de resíduos dos Serviços de Saúde (lixo hospitalar).

VALOR: R$ 3.000,00 (Três mil Reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

09 09001 04 122 0020 2071 – Manutenção das atividades da secretaria

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

VIGÊNCIA: de 11 de julho de 2017 há 31 de dezembro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 11 de julho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2017

REFERÊNCIA: Adesão a Ata de Registro de Preço - Adesão 004/2017.

CONTRATANTE: Prefeitura de Porto Estrela – MT.

CONTRATADA: TOYOTA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 59104760/0001-91.

OBJETO: Aquisição de 01 (Um) Veículo tipo pick-up, cabine chassi, tração 4x4 a diesel, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

VALOR: R$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

09.2079.4.4.90.52.00.00 Equipamentos Permanentes

VIGÊNCIA: de 10 de julho de 2017 há 31 de dezembro de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 10 de julho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

DECRETO Nº 042/2017

De: 12 de Julho de 2017.

"Fica Decretado Ponto Facultativo dia 12 de Julho de 2017, em respeito ao falecimento do Senhor Jandir Waldow".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, Sr. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado **Ponto Facultativo** dia 12 de Julho de 2017,em todos os órgãos públicos da Administração Municipais**,** em respeito ao falecimento do Senhor Jandir Waldow, esposo da Vereadora Senhora Marisane Waldow.

Art. 2º Caberão as Secretarias Municipais de Saúde, Infraestrutura e Assistência Social a preservação e funcionamento dos serviços essenciais afetos à sua responsabilidade área e competência, não fazendo jus ao pagamento de diárias, verba indenizatória e horas extras.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 12 de Julho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS EXTRATO DO CONTRATO 78/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: ERISLAINE SILVA ALVES

OBJETO: Prestação de Serviço correspondente ao cargo de MERENDEIRA, para atendimento junto a Secretaria Municipal de Educação.

VIGENCIA: 10 de Julho de 2017 e término em 10 de Novembro de 2017.

VALOR GLOBAL: R$ 3.748,00 (Três Mil setecentos e quarenta e oito reais)

RECURSOS HUMANOS PORTARIA DE N.º 149/2017 DE 11 DE JULHO DE 2017.

"NOMEIA O SENHOR JOÃO TEIXEIRA DE SOUZA RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DE Nº 079/2017, DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL- MT."

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1° - Nomear o Senhor **JOÃO TEIXEIRA DE SOUZA**, responsável pela fiscalização do contrato 079/2017, referente á Contratação de pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria no envio das informações relativas ao APLIC a serem enviados ao TCE/MT Orçamento, Carga Inicial, Carga Mensal, Cagas Especiais (PPA,LDO e LOA), contas de Governo e Cargas de envio Imediato.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, 12 de Julho de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

_____

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

PORTARIA Nº 001/SMAS/2017

Em 22 de Maio de 2017.

A Gestora Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Reila Alves Teixeira, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 618, de 27 de Junho de 2017 que instituiu o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Ribeirãozinho – MT**, para formação do **COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA**, que ficará assim constituído:

A) Representantes do Poder Público

- Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Cleide Batista Nery

Suplente: Joana Darc Moreira Vasconcelos

- Secretaria Municipal de Educação

Titular: Lucilene Silva Machado

Suplente: Tânia Carrijo Roldão

- Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Julia Cristina Ribeiro Andrade

Suplente: Anne Jeniffer Nogueira de Carvalho

- Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Fomento

Titular: Cleidiany Silva dos Santos

Suplente: João Batista dos Santos

- Centro de Referência de Assistência Social / CRAS

Titular: Lúcia Helena Sousa

Supente: Alessandra Ferreira de Santana

B) Representantes da Sociedade Civil e Entidades

- Usuários da Assistência Social

Titular: Maria Ferreira de Santana

Suplente: Cássia Ayres Nery

Titular: Heloisa Cândida de Oliveira

Suplente: Marluci Maria Ferreira Maia

- Associação dos Servidores Públicos Municipais

Titular: Geane da Silva Monteiro

Suplente: Sonia Alberto de Jesus

- Trabalhadores da Área de Assistência Social

Titular: Danila Peixoto da Silva

Suplente: Juliana Alves da Costa Moreira

- Pastoral da Criança

Titular: Marlene Francisca da Silva

Suplente: Telma Viana Ribeiro

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Assistência Social **de Ribeirãozinho – Estado de Mato Grosso, aos Trinta Dias do mês de Junho do ano de 2017.**

Reila Alves Teixeira

Secretária Municipal de Assistência Social

ATA Nº 166/CMAS/RBZ/2017

Ata extraordinária de reunião do CMAS responsável pelo Comitê Gestor Municipal do Programa Pró- Família do Município de Ribeirãozinho – MT, CONFOREM Portaria nº 01/SMAS/RBZ/2017 de 05 de julho de 2017, realizada aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezessete as nove horas da manhã na sala de reunião do CMAS. A Presidenta do CMAS Senhora Julia Cristina Ribeiro Andrade apresenta a pauta da reunião, e convida a Presidente do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró Família Senhora Reila Alves Teixeira Secretária Municipal de Assistência Social a qual deseja boas vindas e apresenta o Programa Pró Família para analise e aprovação sendo convidado a Senhora Cleide Batista Nery , Assistente Social para explicar aos conselheiros sobre o referido Programa a qual explica que o Programa Pró família e um programa do Governo Estadual e que foi criado a Lei Municipal nº 168/2017 de 27/06/2017 e a Portaria 01/SMAS/RBZ/2017 que institui CMAS para ser responsável pelo Comitê Gestor Municipal do Programa Pró Família o qual tem como critério a elegibilidade para receber os beneficiários as famílias que residem no município com renda mensal perca pita de até 1/3(um terço)do salário mínimo nacional vivente, sendo selecionado as famílias pela equipe de profissionais compostos por Agente Comunitário de Saúde e Assistente Social do município segundo a Lei. Sendo que o município tem como meta atender 30 (trinta)famílias a serem selecionadas ficando cada agente comunitário de saúde responsável por cinco (05) famílias a seguir : Idrosina Francisca da Silva, Lucivania Rodrigues Pereira m Jaquelanie Resende da Silva , Vinicius Ribeiro, Ana Cristina Rodrigues Vieira, Osana Pereira Feitosa e a Assistente Social Cleide Batista Nery, sendo apresentado as 30(trinta) famílias para analise e aprovação a seguir:

16194416514	Keite Rosa da Conceição	3497014150	Divina Rosa da Conceição	01/10/1990	Rua Antonio João	20		morar melhor
20667347423	Paula Oliveira de Souza	069.451.101.33	Antonia Silva de Oliveira	10/08/1996	Presidente Getulio Vargas	sn		centro
16676510074	Olivia Oliveira Lamounier	033.494.861.42	Maria de Oliveira Neves	10/08/1980	Rua Antonio João	sn		centro
16582846249	Valdyrene Alves de Sousa	729650103	Maria Nilva Alves de Sousa	05/08/1985	Rua Antonio João	sn		centro
16196622162	Katia Margaret do Santos Rocha	6144073116	Videlina Candida dos Santos	14/11/1994	Rua Pedro Celestino	40		centro
21274614696	Ana Paula dos Santos Rocha	5519498130	Videlina Candida dos Santos	07/07/1991	Avenida Senador João Vilas Boas	sn		centro
16095286973	Beibiane David Freitas	2251476105	Doracy Gulart de Freitas	25/10/1983	Rua Cipriano Gualberto de Freitas	23		centro
16487654907	Cristina Ferreira Pinheiro	2019034158	Sirlei Ferreira	23/02/1983	Rua Cipriano Gualberto de Freitas	sn		centro
16370658155	Laura Rodrigues da silva	51373122153	Mariana Faustina de Jesus	29/11/1972	Antonio Joao	29		morar melhor
16546487307	Vilma Fostina Lopes	997594110	Teresa Fostina Lopes	28/05/1975	Irene Goulart dos Santos	15		vilas das rosas
16370720969	Liomar Rodrigues da Silva	53541766115	mariana Faustina de Jesus	01/02/1973	Rua Getulio Vargas	16		centro
2,00362E+12	Rosania Sebastiana da Chaga	2112495135	Sebastiana Luisa de Jesus	17/01/1966	Rua Getulio Vargas	9		centro
16493013829	Lazara Oliveira Matos	91139023187	Maria Oliveira Neves	06/04/1975	Couto Magalhaes	sn		centro
16636008491	Raissa conceição Pinto		Marines Conceição	12/09/1995	Floriano Peixoto	sn		centro
12494239674	Cileine Machado Miranda	77241738187	Maria Lucia Alves de Miranda	23/05/1974	Rua Cipriano Gualberto de Freitas	9		centro
16157788403	Erta Maria Pereira Costa Carrijo	1945049138	Valdenice Pereira da Costa	13/04/1982	Rua Cipriano Gualberto de Freitas	50		centro
16546470250	Videlina Candida dos Santos	52105180	Laudelina Candida dos Santos	09/07/1968	Avenida Senador João Vilas Boas	283		centro
16520708969	Luciene Maria da Silva	1892768194	Serafina Maria de Jesus	25/09/1966	Avenida Senador João Vilas Boas	sn		centro
1609178619	Adriele Oliveira de Sousa	4927410188	Iucimeire Souza de Oliveira	16/05/1994	Rua Nossa Senhora D'Abadia	486		centro
16594343611	Renata Faustino dos Santos	5924463109	Neuzita candida dos santos	16/06/1996	Rua Eptacio Pessoa	214		centro
20189103951	Raimunda do Nascimento Sousa	4999705354	Maria Ana do Nascimento	08/101991	Rua São João	sn		centro
16545975650	Paula Machado dos Santos	4262787125	Loraine Marques Machado	20/04/1990	Rua Nossa Senhora D'Abadia	780		centro
10749950274	Alceu Francisco da Silva	4262787125	Urbana Severina da Silva	28/07/1958	Rua 15 de Novembro	sn		centro
16196187407	Esmenia dos Santos Rocha	4518115180	Videlina Candida dos Santos	21/06/1987	Presidente Getulio Vargas	sn		centro
16594288440	Neuzita Cabdida dos Santos	71124993134	Laudelina Candida dos Santos	11/02 1981	Rua Joao de Barro	sn		joao de barro
16573928971	Tatiane Borbon Mendonça Figueiredo	6917841161	Lucia Borbon Mendonça	06/03/1996	Rua Julio Muller	782		joao de barro
1,61963E+12	Jessyca Santos Sousa	3270144156	Marasilva Maria Santos Sousa	21/08/1991	Rua Getulio Vargas	18		morar melhor
2,03335E+12	Beatriz Maria Santos Leite	5969801160	Valquiria Maria Santos	30/10/1997	Rua Getulio Vargas	22		morar melhor
1,66034E+12	Viviane Viera dos Santos	1697795137	Iraci Vieira dos Santos	14/11/1982	Rua Getulio Vargas	sn		morar melhor
1,6586E+12	Suelen Conceição dos Santos	4515160109	Maria Edalci Conceição dos Santos	14/12/1987	Colonia Couto Magalhaes	sn		colonia
11411916560	Cleide Batista Nery	15656372839	Juracy Batista Nery	26/01/1962	Santo Antonio	sn		centro
19034702041	Ana Cristina Rodrigues Vieira	3822452106	Otacilia Rodrigues Batista	26/12/1986	Rua Pedro Celestino	sn		centro
19011764598	Lucivaine Rodrigues Pereira	803515146	Adélia Rodrigues pereira	20/02/1979	Rua São João	sn		centro
17053383774	Idrosina Francisca da Silva Ceuz	25295489191	Urbana Severina da Silva Cruz	11/01/1965	Julio Muller	sn		centro
13550990315	Ozana Pereira Feitosa	22354832168	Videlina Maria de Jesus	28/08/1960	Rua D Pedro I	sn		centro
19032058811	Vinicius José Ribeiro	3760109160	Ione José Ribeiro	20/04/1989	Rua Couto Magalhães	571		centro
19045486787	Jaquelaine Rezende da Silva	5055511109	Sandra Rezende	24/04/1992	Colonia Couto Magalhães	sn		colonia

O Comitê Gestor do Programa Pro – Família após analise aprovou por unanimidade as listas das 30 (trinta) famílias que serão beneficiadas pelo Programa de acordo com os critérios estabelecidos e a legislação em vigo, Sem mais nada havendo a relatar eu Joana Darc Moreira Vasconcelos lavrei apresente ata que após lida e se achada conforme será assinada por mim e pelos presentes. Ribeirãozinho – MT , 05 de julho de 2017.

RESOLUÇÃO Nº 05/CMAS/2017

Súmula:

"Aprovar a Relação das Famílias incluídas no Programa Pró-Família do Município de Ribeirãozinho-MT e da outras providências "

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Ribeirãozinho – MT, de acordo com a Portaria nº 001/SMAS/2017, de 22/05/

2017, nomeado como Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, no uso de suas atribuições legais e das outras providências, em reunião extraordinária realizada aos cinco do mês de Julho do ano de 2017 .

RESOLVE:

Art 1º - “Aprovar a lista de 30(trinta)famílias beneficiárias de acordo com a elegibilidade referentes no artigo V da Lei 618/2017 de 27de junho de 2017do Município de Ribeirãozinho – MT.

Art- 2º - Relação Nominal das Famílias :

Nº	Nome
	Keite Rosa da Conceição
	Paula Oliveira de Souza
	Olivia Oliveira Lamounier
	Valdyrene Alves de Sousa
	Katia Margaret do Santos Rocha
	Ana Paula dos Santos Rocha
	Beibiane David Freitas
	Cristina Ferreira Pinheiro
	Laura Rodrigues da silva
	Vilma Fostina Lopes
	Liomar Rodrigues da Silva
	Rosania Sebastiana da Chaga
	Lazara Oliveira Matos
	Raissa conceição Pinto
	Cileine Machado Miranda
	Erta Maria Pereira Costa Carrijo
	Videlina Candida dos Santos
	Luciene Maria da Silva
	Adriele Oliveira de Sousa
	Renata Faustino dos Santos
	Raimunda do NascimentoSousa
	Paula Machado dos Santos
	Alceu Francisco da Silva
	Esmenia dos Santos Rocha
	Neuzita Cabdida dos Santos
	Tatiane Borbon Mendonça Figueiredo
	Jessyca Santos Sousa
	Beatriz Maria Santos Leite
	Viviane Viera dos Santos
	Suelen Conceição dos Santos

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra – se, Publica-se e Cumpra-se.

Ribeirãozinho - MT, 05 de Julho de 2017 .

Julia Cristina Ribeiro Andrade Reila Alves Teixeira

Presidenta do CMAS Presidente do Comitê Gestor Municipal Pro- Familia

PLANILHA RELAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Obs.: Os campos com asterisco são de preenchimento obrigatório													
NIS/MATRICULA*	NOME COMPLETO*	CPF*	NOME COMPLETO MAE	DATA DE NASCIMENTO	LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO	BAIRRO	CIDADE	UF	CEP	TELEFONE DE CONTATO USUARIO	REFERENCIA
16194416514	Keite Rosa da Conceição	3497014150	Divina Rosa da Conceição	01/10/1990	Rua Antonio João	20		morar melhor	Ribeirãozinho	MT	78613000		Familia
20667347423	Paula Oliveira de Souza	069.451.101-83	Antonia Silvade Oliveira	10/08/1996	Presidente Getulio Vargas	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996596728	Familia
16676510074	Olivia Oliveira Lamounier	033.494.861-42	Maria de Oliveira Neves	10/08/1980	Rua Antonio João	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996764394	Familia
16582846249	Valdyrene Alves de Sousa	729650103	Maria Nilva Alves de Sousa	05/08/1985	Rua Antonio João	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66-996120157	Familia
16196622162	Katia Margaret do Santos Rocha	6144073116	Videlina Candida dos Santos	14/11/1994	Rua Pedro Celestino	40		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66-999642784	Familia
21274614696	Ana Paula dos Santos Rocha	5519498130	Videlina Candida dos Santos	07/07/1991	Avenida Senador João Vilas Boas	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66-997269447	Familia
16095286970	Beibiane David Freitas	2251476105	Doracy Gulart de Freitas	25/10/1983	Rua Ciprinano Gualberto de Freitas	23		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66-999732669	Familia
16487654907	Cristina Ferreira Pinheiro	2019034158	Sirlei Ferreira	23/02/1983	Rua Ciprinano Gualberto de Freitas	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66-997138352	Familia
16370658155	Laura Rodrigues da silva	5137312215	Mariana Faustina de Jesus	29/11/1972	Antonio Joao	29		morar melhor	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996969952	Familia
16546487307	Vilma Fostina Lopes	997594110	Teresa Fostina Lopes	28/05/1975	Irene Goulart dos Santos	15		vilas das rosas	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996322108	Familia
16370720969	Liomar Rodrigues da Silva	5354176611	mariana faustina de Jesus	01/02/1973	Rua Getulio Vargas	16		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996816319	Familia
2,00362E+12	Rosania Sebastiana da Chaga	2112495135	Sebastiana Luisa de Jesus	17/01/1966	Rua Getulio Vargas	9		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999305092	Familia
16493013820	Lazara Oliveira Matos	91139023187	Maria Oliveira Neves	06/04/1975	Couto Magalhaes	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999034226	Familia
16636008491	Raissa conceição Pinto		Marines Conceição	12/09/1995	Floriano Peixoto	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999235112	Familia
12494239674	Cileine Machado Miranda	77241738187	Maria Lucia Alves de Miranda	23/05/1974	Rua Ciprinano Gualberto de Freitas	9		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66-996539847	Familia

16157788403	Erta Maria Pereira Costa Carrijo	1945049138	Valdenice Pereira da Costa	13/04/1982	Rua Cipriano Gualberto de Freitas	50		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66-99928271	Familia
16546470250	Videlina Candida dos Santos	52105180	Laudelina Candida dos Santos	09/07/1968	Avenida Senador João Vilas Boas	283		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999642785	Familia
16520708960	Luciene Maria da Silva	1892768194	Serafina Maria de Jesus	25/09/1966	Avenida Senador João Vilas Boas	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66-99996393	Familia
16091786190	Adriele Oliveira de Sousa	4927410188	Iucimeire Souza de Oliveira	16/05/1994	Rua Nossa Senhora D'Abadia	486		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000		Familia
16594343617	Renata Faustino dos Santos	5924463109	Neuzita candida dos santos	16/06/1996	Rua Eptacio Pessoa	214		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996753435	Familia
20189103951	Raimunda do Nascimento Sousa	4999705354	Maria Ana do Nascimento	08/101991	Rua São João	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999346085	Familia
16545975650	Paula Machado dos Santos	4262787125	Loraine Marques Machado	20/04/1990	Rua Nossa Senhora D'Abadia	780		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996294220	Familia
10749950274	Alceu Francisco da Silva	4262787125	Urbana Severina da Silva	28/07/1958	Rua 15 de Novembro	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000		Familia
16196187407	Esmenia dos Santos Rocha	4518115180	Videlina Candida dos Santos	21/06/1987	Presidente Getulio Vargas	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996655507	Familia
16594288440	Neuzita Cabdida dos Santos	71124993136	Laudelina Candida dos Santos	11/02 1981	Rua Joao de Barro	sn		joao de barro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999650594	Familia
16573928970	Tatiane Borbon Mendonça Figueiredo	6917841161	Lucia Borbon Mendonça	06/03/1996	Rua Julio Muller	782		joao de barro	Ribeirãozinho	MT	78613000	6699646354	Familia
1,61963E+12	Jessyca Santos Sousa	3270144156	Marasilva Maria Santos Sousa	21/08/1991	Rua Getulio Vargas	18		morar melhor	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999248962	Familia
2,03335E+12	Beatriz Maria Santos Leite	5969801160	Valquiria Maria Santos	30/10/1997	Rua Getulio Vargas	22		morar melhor	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996644095	Familia
1,66034E+12	Viviane Vieira dos Santos	1697795137	Iraci Vieira dos Santos	14/11/1982	Rua Getulio Vargas	sn		morar melhor	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999426037	Familia
1,6586E+12	Suelen Conceição dos Santos	4515160109	Maria Edalci Conceição dos Santos	14/12/1987	Colonia Couto Magalhaes	sn		colonia	Ribeirãozinho	MT	78613000	64999230371	
11411916560	Cleide Batista Nery	15656372839	Juracy Batista Nery	26/01/1962	Santo Antonio	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999066402	Assistente Social
19034702041	Ana Cristina Rodrigues Vieira	3822452106	Otacilia Rodrigues Batista	26/12/1986	Rua Pedro Celestino	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996675570	Agente comunitário
19011764598	Lucivaine Rodrigues Pereira	803515146	Adélia Rodrigues pereira	20/02/1979	Rua São João	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999720231	Agente comunitário
17053383774	Idrosina Francisca da Silva Ceuz	2529548919	Urbana Severina da Silva Cruz	11/01/1965	Julio Muller	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	6699661029	Agente comunitário
13550990316	Ozana Peleira Feitosa	2235483216	Videlina Maria de Jesus	28/08/1960	Rua D Pedro I	sn		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000	66999681149	Agente comunitário
19032058811	Vinicius José Ribeiro	3760109160	Ione José Ribeiro	20/04/1989	Rua Couto Magalhães	571		centro	Ribeirãozinho	MT	78613000		Agente comunitário
19045486787	Jaquelaine Rezende da Silva	5055511109	Sandra Rezende	24/04/1992	Colonia Couto Magalhães	sn		colonia	Ribeirãozinho	MT	78613000	66996766724	Agente comunitário

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2017

O **MUNICÍPIO DE RIO BRANCO MT** pessoa jurídica de direito público interno, Inscrito no CNPJ sob o nº 15.023.997/0001-72, com sede na Prefeitura Municipal situada á Av. Cerejeira nº 90, Bairro Fidelândia, neste ato representado por seu Prefeito Sr Antonio Xavier de Araújo, brasileiro, portador da Cédula de Identidade, nº 0700858 SSP/MT e do CPF nº 178.874. 611-20, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua Pedro Inocêncio de Araújo, s/n, centro, no final assinado, no contrato acima citado denominado CONTRATANTE, por este instrumento e motivado pela desnecessária prestação dos serviços pela contratada para o município de Rio Branco, prevista na Clausula Décima Primeira do instrumento contratual, a rescisão unilateral do contrato administrativo.

RESOLVE:

Art. 1°. Rescindir unilateralmente o Contrato Administrativo n° 021/2017 celebrado com a empresa R A TORRES – ME, pessoa jurídica de direito privado, com endereço à Avenida Carlos Bezerra – casa nº 539, bairro Parque das Américas, em Porto Esperidião – MT, inscrita no **CNPJ/MF sob nº. 10.606.640/0001-01**, neste ato representada por seu representante o Senhor Rogério Aleandro Torres, portador da Cédula de Identidade **RG nº** 14125021 SSP/MT, inscrito no **CPF/MF sob nº** 965.659.341-34, residente e domiciliado em Porto Esperidião, Estado do Mato Grosso, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, decorrente do resultado da licitação na modalidade **PREGÃO**

PRESENCIAL Nº 008/2017, que tem por objeto **"Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana, de forma mensal, os quais incluem os serviços de varrição de ruas, avenidas, praças, parques e outras áreas públicas; varrição de feiras e demais eventos públicos; lavagem e limpeza de ruas, passeios e demais logradouros públicos (praça e monumentos); corte de grama; capina, roçadas; limpeza de bueiros, bocas de lobos e córregos; poda e derrubada de árvores; roçada e raspagem de passeios, guias de meio fio, sarjetas, vias e logradouros públicos com pintura de guias e meios–fios; carregamento de entulhos, restos de podas e derrubadas vegetais para remoção; serviços de jardinagem e limpeza de canteiros públicos"**.

Art. 2º - Fica rescindido o contrato na data de 10 de julho do corrente ano de 2017.

Rio Branco MT 10 de julho de 2017.

Município de Rio Branco - MT

Antonio Xavier de Araújo

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS JUNHO – 2017

CONTRATO N°: 027/2017

CONTRATADO: **JOARI FERREIRA ORMOND**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: O **CONTRATADO** se compromete a prestar serviços de ensaios de sondagem de subleito das ruas serão asfaltadas e da jazida onde será retirado material para terraplanagem da mesma no município de Rio Branco – MT.

VIGÊNCIA: 12 de junho de 2017 a 31 de julho de 2017

VALOR: R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

CONTRATO N°: 029/2017

CONTRATADO: **G. L COMERCIO DE PEÇAS LTDA - EPP**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Contratação de empresa do ramo para execução de obras de PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM NAS RUAS do Município de Rio Branco; com fornecimento de material, mão de obra e maquinários, de acordo com Contrato Repasse nº 829720/2016/MCidades/Caixa

VIGÊNCIA: 23 de junho de 2017 à 31 de dezembro de 2017.

VALOR: R$ 305.422,24 (trezentos e cinco mil quatrocentos e vinte e dois reais e vinte e quatro centavos)

CONTRATO N°: 030/2017

CONTRATADO: FERNANDO PEREIRA DA ROCHA EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE HORAS DE MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO DE RIO BRANCO – MT

VIGÊNCIA: 29 de junho de 2017 a 28 de junho de 2018

VALOR: R$ 1.766,500 (hum milhão setecentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais)

CONTRATO N°: 031/2017

CONTRATADO: **G. L COMERCIO DE PEÇAS LTDA - EPP**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: O objeto do presente contrato é para prestação de serviços de pavimentação na Zona Urbana de Rio Branco – MT, na Rua Projetada, com extensão de 108 metros

VIGÊNCIA: 26 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017

VALOR: R$ 33.809,15 (trinta e três mil oitocentos e nove reais e quinze centavos)

CONTRATO N°: 032/2017

CONTRATADO: **M. L. DE ALENCAR CONSULTORIA – ME**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO – MT.

OBJETO: Prestação de serviço técnico especializado na área de administração pública, para realização de diagnóstico quanto às perspectivas de captação de recursos financeiros.

VIGÊNCIA: 29 de junho de 2017 a 31 de dezembro de 2017

VALOR:

Rio Branco – MT, 12 de julho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira Substituta nomeada através do Decreto nº 1.300/GAB/PMR de 06 de Abril de 2017, considerando a publicação efetuada no dia 12/07/2017 na página 115 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso na Edição de nº 2.769 do **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 017/2017, PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 047/2017**:

Resolve **RETIFICAR**, como segue:

Onde se Lê: O valor registrado da presente Ata é de R$ 41.377,00 (quarenta e sete mil e trezentos e setenta e sete reais);

Leia-se: O valor registrado da presente Ata é de R$ 41.377,00 (quarenta e um mil e trezentos e setenta e sete reais);

Rondolândia - MT, 12 de Julho de 2017.

Luciene Souza Santos

Pregoeira Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONTRATO

CONTRATO Nº 027/2017

OBJETO: Seleção de melhor proposta objetivando a contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços, sendo: **"ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS – PMAT",** junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

VALOR: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

CONTRATADA: R.M. DA SILVA JUNIOR & CIA LTDA-ME CNPJ: 10.587.479/0001-68.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

O Excelentíssimo Sr. Wemerson Adão Prata, Prefeito do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR o candidato abaixo, aprovado no Teste Seletivo Simplificado, homologado através do Edital nº 008/2015, de 11 de Dezembro de 2015, para dentro do prazo de 03 (três) dias uteis, apresentar todos os documentos relacionados no Item 9.4 do Edital do Teste Seletivo Simplificado nº 001/2015, junto a Secretaria Municipal de Administração, Setor

de Recursos Humanos. Para efetiva contratação temporária aos seguintes cargos:

CARGO: **MOTORISTA CAT.”D”**

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº RG	LOTAÇÃO
6º LUGAR	ELIFAZ LIMA DE ANDRADE	302472 SSP/MT	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Ressalvando os Exames laboratoriais que não ficarem prontos em tempo hábil, para apresentação na data supramencionada, o mesmo poderá ser apresentado em um prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, prazo esse não prorrogável.

Art. 3º O Candidato que por qualquer motivo não se apresentar para a contratação no prazo fixado neste edital perderá o direito a vaga, sendo convocado outro candidato aprovado, respeitado a ordem de classificação, conforme disposto no edital do processo seletivo simplificado nº 001/2015.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Salto do Céu-MT, 12 de Julho de 2017.

Wemerson Adão Prata

- Prefeito –

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE LEILÃO Nº 001/2017

OBJETO: O objeto do presente Leilão são bens móveis inservíveis de propriedade do Município de Salto do Céu/MT, sendo: veículo leve e máquina pesada, conforme descrito detalhadamente no anexo I deste Edital.

RESULTADO

A Prefeitura de Salto do Céu-MT, através da Presidenta da CPL, Sra. Maria Inês Pereira da Silva, torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que o **LEILÃO Nº 001/2017**, foi dado **DESERTO**.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 05 de Julho de 2017.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidenta da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO (DRH) Nº. 028B/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TEMPORÁRIO (DRH) Nº. 028B/2016

Pelo Presente termo a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT** com sede à Av. Principal, s/n, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº**. 04.178.517/0001-70**, neste ato representado pelo seu Excelentíssimo Prefeito Municipal, Sr. **MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, casado, portador do **RG nº. 0978393-8 SJ/MT** e do **CPF n. 921.471.271-91**, de agora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado, a Sra. **KAMILA SOUZA FERNANDES**, residente e domiciliado na Rua 17, s/n, Centro, Município de Santa Cruz do Xingu-MT, portadora do **RG Nº. 2035529-7 SSP/MT** e do **CPF n°. 042.598.631-42**, doravante denominado, **CONTRATADA** por tempo determinado, celebram o presente Termo Aditivo amparado pela Lei Municipal nº. 471/2016 no Art. 1 § 2° de 26 de abril de 2016 e será regido pelas clausulas seguintes.

CLAUSULA 1ª

O presente Termo aditivo altera a Clausula 2ª do **PRAZO DE VALIDADE** do referido contrato, ficando com a seguinte redação:

O presente contrato de Servidor Temporário terá prazo **PRORROGADO** de **11/07/2017** até **10/07/2018**.

CLAUSULA 2ª

Ficam ratificadas todas as demais clausulas do Contrato de Prestação de Serviços n° 028B/2016.

E, estando assim justos e acordados, assinam o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma, que vai assinada pelas partes contratantes e pelas testemunhas.

Santa Cruz do Xingu – MT, 11 de julho de 2017.

Marcos de Sá Fernandes da Silva Kamila Souza Fernandes

Prefeito Municipal Contratada

Contratante

TESTEMUNHAS:

1ª – Paulo Roberto da Cruz Pinto

Coordenador de Recursos Humanos

2ª – Ivete Carvalho Rempel

Séc. Municipal de Saúde

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ABERTURA DE LLCITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

TERMO DE PRORROGAÇÃO DA ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

O MUNICIPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT, por meio de seu pregoeiro, respeitando os princípios gerais de direito público, as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações), procedem, em nome desta Prefeitura e em defesa do interesse público, ***PRORROGAR A LICITAÇÃ*** na modalidade ***PREGÃO PRESENCIAL*** **Nº 011/2017, PROCESSO Nº 018/2017,** considerando o ponto facultativo do dia 14 de Julho de 2017, decretado pelo Prefeito Municipal e em razão de fato superveniente da Administração, impossibilitando assim, a abertura do certame licitatório na referida data. Fica marcada nova data para o dia 21 de Julho de 2017, sexta-feira no mesmo horário 9:00 Horas. Diante do exposto com base no princípio Administrativo da autotutela, para evitar possíveis prejuízos ao erário público ou a particulares, prorroga-se o presente processo Licitatório. Santa Cruz do Xingu-MT, 12 de Julho de 2017. Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0227/2017, DE 12 DE JULHO DE 2017.

PORTARIA Nº 0227/2017, DE 12 DE JULHO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE INSS AO SERVIDOR ADINAI TEREZIO DA CRUZ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a licença saúde INSS do servidor **ADINAI TEREZIO DA CRUZ** portador do RG nº: 0.753.790-5 SSP/MT e inscrito no CPF nº: 468.484.791-87, cargo de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretaria de Assistência Social sendo assim fica afastado no período de: 12/07/2017 a 09/09/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

SANTA RITA DO TRIVELATO, EM 12 DE JULHO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CANCELAMENTO DO AVISO DE LICITAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGAO PRESENCIAL NO 0036/2017 - SRP

CANCELAMENTO DO AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGAO PRESENCIAL No 0036/2017 - SRP

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, através de seu Pregoeiro(a) nomeada pela Portaria 207/2017 de 07/06/2017, torna público, nos autos do Processo de Licitação, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2017, CANCELAMENTO do Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº. 036/2017- SRP, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM nº. 2.766, Pag. 181, datado em 07/07/2017, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS SECRETARIAS JUNTO AO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO- MT**, devido alterações no conteúdo do Termo de Referencia, Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através do Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso AMM e do site http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br/

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min. e ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 12 de JULHO de 2017.

MARIA CILENE PEREIRA

PREGOEIRA OFICIAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2017

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 019/2017 DO PROCESSO SELETIVO 01/2017

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado no **PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2017**, realizado no dia 19/03/2017 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF da Mãe e do Pai

MONITOR DE CRECHE

NOME	CLAS
ELIANA DE ANDRADE DUNANTI	21º

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em 12 de Julho de 2017.

_____

_____

ALINE DE JESUS AZARIAS FERRON EGON HOEPERS

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº.001/2017

Ementa: Dispõe sobre Homologação das inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº.002/2017, e estabelece outras providências.

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2017, DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, OBSERVADO O QUE DISPÕE O EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO,

R E S O L V E,

Art. 1º Ficam homologas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado nº.002/2017, conforme Anexo I do presente edital.

Art. 2º O prazo para recurso da homologação das Inscrições de que trata o presente edital será de 48 hs (quarenta e oito horas).

Art. 3º Esteedital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Santo Afonso – MT, 12 de Julho de 2017.

ADRIANA DE ARAÚJO LEAL

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I

INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017

ASSISTENTE SOCIAL		
Nº Insc	**NOME**	**CPF**
01	Sirlei Nogueira Lopes	953.009.101-04
02	Wellyka Fabiane de Arruda Nascimento	031.208.951-13
03	Veracy Santos Ramos	377.915.321-15
04	Eunice Camargo Scarpatt	666.708.451-20
PSICÓLOGO		
Nº Insc	**NOME**	**CPF**
05	Graciela Lopes Daniel	006.242.701-65
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO-ÁREA 01		
Nº Insc	**NOME**	**CPF**
11	Jeane dos Santos Souza	021.208.251-57
12	Leiliane Silva Alves	027.928.631-70
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO-ÁREA 04		
Nº Insc	**NOME**	**CPF**
06	Mayara Priscila de Melo Oliveira	036.140.291-07
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - MICRO-ÁREA 06 (GLEBA UNIÃO)		
Nº Insc	**NOME**	**CPF**
07	Luzia Angelino da Silva	021.526.451-70
MICRO-ÁREA 08 (ASSENTAMENTO SÃO JOÃO)		
Nº Insc	**NOME**	**CPF**
08	Dionizia da Costa Bueno	615.965.821-20
09	Sandra de Jesus Silva	037.990.801-80
10	Elienay Beltrão da Silva	061.165.261-79

ADRIANA DE ARAÚJO LEAL

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** o candidato relacionado no anexo I deste Edital, aprovado no Processo Seletivo Público ACS nº 001/2017, realizado em 12/02/2017, tendo o resultado sido homologado em 17/04/2017, para comparecer na **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS desta Prefeitura, n**o prazo de **até 04 (quatro) dias úteis** nos horários de expediente (08h às 11h e 14h às 17h), munidos de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomarem posse em seus respectivos cargos.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munido dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 12 dias do mês de Julho de 2017.

MIGUEL BRUNETTA ***Prefeito Municipal***

ANEXO I

Nº	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS
01	GISELE BATISTA VIRGOLINA

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2017.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

Comprovante de Residência;

Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

Fotocópia legível da CNH se for o caso;

Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

Declaração de Bens;

Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

Não Registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes conta: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 1.343 de 23/08/2006 (trafico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal.

Outros documentos que a Administração julgar necessário;

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

Ato de homologação

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 126/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO 0669/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE - MT

OBJETO: Aquisição de Moveis e Equipamentos para Laboratório e Hospitalares.

Item	Especificação	Quant.	Und.	Valor Unit.
01	**DESFIBRILADOR CONVENCIONAL ESPECIFICAÇÕES GERAIS** Ø DIMENSÕES COM PÁS:44,5 CM (LARGURA); 24,5 CM (PROFUNDIDADE); 20,0 CM (ALTURA). Ø PESO: APARELHO - 3,90 KG, PÁS EXTERNAS - 0,85 KG. Ø BATERIA INTERNA: TIPO: NIMH, 14,4 VDC 4 A/H. Ø DURAÇÃO: BATERIA EM BOAS CONDIÇÕES COM CARGA PLENA - MÍNIMO DE 140 CHOQUES EM 360 JOULES OU MÍNIMO DE 200 CHOQUES EM 200 JOULES. TEMPO DE CARGA COMPLETA DA BATERIA (COMPLETAMENTE DESCARREGADA): 8 HORAS. Ø ARMAZENAMENTO DA BATERIA: O ARMAZENAMENTO DA BATERIA POR LONGOS PERÍODOS EM TEMPERATURAS ACIMA DE 35OC REDUZIRÁ SUA CAPACIDADE E VIDA ÚTIL. Ø CLASSIFICAÇÃO: EQUIPAMENTO ENERGIZADO INTERNAMENTE. TIPO CF. Ø MODO DE FUNCIONAMENTO: OPERAÇÃO FREQUENTE. **ESPECIFICAÇÕES AMBIENTAIS** Ø TEMPERATURA: OPERACIONAL - 0 A 50OC. ARMAZENAMENTO - 0 A 70OC. UMIDADE: OPERACIONAL - 10 A 95% RH, SEM CONDENSAÇÃO. ARMAZENAMENTO - 10 A 95% RH, SEM CONDENSAÇÃO. **DESFIBRILADOR** Ø DESFIBRILAÇÃO ADULTO/EXTERNA: ESCALAS - 5, 10, 15, 20, 30, 40, 50, 80, 100, 150, 200, 250, 300 E 360 JOULES. ENERGIA MÁXIMA LIMITADA A 50 J COM PÁS INTERNAS OU INFANTIS. Ø FORMA DE ONDA: EXPONENCIAL TRUNCADA BIFÁSICA. PARÂMETROS DE FORMA DE ONDA AJUSTADOS EM FUNÇÃO DA IMPEDÂNCIA DO PACIENTE. Ø APLICAÇÃO DE CHOQUE: POR MEIO DE PÁS (ADESIVAS) MULTIFUNCIONAIS OU PÁS DE DESFIBRILAÇÃO. Ø COMANDOS: TECLAS DE COMANDO: CARGA, APLICA, ANULA E SINCRONISMO, OPERANDO NA SEQUÊNCIA PADRÃO “1 – 2 – 3”, LOCALIZADAS NO PAINEL SUPERIOR DO EQUIPAMENTO. Ø CHAVE SELETORA: PERMITE LIGAR/ DESLIGAR O APARELHO, ASSIM COMO SELECIONAR AS ESCALAS DE ENERGIA E ACIONAR O MODO DE TESTE FUNCIONAL. Ø COMANDO DE CARGA: BOTÃO CARGA NO PAINEL FRONTAL. BOTÃO NAS PÁS EXTERNAS. Ø COMANDO DE CHOQUE: BOTÃO APLICA NO PAINEL FRONTAL. BOTÃO NAS PÁS EXTERNAS. Ø COMANDO DE ANULA: BOTÃO ANULA NO PAINEL FRONTAL. Ø COMANDO SINCRONIZADO: BOTÃO SINC NO PAINEL FRONTAL. Ø INDICADORES DE CARGA: SINAL SONORO DE EQUIPAMENTO CARREGANDO. SINAL SONORO DE CARGA COMPLETA. LED NAS PÁS	01	Un.	R$ 9. 800,00

	EXTERNAS E NÍVEL DE CARGA INDICADA NO DISPLAY. Ø TEMPO MÁXIMO DE CARGA: REDE E BATERIA < 6S. Ø TAMANHO DOS ELETRODOS: ADULTO: 10,3 CM X 8,5 CM. (ÁREA DE CONTATO: 81,9 CM2). INFANTIL: 4,5 CM X 4,0 CM. (ÁREA DE CONTATO: 18 CM2). Ø CARDIOVERSÃO:<60MS. Ø PÁS (OPÇÕES): ADULTO E INFANTIL EXTERNAS (INCLUSAS). ADULTO E INFANTIL INTERNAS: (OPCIONAIS). Ø TENSÃO DE SAÍDA MÁXIMA: 2000 V. Ø CORRENTE DE SAÍDA MÁXIMA: 80 A (25 OHMS). **DISPLAY** Ø INDICAÇÃO DE NÍVEL DE BATERIA: SIM. Ø TAMANHO: 99 MM X 19 MM. Ø TIPO: LCD ALFANUMÉRICO. **MARCA/MODELO: INSTRAMED**			

Valor R$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)

Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subsequentes e§ 1º, artigo 8º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, com redação dada pelo Decreto nº 4.343 de 23/08/2002, estando os preços de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Fornecedor Registrado Ata nº. 004/2017 – INSTRAMED INDÚSTRIA MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ-90.909.631/0001-10, Tel/Fax (51) 3073-8200, Endereço: Sito Beco José Paris, nº. 339, Bairro: Pavilhão 19, CEP: 91.140-310, Porto Alegre – RS.

Santo Antônio do Leste - MT, 12 de Julho de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 241/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE – MT TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 241/2017 DE 20/06/2017 CONFORME SEGUE:

PORTARIA Nº. 241/2017.

DE: 20 DE JUNHO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - NOMEIA membros do Conselho Municipal do FUNDEB do município de Santo Antonio do Leste – MT, conforme Lei Municipal de N° 565/2015 de 05 de novembro de 2015.

Artigo 2º - A Comissão citada no artigo anterior será composta dos seguintes:

-**Representante do Poder Executivo Municipal:**

Titular: Tereza Aparecida Vieira da Silva

Suplente: Paula Layslany Oliveira Delmon

-**Representante do Poder Executivo Municipal – Secretaria Municipal de Educação e Cultura:**

Titular: Kellis Cristina de Sousa Crecencio

Suplente: Meirielly Marques Figueiredo Baltazar

-Representante dos Professores das Escolas Publica Municipais:

Titular: Lucivania de Sousa Oliveira

Suplente: Rudinete Souza Ferreira de Paula

-Representante dos Diretores das Escolas Publica Municipais:

Titular: Cleiamar Maria Tafarel

Suplente: Nilson Barbosa da Silva

-Representante dos Servidores Técnicos-Administrativos das Escolas Publica:

Titular: Solange Aparecida Gomes de Melo Kruger

Suplente: Luci Tânia Aparecida Tafarel

-Representante dos Pais e Alunos das Escolas Publica Municipais:

Titulares: Daniela Regina Menegassi Amaral

Antônio Clodoaldo dos Santos Luiz

Suplentes: Cristiane Santos da Silva

Carmem Lucia Verginia da Silva dos Santos

-Representante dos Estudantes das Escolas Pública Municipal:

Titular: Daniela Miranda dos Santos

Suplente: Pedro Mateus Nogueira Bernardes Silvano

-Representante do Estudantes das Escolas Pública Municipal – Indicado pela Entidade de Estudantes Secundaristas:

Titular: Paulo Henrique Lopes Pereira

Suplente: Diones Ribeiros Bessa Souza

-Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Maria Elena Nunes

Suplente: Vitória Santos Faria

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 20 DE JUNHO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 305/2017.

DE: 11 DE JULHO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Designa a seguinte servidora como responsável pelo envio do Arquivo da Remessa da Folha de Pagamento Mensal, Inscrição e consulta de PASEP, consulta e envio de arquivo Consignado em Folha para conciliação das contas bancárias vinculadas da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

Paula Layslany Oliveira Delmon – Coordenadora de Recursos Humanos, brasileira, casada, servidora pública, portadora do RG nº2386877-5 SESP/MT, inscrita no CPF/MF nº 046.675.401-92, residente na Avenida São Paulo, S/N, Jardim Bem Viver, Santo Antônio do Leste, MT.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos á 03/07/2017.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 11 DE JULHO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

ATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2017

Ato de homologação

pregão ELETRÔNICO Nº **004/2017**

OBJETO: Registro de Preços Para Futura Aquisição de Gêneros Alimentícios Destinados a Merenda Escolar da Rede Pública Municipal de Ensino Recursos do PNAE. Não tendo havido qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o mercado, homologo o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Empresa:MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - CNPJ: 08.436.811/0001-41, com o valor total dos itens de R$ 87. 466,65 (oitenta e sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Santo Antônio do Leste - MT, 12 de Julho de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

- Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 004/2017

LICITAÇÃO DE PREGÃO eletrônico

Nº 004/2017

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

A equipe de apoio bem como o pregoeiro, nomeada pelo Portaria nº. 085/ 2017, de 02 de Janeiro de 2017, na conformidade do Art. 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei nº 8.883/94, adjudica os objetos licitados a **Empresa:MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - CNPJ: 08.436.811/0001-41, com o valor total dos itens de R$ 87.466,65 (oitenta e sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos).** Encaminho ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal para as providências cabíveis nos termos da Lei.

Santo Antonio do Leste - MT, 12 de Julho de 2017.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUZA

- Pregoeiro –

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 126/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO 0669/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE - MT

AVISO DEADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2017 DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 126/2016 PROCESSO ADMINISTRATIVO 0669/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE - MT

AVISO DE ADESÃO (CARONA) A ATA DE REGISTRO DE PREÇÕS PROCESSO Nº 048/2017/CPL/PP

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes, e o § 1º, artigo 8º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, com redação dada pelo Decreto nº 4.343 de 23/08/2002 a adesão a ata de registro de preços nº. 004/2017 do pregão Eletrônico nº. 126/2016 processo Administrativo nº. 0669/2016, da Prefeitura Municipal de Campo Verde - MT, com objeto: Aquisição de Moveis e Equipamentos para Laboratório e Hospitalares.

Item	Especificação	Quant.	Und.	Valor Unit.
01	**DESFIBRILADOR CONVENCIONAL ESPECIFICAÇÕES GERAIS** Ø DIMENSÕES COM PÁS:44,5 CM (LARGURA); 24,5 CM (PROFUNDIDADE); 20,0 CM (ALTURA). Ø PESO: APARELHO - 3,90 KG, PÁS EXTERNAS - 0,85 KG. Ø BATERIA INTERNA: TIPO: NIMH, 14,4 VDC 4 A/H. Ø DURAÇÃO: BATERIA EM BOAS CONDIÇÕES COM CARGA PLENA - MÍNIMO DE 140 CHOQUES EM 360 JOULES OU MÍNIMO DE 200 CHOQUES EM 200 JOULES. TEMPO DE CARGA COMPLETA DA BATERIA (COMPLETAMENTE DESCARREGADA): 8 HORAS. Ø ARMAZENAMENTO DA BATERIA: O ARMAZENAMENTO DA BATERIA POR LONGOS PERÍODOS EM TEMPERATURAS ACIMA DE 35OC REDUZIRÁ SUA CAPACIDADE E VIDA ÚTIL. Ø CLASSIFICAÇÃO: EQUIPAMENTO ENERGIZADO INTERNAMENTE. TIPO CF. Ø MODO DE FUNCIONAMENTO: OPERAÇÃO FREQUENTE. **ESPECIFICAÇÕES AMBIENTAIS** Ø TEMPERATURA: OPERACIONAL - 0 A 50OC. ARMAZENAMENTO - 0 A 70OC. UMIDADE: OPERACIONAL - 10 A 95% RH, SEM CONDENSAÇÃO. ARMAZENAMENTO - 10 A 95% RH, SEM CONDENSAÇÃO. **DESFIBRILADOR** Ø DESFIBRILAÇÃO ADULTO/EXTERNA: ESCALAS - 5, 10, 15, 20, 30, 40, 50, 80, 100, 150, 200, 250, 300 E 360 JOULES. ENERGIA MÁXIMA LIMITADA A 50 J COM PÁS INTERNAS OU INFANTIS. Ø FORMA DE ONDA: EXPONENCIAL TRUNCADA BIFÁSICA. PARÂMETROS DE FORMA DE ONDA AJUSTADOS EM FUNÇÃO DA IMPEDÂNCIA DO PACIENTE. Ø APLICAÇÃO DE CHOQUE: POR MEIO DE PÁS (ADESIVAS) MULTIFUNCIONAIS OU PÁS DE DESFIBRILAÇÃO. Ø COMANDOS: TECLAS DE COMANDO: CARGA, APLICA, ANULA E SINCRONISMO, OPERANDO NA SEQUÊNCIA PADRÃO “1 – 2 – 3”, LOCALIZADAS NO PAINEL SUPERIOR DO EQUIPAMENTO. Ø CHAVE SELETORA: PERMITE LIGAR/ DESLIGAR O APARELHO, ASSIM COMO SELECIONAR AS ESCALAS DE ENERGIA E ACIONAR O MODO DE TESTE FUNCIONAL. Ø COMANDO DE CARGA: BOTÃO CARGA NO PAINEL FRONTAL. BOTÃO NAS PÁS EXTERNAS. Ø COMANDO DE CHOQUE: BOTÃO APLICA NO PAINEL FRONTAL. BOTÃO NAS PÁS EXTERNAS. Ø COMANDO DE ANULA: BOTÃO ANULA NO PAINEL FRONTAL. Ø COMANDO SINCRONIZADO: BOTÃO SINC NO PAINEL FRONTAL. Ø INDICADORES DE CARGA: SINAL SONORO DE EQUIPAMENTO CARREGANDO. SINAL SONORO DE CARGA COMPLETA. LED NAS PÁS EXTERNAS E NÍVEL DE CARGA INDICADA NO DISPLAY. Ø TEMPO MÁXIMO DE CARGA: REDE E BATERIA < 6S. Ø TAMANHO DOS ELETRODOS: ADULTO: 10,3 CM X 8,5 CM. (ÁREA DE CONTATO: 81,9 CM2).	01	Un.	R$ 9. 800,00

	INFANTIL: 4,5 CM X 4,0 CM. (ÁREA DE CONTATO: 18 CM2). Ø CARDIOVERSÃO:<60MS. Ø PÁS (OPÇÕES): ADULTO E INFANTIL EXTERNAS (INCLUSAS). ADULTO E INFANTIL INTERNAS: (OPCIONAIS). Ø TENSÃO DE SAÍDA MÁXIMA: 2000 V. Ø CORRENTE DE SAÍDA MÁXIMA: 80 A (25 OHMS). **DISPLAY** Ø INDICAÇÃO DE NÍVEL DE BATERIA: SIM. Ø TAMANHO: 99 MM X 19 MM. Ø TIPO: LCD ALFANUMÉRICO. **MARCA/MODELO: INSTRAMED**			

Santo Antonio do Leste – MT, 12 de Julho de 2017.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 085/2017

De 02 de Janeiro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05 AO EDITAL DE ABERTURA - RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA AS INSCRIÇÕES, HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E DIVULGAÇÃO DO LOCAL DAS PROVAS

EDITAL COMPLEMENTAR N° 05 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

RESPOSTA AOS RECURSOS CONTRA A RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS

DIVULGAÇÃO DO LOCAL DAS PROVAS OBJETIVAS E REDAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O HORÁRIO DO COMPARECIMENTO DOS CANDIDATOS NO LOCAL DAS PROVAS

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017, instituída pela Portaria nº 145, de 23 de março de 2017, devidamente publicada no Diário Oficial do Município (Jornal da AMM), em 30/03/2017, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/, Edição nº 2.699 – ANO XII – Páginas 393-395, alterada pela Portaria nº 191, de 20 de abril de 2017, devidamente publicada no Diário Oficial do Município (Jornal da AMM), em 17/05/2017, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/, Edição nº 2.730 – ANO XII – Página 171, torna público o Edital Complementar nº 05, que tem por finalidade:

1. RESPONDER AOS RECURSOS apresentados contra a relação de candidatos inscritos, divulgada pelo Edital Complementar nº 4, de 07/07/2017, publicado no Diário Oficial do Município (Jornal da AMM), em 10/07/2017, no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/, Edição nº 2.767 – ANO XII – Páginas 229-264, em cumprimento ao cronograma previsto no anexo XVIII do Edital de Abertura.

1.1. O candidato **EURICO TORRES DE MELO**, Inscrição nº SEDE-296, apresentou recurso para alteração do local onde prestará os serviços, de "EDUCAÇÃO (SEDE)" para "EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Serra do Magalhães).

1.1.1. Da tempestividade e da forma de apresentação do recurso: Preliminarmente, informamos que o recurso é **tempestivo**, pois foi apresentado em 10/07/2017, e que o impetrante se utilizou do **formulário correto**, qual seja o Anexo XV do Edital de Abertura;

1.1.2. Da resposta ao recurso: O candidato efetuou a inscrição por intermédio de procuradora, que reside na localidade de Serra do Magalhães e trabalha na mesma localidade, como Agente Comunitária de Saúde. O candidato também reside na mesma localidade. Portanto, conclui-se que houve equívoco no ato do acolhimento da inscrição. Ante ao exposto, **deferimos** o recurso e alteramos o local (lotação) onde pretende prestar os serviços, qual seja, **EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Serra do Magalhães).**

1.2. O candidato **MARCELO DA CRUZ RODRIGUES** requereu inscrição no dia 03/07/2017 e não foi incluída no Edital Complementar nº 4.

1.2.1. Da tempestividade e da forma de apresentação do recurso: Preliminarmente, informamos que o recurso é **tempestivo**, pois foi apresentado em 11/07/2017, e que o impetrante se utilizou do **formulário correto**, qual seja o Anexo XV do Edital de Abertura, e também a inscrição foi apresentada tempestivamente, isto é, em 03/07/2017;

1.2.2. Da resposta ao recurso: O recurso foi **deferido**, e a inscrição foi incluída sob o número SEDE-439, para a função de GUARDA na ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE), e o candidato fará a prova na SEDE DO MUNICÍPIO.

2. DIVULGAR O LOCAL DE APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS e REDAÇÃO do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017, na forma do **Anexo Único**.

3. HOMOLOGAR AS INSCRIÇÕES, de acordo com as informações constantes no **Anexo Único.**

4. ALTERAR O ITEM 5.8.1 DO EDITAL DE ABERTURA, informando que **o candidato deverá comparecer ao local da prova com antecedência de, no mínimo, 1 (uma) hora**, passando o item 5.8.1 e seus subitens a ter a seguinte redação:

"5.8.1 O candidato deverá comparecer no local da aplicação das provas com antecedência de, no mínimo, 1 (uma) hora do horário especificado, trazendo:

5.8.1.1. Caneta esferográfica azul ou preta;

5.8.1.2. Cartão de Identificação/Comprovante de Inscrição;

5.8.1.3. Documento de identidade original em condições que permitam a identificação, com foto, ou seja:

5.8.1.3.1. Carteira de identidade, sendo aceitas carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Institutos de Identificação;

5.8.1.3.2. Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe que tenha força de documento de identificação;

5.8.1.3.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social;

5.8.1.3.4. Certificado de Reservista; ou

5.8.1.3.5. Carteira de Motorista nos moldes atuais."

5. CONFIRMAR A DATA E HORÁRIO DAS PROVAS, que serão aplicadas no dia 16 de julho de 2017, com início às 08h00min e término às 12h00min, horário oficial de Brasília.

São Félix do Araguaia – MT, 12 de julho de 2017.

THAYANE RAMOS BOTELHO

Presidente da Comissão Organizadora do

Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017

De Acordo:

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

==========

==========

ANEXO ÚNICO AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2017, EM ORDEM ALFABÉTICA ÚNICA, INFORMANDO O LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS E REDAÇÃO

NOME DO CANDIDATO	Nº DA INSCRIÇÃO	DATA DA INSCRIÇÃO	RG DO CANDIDATO	CPF DO CANDIDATO	DATA NASCIMENTO	FUNÇÃO DISPONÍVEL NO EDITAL	LOTAÇÃO DISPONÍVEL NO EDITAL	LOCAL EM QUE FARÁ A PROVA	SALA DA PROVA	PROVA DE TÍTULOS	PNE
ADÃO FERNANDES DE OLIVEIRA	SEDE-051	29/06/2017	1218115 SSPGO	208.648.171-34	20/09/1958	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ADAS KETLIN FERNANDES DA SILVA	SEDE-214	04/07/2017	26685159 SSP/MT	029.194.891-00	27/06/1996	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ADEMIR FARIAS DE OLIVEIRA	SEDE-044	29/06/2017	665612	178.284.901-78	24/01/1954	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ADRIANA DIVINA DE MATOS	PONT-028	04/07/2017	3954167 DGPC/GO	005.526.341-07	18/03/1982	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	SIM	NÃO
ADRIANA NUNES DE OLIVEIRA	SEDE-099	30/06/2017	2441618-5 SSP MT	049.810.511-31	01/06/1994	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ADRIANO ALVES DOS SANTOS	ESPI-011	30/06/2017	2439752-0 SSP/MT	704.539.111-02	06/08/1995	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede e Extensões)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ADRIELLY CARDOSO SILVA	SEDE-242	04/07/2017	20793308 SSP/MT	032.102.321-80	04/12/1992	ENFERMEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	SIM	NÃO
AERICA BEZERRA DA SILVA	SEDE-202	04/07/2017	1621532-0 SSP/MT	003.538.481-66	14/05/1987	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	SIM	NÃO
AGNALDO SILVA FROZ	SEDE-115	03/07/2017	032263742 0060 SESP MA	324.786.073-87	19/11/1969	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
AGUILEIS DA SILVA REZENDE	ESPI-084	05/07/2017	17002443 SSP/MT	011.723.691-86	05/01/1985	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
AGUINALDO OLIVEIRA SANTOS	SEDE-398	05/07/2017	13020200 SSP/MT	902.634.721-91	26/02/1982	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
AILLA SIANY ALVES CRISOSTOMO	SEDE-021	29/06/2017	24416584 SSP/MT	050.574.031-17	20/12/1994	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALCIENE ROCHA DE ASSIS	SEDE-223	04/07/2017	5803248 SSP/GO	756.520.721-72	08/08/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALCIMAR RODRIGUES LUZ	ESPI-005	30/06/2017	1674978-2 SSP/MT	021.756.241-88	28/03/1983	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nu-	NÃO	NÃO

							(ESPIGÃO-Sede)		nes - Sala 01		
ALCIONEIDE ORACIO DE SOUSA	ESPI-033	03/07/2017	14376784 SSP/MT	009.456.701-84	13/11/1981	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ALDENIRA ABREU DE SOUSA	ESPI-013	30/06/2017	21372926 SSP/MT	032.443.071-08	07/09/1986	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ALDERINA PEREIRA DA CRUZ	SEDE-069	30/06/2017	641244 SSPMT	395.631.541-34	27/03/1962	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (PA AZULONA/GAMELEIRA)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALDO GUIDA DA SILVA	ESPI-054	05/07/2017	288531 SEJSP/TO	804.210.241-00	26/06/1974	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	SIM	NÃO
ALESSANDRA DE SOUSA MARINHO	SEDE-297	04/07/2017	3314453-4 155718 SSP/GO	702.058.171-49	27/12/1974	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALESSANDRA DOS SANTOS ARCANJO	ESPI-025	03/07/2017	23852364 SEJSP/MT	045.575.501-93	19/04/1991	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ALEX SANDRA DE SOUSA SETUBA MILHOMEM	PONT-007	29/06/2017	4469667 DGPC/GO	992.378.571-87	26/06/1976	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALEXANDRE DA SILVA CUNHA	SEDE-388	05/07/2017	4065564 SSP/PA	870.638.162-68	13/06/1988	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALEXANY PEREIRA GUEDES	SEDE-156	03/07/2017	5134837 SSP/GO	022.330.061-60	25/01/1991	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALINE ARAUJO MOURA	SEDE-182	03/07/2017	2613635 SSP/DF	025.334.261-99	07/11/1988	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALINE BORGES DE ARAGAO	SEDE-011	29/06/2017	1108779041	012.504.231-04	26/09/1990	ENFERMEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALINE DE SOUZA LIMA	ESPI-003	30/06/2017	2184325-2 SSP/MT	696.349.981-00	17/04/1982	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ALIXANDRINA GOMES ARAUJO	PONT-054	05/07/2017	1800429-6 SSP/MT	023.742.161-52	28/09/1986	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALLINE D'PAULA ARAUJO DOS SANTOS	SEDE-035	29/06/2017	2432191-5 SSPMT	040.787.111-03	03/11/1996	CUIDADOR/ORIENTADOR SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALLINY BATISTA ALVES	SEDE-147	03/07/2017	6063041 SSPGO	032.579.261-54	08/01/1989	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALLINY TRINDADE DE ALMEIDA	SEDE-216	04/07/2017	5336202 SSP/PA	016.737.562-80	04/09/1991	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALUIZIO BANDEIRA E SILVA	SEDE-097	30/06/2017	351574 SSP MA	266.986.501-10	23/04/1956	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ALVINA PEREIRA DE MELO	SEDE-306	05/07/2017	13602489 SSP/MT	550.882.791-91	12/11/1967	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ANA CAROLINE DOS ANJOS PEREIRA LIMA	SEDE-087	30/06/2017	5871894 SSP GO	049.058.761-50	07/09/1993	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ANA DE FATIMA GUALBERTO MARTINS	SEDE-239	04/07/2017	1221567-8 SSP /MT	877.311.181-34	12/01/1975	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	SIM	NÃO

ANA LÚCIA NEVES BRAGA	SEDE-040	29/06/2017	1589817-2 SSPMT	008.246. 791-99	22/09/1989	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ANA PAULA BATISTA ARAUJO XERENTE	SEDE-091	30/06/2017	2917119-9 SSP MT	009.398. 581-93	01/09/1982	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ANA PAULA RODRIGUES DE SOUZA	SEDE-381	05/07/2017	18069100 SSP/MT	021.537. 481-94	26/07/1987	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ANA PAULA SILVA MORAIS	SEDE-390	05/07/2017	20375824	028.033. 171-17	05/06/1989	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 01	NÃO	NÃO
ANA REGINA DIAS REIS	SEDE-142	03/07/2017	5307953	604.584. 881-00	08/02/1975	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANAIDES PUGAS CIRIQUEIRA	SEDE-226	04/07/2017	862589 SSP/TO	029.371. 091-01	29/07/1989	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANANERE GOMES DA SILVA	ESPI-074	05/07/2017	17834520 SSP/MT	019.712. 791-61	18/02/1986	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ANDRE AGUIAR E SILVA	SEDE-326	05/07/2017	101586 SSP/TO	618.421. 411-04	19/07/1970	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (NOVA SUIÁ-Farandú)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANDRE JOSE DOS ANJOS	SEDE-062	30/06/2017	11543116 SSP/MT	851.254. 071-00	07/08/1979	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANDREA GOMES DA SILVA	ESPI-007	30/06/2017	1639436-4 SSP/MT	028.001. 621-20	15/06/1983	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ANDREIA ARAUJO ALVES	SEDE-282	04/07/2017	421760 SSP/TO	994.884. 341-04	30/11/1981	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANDREIA CRISTINA CIRQUEIRA BARBOSA	SEDE-015	29/06/2017	1.991. 917-4 - SSP/MT	028.033. 161-45	14/04/1990	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	SIM	NÃO
ANDREIA MEDEIROS DE SOUZA ROCHA	SEDE-187	03/07/2017	1.702. 351-3 SSP/MT	026.096. 981-86	25/01/1984	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANDREIA OLIVEIRA PINHEIRO MIRANDA	SEDE-407	05/07/2017	1134303-6 SSP/MT	791.292. 931-20	06/10/1975	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANDRIELE GOMES DA SILVA	ESPI-027	03/07/2017	25800027 SSP/MT	055.134. 241-26	05/09/1997	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ANE CAROLINE ALVES DA SILVA	SEDE-150	03/07/2017	24319872 SSP/MT	061.020. 991-41	10/07/1997	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANEMACTON DA COSTA BRANDÃO	SEDE-304	04/07/2017	689487 SSP/TO	003.560. 271-63	12/05/1983	ODONTÓLOGO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANNA KAROLINE SILVA SANTOS	SEDE-059	30/06/2017	2432155-9 SSP MT	062.921. 911-76	12/12/1997	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANTONIO ALENCASTRO MENEZES DE ARAUJO	SEDE-076	30/06/2017	369424 SSP/MT	317.888. 151-49	08/05/1963	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANTONIO EDUARDO DE SOUSA	SEDE-350	05/07/2017	0812166-4 SSP/MT	535.033. 761-00	22/06/1969	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ANTONIO LUIZ MACHADO DE ARAUJO	ESPI-071	05/07/2017	20193254 SSP/MT	032.137. 791-56	22/07/1989	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO

ANTONIO RODRIGUES DE SOUZA	SEDE-026	29/06/2017	6051175 SSP/GO	604.579.371-49	05/08/1975	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
APARECIDA ALMEIDA DOS SANTOS	PONT-031	04/07/2017	6253685 SSP/GO	058.329.151-19	01/10/1996	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (NOVA SUIÁ-Farandú)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ARACELLI RODRIGUES DE ARAUJO	SEDE-248	04/07/2017	375334397 SSP/SP	004.766.001-54	29/07/1983	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ARIALMY PEREIRA VANDERLEI	SEDE-066	30/06/2017	14528762 SSP MT	960.461.981-00	31/08/1983	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ARICELI OLIVEIRA GOMES	SEDE-181	03/07/2017	4623379 SSP/GO	722.532.661-91	23/08/1985	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ARIVALDO MAGALHAES DOS SANTOS	SEDE-193	03/07/2017	1963372 SSP/DF	495.969.501-34	15/06/1970	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ARLENE OLIVEIRA BRAGA	SEDE-292	04/07/2017	905077 SSP/MT	569.061.611-72	12/06/1977	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	SIM	NÃO
AROLDO MACIEL FONSECA	ESPI-006	30/06/2017	22469214 SSP/MT	037.858.731-58	03/10/1989	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ARQUIAS FERREIRA DOS SANTOS	SEDE-037	29/06/2017	02675544 SSP/ MT	581.956.531-20	26/04/1961	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
ARTHUR BRITO DOS SANTOS	SEDE-084	30/06/2017	1.940.126-4 SSP-MT	053.723.691-08	27/05/1993	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
AURENICE RIBEIRO CIRQUEIRA	SEDE-264	04/07/2017	4565660 SSP/GO	707.200.611-72	29/03/1979	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
AURINO BENTO DA ROCHA	SEDE-400	05/07/2017	0752680-6 SSP/MT	495.927.931-15	27/01/1967	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (PA AZULONA/GAMELEIRA)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
BARBARA MARIANA ALVES ABREU DE SOUZA	SEDE-311	05/07/2017	6153688 SSPGO	050.547.931-19	03/11/1994	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
BEATRIZ ABREU DOS SANTOS	SEDE-321	05/07/2017	2409160 SSP/MT	039.383.041-11	12/12/1991	FISIOTERAPEUTA	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
BELCHIANA CRUZ DOS REIS	SEDE-312	05/07/2017	17816378 SJSP/MT	022.392.671-00	20/06/1988	EDUCADOR SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
BENAIA ADORNO MASCARENHAS	PONT-004	29/06/2017	2403553-0 - SSP-MT	037.062.661-30	11/03/1990	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
BENILDES GOMES DA SILVA	SEDE-324	05/07/2017	2165441-7 SSP/MT	035.142.581-04	22/07/1991	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
BIANCA BOMFIM NUNES MONTEIRO	SEDE-047	29/06/2017	24321478 SSP/MT	058.744.231-09	15/04/1999	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 02	NÃO	NÃO
BIANCA PEREIRA DOS SANTOS	SEDE-234	04/07/2017	21017760 SSP/MT	035.754.301-79	30/09/1992	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
BILLY THOMPSON MENDES PACHECO	SEDE-429	05/07/2017	6578190 SSP/GO	060.944.561-81	02/03/1998	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
BIRIHOA IHYTYRIE KARAJA	SEDE-124	03/07/2017	1081788 SSP/TO	078.635.461-50	11/02/1999	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO

BONFIM AUGUSTO SILVA	SEDE-029	29/06/2017	2.016. 642-7 - SSP-MT	027.282. 021-09	12/08/1981	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
BRENA LETICIA DOS SANTOS BARBOSA	SEDE-432	05/07/2017	26508800 SSP/MT	057.203. 831-31	17/03/1996	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
BRENNO MARINHO CARVALHO	SEDE-261	04/07/2017	2561486-0 SSP/MT	039.639. 671-29	28/07/1998	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
BRUNA AQUINO AMARAL	SEDE-166	03/07/2017	5466977 SSP GO	039.458. 321-36	24/06/1991	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
BRUNA CANDIDA SILVA CAMELO OLIVEIRA	SEDE-322	05/07/2017	5086029 SSP/GO	031.336. 151-73	01/11/1989	ODONTÓLOGO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	SIM	NÃO
BRUNA MELO ROCHA	SEDE-308	05/07/2017	16540140 SSP/MT	005.593. 641-56	16/12/1985	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
BRUNO DA SILVA FERNANDES	SEDE-416	05/07/2017	995273 SSP/TO	029.370. 901-76	08/12/1994	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
BRUNO DE JESUS GOMES COSTA	PONT-030	04/07/2017	2786417-0 SSP/MT	062.374. 981-50	17/08/1998	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (NOVA SUIÁ-Farandú)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
BRUNO DE MELO ROCHA	SEDE-215	04/07/2017	1976143-0 SSP/MT	024.406. 341-90	01/02/1990	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CAIO DIAS REIS	SEDE-153	03/07/2017	24637718 SSP/MT	029.504. 971-52	10/08/1996	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CAIO TETSUO MIYAMOTO	SEDE-155	03/07/2017	53163336-6 SSP SP	022.062. 911-00	04/12/1992	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CAMILA FEITOZA DA LUZ	SEDE-164	03/07/2017	20368356 SSP/MT	018.576. 611-09	04/10/1986	ENFERMEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CARINE RAIMURA BATISTA ALVES	ESPI-070	05/07/2017	2.292. 353-5 - SSP/MT	031.241. 401-33	08/07/1991	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
CARLA DOS SANTOS SOUSA	SEDE-405	05/07/2017	21428581 SSP/MT	035.330. 791-20	23/01/1992	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CARLOS ALEXANDRE BRITO	SEDE-421	05/07/2017	43458 SSP/MT	592.058. 141-72	04/05/1971	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CARLOS HENRIQUE RODRIGUES GOES	SEDE-111	30/06/2017	21032000	072.635. 911-46	21/03/2000	MECÂNICO	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CARLOS MAGNO FERREIRA DA SILVA	SEDE-017	29/06/2017	14045400 SSP/MT	701.913. 361-49	03/12/1980	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CARLOS SANTANA MARQUES DIAS	SEDE-315	05/07/2017	11892170 SSPMT	581.975. 751-34	26/07/1972	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CASSIA DOS REIS FERREIRA	PONT-041	05/07/2017	6790709 DGPC/PA	015.128. 422-90	16/04/1993	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CASSIA GUIMARÃES AGUIAR	SEDE-092	30/06/2017	2100562-1 SSPMT	038.960. 541-71	13/07/1990	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CASSIA VIEIRA SANTANA	SEDE-227	04/07/2017	1508353-5 SSP/MT	987.567. 451-68	02/05/1980	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
CASSIO FERREIRA COSTA	SEDE-378	05/07/2017	25086839 SSP/MT	052.086. 681-90	20/08/1994	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO

CATARINE MARIA FIN CAJANGO	SEDE-265	04/07/2017	2463998-2 SE-JUSPMT	033.219. 841-30	23/09/1993	ENFER-MEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	SIM	NÃO
CELIO CE-CILIO SAN-TOS	SEDE-331	05/07/2017	14828677 SSP/MT	001.269. 681-10	08/03/1982	GUARDA	ASSISTÊN-CIA SOCI-AL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CHARLIA-NE PEREI-RA DA SIL-VA	ESPI-083	05/07/2017	22971351 SSP/MT	749.159. 591-04	29/10/1991	AGENTE DE COM-BATE AS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Al-berto Nu-nes - Sala 01	NÃO	NÃO
CÍCERO GASPAR GONZAGA	SEDE-016	29/06/2017	319516 SSPMT	282.457. 251-53	04/05/1960	MOTORIS-TA DE TRANS-PORTE ESCOLAR	EDUCA-ÇÃO (SE-DE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CILEIDE VIEIRA CAMPOS	SEDE-140	03/07/2017	441839 SSPMT	332.125. 031-49	17/03/1964	PROFES-SOR AUXI-LIAR DE TURMA	EDUCA-ÇÃO (SE-DE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CINTIA LI-MA OLI-VEIRA	SEDE-361	05/07/2017	21950008 SSP/MT	040.442. 141-58	26/12/1991	EDUCA-DOR SOCI-AL	ASSISTÊN-CIA SOCI-AL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CLAUDIA RODRI-GUES LO-PES BRI-TO	SEDE-286	04/07/2017	2707881 SSP/GO	777.685. 151-53	21/11/1971	PROFES-SOR NÍ-VEL SUPE-RIOR	EDUCA-ÇÃO (SE-DE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	SIM	NÃO
CLEIDES NUNES SILVA	SEDE-088	30/06/2017	18050034	020.283. 171-08	06/10/1979	AGENTE DE ADMI-NISTRA-ÇÃO PÚ-BLICA	ASSISTÊN-CIA SOCI-AL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 03	NÃO	NÃO
CLEIDIANA DOS SAN-TOS ARAUJO	SEDE-195	03/07/2017	17489087 SSP MG	114.791. 686-10	09/01/1989	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCA-ÇÃO (SE-DE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
CLEIDIANE MONTEI-RO DOS SANTOS	SEDE-136	03/07/2017	2350577-0 SSPMT	043.814. 051-61	21/08/1990	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCA-ÇÃO (SE-DE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
CLEIDI-MAR FER-REIRA CAMPOS	ESPI-069	05/07/2017	25355554 SEJSP/MT	050.858. 141-93	16/03/1996	PROFES-SOR NÍ-VEL MÉ-DIO	EDUCA-ÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Al-berto Nu-nes - Sala 01	NÃO	NÃO
CLEITIANE GUIMA-RÃES AGUIAR	SEDE-436	05/07/2017	2.100. 635-0 - SSP-MT	700.449. 271-00	04/01/1993	TÉCNICO EM EN-FERMA-GEM	SAÚDE (ÁREA RU-RAL/RO-TATIVO - SUBSTI-TUIÇÕES)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
CLESIO KAMINSKI	SEDE-133	03/07/2017	17218799 SSP/MT	030.627. 541-41	18/02/1988	GUARDA	ASSISTÊN-CIA SOCI-AL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
CLEYTON SOUZA PEREIRA	ESPI-076	05/07/2017	19844751	025.580. 141-61	02/12/1989	PROFES-SOR NÍ-VEL MÉ-DIO	EDUCA-ÇÃO (ESPIGÃO-Sede e Ex-tensões)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Al-berto Nu-nes - Sala 01	NÃO	NÃO
CRISTIA-NE MARIA DA SILVA	SEDE-128	03/07/2017	2535540-6 SSP/MT	743.661. 811-34	01/12/1985	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCA-ÇÃO (SÃO SEBASTIÃ O-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
CRISTINA RIBEIRO SANTOS	PONT-047	05/07/2017	4462662 DPCG/GO	014.503. 141-12	23/04/1982	TÉCNICO EM EN-FERMA-GEM	SAÚDE (TREVO DO MACA-CO)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DAIANE ARAUJO SANTANA	SEDE-428	05/07/2017	2431946-5 SSP/MT	033.550. 451-52	11/04/1993	PROFES-SOR AUXI-LIAR DE TURMA	EDUCA-ÇÃO (SE-DE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DALMA CAMELO DA SILVA	SEDE-112	03/07/2017	5424175 SSP/GO	032.389. 741-06	29/05/1990	ENFER-MEIRO	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DANIEL JEFFER-SON DE ARAGAO CUSTODIO	SEDE-213	04/07/2017	6538037 SSP/MT	120.629. 057-93	21/05/1988	GUARDA	ASSISTÊN-CIA SOCI-AL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DANIELA GOMES DE PADUA	SEDE-074	30/06/2017	001643456 SSP MS	018.540. 821-40	16/09/1990	ENFER-MEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DANIELA RODELLO	SEDE-418	05/07/2017	4579626 SSP/GO	935.869. 571-49	05/02/1980	APOIO-VIGIA	EDUCA-ÇÃO (SE-DE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DANIELY POMPEU GARCIA	SEDE-240	04/07/2017	24322091 SSP/MT	047.521. 831-02	14/05/1997	AGENTE ADMINIS-TRATIVO	ASSISTÊN-CIA SOCI-AL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DANUBIA CAVAL-CANTE DE NOVAES	SEDE-330	05/07/2017	094189277 8 SSP/BA	025.590. 965-95	02/06/1987	PSICÓLO-GO	ASSISTÊN-CIA SOCI-AL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO

DAVI ADORNO MASCARENHAS	PONT-043	05/07/2017	1928329-6 SSP/MT	956.580.501-97	02/02/1983	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE (PONTINÓPOLIS)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DAYANA GURJAO DOS SANTOS	ESPI-079	05/07/2017	181087 PTC /AP	000.467.082-51	08/10/1987	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
DAYANNE RODRIGUES DE MELO	SEDE-284	04/07/2017	1975467-1 SSP/MT	740.900.541-68	13/03/1993	FISIOTERAPEUTA	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DEBORA ALVES FARIAS	ESPI-014	30/06/2017	10231358 SSP/MT	550.232.581-49	12/07/1980	ENFERMEIRO	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	SIM	NÃO
DEBORA DE CASTRO LIBERATO	SEDE-180	03/07/2017	27490920 SSP/MT	058.365.871-75	27/07/1997	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DELMIRA RIBEIRO BRITO	PONT-008	29/06/2017	39656879-8 SSP/SP	375.701.288-77	01/04/1988	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DEMILSON SILVA SANTANA	SEDE-365	05/07/2017	26214652 SSP/MT	061.289.351-09	26/09/1997	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DENAIR NUNES BARBOSA OLIVEIRA	SEDE-374	05/07/2017	5582806 PCPA	939.875.282-49	18/02/1987	ENFERMEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DENILDE MARTINS DA COSTA	SEDE-262	04/07/2017	2108695-8 SEJSPMT	031.742.781-47	23/12/1989	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DENILZA JOSE DE MELO	SEDE-348	05/07/2017	2517767-2 SSP/MT	047.402.841-03	28/09/1992	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DENIZE MIRANDA SOUZA	SEDE-162	03/07/2017	333474 SSP/MT	474.751.611-53	24/03/1964	CUIDADOR/ORIENTADOR SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DEUMIRAN FERNANDES DE OLIVEIRA	SEDE-228	04/07/2017	4673937 SSP/GO	050.587.031-22	18/01/1983	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DEUSANILDES PEREIRA DA SILVA	PONT-013	30/06/2017	1501440 SSP/GO	484.633.531-34	11/09/1963	PROFESSOR NIVEL MEDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DEUZELIA ABREU BARBOSA REIS	SEDE-310	05/07/2017	0814493-1 SSP/MT	632.423.031-72	30/05/1971	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DEUZIMAR RODRIGUES COELHO	SEDE-217	04/07/2017	334052 SSP/MT	347.772.371-68	22/11/1964	PROFESSOR NIVEL MEDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Serra do Magalhães)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DEVANIR OLIVEIRA SILVA	SEDE-009	29/06/2017	6871791 2 VIA SSP PA	016.825.652-54	25/06/1996	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DIANA PAULA VIEIRA	PONT-026	04/07/2017	2791499-2 SSP/MT	050.693.901-47	16/04/1994	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DIANA SILVA SANTANA	SEDE-148	03/07/2017	16734793	042.962.291-09	26/08/1988	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	NÃO	NÃO
DINEIA ROSBACH CARDOSO	SEDE-392	05/07/2017	4591955 SSP/GO	715.926.441-04	19/04/1984	FISIOTERAPEUTA	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 04	SIM	NÃO
DIOGO DE SOUSA CARVALHO	ESPI-024	03/07/2017	4331930 DGPC/GO	934.380.521-72	21/08/1982	ODONTÓLOGO	SAÚDE (SEDE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
DIOGO RIBEIRO DA SILVA	SEDE-042	29/06/2017	19761562 SSP/MT	038.194.381-06	24/09/1986	PROFESSOR/INSTRUTOR DE MUSICA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
DIONES TORRES DA ROCHA	SEDE-179	03/07/2017	631.896 SSP/TO	936.322.152-00	16/07/1982	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
DOMINGAS LEAO DOS SANTOS	SEDE-070	30/06/2017	470592 SSP/MT	453.496.731-49	12/03/1967	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO

DORANEIDES RIBEIRO ARRUDA	SEDE-325	05/07/2017	19327749 SSP/MT	027.525.781-99	27/04/1988	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
DOUGLAS ANDRADES MILHOMEM	SEDE-394	05/07/2017	12751049 SJMT	921.079.311-00	27/08/1980	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
DOUGLAS DA SILVA CIRQUEIRA	SEDE-426	05/07/2017	2793537-0 SSP/MT	059.632.701-38	08/09/1995	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
DUANA VIANA RAMOS	SEDE-352	05/07/2017	5462429 SPTC/GO	034.699.121-81	15/04/1993	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ED CARLOS DE OLIVEIRA SOUSA	SEDE-276	04/07/2017	425149 SSP/TO	707.291.402-10	18/09/1981	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
EDIANE MELO VASCONCELOS	SEDE-080	30/06/2017	16496817	016.858.031-48	12/11/1987	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Carnaúba)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
EDILSON ALVES PARENTE	SEDE-107	30/06/2017	850776 SSPMT	557.508.001-30	22/09/1973	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
EDINALVA BRITO DOS SANTOS	PONT-024	04/07/2017	1666769-7 SSP/MT	002.436.111-96	01/03/1980	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE (TREVO DO MACACO)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
EDSON ABREU DA SILVA	SEDE-178	03/07/2017	1.681.984-5 SSP MT	006.943.541-39	03/07/1974	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
EDVAN ALVES LIMA	SEDE-146	03/07/2017	4454472 SSP/GO	702.598.871-53	25/03/1976	PROFESSOR/INSTRUTOR DE MUSICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
EDVANIA MENEZES FERREIRA	SEDE-359	05/07/2017	15769330 SSP/MT	720.967.211-72	29/05/1978	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ELEN RAYLA TEIXEIRA MEDEIROS	SEDE-177	03/07/2017	2885106-4 SESPMT	061.037.031-66	02/05/1997	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ELENIZE PAULA DE FIGUEIREDO VENANCIO	ESPI-004	30/06/2017	0.971.234-8 - SSP/MT	603.935.801-72	23/01/1975	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ELIANA DIAS MARINHO	SEDE-023	29/06/2017	599346 SSPMT	604.585.771-20	12/10/1975	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ELIANE BARROS DE SANTANA LIMA	ESPI-042	04/07/2017	18630170 SSP/MT	005.461.541-07	19/04/1981	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ELIANE DIAS DE FARIAS VAZ	SEDE-336	05/07/2017	11454741 SSP/MT	692.018.381-15	14/05/1977	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ELIANE PEREIRA DE CARVALHO	SEDE-333	05/07/2017	4561233 SSP/GO	001.706.251-92	23/11/1981	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ELIANE PEREIRA DIAS	ESPI-081	05/07/2017	23005807 SSP-MT	847.187.812-72	02/08/1982	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	NÃO	NÃO
ELIAS DE AQUINO SOUSA	SEDE-020	29/06/2017	4742690 SSPGO	010.125.071-14	13/07/1986	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ELIETH PEREIRA DOS SANTOS	SEDE-323	05/07/2017	1655973-8 SSP/MT	002.983.221-70	03/09/1986	MÉDICO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	SIM	NÃO
ELISÂNGELA PINTO ELIAS	PONT-051	05/07/2017	5580950 SSP/GO	044.922.761-81	13/10/1992	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ELIZABETE ALVES GAMA	SEDE-371	05/07/2017	10764291 SSP/ MT	893.739.101-59	02/04/1972	PSICÓLOGO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	SIM	NÃO
ELIZANGELA ALENCAR DE SOUSA	SEDE-211	04/07/2017	28778122-3 SSP/RJ	003.504.171-48	20/11/1982	EDUCADOR SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	SIM	NÃO

ELOISA MARTINS DA SILVA	ESPI-091	05/07/2017	16736214 SSP/MT	010.736. 491-30	13/06/1988	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 01	SIM	NÃO
ELZA ALVES TEIXEIRA	SEDE-414	05/07/2017	3732154 SSP/GO	720.967. 481-00	04/08/1975	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ELZA MONTEIRO DOS SANTOS	SEDE-114	03/07/2017	15099474 SSP/MT	995.277. 901-15	06/07/1981	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ELZA PEREIRA DE BRITO	ESPI-035	03/07/2017	144024 SEJSP/TO	837.286. 511-68	06/11/1975	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	SIM	NÃO
ERIANA ALVES DIAS	SEDE-109	30/06/2017	26678268 SSP/MT	061.022. 291-00	27/12/1997	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ÉRICA GERALDELI RABELO	PONT-003	29/06/2017	20604238 SSP/MT	028.832. 921-08	10/07/1991	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ERIKA PARO XAVIER	SEDE-327	05/07/2017	1650597-2 SSP/MT	010.523. 951-80	21/12/1986	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ERIKA SOUZA MORAIS	SEDE-430	05/07/2017	18089119 SSP/MT	022.347. 561-03	12/11/1988	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ERIQUELA NUNES DA SILVA	SEDE-152	03/07/2017	4563281 DGPCGO	000.125. 251-89	16/03/1981	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 05	NÃO	NÃO
ERONDINA FERREIRA COELHO	ESPI-023	03/07/2017	22486496 SSP/MT	550.685. 451-04	24/03/1972	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
ESMERALDINA LUZ LOPES BRITO	SEDE-250	04/07/2017	0541025-8 SSP/MT	545.866. 821-91	22/03/1968	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
ESTER ESTEVAM NUNES	ESPI-026	03/07/2017	25305719 SEJSP/MT	051.826. 491-26	18/05/1998	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
EURAIDES DIAS MONTEL WASCONCELOS	SEDE-119	03/07/2017	1821453-3	830.575. 791-91	14/03/1973	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Carnaúba)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
EURICO RODRIGUES ARAUJO JUNIOR	SEDE-104	30/06/2017	20790880 SSP/MT	040.068. 291-59	03/09/1990	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
EURICO TORRES DE MELO	SEDE-296	04/07/2017	803039 SSP/MT	513.956. 811-04	19/12/1970	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Serra do Magalhães)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
EVANEUSA FERNANDES SANTOS	SEDE-401	05/07/2017	30890365 SSP/MT	021.537. 221-28	30/11/1985	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
EVANIA DOS SANTOS ALMEIDA	ESPI-049	04/07/2017	19290390 SSP/MT	021.776. 451-74	24/09/1986	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
EVANY BARROS DOS SANTOS	PONT-055	05/07/2017	12130249 SJ/MT	879.408. 331-20	21/09/1975	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (PA AZULONA/GAMELEIRA)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
EVONETH RIBEIRO DE SOUZA	SEDE-298	04/07/2017	1415458-7 SSP/MT	911.094. 421-49	16/04/1978	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	SIM	NÃO
FABIANA MARTINS NUNES DE FARIA	PONT-038	04/07/2017	912212 SSP/TO	019.802. 331-60	27/02/1987	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	SIM	NÃO
FABIANO SANTOS DE CARVALHO	ESPI-090	05/07/2017	20124473 SSP/MT	034.986. 441-14	06/03/1989	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
FABIO JUNIOR CARVALHO	SEDE-299	04/07/2017	15700984 SSP/MT	720.999. 091-72	06/07/1982	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO

FATIMA REIS LOPES DOS SANTOS	SEDE-089	30/06/2017	1596231-8 SSP MT	007.137.361-60	06/01/1979	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (ESPIGÃO)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FERNANDO ELIAS COUTO DOS SANTOS	PONT-019	03/07/2017	17610699 SSP/MT	025.102.901-85	31/03/1986	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FERNANDO SOUZA LIMA	SEDE-053	29/06/2017	96082308 SSP BA	016.662.945-60	08/06/1981	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FLAVIA PEREIRA CAMPOS	SEDE-204	04/07/2017	2431989-9 SSP/MT	047.521.281-95	08/02/1995	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FLAVIANO MOTA AMERICO	SEDE-301	04/07/2017	16297377 SSP/MT	009.983.671-84	23/01/1987	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FLAVIO WANDO DE SOUZA	SEDE-125	03/07/2017	19937164 SSP/MT	029.690.641-70	26/02/1988	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FRAILAN PEREIRA DE NOVAES	SEDE-280	04/07/2017	13013901-78 SSP/BA	049.432.025-78	26/11/1987	MOTORISTA DE TRATOR	AGRICULTURA	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FRANCISCA ALVES DE CARVALHO	SEDE-278	04/07/2017	701531 SSP/MT	460.197.581-68	04/10/1968	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FRANCISCA SOUZA GUIMARAES	ESPI-086	05/07/2017	24088877 SEJSP/MT	046.093.761-80	14/11/1991	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
FRANCISCO GASPAR DA CONCEIÇAO	SEDE-173	03/07/2017	1003240	667.600.701-00	04/07/1973	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FRANK RAITNER SILVA BAILAO	SEDE-367	05/07/2017	21928339 SSP/MT	037.457.141-48	22/06/1989	MOTORISTA DE TRATOR	AGRICULTURA	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FRANKISLEI MARTINS DA SILVA	SEDE-149	03/07/2017	19364458 SSP MT	020.548.931-10	18/08/1988	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
FULVIO JACKSON BURJACK	SEDE-056	29/06/2017	4106809 SSP PB	012.984.384-97	18/09/1989	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
GABRIELI STEFANI DOS SANTOS RODRIGUES	ESPI-060	05/07/2017	CARTEIRA DE TRABALHO N 87443 SERIE 00027 MT	057.190.661-36	17/01/1999	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
GÁLDIA NÚBIA RIBEIRO	ESPI-063	05/07/2017	32763712 DGPC/GO	899.575.121-53	11/11/1969	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (ESPIGÃO)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
GEDERSON CIRQUEIRA COSTA	SEDE-210	04/07/2017	2692920-1 SSP/MT	051.697.861-66	15/12/1996	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
GEILDA ABREU DA SILVA	SEDE-038	29/06/2017	1205323 SSPRO	833.182.081-91	22/04/1979	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
GENILDO VIEIRA DE FRANÇA	ESPI-092	05/07/2017	504813 SP/MT	328.774.711-87	05/03/1966	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
GENILSON VIEIRA DE FRANÇA	SEDE-082	30/06/2017	2630775 SSPGO	545.882.511-04	27/01/1972	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
GEOVANIA RIBEIRO DOS SANTOS	SEDE-314	05/07/2017	2343677-8 SSP/MT	018.534.111-08	12/12/1992	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
GESSICA RODRIGUES FERRAZ	SEDE-219	04/07/2017	24321885 SSP/MT	054.815.161-01	02/02/1999	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO

GIANY ANDRADES MILHOMEM	SEDE-113	03/07/2017	16066600 SSP/ MT	006.513.491-50	26/05/1982	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
GILMAR PEREIRA DE SOUSA	ESPI-022	03/07/2017	972071 SSP/MT	837.922.951-72	29/12/1972	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
GIRLENE ABREU PIMENTEL	ESPI-046	04/07/2017	20295685 SSP/MT	027.696.101-39	29/11/1986	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede e Extensões)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
GIULLIAN TEIXEIRA DE OLIVEIRA	SEDE-168	03/07/2017	1263961 SSP TO	708.629.771-26	14/09/1997	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
GIVANILDO VIEIRA LUZ	SEDE-079	30/06/2017	1445397-5 SSPMT	003.809.591-27	26/01/1980	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 06	NÃO	NÃO
GLAYCE APARECIDA MENDES DA CRUZ	SEDE-008	29/06/2017	28452372	978.970.351-15	11/02/1984	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
GLEICIANE VIEIRA SANTANA MENEZES	SEDE-230	04/07/2017	1572080-2 SSP/MT	722.140.661-87	20/04/1982	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
HARIANA CRUZ DOS REIS	SEDE-293	04/07/2017	23858028 SSP/MT	049.948.021-06	20/06/1995	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
HELENA GOMES BRITO	SEDE-294	04/07/2017	14308495 SSP/MT	721.001.921-91	23/04/1980	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
HEREMAHIRU KARAJÁ	SEDE-270	04/07/2017	6615815 SSP/GO	038.340.381-21	09/04/1997	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
HEVERSON RODRIGUES CLARO	SEDE-307	05/07/2017	1645191-0 SSP/MT	066.675.729-16	21/12/1988	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
HITALLO DA SILVA NOGUEIRA	ESPI-045	04/07/2017	26409712 SEJSP/MT	057.802.161-77	07/03/1997	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
ICARO CARMO MORAIS	SEDE-395	05/07/2017	2442538-9 SSP/MT	023.860.081-50	09/09/1993	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IDETE MORGANA DOS SANTOS SILVA	SEDE-205	04/07/2017	2806718-5 SSP/MT	061.109.691-92	28/02/1997	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IJAHURI KARAJÁ	SEDE-347	05/07/2017	1082655 SSP/TO	061.030.191-84	04/04/1998	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IJANI KARAJA	SEDE-122	03/07/2017	22025847 SSP/MT	037.225.161-70	08/04/1987	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
ILDEFONCIO ROCHA DE JESUS	SEDE-397	05/07/2017	65103 TEM/MT	315.013.621-00	30/11/1962	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
ILMARA SOARES RABELO	SEDE-349	05/07/2017	5700349 SSP/GO	011.118.141-04	13/01/1985	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IONARA ABREU DA SILVA	SEDE-357	05/07/2017	1989042-7 SSP/MT	025.730.251-44	27/07/1985	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IONARA MIRANDA DE SOUSA BRITO	SEDE-159	03/07/2017	0313557 SSP/MT	866.775.941-49	15/12/1979	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IRACY RAINARA RODRIGUES MARTINS DIAS	SEDE-229	04/07/2017	2055379-0 SSP/MT	029.285.871-01	13/11/1997	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IRAILDES CURVINA ALVES	ESPI-048	04/07/2017	318293 SEJSP/TO	877.885.941-72	22/10/1978	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede e Extensões)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO

IRANEIDE FERREIRA DOS SANTOS LIMA	ESPI-018	03/07/2017	5.923.480 - SSP/GO	028.383.471-44	08/05/1989	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
IRANETE ALVES DA SILVA	SEDE-295	04/07/2017	2393584-7 SSP/MT	045.854.231-84	03/02/1995	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IRATAN SILVA CARMO	SEDE-225	04/07/2017	4252894 SSP/GO	842.793.461-00	19/04/1978	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
ISAMARA PEREIRA BARROS CARVALHO	SEDE-201	04/07/2017	1010906 SSP/TO	030.526.941-03	02/07/1994	ENFERMEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
ISAMARA SANTOS CARDOSO	ESPI-065	05/07/2017	044729062 0120 SSP/MA	072.030.133-59	25/06/1996	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
IVA ADORNO MASCARENHAS DE OLIVEIRA	PONT-042	05/07/2017	1201728 SSP/TO	548.007.491-15	21/07/1968	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	SIM	NÃO
IVANGIL PEREIRA SOARES	ESPI-002	30/06/2017	1.128.857-4 - SJ MT	875.855.531-53	11/02/1979	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
IVANIA FERREIRA COSTA	SEDE-420	05/07/2017	1634600-9 SSP/MT	015.402.071-02	23/06/1986	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	SIM	NÃO
IVONE PEREIRA SOUTO	SEDE-121	03/07/2017	09134611 SSP/MT	568.134.061-91	24/10/1971	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (ESPIGÃO)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IZABEL RODRIGUES DE BRITO	SEDE-196	03/07/2017	1154073-7 SSP MT	717.849.501-49	09/03/1971	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IZABEL SILVA SOUSA	SEDE-373	05/07/2017	1795617-0 SSP/MT	010.200.171-55	16/06/1985	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
IZABELLA MARQUES LUZ	SEDE-438	05/07/2017	2.230.235-2 - SSP-MT	016.303.991-75	29/04/1987	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
JACI PEREIRA AQUINO	SEDE-002	29/06/2017	11767294 SESP MT	495.925.301-06	23/01/1969	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
JACKELINE FEITOSA DE PAULA	ESPI-058	05/07/2017	24427209 SEJSP/MT	044.306.831-31	12/01/1992	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
JAILE DA PAZ SANTANA	SEDE-101	30/06/2017	5173961 SSP/GO	009.975.061-99	06/03/1984	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
JAILSON GOMES DOS SANTOS	PONT-011	29/06/2017	2393577-4 SSP/MT	045.871.561-16	30/10/1991	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
JAKELINNI SOARES DE SOUZA	SEDE-058	30/06/2017	2791495-0 SSP MT	059.134.261-85	09/03/1997	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Serra do Magalhães)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
JALDIVAN FERREIRA BARROS	SEDE-139	03/07/2017	12960497 SSP/MT	881.332.811-72	07/11/1977	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
JAMILE DA SILVA NOVAES DOURADO	SEDE-303	04/07/2017	1432136798 SSP/BA	058.346.405-08	22/01/1992	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 07	NÃO	NÃO
JANAINA OLIVEIRA DE SOUZA FELIX	SEDE-192	03/07/2017	1682848-8 SEJSPMT	022.147.371-89	10/10/1985	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JANAINA QUEIROZ DE MELO	SEDE-355	05/07/2017	25016474 SEJSP/MT	057.522.771-08	20/12/1992	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JARDILENE DE SOUSA	ESPI-078	05/07/2017	021113582 0020 SSP/MA	037.336.733-36	30/01/1989	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO

BARROS MOURA											
JARLENE CONCEICAO SANTOS	SEDE-393	05/07/2017	22405712 SSP/MT	031.197.981-50	15/08/1982	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JEFFERSON BARROS CARVALHO	SEDE-203	04/07/2017	1564556-8 SSP/MT	000.518.041-40	19/06/1984	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JERUSALEM PEREIRA DOS SANTOS	PONT-021	03/07/2017	902657 SSP/MT	495.920.411-72	10/12/1968	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	SIM	NÃO
JESIVAN SILVA BARROS	SEDE-012	29/06/2017	20480679	020.211.591-75	07/08/1985	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JESSICA DAVID DE OLIVEIRA LEMES	PONT-012	30/06/2017	5536699 SSP/GO	046.241.441-80	10/07/1991	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (NOVA SUIÁ-Farandú)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JESSYKA LIMA AMORIM	SEDE-049	29/06/2017	2868808-2 SSPMT	059.863.021-09	30/03/1997	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JHONATTAN PEREIRA DA SILVA	SEDE-411	05/07/2017	21424071 SSP/MT	016.873.921-61	12/09/1989	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JILSANIA LINS LIMA	SEDE-126	03/07/2017	1865509-2 SSP/MT	006.549.451-28	03/12/1994	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOANA GOMES DE SOUSA	PONT-010	29/06/2017	16330012001-0 SSPC/MA	019.229.381-81	10/12/1983	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOANA PEREIRA DE BRITO SANTOS	SEDE-385	05/07/2017	0334892-0 SSP/MT	702.574.691-68	09/09/1968	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOAO BATISTA RIBEIRO DIAS	SEDE-141	03/07/2017	12960438 SJ MT	867.700.391-68	15/10/1979	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOÃO EVANGELISTA BATISTA DE PAULA	ESPI-057	05/07/2017	2278615 SSP/GO	360.810.001-68	12/03/1968	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
JOAO LUCCAS DOS SANTOS COSTA	SEDE-245	04/07/2017	16662326 SSP/MT	015.821.181-24	06/08/1987	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOÃO MARAJA FERNANDES LIMA	SEDE-064	30/06/2017	2431910-4 SSP MT	060.911.021-76	26/03/1998	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOÃO NEVES GUEDES	SEDE-220	04/07/2017	924894 SSP/GO	514.237.311-15	16/02/1972	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOAO PAULO ARAUJO CASTRO	SEDE-003	29/06/2017	27822982	060.186.841-28	29/12/1997	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOAO PEREIRA DA SILVA NETO	SEDE-260	04/07/2017	14516624 SSP/MT	954.715.101-00	10/08/1976	MOTORISTA DE TRATOR	AGRICULTURA	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA NETO	SEDE-231	04/07/2017	1154191-1 SSP/MT	848.810.891-53	05/07/1978	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOBBYSON PHABBLO SIMON	SEDE-208	04/07/2017	26733935 SSP/MT	058.675.701-50	09/07/1998	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOELMA SOARES RODRIGUES AZEVEDO	SEDE-025	29/06/2017	2268686-0 SSP MT	009.655.561-07	30/01/1980	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JONAS BARROS VIANA FILHO	SEDE-083	30/06/2017	10518860 SSP/MT	759.306.921-49	26/03/1976	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO

JONEILDA FERREIRA FERNANDES DE ALENCAR	SEDE-360	05/07/2017	2527251-9 SSP/MT	031.481.321-73	16/07/1989	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JORGE GOMES DA SILVA	SEDE-380	05/07/2017	1761032-0 SSP-MT	937.335.691-72	17/07/1977	PINTOR	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JORGE LUIZ PEREIRA LEÃO	ESPI-031	03/07/2017	892818 SSP/MT	459.373.701-04	23/07/1967	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
JOSÉ ADALBERTO BARBOSA DA SILVA	SEDE-283	04/07/2017	17955513 SSPMT	900.181.171-04	17/12/1981	MECÂNICO	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOSE DIAS DA SILVA	ESPI-073	05/07/2017	2809407 SSP/GO	788.326.671-34	17/03/1966	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOSÉ JAIR DA SILVA BARROS	SEDE-065	30/06/2017	MG 2.011.369-4 - PC-MG	415.900.401-63	04/02/1967	PINTOR	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOSE LOPES DE FREITAS JUNIOR	SEDE-189	03/07/2017	1267204	058.259.741-21	02/05/1996	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOSE LUIS DE SOUSA CRUZ	SEDE-024	29/06/2017	24319902 SSP/MT	545.908.841-00	23/09/1971	MECÂNICO	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOSE LUIZ DE FREITAS	SEDE-424	05/07/2017	1830246-7 SSP/MT	024.846.591-05	12/05/1993	ODONTÓLOGO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 08	NÃO	NÃO
JOSÉ NILTON PEREIRA DO NASCIMENTO	SEDE-085	30/06/2017	5951138 SSPPA	002.177.092-14	08/12/1988	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
JOSEFA NILDA DA SILVA	ESPI-047	04/07/2017	2102868 SSP/AL	077.940.864-00	17/11/1984	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede e Extensões)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
JOSIANE APARECIDA MARQUES	ESPI-039	04/07/2017	5115450 SPTC/GO	021.471.581-78	10/07/1988	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
JOSIANE BARROS DE OLIVEIRA	SEDE-290	04/07/2017	5421997 SSP/GO	034.937.191-16	02/11/1988	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
JOSINA RIBEIRO DA SILVA	ESPI-043	04/07/2017	11566949 SSP/MT	917.527.601-15	17/06/1978	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
JOSLEY ALVES DA SILVA	SEDE-412	05/07/2017	15094146 SSP/MT	006.105.151-95	03/10/1983	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
JOVANE ARAUJO CAMPOS	SEDE-063	30/06/2017	785110 SSP/MT	513.916.431-00	10/02/1969	PINTOR	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
JOVENTINO PEREIRA DA SILVA	PONT-015	30/06/2017	3.572.867	791.398.091-53	10/06/1974	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
JOYCI MARTINS PINHEIRO	SEDE-041	29/06/2017	2.629.862-7 SSP-MT	056.159.101-60	30/08/1995	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
JOZANI DE SOUZA RAMOS	ESPI-062	05/07/2017	19989261 SSP/MT	030.672.251-80	26/07/1990	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	SAÚDE (SEDE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
JUCIMEIRE CURVINA ALVES BARBACENA	ESPI-052	04/07/2017	871003 SSP/TO	021.531.581-25	13/08/1984	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
JULIANA FERREIRA DO NASCIMENTO	SEDE-368	05/07/2017	1658894-0 SSP/MT	009.044.261-06	28/05/1986	PSICÓLOGO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	SIM	NÃO
JULIANA PEREIRA CORNELLAS	PONT-040	05/07/2017	6816881 DGPC/GO	006.565.481-18	05/12/1985	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
JUNIMAR ALVES DA COSTA MARINHO	SEDE-068	30/06/2017	24601950 SEJSP MT	048.288.381-20	20/09/1994	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO

JUNIOR SOUSA SILVA	PONT-036	04/07/2017	18538240 SSP/MT	019.249. 381-70	08/04/1987	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE (PONTINÓPOLIS)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KALAZAN VIEIRA E SOUZA	SEDE-423	05/07/2017	1539752-1 SSP/MT	958.134. 701-15	16/05/1985	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	SIM	NÃO
KALITA SOUZA SILVA	SEDE-184	03/07/2017	6947128 SSP GO	055.702. 021-29	27/08/1996	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KANARI KARAJÁ	SEDE-403	05/07/2017	847659 SSP/TO	064.223. 011-03	18/11/1997	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KARINE FERNANDES MATIAS	PONT-034	04/07/2017	1931127-3 SSP/MT	037.024. 891-00	08/10/1990	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KARINI PEREIRA DE SOUZA	ESPI-059	05/07/2017	5656463 SSP/GO	041.284. 851-10	07/04/1996	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 02	NÃO	NÃO
KAROLYNE DA SILVA KLEY	SEDE-263	04/07/2017	22569065 SSP/MT	039.079. 331-09	06/12/1991	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KATHIA DA SILVA CARMO MORAIS	SEDE-372	05/07/2017	1305045-1 SSP/MT	557.505. 831-04	02/06/1971	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KAYNAN LATTOHANYS PEREIRA SILVA	SEDE-415	05/07/2017	2937734-0 SSP/MT	044.836. 111-60	05/08/1998	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KELIA EDIANE SILVA SANTOS	ESPI-088	05/07/2017	17175836 SSP/MT	012.557. 431-23	08/01/1985	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
KELIANE GUIMARÃES SOUSA	SEDE-285	04/07/2017	2284944-0 SSPMT	704.377. 791-73	28/09/1997	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KELVER MATEUS TORRES AMORIM	SEDE-043	29/06/2017	23858125 SEJSP MT	047.520. 301-10	07/07/1997	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KERLLY KEAN DA CUNHA MORAIS	SEDE-138	03/07/2017	5758513	042.944. 801-57	18/08/1993	ENFERMEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KEYLLA ALVES GOMES NASCIMENTO	PONT-027	04/07/2017	1.923. 013-3 - SSP/MT	018.041. 291-43	06/11/1987	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KOHALUE KARAJÁ	SEDE-022	29/06/2017	2051046-5 SSP MT	029.637. 341-90	06/05/1988	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
KUMARI KARAJÁ	SEDE-279	04/07/2017	848098 SSPTO	038.340. 121-65	26/08/1990	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
LAIANE ALVES MARTINS	SEDE-046	29/06/2017	2727797-6 SSP MT	053.264. 531-69	24/01/1998	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
LARISSA ALVES MARTNS	SEDE-045	29/06/2017	25614878 SSP/MT	053.264. 651-75	24/01/1998	PSICÓLOGO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
LARISSA TIFANY SILVA BARROS	SEDE-320	05/07/2017	2432159-1 SSP/MT	034.795. 121-00	30/04/1996	CUIDADOR/ORIENTADOR SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
LAURA RENATA ARAUJO	SEDE-033	29/06/2017	1384940-9 SSPMT	979.958. 941-04	23/10/1979	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
LAYS ESTER MELO DE AZEVEDO	SEDE-402	05/07/2017	3077614-7 SSP/MT	060.997. 901-95	11/06/1999	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
LAYSANE ALVES PEREIRA	ESPI-050	04/07/2017	978298 SSP/TO	039.894. 891-78	13/09/1991	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
LAZARO SPALAZAN	SEDE-198	03/07/2017	6368847 SSP/GO	041.987. 911-04	04/02/1992	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO

MARTINS ARAUJO											
LEANDRO CAVALCANTE REIS	SEDE-077	30/06/2017	1649745-7 MT	721.000.601-04	25/01/1984	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 09	NÃO	NÃO
LEANDRO LEÃO DA SILVA	SEDE-399	05/07/2017	10258051 SJ/MT	628.107.231-68	25/12/1978	EDUCADOR SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LEANDRO TEIXEIRA DE SOUZA	SEDE-067	30/06/2017	17520100 SSP/MT	026.514.981-90	21/09/1984	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LEIA DA COSTA SOARES	PONT-017	30/06/2017	21760560 SSP/MT	036.007.021-30	17/03/1989	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LEIDIANE BARBOSA DA SILVA	SEDE-132	03/07/2017	1962422-0 SSP/MT	023.860.071-89	03/01/1989	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LEIRE REGINA DOS SANTOS SOUSA	ESPI-066	05/07/2017	13173472 SSP/MT	887.502.801-04	05/01/1979	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
LEOMAR RODRIGUES DE MORAES	SEDE-268	04/07/2017	1327559 SSP/GO	406.393.551-53	26/01/1961	CARPINTEIRO	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LEOMAR RODRIGUES ELIAS	PONT-052	05/07/2017	2195005-9 SSP/MT	036.750.591-62	21/01/1990	ENFERMEIRO	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LEONOR ALVES DOS SANTOS	SEDE-281	04/07/2017	1185111 SSP/TO	535.540.861-34	05/06/1974	EDUCADOR FÍSICO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LEONORA RIBEIRO DE AZEVEDO MACHADO	SEDE-170	03/07/2017	9490612	557.507.101-49	19/06/1957	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LEUDIMAR CANTUÁRIO SILVA	PONT-002	29/06/2017	2284799-5 SSP/MT	000.779.181-00	05/06/1980	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LEUZIENE REIS DA SILVA	PONT-009	29/06/2017	1790766-7 SSP/MT	005.773.331-78	19/12/1981	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LEYKA FERREIRA SANTOS	SEDE-102	30/06/2017	866230 SSP MT	545.893.801-10	24/11/1971	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	SIM	NÃO
LIANDRO OLIVEIRA ALVES	SEDE-254	04/07/2017	98259 MTEGO	925.864.491-34	25/11/1980	CARPINTEIRO	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LIDIA RODRIGUES DE SOUZA	SEDE-143	03/07/2017	4022585 SSP GO	979.531.801-20	25/11/1975	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LILIAN APARECIDA MENDES BARBOSA	SEDE-158	03/07/2017	4139603 DGPCGO	000.372.721-10	02/06/1982	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LILIAN DE JESUS ALVES	SEDE-244	04/07/2017	4106542 DGPC GO	882.233.021-87	17/12/1978	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LINDALVA BARBOSA DA SILVA	SEDE-060	30/06/2017	873.825 SSP-MT	513.939.561-49	16/04/1973	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LORENA JORDANIA MARTINS ARAUJO	SEDE-362	05/07/2017	22569049 SSP/MT	054.160.981-55	04/02/1992	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LOURENÇO LUZ DE ARAUJO	SEDE-030	29/06/2017	2029772-6 SSPMT	027.631.651-76	10/08/1986	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUANA HELLEN DIAS WASCONCELOS	SEDE-118	03/07/2017	19640536 SSP/MT	044.527.441-76	07/06/1991	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (NOVA SUIÇA-Rio Preto)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUANARA DIANNE ARAUJO LIMA	SEDE-232	04/07/2017	23233850 SSP/MT	026.104.061-85	15/10/1992	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO

LUCAS LIMA ARAUJO	SEDE-093	30/06/2017	16496990 SSP/MT	010.441.421-97	14/10/1986	CUIDADOR/ORIENTADOR SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUCAS MARQUES MOREIRA	SEDE-396	05/07/2017	50496353-3 SSP/SP		25/04/1995	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUCEIR MARIA PAIS	ESPI-089	05/07/2017	10160485 SJ/MT	630.022.051-68	20/07/1966	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
LUCELIA RIBEIRO FERREIRA	ESPI-017	03/07/2017	21756937 SSP/MT	032.165.901-51	28/02/1979	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
LUCIANA ALVES DOS SANTOS	SEDE-288	04/07/2017	23264756 SSP/MT	025.596.581-86	25/02/1991	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUCIANA APARECIDA GONÇALVES CAMPOS	SEDE-134	03/07/2017	1602291-2 SSP/MT	011.782.951-09	11/04/1985	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUCIANA DE MELO SILVA	SEDE-163	03/07/2017	17866650 SJSP MT	021.537.171-24	13/04/1983	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUCIANA GOMES DA SILVA	ESPI-053	05/07/2017	5680775 PC/PA	909.906.762-34	30/10/1986	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
LUCIANA MATOS BRANDÃO	ESPI-010	30/06/2017	2836678-6 SSP/MT	063.004.191-18	07/01/1997	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede e Extensões)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
LUCIANO LOPES DA LUZ	SEDE-391	05/07/2017	822273 SSPMT	317.953.741-87	06/09/1962	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUCIENE PEREIRA LIMA SANTOS	ESPI-044	04/07/2017	16804970 SSP/MT	016.980.131-40	02/07/1972	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
LUCILENE RODRIGUES PEREIRA	SEDE-337	05/07/2017	536414 SSP/MT	569.016.661-87	30/09/1974	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	SIM	NÃO
LUCINEIDE RIBEIRO DA SILVA	ESPI-034	03/07/2017	459865 SEJSP/TO	005.818.201-26	06/01/1982	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	SIM	NÃO
LUIZ FERNANDO LUZ MACIEL	SEDE-246	04/07/2017	18845908 SSP/MT	019.147.281-65	25/02/1988	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Serra do Magalhães)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUIZ MARCELO RODRIGUES DE SOUSA	SEDE-434	05/07/2017	541026 SSP/MT	317.954.041-91	24/02/1971	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUMA LORRANE DOS REIS CARVALHO	SEDE-356	05/07/2017	2385795-1 SSP/MT	049.867.751-62	25/10/1995	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Hilda Rocha - Sala 10	NÃO	NÃO
LUSIA BRASILINA DE MIRANDA	SEDE-050	29/06/2017	1475604 DGPC GO	327.004.741-04	22/05/1961	ENFERMEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	SIM	NÃO
LUZIA FREITAS DA SILVA	SEDE-273	04/07/2017	06580580 SSP/MT	317.923.241-20	12/03/1965	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
LUZIANA OLIVEIRA DA SILVA	PONT-033	04/07/2017	2172344-3 SSP/MT	021.536.761-85	13/08/1989	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
LUZIANE PINTO DA SILVA FERREIRA	ESPI-093	05/07/2017	049357022 0136 SSP/MA	067.476.603-23	15/03/1995	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
LUZIENE PEREIRA ARAUJO	SEDE-127	03/07/2017	16662598 SSP/MT	019.675.021-02	29/06/1980	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO

LUZIMAR PINHEIRO PINTO	SEDE-100	30/06/2017	902621 SSPMT	535.533. 491-15	15/05/1970	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
LUZIMEIRE RIBEIRO DE AMORIM	SEDE-425	05/07/2017	1154180-6 SSP/MT	807.522. 411-68	15/04/1977	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MAGDA APARECIDA ALVES	SEDE-305	05/07/2017	2228529 SSP/GO	320.699. 101-30	17/08/1963	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MAGDA DENISE FRANÇA SILVA	SEDE-376	05/07/2017	3023760-2 SESPMT	038.334. 441-77	15/09/1997	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MAGLENE FERREIRA DA SILVA	SEDE-161	03/07/2017	1660054-1 SE-JUSPMT	721.000. 441-68	01/12/1982	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MAIATT LIMA DA SILVA	PONT-023	03/07/2017	5292003 SPTC/GO	040.595. 461-19	23/08/1990	ENFERMEIRO	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MAILLON SARAIVA ARAUJO	SEDE-072	30/06/2017	2814324-8 SSPMT	060.993. 621-26	20/05/1997	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MAIZA RODRIGUES DOS SANTOS	SEDE-408	05/07/2017	22867287 SSP/MT	017.537. 052-40	14/07/1993	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MANOEL DIVINO DA PAZ SANTANA	SEDE-200	04/07/2017	16144198 SSP/MT	007.952. 791-40	06/03/1983	MOTORISTA DE TRATOR	AGRICULTURA	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MANUEL BOTELHO JUNIOR	SEDE-094	30/06/2017	3025485 SESPDS DF	027.566. 861-40	23/10/1995	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARA REGINA ARAUJO COELHO	SEDE-034	29/06/2017	576790461 SSP/SP	041.976. 391-04	27/05/1994	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARCELO DA CRUZ RODRIGUES	SEDE-439	03/07/2017	1.458. 151-5 - SEJUSP-MT	984.664. 701-82	26/11/1981	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARCIANO TXIBIE KARAJA	SEDE-247	04/07/2017	1761273-0 SSP/MT	604.614. 461-20	05/03/1971	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARCILENE CORREA NANTES	SEDE-335	05/07/2017	912366 SSP/MT	807.530. 781-04	15/02/1976	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MÁRCIO FERREIRA DOS SANTOS	PONT-016	30/06/2017	21026661 SSP/MT	020.557. 811-03	10/10/1987	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARCIO LINK ZANELLA	ESPI-028	03/07/2017	4991148 SSP/SC	039.123. 729-26	17/12/1982	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
MARCOS LUIZ DE JESUS SILVA	ESPI-019	03/07/2017	4629502 DGPC/GO	002.145. 951-70	16/08/1985	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARCUS VINICIOS CHRISTICHINI	SEDE-090	30/06/2017	16915810 SSP/MT	022.389. 921-62	21/10/1989	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARCUS VINICIUS AMORIM AIRES	SEDE-417	05/07/2017	5815553 SSP/GO	600.159. 772-34	05/09/1977	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA APARECIDA AGUIAR CRUZ	PONT-057	05/07/2017	0701511-9 SSP/MT	824.963. 311-34	18/01/1975	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA APARECIDA MOURA DA SILVA	SEDE-243	04/07/2017	165325 SSP/TO	852.967. 671-87	03/08/1978	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA APARECIDA PEREIRA NUNES	PONT-035	04/07/2017	2564462-9 SSP/MT	700.057. 471-20	01/02/1993	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA APARECIDA RIBEI-	SEDE-257	04/07/2017	21651850 SSP/MT	035.325. 461-40	04/01/1990	AGENTE COMUNITÁRIO DE	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO

RO DOS SANTOS MASCARENHAS						SAÚDE (ACS)					
MARIA BONFIM DA SILVA FERNANDES	SEDE-375	05/07/2017	25813560 SSP/MT	048.454.781-02	18/05/1993	AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA DA SILVA MUNIZ	SEDE-238	04/07/2017	1685852-2 SSP/MT	018.125.741-69	22/12/1977	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA DAS GRAÇAS REZENDE ALVES	SEDE-157	03/07/2017	1142976-3 SSP MT	513.951.261-00	29/11/1968	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA DAS GRAÇAS SOUSA SILVA	ESPI-037	04/07/2017	1271142-0 SEJSP/MT	883.960.961-04	26/09/1973	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
MARIA DE FATIMA FRANCISCO MELO	SEDE-160	03/07/2017	503299 SSP MT	332.122.871-87	31/05/1962	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA DE FATIMA PEREIRA SILVEIRA	PONT-039	05/07/2017	1415511-7 SSP/MT	830.689.021-34	30/04/1978	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (NOVA SUIÁ-Rio Preto)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA DE FATIMA SOUZA SILVA	SEDE-345	05/07/2017	14603632 SSP/MT	966.421.651-87	25/08/1976	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA DE LOURDES DE SOUZA FERREIRA	ESPI-012	30/06/2017	2435922 SSP/PA	235.209.302-34	11/02/1966	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
MARIA DE LURDES COELHO PINTO	SEDE-018	29/06/2017	1887301-4 SSP MT	019.811.781-71	22/03/1983	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA DO CARMO DOS ANJOS SOUZA	SEDE-144	03/07/2017	916076 SSPMT	805.000.801-00	25/11/1973	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA EUNICE PEREIRA DA SILVA	SEDE-013	29/06/2017	3729519 SSP GO	934.265.501-72	13/12/1976	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA FÁTIMA OLIVEIRA CARVALHO	ESPI-087	05/07/2017	792043 SSP/TO	008.025.181-17	26/10/1977	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
MARIA GERACI DE JESUS	SEDE-221	04/07/2017	2100779 SSP/GO	893.269.111-87	14/02/1961	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA INES DE JESUS ALVES	PONT-050	05/07/2017	2221850-5 SSP/MT	038.282.091-65	15/04/1993	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA JACY PEREIRA LIMA	SEDE-256	04/07/2017	269891 SSPMT	317.887.261-20	10/08/1954	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA JOSE FERREIRA ARAUJO	SEDE-235	04/07/2017	333744 SSP/MT	415.907.321-20	26/01/1966	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	SIM	NÃO
MARIA JOSE SILVA MONTEL	SEDE-169	03/07/2017	15047199 SSP/MT	569.027.001-68	31/05/1970	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 01	NÃO	NÃO
MARIA LETICIA FERNANDES BEZERRA SOUSA	SEDE-332	05/07/2017	3779166 DGPC/GO	495.931.291-20	31/03/1969	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MARIA LETICIA LIMA ARAUJO	SEDE-188	03/07/2017	1634539-8 SSPMT	015.882.841-07	23/06/1985	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MARIA RUBENITA COELHO DA LUZ	SEDE-413	05/07/2017	0470354-5 SSP/MT	332.126.191-04	03/10/1957	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	SIM	NÃO
MARIANA BRITTO SANTOS	SEDE-054	29/06/2017	4996717 SSP/GO	011.332.891-50	16/03/1986	PROFESSOR AUXI-	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO

						LIAR DE TURMA					
MARIELE PEREIRA LIMA	ESPI-080	05/07/2017	25799991 SEJSP/MT	055.151.451-51	19/12/1996	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
MARILZA LEÃO DA SILVA	SEDE-342	05/07/2017	269751 SSP/MT	326.971.201-49	28/10/1958	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MARINEIDE DA SILVA SANTOS	SEDE-369	05/07/2017	2048935-8 SSP/MT	028.056.961-07	17/09/1979	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MARINETE DOS SANTOS RODRIGUES	ESPI-061	05/07/2017	10764119 SSP/MT	004.003.611-16	23/11/1978	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
MARIO FERNANDO MARTINS ROCHA	SEDE-318	05/07/2017	1629657-5 SSP/MT	008.628.971-30	09/02/1986	CARPINTEIRO	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MARIUZA DA SILVA PARENTE	SEDE-358	05/07/2017	1189202-1 SSP/MT	837.487.091-53	07/05/1976	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MARLEUSA FERREIRA DA SILVA	ESPI-020	03/07/2017	5256634 SPTC/GO	592.011.851-20	19/07/1968	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
MARLI DELFINA DE JESUS CARVALHO	SEDE-435	05/07/2017	17435978 SSP/MT	555.295.851-91	01/10/1974	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (NOVA SUIÁ-Rio Preto)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MARQUES GENIVARDO DIAS ROCHA	SEDE-027	29/06/2017	7002659 SSPGO	723.039.481-34	04/05/1985	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MATEUS LIMA ARAUJO	SEDE-422	05/07/2017	21372713 SSP/MT	033.309.811-05	27/12/1991	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MATEUS PINHEIRO AGUIAR	SEDE-098	30/06/2017	24718602 SSP/MT	038.400.411-39	23/04/1995	PROFESSOR NÍVEL MEDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MATHEUS ERTHAL COSTA	SEDE-249	04/07/2017	5298763 SSPGO	061.048.441-97	15/12/1997	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MATHEUS GRANDI SOUSA	SEDE-253	04/07/2017	3023752-1 SSP/MT	031.420.161-04	24/10/1990	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MATTHEUS DIAS DE BRITO	SEDE-431	05/07/2017	25264648 SSP/MT	060.242.401-12	15/05/1996	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MAURO RIBEIRO ARAUJO	SEDE-277	04/07/2017	24426865 SEJSP MT	053.767.241-90	08/07/1992	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MAYANE ALVES DOS SANTOS	PONT-020	03/07/2017	2343639-5 SSP/MT	038.840.011-08	23/11/1994	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (NOVA SUIÁ-Farandú)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MICAELLE MARTINS DOS SANTOS	SEDE-309	05/07/2017	2432152-4 SSP/MT	700.144.361-16	15/08/1993	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
MICAELLEI QUETLEI MARTINS DA SILVA	SEDE-302	04/07/2017	23847042 SEJSP/MT	045.576.941-95	20/05/1993	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MIRELA LOPES DE SOUSA SANTOS	SEDE-251	04/07/2017	18596371 SSP/MT	017.468.151-83	18/12/1986	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MIRIAN ALVES SIMÃO	ESPI-040	04/07/2017	28452267 SEJSP/MT	066.299.691-70	21/06/1999	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
MIRIAN RIOS SILVA	ESPI-030	03/07/2017	7474923 PC/PA	031.224.372-36	29/07/1995	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO

MOACIR ALENCAR DE SOUSA	SEDE-218	04/07/2017	1384340-0 SSP/MT	708.157. 551-04	23/09/1981	ENFERMEIRO	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	SIM	NÃO
MONICA PEREIRA LUZ	SEDE-174	03/07/2017	24416150 SEJSPMT	047.521. 031-09	29/05/1995	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
MONIZE CORREIA REZENDE	SEDE-338	05/07/2017	20194510 SSP/MT	046.486. 671-58	12/08/1993	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
NADIA ALVES DA SILVA	ESPI-038	04/07/2017	23671343 SEJSP/MT	052.464. 491-81	28/05/1994	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
NADIRENE DA COSTA SILVA	SEDE-005	29/06/2017	2443283-0 SSP MT	007.657. 691-40	01/06/1985	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
NAOMÃ SILVA CARMO COSTA	SEDE-259	04/07/2017	2955413-6 SESPMT	042.895. 141-46	04/03/1997	PINTOR	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
NATALIA CRISTINA OLIVEIRA PACHECO	ESPI-064	05/07/2017	6527258 SSP/GO	062.239. 421-50	02/05/1997	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
NATANIA SOUSA RODRIGUES GUIDA	SEDE-224	04/07/2017	2443408-6 SSP/MT	700.144. 451-07	27/03/1993	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
NAYARA FREIRE SILVA	SEDE-071	30/06/2017	24434183 SEJSP MT	046.486. 661-86	04/10/1992	ODONTÓLOGO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	SIM	NÃO
NAYARA GONÇALVES CIRQUEIRA	SEDE-287	04/07/2017	2803626-3 SSP/MT	060.990. 101-06	27/01/1998	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
NAYRA KELY FERREIRA DA SILVA	ESPI-029	03/07/2017	24432750 SEJSP/MT	051.771. 401-99	18/04/1995	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
NEIRIVAN PEREIRA NOGUEIRA	ESPI-085	05/07/2017	4686031 DGPC/GO	004.134. 791-96	23/08/1979	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	NÃO	NÃO
NELIVANE ALVES DA CRUZ FLORINDO	PONT-018	03/07/2017	1785014-2 SSP/MT	015.287. 311-23	10/08/1986	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE (TREVO DO MACACO)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
NELLYKIN SOARES AMARAL	SEDE-343	05/07/2017	377624 SSP/RO	518.764. 422-04	27/04/1981	MÉDICO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	SIM	NÃO
NEONILIA COELHO FERREIRA	ESPI-055	05/07/2017	371217 SEJSP/TO	969.718. 271-04	05/06/1980	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 03	SIM	NÃO
NEUZA GOMES PEREIRA	ESPI-077	05/07/2017	22415530 SSP/MT	046.925. 071-28	25/06/1994	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
NEUZILON GOMES DE SOUZA	SEDE-096	30/06/2017	10584382 SSP/MT	569.039. 281-20	21/06/1972	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
NILDES LUZ MENEZES	SEDE-383	05/07/2017	701471 SSP/MT	317.955. 791-53	10/12/1961	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
NÚBIA DE LIMA FRANÇA	ESPI-068	05/07/2017	200403210 3011 SSP/CE	077.763. 474-00	21/10/1984	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
NURIA AIRES DE CASTRO	SEDE-316	05/07/2017	4702207 DGPC/GO	694.103. 561-72	09/05/1980	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
ORIBES SIMAO SOBRINHO	ESPI-032	03/07/2017	2228593 SSP/GO	380.756. 011-49	11/06/1965	MOTORISTA DE AMBULÂNCIA	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
ORLANDO LOPES ADORNO	SEDE-048	29/06/2017	04396316 SEJSP MT	615.434. 381-72	06/07/1970	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
ORTONGLEY COSTA DO	PONT-025	04/07/2017	37395122 DGPC/GO	863.994. 031-20	09/01/1977	MOTORISTA DE TRATOR	AGRICULTURA	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO

NASCIMENTO											
OSMAIR RODRIGUES ADORNO	SEDE-081	30/06/2017	2443285-7 SSP MT	041.134.431-57	06/09/1992	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
OSMARINA SARAIVA DOS SANTOS	SEDE-346	05/07/2017	3011860-3 SSP/MT	344.442.203-25	18/05/1961	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
PÂMELLA VALESKA RODRIGUES DIAS	SEDE-437	05/07/2017	4.918.844-2ª via - SSP-GO	006.264.801-24	06/10/1990	PSICÓLOGO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
PATRICIA GOMES PORTELA	ESPI-075	05/07/2017	20456310 SSP/MT	041.529.621-86	26/03/1992	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
PAULA KARINE DA COSTA SOARES	SEDE-341	05/07/2017	2284821-5 SSP/MT	032.974.241-84	16/04/1993	ENFERMEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
PAULO HENRIQUE REIS DA COSTA	SEDE-255	04/07/2017	24019984 SEJSP MT	046.889.211-79	16/12/1995	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
PAULO HENRIQUE SANTOS AGUIAR	PONT-044	05/07/2017	2622512-3 SSP/MT	028.336.981-78	02/11/1996	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 02	NÃO	NÃO
PAULO HERNANDES MORAIS DOS SANTOS	PONT-048	05/07/2017	14115883 SSP/MT	938.674.171-72	16/06/1981	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
PEDRO ALEX FERREIRA ECKERT	SEDE-197	03/07/2017	25177516 SSP/MT	049.217.831-36	25/11/1993	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
POLIANA JULIA FERREIRA RODOVANSKI	SEDE-095	30/06/2017	2234791-7 SSPMT	040.266.551-13	27/10/1992	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
POLIANA PEREIRA DOS SANTOS	ESPI-008	30/06/2017	28737024 SSP/MT	063.748.501-73	25/04/1995	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
POLIANA PEREIRA LOPES	SEDE-275	04/07/2017	4569104 DGPCGO	001.744.991-08	19/06/1984	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
POLIANA PEREIRA PINTO	SEDE-172	03/07/2017	2737221-9 SSP MT	061.225.561-14	12/12/1995	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
POLINE DA SILVA OLIVEIRA	PONT-014	30/06/2017	5414787 SPTC/GO	041.541.721-07	16/08/1992	ENFERMEIRO	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RAEUMA REIS LUZ	PONT-049	05/07/2017	2431999-6 SJ/MT	047.520.101-94	18/10/1993	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (PA AZULONA/GAMELEIRA)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RAFAEL VIEIRA DE SOUSA	SEDE-386	05/07/2017	19169566 SSP/MT	020.236.261-29	01/02/1990	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	SIM	NÃO
RAIMUNDA MARTINS AGUIAR	SEDE-031	29/06/2017	2920465 SSP/GO	451.680.321-68	02/02/1965	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RAIMUNDA NONATA BRITO DE MORAIS	PONT-056	04/07/2017	44589 SSP/TO	309.489.591-34	31/08/1964	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	SIM	NÃO
RAMANY OLIVEIRA TOLEDO	SEDE-028	29/06/2017	21113513 SSP/MT	386.009.988-40	13/08/1987	TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL	EDUCAÇÃO (NOVA SUIÁ-Farandú)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RAMON AMORIM CARMO	SEDE-236	04/07/2017	24660710 SEJSP MT	049.170.481-09	31/08/1996	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO

RAMON LUIZ GOMES PONTE	SEDE-366	05/07/2017	3641129 SSP/DF	015.572.071-60	11/02/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RAQUEL ALVES DA SILVA	SEDE-340	05/07/2017	28598989 SSP/MT	064.965.651-20	13/02/2000	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RAQUEL RODRIGUES MARTINS	SEDE-151	03/07/2017	2442587-7	980.719.041-04	15/07/1979	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RAQUEUMA REIS LUZ	PONT-053	05/07/2017	2060426-2 SSP/MT	042.138.271-60	29/07/1990	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (PA AZULONA/GAMELEIRA)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RAYSSA MOURA MONTEL	SEDE-183	03/07/2017	3069867-7 SSP/MT	029.663.671-13	07/09/1997	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RAYZA MARTINS AGUIAR	SEDE-032	29/06/2017	2526675-6 SSP MT	047.386.471-13	27/10/1997	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
REGINA CARVALHO DA SILVA	SEDE-222	04/07/2017	4151458 SSP/GO	001.579.251-02	30/08/1975	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
REINALDO GONÇALVES DA CRUZ	PONT-029	04/07/2017	387976-3 DGPC/GO	878.533.531-20	26/11/1977	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	SIM	NÃO
REJANE ALVES ARAUJO ESPANHOL	ESPI-015	03/07/2017	6737056-2 SSP/PR	697.292.631-91	09/04/1976	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	SIM	NÃO
REJANIA APARECIDA CAMARGO PEREIRA	ESPI-041	04/07/2017	1467548-0 SSP/MT	985.884.351-87	23/06/1981	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
RENATA GONÇALVES CIRQUEIRA	SEDE-289	04/07/2017	2385755-2 SSP/MT	049.974.211-70	24/07/1993	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RENATO FERREIRA DA SILVA	SEDE-404	05/07/2017	1286242-8	727.203.441-68	22/06/1979	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RENILDA DA CHAGAS	PONT-022	03/07/2017	1154095-8 SSP/MT	693.008.951-68	11/09/1980	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	SIM	NÃO
RENNE SPORL BOECK	SEDE-175	03/07/2017	16735846 SSP/MT	013.691.251-60	23/12/1988	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RHANE RODRIGUES CAMPOS	ESPI-051	04/07/2017	966725 SSP/MT	630.035.031-20	23/11/1973	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	SIM	NÃO
RICARDO BRAZ DE LIMA	SEDE-291	04/07/2017	15080048 SSP/MT	005.447.841-38	03/01/1982	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RICHAND THIERRE DA SILVA LUZ	SEDE-328	05/07/2017	23977990 SSP/MT	046.817.051-01	30/01/1999	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RICHARD RAMOS CRISPIM	SEDE-433	05/07/2017	4682135 DGPC/GO	727.603.386-49	15/02/1972	MÉDICO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	SIM	NÃO
ROBERTO ALVES ABREU	SEDE-199	04/07/2017	19311621	020.385.551-50	08/11/1983	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
ROBERTO AQUINO SILVA	SEDE-266	04/07/2017	1691545-3 SSP/MT	038.459.781-55	13/03/1989	PINTOR	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
ROGÉRIO ROSA DA SILVA	SEDE-154	03/07/2017	1845302-3 SSPMT	904.964.341-87	13/05/1980	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
ROMINA GUIMARAES CÂNDIDO	ESPI-021	03/07/2017	1186728-0 SSP/MT	837.100.861-91	13/01/1980	ENFERMEIRO	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO

RONIA CAMPOS DA SILVA	PONT-046	05/07/2017	845.596	034.172.091-70	09/12/1992	ENFERMEIRO	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	SIM	NÃO
RONICLEITON RIBEIRO MASCARENHAS	PONT-037	05/07/2017	2195003-2 SSP/MT	034.732.761-38	18/10/1989	MOTORISTA DE TRATOR	AGRICULTURA	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RONILDO COELHO DOS SANTOS	ESPI-056	05/07/2017	17714257 SSP/MT	021.526.371-51	04/08/1987	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
ROSANGELA RIBEIRO DE AMORIM	SEDE-319	05/07/2017	15560708 SSP/MT	000.845.091-98	08/11/1981	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
ROSIMEIRE ALVES BARBOSA	PONT-045	05/07/2017	1659125-9 SSP/MT	009.752.271-65	10/05/1981	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
ROSINIR FREITAS DA SILVA	SEDE-272	04/07/2017	1957545-9 SSPMT	010.200.161-83	15/10/1985	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
ROZILENE MARTINS DA TRINDADE	SEDE-300	04/07/2017	16615794 SSP/MT	001.206.521-88	05/09/1978	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RUDENILZA JOSE MELO	SEDE-086	30/06/2017	14002965 SSP/MT	926.201.401-53	08/01/1982	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
RUI ARAUJO SOUSA	SEDE-379	05/07/2017	1634557-6 SSPMT	979.795.541-91	13/05/1984	PROFESSOR/INSTRUTOR DE MÚSICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	NÃO	NÃO
SAFIRA MILHOMEM SILVA COSTA	SEDE-363	05/07/2017	2431892-2 SSP/MT	865.889.661-72	27/08/1977	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	SIM	NÃO
SÂMARA LOPES MACHADO	SEDE-267	04/07/2017	24433586	035.964.771-58	19/11/1993	ENFERMEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 03	SIM	NÃO
SAMUEL CARMO CAVALCANTE	SEDE-212	04/07/2017	26917297 SSP/MT	068.596.281-46	12/01/1997	FISCAL DE POSTURAS	FINANÇAS (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SAMUEL MARINHO SILVA	SEDE-329	05/07/2017	2431963-5 SSP/MT	047.519.911-16	08/08/1997	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SANATIELY BORGES SILVA	ESPI-001	30/06/2017	4.234.593 - DGPC/GO	002.179.771-46	02/12/1983	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
SANDRA ALVES DE MELO	SEDE-117	03/07/2017	11540540 SSP/MT	852.768.121-87	25/09/1976	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SANDRA MARIA DA SILVA GERONIMO	SEDE-019	29/06/2017	10877762	781.859.711-53	12/09/1959	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SANDRA REZENDE NEVES	ESPI-016	03/07/2017	3800068 DGPC/GO	424.238.131-04	23/04/1969	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (ESPIGÃO)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
SANDRA TORRES DOS SANTOS	SEDE-171	03/07/2017	2442586-9 SEJSPMT	615.444.001-44	07/02/1973	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SARA SILVA CRUZ COUTINHO	SEDE-131	03/07/2017	22921125	057.801.651-65	23/07/1994	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SARAH JOAMA FRAGOSO NOVAES	SEDE-334	05/07/2017	3672942 SSP/PB	092.878.084-81	01/05/1993	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	SIM	NÃO
SEBASTIANA MIRANDA SANTOS	SEDE-129	03/07/2017	19112904	020.875.031-25	10/12/1989	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SELMA DA SILVA	SEDE-271	04/07/2017	10360883 SSP/MT	550.851.301-97	11/07/1973	PROFESSOR AUXI-	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO

						LIAR DE TURMA					
SELMA GOMES DA SILVA SALES	SEDE-137	03/07/2017	3881316 SSP/GO	833.523. 761-15	08/11/1976	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SERGIO LUIS SALVADEGO JUNIOR	SEDE-207	04/07/2017	39600143-9 SSP/SP	019.928. 701-52	02/12/1992	ODONTÓLOGO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	SIM	NÃO
SHARLES CASSIO DIAS MORAIS	SEDE-389	05/07/2017	1005200 SSP/MT	604.587. 711-04	24/07/1976	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SHELBI SILVA MORAIS	SEDE-313	05/07/2017	14664636 SSP/MG	704.272. 591-34	02/03/1982	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SHEYLA KALLYANNY RODRIGUES MORAIS	SEDE-382	05/07/2017	2846571 SSP/PB	062.796. 824-47	06/09/1985	ENFERMEIRO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	SIM	NÃO
SIDIA ROCHA COSTA	SEDE-364	05/07/2017	1660001-0 SSP/MT	012.034. 431-96	11/10/1985	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	SIM	NÃO
SILMARA SOARES RABELO	SEDE-055	29/06/2017	2029741-6 SSPMT	028.505. 551-85	04/02/1987	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SILVANIA PEREIRA JAVAE	SEDE-191	03/07/2017	2749099-8 SSP/MT	904.378. 101-00	28/03/1978	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SILVIA FERNANDES MENDES DE SOUZA	SEDE-252	04/07/2017	1837364 SSPGO	545.867. 201-15	15/04/1967	COZINHEIRO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SILVIA HELENA MARTINS ROCHA	SEDE-057	29/06/2017	2025038-0 SSPMT	001.620. 551-02	27/04/1984	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SILVIO MARINHO COSTA	SEDE-269	04/07/2017	1638242-0 SESPMT	009.698. 801-03	02/12/1987	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SIMONE BRITO DE MATOS	SEDE-209	04/07/2017	761305 SSP/TO	749.105. 401-30	16/08/1986	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SOLANGE BARROS DE SANTANA	PONT-005	29/06/2017	905050 SSP/MT	569.060. 991-91	02/06/1975	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (ESPIGÃO)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	SIM	NÃO
SONIA DOS REIS PINTO MOTA	SEDE-317	05/07/2017	1142326-9 SSP/MT	817.265. 381-68	24/05/1975	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	SIM	NÃO
SONIA MARIA DE SOUZA	SEDE-237	04/07/2017	564858 SSP/MT	317.889. 981-20	17/11/1960	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SONIA MARIA MAGALHAES DOS SANTOS	SEDE-123	03/07/2017	583809066 SSP/SP	001.870. 911-70	19/12/1968	AGENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
STEFANIA DA SILVA AMORIM DIAS	SEDE-233	04/07/2017	6695948 SSP/GO	043.129. 031-82	28/02/1994	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
STELLA SAYURI MOREIRA MIYAMOTO	SEDE-007	29/06/2017	39144637-X SSP-SP	059.933. 831-86	26/08/1994	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
STEPHANNY RITA ALVES DE MELO RODRIGUES	SEDE-116	03/07/2017	22944290 SSP/MT	055.728. 711-17	01/04/1995	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
SUELI APARECIDA MADUREIRA DORO	ESPI-094	05/07/2017	000.592. 081 - SSP-MS	609.187. 641-49	07/11/1970	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	SIM	NÃO
SUELI KUTZ	ESPI-036	04/07/2017	373536653 SSP/SP	015.475. 789-63	28/02/1961	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (ESPIGÃO-Sede)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	SIM	NÃO
SUELY GOMES SILVA	SEDE-370	05/07/2017	13582240 SSP/MT	779.424. 691-15	09/11/1974	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO

SULEIA SEIXAS SOUZA	SEDE-206	04/07/2017	1562609-1 SSP/MT	005.017.761-33	08/04/1985	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
TAINAN REZENDE REINDEL	SEDE-419	05/07/2017	001653482 SSP/MS	030.558.751-09	22/04/1989	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
TAMARA CAVALCANTE NERES	SEDE-339	05/07/2017	2443327-6 SSP/MT	031.673.361-02	23/02/1994	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
TAMIRES DE SOUZA ARAUJO KAMINSKI	SEDE-135	03/07/2017	21831041	045.181.171-23	06/01/1992	PSICÓLOGO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
TANCREDO MAGALHAES DOS SANTOS	SEDE-036	29/06/2017	53183034 SSP/SP	019.147.971-32	06/04/1986	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
TANIA MARIA BARBOSA DA SILVA	SEDE-165	03/07/2017	0755033-2 SEJSPMT	535.377.771-91	09/11/1970	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
TELMA DA SILVA SIQUEIRA	SEDE-377	05/07/2017	1629677-0 SSP/MT	007.946.311-85	18/11/1984	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
TERESA TAVARES DOS SANTOS WASCONCELOS	SEDE-176	03/07/2017	14349582 SSP/MT	998.375.521-15	07/11/1972	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
TEREZINHA GONÇALES SOLA	ESPI-072	05/07/2017	41739274 SSP/PR	517.753.959-87	02/01/1965	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
TEREZINHA PORTELA DA SILVA	SEDE-006	29/06/2017	2322193	042.498.561-60	15/07/1979	APOIO-LIMPEZA e NUTRIÇÃO	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
THAIS REZENDE REINDEL COELHO	SEDE-406	05/07/2017	2050991-0 SSP/MT	021.537.571-85	31/05/1990	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
THANIA MARTINS SOUZA	SEDE-190	03/07/2017	1784971-3 SSP MT	015.271.541-06	16/08/1985	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 04	NÃO	NÃO
TIAGO SILVA PERES	SEDE-001	29/06/2017	22068775 SSP/MT	047.767.371-67	27/09/1993	ENFERMEIRO	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
UDERGELA DOS SANTOS SILVA	SEDE-344	05/07/2017	16298462 SSP/MT	001.215.651-57	29/01/1985	EDUCADOR SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
UILHIAN RENE JORGE DA SILVA	SEDE-010	29/06/2017	5595021 SSPGO	028.332.051-63	05/10/1988	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VALDECY ALVES TEIXEIRA	SEDE-014	29/06/2017	1140004-8 SSPMT	871.470.331-91	06/10/1976	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VALDEMIRO CARNEIRO DOS SANTOS	SEDE-103	30/06/2017	862251 SSPMT	535.538.291-68	14/04/1973	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VALDENISA PEREIRA COSTA LIMA	ESPI-082	05/07/2017	20273380 SSP/MT	021.011.091-07	02/07/1973	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
VALDOMIRO MARQUES ALVES	SEDE-130	03/07/2017	1154223-3 SSP MT	005.713.451-07	10/11/1981	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (SÃO SEBASTIÃO-Carnaúba)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VALERIA BARBOSA AZEVEDO	SEDE-110	30/06/2017	780855 SSP TO	015.639.901-64	01/10/1985	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VALERIO DIAS DA COSTA	SEDE-241	04/07/2017	1558667-7 SSP/MT	721.000.281-20	17/10/1983	PINTOR	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VALERU DYRIWA KARAJA	SEDE-145	03/07/2017	848469 2ª VIA SSP TO	058.835.761-84	14/09/1993	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VALMIR LOPES DA SILVA	SEDE-387	05/07/2017	503283 SSPMT	545.882.601-97	22/11/1965	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VALMIR RODRI-	ESPI-067	05/07/2017	4043143 DGPC/GO	303.659.101-04	16/02/1962	MOTORISTA DE	EDUCAÇÃO	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nu-	NÃO	NÃO

GUES NUNES						TRANSPORTE ESCOLAR	(ESPIGÃO-Sede)		nes - Sala 04		
VALMIRA MENDES RODRIGUES	SEDE-052	29/06/2017	4421149 SSP/GO	007.360.331-73	08/11/1985	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VALQUIRIA ALVES MARTINS	SEDE-039	29/06/2017	1235825-8 SSP/MT	698.895.381-72	17/06/1973	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VANDA BRITO DOS SANTOS	SEDE-185	03/07/2017	0977614-1 SSP/MT	615.445.151-20	13/06/1973	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VANDA DA SILVA CARDOSO	PONT-001	29/06/2017	3939631 DGPC/GO	847.889.681-34	01/09/1976	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede e Extensões)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VANESSA DIAS DE MELO	SEDE-120	03/07/2017	26930420 SSP/MT	055.985.711-02	16/05/1999	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VANILDA FERREIRA NUNIS MEDEIROS	PONT-006	29/06/2017	4319940 SSP/GO	927.714.591-91	30/10/1975	PROFESSOR NÍVEL MÉDIO	EDUCAÇÃO (PONTINÓPOLIS-Sede)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VANUSA WASCONCELOS	SEDE-004	29/06/2017	16367774	806.122.451-87	16/04/1969	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VILNEI FELIX CORREA	SEDE-061	30/06/2017	1129335-7 SSP/MT	245.945.630-15	01/03/1958	MOTORISTA DE TRATOR	AGRICULTURA	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VINICIUS GUIMARAES AQUINO	SEDE-410	05/07/2017	2118473-9 SSP/MT	030.578.181-29	18/06/1989	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VIVIANE BARROS DOS SANTOS	SEDE-409	05/07/2017	3996174 SSP/GO	705.011.901-63	03/08/1974	ASSISTENTE SOCIAL	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	SIM	NÃO
VIVIANE HENKE	SEDE-167	03/07/2017	0872820-8 SSPMT	535.562.671-87	10/03/1971	PROFESSOR/INSTRUTOR DE MUSICA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VLADIMIR MENDES CHAVEIRO	PONT-032	04/07/2017	1871608-9 76210 SSP/GO	556.908.311-15	13/09/1968	MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO (NOVA SUIÁ-Mãe Maria)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VOGLEIDE CARDOSO	SEDE-194	03/07/2017	37084424-5 SSP/SP	318.160.738-06	10/12/1982	PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
VONEIS PEREIRA DE SOUZA	SEDE-105	30/06/2017	25182050 SSP/MT	047.324.751-83	15/02/1993	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
WAIHORE KARAJÁ	SEDE-353	05/07/2017	847602 SSP/TO	083.884.941-55	05/05/1995	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
WAIRAMA ISARIRE KARAJA	SEDE-258	04/07/2017	847713 SSP/TO	038.339.591-77	04/08/1995	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS)	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
WALQUE DE SOUSA LOPES	SEDE-351	05/07/2017	14349736 SSP/MT	948.475.171-72	04/10/1980	PINTOR	OBRAS	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
WARLUCE BRITO DOS SANTOS	SEDE-186	03/07/2017	12389544 SSP/MT	699.113.801-06	02/12/1980	PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
WELITON SANTOS DA SILVA	ESPI-009	30/06/2017	25313169 SJSP/MT	054.866.261-42	25/10/1992	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	ESPIGÃO DO LESTE	Escola Alberto Nunes - Sala 04	NÃO	NÃO
WELMA LEITE DA COSTA	SEDE-427	05/07/2017	16312589 SSP/MT	015.124.091-46	06/11/1985	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
WENDERSON MOREIRA SILVA	SEDE-354	05/07/2017	15521036	969.461.801-00	22/01/1984	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
WEREA WASSABEDU KARAJA	SEDE-274	04/07/2017	1082163 SSP/TO	038.339.371-06	04/11/1995	APOIO-VIGIA	EDUCAÇÃO (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO

WEUDIS LUZ MENEZES	SEDE-384	05/07/2017	3852380 SSDCPB	967.308.461-00	04/01/1984	AGENTE ADMINISTRATIVO	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
YARA FERREIRA DA SILVA	SEDE-106	30/06/2017	26254298 SSP/MT	017.740.091-96	13/08/1985	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS (ACE)	SAÚDE (ESPIGÃO DO LESTE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
YRON SILVA SETUBA	SEDE-073	30/06/2017	24319295 SSP/MT	047.520.171-05	09/08/1997	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
YTELVANY DE ANDRADE SILVA	SEDE-108	30/06/2017	2443321-7 SSP MT	040.701.731-37	09/04/1994	FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	SAÚDE (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	SIM	NÃO
YURI ROCHA DE MELO	SEDE-075	30/06/2017	2888598-8 SSPMT	062.090.521-26	06/08/1998	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO
ZELZUITO RIBEIRO DA SILVA	SEDE-078	30/06/2017	05052351 SSP/MT	964.771.801-20	28/04/1960	GUARDA	ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEDE)	SEDE DO MUNICÍPIO	EE Tancredo Neves - Sala 05	NÃO	NÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 091/2017

CONTRATO (A) MARIA EMÍLIA DE DEUS SILVA

OBJETO - O presente contrato tem como objeto a prestação de serviço de uma palestrante na Conferencia Municipal de Assistência Social neste Município no dia 13/07/2017 a ser pago com recurso da conta do SERV. FORT. De vinculo.

VALOR TOTAL- O valor estipulado durante a vigência do contrato é de R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais)

DA VIGÊNCIA- O Presente contrato terá vigência no período de 06 de Julho de 2017 a 06 de Agosto de 2017, podendo ser prorrogado por igual período mediante termo aditivo e de comum acordo entres os partes, obedecendo à legislação específica (art. 57, II c/c §4 da Lei 8666/93).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PORTARIA Nº 205/2017, DE 1º DE JULHO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE GESTORA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear a Servidora CLOTILDE DE SOUZA CORTES, RG n° 0071834-3 SSP-MT, CPF nº 171.720.121-00, PIS/PASEP n° 10744483624, para exercer a função de Gestora do Programa Bolsa Família no Município de São José do Rio Claro-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 049/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 3 de julho de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 048/2017, DE 12 DE JULHO DE 2017

CONVOCA A VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 18 de julho de 2017, tendo como tema central: "Garantia dos Direitos no Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social –SUAS",

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Rio Claro-MT, 12 de julho de 2017

Valdomiro Lachovicz

Prefeito Municipal

Rosana Saemi Saito Nagano

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 204/2017, DE 1º DE JULHO DE 2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA PARA ATUAR NA SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS PARA AS AÇÕES DE AVALIAÇÃO E MONITARAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de instituir a Equipe Técnica para atuar na sistematização de dados para as ações de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação ancorado na Lei nº 13.005/2014 de 25 de junho de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Equipe Técnica para atuar na sistematização de dados para as ações de avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação do Município de São José do Rio Claro-MT, para a qual ficam nomeados os seguintes membros:

NOME	SEGMENTO
Maria do Socorro de Oliveira CPF: 482.065.471-34	Dirigente Municipal de Educação
Marli Maria Both CPF: 571.629.801.04	Assessora Pedagógica
Maria Elizabeth da Silva CPF: 461.938.209.49	Câmara do FUNDEB
Claudivam de Araújo Gericó CPF: 632.804.931.53	Presidente do Conselho Municipal de Educação
Lizete Terezinha Kaippers CPF: 503.084.321.34	Educador Zona Rural

Antonieta F. da Silva Lemes CPF: 405.311.121.87 Tatiane da Silva Fonseca CPF: 567.644.481.91 Maíra Brito Nunes CPF: 019.172.361.40	Educador Educação Infantil
Lindalva Marques Ayello CPF: 124.135.588.61 Regina Célia Ravelli CPF: 878.218.189.68 Ivanete Silva dos Prazeres CPF: 593.785.491.87	Educador Ensino Fundamental
Márcio Castanha CPF: 004.223.341.03 Marli Rodrigues Bassetto CPF: 005.008.818-12	Educadores Ensino Médio
Eliane Calheiros Barbieri CPF: 812.657.781.91 Elmari Aparecida Soder CPF: 776.496.999.00	Educação Inclusiva (Especial)
Rosimeire Trindade CPF: 002.745.951.92 Carla Regina Paiva CPF: 987.664.061.53 Silvana Terezinha Alves Abreu CPF: 966.995.071.68	Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal de Ensino.
Marina Felix de Souza CPF: 484.786.601.00	Educação Superior
Simone Ercian de Souza CPF: 956.198.361.34	Conselhos Escolares
Adelvina Luiz Vinhal CPF: 090.848.708.83	Diretores da Rede Municipal de Ensino
André Luiz Vieira Rosa CPF: 005.943.271.30	Legislativo
Irene Souza Polidoro CPF: 965.883.731-04	Conselho Tutelar
Edvani Aparecida Calvário CPF: 427.939.121-15	Técnica Administrativa Secretaria Municipal de Educação
Ângela Terezinha Sanches Martinez CPF: 819512481-04	Orientadora PNAIC

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se as disposições em contrário.

São José do Rio Claro - MT, 3 de julho de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 206/2017, DE 1º DE JULHO DE 2017

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

Valdomiro Lachovicz, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora JOSILEIDE ADRIANA CASTÃO RIBEIRO, CPF: 018.230.211-31, para exercer a função de Agente de Desenvolvimento Econômico no CAE – Centro de Atendimento Empresarial no Município de São José do Rio Claro, a partir de 12/7/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 263/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro/MT, 3 de julho de 2017.

Valdomiro Lachovicz

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL
REGIMENTO INTERNO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL PRÓ-FAMÍLIA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

REGIMENTO INTERNO

COMITÊ GESTOR MUNICIPAL PRÓ-FAMÍLIA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, DA COMPETÊNCIA E DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ.

Art. 1º - O Comitê Gestor Municipal do Programa Pró – Família, formado por representações de titulares e suplentes do Conselho Municipal de Assistência Social e instituições parceiras, tem a finalidade de reunir-se para debater, planejar e aprovar as ações do Programa desenvolvidas no Município.

Art. 2º - Compete ao Comitê Gestor Municipal do Programa Pró Familia:

I – Coordenar a execução e avaliação das políticas sociais locais, no, pactuadas com o Conselho Municipal de Assistência Social;

II - Coordenar, articular e integrar os diversos órgãos e demais atores estratégicos para o planejamento das ações de base territorial;

III - Promover a participação e a mobilização da sociedade civil, visando o levantamento das prioridades e encaminhamentos das demandas do território visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

V – Aprovar os nomes selecionados das famílias, a serem atendidas pelo programa, conforme os critérios estabelecidos na instrução normativa;

VI – Excepcionalizar o cumprimento do critério de renda máxima nos casos de calamidade pública ou em situação de emergência;

IV- Aprovar e dar publicidade a lista de famílias beneficiárias, bem como remetê-las ao Comitê Gestor Estadual para homologação;

Art. 3º - O Comitê Gestor Municipal do Programa, de acordo com o que dispõe a portaria de criação, será composto pela Secretaria de Assistência Social, e respectivos representantes:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

a) **Simone Paula de Arruda Floreano**, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e **Renalto Ferreira Bina Junior**, como respectivo suplente; b) **Milts de Souza Ladeia**, representando a Secretaria Municipal de Educação e, como respectivo suplente **José Charupa Gomes**;
II – Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social: **a) Otaviano Azambuja Martins b) João Timóteo Tavares**

III – Representantes de Instituições Não Governamentais:

a) **José Senhorini Penachioni,** representante do **Rotary Clube**; **b) Diego Jonas Caetano**, representando a **Igreja Evangélica Assembleia de Deus.**

CAPITULO II

DA DIRETORA, DAS REUNIÕES E SEUS PARTICIPANTES

Art 4º - A Presidência do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família será exercido pela Secretária Municipal de Assistência Social.

Art 5º - O mandato do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família será de 02 (dois) anos, podendo ser alterado caso necessário, bem como a troca de membros de Conselheiros Municipais de Assistência Social.

§ 1º Ocorrendo nova eleição, os membros eleitos completarão o mandato.

§2º Em caso de pedido de renuncia, será entregue, por escrito, por qualquer dos membros do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, a presidência do Comitê.

Art. 6º - O Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, por convocação de seu Presidente ou, extraordinariamente, observado o prazo preferencial de 02 (dois) dias úteis, para reunião ordinária e 24horas para reunião extraordinária.

§ 1º O calendário anual de reuniões ordinárias será aprovado pelo Colegiado no inicio das atividades ou primeira reunião do ano.

Art. 7º - Serão convocados para comparecer às reuniões os membros titulares e na ausência destes, seus respectivos suplentes.

§ 1º O membro do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família convocado deverá confirmar a sua participação ou justificar a ausência nas reuniões do Comitê à Secretária Executiva, com antecedência de pelo menos 24horas da data da reunião.

Art. 8º - A Plenária instalar-se-á e deliberará com a presença de, no mínimo, metade mais um dos membros titulares ou suplentes no exercício da titularidade.

Art. 9º - Será substituído o membro representante do governo ou da sociedade civil que renunciar ou não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas na vigência do mandato, salvo se a ausência ocorrer por motivo de força maior, justificada por escrito à Presidência.

§ 1º O membro do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família que se ausentar justificadamente a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas na vigência do mandato, terá suas justificativas avaliadas pela Presidência do Comitê.

§ 2º A Presidência do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família comunicará, por escrito, ao órgão ou entidade de representação, as ausências injustificadas de seu representante e quando for o caso, solicitará a sua substituição.

Subseção I

Da ata

Art. 10º - Em todas as reuniões será lavrada ata, pelo Secretário Executivo, com exposição sucinta dos trabalhos, conclusões e deliberações.

CAPITULO III

DAS ATIVIDADES E FUNÇÕES

Art. 11º - No que se refere ao cadastramento das famílias:

§ 1º Contribuir para a construção e manutenção de um cadastro qualificado, que reflita a realidade socioeconômica do Município, e assegure a fidedignidade dos dados e a equidade no acesso aos benefícios das políticas públicas, voltadas para as pessoas com menor renda;

§ 2º Identificar os potenciais beneficiários do Programa Pró-Família, sobretudo as populações tradicionais e em situações específicas de vulnerabilidade e aquelas que se encontram em situação de extrema pobreza, assim como solicitar a equipe de profissionais seu cadastramento; e

§ 3º Solicitar quando necessário, os dados cadastrais dos beneficiários do Programa Pró-Família, atualizados e sem prejuízo das implicações éticolegais relativas ao uso da informação;

Art. 12º - No que se refere à gestão dos benefícios:

§ 1º Avaliar, periodicamente, a relação de beneficiários do Programa Pró-Família;

§ 2º Acompanhar os atos de gestão de benefícios do Programa Pró-Família;

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13º - O Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família funcionará em prédio e instalações fornecidas pelo poder publico municipal.

Art.14º - No exercício de suas atribuições os membros do Comitê terão acesso a qualquer momento, a qualquer documento do Programa Pró-Família.

Art.15º - As despesas decorrentes da participação dos membros do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, em atividades extra regimentais de interesse do Comitê, se fora do Município de São José dos Quatro Marcos, serão custeadas pelo Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 16º - Os casos omissos serão decididos pela plenária.

Art. 17º - Este regimento entra em vigor na data de sua publicação.

São José dos Quatro Marcos, em 11 de Julho de 2017.

DECRETO Nº 66 DE 12 DE JULHO DE 2017

DECRETO Nº 66 DE 12 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento do IPTU (Imposto predial e territorial urbano) referente ao exercício de 2017 e dá outras providências.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e, considerando odisposto na Lei Complementar nº 001, de 13 de Dezembro de 2001 - (Código de Tributário Municipal),

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica prorrogado o prazo para pagamento do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) referente ao exercício de 2017, para o contribuinte que optar pelo pagamento em cota única com o vencimento para o dia **31 de julho de 2017, que gozará de 20% de desconto** sobre o valor total do Imposto;

Art. 2º - Serão beneficiados com desconto a que se refere o artigo anterior, apenas os contribuintes que efetuarem o pagamento até a data do vencimento.

Art. 3º - Optando o contribuinte ao adimplemento do IPTU a vista e com desconto, deverá ser emitida nova guia de pagamento a ser retirada junto ao Setor de Tributos na Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos.

Art. 4º -Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de S. J. dos Quatro Marcos/MT, 12 de julho de 2017.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2016, que fazaPrefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e as Empresas: **D. P. DE SOUZA COMERCIO DE PNEUS E BORRACHAS EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.711.134/0001-90, sediada na Rua Novo Mundo, s/n, Bairro Novo Mundo, CEP 78.149-130, na cidade de Várzea Grande-MT; **FISCHER & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.788.075/0001-89, sediada na Av. Senador Ulisses Guimarães, nº 1052, Chácara 71A, CEP 78.250-000, na cidade de Pontes e Lacerda-MT; **PNEUS BARBOSA LTDA-ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 14.481.695/0001-85, sediada na Av. Ítrio Correia da Costa, nº 1328, Quadra 70, Lote 16 e 17, Bairro Cidade Salmen, CEP 78.705-162, na cidade de Rondonopolis-MT; **ALIANÇA IMPORTÇÃO E COMERCIO DE PNEUS LTDA EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 17.036.928/0001-29, sediada na Rua Vereador Abelardo de Azevedo, nº 227A, Bairro Construmat Cristo Rei, CEP 78.115-250, na cidade de Várzea Grande-MT. Tendo por objeto, prorrogação de prazo para o dia 31 de Dezembro de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL
MINUTA DE PORTARIA Nº 223, DE 30 DE MAIO DE 2017

MINUTA DE PORTARIA Nº 223, DE 30 DE MAIO DE 2017

A Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº. 223, de 30 de maio de 2017, que Institui o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família e dá outras providências,

Art. 1º. Instituir a composição do **Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família;**

Art. 2º. Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, pelo prazo de 12 (doze) meses, com competências já disciplinadas na Portaria supramencionada, os seguintes integrantes:

I – Representantes do Poder Público Municipal:

a) **Simone Paula de Arruda Floreano**, representando a Secretaria Municipal de Assistência Social e **Renalto Ferreira Bina Junior**, como respectivo suplente; b) **Milts de Souza Ladeia**, representando a Secretaria Municipal de Educação e, como respectivo suplente **José Charupa Gomes**; II – Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social: **a) Otaviano Azambuja Martins b) João Timóteo Tavares**

III – Representantes de Instituições Não Governamentais:

a) **José Senhorini Penachioni,** representante do **Rotary Clube**; **b) Diego Jonas Caetano**, representando a **Igreja Evangélica Assembleia de Deus.**

Art. 3º. As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resoluções assinadas pelo Presidente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

São José dos Quatro Marcos, em 11 de Julho de 2017.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 027/2017.

PREGAO PRESENCIAL Nº 016/2017.

CONTRATO Nº 016/2017.

OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 008/2017, PROCESSO N.º 011/2017- PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2017, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA – MT, TENDO COMO OBEJTO A AQUISIÇÃO DE PNEU, CÂMARA E FITÃO.

FAVORECIDO: VERA CELITA PALUDO - ME.

CNPJ: 04.905.357/0001-70.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 05/07/2017.

VALOR GLOBAL: R$ 965.550,00 (novecentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 10.520/02 e Lei nº 8.666/93 e alterações, como os Decretos Federais n.º 7.892/13 e 5.450/05.

Serra Nova Dourada - MT, em 11 de julho de 2017.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO Nº 021/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2017.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES PARA ATENDER A TODAS AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA - MT.

DETENTORAS DA ATA:

1) ALVA PINNOW - MEI, inscrito no CNPJ n.º 12.900.282/0001-62.

2) FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME, inscrito no CNPJ n.º 22.579.608/0001-55.

3) D. A. ARAGÃO COMERCIO ME, inscrito no CNPJ n.º 19.127.086/0001-46.

4) O GOIANO PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI – ME, inscrito no CNPJ n.º 01.139.803/0001-94.

5) DISMEQ COMERCIAL IMPORTADORA DE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP, inscrito no CNPJ n.º 24.722.647/0001-95.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 04/07/2017.

VALORES REGISTRADOS:

ALVA PINNOW - MEI, inscrito no CNPJ n.º 12.900.282/0001-62.						
EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE						
Item	**Cod. Do Item**	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
32	163426-7	Quadro Branco de 300x120 cm.	36	Unid.	R$ 300,00	R$ 10.800,00
Valor Total						**R$ 10.800,00**

FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME, inscrito no CNPJ n.º 22.579.608/0001-55.						
EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE						
Item	**Cod. Do Item**	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
11	256960-4	Mesa para Escritório sem Gaveta.	37	Unid.	R$ 209,00	R$ 7.733,00

14	150614-5	Cadeira Longarina 03 Lugares.	35	Unid.	R$ 261,49	R$ 9.152,15
15	163822-0	Cadeira Longarina 04 lugares.	31	Unid.	R$ 345,72	R$ 10.717,32
33	28163-8	Banco para Refeitório 1,80 x 0,75 cm.	10	Unid.	R$ 268,00	R$ 2.680,00
47	172103-8	GPS.	01	Unid.	R$ 434,70	R$ 434,70
50	167780-2	Bola de ginastica suíça – 75 CM com bomba de ar.	50	Unid.	R$ 91,00	R$ 4.550,00
51	303916-1	Bola de ginastica suíça – 65 CM com bomba de ar.	50	Unid.	R$ 83,00	R$ 4.150,00
52	377971-8	Kit Treino Yoga Pilates – Bola, Colchonete, Extensor e Roda.	100	Unid.	R$ 312,00	R$ 31.200,00
56	100732-7	Tornozelera 01 KG.	50	Unid.	R$ 46,27	R$ 2.313,50
57	167132-4	Tornozelera 02 KG.	50	Unid.	R$ 61,75	R$ 3.087,50
58	377971-8	Anel para Pilates – 39 cm de diâmetro.	50	Unid.	R$ 79,54	R$ 3.977,00
59	336016-4	Bastões para Pilates.	50	Unid.	R$ 36,14	R$ 1.807,00
60	306776-9	Suporte para TV articulado.	10	Unid.	R$ 99,90	R$ 999,00
Valor Total						**R$ 82.801,17**

D. A. ARAGÃO COMERCIO ME, inscrito no CNPJ n.º 19.127.086/0001-46.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Cod. Do Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	423619-0	Liquidificador com copo de plástico, 05 velocidades de 02 litros.	04	Unid.	R$ 178,00	R$ 712,00
02	260988-6	Liquidificador Industrial 04 litros.	04	Unid.	R$ 495,00	R$ 1.980,00
05	173243-9	Fogão Industrial de 06 Bocas.	03	Unid.	R$ 1.189,00	R$ 3.567,00
07	164276-6	Bebedouro de Coluna em Inox.	08	Unid.	R$ 480,00	R$ 3.840,00
10	358209-4	Armário de Aço 16 portas (Roupeiro).	10	Unid.	R$ 837,32	R$ 8.373,20
13	238391-8	Cadeira de Escritório Estofada.	48	Unid.	R$ 78,26	R$ 3.756,48
16	369864-5	**Depurador de Ar em Inox, 80cm com 3 Velocidades.**	03	Unid.	R$ 595,00	R$ 1.785,00
17	177445-0	Batedeira Industrial 12 Litros.	04	Unid.	R$ 3.250,00	R$ 13.000,00
18	325937-4	Batedeira Planetária de 03 ou 04 litros.	02	Unid.	R$ 430,00	R$ 860,00
20	0000649	Tanquinho para lavar roupa 10 KG, Semiautomático.	02	Unid.	R$ 450,00	R$ 900,00
24	168346-2	Nobreaks.	54	Unid.	R$ 440,00	R$ 23.760,00
25	109980-9	Aparelho de DVD/CD.	08	Unid.	R$ 135,00	R$ 1.080,00
27	423012-4	TV 49 Polegadas - Smart TV.	08	Unid.	R$ 2.305,00	R$ 18.440,00
28	359074-7	Retroprojetor Multifuncional.	08	Unid.	R$ 2.295,00	R$ 18.360,00
30	259194-4	Ar Condicionado 9.000 Btus.	30	Unid.	R$ 1.108,00	R$ 33.240,00
31	106844-0	Ventilador de Parede de 50 cm.	65	Unid.	R$ 145,00	R$ 9.425,00
35	129674-4	Geladeira/Refrigerador frost Free 429 Litros.	09	Unid.	R$ 2.860,00	R$ 25.740,00
43	164089-5	Ferro Elétrico.	06	Unid.	R$ 135,00	R$ 810,00
44	152293-0	Estante de Aço Modular de 06 Prateleiras.	28	Unid.	R$ 129,00	R$ 3.612,00
45	191762-5	Cadeira de Escritório Giratória.	05	Unid.	R$ 199,00	R$ 995,00
46	383291-0	Câmara Digital de 16.0 MP.	01	Unid.	R$ 800,00	R$ 800,00
48	14154-2	Frigobar 122 Litros.	01	Unid.	R$ 999,00	R$ 999,00
Valor Total						**R$ 176.034,68**

O GOIANO PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI – ME, inscrito no CNPJ n.º 01.139.803/0001-94.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Cod. Do Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
03	169749-8	Fogão de 04 Bocas.	03	Unid.	R$ 337,00	R$ 1.011,00
12	250444-8	Mesa para Escritório com Gavetas.	43	Unid.	R$ 199,00	R$ 8.557,00
19	28263-4	Cortador de Legumes – 15 Peças.	03	Unid.	R$ 49,00	R$ 147,00
21	374784-0	Computador de Mesa Completo.	79	Unid.	R$ 1.699,00	R$ 134.221,00
22	362601-6	Notebooks.	45	Unid.	R$ 2.310,00	R$ 103.950,00
23	401615-7	Tablet 8GB, WI-FI, Tela 7, Sistema Android.	20	Unid.	R$ 325,00	R$ 6.500,00
26	246067-0	Caixa Amplificada.	06	Unid.	R$ 450,00	R$ 2.700,00
34	331085-0	Mesa de Inox para Alimentos.	05	Unid.	R$ 700,00	R$ 3.500,00
36	149746-4	Geladeira/Refrigerador Frost Free 240 Litros.	04	Unid.	R$ 1.300,00	R$ 5.200,00
37	190049-8	Freezer Vertical 260 Litros.	04	Unid.	R$ 1.691,00	R$ 6.764,00
38	261191-0	Conjunto Aluno CJA-01.	100	Unid.	R$ 185,00	R$ 18.500,00
39	261201-1	Conjunto Aluno CJA-03.	100	Unid.	R$ 179,00	R$ 17.900,00
40	193743-0	Conjunto Aluno Coletivo CJC-01.	100	Unid.	R$ 600,00	R$ 60.000,00
41	356647-1	Aparelho de Som Portátil.	05	Unid.	R$ 179,00	R$ 895,00
42	176333-4	Impressora e Copiadora multifuncional.	47	Unid.	R$ 1.749,00	R$ 82.203,00
49	182670-0	Bicicleta Ergométrica.	03	Unid.	R$ 450,00	R$ 1.350,00
54	408412-8	Microfone sem fio.	10	Unid.	R$ 250,00	R$ 2.500,00
55	376593-8	Halterez.	50	Unid.	R$ 220,00	R$ 11.000,00
Valor Total						**R$ 466.898,00**

DISMEQ COMERCIAL IMPORTADORA DE MAQUINAS PARA ESCRITORIO LTDA - EPP, inscrito no CNPJ n.º 24.722.647/0001-95.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE

Item	Cod. Do Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
04	173242-0	Fogão Industrial de 04 Bocas.	03	Unid.	R$ 698,00	R$ 2.094,00
06	378898-9	Bebedouro Industrial de 100 Litros.	30	Unid.	R$ 1.690,00	R$ 50.700,00
08	283034-5	Arquivo de Aço com 04 Gavetas para pastas suspensas.	29	Unid.	R$ 470,00	R$ 13.630,00
09	263570-4	Armário de aço com 02 portas.	24	Unid.	R$ 494,00	R$ 11.856,00
29	412439-1	Ar condicionado 12.000 Btus.	60	Unid.	R$ 1.288,00	R$ 77.280,00
53	389601-3	Placas de Tatame EVA de 10MM.	100	Unid.	R$ 38,00	R$ 3.800,00
Valor Total						**R$ 159.360,00**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2000 e Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto 7.892/13.

Serra Nova Dourada - MT, em 11 de julho de 2017.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017/SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 018/2017/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE VIDROS E PORTAS INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, INSTALAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA ATENDER NECESSIDADES DO SAMAE**. A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 25 de Julho de 2017**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 07h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m. O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 12 de Julho de 2017.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA - Setor de Licitação - SAMAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008/2017 PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008/2017 - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2016

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor Profº. **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente edital para convocar o candidato aprovado/classificado Processo Seletivo nº. 002/2016, Homologado através do Edital Complementar nº. 009/2016, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal Saúde.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo nº. 002/2016, conforme o cargo e candidato abaixo relacionado, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde dia **14/07/2017 às 09h00**, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

	Cargo.:	382 -RECEPCIONISTA - PSF			Pontos	Classificação
	Nº	Insc. Nº	Data Nasc.	RG / Órgão		
23	4550	ADAIANE PEDROZA DUARTE	19/07/1987	16781694 SSPMT	84	Classificado
24	132	EDMAR APARECIDO FARIA DE MELO	23/03/1988	18540678 SSP/MT	84	Classificado

	Cargo.:	625 -ENFERMEIRA			Pontos	Classificação
	Nº	Insc. Nº	Data Nasc.	RG / Órgão		
11	317	THALITA RODRIGUES ZAGO	29/12/1985	10400370 SSP/MT	84	Classificado
12	44	JULIANA LIMA DA SILVA	31/08/1988	19409850 SSP-MT	84	Classificado

Art. 2º. A candidata acima relacionada deverá comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 14 e 17/07/2017 das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00, munidos com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2016);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Atestado de Vacinação do candidato;

v) Cartão do SUS.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 13 de Julho de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 021/2017 PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 021/2017 PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **FÁBIO MARTINS JUNQUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente edital para convocar a candidata aprovados/classificados Processo Seletivo nº. 001/2017, Homologado através do Edital Complementar nº. 012/2017, destinado ao preenchimento de vagas eformação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional desta municipalidade.

RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo nº. 001/2017, conforme o cargo abaixo relacionado, para que compareça no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde **dias 14 e 17/07/2017** às 09h00, situada a Avenida Brasil nº. 2350-E Jardim Europa, para informação sobre a contratação e local de trabalho:

Cargo.:797 -MEDICO CLINICO GERAL							
Ordem	**Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Pontos Obtidos**	**Notas**	**Classificação**
5	1831	INGRID IARA RODRIGUES DA SILVA	02/05/1984	1520998-9 SSP/MT	19	76	Classificado

Cargo.:380 -TECNICO DE ENFERMAGEM							
Ordem	**Nº**	**Nome**	**Data Nasc.**	**RG / Órgão**	**Pontos Obtidos**	**Notas**	**Classificação**
1	577	NADIR SANDES ESPINDOLA	24/08/1971	623469 SEJUSP/MS	16	64	Classificado
2	171	GRACIANE CORDEIRO CORREA MEDRADO	13/06/1991	23130270 SSP/MT	16	64	Classificado
3	420	DIVINA LOPES DE SOUZA	22/02/1971	11874600 MT	15	60	Classificado
4	1566	ELENA OLIVEIRA DA SILVA	24/08/1972	859786 SSP/MT	15	60	Classificado

Art. 2º. Os candidatos acima relacionados deverão comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 14 e 17/07/2017 das 08:00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 munido com cópia e original dos documentos abaixo relacionados:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

c) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

d) Cópia do CPF do pai, mãe e cônjuge;

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP;

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo departamento de pessoal;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de Débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Carteira Profissional para Profissão regulamentada pelo Conselho da respectiva categoria.

v) Cartão do SUS;

x) Cartão de Vacina.

Art. 3. O prazo de apresentação segue o art. 2 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subsequente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo referido deste edital.

Art. 4. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada;

b) – não apresentar a documentação exigida no art. 2. do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 13 de julho de 2.017

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 93/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **DALTO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E IMÓVEIS LTDA - ME/** O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade ALTERAR a Cláusula Quarta - Dos Prazos do Contrato nº054/ADM/2017, Item 4.1, passando a vigorar da seguinte maneira:
Onde se lê: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses iniciando-se em 29/05/2017 a 29/05/2018, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 meses.
Leia-se: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses iniciando-se em 30/05/2017 a 29/05/2018, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 60 meses. Data de Assinatura: **10/07/2017**

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº00050000056/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/CONSTRUTORA HABITA-NORTE LTDA / Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar, por **mais 180 (Cento e oitenta) dias**, a **Cláusula Sexta – Dos Prazos**, em seu **Item 6.2,** do **Contrato nº 056/ADM/2015** (Objeto:*Contratação de empresa especializada para executar serviço de execução de obras de Construção na Unidade Pró- Infância no Bairro Vale do Sol)*, passando a vigência de **26/06/2015 a 21/06/2017 para 26/06/2015 a 18/12/2017 / R$/00/** DATA DE ASSINATURA: **21/06/2017**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 020/2017 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para retificar o Edital Complementar nº 018/2017 que convocou os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2017, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Saúde.

1. Retificar o Edital Complementar nº 018/2017, onde se lê **018/2017,** leia-se **019/2017;**

2. Onde se lê EDITAL DO PROCESSO SELETIVO **Nº 001/2011,** leia-se EDITAL DO PROCESSO SELETIVO **Nº 001/2017**

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 12 de Julho de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

SERRAPREV
EDITAL PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO SERRAPREV BIÊNIO 2017/2019

DECRETO Nº 241 DE 12 DE JULHO DE 2017.

DISPÕE DE NORMAS PARA A ELEIÇÃO DE LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DO DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE TANGARÁ DA SERRA/MT - SERRAPREV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL,** no uso da atribuição que lhe confere art. 7º, **caput**, inciso XLV c.c o art. 80, **caput**, inciso IV da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO as disposições parágrafo único, do art. 84, do Regimento Interno do SERRAPREV[1], aprovado pelo Decreto nº 457 de 30 de dezembro de 2014.

D E C R E T A:

Art. 1° Ficam estabelecidas e aprovadas as normas disciplinadoras do processo eleitoral para composição da lista tríplice de nomes para escolha do Diretor do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra/MT-SERRAPREV, nos termos do **ANEXO I que passa a ser parte integrante** do presente Decreto.

Art. 2° A Eleição será organizada pela Secretaria Municipal de Administração e conduzida pela Comissão Eleitoral constituída pelo Decreto nº 210 de 21 de junho de 2017.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos **doze** dias do mês de **julho** do ano de **dois mil e dezessete**, **41º** aniversário de Emancipação Político - Administrativa.

Prof. **Fábio Martins Junqueira**

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e publicado por afixação em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: www.tangaradaserra.mt.gov

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

ANEXO I

O Município de Tangará da Serra/MT, através da Comissão Eleitoral constituída pelo Decreto 210 de 21 de junho de 2017, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar nº 153/2011, Lei Complementar 191/2014 e Decreto nº 457/2014 faz saber, por este Decreto, que realizará processo eleitoral para seleção do Diretor Executivo Previdenciário do Instituto Municipal de Previdência Social dos servidores de Tangará da Serra-MT - SERRAPREV, nos termos e nos prazos contido neste anexo.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo eleitoral dar-se-á através de sufrágio universal para formação de lista tríplice para escolha do Diretor Executivo do SERRAPREV, conforme apresentado abaixo:

2 . QUADRO DEMONSTRATIVO DE CARGOS

CARGO	VAGAS
DIRETOR EXECUTIVO	01

3. DA DIVULGAÇÃO

3.1 As informações referentes a este processo eleitoral serão divulgadas oficialmente através dos sites oficiais do município e SERRAPREV, respectivamente: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br e http://www.serraprev.com.br/, bem como fixadas no mural do SERRAPREV e da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT e ainda, divulgadas na imprensa local, a partir do **dia 13/07/2017**.

3.2 As informações complementares como: avisos, julgamentos de recursos, listagem de resultados e correlatos, também serão divulgados na forma descrita no item 3.1, bem como estarão à disposição dos candidatos na sede do SERRAPREV, na Avenida Brasil, nº 2.350-N, Jardim Europa, CEP: 78.300-000 – Tangará da Serra-MT.

3.2. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da divulgação das informações referente ao processo eleitoral em que se inscreveu.

4. DAS INSCRIÇÕES E CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS

4.1. A Comissão Eleitoral receberá os documentos para habilitação e registro das candidaturas no dia **24 de Julho de 2017, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00**, em sessão pública, na Avenida Brasil, nº 2.350- N, Jardim Europa, no Auditório da Prefeitura Municipal.

4.2 No ato da inscrição, o candidato deverá conhecer o presente Edital, a Lei Complementar nº 153/2011, Lei Complementar nº 191/2014 e Decreto 457/2014 e comprovar que preenche os seguintes requisitos:

a) - Ser estável no serviço público municipal, com no mínimo 05 (cinco) anos de efetivo exercício (declaração a ser emitida pelo Dept.º de Pessoal);

b) - Possuir graduação de nível superior, com respectivo registro no Conselho de Classe, quando exigido;

4.2.1 No ato do registro da candidatura o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Comprovação de experiência em gestão pública;

II – Plano de Gestão para o mandato a que se candidata;

III – **Apresentar certidões negativas em vigência referente a:**

a) – Conjunta da Receita Federal (INSS, Secretaria da Receita Federal e PGFN);

b) - Estadual – PGE e geral para transacionar com órgãos públicos;

c) - Municipal;

d) - Tribunal de Contas;

e) - Cartório de Títulos e Protestos;

f) - Civil e Criminal.

IV - Declaração de aceitação de investidura, caso participe da lista tríplice e seja nomeado.

V - Documento comprobatório da aprovação no exame de certificação profissional exigida pelo Ministério da Previdência Social, até a data da homologação da candidatura para o Cargo de Diretor Executivo do SERRAPREV.

VI - Cópia do Documento de identidade;

VII - Cópia CPF;

VIII - Comprovante de residência com CEP;

IX - Procuração, se for o caso, por instrumento público ou particular com firma reconhecida.

4.3 A não comprovação das exigências dispostas no item 4.2, bem como a não apresentação de qualquer um documentos listados no subitem 4.2. 1, implicará no indeferimento imediato da candidatura.

4.4 Os documentos apresentados em fotocópias deverão estar acompanhados dos respectivos originais, os quais serão autenticados pela Comissão Eleitoral no ato do registro da candidatura.

4.5 O candidato e/ ou seu procurador são responsáveis pelos documentos apresentados, recaindo sobre os mesmos, eventuais consequências em caso de erros;

4.6 Os documentos apresentados para inscrição serão arquivados pela Comissão Eleitoral, de forma que não haverá devolução dos mesmos, mesmo que o candidato, por qualquer motivo, não tenha sua inscrição homologada;

4.7 Os documentos que não tiverem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor somente serão válidos desde que tenham sido expedidos, no máximo, dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para o recebimento da documentação.

4.8 Os documentos apresentados com a validade expirada, passíveis de obtenção pelos meios eletrônicos, a Comissão Eleitoral fará a verificação no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos o respectivo documento.

4.9 A Comissão Eleitoral não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a inscrição será indeferida.

4.10 O candidato terá sua inscrição aceita somente após a homologação da Comissão Eleitoral, que avaliará o enquadramento do candidato dentro das condições exigidas.

4.11 A Comissão Eleitoral não se responsabiliza por inscrições que não atendam a legislação pertinente, bem como pela documentação comprobatória apresentada pelos candidatos que atendam as condições de aptidão legal.

4.12 As inscrições de que trata o presente Edital, serão examinadas e julgadas pela Comissão Eleitoral na sessão pública;

4.13 Será indeferida a inscrição que forneça dados comprovadamente inverídicos ou que não atendam a qualquer requisito desse Edital.

4.14 A homologação do pedido de inscrição será dada ao final da sessão pública, a ser consignada em ata e publicada na forma da Lei, constando os candidatos que tiveram as suas inscrições homologadas ou indeferidas, bem como o motivo do indeferimento.

4.15 Homologados ou indeferidos os pedidos de inscrição, qualquer interessado, de imediato e motivadamente, poderá manifestar a intenção de recorrer, que será registrada resumidamente em ata, quando lhe será concedido o prazo de dez minutos para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais interessados desde logo intimados para apresentar as contrarrazões, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo. A falta de manifestação, na sessão, importará decadência do direito de recurso.

5. DA DIVULGAÇÃO, CAMPANHA E ASSEMBLÉIA

5.1 Os candidatos poderão divulgar suas candidaturas aos segurados, às próprias expensas, podendo fazer explanações e apresentações de suas campanhas e propostas de trabalho junto aos Servidores públicos, por meio físico, eletrônico disponível no sistema de informática do município, inclusive com visitas às Secretarias, a partir da divulgação da homologação das candidaturas, que se dará no **dia 25 de julho de 2017.**

5.2 A Comissão Eleitoral impedirá a propaganda eleitoral que considerar abusiva ou feita mediante utilização de expedientes difamatórios ou injuriosos, inclusive, cassando a candidatura do segurado, se for o caso.

5.3 O material de propaganda do candidato deverá ser previamente aprovado pela Comissão Eleitoral.

5.4 A Comissão Eleitoral disponibilizará material informativo sobre a eleição, com indicação dos nomes dos candidatos, procedimentos e locais de votação, solicitando sua afixação nas dependências dos Poderes e Órgãos.

5.5 A Comissão Eleitoral organizará Assembleia para apresentação dos candidatos **no dia 03 de agosto de 2017**, no Auditório da Prefeitura Municipal, **em três períodos, das 8h00 às 10h00, das 15h00 às 17h00 e das 19h00 às 21h00**, sendo que cada candidato terá o prazo de 10 (dez) minutos para se apresentar e discorrer sobre suas propostas. Após as apresentações dos candidatos, a palavra será aberta ao público presente para questionamentos.

5.6 A Comissão Eleitoral divulgará o currículo dos candidatos em meio eletrônico disponíveis no site do Município.

5.7 Qualquer infração relacionada às restrições impostas para realização de propaganda individual de candidatos acarretará na cassação da sua candidatura, sobretudo aqueles que:

I - Promover sua publicidade em conjunto com a de outros candidatos, em forma de chapas, de modo a convencer os eleitores a votarem num conjunto de candidatos;

II - Aliciar eleitores nas proximidades da urna eleitoral ou equivalente;

III - Infringir outras regras constantes na legislação pertinente.

5.8 A cassação da candidatura poderá ocorrer a qualquer tempo.

5.9 Sendo a infração ou irregularidade apurada após a posse, o mandato será cassado por ato do Chefe do Executivo, após deliberação do Conselho Previdenciário.

5.10 A Comissão Eleitoral poderá estabelecer outros critérios, limites e sanções para a propaganda individual dos candidatos, inclusive determinar o encerramento da propaganda do candidato que cometer abusos, quando a natureza da infração não justificar a cassação da candidatura.

6. DAS ELEIÇÕES

6.1 O processo de seleção se dará mediante sufrágio universal dentre os segurados servidores ativos, inativos e pensionistas (Art. 3º, V, Regimento Interno, Decreto 457/2014) por meio de votação direta e secreta, a ser realizada no **dia 11 de agosto de 2017, sexta-feira, ininterruptamente das 8h00 às 16h00, no Auditório da Prefeitura Municipal**, situado na Av. Brasil, nº 2.350-N – Jardim Europa, permitindo o voto a todos os que, no momento do encerramento, estiverem no recinto. Em hipótese alguma haverá prorrogação de horário.

6.2 Os servidores ativos, inativos e pensionistas, que comparecer ao local de votação, deverão exibir prova hábil de identidade e assinar a lista de

presença a ser fornecida pela Secretaria de Administração e disponível no ato da eleição com os respectivos mesários. O direito de voto é personalíssimo não se admitindo votos por procuração ou cumulativos.

6.3 No dia do pleito será terminantemente proibido a permanência dos Candidatos no recinto e entorno do Prédio onde serão realizadas as eleições, com exceção do tempo mínimo para chegarem ao local, votarem e irem embora.

6.4 Caso haja filas, os candidatos poderão se dirigir até a mesa de votação diretamente, para diminuir o tempo de sua permanência no recinto, momento em que será vedado ao candidato falar com qualquer servidor presente sobre sua candidatura ou candidaturas de outros servidores.

6.5 A votação será realizada manualmente através de cédula oficial, devidamente rubricada pelos integrantes da Comissão Eleitoral que conterá separadamente os nomes dos Servidores elegíveis para Diretor, em ordem alfabética, contendo no lado esquerdo de cada nome uma quadrícula onde o eleitor assinalará com um "X" o seu voto.

6.6 A formação da lista tríplice far-se-á mediante voto nominal de todos os integrantes da carreira em um dos candidatos inscritos, sendo eleitos os três mais votados em escrutínio único e secreto.

6.7 Havendo necessidade, a Comissão Eleitoral poderá requisitar Servidores efetivos para ajudar no dia do pleito, desde a abertura até o final da apuração do resultado, ou em parte dele.

6.8 Conforme disposto no art. 101, do Decreto 457/2014[2], Somente ocorrerá a eleição para o cargo de Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tangará da Serra/MT-SERRAPREV, caso tenha mais de 03 (três) candidatos devidamente inscritos e homologados pela comissão eleitoral. Assim, Caso o Pleito para formação da lista tríplice contar com um número igual ou inferior a 03 (três) candidatos, será dispensada a eleição e após a homologação da(s) candidaturas(s) pela comissão eleitoral, será encaminhada a lista para o Chefe do Poder Executivo, com os nomes homologados para dentre eles, proceder a escolha e a nomeação do Diretor Executivo

6.9 Ocorrendo empate na eleição para a formação da lista tríplice para escolha do cargo de Diretor do Instituto, será considerado eleito o candidato com maior número de documentos comprovando experiência técnica em gestão pública, orçamentária e financeira, e, se persistindo o empate, será eleito o mais antigo no exercício de suas funções de carreira, sendo a maior idade o terceiro critério de desempate.

6.11 Serão considerados nulos os votos que não forem lançados na cédula oficial, em branco ou assinalados de forma incorreta.

6.12 A apuração dos votos será feita imediatamente após o encerramento da votação, pela Comissão Eleitoral, que poderá ser presenciada por Servidores interessados, sem possibilidade de interferência na apuração.

6.13 Terminada a apuração serão proclamados os nomes dos três candidatos mais votados para o cargo de Diretor Executivo Previdenciário com maior numero de votos válidos.

6.14 Logo após a apuração o Presidente da Comissão Eleitoral mandará lavrar em ata, que deverá ser assinada por si e pelos Mesários, fazendo constar a hora de abertura e encerramento dos trabalhos, o resultado e os fatos mais relevantes ocorridos.

6.15 Finda a apuração, todo material relativo à eleição será encaminhado à Secretaria Municipal de Administração, que o conservará pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, podendo ser incinerado depois de decorrido o prazo para recursos.

6.16 Será excluído do Processo Eleitoral o candidato que:

I. Perturbar de qualquer modo a execução dos trabalhos;

II. For surpreendido, em ato flagrante, durante a realização do pleito eleitoral, fazendo campanha eleitoral;

III. Utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer etapa da eleição.

6.17 A lista tríplice para a escolha do Diretor do Instituto, depois de elaborada, deverá ser encaminhada pelo Presidente da Comissão Eleitoral ao Chefe do Executivo, ao qual cabe a competência para proceder a escolha e nomeação no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

6.18 Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Diretor Executivo, nos quinze dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o servidor público mais votado, para exercício do mandato.

7. DO RESULTADO E DOS RECURSOS

7.1 A disponibilização do resultado da apuração da Eleição será divulgado e publicado no **dia 14 de agosto de 2017**.

7.2 O candidato poderá interpor recurso administrativo em relação ao resultado até **às 16h00 do dia 15 de agosto de 2017**.

7.3 O requerimento de recurso administrativo deverá ser dirigido à Comissão Eleitoral, contendo:

VI. Nome completo e número de inscrição do candidato;

VII. Indicação do cargo a que concorre;

VIII. Objeto do pedido de recurso, e

IX. Exposição fundamentada a respeito dos problemas constatados.

7.4 A Comissão divulgará o resultado da análise e decisão dos recursos no **dia 18/08/2017.**

7.5 Não serão considerados os pedidos de recursos formulados fora do prazo. Não haverá recurso de reconsideração.

7.6 O resultado final da Eleição se dará no **dia 21 de agosto de 2017**.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Ao efetuar a sua inscrição o candidato assume o compromisso tácito de aceitar as condições estabelecidas neste Edital e na Legislação pertinente.

8.2 Qualquer inexatidão e/ou irregularidade constada nas informações e documentos do candidato, mesmo que já tenha sido divulgado o resultado do Processo Eleitoral, levara à sua eliminação, sem direito a recurso, sendo considerados nulos todos os atos decorrentes de sua inscrição.

8.3 A inobservância, por parte do candidato, de qualquer prazo estabelecido em convocações será considerada, em caráter irrecorrível, como desistência.

8.4 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consuma a providencia ou evento que lhes disser respeito, até a data da realização das eleições, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

8.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral constituída através do Decreto nº 210/2017.

9. DO CRONOGRAMA

9.1 As atividades relacionadas ao processo eleitoral serão executadas obedecendo o cronograma disposto no quadro abaixo:

CRONOGRAMA - ELEIÇÃO SERRAPREV	
DATA	**ATIVIDADE**
13/07/2017	PUBLICAÇÃO DO EDITAL/ DECRETO
24/07/2017	INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS – **AUDITÓRIO PREFEITURA**
25/07/2017	DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS
03/08/2017	ASSEMBLÉIA PARA APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS - **AUDITÓRIO PREFEITURA**
11/08/2017	PLEITO ELEITORAL - **AUDITÓRIO PREFEITURA**
14/08/2017	APURAÇÃO E RESULTADO DA ELEIÇÃO

15/08/2017	PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO À ELEIÇÃO
18/08/2017	ANÁLISE E DECISÃO DOS RECURSOS
21/08/2017	DIVULGAÇÃO FINAL DA ELEIÇÃO E ENVIO DO RESULTADO AO PREFEITO MUNICIPAL

Edirson José Oliveira

Presidente da Comissão Eleitoral

[1] **Parágrafo único.** O local, data, prazos, formas e custeio da eleição, serão disciplinados por Decreto do Executivo, em cada eleição.

[2] **Art. 101.** Quando o Pleito para formação da lista tríplice contar com um número igual ou inferior a 03 (três) candidatos, será dispensada a eleição e após a homologação da(s) candidaturas(s) pela comissão eleitoral, será encaminhada a lista para o Chefe do Poder Executivo, com os nomes homologados para dentre eles proceder à escolha e a nomeação do Diretor Executivo.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL 031/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através do(a) Pregoeiro(a), nomeado(a) pela Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **25 DE JULHO DE 2017, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2. 351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, do Tipo Menor Preço por item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CÓPIAS XEROGRÁFICAS, IMPRESSÃO, ENCADERNAÇÃO E PLOTAGENS,** a fim de suprir necessidades das Secretarias deste Município**,** conforme especificações constantes dos Anexos II e III, do Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 13 de Julho de 2017**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 12 de Julho de 2017. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 42/2017

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 42/2017

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 42/2017, tendo como objeto: REGISTRO DE PREÇO para eventual Contratação de Pessoa Jurídica para prestação serviços de plantão médico para atendimento no hospital Municipal de Terra Nova do Norte –MT e serviços de dois clínicos gerais para atender nos PSF São Pedro e Nona Agrovila, com realização prevista para o dia 25 de julho de 2017, às 08h00min, horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Clovis Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 12 de julho de 2017.

Elizangela de Oliveira Azevedo dos Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41-2017

Extrato de Contrato: **41/2017**
Contratantes: PMT/ OURISMAR PEREIRA DA SILVA-ME
Objeto: Contratação de Empresa para Consultoria em Licitações em atendimento no Município de Tesouro, conforme Termo de Referência, anexo I da Licitação.
Vigência: 05 de julho/2017 a 05 de julho de 2018
Valor Global: R$ **54.000,00**
Data da Assinatura: 05/05/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39-2017

Extrato de Contrato: **039/2017**
Contratantes: PMT/ GENISLAINE WALERIA DE OLIVEIRA DA ROSA-837.910.941-49
Objeto: Desenvolver a contabilidade pública da Prefeitura Municipal de Tesouro e todos os serviços atinentes à gestão orçamentária e contábil do exercício financeiro
Vigência: 05 de julho/2017 a 05 de julho de 2018
Valor Global: R$ 46.800,00
Data da Assinatura: 05/07/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 183/2017

Dispõe sobre prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor da Comunicação de Decisão, expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS Agencia de Sinop/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora efetiva Srª. APARECIDA MATILDES TRABUCO DE SOUZA – ocupante do cargo de Zeladora, Vinculada à Secretaria Municipal de Administração, portadora do RG nº 1.113.727-4 SSP/MT e CPF nº 226.549. 948-05, pelo período de 11 de julho de 2017 a 31 de dezembro de 2017, sem prejuízo da remuneração, mediante concessão de auxílio-doença, a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 11 de julho de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Execução de Obra por Preço Global.

Nº do Contrato: 026/2017.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 atualizada e Lei Municipal nº 565 de 17/04/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: REGINALDO NOGUEIRA DE MATTOS (01498017185).

CNPJ: 26.785.296/0001-97.

Objeto: Execução de Obra, no regime de empreitada por preço global, de Reforma e Reparos no Parque Infantil, na Quadra de Esportes e nos Portões da Escola Municipal de Educação Básica Matilde Altenhofem, estabe-

lecida na Cidade de União do Sul-MT, na forma do orçamento de serviços anexo ao contrato.

Valor: R$ 14.450,00 (quatorze mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

(54) 05.001.12.361.0010.1.021-4490.51.00.00.00 – Obras e Instalações.

Fonte: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

Prazo de Execução: 60 dias corridos, a contar da ordem de serviço.

Vigência do Contrato: 75 dias corridos, a contar da ordem de serviço.

Data de assinatura: 12/07/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

REGINALDO NOGUEIRA DE MATTOS

Pela Contratada.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 026/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL - MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 015/2017 de 02/01/2017 e alteração posterior, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos dos Decretos Municipais nºs. 593 de 12/01/2010, e 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2017 – REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 026/2017, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Troféus e Medalhas, para uso das Secretarias da Administração Municipal mencionadas no Anexo II, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com o Anexo I - Termo de Referência do Edital da licitação.

Data de Expedição do Edital: 12/07/2017.

Data de abertura/julgamento: 26/07/2017.

Horário: 09:00 horas.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos fones: 0xx 66 9 92370200 ou 0xx 66 35401283 – União do Sul – MT.

União do Sul – MT, 12 de julho de 2017.

VANDERLEI TELLES

Pregoeiro Substituto

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 11/2017

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial registro de Preço nº 11/2017**, **objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANETE (MOBILIA EM GERAL E VEICULO AUTOMOTIVO) PARA ATENDER A CENTRO DE SAUDE MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT**, e sagrou vencedores as empresas: A. T. I. COM. DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA - ME CNPJ: 12.544.381/0001-07, OLMI INFORMATICA LTDA - EPP CNPJ: 00.789.321/0001-17, O GOIANO PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI - ME CNPJ: 01.139.803.0001-94, INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ: 90.909.631/0001-90, VALE MAGASIN COMERCIO E SER.DE INF. LTDA-ME CNPJ: 15.252.973/0001-95, K C R S COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP CNPJ: 21.971.041/0001-03, DISMEQ COM IMP DE MAQUINAS PARA ESCR. LTDA EPP CNPJ: 24.722.647/0001-95. Vale de São Domingos-MT, 12 de Julho de 2017. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 13-2017.

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 13-2017 teve como vencedor a empresa, **ÚNICO SUPERMERCADO LTDA, inscrito no CNPJ: 09.508.573/0001-39, vencedor de todos os itens, No valor global de R$ 131.307,00**, Objeto **AQUISIÇÃO DE DERIVADOS DE PETROLEO (LUBRIFICANTE E FILTRO DE OLEO) PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS.** Vale de São Domingos – MT, 12 de Julho de 2017. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 11-2017

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Presencial Registro de Preço 11-2017 teve como vencedores as empresas:

549	**A. T. I. COM. DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA - ME CNPJ: 12.544.381/0001-07**				
Item	*Descrição*	*Unidade*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Total*
15637	BALANCA ANTROPOMETRICA INFANTIL- MODO DE OPERACAO DIGITAL	UNIDADE	2	R$ 780,00	R$ 1.560,00
15673	BEBEDOURO/ PURIFICADOR REFRIGERADO TIPO PRESSAO, COLUNA SIMPLES ACO PINTADO	UNIDADE	1	R$ 625,00	R$ 625,00
15663	CADEIRA ACO/FERRO PINTADO, ASSENTO/ENCOSTO POLIPROPILENO	UNIDADE	8	R$ 67,00	R$ 536,00
15651	COMPUTADOR (DESKTOP-BASICO)- PROCESSADOR: NO MINIMO INTEL CORE I3 OU AMD A10, MEMORIA RAM 4GB, DDR3, 1600MHZ, MOUSE USB, 800 DPI, 02 BOTOES , SCROOL (COM FIO)	UNIDADE	12	R$ 2.280,00	R$ 27.360,00
				Total da Proposta	***R$ 30.081,00***
2962	**OLMI INFORMATICA LTDA - EPP CNPJ: 00.789.321/0001-17**				
Item	*Descrição*	*Unidade*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Total*
15658	ARMARIO- DIMENSOES MINIMIA 1,50X0,70 ACO	UNIDADE	1	R$ 399,00	R$ 399,00

15659	ARMARIO VITRINE 02 PORTAS, ACO/FERRO PINTADO, LATERAIS DE VIDRO	UNIDADE	2	R$ 910,00	R$ 1.820,00
15666	ARQUIVO ACO COM 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA, DESLIZAMENTO DA GAVETA TRILHO TELESCOPICO	UNIDADE	2	R$ 365,00	R$ 730,00
15656	ARQUIVO- ACO, 04 GAVETAS, DESLIZAMENTO DA GAVETA TRILHO TELESCOPICO	UNIDADE	1	R$ 395,00	R$ 395,00
15655	CADEIRA- ACO/FERRO PINTADO, RODIZIOS, BRACOS, REGULAGEM DE ALTURA, ASSENTO/ENCOSTO: ESTOFADO COURVIN	UNIDADE	8	R$ 148,00	R$ 1.184,00
15648	LONGARINA- ASSENTO/ENCOSTO ESTOFADO , N DE ASSENTOS 03 LUGARES	UNIDADE	10	R$ 285,00	R$ 2.850,00
				Total da Proposta	***R$ 7.378,00***
2963	**O GOIANO PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELI - ME CNPJ: 01.139.803.0001-94**				
Item	*Descrição*	*Unidade*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Total*
15671	ARMARIO - 1.80X0,75, MATERIAL D CONFECCAO ACO	UNIDADE	2	R$ 390,00	R$ 780,00
15616	BALDE A PEDAL- CAPACIDADE MINIMO DE 05 LITROS, ACO INOXIDAVEL	UNIDADE	4	R$ 84,00	R$ 336,00
15646	BEBEDOURO/PURIFICADOR REFRIGERADO- TIPO:PRESSAO COLUNA CONJUGADO ACO INOX	UNIDADE	1	R$ 670,00	R$ 670,00
15661	TELEVISOR LCD, 42", CONVERSOR DIGITAL, ENTRADA HDMI, PORTA USB	UNIDADE	2	R$ 1.895,00	R$ 3.790,00
15674	VEICULO DE PASSEIO TRANSPORTE DE EQUIPE (5 PESSOAS, 0KM), MOTORIZACAO MINIMO DE 70CV, BICOMBUSTIVEL, DIRECAO HIDRAULICA, 04 PORTAS, CAPACIDADE 05 LUGARES, FREIO ABS E AIRBAG DUPLO, CAMBIO MANUAL	UNIDADE	1	R$ 38.949,00	R$ 38.949,00
				Total da Proposta	***R$ 44.525,00***
2964	**INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ: 90.909.631/0001-90**				
Item	*Descrição*	*Unidade*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Total*
15644	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO- ACESSORIO 1 ELETRODOS, BATERIA MINIMO DE 50 CHOQUES	UNIDADE	1	R$ 7.599,00	R$ 7.599,00
15615	DEA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMATICO- ACESSORIOS 3 ELETRODOS, BATERIA MINIMO DE 50 CHOQUES	UNIDADE	1	R$ 7.999,00	R$ 7.999,00
				Total da Proposta	***R$ 15.598,00***
2965	**VALE MAGASIN COMERCIO E SER.DE INF. LTDA-ME CNPJ: 15.252.973/0001-95**				
Item	*Descrição*	*Unidade*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Total*
15645	ESCADA COM 02 DEGRAUS- MATERIAL DE CONFECCAO ACO INOXIDAVEL	UNIDADE	2	R$ 128,00	R$ 256,00
15668	IMPRESSORA LASER (COMUM) PADRAO DE COR: MONOCROMATICO, MEMORIA DE 16 MB, RESOLUCAO 600X600, VELOCIDADE 33 PPM, CAPACIDADE DE 100 PAG, CICOL 25.000 PAG, INTERFACE USB E REDE, FRENTE E VERSO AUTOMSTICO, GARANTIA MINIMA 12 MESES	UNIDADE	1	R$ 1.097,00	R$ 1.097,00
				Total da Proposta	***R$ 1.353,00***
2966	**K C R S COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP CNPJ: 21.971.041/0001-03**				
Item	*Descrição*	*Unidade*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Total*
15643	BALANCA ANTROPOMETRICA ADULTO- MODO DE OPERACAO DIGITAL	UNIDADE	2	R$ 845,00	R$ 1.690,00
				Total da Proposta	***R$ 1.690,00***
2967	**DISMEQ COM IMP DE MAQUINAS PARA ESCR. LTDA EPP CNPJ: 24.722.647/0001-95**				
Item	*Descrição*	*Unidade*	*Quantidade*	*Valor Unitário*	*Total*
15654	AR CONDICIONADO CLIMATIZACAO A FRIO, SPLIT 18000 BTU	UNIDADE	4	R$ 1.599,00	R$ 6.396,00
15653	AR CONDICIONADO- CLIMATIZACAO APENAS FRIO, SPLIT MINIMO 24.000 BTU	UNIDADE	1	R$ 2.250,00	R$ 2.250,00
15664	AR CONDICIONADO- CLIMATIZACAO APENAS FRIO, SPLIT MINIMO 36.000 BTU	UNIDADE	1	R$ 4.490,00	R$ 4.490,00
15670	AR CONDICIONADO- CLIMATIZACAO APENAS FRIO, SPLIT, MINIMO 7.000 BTU	UNIDADE	2	R$ 925,00	R$ 1.850,00
15660	GELADEIRA/REFRIGERADOR CAPACIDADE 280 LITROS	UNIDADE	2	R$ 1.200,00	R$ 2.400,00
15672	MESA DE ESCRITORIO- BASE ACO/FERRO PINTADO, COMPOSICAO SIMPLES, MATERIAL DE CONFECCAO MADEIRA/MDP/MDF/SIMILAR, DE 01 A 02 GAVETAS	UNIDADE	6	R$ 199,00	R$ 1.194,00
				Total da Proposta	***R$ 18.580,00***

Objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANETE (MOBILIA EM GERAL E VEICULO AUTOMOTIVO) PARA ATENDER A CENTRO DE SAUDE MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT.** Vale de São Domingos – MT, 12 de Julho de 2017. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 13/2017

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Presencial Registro de Preço nº 13/2017**, **objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de derivados de petróleo (lubrificantes) e filtros de óleo, com fornecimento continuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Vale de São Domingos-MT.**, e sagrou vencedora a empresa ÚNICO SUPERMERCADO LTDA, inscrita

no CNPJ: 09.508.573/0001-39,. Vale de São Domingos-MT, 12 de Julho de 2017. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2017, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 065/2016
PROCESSO N. 446240/2017

1.Visto.2.Observou-se a necessidade apresentada pela Assessoria de Gestão e Atenção Hospitalar do HPSM/VG, para adesão a Ata de Registro de Preços nº. 007/2017, oriunda da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, a referida adesão justifica-se pela vantajosidade comprovada pelos orçamentos acostados aos autos, bem como a importância da aquisição dos materiais de consumo, conforme Termo de Referência nº. 043/2017. 3.Formalizada coleta de preços, comprovou-se a vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a SRP se encontra vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão e o fornecedor também concorda com a pretendida adesão, conforme consta nos autos, bem como já houve compra realizada pelo Órgão Gerenciador.4.Desse modo AUTORIZO a ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº. 007/2017 do Pregão Eletrônico SRP nº. 065/2016, da Empresa DISNORMA COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTO E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR–EPP, CNPJ nº. 01.326.495/0001-06, para atender as necessidades da rede da SMS/VG, conforme Termo de Referência nº. 043/2017, nos termos do artigo 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013, no valor global de R$ 463.968,00 (Quatrocentos e sessenta e três mil novecentos e sessenta e oito reais).5. Publique-se e cumpra-se 6.Empenhem-se os recursos necessários.

Várzea Grande-MT, 10 de Julho de 2017.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde.

PORTARIA Nº 626/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Julho/2017**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
11202	CAROLINA CURVO PIOVEZAN	Comissionado	2016/2017	05.07.17 A 03.08.17 (30 dias)
21272	JANE PEREIRA BARROS	Efetivo	2012/2013	10.07.17 A 08.08.17 (30 dias)
111156	LUZIA INES DE CAMPOS LEMES	Comissionado	2016/2017	03.07.17 A 01.08.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 624/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Julho/2017**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTAO FAZENDARIA

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
15408	EURICO QUEIROZ DE ALMEIDA	Efetivo	2015/2016	01.07.17 A 30.07.17 (30 dias)
30757	MARCELO HENRIQUE ALVES DE SIQUEIRA	Efetivo	2012/2013	24.07.17 a 22.08.17 (30 dias)
109119	RAYANE LUIZA FONTOURA DE CAMPOS	Comissionado	2016/2017	10.07.17 a 24.07.17 (15 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 06/2017

Processo n.433607/2017: O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria n.381/2017 torna público, para conhecimento dos interessados, O RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO relativa a Concorrência Pública n.06-2017, objeto: **Contratação de Empresa Capacitada em Serviços de Engenharia/Arquitetura para executar obra de construção de uma Escola Municipal de Educação Básica denominada "Antônio Lino de Campos", localizada na rua São Gonçalo, bairro Carrapicho no Município de Várzea Grande/Mato Grosso incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, de acordo com as especificações descritas neste termo e seus anexos,** sob o regime de execução indireta de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL,**a Comissão Permanente de Licitação após analise, **acata** a decisão daequipe técnica da SMECEL/VG e declara **HABILITADAS** as empresas: **BC Tempo Novo Construtora Ltda Me** CNPJ. 08.895.827/0001-12, **Monte Moriá Construção Civil Ltda EPP** CNPJ. 19.762.865/0001-13, **BJ Tendencias, Comércio e Serviços Eireli Me** CNPJ: 03.301.414/0001-49, **Reta Projetos e Construções Ltda** CNPJ: 00.541.815/0001-88, **Hábil Construtora Ltda Me** CNPJ: 26.541.631/0001-01, **Aroeira Construções e Incorporação e Vendas Ltda** CNPJ: 02.250.369/0001-88, **Construtora São Valentin Ltda EPP** CNPJ: 10.789.288/0001-89, e declara **INABILITADAS** as empresas: **São Jorge Construtora e Consultoria Ltda Me** CNPJ: 70.428.305/0001-84, **Raphael Piva Construtora e Imobiliária Me** CNPJ: 21.857.277/0001-05, **W Mendes Ltda Epp** CNPJ: 13.252.128/0001-94, **CAG Engenharia e Construções Eireli Epp** CNPJ: 09.488.002/0001-46, **Alcance Construtora e Incorporadora Ltda EPP** CNPJ: 00.869.073/0001-14.A ata da presente sessão interna esta disponível no site: WWW.varzegrande.mt.gov.br. Em atenção ao art. 109, I Lei 8666/93, a Comissão declara aberto o prazo para interposição de recurso quanto a habilitação no prazo legal a partir da Circulação deste aviso. Várzea Grande-MT, 11 de julho de 2017. Lauro Josney Corrêa. Presidente CPL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2017, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 065/2016.
PROCESSO N. 446229/2017

1.Visto.2.Observou-se a necessidade apresentada pela Assessoria de Gestão e Atenção Hospitalar do HPSM/VG, para adesão a Ata de Registro

de Preços nº. 007/2017, oriunda da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, a referida adesão justifica-se pela vantajosidade comprovada pelos orçamentos acostados aos autos, bem como a importância da aquisição dos materiais de consumo, conforme Termo de Referência nº. 046/2017. 3.Formalizada coleta de preços, comprovou-se a vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a SRP se encontra vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão e o fornecedor também concorda com a pretendida adesão, conforme consta nos autos, bem como já houve compra realizada pelo Órgão Gerenciador.4.Desse modo AUTORIZO a ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº. 007/2017 do Pregão Eletrônico SRP nº. 065/2016, da empresa, MERCADAO DA LIMPEZA LTDA-ME, CNPJ nº. 14.689.405/0001-93, para atender as necessidades da rede da SMS/VG, conforme Termo de Referência nº. 046/2017, nos termos do artigo 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013, no valor global de R$ 14.392,16 (Quatorze mil trezentos e noventa e dois reais e dezesseis centavos).5. Publique-se e cumpra-se6.Empenhem-se os recursos necessários.

Várzea Grande-MT, 10 de julho de 2017.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde.

EDITAL 013/2017

Edital de Convocação de Eleição do Conselho Municipal de Esportes e Lazer

Dispõe sobre os princípios da Eleição dos Representantes da Sociedade Civil e da Primeira Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Esportes e Lazer, para o biênio 2017/2019.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em conjunto com a **Superintendência de Esportes e Lazer**, em uso de suas atribuições e em obediência a Lei Municipal Nº 4.198/2017, tornam público a Convocação para a Eleição de membros representantes de entidades não governamentais, para comporem o Conselho Municipal de Esportes e Lazer de Várzea Grande.

1. Das Disposições Preliminares

1.1. O Processo Eleitoral será regido por este Edital, avisos, atos complementares e eventuais retificações, sendo sua execução de responsabilidade da SMECEL – Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – Superintendência de Esporte e Lazer – SEL.

1.2. O presente Processo Eleitoral se destina a selecionar candidatos para o preenchimento de vagas no CMEL – Conselho Municipal de Esportes e Lazer.

2. - Do Conselho Municipal de Esportes e Lazer

2.1 - O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, integrante da estrutura básica e setorial da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer é órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador das Políticas de Esporte e Lazer para o Município de Várzea Grande – MT.

2.2 - **Das Competências do Conselho Municipal de Esportes e Lazer**

2.2.1 - Conforme dispõe o Art. 2 da Lei Municipal Nº 4.198/2017, o Conselho Municipal de Esportes e Lazer, tem por atribuições, entre outras:

I – Colaborar com a SMECEL, na elaboração de programas e projetos que viabilizem o cumprimento da Política Municipal de Esportes e Lazer;

II – Contribuir para o aperfeiçoamento da legislação relativa às atividades esportivas e de lazer;

III – Debater e aprofundar assuntos de interesses relacionados ao esporte e lazer, emitindo, a título de colaboração, pareceres e estudos a pedido da SMECEL;

IV – Estabelecer regime de mútua colaboração entre órgãos públicos, confederações, federações e demais entidades esportivas, afetos à suas ações;

V – Colaborar com a SMECEL no estabelecimento de prioridades para a aplicação de recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal de Esporte e Lazer.

3. Da Composição do Conselho Municipal de Esportes e Lazer

3.1 - O Conselho Municipal de Esportes e Lazer será composto, por 09 (nove) membros titulares e respectivos suplentes, dentre os quais, representantes da Administração Pública Municipal, indicados de acordo com a determinação do inciso I, do Art. 3°, da Lei 4.198/2017 e representantes da área não governamental, em conformidade com o estabelecido nos Incisos I e II da mesma Lei.

4. Da inscrição

4.1 - Poderão candidatar-se as vagas destinadas à ***Área Não Governamental***, representantes indicados pelas Entidades, emissários de Associações, Federações e Entidades Desportivas, que desenvolvam suas atividades no Município de Várzea Grande, das modalidades de Futebol, Futsal, Handebol, Voleibol, Basquetebol, Atletismo, Artes Marciais e também, que Desenvolvam atividades desportivas com pessoas com deficiências.

4.2 – As candidaturas dos representantes das entidades da Área Não Governamental serão solicitadas no prazo determinado por este Edital, junto a SMECEL – Superintendência de Esporte e Lazer, devendo no ato de inscrição, ser preenchido o Formulário padrão de Inscrição disponível na SMECEL- SEL;

4.3 - As inscrições serão efetivadas com documentos originais, acompanhados das respectivas cópias e acontecerão entre os dias 24 a 28 de julho de 2017, no Anexo I – SMECEL - Sede da Superintendência de Esportes e Lazer, Rua João Libânio, 123 – Jardim Aeroporto – Várzea Grande, das 07h30min às 17h30min, respeitando-se o intervalo de duas horas de almoço.

4.4 - Não serão aceitas inscrições via outros meios e nem em outros dias e horários.

5 - **Dos Documentos Necessários**

5.1 - Das Entidades

5.2 - As entidades apresentarão no ato das inscrições de seus representantes os seguintes documentos:

I – Oficio Endereçado a SMECEL – SEL, solicitando a inscrição e apresentando o seu representante;

II – Ata de Eleição e Termo de Posse da atual Diretoria, devidamente registradas em cartório;

III – Cópia do Estatuto da Entidade, registrado em Cartório;

IV – Certidão de Personalidade Jurídica Ativo;

V – Comprovação atualizada de que a Entidade é filiada em Federação ou Confederação atinente.

5.3 - **Dos Representantes**

5.4 - Os representantes no ato de inscriçãoapresentarão os originais e cópias dos seguintes documentos:

I – Documento comprobatório que representa uma Entidade não governamental;

II **-** Certidão Negativa de 1° e 2° Graus Civil e Criminal, expedidas pela Justiça Estadual;

III – Cópia autenticada do RG e do CPF do candidato;

IV – Comprovante de Endereço.

6. - **Da Comissão Eleitoral**

6.1 - O Processo Eleitoral será organizado pela SMECEL, através da SEL e conduzido por uma Comissão Eleitoral instituída especificamente para este fim.

6.2 – A Comissão Eleitoral terá plena autonomia e será soberana em suas decisões.

7. - **Da Votação e do local de Votação**

7.1 – A eleição será realizada em 11 de agosto de 2017, das 07h30min as 11h30min, no Auditório da SMECEL/VG/MT – Anexo I – Rua João Libânio, 123 – Jardim Aeroporto – Várzea Grande-MT.

7.2 – Somente poderão votar as Entidades devidamente inscritas. Mesmo que não apresentem candidatos, sendo um voto por Entidade.

8. - **Da Mesa Receptora**

8.1 – A Mesa Receptora será composta pelos membros da Comissão Eleitoral e após o encerramento da Votação, será transformada em Mesa Escrutinadora, ficando responsável pela divulgação do resultado.

9. - Das Disposições Gerais e Transitórias

9.1. As candidaturas que não atenderem ao disposto neste Edital, não serão aceitas e casos apresentem alguma irregularidade, após a inscrição, serão automaticamente impugnadas;

I – Cada Entidade Esportiva poderá inscrever somente um candidato;

II – É de responsabilidade da Comissão Eleitoral, confirmar ou não a inscrição dos candidatos.

9.2. Outras informações poderão ser obtidas diretamente na SMECEL – SEL.

9.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral.

9.4 - Logo após anunciado o resultado final, os membros titulares do Conselho deverão se reunir no mesmo local para a eleição da Diretoria Executiva, cujo mandato será de dois anos, com direito à reeleição.

Sílvio Aparecido Fidelis

Secretário

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária

Jadir Pereira

Superintendente de Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 076/2017/SMECEL/VG

Nomeia Comissão responsável pela organização e realização do Processo de escolha de representantes da Área Não Governamental, para comporem o CMEL – Conselho Municipal de Esportes e Lazer do Município de Várzea Grande.

Sílvio Aparecido Fidelis, Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

RESOLVE:

Art. 1°- Constituir Comissão responsável pelo pela organização e realização do Processo de escolha de representantes da Área Não Governamental, para comporem o CMEL – Conselho Municipal de Esportes e Lazer do Município de Várzea Grande.

Art. 2° - A Comissão será instituída exclusivamente para este fim e terá plena soberania e autonomia em suas decisões.

Art. 3° – Caso exista necessidade a Presidente da Comissão poderá, após anuência do Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, convocar outros servidores efetivos para auxiliarem os trabalhos.

Art. 4º- A Comissão será composta pelos servidores efetivos abaixo discriminados e presidida pela elencada no inciso I:

I – Ana Maria de Barros César;

II – Elana Catarina Monteiro Mayer;

III – Rosiane da Silva Pereira.

Art. 5°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Várzea Grande - MT, 11 de julho de 2017.

Sílvio Aparecido Fidelis

Secretário

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária

Jadir Pereira

Superintendente de Esporte e Lazer

ATO Nº. 378/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 462098/17;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Juliane Destri Negretti do cargo em comissão de Assessor Jurídico DNS 5 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo, a partir de 01 de julho de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 06 de Julho de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Kalil Sarat Baracat de Arruda

Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2017, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 065/2016
PROCESSO N. 446249/2017

1.Visto.2.Observou-se a necessidade apresentada pela Assessoria de Gestão e Atenção Hospitalar do HPSM/VG, para adesão a Ata de Registro de Preços nº. 007/2017, oriunda da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, a referida adesão justifica-se pela vantajosidade comprovada pelos orçamentos acostados aos autos, bem como a importância da aquisição dos materiais de consumo, conforme Termo de Referência nº. 048/2017. 3.Formalizada coleta de preços, comprovou-se a vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a SRP se encontra vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão e o fornecedor também concorda com a pretendida adesão, conforme consta nos autos, bem como já houve compra realizada pelo Órgão Gerenciador.4.Desse modo AUTORIZO a ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº. 007/2017 do Pregão Eletrônico SRP nº. 065/2016, da empresa, UGOLINE CAMPOS EIRELI, CNPJ nº. 01.354.498/0001-53, para atender as necessidades da rede da SMS/VG, conforme Termo de Referência nº. 048/2017, nos termos do artigo 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013, no valor global de R$ 107.188,00 (Cento e sete mil cento e oitenta e oito reais).5.Publique-se e cumpra-se. 6.Empenhem-se os recursos necessários.

Várzea Grande-MT, 10 de julho de 2017.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde.

RETIFICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 2017/GS/SMECEL/VG/ MT N° 002

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público e estabelece a retificação **da INSTRUÇÃO NORMATIVA 2017/GS/SMECEL/VG/MT N° 002, nos itens a seguir descritos, mantendo inalterado os demais itens.**

ONDE SE LÊ:

Art. 2º - Será determinado o acompanhamento de 01 (um) Técnico de Desenvolvimento Educacional – TDE, Perfil: Técnico em Desenvolvimento Educacional Especializado – TDEE, quando comprovada a necessidade de profissional de apoio ao aluno com deficiência e transtorno do espectro do autismo na realização das atividades de locomoção, alimentação, cuidados pessoais com higienização e que venha a colocar em risco a sua própria segurança e de terceiros.

§ 1° - A comprovação de que trata o caput deste artigo deverá ser feita através de parecer de profissional do Centro Municipal de Atendimento à Inclusão "João Ribeiro Filho", conforme Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010 e normativa da SMECEL.

LEIA-SE:

Art. 2º - Será determinado o acompanhamento de 01 (um) Técnico de Desenvolvimento Educacional – TDE, Perfil: Técnico em Desenvolvimento Educacional Especializado – TDEE, quando comprovada a necessidade de profissional de apoio ao aluno com deficiência e transtorno do espectro do autismo na realização das atividades de locomoção, alimentação, cuidados pessoais com higienização e que venha a colocar em risco a sua própria segurança e de terceiros.

§ 1° - A comprovação de que trata o caput deste artigo deverá ser feita através de parecer de profissional do Centro Municipal de Atendimento à Inclusão "João Ribeiro Filho", conforme ***Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 19/2010 – MEC/SEES/GAB*** e normativa da SMECEL.

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 11 de julho de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE FÉRIAS

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE FÉRIAS

Concede 30 (trinta) dias de férias regulamentares, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar n° 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, ao servidor abaixo relacionado, a vigorar a partir de:

Matricula	Servidor	Vínculo	CARGO	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1732	**LUIZ FERNANDES DA SILVA ABREU**	CONTRATADO	OPERADOR SISTEMA ÁGUA ESGOTO	**2015/2016**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
1991	**DOMINGOS SANTOS DE CAMPOS**	CONTRATADO	OPERADOR SISTEMA ÁGUA ESGOTO	**2016/2017**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
503	**ORITA DE OLIVEIRA SANTOS**	EFETIVO	AUX. SERVIÇOS GERAIS	**2016/2017**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
1921	**HILDEBRANDO ARAUJO DE FRANÇA**	COMISSIONADO	DIRETOR DE PRODUÇÃO	**2015/2016**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
1922	**DANUSA AUXILIADORA COELHO**	COMISSIONADO	ASSITENTE TÉCNICO INFORMATICA –DGA 7	**2016/2017**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
608	**PATRICIA APARECIDA MARTINS DE SOUZA TEIXEIRA**	EFETIVO	TELEFONISTA	**2015/2016**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
557	**JOSILENE MARIA DE ABREU PEDRAÇA**	EFETIVO	FISCAL DE CORTE	**2015/2016**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
1895	**JOSÉ GONÇALO DE CAMPOS CURADO**	CONTRATADO	OPERADOR SISTEMA ÁGUA ESGOTO	**2016/2017**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
576	**VICENTE GOMES DE CAMPOS FILHO**	EFETIVO	FISCAL DE CORTE	**2015/2016**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
588	**JOSÉ SANTOS**	EFETIVO	FISCAL DE CORTE	**2016/2017**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
1919	**TAIZE MORAES DE OLIVEIRA**	CONTRATADO	TÉCNICO DE NIVEL SUPERIOR	**2015/2016**	10.07.2017 20.07.2017(10 dias)
1971	**MAILSON HENRIQUE DE PAULA**	CONTRATADO	FISCAL DE CORTE	**2015/2016**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
2021	**ELDERSON GONÇALO DE CAMPOS**	CONTRATADO	FISCAL DE CORTE	**2016/2017**	03.07.2017 1.07.2017(30 dias)
1956	**DAVID DA SILVA RIBEIRO JUNIOR**	CONTRATADO	FISCAL DE CORTE	**2015/2016**	03.07.2017

					1.07.2017(30 dias)

Publique-se, Registre-se e cumpra-se.

Várzea Grande, 12 de JULHO de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

PORTARIA Nº 634/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Retificar a Portaria nº **567/2017** somente com relação a servidora **SATURNINO MARTINS SERIQUETE FILHO** matrícula n° 42631, Efetivo, exercendo o Cargo de Motorista, lotada na Secretaria Municipal de Saude, que concedeu 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referente ao período aquisitivo 2015/2016, com período de gozo em 03/07/2017 a 01/08/2017**.** Conforme a Portaria Nº 567/2017,publicada noJornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM**,** no dia 30/06/2017, pagina 323, edição nº2.761.

Onde se lê :03/07/2017 a 01/08/2017.

Leia-se : **02/05/2017 a 31/05/2017**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 07 de Julho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 633/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2015/2016, a vigorar a partir de **03.07.2017 a 01.08.2017,** ao servidor **ROBERTO DAVI DE SOUZA**, matrícula n° **40129,** Efetivo/exercendo o cargo em Comissão de Gerente – DNS 6, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintende de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 632/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder 08 (oito) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2014/2015**, a vigorar a partir de **17.07.2017 a 24.07.2017,** a servidora **CAROLINA COLNAGO GAMBALLI DE MELLO**, matrícula **n° 7102,** Efetiva, exercendo o cargo Agente de Desenvolvimento Econômico e Social, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO HIERARQUICO TOMADA DE PREÇOS N. 01/2017

Processo: 417575/2016. O Município de Várzea Grande Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL -, designada pela portaria n. 381/2017, torna público para conhecimento dos interessados, **O RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO HIERÁRQUICO** relativo aTomada de Preço n. 01/2017, objeto: Construção rede de tratamento de esgoto (TANQUES SÉPTICOS, FILTROS ANAERÓBIOS E SUMIDOUROS) nas devidas unidades: **EMEB "Honorato Pedroso de Barros"** está localizada na Av. Filinto Muller, sem nº, bairro Água Vermelha, atende: 5 anos e do 1º ao 5º ano, **EMEB"Ednilson Francisco Kolling"** localizado no Loteamento Chapéu do Sol,atende: 5 anos e do 1º ao 5º ano, **EMEB Manoel João de Arruda**, localizada na Rua Gonçalo Domingos de Campos, S/N, Bairro: Figueirinha, atende: 4 e 5 anos e do 1º ao 5º ano, **EMEB "Eunice Cesár de Melo",** localizada na Rua J. Tavares, Vila Pirineu, Atende: 4 e 5 anos e do 1° ao 5° ano, **CMEI "Manoel Rosa de Figueiredo"**, localizada na rua Licínio Monteiro s/nº, Bairro Jd. Glória, Atende: 2 e 3 anos, **EMEB "Dirce Leite de Campos",** localizada na Rua 12, S/N, bairro Jardim Itororó,atende crianças de 5 anos e do 1° ao 5° ano e **Bloco da Sede** "**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer",** localizada no Paço Municipal no Município de Várzea Grande/Mato Grosso de acordo com as especificações descritas no edital e anexos, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL sob o regime de execução indireta de empreitada pelo “PREÇO GLOBAL”, Após analise do Recurso Hierárquico interposto, a Excelentíssima Sra. Prefeita **CONHECEU** do **RECURSO**, para no mérito **NEGAR-LHE** provimento, mantendo incólume a decisão que declarou **INABILITADA** a empresa **PAIAGUÁS CONSTRUTORA LTDA** – CNPJ n. 11.219.541/0001-21. A decisão na integra esta disponível no site: WWW.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2017. **Lauro Josney Corrêa,** Presidente, CPL.

PORTARIA Nº 628/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de **Abril/Maio/Junho/2017**, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
100777	EDMARA SANCHES NOGARI	Efetivo	2015/2016	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
92093	EVA APARECIDA DE ALMEIDA MAGALHÃES	Efetivo	2015/2016	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
95772	LIDIANE CARVALHO CORREA	Efetivo	2015/2016	16.06.17 A 05.07.17

				(20 dias)
84677	MARILE CAMARGO DE ANDRADE	Efetivo	2016/2017	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
95778	SANDRA MARIA LIMA DE SOUZA	Efetivo	2015/2016	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº 627/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Julho/2017, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
101077	ADEMIR REVELES PEREIRA JUNIOR	Efetivo	2016/2017	01.07.17 A 30.07.17 (30 dias)
101131	ANA RITA DO NASCIMENTO	Efetivo	2016/2017	01.07.17 A 30.07.17 (30 dias)
6392	BRUNO CESAR CHAGA SIQUEIRA FRANÇA	Efetivo	2014/2015	03.07.17 A 01.08.17 (30 dias)
7352	CELIA CONCEIÇÃO ARCANJO FERREIRA	Efetivo	2016/2017	03.07.17 A 01.08.17 (30 dias)
101136	CRISTIANE BEBIANE DOS SANTOS	Efetivo	2016/2017	01.07.17 A 30.07.17 (30 dias)
12643	EDUARDO ROBERTO LOPES	Efetivo	2012/2013	01.07.17 A 30.07.17 (30 dias)
12668	EDVALDO RODRIGUES DE SOUZA	Efetivo	2015/2016	01.07.17 A 30.07.17 (30 dias)
101069	ELIETE NEVES MARTINS	Efetivo	2016/2017	01.07.17 A 30.07.17 (30 dias)
84979	ELISA VERA VIEIRA DE ARAUJO	Efetivo	2015/2016	03.07.17 A 01.08.17 (30 dias)
101054	ELIZABETH DE JESUS COSTA	Efetivo	2016/2017	01.07.17 A 30.07.17 (30 dias)
87437	GILMAR DE SOUZA CARDOSO	Efetivo	2015/2016	01.07.17 A 30.07.17 (30 dias)
17927	GIOVANI BENEDITO RIBEIRO	Efetivo	2012/2013	03.07.17 A 01.08.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO

CONTRATO	SERVIDORES	INICIO	MOTIVO DE RESCISÃO	CARGOS	FINALIDADE CONTRATO
1744/01	MARIOMAR APARECIDO DE AMORIM	12/09/2014	TÉRMINO CONTRATO 12/07/2017	OPERADOR SISTEMA ÁGUA ESGOTO	PRESTAÇÃO SERVIÇO**EXTRATO TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO**

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

VÁRZEA GRANDE, 12 DE JULHO DE 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

ATO Nº. 375/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 461821/17;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Silvia Martins da função de Diretora, EMEB Vereador Estevão Ferreira da Cunha da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 04 de julho de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de Julho de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO Nº. 374/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 461826/17;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Claudenir Benedito de Siqueira Souza do cargo em Comissão de Secretária Escolar – DNS 8, EMEB Professora Marilce Benedita de Arruda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 06 de julho de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de Julho de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO Nº. 370/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº 461303/17;

R E S O L V E:

EXONERAR Luciane Claudinete da Silva do cargo em Comissão de Secretária Escolar – DNS 8, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 30 de junho de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Julho de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO N. 05/2017

Processo n. 431430/2017. O Município de Várzea Grande-MT por meio da secretaria Municipal de Viação e Obras, torna público a quem possa interessarque o processo licitatório Tomada de Preço n. 05/2017cujo objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS (O.A.E.) – CONSTRUÇÃO, RECONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES DE MADEIRAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE – MT, CONFORME PROJETOS E PLANILHAS EM ANEXO**, foi HOMOLOGADO e ADJUDICADO pela Autoridade Competente em 11/07/2017, sagrando – se vencedora, à empresa **CONSTRUTORA SANTA LUCIA LTDA EPP**, inscrita no CNPJ:01.982.578/0001-53,vencedora em todos os lotes, sendo: **lote 01**, no valor de **R$ 60.730,90** (Sessenta mil e setecentos e trinta Reais e noventa centavos), **lote 02** no valor de **R$ 32.938,10** (Trinta e dois mil e novecentos e trinta e oito Reais e dez centavos), **lote 03** no valor de **R$ 33.336,54** (Trinta e três mil e trezentos e trinta e seis Reais e cinquenta e quatro centavos), **lote 04** no valor de **R$ 66.827,88** (Sessenta e seis mil e oitocentos e vinte e sete Reais e oitenta e oito centavos), **lote 05** no valor de **R$ 33.335,10** (Trinta e três mil e trezentos e trinta e cinco Reais e dez centavos), **lote 06** no valor de **R$ 30.013,86** (Trinta mil e treze Reais e oitenta e seis centavos), **lote 07** no valor de **R$ 14.285,85** (Quatorze mil e duzentos e oitenta e cinco Reais e oitenta e cinco centavos) e no **lote 08** no valor de **R$ 16.673,73** (Dezesseis mil e seiscentos e setenta e três Reais e setenta e três centavos), totalizando o valor global de **R$ 288.141,96** (Duzentos e oitenta e oito mil e cento e quarenta e um Reais e noventa e seis centavos),na forma do inciso VI do artigo 43 da lei 8666/93. Dê-se publicidade e cumpra-se. Empenhem-se os recursos necessários. Várzea Grande – MT, 11 de Julho de 2017. **LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA,** Secretário Municipal de Viação e Obras.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 004/2017

Processo **449461/**2017: O Município de Várzea Grande, por meio de Pregoeiro Oficial, designado pela portaria n. 382/2017**,** torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma PRESENCIAL, do tipo menor preço, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM** cujo objeto**: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA NO RAMO DE EXTRAÇÃO E FORNECIMENTO DE CARGA DE CASCALHO DO CAMPO, MATERIAL DE JAZIDA, SOB DEMANDA, PARA REGULARIZAÇÃO DO LEITO CARROÇÁVEL DAS VIAS PÚBLICAS NÃO.** A realização prevista para o dia **26 de Junho 2017, às 14h30min** (horário de Mato Grosso). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – Superintendência de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, sito à avenida Castelo Branco, 2500 – Várzea Grande/MT, mediante pagamentos dos custos de R$ 0,13 por cópia não restituível, e gratuitamente no sitio: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande-MT, 12 de julho de 2017. **Luiz Celso Morais De Oliveira,** Secretário Municipal de Viação e Obras.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 007/2017, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 065/2016.
PROCESSO N. 446248/2017

1.Visto.2.Observou-se a necessidade apresentada pela Assessoria de Gestão e Atenção Hospitalar do HPSM/VG, para adesão a Ata de Registro de Preços nº. 007/2017, oriunda da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, a referida adesão justifica-se pela vantajosidade comprovada pelos orçamentos acostados aos autos, bem como a importância da aquisição dos materiais de consumo, conforme Termo de Referência nº. 040/2017. 3.Formalizada coleta de preços, comprovou-se a vantajosidade e cumprimento dos requisitos legais, uma vez que a SRP se encontra vigente, o Órgão Gerenciador autorizou a adesão e o fornecedor também concorda com a pretendida adesão, conforme consta nos autos, bem como já houve compra realizada pelo Órgão Gerenciador.4.Desse modo AUTORIZO a ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº. 007/2017 do Pregão Eletrônico SRP nº. 065/2016, da empresa, MOREIRA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA -EPP , CNPJ nº. 08.436.811/0001-41, para atender as necessidades da rede da SMS/VG, conforme Termo de Referência nº. 040/2017, nos termos do artigo 22 do Decreto Federal nº. 7.892/2013, no valor global de R$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais). 5.Publique-se e cumpra-se.6.Empenhem-se os recursos necessários.

Várzea Grande-MT, 10 de julho de 2017.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde.

ATO Nº. 379/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Roger Miranda de Moraes, no cargo em Comissão de Gerente de Obras – DNS 6, na Secretaria Municipal de Viação e Obras, a partir de 05 de julho de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 06 de Julho de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Luiz Celso Morais de Oliveira

Secretário Municipal de Viação e Obras

ATO Nº. 377/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº461823/17;

R E S O L V E:

NOMEAR Zilda Braga de Oliveira, na função de Diretora, EMEB Vereador Estevão Ferreira da Cunha na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 04 de julho de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de Julho de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PORTARIA Nº 078/2017/GAB/SMECEL/VG/MT

Dispõem sobre a substituição do servidor público designado para exercer a função de estoquista da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Várzea Grande- MT- Anexo I- setor de Alimentação Escolar.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e,

Considerando a Orientação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e da Controladoria Interna do Município em manter no quadro funcional permanente do setor de distribuição de alimentação escolar servidor público efetivo- estoquista com vistas ao cumprimento do princípio da moralidade e legalidade.

RESOLVE:

Artigo 1°- Substituir o servidor público Sr. Silvio Mendes de Jesus, designado para exercer a função de estoquista no período de férias regulamentar, pelo servidor público efetivo, Técnico de Suporte Administrativo Educacional, Sr. Lourenço de Campos *CPF 486.668. 071-72***.**

Artigo 2°- Esta Portaria entra em vigência nesta data, revogando se as disposições em contrário.

Registra- se, Publica- se, Cumpra- se.

Paço Municipal, Couto de Magalhães, Várzea Grande - MT, 11 de julho de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

PORTARIA N. 077/2017/GAB/SMECEL/VG

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias 2016/2017, consoante a Lei Complementar n.º 3.797/2012.

01 – EMEB ANTONIA FELIPA DE CAMPOS MARTINS

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
MARI NEI ALMEIDA SILVA	31484	PROFESSORA	01/06/17 A 30/06/17
PAULO NICOLAU PIRES DA SILVA	38706	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	01/06/17 A 30/06/17

02 – EMEB ver. zeno de oliveira

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
GISELLE APARECIDA DE LIMA BEZ BATTI	18017	PROFESSORA	01/07/17 A 30/07/17

03 – CMEI NAIR SACRE

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA	29633	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	30/06/17 A 29/07/17

04 – EMEB MANOEL JOÃO D ARRUDA

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
SHEILAINY CRISTINA DA COSTA ARRUDA	109139	SEC. ESCOLAR – DNS8	02/05/17 A 31/05/17
FLAVIO ORTIZ DE MIRANDA	82119	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	02/07/17 A 01/08/17

05 – CMEI seN. JONAS PINHEIRO

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
CARLOS FERNANDES	6803	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	09/06/17 A 08/07/17
ELDER ANTONIO DE SANTANA ROCHA SILVA	86337	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	08/05/17 A 06/06/17

06 – CMEI JOSÉ DE MENDONÇA

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
LARYSSA CORREIA ALVES	26498	PROFESSORA/DIRETORA	12/06/17 A 11/07/17

07 – EMEB ANA FRANCISCA DE BARROS

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
RAFAEL CORDEIRO DO AMARAL	39084	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO	01/07/17 A 31/07/17
WERLEY FERREIRA LEITE JUNIOR	84339	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	01/07/17 A 31/07/17

08 – CASA DE ARTES

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
MICHEL PRATINI BORGES DE ARRUDA	117818	GERENTE – DNS6	10/07/17 A 08/08/17

09 – EMEB JOÃO PONCE DE ARRUDA

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
DIRCINETE NUNES DA SILVA	10907	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	01/07/17 A 30/07/17

10 – EMEB PAULO FREIRE

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
ADEILTON TEIJE DE MORAES	295	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO	05/03/17 A 05/04/17

11 – NTM

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
DULCENEA AMORIM CORREA	1354	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO	10/07/17 A 09/08/17

12 – EMEB PE. LUIZ MARIA GHISONI

SERVIDOR (A)	MATRÍCULA	CARGO	Período Gozo
MARCIA LAURETTI DE ALMEIDA	113501	SEC. ESCOLAR – DNS8	10/07/17 A 08/08/17
CONCEIÇÃO MARQUES DE MORAIS	8984	TAE	27/03/17 A 25/04/17

13 – EMEB JÚLIO DOMINGOS DE CAMPOS			
SERVIDOR (A)	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**Período Gozo**
ELIZABETE AURELIA SAMPAIO	109043	SEC. ESCOLAR – DNS8	07/08/17 A 07/09/17

14 – EMEB PROFª ANELA JARDIM BOTELHO			
SERVIDOR (A)	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**Período Gozo**
MARCIO ROSA DA LUZ	31201	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	05/07/17 A 03/08/17

15 – EMEB PROFª LIBIA DA COSTA RONDON			
SERVIDOR (A)	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**Período Gozo**
ARQUIBENES SANTOS DOS REIS	5019	PROFESSORA	14/08/17 A 13/09/17

16 – EMEB PROFª MARIA JOANA DA SILVA ALMEIDA			
SERVIDOR (A)	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**Período Gozo**
JACONIAS PEREIRA DO CARMO	73120	TSAE – TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	01/0717 A 01/08/17

17 – CMEI AURÉLIA CORREA DE ALMEIDA			
SERVIDOR (A)	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**Período Gozo**
GERALDA SILVA CASTRO DA COSTA	17380	PROFESSORA	01/08/17 A 30/08/17

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Várzea Grande, 11 de julho de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO Nº. 376/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº461829/17;

R E S O L V E:

NOMEAR Ana Paula Nunes Costa, no cargo em Comissão de Secretária Escolar – DNS 8, EMEB Professora Marilce Benedita de Arruda na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 06 de julho de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 05 de Julho de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ATO Nº. 371/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo nº461299/17;

R E S O L V E:

NOMEAR Karina Queiroz Leite, no cargo em Comissão de Secretária Escolar – DNS 8, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 03 de julho de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 04 de Julho de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 061/2017

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 061/2017**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura aquisição de um micro-ônibus executivo de fabricação nacional, novo, resolve **adjudicar** o objeto da licitação, a empresa: **MARCOPOLO S/A** com proposta no valor global de **R$ 310.000,00** (trezentos e dez mil reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de julho de 2017.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 061/2017.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 061/2017**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura aquisição de um micro-ônibus executivo de fabricação nacional, novo, resolvem **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **MARCOPOLO S/A** com proposta no valor global de **R$ 310.000,00** (trezentos e dez mil reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de julho de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 060/2017

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 060/2017**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura contratação de empresa especializada em serviços de recarga de toner (pó) em geral para cartuchos de impressoras, para suprir necessidades das unidades administrativas do município, com fornecimento de todo material necessário, resolve **adjudicar** o objeto da licitação, a empresa: **J.R.ALVES MARQUES – ME** com proposta no valor global de **R$ 98.070,00** (noventa e oito mil e setenta reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de julho de 2017.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 060/2017.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 060/2017**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura contratação de empresa especializada em serviços de recarga de toner (pó) em geral para cartuchos de impressoras, para suprir necessida-

des das unidades administrativas do município, com fornecimento de todo material necessário, resolvem **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **J.R.ALVES MARQUES – ME** com proposta no valor global de **R$ 98.070,00** (noventa e oito mil e setenta reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 12 de julho de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS N. 084/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 03.214.160/0001-21, com sede administrativa à Rua Dr. Mário Corrêa n. 205, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor **WAGNER VICENTE DA SILVEIRA,** brasileiro, divorciado, Empresário, Engenheiro Civil, inscrito no **CREA/MT** sob o nº 2.705, portador da Cédula de Identidade sob o RG 1973153-1, SSP/MT, e do CPF 125.443.291-49, residente e domiciliado na Rua Marechal Rondon nº 526, Bairro: Centro, no Município de Vila Bela da Ss. Trindade, e de outro lado, a firma **DENTAL MIX COMERCIO DE PROD MED ODONT LTDA ME**,pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Cáceres - MT, na Rua Coronel Farias 165, centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n. **14.890.803/0001-73**, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, **considerando tudo constar no Procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico n. 010/2017, realizado pelo município de Nova Lacerda/MT, que gerou a Ata de Registro de Preços n. 005/2017, e por este ato, resolvem aderir à aludida Ata de Registro de Preços (já que comprovada a existência de saldos pelo município licitante), para celebrar o presente contrato, sujeitando-se à todas as disposições ali expressas, nos termos e cláusulas a seguir estipulados, segundo os princípios e exigências da lei 8666/93, Lei 10.520/02, Lei Municipal Complementar 12/2009 - lei geral da micro e pequena empresa/empreendedores individuais e condições a seguir relacionadas:**

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto aquisição de materiais odontológicos para atender necessidades da Secretaria de Saúde deste município, que deverão ser entregues na sede do município de acordo com a necessidade do Órgão, nos termos e condições estabelecidos no Edital de Licitação do **Pregão Eletrônico n. 010/2017** e respectiva **Ata de Registro de Preços n. 005/2017**, realizado pelo município de Nova Lacerda/MT, que passam a fazer parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição, em face da adesão ora instrumentalizada.

§ 1º - Os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras devem apresentar em suas embalagens a expressão **"PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO"**, de acordo com a Portaria n.º 2.814/GM, de 29 de maio de 1998.

§ 2º - O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior 12 meses, a contar da data da entrega do produto ou prazo de validade igual ou superior a 75% da validade final do produto, na data do recebimento dos materiais pela secretaria municipal de saúde. Se não estiver de acordo os materiais não serão recebidos.

§ 3º - Embalagem – o material deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigidas em rótulo, e com o número do registro emitido pela **ANVISA**.

§ 4º - Rotulagens e bulas – todos os materiais, nacional ou importado, devem ter constado, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

CLÁUSULA SEGUNDA – O prazo do presente instrumento de Contrato inicia **na data da assinatura do presente contrato, perdurando até o dia 31 de dezembro de 2017.**

Parágrafo Único - Para cumprimento do disposto na cláusula anterior, a **CONTRATADA** deverá fazer a entrega dos referidos bens na sede da Secretaria Municipal de Saúde, que desde já fica designada para o seu recebimento e conferência.

CLÁUSULA TERCEIRA – A **CONTRATADA** obriga-se a fornecer os bens adquiridos, dentro dos respectivos prazos de validade e observadas as especificações previstas no **Pregão Eletrônico n. 010/2017**e respectiva **Ata de Registro de Preços n. 005/2017**, realizado pelo município de Nova Lacerda/MT,conforme solicitação do setor de compras da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss Trindade - MT, através de requisições ou imediatamente após solicitação da Administração Municipal.

CLÁUSULA QUARTA- - A fiscalização e acompanhamento da prestação de serviços ficarão a cargo da Secretaria de Saúde e do Fiscal de contrato, o que não exime ou reduz a responsabilidade da **CONTRATADA.**

CLÁUSULA QUINTA - O valor global deste Contrato é de **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**, que será pago à **CONTRATADA** mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal na Tesouraria da Prefeitura Municipal, devidamente atestado o recebimento dos bens na forma prevista na Cláusula Segunda deste Contrato, na forma a seguir especificada:

CLÁUSULA SEXTA - A **CONTRATADA** incorrerá em multas sobre o valor global atualizado do Contrato, na forma e condições previstas no Edital do **Pregão Eletrônico nº. 083/2016**e respectiva **Ata de Registro de Preços n. 005/2017**.

I – Serão aplicadas à Contratada as multas abaixo especificadas, incidentes sobre o valor global atualizado do Contrato:

II – 0,1% (um décimo por cento), por dia de atraso na entrega dos produtos, até o máximo de 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento), quando entregar os produtos em desacordo com o Edital, independentemente da obrigação de substituí-los, às suas expensas;

IV - As multas previstas nesta clausula são independentes e serão aplicadas cumulativamente, devendo ser descontadas de imediato quando do pagamento das parcelas devidas à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - Este contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral do CONTRATANTE, nas hipóteses dos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei n° 8.666/93;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que conveniente para o CONTRATANTE;

c) judicialmente, nos termos da legislação.

A rescisão de que trata a alínea 'a' desta cláusula, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

a) execução da garantia contratual (se houver), para ressarcimento do CONTRATANTE e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;

b) retenção dos créditos do contrato, se existentes, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE no caso de inexecução total ou parcial do contrato que venham a ensejar a sua rescisão, conforme art. 77, da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - O presente contrato está vinculado ao **edital de Pregão Eletrônico Nº 010/2017e à proposta do vencedor.**

CLÁUSULA DÉCIMA - O objeto do presente contrato se estiver de acordo com as especificações do edital, será recebido:

a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e

b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- O presente Contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, e as despesas de sua execução correrão por conta de dotação própria, e de outros da Administração Municipal consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2017, na seguinte dotação:

08 –Fundo Municipal de Saúde

Unidade 02 – Fundo Municipal de Saúde

2.031– Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

Ficha: 167/168/169

R$ 40.000,00

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Rescindir-se-á este Contrato, total ou parcialmente, mediante acordo das partes, por ato unilateral do Prefeito Municipal, atendida a conveniência administrativa e o interesse público, e nos casos previstos na Seção V do Capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 10 de julho de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA Prefeito

CONTRATANTE

DENTAL MIX COMÉRCIO DE PROD MED ODONT LTDA ME

CNPJ: 14.890.803/0001-73

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

AVISO DO PREGÃO N. 068/2017 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO N. 0842017 -PMVB

PREGÃO N. 068/2017 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO DE UM MICRO-ÔNIBUS EXECUTIVO DE FABRICAÇÃO NACIONAL, NOVO.**

CREDENCIAMENTO: **14:00 do dia 28/07/2017.**

INICIO DA SESSÃO: 14:00 do dia **28/07/2017.** Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 001/2017

Que entre si fazem, de um lado, o **Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade - PREVILA, Estado de Mato Grosso,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.630.626/0001-35, com sede administrativa sita à Rua Dr. Mário Corrêa, s/nº, nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Sr. **MARTA MEIRE DA COSTA LIMA,** brasileira, casada, residente e domiciliada a Rua Marechal Rondon, nº 526, Centro, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 55.296 SSP/RR CPF nº 199.820.892-34, e, de outro lado, a empresa **A. L. DE SOUZA & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Pontes e Lacerda- MT, na Av. Municipal, 1544 B, inscrita no CNPJ sob o nº 10.669.533/0001-14, neste ato representada pelo sócio proprietário sr. **Airton Lazaro de Souza**, portador da Carteira de identida Profissional n. 3649 CRM/MT e do CPF n. 329.604. 501-59, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato nos termos do Edital de credenciamento n. 002/ 2017, Termo de Referência n. 03/02/2017, **homologada em 07 de junho de 2017**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços para realizar serviços de perícia médica aos segurados encaminhados pelo **PREVILA**, conforme credenciamento n. 002/2017, Termo de Referência n. 03/ 02/2017, documentos estes que dele passam a fazer parte integrante, independente de transcrição.

1.2 É vedado a CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira, bem assim transferir a terceiros suas obrigações, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO 2.1 - O regime de execução dos serviços é o de empreitada por preço por item, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, alínea "b" da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor global deste Contrato é de **R$ 45.215,00** (quarenta e cinco mil duzentos e quinze reais), que será pago à **CONTRATADA** mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal na Tesouraria da Prefeitura Municipal, devidamente atestado o recebimento dos serviços pelo Setor Competente, na forma a seguir especificada.

3.2 Sobre o valor estabelecido nesta Cláusula incidirão descontos relativos ao **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza**, na forma da legislação pertinente em vigor.

3.3 A prestação dos serviços do presente Contrato, não gera para as partes vínculo empregatício de qualquer natureza, nem permite à **CONTRATADA** usufruir os benefícios, direitos e vantagens asseguradas aos servidores municipais, correndo às suas exclusivas expensas e responsabilidade**,** na qualidade de autônomo**,** todo e qualquer encargo social, trabalhista, fiscal e previdenciário, na forma da legislação em vigor, ficando o **CONTRATANTE** eximido de qualquer solidariedade.

3.4 - Os pagamentos serão creditados em favor da Contratada, por meio de depósito Bancário em conta corrente indicada na proposta, contendo o

nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

3.5 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu pagamento somente será efetuado após a data de sua apresentação válida.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

4.1 O prazo de início da prestação de serviços será a data da assinatura do presente contrato, perdurando até o dia 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, por razões de interesse público e de conveniência administrativa e as disposições do § 1º, do artigo 57, da Lei Federal nº 8. 666/93.

4.2. Em caso de prorrogação do contrato, nos termos da lei, o preço poderá ser reajustado com base no **IGPM/FGV**.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÃO AS DESPESAS

5.1 O presente Contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 8. 666/93, com suas alterações posteriores, e as despesas de sua execução correrão por conta de dotação própria, e de outros da Administração Municipal consignados no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2017, na seguinte dotação:

03 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Unidade 02 – PREVILA – Fundo Municipal de Previdência Social

2079 – Manutenção dos Encargos e Gerenciamento do PREVILA

3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica.

Ficha: 05

R$ 45.215,00

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 **DA CONTRATANTE**

6.1.1 Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei n. 8.666/93 e demais legislação vigente;

6.1.2 Acompanhar o andamento dos serviços por meio dos seus prepostos e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo impugnar os serviços que estejam mal executados, os quais deverão ser refeitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da Contratada;

6.1.3 Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei n. 8.666/93;

6.1.4 Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe às penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

6.1.5 Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei n. 8.666/93;

6.2 **DA CONTRATADA**

6.2.1 Executar todos os serviços objetos deste contrato de acordo com a sua proposta de preço, independentemente de sua transcrição, sob as penas da Lei n. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

6.2.2 Exigir da Contratante o cumprimento da legislação, bem como das orientações emanadas por esta visando o sucesso da Administração Pública na aplicação dos serviços recebidos;

6.2.3 Preservar o domínio, não divulgar e não permitir a divulgação, sob qualquer hipótese, das informações a que venha a ter acesso em decorrência de serviços de manutenção que venha a ser realizado;

6.2.4 Utilizar, na execução dos serviços, apenas técnicos devidamente especializados e treinados para fiel execução do objeto do presente contrato;

6.2.5 Prestar todos os esclarecimentos técnicos que forem solicitados, relacionados com a prestação dos serviços deste Contrato.

6.2.6 Responsabilizar-se integralmente pelos riscos da aplicação da injeção.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

7.1 As penalidades contratuais aplicáveis são:

a) Advertência verbal ou escrita;

b) Multas;

c) Declaração de inidoneidade e;

d) Suspensão do direito de licitar e contratar de acordo com o Capítulo IV, da Lei n. 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

7.2 A advertência verbal ou escrita será aplicada independentemente de outras sanções cabíveis, quando houver descumprimento de condições contratuais ou condições técnicas estabelecidas.

7.3 As multas e as demais penalidades previstas são as seguintes:

a) 0,5% (cinco décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega dos serviços solicitados;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

c) 10% (dez por cento) sobre valor contratual restante, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir as perdas e danos que der causa;

d) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com o Município por até dois anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.4 De qualquer sanção imposta a Contratada poderá oferecer recurso a Contratante, devidamente fundamentada, no prazo assinalado na notificação, contados da intimação do ato;

7.5 As multas previstas nos itens anteriores são independentes e poderão ser aplicadas cumulativamente;

7.6 A multa definida na alínea “a” e “b” do item 7.3, poderão serem descontadas de imediato sobre o pagamento das parcelas devidas;

7.7 A Contratada não incorrerá na multa prevista na alínea “b” acima referida, na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 A rescisão do presente contrato poderá ocorrer da seguinte forma:

a) Amigável – por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência técnica ou administrativa para a contratante.

b) Administrativa – por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei n. 8.666/93;

c) Judicial – nos termos da legislação processual;

8.2 A contratada reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista no Artigo 77 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei n. 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

9.2 Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do objeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

9.3 Por acordo das partes:

a) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes mantidos o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação dos serviços;

9.4 Outros casos previstos na Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS

10.1 Aplica-se a Lei n. 8.666, de 21/06/1993 com suas alterações posteriores e o Código Civil Brasileiro ao presente contrato e em especial aos seus casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

11.1 A Contratada deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FISCAL DE CONTRATO

13.1 A fiscalização serviços ficará a cargo do Secretário da pasta e ao Fiscal de contrato nomeado pela portaria n. **190/2017**, o que não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

14.1 Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas dos termos do presente Contrato, fica eleito o foro da Comarca de Vila Bela da Ss. Trindade - MT, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 20 de junho de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

DOS SERVIDORES DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – PREVILA

CNPJ: 10.630.626/0001-35

MARTA MEIRE DA COSTA LIMA

RG: 55.296 SSP/RR

CPF nº 199.820.892-34

CONTRATANTE

L. DE SOUZA & CIA LTDA

CNPJ: 10.669.533/0001-14

Airton Lazaro de Souza

CRM/MT 3649

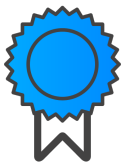
CPF n. 329.604.501-59

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed Jul 12 22:32:16 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)